Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 10
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 11
Prefeitura Municipal de Araguaiana 30
Prefeitura Municipal de Araguainha 30
Prefeitura Municipal de Araputanga 31
Prefeitura Municipal de Arenápolis 32
Prefeitura Municipal de Aripuanã 33
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 35
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 37
Prefeitura Municipal de Campinápolis 37
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 42
Prefeitura Municipal de Campo Verde 48
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 53
Prefeitura Municipal de Canarana 54
Prefeitura Municipal de Carlinda 56
Prefeitura Municipal de Castanheira 60
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 61
Prefeitura Municipal de Cláudia 61
Prefeitura Municipal de Colniza 66
Prefeitura Municipal de Colíder 67
Prefeitura Municipal de Comodoro 73
Prefeitura Municipal de Confresa 73
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 74
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 74
Prefeitura Municipal de Cuiabá 75
Prefeitura Municipal de Curvelândia 148
Prefeitura Municipal de Cáceres 149
Prefeitura Municipal de Denise 151
Prefeitura Municipal de Diamantino 152
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 153
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 156
Prefeitura Municipal de Indiavaí 161
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 161
Prefeitura Municipal de Itaúba 180
Prefeitura Municipal de Itiquira 181
Prefeitura Municipal de Jaciara 192
Prefeitura Municipal de Jangada 193
Prefeitura Municipal de Jauru 193
Prefeitura Municipal de Juara 193
Prefeitura Municipal de Juscimeira 194
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 195
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde 197
Prefeitura Municipal de Marcelândia 198
Prefeitura Municipal de Matupá 199
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 202
Prefeitura Municipal de Nobres 203
Prefeitura Municipal de Nortelândia 286

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 287
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 290
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 305
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 305
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 305
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 306
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 324
Prefeitura Municipal de Nova Mutum 326
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 327
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 329
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 331
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 332
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 333
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 335
Prefeitura Municipal de Paranatinga 341
Prefeitura Municipal de Paranaíta 344
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 345
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 346
Prefeitura Municipal de Poconé 346
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 346
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 349
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 349
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 349
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 350
Prefeitura Municipal de Poxoréu 352
Prefeitura Municipal de Querência 352
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 354
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 370
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 370
Prefeitura Municipal de Rondolândia 371
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 377
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 378
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 379
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 379
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 402
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 403
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 403
Prefeitura Municipal de Sapezal 407
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 407
Prefeitura Municipal de Sinop 407
Prefeitura Municipal de Sorriso 409
Prefeitura Municipal de São José do Povo 412
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 413
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 413
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 416
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 428
Prefeitura Municipal de União do Sul 428
Prefeitura Municipal de Vera 433
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 433
Prefeitura Municipal de Vila Rica 434
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 435
Prefeitura Municipal de Água Boa 439

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 08/2015

CONTRATO Nº 08/2015 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT E O LICITANTE JOANILSON FERNANDES DE SOUZA.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE ACORIZAL.

VALOR - R$ 31.900,00 (TRINTA E UM MIL E NOVECENTOS REAIS);

VIGÊNCIA – 31 DE DEZEMBRO 2015;

DATA – 23 DE MARÇO DE 2015;

ASSINAM – ARCILIO JESUS DA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL, E O LICITANTE JOANILSON FERNANDES DE SOUZA, REPRESENTANTE LEGAL.

EXTRATO DE CONTRATO 09/2015

CONTRATO Nº 09/2015 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT E O LICITANTE RANIEL ROSA SILVA ALVES.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE ACORIZAL.

VALOR - R$ 63.200,00(SESSENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS);

VIGÊNCIA – 31 DE DEZEMBRO 2015;

DATA – 23 DE MARÇO DE 2015;

ASSINAM – ARCILIO JESUS DA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL, E A LICITANTE RANIEL ROSA SILVA ALVES, REPRESENTANTE LEGAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PROCESSO SELETIVO – PROGRAMA “JOVEM APRENDIZ” EDITAL COMPLEMENTAR N.º 003/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia/MT, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 154/2015, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 001/2015 – Seletivo Aprendiz, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, BEM COMO DEFINE LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS:

FICAM HOMOLOGADAS AS SEGUINTES INSCRIÇÕES:

Nº insc.	Nome	RG	CPF
132	ADRIANO JUNIOR BARRETO DE BARROS	2636747-5	061.198. 071-84
145	ADRIEL NUNES DOS REIS	2834562.2	066.568. 821.02
63	ADRIELY DE FREITAS TEODORO	292659.32	071.235. 971.09
8	ADRILENE DA SILVA COSTA	277966.98	063.013. 481.25
139	ALEX NOGUEIRA DE SOUZA	2780997.8	062.223. 471.42
117	ALEX RODRIGUES MENDES	XXXXX	071.876. 281-96
123	ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA COSTA	2402055-9	045.630. 051-18
49	ALEXANDRE SILVA PEREIRA	284991.82	067.142. 571.47
109	ALLISON RODRIGUES MENDES	2886506-5	071.868. 911-95
28	AMANDA FERREIRA DE SILVA	2530315.5	062.340. 721.35
6	ANA KAROLINA VIEIRA DE MORAES	263617.01	065.884. 311.71
133	ANA MIKELLY FERREIRA MEDRADE	XXXXX	XXX.XXX. XXX.XX
52	ANDRESSA COSTA NUNES	XXXXX	061.835. 521.94
116	ANTHONY FERNANDO RODRIGUES MENDES	2685793-6	062.879. 161-50
124	ATAIDE PEREIRA XISTO FILHO	2663569-3	070.415. 961-39
10	BRUNO HENRIQUE VELASCO GOMES	232809.48	042.597. 371.98
86	CAIO APARECIDO TEODORO DE OLIVEIRA	281324.08	062.084. 561.93
72	CAIO ROBERTO RIBEIRO COSTA	255915.76	053.025. 711.45
44	CARLENE DE CAMPS BORGES	2643655.8	069.567. 831.00
58	CARLOS DANIEL FERREIRA DA SILVA	284155.23	066.918. 611.24
34	CLEVERSON CANDIDO MENDONÇA	2533365.8	062.367. 011.99
71	DANIEL BORGES DA SILVA	XXXXX	041.724. 241.71
95	DANIEL SOUZA SANTIAGO	273169.20	060.930. 981.17
35	DEBORA BRUN PRADO	2834581.9	066.569. 501.24
36	DEBORA SILVESTRE MARTINS	232.2421.5	061.594. 641.08
53	DENIZE PEREIRA DE SOUZA	280391.65	062.527. 391.54
126	DRIELLY LERIZE ALVES DOS SANTOS	2636215-5	070.841. 771-08
144	EDUARDA GRASIELLY BASTOS ALVES DE OLIVEIRA	XXXXXX	XXXXXX
107	ELIAS JUNIOR PEREIRA DE SOUZA	2895168.9	061.415. 481.21
60	EMILA FRANÇA RODRIGUES	275197.32	059.922. 751.69
99	ERICA RIBEIRO LACERDA	287723.85	068.606. 571.97
1	ERIQUI HENRIQUE DE SOUZA PEREIRA	270366.85	059.701. 411.60
114	EZEQUIAS LOPES DE OLIVEIRA	2526252.1	063.562. 771.06
64	FABIO LOPES DA SILVA	48932312013.0	614.925. 863.74
25	FABYOLLA CÂNDIDA DA SILVA	2546849.9	052.657. 951.03
39	FILIPE GUSTAVO PEREIRA SILVA	2491625.0	061.574. 221.14
55	FLANCIELE SANTOS DIAS	2874305.9	059.685. 551.65
56	FLANDER SANTOS DIAS	2874304.0	057.678. 051.05
47	GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA	2686609.9	052.234. 131.48
134	GABRIEL PACHECO BORGES	2849666.3	067.036. 531.94
12	GABRIELLY RODRIGUES DE OLIVEIRA	275673.97	062.225. 321.28

20	GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA	2705708.9	062.176.391.81
66	GUSTAVO TEODORO DE REZENDE	235054.60	XXX.XXX.XXX.XX
74	HADSON ROBERTO GIL PACHECO	283924.77	067.114.341.70
120	HENRIQUE GOMES REZENDE	2869288.8	061.332.981.38
115	HEWANDER GABRIEL VEIGA DE OLIVEIRA	246533.81	049.813.991.38
14	IARA CRISTINA COENE DE S. MENDONÇA	250.816.59	061.838.051.57
15	IDALICE NOVAIS DOS SANTOS	278760.39	061.418.371.58
143	ISABELLE FERNANDA DE SOUZA C. MAGALHÃES	278115.22	067.900.931.09
112	JACKSON FRANCISCO REGIOLLI	263616.98	061.216.071.81
40	JACKSON SANTOS COSTA RODRIGUES	28897358	069.229.571.21
89	JACQUELINE DE ARAÚJO RODRIGUES	286520.61	061.697.541.41
141	JEFERSON BARBOSA COSTA	XXXXX	042.575.191.00
75	JEFFERSON FERREIRA DE SOUZA	XXXXX	XXX.XXX.XXX.XX
118	JHENYFFER CRISTINI APARECIDA DE ALMEIDA	2488063-9	062.107.881-65
129	JHONATAN SOUZA CONCEIÇÃO	2904240.2	070.094.951.81
148	JOÃO GABRIEL BARBOSA DE MELO	2883755.0	059.022.681.92
9	JOÃO NETO NASCIMENTO BATISTA	260849.02	055.411.611.18
138	JOÃO PEDRO SILVA CAMPOS	2695710-8	059.448.761-74
104	JOÃO VICTOR ALAN DE OLIVEIRA	XXXXX	XXX.XXX.XXX.XX
147	JOAO VITOR ALENCAR MACEDO	2611454.2	045.379.291.03
73	JOELDSON CHRYSTIAM GIL PACHECO	283924.69	067.114.751.00
70	JORDANY CAROLLINY ALVES DE REZENDE	265453.06	057.162.041.80
113	JORGE LUIS DA COSTA BARBOSA JUNIOR	3.681.874.1	061.358.861.42
98	JORGE LUIS RODRIGUES DOS SANTOS	275200.13	068.841.981.09
128	JOSÉ MARDEM ROSA JUNIOR	XXXXX	048.229.281.44
102	JOSÉ RICARDO SILVA	XXXXX	XXX.XXX.XXX.XX
48	JOSEANE ELIAS RIBEIRO	2831988.5	061.748.131.85
146	JOSHUA VICTOR EVANGELISTA SANTOS	2636680-0	056.367.501-29
108	JULYANA DE FREITAS FERNANDES	2781162-0	067.466.901-054
37	KARINA DA SILVA RIBEIRO	2145707.7	033.925.131.05
32	KARINE CARVALHO DOS SANTOS	2929213.1	062.845.601.84
111	KAYQUE RIBEIRO SOUZA	25150.08	051.392.481.74
59	KELLEN ROSA PEREIRA ALMEIDA	253032.10	061.525.051.35
68	KELLY CRISTINA OLIVEIRA ANDRADE	278109.09	XXX.XXX.XXX.XX
96	KELY TAINÁ DE OLIVEIRA	272637.97	060.888.041.81
13	KETHLEN MAURIE ALVES PEREIRA	278119.48	062.970.521.66
38	KEUZIANE VENERO ALVES	288374.60	068.907.741.67
100	KEVELLYN BRUNA NUNES DA COSTA	2685787.1	044.146.701.60
26	LARISSA RODRIGUES MARQUES	633311.2	032.499.331.55
136	LAYLA SANTOS REIS	291583.54	XXX.XXX.XXX.XX
87	LORRAYNE OLIVEIRA VASQUE	281314.01	065.059.181.08
45	LUANA FERREIRA MARQUES	260.4528.1	053.951.651.18
121	LUCAS CARDOSO MAJADAS DE LIMA	286006.30	001.107.881.25
22	LUCAS DOS SANTOS MENDONÇA	216973.02	035.086.711.94
57	LUCAS EDUARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA VIEIRA	259844.20	068.485.391.47
84	LUCAS ITALO SILVA RIBEIRO	289246.49	069.400.521.51
125	LUCAS NICOLAU ALBUQUERQUE ALVES	2790500-4	061.648.511-57
130	LUCAS TIAGO DE ASSIS AMORIM	XXXXX	XXX.XXX.XXX.XX
119	MAIARA RIBEIRO BARBOSA	2751980.5	063.433.961.36
54	MAIKIELE JORDANA DE OLIVEIRA	286521.50	061.745.451.56
77	MAIZA ROSA REZENDE DA SILVA	249345.42	062.624.751-92
21	MARIA KAROLINE NOGUEIRA DOS SANTOS	270452.69	045.219.671.08
5	MATEUS OLIVEIRA DA SILVA	249345.26	040.193.081.52
17	MATHEUS COSTA DA SILVA	267375.40	058.682.221.64
135	MATHEUS GONÇALVES LOPES	282545.03	060.834.301.35
83	MATHEUS LOPES DOURADO	263275.70	056.180.921.66
2	MATHEUS RODRIGUES COSTA	286928.37	062.109.111.10
81	MATHEWS INÁCIO MARTINS RODRIGUES	258092.37	054.253.921.76
149	MAYARA KETTELY CORRAL DE SOUZA	1964421-3	053.170.181-61
106	MAYARA OLIVEIRA GONÇALVES	XXXXX	061.647.471.71
92	MELICIA CRISLEY MEIRELES BOCCHI		070.377.631.28
142	MICAEL BARBOSA GODINHO	2028490.0	XXXXXX
78	MIKAELA FELIZARDO RODRIGUES	64222.48	735.757.631.00
110	MILENA ALVES BARBOSA	2813186.0	063.192.941.08
91	MILENA DE MORAIS SIMÕES	288973.15	062.124.871.11
33	MILENA FELIPE DA SILVA	2825437.6	055.769.931.28
103	MIRELLE SOARES BRAGANHOLO	250300.51	058.405.581.17
127	MYLENA DARK ASLVES DE OLIVEIRA	292268.72	072.406.321.80

23	PABLO RICHELY NEVES FERNANDES	2875270.8	048.725.381.70
82	PAULA ADRIELI DE JESUS SALVADOR	201224.53	020.603.876.39
105	PAULINHO DE OLIVEIRA SANTOS	13594.20	035.117.502.45
18	PAULO MAGNANI CARNEIRO JÚNIOR	270234.78	056.417.501.31
79	QUEREN HAPUQUE LOPES SANTOS DA COSTA	277914.32	063.662.701.20
19	RAFAEL ALVES ANDRADE	271803.87	060.564.341.50
131	RAFAELA FERREIRA LOPES DA SILVA	2002256.0	056.748.171.97
3	RAFAELLA KAROLINA NASCIMENTO	250814.20	061.094.751.65
101	RANIERICK LOPES REZENDE	250377.81	050.630.201.60
24	RAPHAELA TEODORO DOS REIS	2636755.6	062.101.791.42
80	RAQUEL DOMINGOS MACHADO	288287.55	068.886.951.31
43	RITIELI ALVES SOBRINHO	270.08617.8	060.055.321.38
30	ROBERTO GONÇALVES DE OLIVEIRA (*PNE)	2009109.5	054.135.191.50
29	RUBERVÂNIA BORGES DIAS	280394.24	062.859.271.03
88	SADI ROQUE VISNHIESKI JUNIOR	283452.82	061.008.731.25
140	SHIRLY CRISTIANE DA ROCHA ALVES	2860049.5	067.570.881.85
61	STHEFANI FRANÇA RODRIGUES	275197.16	059.922.661.78
50	TAINARA FERREIRA FIGUEIREDO	240768.21	045.897.791.88
7	TALLES GUILHERME TEIXEIRA FRAGA	2199898-1	051.305.361.18
41	TAYNARA CRISTINA SEVERIANO LIMA	2415519.5	062.938.601.36
51	THAIANY BEATRIZALVES LIMA	281.3034.0	065.822.661.44
4	THAIELLY LAISSA SOUZA DE FREITAS	278498.99	060.854.301.24
67	THALYA APARECIDA VIANA DA SILVA	278098.20	066.707.531.36
46	THAYANARA REGINA FERREIRA DE SOUZA	2636696.7	059.688.031.69
122	THAYNA APARECIDA ALMEIDA SANTOS	2803936-0	058.472.411-00
137	THAYNARA DE MORAIS MARCELINO	2883753.3	017.893.621.99
85	THIAGO PORFÍRIO PORTEIRO	XXXXX	001.904.171.37
62	VANESSA CRISTINA DA C. CAVALCANTE	292316.20	061.822.611.70
90	VANESSA DAVID DE SOUZA	278099.94	062.714.081.50
11	VANESSA STEFANE MARQUETO	220182.80	038.640.261.21
69	VICTOR ALVES DE OLIVEIRA	276681.50	062.136.791.54
27	VICTORIA OLIVEIRA SOUZA	2350491.9	062.188.961.02
65	VINICIUS DA SILVA	269242.18	069.458.811.30
94	VINICIUS GABRIEL DE OLIVEIRA CARVALHO	289707.64	062.120.861.25
42	VITOR GABRIEL SILVA MENDONÇA	XXXXXX	062.462.671.73
93	WANIA ARAÚJO BRAS	267375.66	058.672.681.01
16	WATHILA LORRANE MIRANDA MARTINS	284967.52	066.764.101.76
76	WELLINGTON MANINHO NARCISO COELHO	268200.21	058.687.641.37

LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS:

- ESCOLA MUNICIPAL “ADALCY DA CONCEIÇÃO RODRIGUES” – Rua Guilherme Gonçalves Berigo, nº 746, Bairro Gabiroba, Alto Araguaia/MT.

AS PROVAS OBJETIVAS SERÃO REALIZADAS NO DIA 29/03/2015 ÀS 08:00 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO).

Comissão Examinadora do Processo Seletivo

Portaria nº 154/2015

Alto Araguaia, 24/03/2015.

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Matéria/Objeto: Faturas de Água

*Recorrente***:** Associação Atlética Banco do Brasil de Alto Araguaia

Relatório:

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela Associação Atlética Banco do Brasil de Alto Araguaia-MT, na pessoa do Sr. Walter Martins de Queiroz, no qual contesta a legalidade da cobrança de faturas de água, as quais se encontram pendentes de pagamento desde o mês de maio de 2002, cujo montante dos débitos pendentes de pagamento remonta a R$ 147.614,77 (Cento e quarenta e sete mil seiscentos e quatorze reais e setenta e sete centavos).

Como premissa de argumento e defesa, cita a Lei Municipal nº 1.321, de 18 de Dezembro de 2001, que concedia isenção a todas as Entidades Sem Fins Lucrativos do pagamento de tarifas e taxas municipais, no caso, estando inclusa a tarifa de água.

Faz juntada do Estatuto da Associação Atlética Banco do Brasil, no qual consta em seu art. 1º, tratar-se de **“associação assistencial, desportiva, social, cultural e recreativa, sem fins lucrativos,...”**

Pede por fim, a concessão da Isenção da Taxa/Tarifa de consumo de água.

Decisão:

Vistos, etc...

Considerando o diploma legislativo supracitado, entendo que assiste razão à Recorrente, uma vez que a Lei 1.321/2001 “concedia isenção a todas as entidades sem fins lucrativos, localizadas em Alto Araguaia, do pagamento de quaisquer tipos de taxas e tarifas municipais”, pelo que, também abrange as faturas referentes ao consumo de água.

Desta forma, acato o Recurso Administrativo interposto pela Associação Atlética Banco do Brasil de Alto Araguaia, para, no Mérito, julgá-lo PARCIALMENTE PROCEDENTE, declarando NULAS todas as faturas de água lançadas em nome da Recorrente, desde o mês de maio do ano de 2002 até o mês de fevereiro de 2015, quando da publicação da Lei nº 3.577, de 25 de Fevereiro de 2015, que REVOGOU a Lei nº 1.321/2001, pelo que, a isenção requerida estaria limitada à vigência da Lei 1.321/2001.

Determino, por fim, que seja notificado ao DIVAES para que sejam canceladas todas as faturas de água lançadas em nome da Recorrente, referentes ao período supracitado, bem como seja dado ciência à Recorrente desta decisão.

É a decisão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia-MT, 20 de Março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 002 – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 002/ 2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua José de Castro Maia, n.º1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78. 780-000 através da sua Comissão Permanente de Credenciamento, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supracitado cujo objeto trata-se de **Credenciamento de profissionais habilitados na área de Odontologia para prestarem serviços de acordo com as tabelas VRPO/2009/2012/2013 e 2014 (Valores Referenciais de Procedimentos Odontológicos), no Município de Alto Araguaia,** ficaram credenciadas as seguintes empresas: **C.F. DE REZENDE JUNIOR & CIA LTDA-ME, T W ARANHA & CIA LTDA, R. HUGUENEY GOMES-ME e KLÉIA F. DA COSTA ALVES-ME,** que cumpriram com todas as exigências. Alto Araguaia – MT, 24 de Março de 2015.

Sandra P. Cavalcante

Presidente da CPC

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Matéria/Objeto: Faturas de Água

*Recorrente***:** Associação Maçônica Araguaiense/Loja Maçônica União do Araguaia

Relatório:

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela Associação Maçônica Araguaiense/Loja Maçônica União do Araguaia, na pessoa do Sr. Antônio Marcelino de Queiroz, no qual contesta a legalidade da cobrança de faturas de água, as quais se encontram pendentes de pagamento desde o mês de junho de 2002, cujo montante dos débitos pendentes de pagamento remonta a R$ 17.909,79 (Dezessete Mil novecentos e nove reais e setenta e nove centavos).

Como premissa de defesa, utiliza a Lei Municipal nº 1.321, de 18 de Dezembro de 2001, que concedia isenção a todas as Entidades Sem Fins Lucrativos do pagamento de tarifas e taxas municipais, no caso, estando inclusa a tarifa de água, bem como faz juntada de documentos, entre os quais cópia da Lei Municipal nº 412, de 19 de junho de 1984, que **"declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Maçônica Araguaiense A.M.A.".**

Pede por fim, que sejam declarados ineficazes os lançamentos já realizados, requerendo ainda a isenção de forma definitiva nos termos da Lei 1. 321/2001.

Julgamento:

Vistos, etc...

Considerando o diploma legislativo supracitado, entendemos que assiste razão à Recorrente, uma vez que a Lei 1.321/2001 **"concedia isenção a todas as entidades sem fins lucrativos, localizadas em Alto Araguaia, do pagamento de quaisquer tipos de taxas e tarifas municipais"**, pelo que, também abrange as faturas referentes ao consumo de água.

Desta forma, com supedâneo na Lei 1.321/2001, acato o Recurso Administrativo interposto pela Associação Maçônica Araguaiense/Loja Maçônica União do Araguaia, para, no Mérito, julgá-lo PARCIALMENTE PROCEDENTE, declarando NULAS todas as faturas de água lançadas em nome da Recorrente desde o mês de junho do ano de 2002, até o mês de fevereiro de 2015.

Quanto ao pedido de isenção definitiva, julgo IMPROCEDENTE o pleito, haja vista que a Lei nº 1.321/2001 foi revogada pela Lei Municipal nº 3. 577, de 25 de fevereiro de 2015, pelo que, a partir da publicação da Lei Revogadora, as entidades antes beneficiadas com o Instituto da Isenção, passaram a ser novamente tarifadas.

Determino, por fim, que seja notificado ao DIVAES para que sejam canceladas todas as faturas de água lançadas em nome da Recorrente, referentes ao período supracitado, dando-se ciência à Recorrente desta decisão.

É a decisão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia-MT, 20 de Março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ADM/ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 211, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Comissão para abertura de Processo Administrativo em face da Empresa DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA EPP, por possível descumprimento do Contrato nº 116/2014".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Licitações/APLIC datada de 22/08/2014, que trata de "ATRASOS DE ENVIO DE ARQUIVOS TEMPESTIVOS";

Considerando a Notificação feita pela Administração datada de 04/09/ 2014, que trata de "ATRASO NA FINALIZAÇÃO DA INCORPORAÇÃO DO BANCO DE DADOS";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Tributos datada de 12/ 09/2014, que trata de "DIVERSAS INCONSISTÊNCIAS NO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Contabilidade/Aplic datada de 22/09/2014, que trata de "ATRASO NA FINALIZAÇÃO DOS AJUSTES DO SISTEMA CONTÁBIL";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Tributos datada de 06/10/ 2014, que trata do "NÃO ENVIO DO CRONOGRAMA COM PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Compras datada de 19/11/ 2014, que trata da "NÃO REGULARIZAÇÃO DAS CORREÇÕES NO SETOR DE COMPRAS";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Recursos Humanos datada de 26/11/2014, que trata de "INFORMAÇÕES ERRÔNEAS NO PORTAL TRANSPARÊNCIA";

Considerando a Notificação feita pelo Fiscal do Contrato datada de 26/11/ 2014, que trata de "ATRASO NO ENVIO DE CARGAS DO APLIC";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Recursos Humanos datada de 19/12/2014, que trata de "INCONSISTÊNCIA NO SISTEMA DE EXPORTAÇÃO DOS LANÇAMENTOS DA GUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL REFERENTE AO 13º SALÁRIO";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Tributos datada de 07/ 01/2015, que trata de "INCONSISTÊNCIAS NO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Contabilidade/Tesouraria datada de 21/01/2015, que trata de "PROBLEMAS COM PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR";

Considerando a Notificação feita pelo Fiscal de Contrato datada de 02/03/ 2015, que trata de "NÃO SOLUÇÃO DAS INCONSISTÊNCIAS DO MÓDULO AUDITAR";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Recursos Humanos datada de 11/03/2015, que trata de "PROBLEMAS PARA IMPORTAÇÃO DE DADOS PARA RAIS";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Contabilidade datada de 16/03/2015, que trata de "PROBLEMAS NO EMPENHO E LIQUIDAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS";

Considerando a Notificação feita pelo Setor de Licitação datada de 16/03/2015, que trata de "PROBLEMAS NO SISTEMA MÓDULO DE LICITAÇÃO".

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear comissão composta pelos servidores JOSÉ NETO CAVALCANTE DA CUNHA – Coordenador Tributário, DERCIONIL TEODORO DE RESENDE – Assistente Administrativo e RAUL OLIVEIRA VALEIRO – Agente Administrativo, sob a presidência do primeiro, para abrir PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar responsabilidade da Empresa DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA EPP, pelo possível DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 116/2014, bem como os eventuais prejuízos advindos à Administração Pública Municipal e ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas em Lei, no Edital de Licitação e no Contrato Administrativo.

Art. 2º - Deverá ainda a Comissão anexar ao Relatório Final todas as notificações feitas à empresa indiciada, as inconsistências geradas pelo mau funcionamento e gerenciamento do sistema de gestão, como também todas as notificações de multas impostas pelo TCE/MT em face dos atrasos no envio de arquivos e outros.

Art. 3º - A Comissão deverá dar cumprimento ao Processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta.

Art. 4º - Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO **Prefeito Municipal**	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PREVIMAR
PORTARIA 20/2015

PORTARIA 20/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício ***Aposentadoria Por Idade,*** *à servidora* ***Sra. Vitoria Paes da Silva****."*

A Diretora Executiva do PREVIMAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 2.575 de 20 de outubro de 2009, que rege a Previdência Municipal de Alto Araguaia;

Resolve:

Art. 1º

Conceder o benefício Aposentadoria Por Idade, à servidora Sra. Vitoria Paes da Silva, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 1514940-4 – SSP/MT e CPF sob o n.º 172.400.691-68, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de Continua, Classe "B", Nível "VI", lotada na Secretaria Municipal de Administração, devidamente matriculada sob o nº 364, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVIMAR, n.º 2015.02.00682P, a partir da data de 24 de março de 2015 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Alto Araguaia/MT, 24 de Março de 2015.

NÉIA CARVALHO SILVA MAIA Diretora Executiva do PREVIMAR

Homologo:

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 002/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na R. Silvio José de Castro Maia n.º 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Membros, cujo objeto trata-se da **AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MARIA JULIA DE ALMEIDA - CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA E BANHEIROS,** torna público para conhecimento de todos e a quem possa interessar, que a empresa *SERGIO MARCOS MACIEL BORGES E CIA LTDA-ME* foi HABILITADA na fase de habilitação, no entanto apresentou a planilha em desacordo com o elaborado pela administração conforme Parecer 002/2015 do engenheiro Aureo Sierra da Silva, tornando o processo **FRACASSADO.** Informações mais detalhada com membros e Presidente da CPL pelo fone (66) 3481-2885.Alto Araguaia – MT 24 de Março de 2015.

Rísia K. V. B. Resende Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio Jose de Castro Maia, n.º 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 por meio da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supra citado, cujo objeto trata de **Registro de Preços para aquisição de passagens terrestres para a Secretaria Municipal de Promoção Social e Secretaria Municipal de Saúde. – COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** tipo menor preço por item. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas**: a empresa *CAIO VINICIUS VIEIRA*** com o valor total de**R$ 334.252,70 (Trezentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos)**; e a empresa **ENYTUR TRANSPORTES LTDA** com o valor total de: **R$ 463.875,50 (Quatrocentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).** Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3481-2885. E-mail: lici.altoaia@gmail.com.br. Alto Araguaia – MT 24 de Março de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA CARTA CONVITE 002/2014 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: ADEQUAÇÕES DO PRÉDIO SENAI; REFORMA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PETI). "ORATÓRIO NOSSA SENHORA APARECIDA" E PAVIMENTAÇÃO COM ASSENTO DE BLOQUETES - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

O Presidente da Comissão de Licitação comunica a todos os interessados do certame supracitado, a alteração do objeto e data e hora de abertura, pois houve a inclusão de mais um lote. Dessa forma *Onde se Lê*: ADE-

QUAÇÕES DO PRÉDIO SENAI E REFORMA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PETI). “ORATÓRIO NOSSA SENHORA APARECIDA” - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Deve se Lê: **ADEQUAÇÕES DO PRÉDIO SENAI; REFORMA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PETI). “ORATÓRIO NOSSA SENHORA APARECIDA” E PAVIMENTAÇÃO COM ASSENTO DE BLOQUETES - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**. Altera a data e hora, as demais partes do edital permanecem inalteradas.

Dia: 01/04/2015

Hora: 14:30

Rísia K. V. B. Resende

Presidente da CPL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2015 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 RETIFICA CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CARGOS DE MONITOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E MONITOR DE TRANSPORTE URBANO

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação de Alto Araguaia - MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a necessidade de adequação do Conteúdo Programático do Conhecimento Específico para os cargos de Monitor de Desenvolvimento Infantil e Monitor de Transporte Escola Urbano do Edital nº 001/2015,

RESOLVE:

I – Retificar o Conteúdo Programático para o cargo de Monitor de Desenvolvimento Infantil, conforme segue:

Onde se lê na página 18 do Edital nº 001/2015

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Monitor de Desenvolvimento Infantil

Controle da movimentação dos alunos. Observação de sua conduta: manutenção da ordem e da observância das normas da escola. Atendimento de alunos em caso de necessidade. Lei Federal n.° 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente: artigos 1.° a 6.° ; 13; 15 a 18; 53 a 59; 131 a 135 e Lei Municipal Nº 468/2013.

Leia-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Monitor de Desenvolvimento Infantil

Controle da movimentação dos alunos. Observação de sua conduta: manutenção da ordem e da observância das normas da escola. Atendimento de alunos em caso de necessidade. Lei Federal n.° 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente: artigos 1.° a 6.° ; 13; 15 a 18; 53 a 59; 131 a 135.

II – Informar aos candidatos que o Conteúdo Programático de Conhecimento Específico para o cargo de Monitor de Transporte Escolar Urbano, que está localizado juntamente com a relação dos cargos de Nível Médio, será alterado para a relação dos cargos de Nível Fundamental Completo, conforme segue:

Onde se lê na página 18 do Edital nº 001/2015

ENSINO MÉDIO COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível médio serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

1. Língua Portuguesa;

2. Conhecimentos Gerais;

3. Conhecimentos Específicos.

LINGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

História Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1. Fundação de Cuiabá, 1.2. Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3. Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4. Os Lemes; 1.5. Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7. Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9. Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10. A Rusga; 1.11. Os Alencastro. 1.12. Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13. Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1. 2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3. Ocupação do território; 1.4. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6. Dinâmica da população em Mato Grosso; 1.7. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8. A economia do Estado no contexto nacional; 1.9. A urbanização do Estado; 1.10. Produção e as questões ambientais.

História do Município de Alto Araguaia: 1.1. Aspectos históricos e geográficos; 1.2. Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4. Atualidades gerais: político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Monitor de Desenvolvimento Infantil

Controle da movimentação dos alunos. Observação de sua conduta: manutenção da ordem e da observância das normas da escola. Atendimento de alunos em caso de necessidade. Lei Federal n.° 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente: artigos 1.° a 6.° ; 13; 15 a 18; 53 a 59; 131 a 135.

Monitor de Transporte Escolar Urbano

Disciplina e vigilância dos alunos; Controle e movimentação do aluno; Noções de Prevenção de acidentes. Noções de higiene infantil; Observação e orientação os setores, sobre o comportamento dos alunos; Primeiros socorros aos alunos; Outras tarefas auxiliares; Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança; Conhecimento e manuseio de extintor de incêndio de autos.

Instrutor de Coral

POCE - Notas musicais. Tom e semitom. Claves. Classificação numérica dos intervalos. Formação das Escalas maiores. Campo Harmônico Maior, Ordem dos sustenidos - Ordem dos Bemóis, Funções Harmônicas, Resolução harmônica, Modos Gregos. Formação e Nomenclatura de Tríades e Tétrades, Compassos simples. Compassos compostos. Síncope. Leitura Rítmica. Classificação de Vozes (Coral), Nomenclatura e Sinalização de elementos de Dinâmica e Forma da Partitura musical. Demais conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo.

Leia-se:

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

1. Língua Portuguesa;

2. Matemática;

3. Conhecimentos Gerais;

4. Conhecimentos Específicos

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto; 2. Sinônimo e antônimo; 3. Ortografia; 4. Divisão silábica; 5. Acentuação gráfica; 6. Pontuação; 7. Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral e verbo.

Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA

Sistema de numeração: números naturais e numerais ordinais; Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa e tempo; Frações;.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. História do Estado de Mato Grosso: Geografia do Estado de Mato Grosso: os municípios de mato grosso; localização geográfica; os componentes do meio físico e suas relações: relevo, clima, hidrografia e vegetação; 2. Município de Alto Araguaia: aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e outros; Poderes Legislativo e Executivo; 6. *Atualidades: conhecimentos sobre os fatos atuais do mundo, do País, do Estado de Mato Grosso e do Município de Alto Araguaia adquiridos através dos meios de comunicação.*

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contínuo

Conhecimentos sobre a limpeza de ambientes nas repartições públicas municipais; limpeza de dependências de circulação, dependências de trabalho e dependências sanitárias; conhecimentos sobre a prática de limpeza de pisos, assoalhos, madeiras, vidraças, mobiliário, em geral; conhecimentos sobre produtos químicos, bioquímicos e orgânicos para execução das limpezas antes relacionadas; normas de segurança nos serviços de limpeza, inclusive acerca do uso de materiais e equipamentos e proteção individual; conhecimentos de serviços de copa (preparação de café, chás) formas e procedimentos para servir (café, chás, água) no ambiente de trabalho; conhecimentos relacionados ao lixo, sua classificação, separação, coleta e destino adequado; organização do local de trabalho; noções básicas de preparação de alimentos; coleta e armazenamento e tipos de recipientes; trabalho de cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral.

Monitor de Transporte Escolar Urbano

Disciplina e vigilância dos alunos; Controle e movimentação do aluno; Noções de Prevenção de acidentes. Noções de higiene infantil; Observação e orientação os setores, sobre o comportamento dos alunos; Primeiros socorros aos alunos; Outras tarefas auxiliares; Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança; Conhecimento e manuseio de extintor de incêndio de autos.

Alto Araguaia - MT, 24 de Março de 2015.

ABILENE ANTONIA DE BASTOS QUEIROZ

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2015

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de GRAMA ESMERALDA. - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Dia: 08/04/2015.

Entrega dos Envelopes: Até as **14:30** horas (Brasília), do dia *08/04/2015*.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.alto-aia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **14:30** horas, do dia **08 de Abril de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 24 de Março de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
PORTARIA Nº 037/2015

Alto Boa Vista – MT, 23 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A DESISTÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **ANA PAULA ARAUJO DA SILVA**, da função de FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA, a pedido, conforme preceitua o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Boa Vista – Lei 18/93, de 30/07/1993 em seu Artigo 46.

Art. 2º - Em razão do disposto no artigo anterior, o setor de Recursos Humanos deverá tomar todas as providências necessárias e legais para o cumprimento desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito, em Alto Boa Vista – MT, 23 DE MARÇO DE 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 14 de abril de 2015, às 08:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL QUE SERÃO UTILIZADOS EM MANUTENÇÕES E REPAROS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, RUAS E AVENIDAS DESTA CIDADE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA DE ALTO GARÇAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A

íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site http://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 19 de março de 2015. Edi Batista Ribeiro de Miranda – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SMPLAG/RH
PORTARIA 82/2015

PORTARIA 082/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Retornar do afastamento** de **Licença Para Tratamento de Saúde,** a Servidora **ALMERY PEREIRA VUNJAO,** portadora do **RG N° 150. 305** SSP/MTe do CPF N° 048.481.791-49 Titular do Cargo Efetivo 198 - SERVICO DE APOIO I 40 HORAS SEMANAIS- e conforme Artigos 107 a 116 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, atestado médico e deferimento do pedido por pericia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Documentos anexos a esta portaria.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 24 de Março de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 083/2015

PORTARIA 083/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., *ADAIR JOSE ALVES MOREIRA*, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a Servidora efetiva, **JERUZA ROSENDO DE OLIVEIRA,** portador do **RG Nº 416.988 SSP/MT, e CPF Nº 304.754.491-34,** para exercer o cargo em comissão, Função Gratificada de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO (Agencia Fazendária) – DAS 4.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT, 24 de Março de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 081/2015

PORTARIA 081/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., *ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,* no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 02 (dois) anos de **Afastamento Para Tratar de Assuntos de Interesse Particular, sem ônus para o Município**, a Servidora pública municipal **MARCILEIA BATISTA DA SILVA**

,

portador do RG N° 1315057-0 SSP/MT e do CPF N° 004.090.981- 67, titular do cargo efetivo de APOIO ADM EDUC - I PROFI 30HS – CONTINUO, conforme preceitua o Art. 125 da Lei Municipal 11/90 de 19/11/1990, Com data retroativa de 02/03/2015.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 24 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2015

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. MAURÍCIO JOEL DE SÁ, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, com a empresa FERNANDO ROSENDO PERES JUNIOR - ME, onde ficou acertado o valor de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) para AQUISIÇÃO DE COLETÂNEA DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS “BEBETECA”. Resolve RATIFICAR a justificativa apresentada, autorizar a aquisição e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Alto Taquari - MT, 24 de março de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 017/2015

PORTARIA Nº 017/2015

JOSÉ EDER DA LUZ, Presidente do legislativo Municipal de Apiacás, Estado de Mato grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE...

Artigo 1º - Nomear o Dr. **Eron da Silva Lemes** OAB /MT 8.358-B, do cargo de Acessoria Juridica lotado no quadro de direção e Acessoramento Superior- DAS; o qual ficara nomeado como Fiscal de Contratos da Camara Municipal de Apiacás, conforme exigência do Tribunal de Conta do Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

Em 18 de Fevereiro de 2015

JOSÉ EDER DA LUZ

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 076/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **FABIO GERMANO,** ocupante do cargo de Professor, nomeado no cargo de Secretario Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2012 à 08/02/2013, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Março2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 075/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **ILZINETE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 05/07/2012 à 04/07/2013, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Março2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 078/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder Licença Prêmio a Servidora **PRISCILLA DE LIMA PINHEIRO**, ocupante do cargo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo de 11/08/2008 à 10/08/2013, período gozo de 03/03/2015 à 31/05/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT, 01 de Março de 2015.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0695/2015

DECRETO Nº. 0695/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1° -

Nomeia membros de Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social.

Presidente: Luiza dos Santos Oliveira

Vice Presidente: Gislene Nunes Xavier da Silva

I – Representantes do Governo Municipal:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Franciele Almeida

CPF: 013.229.351-06

Suplente: Gislene Nunes Xavier da Silva

CPF: 011.894.551-37

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ana Rita Antunes Cardoso

CPF: 886.827.301-20

Suplente: Priscila de Oliveira Combinato

CPF: 352.333.368-71

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Rosicleide Souza Macedo

CPF: 015.005.911-65

Suplente: Lauzina Pereira Souza

CPF: 281.349.823-87

Representantes do Gabinete do Prefeito:

Titular: Marcia Freiesleben

CPF: 538.025.191-91

Suplente: José Roberto Pereira da Silva

CPF: 176.154.818-21

Representantes do Órgão de Finanças:

Titular: Lidia Maria Silva Contrera

CPF: 408.316.918-40

Suplente: Edemir Della Giustina

CPF: 353.248.561-34

II – Representante dos Profissionais da área:

Titular: Claudia Freieslebem

CPF: 808.583.681-53

III - Representantes dos Usuários:

Representantes ACAP – Associação Conviver dos Aposentados e Pensionistas de Apiacás.

Titular: Olga Hoeff

CPF: 503.340.691-49

Suplente: Diva Alves Sanches

CPF: 267.198.298-40

Representante da Igreja Presbiteriana Renovada

Titular: Daniele Almeida da Silva

CPF: 013.229.341-26

Suplente: Juliana Oliveira

CPF: 002.679.331-85

IV - Representantes dos Prestadores de Serviços:

Representantes da ACIA – Associação Comercial e Industrial de Apiacás/MT.

Titular: Maicon Castro Pereira

CPF: 055.858.441-13

Suplente: Valeria Freitas Perlim

CPF:058.064.991-11

Representantes da AMA – Associação Mãos Amigas do Município de Apiacás/MT.

Titular: Luiza dos Santos Oliveira

CPF: 204.577.578-09

Suplente: Suzete Betin

CPF: 940.462.981-20

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 24 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 018/2015 - INSTITUI MEMBROS DA COMISSÂO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2015

PORTARIA Nº 18, de 23 de Março de 2015.

"INSTITUI MEMBROS DA COMISSÂO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º.

Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015, da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo primeiro desta Portaria, fica assim composta:

Presidente: Fernando Bialeski, inscrito no CPF nº, **032.162.301-04**, ocupante do cargo de vereador.

Secretário: Aldair José dos Santos inscrito no CPF nº 655.669.121-68 ocupante do cargo de Vereador.

Membro: Sedival Araujo inscrito no CPF nº 954.103.339-34 ocupante do cargo de Vereador.

Suplente: Leilson Balduino Feitosa inscrito no CPF nº 934.465.191.-49 ocupante do cargo de Vereador. Parágrafo Único. A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º. À Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015 compete promover a realização das provas escritas, emitirem julgamento mediante a atribuição de notas e deliberar sobre os casos omissos.

Art. 4º. Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015 presidir as reuniões.

Art. 5º. Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015:

I - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Apiacás/MT em 17 de Março de 2015.

José Eder da Luz

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da Carta Convite 001/2015.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE**

EMPRESAS VENCEDORAS

JULIO CESAR DOS SANTO - COMERCIO vencedora nos seguintes itens: 03, 05, 06, 08, 09, 18 ao 23, 34, 35, 36, 41, 42, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 63, 65, 66, 70 ao 73, 79, 80, 93 ao 97, 105, 107, 108, 109, 112 ao 116, 121 e 123.

Valor global- R$ 19.374,34 (dezenove mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

JOSÉ FERREIRA DA SILVA ARMARINHOS, vencedora nos seguintes itens: 01, 02, 04, 07, 10,12 ao 17, 24 ao 33, 37 ao 40 , 43 ao 49, 52, 53, 54, 58, 59, 62, 64, 67 ao 69, 74 ao 78, 81 ao 91, 98 ao 104, 106, 110, 111, 117 ao 120, 122, 124, 125 e 126.

Valor Global - R$ 21.033,60 (vinte e um mil trinta e três reais e sessenta centavos).

J . P. FERREIRA MELLO vencedora no seguintes item : 92

Valor Global R$ 21.534,00 (vinte e um mil quinhentos e trinta e quatro reais)

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A **Câmara Municipal de APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização com finalidade de contratação por tempo indeterminado para preenchimento de vagas e contratação por tempo determinado para substituição e formação de cadastro reserva, visando atender para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas para substituições de vagas decorrentes de licenças sem remuneração, exoneração de cargo efetivo ou que não foram preenchidas em concurso público, em conformidade com as Leis Municipais nºs 010/2008, 060/2011, 110/2014 e 906/2015, nos termos descritos na Constituição Federal de 88 do em especial ao art. 37, IX, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

QUADRO DE VAGAS - LOCALIDADE - AGROVILA

Cargo/Contratação	Vagas	Vagas PNE	Total de Vagas	Vencimento	Carga Horária Semanal	Requisitos do Cargo
Agente Administrativo	001	-	001	788,00	40 horas	Ensino Médio Completo.
Contador	001	-	001	1.875,00	20 horas	Ensino Superior Completo, específico de Ciências Contábeis, com registro no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRC/MT)
Total de Vagas	**002**	**-**	**002**			

NOTAS EXPLICATIVAS:

1) Siglas:PcD = Pessoas com Deficiência, nos termos da legislação sobre o tema; h/s = horas semanais.

2) Escolaridade Mínima Exigida: realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3) Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

1.1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da EXATA, ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO (endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.358.766/0001-90, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso sob o nº 267 - J e compreenderá: 1ª etapa - prova objetiva de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e prova prática para o cargo de Agente ADMINISTRATIVO; 2ª Etapa - prova de títulos, de caráter apenas classificatório; 3ª Etapa - comprovação de requisitos para a contratação.

1.1.2. A Prefeita através da Portaria nº 018/2014 nomeou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado.

1.1.3. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

1.2. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados, será o estatutário de natureza especial e o regime previdenciário o Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

1.3. A Primeira Etapa (provas objetivas de múltipla escolha) será realizada no município de Apiacás/MT e, eventualmente, se a capacidade das unidades escolares deste não for suficiente para alocar todos os inscritos do Processo Seletivo Simplificado, serão também realizadas nos municípios circunvizinhos a este, que apresentarem estrutura física funcional, atendendo, assim, às necessidades do processo de seleção.

1.4. Os candidatos aprovado no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

1.5.Ficam os candidatos cientes que para as vagas de cadastro reserva, serão convocados somente aqueles em que os agentes já selecionados e convocados deixarem de atuar e quando servidores estiverem em afastamento será contratado por tempo determinado, sendo convocados pela ordem de classificação obtida neste certame.

1.6. Para todos os fins deste Processo Seletivo Simplificado será considerado o horário oficial o Estado de Mato Grosso.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal/88 - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19/1998 - art. 3º).

2.2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

2.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1. VIA INTERNET: De 00h00min do dia 26/03/2015 até às 23h59min do dia 13/04/2015, no site: www.exataplanejamento.com.br.

3.1.1. Não será permitido ao candidato fazer mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, previsto neste Edital. Caso o candidato realizar mais de uma inscrição, será considerada a última realizada.

3.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

3.2.1. Para inscrição, via Internet, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado disponível na página (www.exataplanejamento.com.br) e acessar o link para inscrição correlato ao Processo Seletivo da Câmara Municipal de Apiacás/MT.

b) cadastrar-se, no período entre 00h00min do dia 26/03/2015 às 23h00min do dia 13/04/2015, observado o horário oficial do Estado de Mato Grosso, através do requerimento específico disponível na página citada;

c) Não será cobrado taxa de inscrição no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

3.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

3.3.1. A Câmara Municipal de Apiacás e a empresa Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizam por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Quando estes não decorrerem de culpa do candidato ou do equipamento por ele utilizado, não será imputada ao candidato qualquer penalidade.

3.3.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.3.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.3.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.3.4.1. A alteração na opção de cargo só será deferida caso tenha sido transcrita erroneamente do Requerimento de Inscrição realizado via presencial, conforme subitem 3.3.5, caracterizando assim erro material. Neste caso, no dia de realização da prova objetiva, será registrada em Ata de Ocorrência a retificação, sendo imprescindível a apresentação, por parte do candidato, do comprovante de inscrição que ateste que o mesmo fora cadastrado de forma indevida.

3.3.4.2. As alterações de cargo apenas poderão ocorrer no caso de inscrição presencial, considerando que na inscrição via Internet não existe tal possibilidade, pois os campos são de preenchimento obrigatório e de responsabilidade exclusiva do candidato; o não preenchimento desses campos resultará na não efetivação da inscrição.

3.3.4.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.5. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

3.34.6. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.7. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.3.8. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.3.9. Não serão aceitas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.10. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Processo Seletivo do direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.3.11. A EXATA PLANEJAMENTO disponibilizará, no site www.exataplanejamento.com.br, a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.3.12. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste processo Seletivo.

3.3.13. O candidato inscrito deverá se atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado.

3.3.14. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição via presencial ou Internet, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.3.14.1. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.14.2. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.3.14.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.4.1. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO: As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) e cargo, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis, nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.

com.br, no mural da Câmara Municipal de Apiacás/MT e no Jornal Oficial dos Municípios, disponível no endereço eletrônico: (www.diariomunicipal.org/mt/amm).

3.4.2. Caso o candidato, ao consultar a relação, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar protocolar Recurso junto a Comissão de Processo seletivo, no prazo de 1 (um) dia útil, após a divulgação do edital complementar.

3.4.2.1. Mesmo no caso de não observância do direito de recurso mencionado no subitem 3.4.14 deste Edital, se a inscrição do candidato não tiver sido deferida, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no site da EXATA PLANEJAMENTO, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo Púbico e pela empresa organizadora com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Simplificado. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.4.3 Os recursos feitos após a data estabelecida no subitem 3.5.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas na relação de candidatos deferidos e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.4.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados apenas no dia e na sala de realização das provas.

3.4.5. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

4.1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado 5% (cinco por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

4.1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá, obrigatoriamente:

a) protocolar junto ao protocolo geral da Câmara Municipal de Apiacás envelope lacrando ou enviar via SEDEX ou CARTA REGISTRADA com Aviso de Recebimento (AR), laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 4.1.1 deste Edital, até o dia 13/04/2015, para a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, localizada na Avenida Ludovico da Riva Neto, nº 206 - Centro - Apiacás/MT - CEP: 78.595-000). Obs: Não serão aceitos SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de 13/04/2015.

4.1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório.

4.1.3. Considerando a existência de apenas uma vaga para provimento imediato no cargo pretendido, essa vaga não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 4.1.1.

4.1.4. Se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2. O candidato portador de deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.4.18 deste Edital, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto nº. 3.298/99.

4.2.1. O candidato portador de deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, com justificativa acompanhada de parecer original ou cópia autenticada em cartório emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado e recebido até o dia 13/04/2015, via SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), para a Comissão de Processo seletivo, no endereço citado no subitem 4.1.2 deste Edital. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição. Obs: Não serão aceitos SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de 13/04/2015.

4.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência, será divulgada nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br.

4.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

4.4. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Simplificado, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4.5. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Simplificado, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.6. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5 - DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e prova de títulos de caráter eliminatório e classificatório.

5.1. DAS PROVAS OBJETIVAS (PRIMEIRA ETAPA):

5.1.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Provas	Números de Questões	Pontuação de cada Questão	Total de Pontos
- Português - Matemática - Conhecimentos Gerais - Conhecimentos Específicos	05 05 05 05	05 05 03 07	25 25 15 35
Total	20	-	100

5.1.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, constará de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

5.1.3. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 30% (trinta por cento) de aproveitamento dos pontos na prova objetiva de múltipla escolha.

5.1.4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.

5.1.6. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.1.9. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

5.1.10. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA: A data de realização das provas objetivas de múltipla escolha será realizada na cidade de Apiacás/MT, no dia 19/04/2015 (domingo), com duração de 03h00min (três horas), incluído o tempo despendido com o processo de identificação civil previsto no subitem 5.4.6 deste Edital e a distribuição dos cadernos de provas e cartões de respostas aos candidatos, além de outras orientações a serem dadas pelo fiscal de sala, conforme disposto no quadro a seguir:

5.3. LOCAL: O local e o horário de realização da prova Objetiva, para o qual deverá se dirigir o candidato, será divulgado no quadro de avisos da Câmara Municipal e no nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br e no jornal oficial dos Municípios (disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.org/mt/amm). È de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas Objetivas e comparecimento no horário determinado.

5.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referente a inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.4.1. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, poderá efetuá-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.4.2. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao processo seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

5.4.2.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.4.2.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

5.4.3.1. Para imprimir o Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora - www.exataplanejamento.com.br e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada “Área do Candidato”, localizada à direita na parte superior da tela principal do site, informando “CPF” e “SENHA” cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão “OK”. (Em caso de esquecimento, clicar na opção “ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.”);

c) Será aberta a ÁREA DO CANDIDATO. Logo abaixo você tem a opção “Histórico”; Selecionar o Concurso ou Processo

Seletivo desejado, clicando na opção “SELECIONE UM CONCURSO/PROCESSO SELETIVO”, localizado na parte inferior da tela;

d) Clicar na opção “Comprovante definitivo de inscrição” e em seguida “imprimir”.

5.4.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.4.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

5.4.5.1. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo e pela empresa organizadora com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

5.4.5.2. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Simplificado. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

5.4.6. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

5.4.7. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.4.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

5.4.8.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4.8.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.4.8.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.4.8.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade

vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

5.4.8.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 5.4.8. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

5.4.8.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.9. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.4.10. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.4.11. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.4.12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.13. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

5.4.14. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no subitem 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.4.15. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

5.4.16. O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas. Dessa forma, o candidato que se retirar do local de provas antes do decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término e que, conforme subitem anterior, não poderá levar consigo o caderno de provas, apenas poderá anotar suas opções de respostas marcadas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotações deste fim.

5.4.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar-se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

5.4.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 5.4.17 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

5.4.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.4.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.4.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.5. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.6. DA PROVA DE TÍTULOS (SEGUNDA ETAPA):

5.6.1 A avaliação de títulos para todos os cargos, de caráter apenas classificatório, valerá até 20 (vinte) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.6.2 Os títulos, acompanhados do Formulário de Envio devidamente preenchido e assinado, conforme (ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS):

5.6.2.1. Os títulos poderão ser entregues em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Apiacás/MT aos cuidados da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, no endereço localizado na Avenida Ludovico da Riva Neto, nº 206 - Centro, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000 até o dia 13/04/2015.

5.6.2.2. Os títulos **poderão ser protocolados no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Apiacás/MT** ou enviados via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, impreterivelmente até o dia 13/04/2015, em envelope lacrado, identificado com nome e CPF endereçado para a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, localizada na Avenida Ludovico da Riva Neto, nº 206 - Centro, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000. Não serão aceitos os títulos enviados via SEDEX ou Carta Registrada, com data de recebimento posterior a 13/04/2015. O título enviado via SEDEX ou carta registrada deverá ser obrigatoriamente enviados para o email exata@exataplanejamento.com.br, os respectivos títulos e o comprovante de envio de postagem, pata fins de rastreamento.

5.6.3. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados ou classificados nas provas objetivas de múltipla escolha e prática se houver.

5.6.4. Na entrega dos títulos, o candidato deverá anexar o Formulário de Envio de Títulos, conforme modelo no (ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS), deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos que pretende sejam avaliados, o número de documentos entregues, seu nome e o cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos, conforme subitem 5.6.2.

5.6.5. Os candidatos deverão entregar cópias dos documentos autenticadas em Cartório de Notas.

5.6.5.1. Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

5.6.6. A entrega dos documentos referentes à fase de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.7. A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

5.6.7.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado no Edital.

5.6.8. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.9. Cada título será considerado uma única vez, valendo o de maior pontuação.

5.6.10. Os títulos considerados neste Processo Seletivo, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Alínea	Título	Título	Valor Máximo Pontos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	20,00	20,00
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	15,00	20,00
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas.	10,00	20,00
Total Máximo de Pontos			20,00

5.6.11 Na impossibilidade do envio do diploma e/ou certificado, o candidato poderá apresentar declaração expedida por instituição de ensino que demonstre, de forma inequívoca, a conclusão do curso de pós-graduação (lato e/ou stricto sensu) e a obtenção do título. A certidão/declaração deverá vir acompanhada do histórico escolar do curso ao qual se refere.

5.6.12 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos deste edital, o certificado deverá informar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação.

5.6.12.1 Caso o certificado não informe que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende às normas do CNE.

5.6.12.2 Não receberá pontuação na alínea C do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE sem a declaração da instituição referida no subitem anterior.

5.6.13 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que constem a carga horária.

5.6.14 Os diplomas (mestrado e doutorado) expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.6.15 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.6.16 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

5.6.17. Não será considerado para contagem de título para o cargo pretendido quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo cargo, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

5.7 DAS PROVAS PRÁTICAS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA TERCEIRA ETAPA:

5.7.1. Submeter-se-ão à prova prática os candidatos ao cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, de caráter classificatório, terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 50 (cinquenta) pontos.

5.7.2. As provas práticas serão realizadas na cidade de Apiacás/MT, em local e horário que será divulgado no quadro de avisos da Câmara Municipal, no jornal oficial dos Municípios (www.amm.org.br) e no endereço eletrônico: da empresa organizadora (www.exataplanejamento.com.br).

5.7.3. A prova prática será realizada no dia 19/04/2014 (Domingo) e, caso haja necessidade devido ao número de candidatos, serão designadas novas datas, em horários diversos, de acordo com cada cargo, conforme estabelecido em edital publicado em data oportuna.

5.7.4. Os resultados da prova prática para os classificados nesta fase, serão afixados no quadro de avisos da Câmara Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

5.7.5. Os candidatos deverão comparecer no local indicado para realização da prova, munidos do comprovante de inscrição e documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova.

5.7.6. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas e na lista de presença.

5.7.7. LOCAL: O local e o horário de realização da prova Prática, para o qual deverá se dirigir o candidato será divulgado no quadro de avisos da Câmara Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e no jornal oficial dos Municípios (disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br). São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da prova Prática e comparecimento no horário determinado.

5.7.8. Os candidatos convocados para a prova prática, conforme cronograma do Concurso Público terão seus nomes e respectivas pontuações divulgados no quadro de avisos da Câmara Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, sendo que esta comunicação não tem caráter oficial, apenas informativo, devendo os candidatos que participarão desta fase comparecer no local de realização da mesma.

5.7.9. Os resultados da prova prática, para os classificados nesta fase, serão divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

5.7.10. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

5.7.11. A prova prática para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO será através de avaliação da habilidade prática na digitação de textos e constará de exame de digitação (formatação, rapidez e correção) apurado mediante texto fornecido no ato da prova (modelo de formato oficial de redação de ofício), terá a duração de 05 (cinco) minutos e será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos conforme tabela a seguir, aplicada à atribuição de notas, sendo:

Toques Líquidos por Minuto	Pontos
Menor que 90	05,0
91 e 95	10,0
96 e 100	15,0
101 e 105	20,0
106 e 110	25,0
111 e 115	30,0
116 e 120	35,0
121 e 125	40,0
126 e 130	45,0
Acima de 131	50,0

5.7.11.1. Cada erro cometido, incluindo a formatação do documento, implicará na subtração de 02 (dois) toques do total obtido e será atribuída nota 0 (zero) ao candidato que totalizar menos de 90 (noventa) toques líquidos por minuto.

5.7.12. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem às circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela empresa organizadora (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

5.8. SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO NESTA FASE, O CANDIDATO QUE:

a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

b) Não apresentar a documentação exigida;

c) Não obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de aproveitamento, no mínimo, na prova objetiva;

d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6. DOS PROGRAMAS

6.1. Os programas/conteúdo programático das provas objetivas para os diversos cargos compõem o Anexo II do presente Edital.

6.2. O Anexo II, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.2.1. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 6.583/2008, poderão ser utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas; no entanto, o conhecimento destas novas regras não será exigido para a resolução das mesmas.

6.3. A Câmara e a Empresa Organizadora do Processo Seletivo, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. Será classificado o candidato que obtiver aprovação de no mínimo 30% (trinta por cento) no total de pontos do conjunto das provas objetivas de múltipla escolha;

7.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolha e na prova de títulos (se houver).

7.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Matemática;

d) Maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais;

c) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

e) Maior idade.

8. DOS RESULTADOS E RECURSOS

8.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br, **a partir 16h00-min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva e no mural da Câmara Municipal de Apiacás.**

8.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 01 (um) dia útil, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Simplificado no site www.exataplanejamento.com.br.

8.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo seletivo, apenas no prazo recursal.

8.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido, até 01 (um) dia útil após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

9.2. O candidato será convocado para a realização da 4ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF do admitido;

03. CPF do pai e mãe;

04. Certidão de Nascimento ou Casamento;

05. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

06. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

07. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

08. Título de eleitor;

09. Certidão de Quitação Eleitoral;

10. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

14. CPF dos dependentes;

15. Comprovante de residência atual;

16. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

17. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

b) Original:

18. Certidão de Antecedentes Criminais;

19. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração para IRFF e salário família.

2ª Fase - Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. Obs: O candidato deverá apresentar-se na unidade de saúde na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Apiacás/MT, após a apresentação da documentação exigida.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital.

9.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 30 (trinta) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, sendo-lhe, ainda, permitido requerer a prorrogação do prazo pelo período improrrogável de mais 30 (trinta) dias.

9.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.6.1. A aprovação no processo seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.

9.6.2. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do processo seletivo.

9.7. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação.

9.7.1. A homologação do processo seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Câmara Municipal de Apiacás, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.9. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.10. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da Exata Planejamento, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

9.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Câmara Municipal e nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br.

9.12. A Câmara Municipal e a empresa organizadora do processo seletivo se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da Câmara Municipal e/ou da Exata Planejamento.

9.13. Os resultados divulgados nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br, não terão caráter oficial, sendo meramente informativos. Porém, reproduzirão, com estrita observância, a hora e dia de publicação no quadro de avisos da entidade.

9.14. O candidato aprovado e classificado no processo seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

9.14.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao Presidente da Câmara, até o dia útil anterior à data da contratação.

9.14.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos aprovados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

9.15. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

9.16. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.17. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pela empresa organizadora, com aquiescência da Câmara Municipal de Apiacás e Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

9.18. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado constituído por ato da Prefeita, assessorados pela Exata Planejamento, empresa organizadora do Processo seletivo.

9.20. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Cuiabá/MT.

9.21. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível na Câmara Municipal de Apiacás/MT, localizada na Avenida Ludovico da Riva Neto, nº 206 - Centro - Apiacás/MT e nos e nos endereços eletrônicos: nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br.

9.22. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

9.23. Faz parte deste Edital: ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO, ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS, ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS, ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES, ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS, ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO, ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Apiacás (MT), 18 de Março de 2015.

José Eder da Luz – Presidente da Câmara Municipal

Fernando Bialeski **– Presidente da Comissão de Processo Seletivo**

Aldair José dos Santos – Secretário

Sedival Araújo – Membro

Leilson Balduino Feitosa **– Suplente**

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
25/ 03/ 2015	16h00min	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e www.exataplanejamento.com.br

26/03/2015 a 13/04/2015	Inicio às 00h00min e encerrando-se às 23h00min	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado	www.exataplanejamento.com.br
26/03/2015 a 13/04/2015	07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min	Prazo para protocolo dos títulos pelos candidatos.	Câmara Municipal de Apiacás/MT ou Via (AR), com aviso de recebimento.
14/04/2015	16h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
16/04/2015	16h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Provas Praticas	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
19/04/2015	A divulgar	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova Prática.	Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT, Diário Oficial do Município de Apiacás/MT e www.exataplanejamento.com.br
20/04/2015	16h00min	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
23/04/2015	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova Objetiva	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
23/04/2015	16h00min	Divulgação do resultado parcial das Provas Objetivas de Múltipla Escolha, Provas Práticas e de Títulos.	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
27/04/2015	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre o Resultado Parcial.	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
27/04/2015	16h00min	Divulgação do resultado Geral contendo notas das Provas Objetivas, práticas e de Títulos.	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
29/04/2015	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Presidente da Câmara Municipal.	Quadro de avisos da Câmara de Apiacás/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO: Interpretação de texto; Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; Elementos da comunicação e funções da Linguagem; Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. Ortografia; Classes de palavras; Estrutura e formação de palavras. Acentuação gráfica e tônica. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO: Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO: Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos Mundial, do Brasil, Estado de Mato Grosso e do Município de Apiacás/MT. Símbolos do Estado. Atualidades Nacionais e Internacionais. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...). Descobertas e inovações científicas e tecnológicas. Meio ambiente.

_específica para o cargo de Agente Administrativo: Controle de estoque de almoxarifado; controle de protocolo, de portaria e de recepção; Atendimento ao público; Noções sobre registros de expedientes; seletividade de documentações e pautas de reuniões; Técnicas de arquivos e conservação de documentos; Elaboração de ofícios; correspondências; técnicas de agendamento; formas de tratamentos; abreviações de tratamentos de personalidades; Noções de técnicas de secretariar; uso de fax e internet; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; normas patrimoniais e seu gerenciamento (tombamento, controle, termos de responsabilidades, baixas, transferências e alienação); Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções básicas sobre licitações e contratos administrativos; Noções básicas sobre elaboração de folha de pagamento e encargos sociais (previdência social e impostos diversos). Conceitos de Internet/Intranet. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet: Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio

eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; Conceitos de proteção e segurança. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software: Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup); Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas (Ex.: Word, Excel).

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

_CONTADOR.

_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS: Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR: Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS: Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos Mundial, do Brasil, Estado de Mato Grosso e do Município de Apiacás/MT. Símbolos do Estado. Atualidades Nacionais e Internacionais. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...). Descobertas e inovações científicas e tecnológicas. Meio ambiente.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE CONTADOR: Organização Administrativa: Princípios Fundamentais; Administração Direta, Indireta e Fundacional. Controle da Administração: Tipos e formas de controle; Controle Administrativo; Controle Legislativo; Controle Interno. Serviços Públicos: Conceito; Classificação; Formas de execução; Competência da União, Estados e Municípios. Licitações: Princípios; Obras, Serviços de Engenharia e demais serviços; Modalidades; Publicações; Dispensas e Inexigibilidades; Procedimentos licitatórios; Processamento e julgamento; Instrumentos convocatórios; Tipos; Anulação e Revogação. Contratos: Normas Gerais; Cláusulas essenciais Cláusulas exorbitantes; Formalização; Garantias contratuais; Duração e prorrogação; Alteração; Nulidade; Execução; Inexecução; Rescisão; Teoria da Imprevisão; Sanções Administrativas; Tutela judicial: Poderes da Administração; Normativo; Disciplinar; Decorrente da Hierarquia. Poder de Polícia: Conceito; Polícia administrativa e judiciária; Meios de Atuação; Características. Limites: Atos Administrativos: Atos da Administração; Conceito; Atributos; Elementos; Discricionariedade e Vinculação; Classificação; Atos Administrativos em espécie; Extinção. Código Tributário Nacional. Título VI, Capítulo I da Constituição Federal de 1988. O Estado e o Poder de Tributar. O Direito Tributário. A legislação Tributária. Vigência e aplicação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Sistema Tributário Nacional. Competência Tributária. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições Sociais. Empréstimos Compulsórios. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Ilícito Tributário. Legislação da área Tributária. Orçamento Público: Processo Orçamentário; Planos, Programas, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual; Orçamento/Programa; Planejamento: Conceitos. Princípios. Dispositivos Constitucionais. Abrangência dos Instrumentos de Planejamento: Orçamento Fiscal; da Seguridade Social; Investimentos das Empresas Estatais. Plano Plurianual: Dispositivo Constitucional - Definição e Objeto. Prazos e Vigência; Lei Orçamentária Anual: Conceituação. Conteúdo. Princípios orçamentários. Competência. Vigência e Prazos. A organização do processo de elaboração do orçamento; Lei de Diretrizes Orçamentárias: Função. Princípios Básicos; Prazos e Vigência; Execução Orçamentária; Créditos Orçamentários; Empenho; Liquidação; Pagamento; Restos a Pagar; Despesas de Exercícios Anteriores. Sistema Orçamentário: As Classificações Orçamentárias - Institucional e Funcional Programática; Categorias Econômicas - Receita; Categorias Econômicas Despesa. Controle e Avaliação da Execução Orçamentária: O Controle Interno; O Controle Externo; Aspectos do Controle; Os Relatórios de Gestão Fiscal; Convênios e Prestação de Contas. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Conceito; Campo de Atuação; Objetivos; Regimes Contábeis. Receita e despesa orçamentária: conceito, classificação e estágios. Créditos adicionais; Receitas e Despesas Extra-orçamentárias: restos a pagar, depósitos, serviços da dívida a pagar e débitos de tesouraria; Regime de Adiantamento ou Suprimentos de Fundos; Despesas de Exercícios Anteriores; Dívida Pública. Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Patrimônio na Administração Pública: Conceito; Patrimônio sob o aspecto qualitativo; Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos; Depreciação, Amortização e Exaustão; Inventário. Escrituração na Administração Pública: Conceito; Plano de Contas; Sistema Contábil; Formalidades do registro contábil; Escrituração de operações típicas. Demonstrações Contábeis: Conceito; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Classificação das Variações Patrimoniais; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Análise e Interpretação dos Balanços Públicos; Levantamento de Contas: Prestação de Contas; Tomada de Contas. Legislação Aplicada à Gestão Pública: Constituição Federal/1988; Lei Complementar nº 4.320/64; Decreto Lei 200/67; Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº 10.028/2000; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 4ª Edição.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Edital nº 001/2015

Apiacás - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, TODOS AUTENTICADOS, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

c. Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato		Qte Documentos Entregues				
Inscrição	Cargo					
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)	

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Apiacás, _____de _____ de2015.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____ , sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo _____ conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

Apiacás, _____de _____ de2015.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença

do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

_AGENTE ADMINISTRATIVO: Examinar processos; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, protocolos, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; executar tarefas afins conforme as necessidades da Câmara ou determinação superior. Revisar e conferir a emissão de cartas e ofícios, declarações e dossiês. Controlar processos de Projetos de Leis e Publicações Oficiais. Manter cadastro de fornecedores atualizados; Controlar contratos e prestações de serviço, documentos do arquivo geral e bens patrimoniais da Câmara. Controlar e elaborar relatórios. Analisar requisições de materiais. Emitir documentações contratuais e editais. Consultar preços no mercado e elaborar mapas comparativos. Revisar e conferir a emissão de documentos, cartas de recomendações e apresentação, certidões, declarações e dossiês. Verificar e providenciar as condições para a realização de sessões e de reuniões dos vereadores. Auxiliar na elaboração de atas e de gravações de voz e imagem dos vereadores durante as sessões; Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

_CONTADOR: Executar as atribuições do cargo de Contador. Trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas; redigir expediente administrativo; proceder aquisição, guarda e distribuição de material; Descrição Analítica: Examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar, quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais; eventualmente realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; executar tarefas afins conforme as necessidades da Câmara. Controlar rescisões de contratos de trabalho, encargos sociais, folha de pagamento, férias e direitos trabalhistas dos servidores. Revisar e conferir a emissão de cartas de apresentação, certidões, declarações e dossiês. Controlar processos de admissão. Controlar sistemas de treinamento. Verificar e providenciar as condições para a realização de eventos. Manter cadastro e controlar benefícios e vantagens oferecidas pela Câmara na realização de estudos referentes a cargos e salários. Controlar contratos e prestações de serviços, documentos do arquivo geral e bens patrimoniais da Câmara. Supervisionar serviços de reprografia. Controlar e elaborar relatórios sobre a frota de veículos da Câmara. Analisar orçamento de veículos acidentados; efetuar estudos que determinem o momento de renovação da frota. Providenciar licitação para conserto de veículos. Analisar requisições de materiais. Negociar preço e condições de fornecimento de materiais ou serviços. Controlar contratações de investimentos, preços praticados. Inspecionar materiais de suprimento automático e compras programadas. Efetuar conciliação e consistência de inventários. Emitir documentações contratuais e editais. Consultar preços no mercado e elaborar mapas comparativos. Analisar e emitir parecer conclusivo sobre compras. Controlar extratos e contas bancárias, dados financeiros, autorização de pagamentos, adiantamentos e transferências de numerários.

ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, eu _____, portador do CPF nº _____, cédula de identidade nº _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, e-mail _____, nomeio e constituo como meu bastante procurador, para os fins de promover a minha inscrição no cargo de

_____ do Processo Seletivo Simplificado da Câmara Municipal de Apiacás/MT, Edital nº 001/2015, o Sr(a).

_____, portador da cédula de identidade nº _____, e-mail _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, com os poderes específicos para, em meu nome, firmar o requerimento padrão de inscrição e declaração de que estou de acordo com as normas do contidas no referido edital.

Local e data: _____, _____/_____/_____.

Assinatura: _____

ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado

Câmara Municipal de Apiacás - MT

Ref: Recurso Administrativo - Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2015.

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) Inscrições (indeferimento de inscrição)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

( ) Realização da Prova Prática, se houver

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura do candidato)

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 077/2015

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **DORALICE DE SOUZA,** ocupante do cargo de Zeladora, referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 à 31/07/2013, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar a Servidora **ERICA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA**, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2013 à 31/07/2014, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015, com abono pecuniário.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar a Servidora **EDINELMA GONÇALVES**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/07/2013 à 15/07/2014, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015, com abono pecuniário.

Art. 4° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **JOSE CARLOS DIEFENTHAELER**, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 31/07/2013 à 30/07/2014, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015.

Art. 5° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **MICHEL PEREIRA CARDOSO**, ocupante do cargo de Coveiro, referente ao período aquisitivo

de 13/03/2013 à 12/03/2014, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015, com abono pecuniário.

Art. 6° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **MARCIO WAGNER RANSOLIN SORANSO**, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, referente ao período aquisitivo de 19/07/2012 à 18/07/2013, e período de gozo de 01/03/2015 à 30/03/2015.

Art. 7° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Março 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 019/2015 - GABARITO PREVIO

PORTARIA Nº 19/2015 de 23 de março de 2015.

"Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 002 que apresenta o **Gabarito Prévio** das provas objetivas, e dá outras providências".

O Senhor **JOSÉ EDER DA LUZ**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando que o transcurso normal das provas ao cargo de Controlador Interno, realizadas em data de 22 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 002 que apresentação no Anexo I o **Gabarito Prévio da Prova objetiva** ao cargo de Controlador Interno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

JOSÉ EDER DA LUZ

Presidente da Câmara Municipal

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 018/2015,** no dia 08/04/2015 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo **Decreto Municipal nº. 0156/2008 e** 564/2010, **Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis**,

OBJETO

: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS DE APIACÁS PARA ALTA FLORESTA IDA E VOLTA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N° 002/2015 - GABARITO PREVIO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

DA APRESENTAÇÃO DO GABARITO PRÉVIO

A Senhora Dionísia Alves Pereira,Presidente da Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 012 de 03 de fevereiro de 2015, diante do andamento em conformidade ao cronograma estabelecido pelo Edital de Abertura do Concurso Público, e

Considerando

a realização das provas objetivas em data de 22 de março de 2015, conforme previsto no cronograma do Edital de Abertura nº 001/2015,

Resolve, apresentar o ANEXO I a este Edital Complementar como o Gabarito Prévio da Prova do Cargo de Controlador Interno:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A prova objetiva ao cargo de Controlador Interno previsto no Edital do Concurso Público Edital nº 001/2015 foi realizada no dia 22 de março de 2015, na Escola Estadual Portal da Amazônia localizada na Av. do Ipês s/nº, Bairro Primavera, Apiacás MT. 1.2. O processo de aplicação e realização das provas transcorreu sem qualquer evento extraordinário ou estranho ao certame. 1.3. A Comissão de Concurso Público determinou a publicação do Gabarito Prévio, anexo à este Edital Complementar, e abre prazo para eventual recurso administrativo contra as questões aplicadas até dia 25/03/2015 às 11:00hs via e-mail: contato@sosconsultoria.com.br

Apiacás 24 de março de 2015.

Dionísia Alves Pereira

Presidente da Comissão de Concurso

ANEXO I

GABARITO PRÉVIO

Câmara Municipal de Apiacás - Estado de Mato Grosso
Concurso Público Edital nº 001/2015
GABARITO PRÉVIO - NÍVEL SUPERIOR

CARGO: Controlador Interno																			
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resposta	C	B	C	C	A	C	D	B	C	D	D	A	B	D	D	D	D	B	A	A
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resposta	A	D	C	D	A	D	C	B	C	B	A	A	C	C	A	C	D	B	A	C
Alta Floresta - MT, 23 de março de 2015																				
S.O.S. ASSESSORIA CONTÁBIL E ADM. LTDA																				
Organizadora do Concurso																				

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- CONSTRUTORA LINEAR LTDA – ME

CONTRATO N° - 069/2013

OBJETO –**APLICAÇÃO COM MÁQUINARIO APROPRIADO TSD (CAPA E LAMA ASFÁLTICA PARA RECUPERAÇÃO DE 50.840.M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS E AVENIDAS.**

RESCISÃO –FICA O CONTRATO N° 069/2013 RESCINDIDO A PARTIR DE 23/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 092/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO PROVENIENTE DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear a Sra. **JAQUELINE VIEIRA DA SILVA**,no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Processo Seletivo Público n° 003/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Cumpra-se;

Pública-se.

Apiacás-MT, 25 de Março de 2015.

_____

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
DECRETO DE NOMEAÇÃO 17/2015, ARAGUAIANA 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 17/2015Araguaiana – MT, 19 de marco de 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011 PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, Sr. José Marra Nery, no uso das atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 01/2011 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº 1/2011, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 1/2011;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto nº 9/2012 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de convocação de candidato nº 14/2015 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato abaixo relacionado para exercer o respectivo cargo:

CARGO: (25) AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Inscrição	**Candidata**
00290	**Edilene Ferraz do Nascimento**

;

Parágrafo único. O candidato nomeado pela ordem de classificação e que atenderam os requisitos do Edital de Concurso Público, são os constantes do artigo 1º deste Decreto.

Art. 2º A validade das nomeações deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988, ou seja, dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

Art. 3º Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30(trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente Decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS – 002/2015 REGISTRO DE PREÇOS/GÊNEROS ALÍMENTICIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PRORROGAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS – 002/2015

REGISTRO DE PREÇOS/GÊNEROS ALÍMENTICIOS

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados a **PRORROGAÇÃO** do Pregão Presencial n.º 02/2015**,** que tem por objetivo: o

REGISTRO DE PREÇOS PARA

aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, frios, verduras, pães, para serem usados pelas secretarias Municipais, conforme especificações contidas no Anexo do edital. A**s** documentações e propostas deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos na Rua Bahia, 430, centro, Araguainha – MT, no dia 07/04/2015, às 14H30min, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, e-mail – designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 23 de março de 2015.

Vander Lúcio Nunes de Jesus

PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015
REGISTRO DE PREÇOS – COMBUSTIVEIS E ÓLEO LUBRIFICANTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS – COMBUSTIVEIS E ÓLEO LUBRIFICANTE

A Prefeitura Municipal de Araguainha – MT torna pública que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇOPOR LOTE, **visando à aquisição de Combustíveis (Gasolina, Etanol e Óleo Diesel) e Óleo Lubrificante e Derivados,** para manutenção da frota municipal. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Bahia, 426 - Centro, até o dia 07**/04/2015 as 16h00min** sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3476 1210, e-mail – designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 23 de março de 2014.

VANDER LUCIO NUNES DE JESUS

Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015
REGISTRO DE PREÇOS – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

REGISTRO DE PREÇOS – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados o resultado da licitação realizada no dia 23 / 03 / 2015, às 13h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Bahia. nº. 426 – Centro, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 001/2015, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO, SEDAN, PICK-UP E KOMBI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES, DO GABINETE DO PREFEITO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE E DA ADMNISTRAÇÃO, de acordo com o Anexo I. A Empresa vencedora do Item I, foi TMA BARBOSA – ME, CNPJ N.º 18. 339.760/0001-93.

Araguainha – MT, 23 de março de 2015.

VANDER LUCIO NUNES DE JESUS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

AVISO DE LICITAÇÃO

PRORROGAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados a **PRORROGAÇÃO** dos ITENS (2, 3 e 4) do Pregão Presencial n.º 01/2015**,** que tem por objetivo: o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO, SEDAN, PICK-UP E KOMBI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES, DO GABINETE DO PREFEITO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE E DA ADMNISTRAÇÃO, de acordo com o Anexo I.** As documentações e propostas deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos na Rua Bahia, 430, centro, Araguainha – MT, no dia 07/04/2015, às 13H30min,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, e-mail – designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 23 de março de 2015.

_____

VANDER LUCIO NUNES DE JESUS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 003-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 003-2015

REF: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029-2014 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033-2014.- REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA - MT. Objeto Da Ata de Registro de Preço: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE.INTERESSADO A ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA - MT - Representado pelo Sr. SIDNEY PIRES SALOMÉ – Prefeito Municipal. FORNECEDOR: DENTAL MIX COM. DE PROD. MED. ODONTOLÓGICO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.890.803-0001-73, com sede na Rua Coronel Faria nº 165 Centro na Cidade de Cáceres _ MT. SECRETARIA requerente: Secretaria Municipal de Saúde, consignados no Orçamento do ano corrente, serão empenhados na rubrica: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - (270) 08.002.10.302.1000.2066.339030 e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - (276) 008.02.10.302.1000.2066.449052. VALOR: O preço global deste Contrato é de R$ 175.932,70 (Cento e Setenta e Cinco Mil Novecentos e Trinta e Dois Reais e Setenta Centavos). Araputanga MT, 24 de Março de 2015. SIDNEY PIRES SALOMÉ - PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 41/2015

PORTARIA 41/2015

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - **Designar a servidora SANDRA MARIA RODRIGUES SOARES, para desempenhar suas funções laborativas, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, aos dezoito (18) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015).

SIDNEY PIRES SALOMÉ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

LEI 1211.2015

LEI MUNICIPAL N° 1211/2015

ESTABELECE O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS- MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as Normas Gerais de Direito Público, A Lei Federal n° 11.738/2008 Lei Municipal n° 1.185/2014, a Constituição Federal, e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º. Fica estabelecido o novo piso salarial dos Professores do Magistério de R$ 1.440,64 (um mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), e, reajuste de 13,01% (treze vírgula um por cento), sobre o piso salarial dos professores do magistério do Município de ARENÁPOLIS/MT, conforme determina o art. 5º da Lei Federal n. 11.738 de 16 de julho de 2008, e a Lei municipal n.º 1185/2014.

Art. 2° - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2010/2015 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2015, para dar cumprimento a presente lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2015 e subseqüentes.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 04 de fevereiro de 2015.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

LEI 1213.2015

LEI MUNICIPAL N° 1213/2015

"Dispõe Sobre a Autorização para Inclusão no PPA, LDO e LOA do exercício de 2015. e da Outras Providências".

O Senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Esta lei autoriza a inclusão no Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2015, o Projeto Atividade 1060- Aquisição de Veículos para a Atenção Básica.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Orçamento Geral do Município , exercício de 2015, um Crédito Especial Suplementar, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) destinados a Aquisição de Veículos para a Atenção Básica, conforme abaixo descriminado:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 021 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0013 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 1060- Aquisição de Veículos para a Atenção Básica

Elemento de Despesa:

44.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 80.000,00

TOTAL R$ 80.000,00.

Art. 2º **- Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da Anulação Total ou parcial de dotações do orçamento corrente, no valor de R$. 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme discriminação abaixo:**

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 021 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0013 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2056- Manutenção das Unidades de PSF S

Elemento de Despesa:

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica R$ 80.000,00

TOTAL R$ 80.000,00

Parágrafo único – A autorização de que trata a presente lei, cumpre ao disposto nas normas Constitucionais pertinentes e será efetivada de acordo com as regras instituídas pela Lei nº. 4.320/64 , obedecidas às normas estabelecidas pela Lei Complementar 101/2000.

Art. 4° Fica autorizado ao Chefe do Executivo, a regulamentar por meio de Decreto os casos omissos a presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 24 dias do mês de março de 2015.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1214.2015

LEI MUNICIPAL N° 1214/2015

"Dispõe Sobre a Autorização para Inclusão no PPA, LDO e LOA do exercício de 2015 e da Outras Providências".

O Senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Esta lei autoriza a inclusão no Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2015, o Projeto Atividade 1023- Ampliação e Reforma do Ginásio de Esportes

Art. 2º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Orçamento Geral do Município , exercício de 2015, um Crédito Especial Suplementar, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) destinados a Ampliação e Reforma do Ginásio de Esportes, conforme abaixo descriminado:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 005

– Departamento de Desporto e Lazer

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 0010 – Desporto e Lazer, Vida e Saúde

Projeto/Atividade: 1023- Ampliação e Reforma do Ginásio de Esportes

Elemento de Despesa:

44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 110.000,00

TOTAL R$ 110.000,00

Art. 3º- Os Créditos autorizados no artigo 1º e 2º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados e reduzidos, utilizando-se como recurso o Termo de Convenio n° 027/2014, celebrado entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e a Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT.

Parágrafo único – A autorização de que trata a presente lei, cumpre ao disposto nas normas Constitucionais pertinentes e será efetivada de acordo com as regras instituídas pela Lei nº. 4.320/64 , obedecidas às normas estabelecidas pela Lei Complementar 101/2000.

Art. 4° Fica autorizado ao Chefe do Executivo, a regulamentar por meio de Decreto os casos omissos a presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 24 dias do mês de março de 2015.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1212.2015

LEI MUNICIPAL N° 1212/2015

EMENTA: ***AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA COM 1.212 m², POR MEIO DE DOAÇÃO SIMPLES E SEM ENCARGOS, PARA EXTENSÃO DA RUA "AROCLIDES BARBOSA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as Normas Gerais de Direito Público e Administrativo, a Constituição Federal, e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º. Fica autorizado ao Chefe do Executivo a adquirir, na forma de doação pura, simples e sem encargos, do senhor Claudemir Antônio Maierhofer, uma área com 1.212 m², situada entre os lotes 107-A e 107-B, dentro do lote remanescente n° 107, localizado na Rua Pedro Nunes Barroso, Bairro Vila Nova, Cidade de Arenápolis/MT.

§1° - À área de que trata o **"Caput"** deste artigo, tem os seguintes limites e confrontações: 12 metros de frente para a Rua Joaquim Otávio Pereira; 101 metros de limitando-se com o Lote n° 107 – A; 12 metros ao fundo, limitando-se com a Rua Papa João Paulo I, e 101 metros, limitando-se com o Lote 107 – B, fechando assim, o perímetro da área doada de 1.212m², assim como se faz constar na planta, memorial descritivo de desmembramento do Lote 107, e certidão de inteiro teor dos lotes acima citados, e, cuja cópia segue anexo a presente Lei.

Art. 2° - À aquisição de que trata esta Lei, tem destinação única e exclusiva, à extensão da Rua Aroclides Barbosa, situada no Jardim Canaã, Cidade de Arenápolis/MT, que passará a medir 265,50 (duzentos e sessenta e cinco metros e cinqüenta centímetros) de comprimento, por 12 (doze) metros de largura.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 23 de março de 2015.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2015

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ **– MT.**

- RETIFICAÇÃO DE DATA PARA ENTREGA DE TÍTULOS.

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, a Comissão do Concurso Público nº 001/2015, designada pela Portaria Nº 7.576/2015 de 20/01/2015, no uso de suas atribuições, em conformidade com o item 11.1 e 11.2 do Edital de Concurso Público nº 001/2015,

RETIFICA:

O prazo final para a entrega de títulos será a data estabelecida no Anexo III – Cronograma; Nestes termos o item 4.10.5. passa a ter a seguinte redação*: "A entrega bem como a postagem do envio via SEDEX deverão respeitar a data limite estabelecida no Anexo III, qual seja, 27 de março de 2015".*

Permanecem inalterados os demais itens do Edital 001/2015.

Aripuanã - MT, 24 de março de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

Rafael Gomes Paulino

Presidente da Comissão de Concurso

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 010/2015, levado a efeito às **08h00min** do dia **24/03/2015**, sagrou-se vencedora a Srª. **FRANCIELE MITIUHE CABRERA** com o valor total de **R$ 29.530,98.** Maiores informações pelo telefone (0xx66) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 24 de Março de 2015.

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.732/2015

Dispõe sobre a readaptação do servidor Valdir Francisco Pacito Xavier, efetivo no Cargo de Motorista de Caminhão/Ônibus.

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 001/99, Art. 33, Inciso II**:**

RESOLVE:

Art 1° - COLOCAR EM DESVIO DE FUNÇÃO o servidor **Valdir Francisco Pacito Xavier**, efetivo no Cargo de Motorista de Caminhão/Ônibus, para prestar **Serviços de Mecânico, Motorista Categoria A/B e Serviços Administrativos**, tendo em vista Laudo Médico emitido pelo Dr Agostinho Carvalho Teles, CRM/MT 1755, no qual consta que o servidor só poderá ser habilitado na categoria A/B, a partir de 10/03/2015.

Art 2° - A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art. 35 da Lei Complementar nº 001/99.

Art 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã-MT, aos 24 dias do mês de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 014/2015, levado a efeito às **09h00min** do dia **20/03/2015**, sagrou-se vencedora a empresa: **SELUIR PEIXER - ME** com o valor total de **R$ 30.000,00.** Maiores informações pelo telefone (0xx66) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 24 de Março de 2015.

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.575/2015

SÚMULA:

"REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº097/2014 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº085/2013, E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DE CONSTRUÇÃO PRECÁRIA PREVISTA NO ANEXO I E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1o Este decreto define normas gerais visando a caracterização de construção precária prevista no Anexo I da Lei Complementar nº097/2014, exclusivamente para efeitos de Avaliação do Valor Venal do imóvel.

Art. 2º Para incidência do valor diferenciado previsto na tabela do Anexo I da Lei Complementar nº097/2014, o contribuinte proprietário do imóvel deverá apresentar requerimento de avaliação das condições da edificação, em formulário padrão constante do Anexo I deste decreto, perante a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º O Requerimento deverá ser apresentado no exercício corrente e a avaliação não retroage a tributos lançados em exercícios anteriores.

Art. 4º Após o requerimento uma equipe designada pela Secretaria Municipal de Finanças fará vistoria das condições do imóvel e avaliará se trata de construção precária.

Art. 5º A avaliação será discricionária, estabelecendo-se para efeito deste decreto critérios exemplificativos para avaliação de construção precária:

§ 1º Os avaliadores observarão se a construção possui duas ou mais das seguintes características, enumeradas exemplificativamente, dentre outras que julgarem relevantes:

I - Edificação sem forro;

II - Piso sem cerâmica, de chão batido ou contrapiso;

III - Assoalho de madeira em condições ruins;

IV - Paredes sem reboco;

V - Telhas de amianto danificadas;

VI - Outros critérios que o fiscal julgar relevante;

§ 2º A avaliação será instrumentalizada em formulário padrão constante do Anexo II deste decreto, no qual a equipe lançará as informações referentes aos critérios observados concluindo se a construção pode ser definida como construção precária para os fins da Lei Complementar nº097/2014.

Art. 6º A conclusão lançada na avaliação terá validade para o ano corrente e o requerimento deverá ser renovado anualmente conforme interesse do contribuinte.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretario Municipal de Administração

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 015/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 015/2015, levado a efeito às **08h00min** do dia **23/03/2015**, sagrou-se vencedora a empresa: *ALEX SANDRO DOS SANTOS 03522077105*

Aripuanã – MT, 24 de Março de 2015

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.489/2014.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA URBANA COM 10.961,34m², SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE MANUTENÇÃO DE FAMÍLIAS QUE ALI RESIDEM E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA HABITACIONAL E dá outras providências".

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e com fundamento no artigo 182 da Constituição Federal, com base na Lei 4.132 de 10 de setembro de 1.962, que define os casos de desapropriação por interesse social, em especial no Art. 2º, IV e V e com base Lei Complementar nº052/2011, que institui

o Plano de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor do Município, em especial os artigos 26 c/c artigo 39, VI, e na Lei Municipal nº 1.151/2014 de 20 de agosto de 2014, que autorizou o chefe do Poder Executivo Municipal a promover a desapropriação,

DECRETA

Art. 1º. Fica desapropriada a área urbana denominada Lote 01-A, originária da matrícula 45.300, fls. 007 do CRI do 6º Ofício de Cuiabá-MT, localizada neste Município de Aripuanã, declarada como Zona Especial de Habitação de Interesse Social – ZEHIS, pela Lei Complementar nº052/2011 e pela Lei 1.078/2013 para fins de manutenção das famílias que ali residem e desenvolvimento de programa habitacional, com as seguintes dimensões e confrontações:

IMÓVEL: Lote urbano nº01-A (Hum "A") da quadra nº21 (vinte e um), do Loteamento Porque Industrial, situado na cidade de Aripuanã-MT, com área de 10.961,34 (dez mil, novecentos e sessenta e um metros e trinta e quatro centímetros quadrados), o qual se apresenta no seguinte posicionamento: Ao Norte medindo 60,10 metros, limita com o lote nº02; Ao Sul medindo 60,36 metros, limita com o Loteamento de Chácaras; Ao Leste medindo 179,57 metros, limita com o Lote 03 e ao Oeste medindo 185,20 metros, limita com o Lote 01. PROPRIETÁRIO:- Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT. NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:-02 da matrícula 31. 060, livro 2-DO, fls. 56 em 11.01.88 neste RGI. Cuiabá, 29 de julho de 1. 991.

R-1 45.300 – Feito em 29 de julho de 1.991. TRANSMITENTE:- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ-MT. ADQUIRENTE:- PORMANORTE INDÚSTRIA MADEIREIRA DA AMAZÔNIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Aripuanã-MT, Parque Industrial, inscrita no CGC nº01.423.417.0001-20. FORMA DO TÍTULO:- Título Definitivo nº047/91, expedido pela Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em 27.03.91, assinado pelo Prefeito Municipal Darcy Vaz Laux, registrado às folhas nº087 do livro nº010, sob o nº de ordem 047/91 no Departamento de Terras da referida Prefeitura, em 27.03.91. VALOR:- Cr$ 10.961,34 (Dez mil, novecentos e sessenta e hum cruzeiros e trinta e quatro centavos). CONDIÇÕES: Sujeitos às normas estabelecidas pelo Departamento Municipal de Serviços Urbanos e Obras Públicas. Cuiabá, 29 de julho de 1991.

Art. 2°. O imóvel desapropriado destina-se a manutenção de famílias que formaram um núcleo residencial no local antes destinado à vila dos trabalhadores da indústria madeireira instalada na propriedade e que ocupam o terreno urbano, e podendo ser objeto de alienação a quem estiver em condições de lhes dar a destinação social prevista no art. 4º da Lei Federal nº4.132 de 10 de setembro de 1.962.

Art. 3º. Fica a Assessoria Jurídica do Município autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando que a indenização está limitada a importância do preço venal do imóvel por este Decreto desapropriado.

Art. 4º. Fica autorizada a requisição de urgência no processo no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no art. 15, do Decreto-Lei Federal nº3.365, de 21 de junho de 1.941, alterado pela Lei.

Art. 5º.

As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal vigente na funcional programática abaixo:

08.001.04.122.0002.2031 - Manutenção e Encargos da SINFRA
4490.6100 - Aquisição de Imóveis - R$ 27.404,00 (vinte e sete mil quatrocentos e quatro reais), fonte de recursos 01.00 (Recursos Ordinários).

Art. 6º. Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a realizar os procedimentos legais para o pagamento desta desapropriação, tudo nos moldes acima mencionado.

Art. 7°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 02 dias de outubro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO SETOR HABITACIONAL

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, através da Secretaria Municipal de Assistência Social – Setor de Habitação de Interesse Social, convoca os candidatos abaixo relacionados do Programa de Habitação Garantia Caução de Depósito –Núcleo Habitacional Deputado Rene Barbour com **200 (Duzentas) Unidades**, para comparecer na **data do dia 26 e 27 de Março de 2015** no Anfiteatro da Prefeitura, sito a Praça Ângelo Masson, 1000, Centro das *08:00 as 12:00 ou das 13:00 as 17:00* com a finalidade de assinar junto a Caixa Econômica Federal os contratos do referido programa habitacional.

Informamos aos beneficiários que:

Ø Deverão comparecer ao Anfiteatro da Prefeitura munidos de todos os documentos pessoais;

Ø Os beneficiários casados civilmente ou conviventes deverão comparecer com o respectivo cônjuge portando os documentos pessoais;

Lembramos que o não comparecimento para a assinatura do contrato, caracterizara desistência e o beneficiário será substituído por outra família que se encontra na relação de suplentes do referido programa.

ACENIRA GUALBERTO DA SILVA	036.212.341-10
ADAO MARQUES DOS SANTOS	452.771.501-10
ADRIANA SANTANA BARBOSA	018.834.111-06
ADRIANA SILVA DE JESUS	007.433.361-51
AGRONI RODRIGUES DE OLIVEIRA	024.213.091-74
ANA LUCIA XAVIER COLUNA	406.261.641-68
ANA RAMOS	594.226.881-91
ANA RITA MIRANDA	006.999.591-52
ANDREIA PINHEIRO DOS SANTOS	038.190.281-10
ANGELA DE OLIVEIRA SILVA	031.166.391-59
ANGELA MARIA PEREIRA DA COSTA	038.498.144-59
ANTONIA DE JESUS REIS	033.168.261-30
ANTONIA RITA DE JESUS	570.708.731-15
ANTONIO BENEDITO PINTO	770.202.271-04
BARBARA OENNING	009.592.851-05
BENEDITA SAMPAIO DA SILVA	006.577.141-94
BENEDITO DIVINA DA COSTA	030.644.291-40
BERENICE FATIMA DA SILVA	008.788.111-09
BERMEVAL CLAUDINO DOS SANTOS	469.069.911-91
CARLINA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	460.359.581-68
CICERA FERREIRA DA SILVA	532.052.191-04
CICERA NAZARE DOS SANTOS	532.068.431-20
CINEIDE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	712.155.491-72
CINTIA OLEGARIO JACOB	034.238.701-41
CLARICE LUIZA DA SILVA	781.530.261-00

CLAUDICEIA MARIA DOS SANTOS	975.492.581-04
CLAUDICELIA DA CONCEIÇÃO	019.007.641-05
CLEBER ALVES	038.411.291-96
CLEONICE MAGALHÃES DOS SANTOS GUIMARÃES	012.840.671-22
CLEONICE PARAIBA DOS SANTOS	036.740.414-13
CLEUZA OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	013.521.751-26
CRISTIANE AMORIM DE ARRUDA	941.592.202-82
CRISTIANE APARECIDA MORAES DA SILVA	034.868.631-50
CRISTIANE BERNARDO DOS SANTOS	057.296.014-09
DANIELA MARQUES DA SILVA MENDONCA	034.827.691-50
DANIELA PAREIRA DE JESUS	035.059.641-74
DILEUZA APARECIDA DA SILVA	716.815.311-00
DILMA MARIA DOS SANTOS	005.077.111-65
DOMINGAS ALVES DE SOUZA	024.161.381-70
EDILAINE XAVIER DA COSTA	011.491.671-30
EDILEIA DE SOUZA REIS	720.789.361-20
EDIMEIRE DA SILVA SOUZA	789.084.931-15
EDINA DE SOUZA	621.056.201-91
EDINA SANTANA DOS SANTOS	028.746.611-63
EDLEUZA MARIA DE MORAES	623.306.594-15
EDNA MARIA ALVES DA COSTA	018.455.041-60
EGINO BISPO DA COSTA	452.588.131-34
ELAINE PEREIRA MARTINS RIBEIRO	016.716.661-19
ELAINE SOARES CORSINO	033.845.181-10
ELENA CAMPOS DA CRUZ	572.057.601-00
ELIANA LEITE DE CAMPOS	692.107.991-00
ELIANE DE OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	011.926.821-30
ELIDA ALVES CORREA	012.274.961-84
ELIENE RODRIGUES DE LIMA	024.677.541-62
ELISA MARIA CARLOS	303.639.931-34
ELISANGELA DA SILVA SOUZA	045.900.591-00
ELISSANDRA NUNES DA SILVA	018.532.981-07
ELIZABETE ARESTIDES DO CARMO	039.308.804-90
ELIZANGELA MARIA DE MELO	021.561.251-55
ELZA MOREIRA DE SOUZA	021.982.321-97
ENIVALDO GARCIA FERREIRA	016.127.211-84
ERINEIA DE CAMPOS HENRIQUE	004.699.311-83
ERONILDA OLIVIA DOS SANTOS	056.685.714-67
EULALIA DA SILVA	814.284.051-00
EVA DIAS DO NASCIMENTO	019.875.641-03
EVA DO ROSARIO FERREIRA	022.775.691-60
EVA TEREZINHA RODRIGUES	009.681.931-61
EVIANA OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO MORAIS	014.854.321-97
FABRICIA CANDIDA DA GUIA	028.269.191-05
FANIELE MOREIRA DA SILVA	019.196.381-05
FATIMA ARAUJO MANOEL	013.472.431-35
GALDINA LEITE DA GAMA	698.756.261-04
GERCILENE MORAES DE JESUS	032.884.211-78
GILEUZA BALBINO DA SILVA	699.139.941-87
GISLAINE DE SOUZA TANINATO	720.181.781-72
GIZELE DE CARVALHO PEREIRA	999.930.151-72
HELLOISA CARLA SANTOS ALMEIDA	007.385.751-35
INEZ SOUZA SILVA	964.516.101-00
IVANETE DA GLORIA E SILVA	047.639.941-66
JEANE DA SILVA MENDONÇA	042.513.561-60
JOELIA BARBOSA DOS SANTOS OLIVEIRA	013.737.551-48
JOELMA ALVES PINHEIRO DE MESQUITA	703.546.691-68
JOSE PEREIRA FILHO	738.228.091-87
JOSEFA MARIA VIANA	503.035.891-91
JOSCILEIA TEIXEIRA DOS SANTOS	024.035.981-00
JOSIANE DOS SANTOS FERREIRA	034.825.461-00
JOSIMEIRE CANDIDA DE OLIVEIRA	928.569.261-34
JOSELENE RODRIGUES DA SILVA	019.842.301-23
JUCELIA PEREIRA DA SILVA	022.912.801-71
JUCINETE DA COSTA	010.356.271-08
JURANDIR ANTONIO DE VASCONCELOS	825.882.109-10
KARINE DA SILVA	008.196.131-69
LAIDE DE SOUZA ROSSI	502.226.861-20
MARIA CÉLIA MATIAS ALVES	707.523.891-49
LEIDINEIA FERREIRA DA SILVA	721.689.601-78
LENICE BARROS	036.406.461-77
LEONICE IRAIDES DOS SANTOS	535.188.101-20
LEOPOLDINA GOMES DE SOUZA	241.668.631-34
LIDIO DA SILVA	488.463.331-87
LINDALVA MARIA DA SILVA	004.756.211-07
LUCIANA VIANA DA SILVA	013.282.421-37
LUCIMAR PEREIRA AMORIM	572.031.211-00
LUCIMARA DE OLIVEIRA	012.842.541-51
LUIRDE LUIZA DA SILVA	009.269.471-33
LUIZ CARLOS DOS SANTOS	506.759.824-72
LUSINETE DJANIRA DA SILVA	012.837.034-32
LUZIA DA SILVA ALMEIDA	037.578.741-02
LUZIENE PEREIRA DE SOUZA	522.857.581-20
MARCIA DE BRITO SILVA	047.623.441-76
MARCIA SOUZA SILVA	980.334.171-53
MARIA APARECIDA DA CRUZ	702.985.211-72
MARIA APARECIDA DE LIMA	035.311.721-82
MARIA APARECIDA DO CARMO AMORIN	404.979.091-20
MARIA APARECIDA FERREIRA DA GUIA	008.719.621-28
MARIA APARECIDA TEIXEIRA DOS SANTOS	967.395.335-04
MARIA AVANIL GONÇALVES SILVA	018.642.261-02
MARIA CATIANA DOS SANTOS	015.445.661-66
MARIA CICERA DA CONCEIÇÃO	925.415.264-15
MARIA CLARA FARIA DE OLIVEIRA	013.117.061-94
MARIA DE FATIMA LIMA OENNING	015.648.071-93
MARIA DIJANE CONCEIÇÃO DOS SANTOS	062.686.304-08
MARIA DO SOCORRO CONCEICAO DA SILVA	042.848.391-79
MARIA EDINA DE OLIVEIRA	009.906.691-22
MARIA ENEDINA DA SILVA BALBINO	985.553.244-91
MARIA FRANCISCA VIEIRA DE SOUSA	938.304.753-49
MARIA FERREIRA DA SILVA	740.888.234-00
MARIA IZABEL DA CRUZ FERNANDO	702.750.701-31
MARIA JOSE ALVES LIMA	013.618.011-66
MARIA JOSE APARECIDA	818.340.121-04
MARIA JOSE DA CONCEICAO	841.345.774-20
MARIA JOSE DA SILVA	736.820.551-34
MARIA JOSE DA SILVA	744.842.651-68
MARIA JOSENILDA BASILIO	043.414.374-02

MARIA LORILDA SOBRINHO	007.260.121-30
MARIA LOURENÇA DAVINA DA COSTA	705.763.511-72
MARIA ODETE NEVES HERMENEGILDO	827.387.931-34
MARIA SANTANA DE OLIVEIRA	040.536.041-09
MARIA TELMA VIANA	503.035.541-34
MARILENE DOMINGAS DE SOUZA	029.679.141-50
MARINA RODRIGUES MORAES	718.928.692-68
OTILIA ANGELINA DOS SANTOS	378.857.151-91
PONCIANO VIEIRA	503.714.101-00
MARIZA MARIA DA SILVA	043.247.721-77
MARLENE FRANCO	790.612.901-63
MEIRE NUNES DE ALMEIDA	023.483.361-03
RITA MARIA DOS SANTOS	045.998.204-40
ROSA LEITE DA SILVA	037.426.381-73
VEREDIANA LIMA DA SILVA	001.08.101-64
ZENAIR DA SILVA	705.093.951-04
MARINALVA NUNES CANAVARROS	649.960.771-15
MARINEUZA DE LIMA	011.973.371-48
MEIRIANE ALVES DA SILVA	037.593.711-08
MERCEDES LUCCETE	026.062.391-13
MICHELE DA SILVA	080.960.444-27
MIRIAN DA COSTA OLIVEIRA	000.519.681-77
MONICA LINS NASCIMENTO	014.746.781-06
NEUSA NUNES DE JESUS	352.501.431-72
NEUZA COSTA DA SILVA	043.621.631-07
NEUZA MARIA DOS SANTOS	097.355.364-20
NILDA PAIXÃO DA COSTA	019.347.951-60
NILZETE DE MAGALHAES	039.384.261-44
NOELI ALVES RIBEIRO	032.992.321-85
NOETE HENRIQUE DA SILVA	911.331.064-04
ODILENE BUQUES DE ABREU	018.885.741-94
RAFAELA DA SILVA CONCEIÇÃO	743.721.491-15
RAIMUNDO BENTO DA SILVA	632.562.311-87
REBERSON DA GUIA LIMA	031.541.281-07
REGILDA MARQUES DA SILVA	616.437.341-72
REGINALVA FERREIRA DA SILVA	026.171. 751-03114
RENATA RIBEIRO QUIRINO DA ROCHA	050.552.471-69
ROBERTO DA COSTA BARBOSA	621.064.811-87
RONILDO DOMINGOS DE SOUZA	760.948.121-15
ROSANA BARROS DE ARRUDA	014.491.721-13
ROSANA SILVA OLIVEIRA	018.386.781-58
ROSANE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	966.985.511-04
ROSE DA SILVA SOUZA	694.527.091-20
ROSE DA SILVA SOUZA	024.170.071-00
ROSELI MACHADO DE BONFIM	709.841.401-82
ROSELIA DOS SANTOS	022.807.911-02
ROSENIL MARIA DE ALMEIDA	486.873.241-20
ROSILENE DO CARMO AMORIM	038.720.011-83
ROSINEI DA SILVA FERRAZ	593.133.151-49
ROZANE BENEDITA DE ALMEIDA	615.894.201-44
SEBASTIANA JULIA DE SANTANA	018.544.561-64
SEBASTIANA MOTA DOS SANTOS	411.740.111-49
SIDNEIA DA SILVA FIGUEIREDO	023.660.581-01
SIMONE ANTONIA DE OLIVEIRA	027.628.961-77
SUELLEN ALMEIDA DA CRUZ	036.341.041-47
SUZILEI DE CAMPOS SOUZA	041.171.531-37
TACIANA DA SILVA LOURENÇO	109.268.734-31
TANIA MARIA GOMES DOS SANTOS	730.710.214-53
TATIANE DE SOUZA SILVEIRA	014.400.211-63
TEREZA FERREIRA DA SILVA	818.406.082-34
VANESSA FRANCISCO DOS SANTOS	032.446.231-07
VERA LUCIA DE OLIVEIRA ESPIRITO SANTO	699.500.401-91
VERONICE FERREIRA DA SILVA	794.621.701-34
VILMA BERNARDETE DA SILVA	038.838.721-13
ZEICA MARIA DE JESUS	388.018.761-49
ZELZA COSTA DA SILVA	042.313.631-37
ZENE DA SILVA	014.746.721-75

Barra do Bugres 24 de Março de 2015.

Julio Cesar Florindo

Prefeito Municipal

Barra do Bugre - MT

Roseny Catharine da Costa Junqueira

Secretária Municipal de Assistência Social

Barra do Bugres-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 008/2015/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será RETIFICADO o Pregão Presencial (SRP) n.º 008/2015. Objeto: **AQUISIÇÃO DE generos alimentícios para atender creches e escolas da rede municipal de ensino, com recurso do fnde/pnae.** No anexo I do Termo de Referência lote 04, onde se lê:und, endenta-se:kg. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Antônio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e equipe de apoio, 12/03/2015.

AVISO DE CANCELAMENTO

O Município de Barra do Garças/MT, no uso de suas atribuições, torna público que foi **CANCELADO** o Pregão Presencial (SRP) n.º 010/2015. Objeto: **AQUISIÇÃO DE combustível**. Data da sessão pública: *31*/**03/2015** às **08h00** (horário de Brasília-DF). Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Antônio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e equipe de apoio, 24/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6081 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6081 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MEIRIELLY MARQUES FIGUEIREDO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 022/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **TULIO MARTINS DE OLIVEIRA - ME**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6080 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6080 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MEIRIELLY MARQUES FIGUEIREDO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 021/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **R C FARIA - ME**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo nº 786/2015

Modalidade: *TOMADA DE PREÇOS 001/2015*.

OBJETIVO: Construção de quadra poliesportiva, muro e calçada na Escola Anastácio Feliciano Alves**.**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão da Comissão Permanente de Licitações e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR os resultados da licitação, modalidade Tomada de Preços, por Empreitada Global, sendo menor preço por item, n.º 001/2015 de 18 de março de 2015, realizada para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de construção civil para os serviços discriminados, através do regime de empreitada global para construção de quadra poliesportiva, muro e calçada na Escola Anastácio Feliciano Alves; e HOMOLOGAR a proposta da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA - EPP	11.060.248/0001-6	R$ 741.266,88

Devendo ser pago por medição com as faturas em documentos válidos e atestada pelo fiscal de contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias do mês de março de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6075 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6075 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MEIRIELLY MARQUES FIGUEIREDO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 019/2015 e nº 016/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **E. S. FERREIRA MERCADO ME e C. T. PEDRO**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6076 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6076 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MEIRIELLY MARQUES FIGUEIREDO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 017/2015 e nº 018/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **J AFONSO SOARES - ME e A. SILVERIO GOMES - ME**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6079 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6079 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MEIRIELLY MARQUES FIGUEIREDO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 020/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **MARLUCIA ANGELO ME**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.006 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 6.006 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 014/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **AUTO POSTO LK LTDA – ME**.

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 24 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6063 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6063 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando o Pregão Presencial nº008/2015;

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **JANDER JOSÉ QUEIROZ FRANCO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 015/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **NAGIB E QUEDI**.

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de Março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5031 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 5031 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal de Contrato Administrativo nº 005/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **CASA DA TRANSMISSÃO CAMINHÕES, MOTORES & PEÇAS LTDA**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 05 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5030 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 5030 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 004/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **POSTO TIGRÃO LTDA**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 05 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5028 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 5028 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 006/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **AMORIM MAQUINAS PEÇAS SERV. E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 05 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5091 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 5091 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **JANDER JOSÉ QUEIROZ FRANCO** como Fiscal do Contrato Administrativo nº 007/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **ASUKA MOTORS LTDA**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 19 de Fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 123/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.

CONTRATADA: EULENIMAR MENDES MORAIS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar as cláusulas TERCEIRA, que trata do detalhamento, QUINTA, que trata do valor, para correção inflacionária, SEXTA, que trata do prazo, do contrato original firmado em 19 de junho de 2013.

VALOR: R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

ASSINAM: JEOVAN FARIA – por parte da contratante e EULENIMAR MENDES MORAIS – por parte da contratada.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6085 DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6085 DE 24 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **JANDER JOSÉ QUEIROZ FRANCO** como Fiscal do Contrato de Empreitada Global nº 025/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a Empresa **A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA - EPP**.

Parágrafo único –

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 24 de Março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6084 DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6084 DE 23 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal de Contrato Administrativo nº 024/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **COLD LINE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS FRIGORIFICOS LTDA - EPP**

–

No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 23 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6082 DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6082 DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **MEIRIELLY MARQUES FIGUEIREDO** como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 023/2015 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **M. A. CAMPOS ME**.

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 20 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015 PREGÃO: N° 026/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: GONSALLES & COUTINHO LTDA ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva/preventiva de veículos leves e pesados (caminhões e ônibus) e maquinários da frota mecanizada da Prefeitura Municipal, assim como os veículos que vierem a ser incorporados durante o prazo de validade do registro, bem como serviços de torno e solda.:

LOTE 02

Manutenção mecânica, por hora trabalhada em maquinas das marcas: New Holland, Case, Fiatallis, Caterpillar, Dynapac, Komatsu, Massey Fergusson, Ford, JCB e Müller.

Item	**Cod. Item**	**Quant.**	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	34822	210,00	HR.	HORA TRABALHADA EM SISTEMA DE FREIOS EM GERAL	75,00	15.750,00
2	34823	150,00	HR.	HORA TRABALHADA EM SUSPENSÃO E MOLAS	75,00	11.250,00
3	34824	150,00	HR.	HORA TRABALHADA EM REVISÃO EM DIFERENCIAL	95,00	14.250,00
4	34825	150,00	HR.	HORA TRABALHADA EM REVISÃO DE CAMBIO	95,00	14.250,00
5	34826	150,00	HR.	HORA TRABALHADA EM MONTAGEM DE MOTOR	115,00	17.250,00
6	34827	350,00	HR.	HORA TRABALHADA EM VÁLVULA DE AR	47,50	16.625,00
7	34828	150,00	HR.	HORA TRABALHADA EM TROCA DE EMBREAGEM	76,10	11.415,00
8	34829	300,00	HR.	HORA TRABALHADA EM RADIADORES	76,10	22.830,00
9	34830	1.000,00	HR.	HORA TRABALHADA EM ARQUEAMENTO DE MOLA	76,10	76.100,00
10	34831	1.000,00	HR.	HORA TRABALHADA EM EMBUCHAMENTO EM GERAL	76,05	76.050,00
11	34832	150,00	HR.	HORA TRABALHADA EM CRUZETA E CARDÃ	76,10	11.415,00

LOTE 03

Manutenção mecânica, por hora trabalhada em caminhões e ônibus das marcas: WV, Ford, Mercedes-Benz, Volvo, Agrale

Item	Cod. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	34833	650,00	HR.	HORA TRABALHADA EM SISTEMA DE FREIOS EM GERAL DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	76,00	49.400,00
2	34834	800,00	HR.	HORA TRABALHADA EM SUSPENSÃO E MOLAS DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	76,00	60.800,00
3	34835	250,00	HR.	HORA TRABALHADA EM REVISÃO EM DIFERENCIAL DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	95,00	23.750,00
4	34836	250,00	HR.	HORA TRABALHADA EM REVISÃO DE CAMBIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	95,00	23.750,00
5	34837	450,00	HR.	HORA TRABALHADA EM MONTAGEM DE MOTOR DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	114,00	51.300,00
6	34838	550,00	HR.	HORA TRABALHADA EM VÁLVULA DE AR DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	47,50	26.125,00
7	34839	400,00	HR.	HORA TRABALHADA EM TROCA DE EMBREAGEM DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	76,00	30.400,00
8	34829	600,00	HR.	HORA TRABALHADA EM RADIADORES	76,00	45.600,00
9	34840	650,00	HR.	HORA TRABALHADA EM ARQUEAMENTO DE MOLA DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	47,50	30.875,00
10	34841	550,00	HR.	HORA TRABALHADA EM EMBUCHAMENTO EM GERAL DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	76,00	41.800,00
11	34842	200,00	HR.	HORA TRABALHADA EM CRUZETA E CARDÃ DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	38,00	7.600,00

LOTE 04

Torno e Solda

Item	Cod. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	34843	1.500,00	HR.	HORA TRABALHADA DE TORNO	58,00	87.000,00
2	34844	700,00	HR.	HORA TRABALHADA EM SOLDA	58,00	40.600,00

Totalizando o valor de R$ 806.185,00 (oitocentos e seis mil, cento e oitenta e cinco reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 146, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº 168, de 17 de março de 2015,

Considerando a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1.NOMEAR,os membros que comporão o **Fórum Municipal de Educação do Município de Campo Novo do Parecis**,

I – Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis:

Jerusa Pinto Pinheiro – CPF: 015.057.627-74;Maria Edilene Mateus Nascimento – CPF: 886.467.853-00.

II – Representante do Conselho Municipal de Educação:

César Augusto Guedes – CPF: 582.025.280-20.

III – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Claudiomiro Bottin – CPF: 787.551.079-15. IV – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:Viviane Alves Fernandes Dias Petry – CPF: 861.880.621-72;Lenir Regina da Silva Jacobi – CPF: 002.146.281-08.

V – Representantes da Câmara Municipal:

Clóvis Antonio de Paula – CPF: 535.192.211-87;Leandro Martins dos Santos – CPF: 919.087.280-00.

VI – Representantes da Assessoria Pedagógica:

Hedi Helma Bencke – CPF: 581.155.369-20;Heloísa Helena Alves Rozette – CPF: 530.778.651-49.

VII – Representante dos Conselhos Municipais de Campo Novo do Parecis:

Vera Lúcia de Freitas Silva – CPF: 395.128.196-00.

VIII – Representantes das Escolas Indígenas:

Miriam Kazaizokairo – CPF: 481.932.241-91;Rony Walter Azoinayce Paresi – CPF: 789.043.741-20;Valdirene Avelino Zakenaezokero – CPF: 910.808.511-00.

IX – Representantes da Escola Especial Bem-Me-Quer – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Eliane Rute Callegari da Silva – CPF: 886.087.439-49;Eder Leandro de Paula – CPF: 036.574.909-57.

X – Representantes do Instituto Luterano de Educação do Parecis - ILEP:

Maysa Barbosa de Freitas – CPF: 007.350.761-03;Janety Odeli Semmi – CPF: 984.402.331-91.

XI – Representantes da Escola Municipal 04 de Julho:

Léia Maria Réa Nedel – CPF: 304.069.781-15;Darli Seibert Ventura – CPF: 308.688.820-20;Cleidiane Delazeri – CPF: 911.731.911-00;Rosana Segalotto – CPF: 512.527.240-04.

XII – Representantes da Escola Municipal Jardim das Palmeiras:

Tamires Cristina Fiuza Velho – CPF: 015.860.121-18;Fernanda Santos Melo da Silva – CPF: 019.194.895-09.

XIII – Representantes da Escola Municipal Professor Antonio Pereira:

Marinês Zaminhan – CPF: 477.399.089-91;Maria Celi Cella – CPF: 611.060.979-04;Inez de Ávila Del Barco – CPF: 581.803.701-00.

XIV – Representantes da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida:

Rosimar da Silva – CPF: 468.749.251-72;Aline Orso Funke – CPF: 717.903.221-20.

XV – Representantes da Escola Municipal Nivaldo Alves da Costa:

Ervino Jacobi – CPF: 467.372.789-49;Maria Derci Teixeira dos Santos – CPF: 461.032.441-53;Elisabete Vicente de Oliveira – CPF: 005.935.711-85.

XVI – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati Norte:

Divanir Terezinha Tillwitz – CPF: 962.152.241-20;Aparecida Gorétima Vieira – CPF: 407.353.891-87.

XVII – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Hestha Beata Kettener Heidemann:

Maria Aparecida Assunção – CPF: 277.429.461-49;Gessi Terezinha Minozzo – CPF: 762.160.631-20;Roberta Cristina Freitas Silva – CPF: 065.385.826-48;Arlan Soares Rondon – CPF: 712.273.162-49.

XVIII – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Armando Jacinto Brólio:

Jane da Silveira – CPF: 638.483.090-68;Agustinha Aurora Freitas Maciel da Silva – CPF: 780.133.721-20.XIX – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Karine Alves Maforte:Delmira Maria Neta – CPF: 420.240.721-00;Elsa Vareiro – CPF: 595.183.591-72;Maria de Fátima Pereira – CPF: 834.560.661-04;Lucinéia Rodrigues da Costa – CPF: 002.000.821-08.

XX – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Jordana Araujo da Silva:

Maria de Lourdes Lima Fay – CPF: 313.030.801-68;Geni Ivete Hegele – CPF: 668.157.709-15;Nedite Regina Dalavia Lopes – CPF: 538.061.581-34.

XXI – Representante da Federação dos Sindicatos:

Nedilson Maciel dos Santos – CPF: 825.035.401-04.

XXII – Representantes da Escola Estadual do Parecis:

Rosangela Kempf da Silva – CPF: 513.112.089-68;Diuceia Rosa Ribeiro – CPF: 621.650.461-49.

XXIII – Representantes da Escola Estadual Marechal Cândido Rondon:

Giovani Correa dos Santos – CPF: 003.940.325-43;Fernanda Rauber Anschau – CPF: 947.647.431-91.

XXIV – Representantes da Escola Estadual Padre Arlindo Ignácio de Oliveira:

Lilhamar Cristina Ferreira Coelho – CPF: 820.170.931-49;Karina Aparecida Justino – CPF: 024.845.071-94;Andreia Paula Justino Campos – CPF: 019.270.151-70.

XV – Representantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMT – Campus Parecis:

Tânia Maria Alves de Abreu Gimenes – CPF: 914.092.841-15;Kesley Gomes Pedroso – CPF: 007.224.751-79;Rosani Nonenmacher – CPF: 415.859.761-72.

XXVI – Representantes do Centro de Ensino Integrado do Parecis - CEIP:

Kátia Prado – CPF: 367.024.711-49;Katiuscia Ferreira Vargas – CPF: 692.996.501-44.

XXVII – Representantes do Conselho Tutelar:

Angélica Bortolussi dos Santos – CPF: 824.590.101-68;Stella Marys Silveira – CPF: 535.207.931-72.

XXVIII – Representantes da Escola Estadual Argeu Augusto de Moraes:

Adriana Aparecida Barbosa Altes – CPF: 629.901.609-49;Zulma Marcela dos Santos Batista Gouveia – CPF: 013.410.781-08.

XXIX – Representantes da Escola Estadual União da Chapada:

Fabiana Rodrigues Batista – CPF: 998.144.711-00.

XXX – Representantes da Escola Estadual Madre Tarcila:

Maria do Socorro Carlos de Sousa Sena – CPF: 629.819.981-49;Valdenice Alves Batista – CPF: 851.224.081-49.

XXXI – Representantes do Conselho Municipal dos Pastores:

Marleide Araújo de Brito – CPF: 860.699.421-91;Sirineu Panini Prates – CPF: 964.751.881-15.

XXXII – Representantes da Igreja Católica – Paróquia São Cristóvão:

Marceli Fátima Escher – CPF: 027.598.439-71; Jorge Clemente Schiavo – CPF: 358.085.000-87.

XXXIII – Representantes da UNOPAR:

Maria Ivonete de Santana – CPF: 513.838.451-15;Marileusa Pereira – CPF: 708.498.031-85.

XXXIV – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

Anderson Elias Siebert – CPF: 782.913.481-20.

3. DESIGNAR os membros representantes da 1ª. Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação que irão participar do Fórum:

Ana Paula Fedrigo - CPF: 966.833.411-68;

Andréa Cristina Branco - CPF: 749.079.649-00;

Ângela Maria de Castro - CPF: 781.938.779-34;

Aparecida Ribeiro dos Santos Berto - CPF: 407.694.881.53;

Clarice Inês Weber - CPF: 854.865.231-49;

Clébio da Fonte Pinheiro - CPF: 213.574.397-68;

Dionardo Mendes da Conceição - CPF: 789.043.741-20;

Elaine Alves de Carvalho - CPF: 537.761.941-20;

Fábio Valente - CPF: 213.600.328-35;

Fernanda Casagrande - CPF: 000.033.981-45

Jacob Ignácio Sznitowski - CPF: 535.197.601-34;

Jane Eire Pereira Castro - CPF: 406.140.001-06;

Lorena Salete Horn - CPF: 798.294.301-20;

Luiz Alberto Gehl - CPF: 629.471.610.72;

Luiza Cristina Lopes - CPF: 460.287.731-15;

Lurdes Joner Enzweiler - CPF: 423.345.789-91;

Marcelo Perini - CPF: 838.942.171-20;

Marisa Rodrigues Batista - CPF: 464.761.480-87;

Merci Hilda Scharnberg Pydd – CPF: 787.157.099-49;

Moacir Batista da Graça - CPF: 073.949.748-04;

Paulo Renato Godoi - CPF: 015.439.441-67;

Rildo Francisco Tomazelli - CPF: 406.221.421-00;

Ronaldo Kezomaiake - CPF: 883.493.901-82;

Salete Sá da Rocha - CPF: 446.898.021-49;

Sandra Josefina Paim Teixeira - CPF: 452.040.989-68;

Silvana do Carmo Gomes- CPF: 828.474.281-00;

Tânia Maria Baggio Maria - CPF: 020.233.289-69;

Tereza Maria dos Santos Silva - CPF: 326.906.902-25;

Vanderlei César Guollo – CPF: 572.085.731-15;

Vânia Cavalheiro Moraes Ranzi – CPF: 368.202.961.34;

Vera Cristina de Quados – CPF: 598.903.470-91;

Zélia Silva Alves Pedrotti – CPF: 440.954.301-68.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 144, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.433, de 4 de agosto de 2011, que institui a Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, e dá outras providências,

Considerando o Memorando nº 0040/2015, proveniente da Secretaria Municipal de Finanças/Assessoria Jurídica Fiscal, de 16 de março de 2015,

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1.NOMEAR, a partir desta data, a servidora JULIANA ANDRADE ANUNCIATO, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, matrícula nº. 587, CPF nº. 869.711.231-15, para compor a Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial.

2. Pelas atividades desempenhadas a servidora designada para compor a Comissão Permanente de Procedimentos subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial como membro titular, durante o período que responder pelas atribuições, receberá em seus vencimentos os valores previstos no art. 4º, da Lei Municipal nº. 1.433/2011, desde que atendidos às disposições da referida Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 145, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando, o pedido de demissão da servidora Heloisa Cristina Calcagnotto,

R E S O L V E

1.EXONERAR, a pedido, a partir desta data, a servidora HELOISA CRISTINA CALCAGNOTTO, efetiva no cargo em comissão de Chefe de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 050/2015

ABERTURA: 07 de abril de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **09:30h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 07 de abril de 2015 às 09:30 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de artefatos de madeira para confecção de rampas e reformas de pontes.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 24 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO *0*33/2015**, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e reparo em veículos leves e pesados, com fornecimento de peças de reposição originais e mão de obra**,nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis-MT, 24 de março de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 147, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Memorando nº 059, de 23 de março de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Finanças,

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

R E S O L V E

1.AUTORIZAR, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Finanças, para conduzir os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal.

2.O servidor/condutor autorizado é encontrado na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo	Mat. Funcional	CPF
Ailton Alves Mariano	**Agente Fiscalização Tributária, Obras e Posturas**	3303	838.462.121-72

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

LUCIANE PEREIRA DA SILVA SUNIGA

Secretária Municipal de Finanças

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015 PREGÃO: N° 026/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: M A G CABRAL & CIA LTDA ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva/preventiva de veículos leves e pesados (caminhões e ônibus) e maquinários da frota mecanizada da Prefeitura Municipal, assim como os veículos que vierem a ser incorporados durante o prazo de validade do registro, bem como serviços de torno e solda.:

LOTE 01

Manutenção mecânica, por hora trabalhada em maquinas das marcas: New Holland, Case, Fiatallis, Caterpillar, Dynapac, Ford, Müller, Massey Fergusson, Komatsu, JCB, Caminhões/ônibus: WV, Ford, Mercedes-Benz, Volvo e Agrale

Veículos leves das marcas: WV, Ford, Fiat, GM, Nissan, Mitsubishi, Toyota

Item	Cod. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	34810	500,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA NEW HOLLAND	123,50	61.750,00
2	34811	250,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA CASE	114,00	28.500,00
3	34812	150,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA FIATALLIS	114,00	17.100,00
4	34813	150,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA CATERPILLAR	123,50	18.525,00
5	34814	50,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA DYNAPAC	95,00	4.750,00
6	34815	100,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM TRATOR DA MARCA FORD	105,00	10.500,00
7	34816	100,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM TRATOR DA MARCA MASSEY FERGUSSON	105,00	10.500,00
8	34817	50,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA MÜLLER	123,50	6.175,00
9	34818	400,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA KOMATSU	123,50	49.400,00
10	34819	100,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM MAQUINAS DA MARCA JCB	123,50	12.350,00
11	34820	1.500,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM CAMINHÕES/ÔNIBUS WV, FORD, MERCEDES-BENZ, VOLVO, AGRALE	96,00	144.000,00
12	34821	300,00	HR.	PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPONENTES HIDRÁULICOS, POR HORA TRABALHADA EM VEÍCULOS LEVES DAS MARCAS: WV, FORD, FIAT, GM, NISSAN, MITSUBISHI, TOYOTA	96,00	28.800,00

Totalizando o valor de R$ 392.350,00 (trezentos e noventa e dois mil, trezentos e cinquenta reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 148, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Requerimento da servidora Sara Castelli,

R E S O L V E

1. ABSTRAIR,a pedido, a partir desta data, a servidora SARA CASTELLI, dos seguintes:

I – Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, instituído através da Portaria nº 013, de 13 de janeiro de 2015, conforme o disposto na Lei Municipal nº. 1.433, de 4 de agosto de 2011, que institui a Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, e dá outras providências, a saber:

a) Comissão de Processo Administrativo nº 001/2015, instituído através da Portaria nº 063, de 9 de fevereiro de 2015, conforme disposto da Lei Municipal Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

b) Comissão de Processo Administrativo nº 002/2015, instituído através da Portaria nº 064, de 9 de fevereiro de 2015, conforme disposto da Lei Municipal Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

c) Comissão de Processo Administrativo nº 003/2015, instituído através da Portaria nº 065, de 9 de fevereiro de 2015, conforme disposto da Lei Municipal Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

d) Comissão de Processo Administrativo nº 002/2015, instituído através da Portaria nº 068, de 9 de fevereiro de 2015, conforme disposto na Lei Municipal nº. 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 051/2015

ABERTURA: 14 de abril de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 14 de abril de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviçoscom elaboração de PPRA – Programa de Prevenção de RiscosAmbientais, PCMSO – Programa de Controle Médicoe Saúde Ocupacionale LTCAT – Laudo Técnico das condições de meio ambiente de trabalho para todas as áreas de abrangência da Prefeitura de Campo Novo do Parecis – MT.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 24 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 143, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, *Considerando* o poder de autotutela onde **"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"**(Súmula nº 473/STF),

Considerando o Ofício nº 006/2015 – C.S.A.D nº 001/2015, datado de 20 de março de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.DETERMINAR,a partir desta data, o cancelamento da SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº. 001/2015, tendo como fato gerador apurar a denúncia efetuada pelo Senhor Itacir Carpenedo, paciente portador de doença renal crônica, dependente de hemodiálise, onde notifica o Município quanto ao excesso de velocidade adotado pelos motoristas condutores dos veículos que fazem o transporte dos usuários para o município de Tangará da Serra que oferece o tratamento de hemodiálise.

2.**O cancelamento se deve em decorrência de vício insanável na fase do interrogatório do referido processo.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2015 PREGÃO: N° 025/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: AAGUA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material para implantação da rede de água no Residencial Parecis.

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	34679	220,00	UNID.	TUBO DE PVC DE FOFO 200MM, COM ANEL INCORPORADO AO PRODUTO, FABRICADO EM PVC RESPEITANDO AS NORMAS DA ABNT/NBR 7665/2007, MEDINDO 6MUNIDADE	CORRPLASTIK	440,00	96. 800,00

Totalizando o valor de R$ 96.800,00 (noventa e seis mil e oitocentos reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015 PREGÃO: N° 022/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: L. O. SANTANA & CIA LTDA ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização e locução de eventos, gravação de spots, propaganda volante e projeção em telão, para atender a Prefeitura Municipal.

LOTE 04

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32293	100,00	UNID.	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE "SPOT" COM DURAÇÃO DE 30 SEGUNDOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARÍAS	52,13	5. 213,00
2	32294	100,00	UNID.	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE "SPOT" COM DURAÇÃO DE 45 SEGUNDOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARÍAS	59,87	5. 987,00
3	32295	100,00	UNID.	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE "SPOT" COM DURAÇÃO DE 60 SEGUNDOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARÍAS	66,13	6. 613,00

LOTE 05

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	27802	5.000,00	HR.	SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE	30,37	151.850,00

LOTE 06

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32296	20,00	UNID.	SERVIÇO DE PROJEÇÃO EM TELÃO, UTILIZANDO PROJETOR DE NO MÍNIMO 2.500 LÚMENS, TELÃO DE NO MÍNIMO 150 POLEGADAS E CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS PARA TRANSMISSÃO DE IMAGEM E SONORIZAÇÃO SIMULTÂNEA. AS CONEX	1. 318,00	26. 360,00

Totalizando o valor de R$ 196.023,00 (cento e noventa e seis mil e vinte e três reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2015 PREGÃO: N° 022/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: A. S. LEAO PUBLICIDADE E EVENTOS – ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização e locução de eventos, gravação de spots, propaganda volante e projeção em telão, para atender a Prefeitura Municipal.

LOTE 01

Item	**Cód. Item**	**Quantidade**	**Unidade**	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32303	55,00	HR.	SONORIZAÇÃO E LOCUÇÃO PARA FESTAS JUNINAS DO MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.	466,49	25. 656,95

LOTE 02

Item	Cód. Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32304	300,00	HR.	SONORIZAÇÃO E LOCUÇÃO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.	608,70	182. 610,00

LOTE 03

Item	Cód. Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32305	150,00	HR.	SONORIZAÇÃO E LOCUÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS DO MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS	739,45	110. 917,50

Totalizando o valor de R$ 319.184,45 (trezentos e dezenove mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO A TOMADA DE PREÇOS Nº004/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis**vem através desta** tornar público para conhecimento dos interessados que o recurso interposto pela empresa Almeida Construções e Serviços - LTDA, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitações que a inabilitou para o processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº004/2015, foi **negado provimento**.

Ficando o prosseguimento do certame para dia *27 de março às 9h30min*. na Sala do Departamento de Licitações

Campo Novo do Parecis, 24 de março de 2015.

Mauro Valter Berft

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 049/2015

ABERTURA: 09 de abril de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 09 de abril de 2015 às 14:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição bebedouros para atender as Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 24 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.067, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º, DA LEI MUNICIPAL N.º 1.915/2013.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei 1915/2013, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Nos contratos de locação de imóvel firmados pelo Poder Público Municipal, cujo prazo de vigência seja igual ou superior a 30 (trinta) dias, será obrigatória a autorização legislativa, através de projeto de lei, com aprovação pela maioria simples dos Vereadores.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 24 de março de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 205/2015

PORTARIA Nº 205/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA A SENHORA FRANCIELE XAVIER CAMPOS DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 207/2015

PORTARIA Nº 207/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA A SENHORA JOICE PATRÍCIA CHAGAS DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 209/2015

PORTARIA Nº 209/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA A SENHORA ALINE GOMES SOARES DO CARGO DE ASSESSORA DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 213/2015

PORTARIA Nº 213/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA O SENHOR WARLEY JUNIOR BRAS DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DA DIVISÃO DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 223/2015

PORTARIA Nº 223/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA O *SENHOR JACSON PEREIRA DE ARAUJO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS.*

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 211/2015

PORTARIA Nº 211/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA O SENHOR ADILSON JOSÉ ASSUNÇÃO DALVES DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE LIQUIDAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 212/2015

PORTARIA Nº 212/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA O SENHOR ADILSON JOSÉ ASSUNÇÃO DALVES DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE LIQUIDAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIA Nº 224/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA O *SENHOR JACSON PEREIRA DE ARAUJO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS.*

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ACESSÓRIOS PARA PADARIA

PREGÃO: 020/2015

EMPRESA: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO ME, CNPJ N° 14. 437.315/0001-05

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	AÇÚCAR REFINADO EMBALAGEM DE 01 KG	KG	400	ITAMARATY	R$ 2,00	R$ 800,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01: R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)						

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	AÇÚCAR COLORIDO - EMBALAGEM DE 20 GRAMAS.	UNID.	400	MIX	R$ 1,73	R$ 692,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02: R$ 692,00 (SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)						

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	AGUARDENTE – TRADICIONAL 970 ML	UNID.	100	TROPICAL	R$ 6,55	R$ 655,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03: R$ 655,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)						

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	BANHA DE PORCO, EMBALAGEM DE 1KG	KG	200	FRIMESA	R$ 8,72	R$ 1. 744,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04: R$ 1.744,00 (UM MIL SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS)						

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	BICARBONATO DE SÓDIO – EMBALAGEM DE 30 G	UNID.	300	MIKA	R$ 1,02	R$ 306,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05: R$ 306,00 (TREZENTOS E SEIS REAIS)						

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	CALDO DE GALINHA, EMBALAGEM DE 1KG	UNID.	300	QUALIMAX	R$ 7,14	R$ 2. 142,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06: R$ 2.142,00 (DOIS MIL CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS)						

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	CONSERVANTE QUÍMICO, SIMILAR AO VITAPAN OU SUPERIOR, EMBALAGEM DE 20KG	UNID.	70	BUNGE	R$178,00	R$12. 460,00
VALOR TOTAL DO LOTE 08: R$ 12.460,00 (DOZE MIL QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS)						

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	CHANTILY EM PÓ, EMBALAGEM DE 1KG	UNID.	100	GENKOR	R$ 18,90	R$ 1. 890,00
VALOR TOTAL DO LOTE 09: R$ 1.890,00 (UM MIL OITOCENTOS E NOVENTA REAIS)						

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	CEREJA EM CALDA, EMBALAGEM DE 3,1KG	UNID.	50	ALISPEC	R$ 79,33	R$ 3. 966,50
VALOR TOTAL DO LOTE 10:R$ 3.966,50 (TRÊS MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	CHOCOLATE AO LEITE, EMBALAGEM DE 1KG	UNID.	150	HARALD	R$ 22,27	R$ 3. 340,50
VALOR TOTAL - R$ 3.340,50 (TRÊS MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE	MARCA	R$ UNIT	R$ TOTAL
01	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU (SIMILAR AO DO PADRE), EMBALAGEM EM CAIXA DE 2KG	CAIXA	300	QUALIMAX	R$49,71	R$14. 913,00
VALOR TOTAL DO LOTE 12: R$ 14.913,00 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E TREZE REAIS)						

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	CHOCOLATE GRANULADO, EMBALAGEM DE 1KG	UNID.	350	DORI	R$ 12,29	R$ 4. 301,50
VALOR TOTAL DO LOTE 13: R$ 4.301,50 (QUATRO MIL TREZENTOS E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	COCO EM FLOCOS, EMBALAGEM DE 5KG	UNID.	150	NORDESTE	R$ 125,00	R$ 18. 750,00
02	COCO RALADO FINO, EMBALAGEM DE 5KG	UNID.	150	COQUIL	R$ 88,74	R$ 13. 311,00
VALOR TOTAL DO LOTE 15: R$ 32.061,00 (TRINTA E DOIS MIL E SESSENTA E UM REAIS)						

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$UNIT	R$TOTAL
01	CORANTE LÍQUIDO PARA BOLO (CORES DIVERSAS), EMBALAGEM DE 10ML	UNID.	100	MIX	R$1,95	R$195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 16: R$ 195,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS)						

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$UNIT.	R$ TOTAL
01	CREME DE CONFEITEIRO, CAIXA COM 10UNIDADES DE 1 KG CADA	CAIXA	80	ITAIQUARA	R$57,30	R$4. 584,00
VALOR TOTAL DO LOTE 18: R$ 4.584,00 (QUATRO MIL QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS)						

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	DOCE DE LEITE, EMBALAGEM DE 10 KG	UNID.	300	ÁUREA	R$ 44,34	R$ 13. 302,00
VALOR TOTAL DO LOTE 19: R$ 13.302,00 (TREZE MIL DUZENTOS E DOIS REAIS)						

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL

01	EMULSIFICANTE, EMBALAGEM DE 3KG	UNID.	100	GENKOR	R$ 41,69	R$ 4. 169,00
VALOR TOTAL DO LOTE 20: R$ 4.169,00 (QUATRO MIL CENTO E SESSENTA E NOVE REAIS)						

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT	R$TOTAL
01	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM DE 1LT	UNID.	30	MIX	R$18,36	R$550,80
02	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR LARANJA, EMBALAGEM DE 1LT	UNID.	30	MIX	R$24,30	R$729,00
03	ESSÊNCIA PARA BOLO, SABOR LIMÃO, EMBALAGEM DE 1LT	UNID.	30	MIX	R$26,00	R$780,00
VALOR TOTAL DO LOTE 22: R$ 2.059,80 (DOIS MIL E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	FARINHA DE TRIGO, EMBALAGEM DE 50 KG	UN.	700	NITA	R$ 161,43	R$ 113. 001,00
VALOR TOTAL DO LOTE 23: R$ 113.001,00 (CENTO E TREZE MIL E UM REAIS)						

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	FERMENTO INSTANTÂNEO, CAIXA COM 10 UNIDADES DE 1KG CADA	CAIXA	150	ITAIQUARA	R$183,44	R$27. 516,00
02	FERMENTO QUÍMICO PARA BOLO, CAIXA COM 10 UNIDADES DE 1KG CADA	CAIXA	150	ITAIQUARA	R$114,67	R$17. 200,50
VALOR TOTAL DO LOTE 24: R$ 44.716,50 (QUARENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

LOTE 25

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	FÉCULA DE MANDIOCA EMBALAGEM DE 25 KG	UNID.	60	AMAFIL	R$ 88,11	R$ 5. 286,60
VALOR TOTAL DO LOTE 25: R$ 5.286,60 (CINCO MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)						

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	GOIABADA BALDE DE 4,8 KG	UNID.	300	AUREA	R$ 29,80	R$ 8. 940,00
02	GOIABADA TIPO CASCÃO, EMBALAGEM DE 7KG	UNID.	50	AUREA	R$ 27,20	R$ 1. 360,00
VALOR TOTAL DO LOTE 26: R$ 10.300,00 (DEZ MIL E TREZENTOS)						

LOTE 27

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	GORDURA HIDROGENADA, EMBALAGEM DE 500GR	UNID.	300	FRIMESA	R$14,08	R$4. 224,00
VALOR TOTAL DO LOTE 27: R$ 4.224,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS)						

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	GROSELHA, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UNID.	50	BOITUVA	R$ 5,37	R$ 268,50
VALOR TOTAL DO LOTE 28: R$ 268,50 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM DE 2,6KG	UNID.	250	AUREA	R$ 23,52	R$ 5. 880,00
VALOR TOTAL DO LOTE 29: R$ 5.880,00 (CINCO MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS)						

LOTE 31

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	MARGARINA PARA BOLO 80% DE LIPÍDIO TIPO GRADINA, EMBALAGEM DE 2KG	UNID.	80	QUALY	R$12,87	R$1. 029,60
VALOR TOTAL DO LOTE 31: R$ 1.029,60 (UM MIL E VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)						

LOTE 32

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	MANTEIGA SEM SAL, EMBALAGEM DE 1KG	UNID.	150	PIRACANJUBA	R$ 25,60	R$ 3. 840,00
VALOR TOTAL DO LOTE 32: R$ 3.840,00 (TRÊS MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)						

LOTE 33

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	MISTURA PARA BOLO SABOR ABACAXI, EMBALAGEM DE 5KG	UN.	300	NITA	R$23,85	R$7. 155,00
02	MISTURA PARA BOLO SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 5KG	UN.	300	NITA	R$27,25	R$8. 175,00
03	MISTURA PARA BOLO SABOR COCO, EMBALAGEM DE 5KG	UN.	300	NITA	R$23,75	R$7. 125,00
04	MISTURA PARA BOLO SABOR LA-	UN.	300	NITA	R$23,75	R$7. 125,00

	RANJA, EMBALAGEM DE 5KG					
VALOR TOTAL DO LOTE 33: R$ 29.580,00 (VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS)						

LOTE 34

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	MISTURA PARA PÃO DE QUEIJO, EMBALAGEM DE 10KG	UNID.	200	AMAFIL	R$ 60,63	R$ 12.126,00
VALOR TOTAL DO LOTE 34: R$ 12.126,00 (DOZE MIL CENTO E VINTE E SEIS REAIS)						

LOTE 35

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT	R$ TOTAL
01	MOUSSE EM PÓ, SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 1 KG	CAIXA	100	GENKOR	R$24,11	R$2.411,00
VALOR TOTAL DO LOTE 35: R$ 2.411,00 (DOIS MIL QUATROCENTOS E ONZE REAIS)						

LOTE 36

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	NATA, EMBALAGEM DE 300 GR	UNID.	300	FRIMESA	R$ 7,22	R$ 2.166,00
VALOR TOTAL DO LOTE 36: R$ 2.166,00 (DOIS MIL CENTO E SESSENTA E SEIS REAIS)						

LOTE 37

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	ORÉGANO, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID.	80	MIKA	R$ 32,50	R$ 2.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE 37: R$ 2.600,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS)						

LOTE 38

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	PANO PARA MODELADORA TAM. 27X30X36	UNID.	03	MODELAR	R$ 295,00	R$ 885,00
VALOR TOTAL DO LOTE 38: R$ 885,00 (OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)						

LOTE 39

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT	R$TOTAL
01	REQUEIJÃO CULINÁRIO CREMOSO, EMBALAGEM DE 1.800GR	UNID.	100	BURITIS	R$22,00	R$2.200,0
VALOR TOTAL DO LOTE 39: R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS)						

LOTE 40

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	SAL AMONÍACO EMBALAGEM DE 30 GR.	UNID.	250	MIKA	R$ 1,12	R$ 280,00
VALOR TOTAL DO LOTE 40: R$ 280,00 (DUZENTOS E OITENTA REAIS)						

LOTE 41

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTDE.	MARCA	R$UNIT.	R$ TOTAL
01	SACO PARA CONFEITAR DESCARTÁVEL 37CMX18CM	UN.	250	SORPAN	R$ 0,84	R$ 210,00
VALOR TOTAL DO LOTE 41: R$ 210,00 (DUZENTOS E DEZ REAIS)						

Valor total dos lotes: R$ 344.585,50 (trezentos e quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos

VIGÊNCIA: 23/03/2015 À 23/03/2016

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL,**na modalidade pregão (presencial) nº **031/2015**, no dia **10 de ABRIL de 2015, às 08:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 24 de Março de 2015.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 216/2015

PORTARIA Nº 216/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR ADILSON JOSE ASSUNCAO DALVES PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO SETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 214/2015

PORTARIA Nº 214/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA ALINE GOMES SOARES PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE EMPENHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 217/2015

PORTARIA Nº 217/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR WARLEY JUNIOR BRAS PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE LIQUIDAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 04/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 04/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **ODILIO LIBRELOTTO, CPF N° 047.073.970-34,**modalidade DISPENSA nº 04/2015 – **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE CIDADANIA.**Processo nº 385/2015, com o valor de R$ 22.653,00 (vinte dois mil seiscentos e cinquenta e três reais). Demais informações: E-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 24 de Março de 2015.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº 225/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR CARLOS HENRIQUE ROCHA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE MECÂNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 021/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, na modalidade pregão (presencial) n° 021/2015, a se realizar no dia **09 de abril de 2015 às 08h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 24 de março de 2015.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 226/2015

PORTARIA Nº 226/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA EDMARCIA FRANCISQUETI RESTANI PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 215/2015

PORTARIA Nº 215/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA JOICE PATRÍCIA CHAGAS PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 206/2015

PORTARIA Nº 206/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA ELISSANDRA CORRÊA MARTINS IWASAKI PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.068, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA EDIFICAÇÃO DE CERCA NO CENTRO DOS IDOSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar despesa no valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais) com a "ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DO GRUPO DOCE VIDA DA AGROVILA JOÃO PONCE DE ARRUDA", inscrita no CNPJ nº 15.495.288/0001-90.

Parágrafo único - O valor repassado será usado para custear a aquisição de materiais de construção para edificação de cerca composta de tela e postes de cimento a ser edificada no "Centro dos Idosos" da referida associação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 24 de março de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 022/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 006/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO TEMPORARIO..

Contratado: STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA – ME

Valor global: R$10.0000,00 (Dez mil reais)

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Dispensa de Licitação: 022/2015.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 24 de Março de 2015.

Michelle Cristine de Almeida Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 053-2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 053- 2015

Data: 24/03/2015

Contratado: SANDRA ADRIANE DIETER ROHRIG

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

Valor: R$ 17.405,00 (dezessete mil, quatrocentos e cinco reais)

Vigência: 24/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 183/2015.

De 23 de Março de 2015.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora **VALDETE TEREZINHA ARENS OLIVEIRA**, no cargo de Coordenadora Pedagógica, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao

Processo nº 020/2015

que tem por Objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, destinados à Alimentação Escolar para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Nomear REALDA MARIA CALVI, no cargo de Auxiliar de Sala, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015

PROCESSO Nº. 014/2015

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, agro-empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº.132.773.839-20, **RESOLVE** registrar os preços da empresa

L.R. DE FARIA ME

, inscrita no CNPJ/MF nº 20.668.655/0001-40 estabelecida na cidade de Canarana –MT, à Av Mato Grosso, nº 315, Centro, neste ato representada por LILIA RUTH DE FARIA, Carteira de Identidade nº. 214.9956 SSP/GO, CPF nº666.759.361-15, nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº 007/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da (S) empresa (S) L.R. DE FARIA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 20.668.655/0001-40 estabelecida na cidade de Canarana-MT, à Av. Mato Grosso, para o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços de propaganda volante para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT*, conforme especificações do Edital.*

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2015, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no Processo nº 014/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: L.R. DE FARIA - ME

CNPJ: 20.668.655/0001-40

Endereço: Av. Mato Grosso, nº 315, Centro.

CEP: 78640-000 Cidade/Estado: Canarana-MT

Representante Legal: Lilia Ruth de Faria

RG: 214.9956 SSP/GO CPF: 666.759.361-15

3.2 - Descrição, Quantidade e ITENS Registrados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Veículo Tipo I – Veículo modelo GOL 1000, Marca VW, ano de fabricação e modelo 1996/1996, para propaganda volante com no mínimos 04 lados com sistema de som e que atinja 90 decibéis e em perfeitas condições de tráfego, devidamente habilitado pelo DETRAN.	Hora	3.590	44,00	157.960,00

CLAUSULA QUARTA – ORGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: Secretaria Municipal de Administração e Secretarias Municipais de Saúde, Obras e Serviços Urbanos, Assistência Social, Finanças, Gabinete do Prefeito, Agricultura e Meio Ambiente, Esporte e Lazer e Educação e Cultura.

4.2 – A presente ATA esta vinculada ao Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros

órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º/ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Canarana-MT, 24 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

L.R. DE FARIA – ME

LILIA RUTH DE FARIA

RG nº. 2149956 SSP/GO E CPF nº 666.759.361-15

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051-2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 051- 2015

Data: 24/03/2015

Contratado: L.R. DE FARIA ME

Objeto: Prestação de serviços de propaganda volante para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT.

Valor: R$ 157.960,00 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos e sessenta reais**)**.

Vigência: 24/03/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 176/2015

De 24 de março de 2015.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear DIVINA BRIGIDA DA SILVA, para exercer o cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO,cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 24 de março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº175/2015

De 23 de março de 2015.

Exonerar Servidora, a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar CLARICE BLASS MARIOTTO do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA (cargo em extinção, constante no Anexo II da Lei Complementar nº 124/2014, de 28 de julho de 2014.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2538 / 2015

De 23 de Março de 2015

Dispõe sobre a convocação de candidata

aprovada em concurso público.

Evaldo Osvaldo Diehl, prefeito municipal de Canarana ,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital nº 001/2014 considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,

DECRETA:

Art. 1º fica convocada a candidata abaixo relacionada a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, de acordo com o Art.14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana, para tratar de assunto de seu interesse.

Parágrafo único. O não comparecimento da candidata no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerada desistente da vaga.

Art. 2° A candidata convocada é a seguinte:

Nome do candidato	Cargo	Classificação	Edital/ Concurso
ROSIMEIRE ROSENDA SANCHES	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	APROVADA	EDITAL 001/2014

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 23 de março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052-2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 052- 2015

Data: 24/03/2015

Contratado: COOPERPORTAL – COOPERATIVA REGIONAL AGRO PORTAL DO XINGU

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

Valor: R$ 15.190,00 (quinze mil, cento e noventa reais).

Vigência: 24/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177/2015

De 23 de março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ILNEIDE LOPES DA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora ILNEIDE LOPES DA COSTA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 23/03/2015 a 21/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/04/2014 A 31/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 23 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

JURIDICO
LEI Nº 864/2015

SÚMULA: **"Concede ajuste de remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Carlinda através de alterações da Lei Municipal nº 811/2014, e dá outras providências."**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral da remuneração do quadro de servidores da Câmara Municipal de Carlinda, incidentes ao período de março de 2014 a fevereiro de 2015, como segue:

Parágrafo Primeiro.

Servidores Efetivos, percentual de 10% (dez) por cento, aplicado sobre a remuneração base, emconformidade com a tabelaAnexo III, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Segundo. Servidores Comissionados, alteração de valores nominais, em conformidade com a tabela Anexo III, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Altera as atribuições do cargo de Secretário de Administração, previstas no Anexo IV, visando a melhoria na execução das atividades internas e externas desta Casa de Leis.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,consideram-se seus efeitos a partir de primeiro de marçodo corrente, revogando as disposições em contrário.

ANEXO III

DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

TABELA DE REMUNERAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS		
Cargo	*Referência*	Remuneração
Secretário de Administração	**DAS-I**	**R$ 3.000,00**

QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO–DAI		
Cargo	*Referência*	Remuneração
Assessor Parlamentar	**DAI-I**	**R$ 2.000,00**
Chefe de Gabinete	**DAI-II**	**R$ 1.500,00**

ANEXO III

DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

TABELA DE VENCIMENTO BASE – TNS				
CARGO:ADVOGADO				
ADMISSÃO: GRADUADO / CARGA HORÁRIA 10 HS.				
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE INICIAL A (1,00)	CLASSE PROMOÇÃO B (1,20)
0 - 3 anos	1	1	1.100,00	1.320,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	1.155,00	1.386,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	1.212,75	1.455,30
9,1 - 12 anos	4	1,157625	1.273,39	1.528,07
12,1 - 15 anos	5	1,215506	1.337,06	1.604,47
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.403,91	1.684,69
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.474,11	1.768,93
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.547,81	1.857,37
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.625,20	1.950,24
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.706,46	2.047,75
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.791,78	2.150,14
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.881,37	2.257,65

TABELA DE VENCIMENTO BASE – TNS				
CARGO: CONTADOR				
ADMISSÃO: GRADUADO / CARGA HORÁRIA 10 HS.				
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE INICIAL A (1,00)	CLASSE PROMOÇÃO B (1,20)
0 - 3 anos	1	1	1.100,00	1.320,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	1.155,00	1.386,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	1.212,75	1.455,30

9,1 - 12 anos	4	1,157625	1.273,39	1.528,07
12,1 - 15 anos	5	1,215506	1.337,06	1.604,47
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.403,91	1.684,69
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.474,11	1.768,93
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.547,81	1.857,37
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.625,20	1.950,24
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.706,46	2.047,75
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.791,78	2.150,14
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.881,37	2.257,65

TABELA DE VENCIMENTO BASE – SNM					
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					
ADMISSÃO: ENSINO MÉDIO COMPLETO / CARGA HORÁRIA 40 HS.					
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A (1,00)	B (1,20)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	1.045,00	1.254,00	1.463,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	1.097,25	1.316,70	1.536,15
6,1 - 9 anos	3	1,1025	1.152,11	1.382,54	1.612,96
9,1 - 12 anos	4	1,157625	1.209,72	1.451,66	1.693,61
12,1 - 15 anos	5	1,215506	1.270,20	1.524,24	1.778,29
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.333,71	1.600,46	1.867,20
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.400,40	1.680,48	1.960,56
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.470,42	1.764,50	2.058,59
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.543,94	1.852,73	2.161,52
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.621,14	1.945,37	2.269,59
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.702,19	2.042,63	2.383,07
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.787,30	2.144,77	2.502,23

TABELA DE VENCIMENTO BASE – SNM					
CARGO: RECEPCIONISTA					
ADMISSÃO: ENSINO MÉDIO COMPLETO / CARGA HORÁRIA 40 HS.					
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A (1,00)	B(1,20)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	1.210,00	1.452,00	1.694,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	1.270,50	1.524,60	1.778,70
6,1 - 9 anos	3	1,1025	1.334,03	1.600,83	1.867,64
9,1 - 12 anos	4	1,157625	1.400,73	1.680,87	1.961,02
12,1 - 15 anos	5	1,215506	1.470,76	1.764,92	2.059,07
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.544,30	1.853,16	2.162,02
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.621,52	1.945,82	2.270,12
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.702,59	2.043,11	2.383,63
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.787,72	2.145,27	2.502,81
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.877,11	2.252,53	2.627,95
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.970,96	2.365,15	2.759,35
33,1 - 36 anos	12	1,71034	2.069,51	2.483,41	2.897,31

TABELA DE VENCIMENTO BASE – AGF
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 40 HS.

NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A (1,00)	B (1,20)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	803,00	963,60	1.124,20
3,1 - 6 anos	2	1,05	843,15	1.011,78	1.180,41
6,1 - 9 anos	3	1,1025	885,31	1.062,37	1.239,43
9,1 - 12 anos	4	1,157625	929,57	1.115,49	1.301,40
12,1 - 15 anos	5	1,215506	976,05	1.171,26	1.366,47
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.024,85	1.229,82	1.434,80
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.076,10	1.291,32	1.506,54
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.129,90	1.355,88	1.581,86
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.186,40	1.423,68	1.660,96
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.245,72	1.494,86	1.744,00
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.308,00	1.569,60	1.831,20
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.373,40	1.648,08	1.922,76

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS:

SECRETARIODE ADMINISTRAÇÃO Símbolo: D A S – I

Grupo Funcional: Direção e Assessoramento Superior – D A S

Provimento: COMISSIONADO – LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a)Geral:carga horária semanal de no mínimo 40 (quarenta) horas;

b)Especial: cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados; atendimento ao público e uso de uniforme.

c)Requisitos para provimento: Indicação do Presidente da Câmara Municipal.

ATRIBUIÇÕES:

a)Descrição Sintética: exercer a coordenação e controle administrativo, bem como a orientação dos trabalhos da pasta respectiva.

b)Descrição Analítica: Realizar o planejamento administrativo juntamente com a Mesa Diretora e Presidência, Assessorar o Presidente e a Mesa Diretora, na realização dos serviços administrativos da Câmara Municipal, de acordo com as diretrizes de governo; propor políticas sobre assuntos relativos à pasta; ajudar na organização e na coordenação de programas e atividades da Secretaria; Auxiliar na realização das audiências públicas; Organizar e Controlar a administração de material e do patrimônio da Câmara Municipal; Organizar os procedimentos para o desenvolvimento das atividades da Administração; Acompanhar a Prestação de Serviços administrativos e dos departamentos, setores ou áreas que compõem a Secretaria; proferir despachos em processos atinentes a assuntos de competência da Secretaria; participar da elaboração dos projetos de planos de governo e leis orçamentárias; Orientar a fiscalização da execução das leis orçamentárias; Zelar pelo bom andamento dos serviços administrativos internos e do com conceito da instituição no cumprimento da legislação vigente; Assessorar os órgãos da Câmara Municipal nos assuntos referentes à Secretaria; Cumprir as demais atribuições que lhe forem conferidas em Lei; Responsabilizar-se pela Ouvidoria da Câmara Municipal; Responsabilizar-se pelas cargas do sistema APLIC; Acompanhar diariamente publicações do Malote Digital do

Tribunal de Contas; Consultar diariamente publicações do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso; Consultar diariamente o Jornal Oficial da AMM; Publicar atos oficiais no Jornal Oficial dos Municípios AMM e; Jornal Oficial do Tribunal de Contas e Diário Oficial do Estado e da União (quando necessário); Publicar atos oficiais nos Jornais de circulação regional contratados pela Câmara de Vereadores; Postar informações oficiais e docu-

mentos administrativos no Portal Transparência; Desenvolver, Fiscalizar e acompanhar demais atividades correlatas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de março de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JURIDICO
LEI Nº 865/2015

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Carlinda/MT, e dá outras providências.**".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - As viagens dos Servidores do Poder Legislativo somente serão realizadas no estrito interesse do serviço público.

Parágrafo Primeiro - Os servidores do Poder Legislativo, efetivos ou comissionados, que se deslocarem da sede do município, a serviço da Câmara Municipal de Carlinda, para participarem de eventos relevantes à Câmara de Vereadores ou ao labor diário, tais como: Cursos de capacitação profissional, ou representar a Câmara Municipal fora da sede, farão jus a diária de viagens, para cobertura das despesas com alimentação, estadia, locomoção urbana e demais despesas correlatas ao objetivo da viagem.

Parágrafo Segundo – Os Vereadores que se deslocarem à Capital Federal com finalidade de atender interesses do município, farão jus a diária de viagens, para cobertura das despesas com alimentação, estadia, locomoção urbana e demais despesas correlatas ao objetivo da viagem.

Art. 2º - A diária será devida por dia de afastamento da sede do município, tomando-se como termo inicial e final a contagem dos dias respectivamente, a hora de partida e de retorno na sede do município, num ciclo de 24 horas cada diária completa.

Parágrafo Único – Poderá o servidor perceber valor diferenciado de diária quando não completar o ciclo de 24 horas no destino, e nesse caso especifico, essa Lei denominará diária sem pernoite, cujo valor diferenciado está disposto no Anexo I.

Art. 3º - As diárias serão solicitadas através de requerimento dirigido a Presidência da Câmara Municipal, pelo servidor público solicitante, salientando as razões do deslocamento, assim como a existência de nexo entre as atribuições regulamentares e as atividades realizadas na viagem.

§ 1º - As diárias serão solicitadas até 05 (cinco) dias antes do deslocamento.

§ 2º - É vedada a concessão de diárias a título de complementação de salário.

§ 3º - É vedado o recebimento de diárias para transferências a terceiros.

Art. 4º - As despesas com a locomoção através de transporte ferroviário, rodoviário coletivo e aéreo, seguros e similares, serão custeadas pela Câmara de Vereadores, não estando às mesmas inclusas nas diárias de viagem.

Art. 5º - O número de diárias será igual ao número de dias em que o servidor e/ou vereador, ficará fora do município, a serviço deste, sendo que as diárias de viagens, até o limite de 04 (quatro), serão pagas antecipadamente.

§ 1º - Quando a viagem ultrapassar 04 (quatro) dias, as diárias serão autorizadas à vista da natureza da atividade e das condições em que ela deve ser efetuada, mediante justificativa fundamentada, do servidor solicitante com a autorização e despacho da Presidência do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º - Nos casos de emergência, as diárias de viagens poderão ser pagas após o início da viagem, mediante justificativa fundamentada do servidor, admitida à delegação de competência.

§ 3º - O pagamento das diárias de viagem, quando a viagem ocorrer aos sábados, domingos ou feriados será autorizado, mediante justificativa fundamentada, do servidor solicitante com a autorização da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 6º - Serão restituídas pelo Servidor em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do retorno a sede originária de serviço às diárias recebidas em excesso, ou cujas despesas não forem comprovadas.

Parágrafo Único: Quando por qualquer circunstância não for realizada a viagem, o servidor restituirá integralmente no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da concessão, o montante das diárias recebida.

Art. 7º - O Servidor que indevidamente receber diárias será obrigado a restituir aos cofres da Câmara Municipal, a importância recebida.

§ 1º - O superior imediato que autorizar ou omitir informações sobre recebimento indevido de que trata este artigo, responderá civil e penalmente além de se tornar solidário pela devolução imediata da importância recebida indevidamente.

§ 2º - O valor correspondente à devolução deverá ser imediatamente seguido da prestação de contas.

§ 3º -Caso o servidor não possua recursos financeiros para proceder a devolução imediata, será passível de desconto em folha de pagamento, em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, sendo-lhe instaurado processo disciplinar para apurar a responsabilidade e aplicar a penalidade cabível.

Art. 8º - O servidor que receber diária deverá apresentar no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis após o retorno com vistas à prestação de contas, o respectivo relatório, acompanhado de documentos comprobatórios de participação em eventos ou outro motivo que motivou a viagem:

a)Bilhete de passagem, notas fiscais de despesas;

b)Comprovante de participação em cursos, treinamentos, capacitação e outros;

c)Requerimento solicitação de diária devidamente fundamentado;

d)Autorização expedida pelo ordenador de despesas;

e)Notas de Empenhos e liquidações;

f)Comprovante do recebimento pelo servidor, bem como da sua devolução, quando for o caso.

Art. 9º – Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 846 de 10 de dezembro de 2014.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e afixação.

ANEXO I

I – MUNICÍPIOS VIZINHOS COM DISTÂNCIA DE ATÉ 150 KM

Diárias sem pernoites	R$ 50,00
Diárias com pernoites	R$ 200,00

II – MUNICÍPIOS COM DISTÂNCIA DE ATÉ 400 KM

Diárias sem pernoites	R$ 100,00
Diárias com pernoites	R$ 250,00

III – CAPITAL DO ESTADO

Diárias com pernoites	R$ 300,00

IV – CAPITAL FEDERAL

Diárias com pernoites	R$ 550,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de março de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREVCAR
AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda/MT - PREVCAR, através de sua Diretora Executiva, Srª Erica Marcieli Furlan de Pedri de Campos, vem por meio deste RETIFICAR, o Extrato de Publicação nº 001/2015 publicado no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.com.br/amm-mt) do dia 19/03/2015, páginas 49 e 50, conforme segue abaixo:

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 13/03/2015 até 31/12/2015.

Carlinda / MT, 13 de março de 2015.

Leia-se:

VIGÊNCIA: 19/03/2015 até 31/12/2015.

Carlinda / MT, 19 de março de 2015.

Publique-se.

Erica Marcieli Furlan de Pedri de Campos

Diretora Executiva

JURIDICO
LEI Nº 865/2015

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Carlinda/MT, e dá outras providências.**".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - As viagens dos Servidores do Poder Legislativo somente serão realizadas no estrito interesse do serviço público.

Parágrafo Primeiro - Os servidores do Poder Legislativo, efetivos ou comissionados, que se deslocarem da sede do município, a serviço da Câmara Municipal de Carlinda, para participarem de eventos relevantes à Câmara de Vereadores ou ao labor diário, tais como: Cursos de capacitação profissional, ou representar a Câmara Municipal fora da sede, farão jus a diária de viagens, para cobertura das despesas com alimentação, estadia, locomoção urbana e demais despesas correlatas ao objetivo da viagem.

Parágrafo Segundo – Os Vereadores que se deslocarem à Capital Federal com finalidade de atender interesses do município, farão jus a diária de viagens, para cobertura das despesas com alimentação, estadia, locomoção urbana e demais despesas correlatas ao objetivo da viagem.

Art. 2º - A diária será devida por dia de afastamento da sede do município, tomando-se como termo inicial e final a contagem dos dias respectivamente, a hora de partida e de retorno na sede do município, num ciclo de 24 horas cada diária completa.

Parágrafo Único – Poderá o servidor perceber valor diferenciado de diária quando não completar o ciclo de 24 horas no destino, e nesse caso especifico, essa Lei denominará diária sem pernoite, cujo valor diferenciado está disposto no Anexo I.

Art. 3º - As diárias serão solicitadas através de requerimento dirigido a Presidência da Câmara Municipal, pelo servidor público solicitante, salientando as razões do deslocamento, assim como a existência de nexo entre as atribuições regulamentares e as atividades realizadas na viagem.

§ 1º - As diárias serão solicitadas até 05 (cinco) dias antes do deslocamento.

§ 2º - É vedada a concessão de diárias a título de complementação de salário.

§ 3º - É vedado o recebimento de diárias para transferências a terceiros.

Art. 4º - As despesas com a locomoção através de transporte ferroviário, rodoviário coletivo e aéreo, seguros e similares, serão custeadas pela Câmara de Vereadores, não estando às mesmas inclusas nas diárias de viagem.

Art. 5º - O número de diárias será igual ao número de dias em que o servidor e/ou vereador, ficará fora do município, a serviço deste, sendo que as diárias de viagens, até o limite de 04 (quatro), serão pagas antecipadamente.

§ 1º - Quando a viagem ultrapassar 04 (quatro) dias, as diárias serão autorizadas à vista da natureza da atividade e das condições em que ela deve ser efetuada, mediante justificativa fundamentada, do servidor solicitante com a autorização e despacho da Presidência do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º - Nos casos de emergência, as diárias de viagens poderão ser pagas após o início da viagem, mediante justificativa fundamentada do servidor, admitida à delegação de competência.

§ 3º - O pagamento das diárias de viagem, quando a viagem ocorrer aos sábados, domingos ou feriados será autorizado, mediante justificativa fundamentada, do servidor solicitante com a autorização da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 6º - Serão restituídas pelo Servidor em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do retorno a sede originária de serviço às diárias recebidas em excesso, ou cujas despesas não forem comprovadas.

Parágrafo Único: Quando por qualquer circunstância não for realizada a viagem, o servidor restituirá integralmente no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da concessão, o montante das diárias recebida.

Art. 7º - O Servidor que indevidamente receber diárias será obrigado a restituir aos cofres da Câmara Municipal, a importância recebida.

§ 1º - O superior imediato que autorizar ou omitir informações sobre recebimento indevido de que trata este artigo, responderá civil e penalmente além de se tornar solidário pela devolução imediata da importância recebida indevidamente.

§ 2º - O valor correspondente à devolução deverá ser imediatamente seguido da prestação de contas.

§ 3º -Caso o servidor não possua recursos financeiros para proceder a devolução imediata, será passível de desconto em folha de pagamento, em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, sendo-lhe instaurado processo disciplinar para apurar a responsabilidade e aplicar a penalidade cabível.

Art. 8º - O servidor que receber diária deverá apresentar no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis após o retorno com vistas à prestação de contas, o respectivo relatório, acompanhado de documentos comprobatórios de participação em eventos ou outro motivo que motivou a viagem:

a)Bilhete de passagem, notas fiscais de despesas;

b)Comprovante de participação em cursos, treinamentos, capacitação e outros;

c)Requerimento solicitação de diária devidamente fundamentado;

d)Autorização expedida pelo ordenador de despesas;

e)Notas de Empenhos e liquidações;

f)Comprovante do recebimento pelo servidor, bem como da sua devolução, quando for o caso.

Art. 9º – Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 846 de 10 de dezembro de 2014.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e afixação.

ANEXO I

I – MUNICÍPIOS VIZINHOS COM DISTÂNCIA DE ATÉ 150 KM

Diárias sem pernoites	R$ 50,00
Diárias com pernoites	R$ 200,00

II – MUNICÍPIOS COM DISTÂNCIA DE ATÉ 400 KM

Diárias sem pernoites	R$ 100,00
Diárias com pernoites	R$ 250,00

III – CAPITAL DO ESTADO

Diárias com pernoites	R$ 300,00

IV – CAPITAL FEDERAL

Diárias com pernoites	R$ 550,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de março de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERRATA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO

Prefeitura Municipal de Carlinda/MT
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo 003/2014
Extrato de Contrato de Trabalho para o ano de 2015

N.º do Contrato	Inicio da Vigência	Nome	Classe / Hs	Termino da Vigência	Provento mensal/ Contrato
45	**12/03/ 2015**	ALINE CAROLINA DA SILVA	A – 20HS	18/12/2015, conforme Lei Autorizativa nº103/2000 de 17 de Abril de 2000	**R$ 959,10**

JURIDICO
LEI Nº 863/2015

SÚMULA: "Reorganiza o sistema de Verba Indenizatória aos Vereadores do Município de Carlinda e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º -Fica instituída a Verba Indenizatória Parlamentar destinadas à cobertura de despesas realizadas em razão das atividades inerentes ao exercício da atividade parlamentar.

Art. 2º -O uso da Verba Indenizatória é ato discricionário do Vereador, podendo utilizar os recursos para a manutenção de despesas com viagens dentro doMunicípio de Carlinda e do Estado de Mato Grosso, com aquisição de combustível e lubrificante, material de expediente para o próprio uso, assinaturas de periódicos: jornais e revistas; internet e celulares e, demais despesas que seja para o bom exercício do mandato parlamentar.

Art. 3º O vereador receberá a Verba Indenizatória relativa ao exercício do mandato parlamentar até o quinto dia do mês subsequente ao indenizado, mediante requerimento de sua autoria.

§ 1º. O vereador deverá requerer a Verba Indenizatória, total ou parcial, mediante apresentação do relatório das atividades parlamentares exercidas durante o mês.

§ 2º. O Vereador não está obrigado a requerer mensalmente a Verba Indenizatória, porém, a mesma não é cumulativa.

§ 3º.O conteúdo e a veracidade do relatório apresentadoé de exclusiva responsabilidade do parlamentar.

Art. 4º -É vedado ao Poder Legislativo Municipal, antecipar Verbas Indenizatórias vincendas.

Art. 5º -A Verba Indenizatória tratada nesta Lei, inibe o requerimento de diárias por parlamentares, para o exercício de sua função dentro do Estado de Mato Grosso.

Art. 6º - A Verba Indenizatória poderá ser ajustada anualmente por Resolução do Poder Legislativo, desde que não ultrapasse os limites da reposição das perdas inflacionárias, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

Parágrafo Único.Fica estipulado o valor da Verba Indenizatória de até R$ 1.500,00 (hummil e quinhentos reais) aos vereadores.

Art. 7º - Perderá o direito parcial ou total à Verba Indenizatória, o Vereador que, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, for notificado por escrito sobre sessões extraordinárias, e não comparecer, salvo motivo comprovado de força maior.

Parágrafo Único. O percentual a ser deduzido será a proporcionalidade das sessões extraordinárias realizadas durante o mês e asausências injustificadas.

Art. 8º -Caberá ao Controle Interno do Município avaliar as condicionantes desta Lei e pedir restituição no mês seguinte, aos descumprimentos legais.

Art. 9º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão suportadas pelos recursos existentes no orçamento vigente para custeio ordinário, contabilizada no elemento de despesa: 33.90.93 – Indenizações e Restituições.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos aplicados na integralidade ao mês de março do corrente e revoga as Leis nº684/2011; 729/2013; 808/2014 e 847/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de março de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 0114/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/ 2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, O objeto é a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES** e sagrou-se vencedor a empresa: **COMERCIAL DE PEÇAS 1313 LTDA - ME** inscrito no **CNPJ/MF n.º 01.728.039/0001-92** no valor total de **R$ 52.200,00 (cinqüenta e dois mil e duzentos reais).**

Castanheira - MT,

25

de março de 2015.

João Mançano Bruscagin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL NO 004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL NO 004/2015

A Pregoeira Oficial da Prefeitura de Chapada Dos Guimarães – localizada na Rua Tiradendes, nº 166, Centro, Chapada Dos Guimarães/MT, CEP: 78.195.000, torna público que a sessão inicial do PREGÃO PRESENCIAL No 004/2015 - destinado a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, , foi CANCELADA devido a falta de interesse da administração publica.

Chapada dos Guimarães (MT), 24 de Março de 2015.

MARIA DE FATIMA DA SILVA CORREA

Pregoeira

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL AVISO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA

A Pregoeira Oficial da Prefeitura de Chapada Dos Guimarães – localizada na Rua Tiradendes, nº 166, Centro, Chapada Dos Guimarães/MT, CEP: 78.195.000, torna público que a sessão inicial do PREGÃO PRESENCIAL No 004/2015 - destinado a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA**

A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS E

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE

CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT NO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS, OU ATE O ÊXITO

FINAL DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO, QUE IRIA ACONTECER NO DIA 27/03/2015 foi CANCELADA devido a falta de interesse da administração publica.

Chapada dos Guimarães (MT), 24 de Março de 2015.

MARIA DE FATIMA DA SILVA CORREA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DECRETO Nº: 020/2015.

DATA: 24 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: Define as Notas Fiscais de Serviços, Regulamenta a Forma de Recolhimento, a Retenção na Fonte e o Regime de Estimativa do ISSQN e da Outras Providencias.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA

CAPITULO I

DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1 - Ficam definidas as seguintes Notas Fiscais de Serviço, da emissão obrigatória quando da prestação de serviço:

I – Nota Fiscal de Serviço, série 1, impressas em formulários de segurança e fornecidas pelo município de Cláudia;

II – Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e impressa através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte;

III – Nota Fiscal de Serviço Avulsa série 1, impressas em formulários de segurança e fornecidas pelo município de Cláudia;

IV – Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, NFSA-e impressa através de sistema informatizado disponibilizado ao contribuinte;

§ 1º As Notas Fiscais de Serviço acima ficam definidas, conforme modelos previstos nos anexos I, II, III e IV deste Decreto.

§2º As Notas Fiscais de Serviços deverão ser utilizada somente para o registro de operações de prestação de serviço tributadas, isentas ou imunes quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Art. 2 – As Notas Fiscais de Serviços serão autorizadas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, disponibilizadas e distribuídas, quando for o caso ao contribuinte.

Art. 3 – As Notas Fiscais de Serviços deverão, obrigatoriamente, ser emitidas:

I – Em ordem seqüencial;

II – De forma legível;

III – Sem emendas ou rasuras;

IV – Com os dados completos do tomador de serviço;

V – Com a discriminação detalhada dos serviços prestados;

VI – Com todos os campos preenchidos.

Parágrafo Único Quando o serviço for prestado a empresa nomeada pelo município de Cláudia como Substituta Tributária, deverá conter a expressão: “ISSQN Retido por Substituição Tributária”.

Art. 4 – A Nota Fiscal de Serviço será cancelada quando:

I – Ocorrer lacuna na seqüência numérica e cronológica de emissão;

II – Findo o prazo de validade, sem que tenha sido utilizada;

III – ocorrer erro ou rasura no preenchimento; ou.

IV – Por outros motivos justificáveis, além dos previstos neste Decreto.

Parágrafo único – Quando ocorrer o previsto no inciso I deste artigo, a emissão será retomado dando-se seqüência a ultima Nota Fiscal de Serviço emitida.

Art. 5 – Os contribuintes que tiverem outra atividade, além da prestação de serviços, deverão utilizar uma das seguintes notas fiscais: Nota Fiscal de Serviço modelo série 1, fornecida pelo município de Cláudia ou Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e.

SEÇÃO II

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS IMPRESSA EM FORMULARIOS DE SEGURANÇA

Art. 6 – A autorização de Nota Fiscal de Serviços, série 1, será efetuada mediante solicitação do contribuinte ou seu representante à autoridade fiscal que a aprovará ou não.

§1º - A solicitação do contribuinte ou responsável deverá mencionar a série e o tipo da Nota Fiscal de Serviço desejada.

§2º - A critério da autoridade fiscal, as Notas Fiscais de Serviços serão autorizadas em quantidade e, periodicidade suficiente para atender a demanda do contribuinte.

§3º - O prazo de validade da Nota Fiscal de Serviços é de até 06 (seis) meses contados do dia 30 (trinta) do mês da solicitação.

§ 4º - A solicitação de Nota Fiscal de Prestação de Serviço Eletrônica NFS-e, poderá ser gerada eletronicamente e virtualmente acompanhada, através de sistema informatizado com operação on line acessível no endereço eletrônico: www.claudia.mt.gov.br .

§5º - O contribuinte poderá autorizar ou desautorizar terceira pessoa a solicitar e retirar Nota Fiscal de Serviço em seu nome através de aplicativo disponibilizado no endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br mediante utilização de senha web ou através de procuração.

Art.7 – As Notas Fiscais de Serviços, série 1, impressas em formulário de segurança poderão ser preenchidas manualmente ou eletronicamente, a critério do contribuinte.

Art. 8 – O contribuinte que utilizar a Nota Fiscal de Serviço impressa em formulários de segurança deverá entregar a via destinada ao Fisco junto a Prefeitura Municipal de Cláudia / Divisão de ISSQN, até o quinto dia do mês subseqüente ao da emissão.

§ 1º - No mesmo prazo deverão ser devolvidas, no estado em que se encontrarem todas as vias das Notas Fiscais canceladas, danificadas ou por qualquer motivo inutilizadas.

§ 2º - As Notas Fiscais de Serviço com prazo de validade vencido deverão ser entregues até o dia 5 (cinco) do mês subseqüente ao do vencimento.

Art. 9 – Quando a Nota Fiscal de Serviço impressa em formulário de segurança for cancelada conservar-se-ão todas as suas vias, com declaração na própria Nota Fiscal ou a ela anexada, dos motivos que determinaram o cancelamento e referencia ao novo documento fiscal, se emitido em substituição a esta.

Art. 10 – As Notas Fiscais de Serviço padronizadas serie 1, deverão ser conservadas pelo prazo de 05 (cinco) anos contado da data de sua emissão.

Art. 11 – Os contribuintes que encerrarem suas atividade deverão, quando do requerimento de baixa cadastral, devolver o documento fiscal ainda não utilizado para serem cancelados pela Secretaria Municipal de Fazenda/Divisão de ISSQN.

Art. 12 – Após o pagamento do imposto, a Nota Fiscal de Serviços impressa em formulário de segurança, somente poderá ser cancelada, por meio de Processo Administrativo, com a juntada de declaração do tomador do serviço, justificando o motivo de cancelamento do documento fiscal, todas as vias da Nota cancelada, como também cópia do Livro Diário onde consta o lançamento e estorno da Nota.

Art. 13 – Sem prejuízo do arbitramento do montante tributável e da imposição de multa, sempre que houver o extravio de Documentos Fiscais, devera o contribuinte comunicar o fato ao setor competente da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo de 05 (cindo) dias da publicação no Diário Oficial do Estado e em Jornal de grande circulação no município, conforme modelos estabelecidos no Anexo V deste Decreto, juntando comprovante de publicação da ocorrência.

SEÇÃO III

DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NFS-e

Art. 14 – Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e o documento fiscal hábil ao registro das prestações de serviços tributados, imunes ou isentos quanto ao ISSQN, devendo ser gerada e armazenada eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura Municipal de Cláudia.

§ 1º - A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e será utilizada pelos prestadores de serviços, desde que estejam devidamente inscritos no Cadastro Mobiliária do Município de Cláudia, credenciados e autorizados.

§ 2º - A emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e será obrigatória para todos os prestadores de serviços determinado por ofício pela Secretaria Municipal de Fazenda / Divisão de ISSQN.

§ 3º Os prestadores de serviços que não forem determinados por oficio, ficam dispensados da emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFS-e.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Fazenda – Divisão de ISSQN, notificará os contribuintes, quanto ao cumprimento de todos os procedimentos para a utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica NFS-e, inclusive a data limite para o inicio de sua emissão.

§ 5º - Os contribuintes enquadrados no sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições Simples Nacional ficam obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e deste que enquadradas no §2º deste artigo.

§ 6º - A solicitação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e poderá ser realizada através do endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br , mediante senha web fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda/Divisão de ISSQN.

§ 7º - Os prestadores de serviços obrigados à emissão, ou, que optarem pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e deverão iniciar sua emissão em até 03 dias após o deferimento da autorização, devendo devolver no mesmo prazo todas as notas fiscais padronizadas em seu poder.

Art. 15 – A solicitação e credenciamento para adesão de emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, deverá ser feita através do endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br, utilizando a senha web.

Parágrafo Único – A opção pela utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, uma vez deferida é irretratável.

Art. 16 – Ao emitir a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, disponibilizada pelo município de Cláudia, o prestador de serviço, poderá imprimir o documento fiscal, em quantas vias entender necessárias ou enviar o arquivo gerado por e-mail ao tomador do serviço, que será automaticamente reconhecido como documento fiscal.

Art. 17 – A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, poderá ser cancelada pelo próprio prestador de serviços, juntamente com o Recibo Provisório de Serviços – RPS que deu origem, por meio do sistema, até duas horas após o lançamento pagamento do imposto, conforme roteiro contido no link especifico do site www.claudia.mt.gov.br, podendo a qualquer momento ser revisto pela autoridade fiscal.

Parágrafo Único – Após o pagamento do imposto a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, somente poderá ser cancelada, por meio de Processo Administrativo, com a juntada de declaração do tomador do serviço, justificando o motivo de cancelamento do documento fiscal, como também de todas as vias do recibo cancelado, se houver.

Art.18 – As Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio da Prefeitura de Cláudia, no prazo de 5 (cinco) anos de sua emissão.

Art. 19 – O tomador de serviço que receber a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, poderá certificar a validade da mesma através de link no site www.claudia.mt.gov.br.

Art. 20 – O modelo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, contém as seguintes informações:

I – Brasão e dados do Município de Cláudia;

II – Denominação NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;

III – Identificação da Nota Fiscal e RPS

a) Natureza da operação;

b) Data e hora de emissão;

c) Código de verificação;

d) Numero da nota;

e) Número RPS;

f) Série RPS

g) Data de emissão do RPS.

IV – Identificação do prestador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão Social;

d) Nome fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail.

V – Identificação do tomador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição municipal;

c) Razão Social

d) Nome Fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail.

VI – Discriminação dos serviços;

VII – Dados para apuração do ISSQN, com:

a) Identificação da atividade no município;

b) Alíquota;

c) Identificação do item LC. 116/2003;

d) Identificação do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE;

e) Valor total dos serviços;

f) Desconto condicionado;

g) Desconto incondicionado;

h) Base de cálculo;

i) Total do ISSQN;

j) Indicação positiva ou negativa do ISS Retido;

VIII – Valores das retenções de impostos:

a) PIS;

b) COFINS;

c) INSS;

d) IRRF;

e) CSLL;

f) ISSQN;

g) Outras Retenções

IX – Valor líquido da nota

X – Informações adicionais

Art. 21 – Fica autorizada a utilização dos serviços web disponibilizados pela Prefeitura de Cláudia para a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, NFS-e, que possibilitará aos usuários integrar seu sistema de emissão de notas fiscais com a base de dados do fisco municipal.

Parágrafo Único – Quando da adesão obrigatória ou opcional da emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, o contribuinte ou representante legal deverá cadastrar pessoas que irão acessar o sistema de emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, sob pena do acesso ser restrito apenas ao contribuinte ou representante legal.

Art. 22 – Os serviços web disponibilizados serão os seguintes:

I – Recepção e processamento de lote de RPS

II – Consulta de situação de lote de RPS

III – Consulta de NFS-e por RPS

IV – Consulta de lote de RPS

V – Consulta de NFS-e

VI – Cancelamento de NFS-e.

Art. 23 – O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as especificações estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e definidas no âmbito do SPED – Sistema Publico de Escrituração Digital, disponível no endereço eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br.

Art. 24 – O contribuinte obrigado à utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, somente poderá emitir a Nota Fiscal de Serviços Série 1 em formulário de segurança, se autorizado pela Secretaria Municipal de Fazenda/Divisão de ISSQN em caso extremo de necessidade por motivo de falha sistema da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e.

Art. 25 – A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica - NFSA-e, será utilizada para o registro de operações de prestação de serviço tributadas pelo ISSQN, das pessoas físicas ou jurídicas não inscritas no Cadastro Mobiliário deste Município, ou inscritas, mas não como contribuintes do ISSQN, ou para o registro das operações de prestação de serviço eventualmente, também tributadas quanto ao ISSQN, emitidas de forma eletrônica e poderá ser entregue pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 1º - O tomador de serviços que receber a Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, deverá certificar a validade da mesma através do link no site www.claudia.mt.gov.br.

§ 2º - A solicitação da Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, poderá ser feita na Divisão de ISSQN ou através do endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br, mediante a utilização da senha web, disponibilizada pela Divisão de ISSQN.

§ 3º - Quando a solicitação da Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, ocorrer na Divisão de ISSQN, o contribuinte deverá apresentar cópia dos seus documentos de identificação e comprovante de endereço.

Art. 26 – Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, emitida estará disponível e poderá ser consultada no sistema no prazo de 05 (cinco) anos de sua emissão.

Art.27 – A Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, adotará o mesmo modelo instituído para a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, com a observação de que se trata dessa modalidade de nota, no campo destinado a série do documento.

Art. 28 – A Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, será fornecida com o preenchimento dos campos que identificam a operação de prestação de serviços e com destaque do ISSQN devido, inclusive.

Art. 29 – A disponibilidade ou fornecimento para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN e compensação da guia referente ao serviço que consta da Nota Fiscal solicitada.

Art. 30 – O ISSQN referente à Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, cancelada, poderá ser aproveitado, não necessitando de processo administrativo, quando da emissão de nova Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, caso o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica - NFSA-e seja igual ou maior que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e cancelada.

Art. 31 – Será emitido DAM pela Divisão de ISSQN com a diferença do imposto, somente, para o caso do ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica NFSA-e, ser maior do que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, cancelada.

Art. 32 – Necessitará de processo administrativo para utilização ou devolução do crédito tributário contido no DAM referente à Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, cancelada, quando o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, for menor do que a Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e, cancelada ou o contribuinte não for emitir nova Nota Fiscal de Serviços Avulsa Eletrônica – NFSA-e.

Parágrafo Único – Nos casos previstos deste artigo o contribuinte deverá juntar declaração do tomador mencionando a causa que determinou o cancelamento, cuja formalização dar-se-á após analise da autoridade fiscal.

Art. 33 – O cancelamento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, NFSA-e, poderá ser feita pelo próprio contribuinte, antes do recolhimento do imposto devido.

Art. 34 – No caso de utilização de Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, NFSA-e, o recolhimento do ISSQN devido pela prestação de serviços a que se refere à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, NFSA-e solicitada, é condição para disponibilização ou fornecimento da mesma.

Parágrafo Único – O Documento de Arrecadação Municipal para o recolhimento do ISSQN previsto no caput será disponibilizado ou fornecido quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, NFSA-e.

SEÇÃO V

RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS

Art. 35 – No caso de eventual impedimento da emissão em tempo real da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, o prestador de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, que deverá ser substituído pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, no prazo de 10 (dez) dias, contados da emissão.

§ 1º - O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviços – RPS, não podendo ser postergado caso vença em dia não útil, transcorrido este prazo, o Recibo Provisório de Serviços – RPS perderá a validade.

§ 2º - A não substituição do Recibo Provisório de Serviços – RPS pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, ou a substituição fora do prazo sujeitará o prestador de serviços a penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3º A não substituição do Recibo Provisório de Serviços – RPS, pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, equipara-se a não emissão de Notas Fiscais de Prestação de Serviço.

Art. 36 – Para fins do dispositivo no artigo anterior, fica aprovado o modelo do Recibo Provisório de Serviços –RPS, conforme Anexo VI, deste Decreto, confeccionado em 02 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) do tomador de serviços e a 2ª (segunda) do prestador de serviços, devendo conter obrigatoriamente todos os dados necessários para a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, mediante Autorização para impressão de Documentos Fiscais – AIDF, obtida eletronicamente.

§ 1º - O Recibo Provisório de Serviços – RPS, será numerado obrigatoriamente em ordem crescente, seqüencial, a partir do numero 1(um), devendo conter data de emissão.

§ 2º - Caso o Recibo Provisório de Serviços – RPS, seja cancelado, mesmo após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, deverá conservar as duas vias, com declaração no próprio recibo dos motivos do cancelamento e referência do numero do novo recibo, se emitido, como também declarar no endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br.

§ 3º - Havendo indicio ou fundada suspeita de que a emissão do Recibo Provisório de Serviços – RPS, esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida ou do imposto devido, a Secretaria Municipal de Fazenda aplicará as sanções previstas na legislação em vigor.

CAPITULO II

DA APURAÇÃO DO PAGAMENTO DO ISSQN

Art. 37 – A apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será mensal, devendo o seu recolhimento ser efetuado até o dia 10 do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 1º - O recolhimento deverá ocorrer em Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pelo próprio contribuinte via sistema informatizado, disponibilizado no endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br, ou retirado na Secretaria Municipal de Fazenda / Divisão de ISSQN e, recolhido nos agentes arrecadadores credenciados pelo município de Cláudia.

§ 2º A Secretaria Municipal de Fazenda, através da Divisão do ISSQN, disponibilizará estrutura para a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, para as pessoas que não possuem acesso ao sistema eletrônico citado no parágrafo anterior.

Art. 38 – Os profissionais autônomos credenciados junto ao município de Cláudia deverão efetuar o recolhimento do ISSQN Estimativo, todo dia 10 (dez) de cada mês.

CAPITULO III

DA RETENÇÃO NA FONTE

SEÇÃO I

DA SUBSTITUIÇÃO E RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA PELA RETENÇÃO NA FONTE

Art. 39 – O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, deverá ser retido na fonte pelo Substituto Tributário no ato do pagamento, independentemente da data da Nota Fiscal ou Recibo de Pagamento a Autônomo – RPA, quando utilizar serviços prestados por pessoa física ou jurídica.

§ 1º - A retenção na fonte de que se trata o caput deste artigo, não abrange os seguintes contribuintes:

I – Contribuintes que comprovem o recolhimento do ISSQN anual;

II – Instituições Financeiras;

III – Contribuintes que apresentarem Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Avulsa – NFSA-e;

§ 2º - O Substituto Tributário deverá emitir o Recibo de Retenção ao prestador do serviço, no ato do empenho da Nota Fiscal de Serviço, como comprovante de retenção do ISSQN.

§ 3º O recibo a que se refere o parágrafo anterior será extraído de sistema eletrônico disponibilizado pelo município de Cláudia através de link no endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br ou, fornecido pela Secretaria Municipal de Fazenda / Divisão de ISSQN.

Art. 40 – O Substituto Tributário poderá ter seu ISSQN retido por outro Substituto Tributário.

Art. 41 – O Substituto Tributário deverá utilizar a Declaração Eletrônica de Serviços – DES, disponível em link do endereço eletrônico www.claudia.mt.gov.br, ou a Declaração de Retenção de ISSQN fornecida pela Divisão de ISSQN.

Art. 42 – A Secretaria Municipal de Fazenda expedirá Certificado de “Substituto Tributário” como forma de comprovar a delegação do Substituto Tributário como agente arrecadador do ISSQN.

Parágrafo Único – O Certificado de Substituto Tributário deverá ser fixado em local visível do estabelecimento.

Art. 43 – O valor do imposto a ser retido do prestador de serviços será calculado com a aplicação das alíquotas previstas na Tabela do Anexo I do Código Tributário Municipal, lei complementar n° 023/2014 e suas alterações, exceto, os prestadores de serviços optantes pelo regime tributário Simples Nacional, que obedecerá a seus anexos conforme Lei Complementar Federal n° 123/2006.

§ 1º - As pessoas citadas no caput deste artigo, fornecerão ao prestador de serviços, Recibo de Retenção na Fonte do valor do imposto, extraído de sistema eletrônico disponibilizado pelo município de Cláudia através de link no endereço www.claudia.mt.gov.br – Portal Cidade Digital, ou, fornecido pela Divisão de ISSQN.

§ 2º - A opção do prestador de serviços pelo regime do Simples Nacional não dispensa o tomador de reter e recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, nas hipóteses em que esse tomador é indicado como responsável tributário, nos termos da legislação municipal. (AC).

Art. 44 – O contribuinte Substituto Tributário, ou Responsável pela retenção na fonte, efetuará o recolhimento do imposto retido, através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em qualquer agente arrecadador credenciado pelo município de Cláudia, até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente à retenção.

Parágrafo Único – O ISSQN retido, mesmo decorrente de alíquotas diferenciadas, deverá ser recolhido em um único DAM.

Art. 45 – No recolhimento do imposto retido pelo Substituto Tributário, fora do prazo estabelecido neste Decreto, incidirá multas e juros de mora, previsto na Lei Complementar n° 023/2014 – Código Tributário Municipal.

Art. 46 – A retenção na fonte não prejudicará o recolhimento normal do ISSQN dos serviços não sujeitos a este regime.

CAPITULO IV

DO REGIME DE ESTIMATIVO DO ISSQN

Art. 47 – O ISSQN poderá ser calculado por estimativa, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda / Divisão de ISSQN, quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços assim aconselhar.

Art. 48 – O valor do imposto poderá ser estimado pela autoridade fiscal, nos seguintes casos:

I – Quando se tratar de atividades exercidas em caráter provisório;

II – Quando se tratar de contribuintes de rudimentar organização;

III – Quando o contribuinte deixar de cumprir com regularidade as obrigações principal e acessória;

IV – Quando apurado recolhimento inferior ao mínimo estabelecido pela categoria conforme Anexo I da Lei Complementar n° 023/2014.

Art. 49 – A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração de forma isolada ou conjuntamente, conforme o caso, os seguintes aspectos:

I – O tempo de duração e a natureza da atividade;

II – O preço corrente dos serviços;

III – A média das receitas e ou despesas em períodos anteriores à notificação, acrescida de um percentual de 35% (trinta e cinco), nos casos em que couber, correspondentes a uma margem de lucro presumida como projeção para os períodos seguintes; e ou despesas em períodos anteriores, e sua projeção para os períodos seguintes, a critério da autoridade fiscal.

IV – A localização, o porte e a estrutura física do estabelecimento;

V – Indicadores da potencialidade econômica do contribuinte e do seu ramo de atividade;

VI – Dados declarados e documentos fornecidos pelo contribuinte;

VII – Levantamento por amostragem da receita tributável por meio de plantão no estabelecimento pelo fiscal de tributos ou outros elementos coletados pelo fisco;

VIII – Dados da empresa de mesmo porte e ramo de atividade;

§ 1º - Quando o valor do estimativo for fixado, utilizando-se o critério previsto no inciso III, o valor da receita estimada não poderá ser menor que o somatório das despesas do contribuinte, para desempenho da atividade enquadrada no regime de estimativa.

§ 2º - Caso o contribuinte não forneça os documentos solicitados pela fiscalização o lançamento da estimativa será concluída de oficio, com base nos critérios definidos neste Decreto e outros elementos coletados pelo fisco.

§ 3º - Para determinadas atividades, a critério do setor competente, o lançamento da estimativa será realizado mediante analise de documentos e dados contidos no sistema de Gestão, Arrecadação e Controle do ISSQN que possa subsidiar a determinação do ISSQN a recolher, caso em que será feito o lançamento de estimativa, e encaminhada via AR ao contribuinte.

Art. 50 – O valor do imposto estimado nos termos deste Decreto será mensal, em parcelas iguais, cujo número será definido pelo fisco e, cobrados em reais, para recolhimento até o dia 10 (dez) de cada mês, mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM, conforme Art. 37 deste Decreto.

Art. 51 – Findo o período para o qual se fez à estimativa, poderá a Secretaria Municipal de Fazenda renova-la por ofício, revisa-la ou cancelá-la mediante termo de desenquadramento.

Art. 52 – A Secretaria Municipal de Fazenda poderá a qualquer tempo e a seu critério:

I – Rever os valores estimados e reajustar as parcelas mensais subseqüentes à revisão;

II – Promover o enquadramento e desenquadramento de qualquer estabelecimento em regime de estimativa.

Art. 53 – O contribuinte submetido ao regime de estimativa poderá impugnar o valor lançado, solicitando revisão por escrito do valor estimado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data que tiver ciência do lançamento da estimativa, dirigida ao Secretario Municipal de Fazenda, juntando os documentos comprobatórios necessários, mencionando:

I – A descrição da atividade, o numero da inscrição no Cadastro Mobiliário, o endereço e o período a ser revisado;

II – Os fundamentos do pedido de revisão, formulados de modo claro e preciso;

III – O valor que o interessado reputar ser justo, assim como elementos para sua aferição.

§1º - A revisão prevista no caput deste artigo terá efeito suspensivo e será julgada pelo setor competente da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de entrada do processo.

§2º - O contribuinte deverá recolher o seu ISSQN, com base no movimento econômico, na forma e prazo definidos na legislação municipal, até a decisão da revisão solicitada.

§ 3º - Se o pedido de revisão do contribuinte for deferido deverá ser efetuado novo lançamento, constando o valor apurado e o novo período da estimativa.

§ 4º - Caso seja indeferido deverá ser feito novo lançamento mantendo o valor estipulando novo período de estimativo.

§ 5º - A falta de impugnação referida no caput deste artigo, importa em confissão e concordância quanto aos valores estimados, sob pena de preclusão.

Art. 54 – O período para o recolhimento do ISSQN sob a forma de estimativa será de até 12 meses, independentemente, do exercício financeiro.

§ 1º - Findo o prazo e verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o montante apurado será ela:

I – Se favorável ao Fisco:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento do período considerado;

b) Após este prazo o recolhimento da diferença realizada espontaneamente, ou através de ação fiscal, sofrerá os acréscimos legais.

II – Se favorável ao contribuinte:

a) Compensada em recolhimentos futuros, mediante requerimento e após homologação pela Secretaria Municipal de Fazenda;

b) restituída, mediante requerimento, conforme o caso.

§ 2º - A compensação de que trata o inciso II, alínea "a" do parágrafo anterior, devera ser efetuada pela Secretaria Municipal de Fazenda e desde que não haja nenhum débito para com a Fazenda Pública Municipal, em nome da empresa e/ou aja nenhum dera ser efetuada pela Secretaria Municipal de Fazenda e desde que nao inze)er ciencia uma margem de lucro presumidde seus sócios.

§3º - Os valores não pagos ao final do período estimado, estarão sujeitos à inscrição em Divida Ativa, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 55 – O enquadramento no regime de estimativa poderá ocorrer a qualquer momento dentro do exercício, aplicando-se a proporcionalidade em relação ao prazo estabelecido no caput do artigo anterior, para a definição dos exercícios que serão abrangidos.

Art. 56 – O enquadramento no regime de estimativa não desobriga o contribuinte do cumprimento das obrigações principais e acessórias, nem o exime das penalidades previstas na legislação tributaria municipal.

Art. 57 – Ficam instituídos como documentos fiscais, a Notificação de Enquadramento e Lançamento por Estimativa – anexo VIII, o Termo de Apuração e Lançamento do ISSQN do contribuinte estimado – anexo IX, o Termo de Desenquadramento do Regime de Estimativa – anexo X, destinado ao Regime de Estimativa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58 – É obrigatória a escrituração e exibição o fisco dos livros Razão, Diário, Livro Caixa, bem como balancete e demonstrativo de resultado.

Art. 59 – A utilização da Notas Fiscais ora instituídas e a apresentação da Declaração Eletrônica de Serviços gera e disponibiliza eletronicamente, o Livro de Registro de Prestação de Serviços, bem como os Termos de Abertura e Encerramento, com a impressão a critério do contribuinte.

Art. 60 – A Declaração de Ausência de Movimento Tributável devera ser realizada até o dia 30 (trinta) do mês subseqüente ao período declarado.

§ 1º - Em caso de apresentação da Declaração de Ausência de Movimento Tributável, a obrigação acessória continua pendente e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas.

§ 2º - A Declaração de Ausência de Movimento Tributável poderá ser realizada por terceira pessoa, mediante autorização do próprio contribuinte.

Art. 61 – Em caso de realização de Parcelamento do ISSQN por terceira pessoa, exigir-se-á Procuração lavrada por Instrumento Público, firmada pelo contribuinte ou seu representante legal, com poderes a realização de tal ato.

Art. 62 – Os parcelamentos de débitos de ISSQN, não inscritos em Divida Ativa, terão como data de vencimento todo dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 63 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Prefeitura Municipal de Cláudia

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM 24 DE MARÇO DE 2015

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS - 11/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE 11ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT."

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários,

Considerando a ordem rigorosa de classificação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Claudia /MT,

CONVOCA:

Fica convocada a partir de 24 de Março de 2015, a candidata aprovada no processo Seletivo Simplificado 001/2015, abaixo relacionada, a comparecer no departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Claudia- MT, no horário de expediente das 07:00 ás 13:00 horas, no prazo de 15 (Quinze) dias a conta da publicação dessa convocação, com a documentação e exames exigidos para serem contratados nos respectivos cargos:

Técnico de Desenvolvimento Infantil e Especial

Clas.	COD.	NOME	PNE
26	0000000000011	Jessica Felix Viana	N

Claudia-MT, 24 de Março de 2015.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 094/GP/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 094/GP/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre a nomeação dos Membros da Comissão Executiva de Elaboração do Plano Municipal de Educação, e dá outras providências."

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e no âmbito do que preconiza o Artigo 214 da Constituição Federal e Artigo 11º da LDB 9394/96, resolve:

DECRETA:

Art. 1º: Nomear a Comissão Executiva responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Colniza/MT, seu acompanhamento e sua execução, constituída pelos seguintes membros.

Titular da SEMEC: Joel Candioto

Suplente:Aleilson Martins Almeida

Titular do SISPUNCOL: Geralda Rosilene da Silva

Titular do SINTEP: Alexandre de Oliveira Sobrinho

Suplente: Rubens Marques

Titular da Câmara: Eli Jose da Fonseca

Suplente: Ademir de Souza Macedo

Titular do SINDICATO RURAL: Maria Aparecida da Silva Milhomem

Suplente: Marinete Reculiano Plaster Berger

Titular da ACECOL: Sandra Vargas de Araújo

Titular da ASSESSORIA PEDAGÓGICA: Maria Regina Dias de Moura de Carvalho

Suplente: Zélia Dulce de Oliveira

Titular dos Estudantes: Willian Vinicius Cavalcante Fernandes

Suplente: Poliana Severo

Titular das IGREJAS EVANGELICAS: Vanilton Souza Barros

Suplentes: Rosano Lins Adams

Titular da IGREJA CATÓLICA: Luciana Aparecida de Oliveira

Titular dos DIRETORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS: ValcilenePereira dos Santos

Suplente: Tadna Rios Figueiredo Almeida

Titular do CONSELHO ESCOLAR: Helenilda Augusto da Silva

Suplente: Roberto Nicolau Horn

Titular do CONSELHO TUTELAR: Ivaney Pereira Rodrigues

Suplente: Luiza Lima Borges Dutra

Art. 2º: O Conselho Municipal de Educação do Município de Colniza/MT terá o papel primordial de INSPIRAR, INCENTIVAR, COBRAR E ORIENTAR todo o processo de elaboração, execução e avaliação do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 3º: Esta comissão deverá assumir o compromisso de prever políticas educacionais e fixar objetivos para a educação de todo o município, em todos os níveis, etapas e modalidades, determinando metas a curto, médio e longo prazo;

Art. 4º: **Os objetivos e metas do PME para o município são de alçada do próprio município para uma projeção de dez anos;**

Art. 5º: Os marcos legais que regem a educação no país, estado e município e o PNE e PEE, além do PPP da Secretaria Municipal de Educação de Colniza/MT deverão ser documentados referenciados para elaboração do PME;

Art. 6º: A Comissão Executiva deverá promover a Conferência Municipal de Educação do PME em caráter consultivo e deliberativo;

Art. 7º: A Comissão Executiva deverá elaborar um planejamento estratégico das ações cronograma da elaboração do PME;

Art. 8º: As metas do PME precisam ser claras e não inferiores as do PNE e PEE e se possível devem ter desdobramento anual, quando se tratar de índices de cobertura e de financiamento e nem inferir a autonomia do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais;

Art. 9º: Na redação de anteprojeto Lei a ser encaminhado para Câmara Municipal de Vereadores deverá conter um planejamento de acompanhamento e avaliação trienal;

Art. 9º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 24 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

SILVIO VAHL

Secretário Municipal de Administração

Decreto nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 24/03/2015 a 24/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 181/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSANA DA SILVA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, IZA GRACIELE DOS SANTOS, do cargo Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, nível 01, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 25 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 25 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS *Prefeito Municipal*

PORTARIA Nº 211/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora EVANICE INES APARECIDA DO CARMO, Zeladora, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Regulação, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-Mt., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS *Prefeito Municipal*

PORTARIA Nº 210/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 054/2015, que designou a servidora EVANICE INES APARECIDA DO CARMO, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Administrativa, DAI II, lotada Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESLIGAMENTO COM VACÂNCIA, a pedido, ROSANA ANCIUTTI, do cargo Agente Administrativo, nível 02, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Agente Administrativo – nível 02, classe A, ocupado pela servidora ROSANA ANCIUTTI, matricula nº. 2464, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 51 VIII da Lei Municipal nº. 2408/2010.

Art. 2º. A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido da servidora, a partir da data em que a servidora assumir o outro cargo.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se;

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS **Prefeito Municipal**

PORTARIA Nº 208/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR LUZENY FRANCISCA PORTUGUES, para exercer o cargo de Professora – Licenciatura em Pedagogia, classe B, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS *Prefeito Municipal*

PORTARIA Nº 207/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR ROSA VUOLLO DE ARAUJO, para exercer o cargo de Professora – Licenciatura em Pedagogia, classe B, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR JOSIANE DA COSTA SILVA, para exercer o cargo de Professora – Licenciatura em Pedagogia, classe B, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS *Prefeito Municipal*

PORTARIA Nº 205/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR VANUSA DE OLIVEIRA MARINHO NUNES, para exercer o cargo de Professora – Licenciatura em Pedagogia, classe B, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS *Prefeito Municipal*

PORTARIA Nº 204/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor EDER DE CAMARGO DELUSKI, Fiscal de Tributos, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Tributação, DAI III, lotado Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, CREODETE ALVES FEITOSA DE ALBUQUERQUE, do Departamento Manutenção e Encargos com a Educação para o Departamento Apoio com Encargos para Ensino Superior, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARTA MODESTO SOARES, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 201/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

KELLY CRISTINA PAVARIN

MARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA ALVES

MARIA APARECIDA GARCIA ARRABAL NOBRE

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSANGELA SENHORINHA DA SILVA TEIXEIRA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

EDNA APARECIDA RAMOS DE CARVALHO

NILZA ROMUALDO DOS SANTOS CAMARGO

RENATA CORREA RAMOS

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 40% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Fundeb Infantil 40% Creche, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

LUCINEIA TEIXEIRA DIAS DE SOUZA

MARIA JOSE DOS SANTOS COSTA

CLAUDINEIA VIEIRA

IVANIA ALVES DE MOURA

IVONETE TEREZA DS SANTOS

IZABEL CAVALCANTI DE OLIVEIRA

MARIA JOSE DA SILVA LIMA

TEREZINHA SOLEDADE DO NASCIMENTO

VALDELICIA MARIA DA CRUZ RIBEIRO

CLEIDE ALVES DOS SANTOS

ELAINE APARECIDA MACHADO MACIEL

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, REGINA ANTONIA MARTINS, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

CIRLENE APARECIDA BALIEIRO CAROBA

NEUZA MUNIZ TOMIYOSHI

ROSANE RIEG MUNIZ DOS SANTOS

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

FERNANDA BERNERT DAMACENO

IVETE MOREIRA DOMINGUES FREIRE

LUCINEIA FERREIRA DA SILVA

LUIZ PEDRO DOS SANTOS

NAIR TEREZINHA MENEGATI BRITO

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSANGELA SILVA SANTOS, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

ALCIDINA BERNARDES DA SILVA

ANGELA MARIA TRAMARIN

EVA MARIA DE OLIVEIRA

JANAINA CANTOIA TONA GARCIA

LIVIA GONCALVES DE ALCANTARA RIVADAVEA

MARIA DE SOUZA CARVALHO

MARIA LUIZA MARTINELLI FARIA

MARILZA MENDONCA DE MELLO

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSIMEIRE CARRILHO, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ELIZABETE REBOCAS NASCIMENTO, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, EDNA MARIA NUNES DE OLIVEIRA CONSTANTINO, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Fundeb 40% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Fundeb Infantil 40% Creche, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

JOSIANE GADZISKI

MARIA LUIZA PEREIRA DUARTES

MARILENE TEIXEIRA MATIAS FELIPE

LUCIANA DA SILVA SANTANA

SILVANA CRISTINA PAIVA

MARIA LUCILENE DE JESUS SANTOS

ADRIANA MARIA RIBEIRO DA SILVA

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

JOSE RICEZI

MARILANDE BRAGA DA SILVA

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ANGELA MARIA DA SILVA TEIXEIRA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, GREICIELE VOLPATO DE SANTANA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, VANESSA FERNANDES, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, NILCEIA CAPELARI DA PURIFICACAO SANTINI, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, NELSI FIGUEIREDO LIMA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARIA DO CARMO LIMA LOBO MOREIRA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, os servidores Municipais abaixo relacionados, do Departamento Manutenção e Encargos com a Educação para o Departamento Educação Fundeb Infantil 40% Creche, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015:

CLEUZA MARIA MENDES DE SOUZA

MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA

LOURDES VIEIRA DA SILVA

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARIA MATILDES MOLINARI DOS SANTOS, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARIA HELENA BERNARDO DA SILVA CORDEIRO, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, GISELLE JERONIMO SILVA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, EDINA MARIA CARRARA ROLDAO, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MEIRE DE FATIMA GUIDOTTI DA FONSECA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, VANESSA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 168/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, VALDIRENE VIANA ROCATTO, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSANA APARECIDA CHAVES, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MAGDA RUEDO DONADIA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Fundeb 60% Fundamental, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 173/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARCELI ALVES DOS SANTOS, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Pré – Escola Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 174/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

AUTORIZA o retorno as atividades normais, à servidora, IRIS APARECIDA DE MOURA, Encarregada de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015, em virtude do término de seu afastamento concedido por força do deferimento de Auxílio Doença através da Portaria nº. 521/2014 de 24 de setembro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, APARECIDA GUIMARES DA SILVA RODRIGUES, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ELIANE LOPES PEREIRA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamental para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ELIANE MARCELINO DE SOUZA, do Departamento Fundeb 60% Ensino Infantil para o Departamento Educação Infantil Creche Fundeb 60%, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 18 de fevereiro de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, José João Fernandes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo de nº: 002/2015

b) Licitação de nº: 001/2015

c) Modalidade: Tomada de Preço

d) Data da Homologação: 24/03/2015

e) Objeto da Licitação: Aquisição Combustível, sendo: 4.000 litros de óleo Diesel e 150 litros de gasolina comum, nos termos do Edital nº 001/2015.

g) Fornecedor: TREVO COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 02.975.095/0001-94;

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 3.3.90.30.00.00.00.00.0200– Material de Consumo

Comodoro/MT, 24 de março de 2015

José João Fernandes - Presidente da Mesa Diretora

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, José João Fernandes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo de nº: 003/2015

b) Licitação de nº: 002/2015

c) Modalidade: Tomada de Preço

d) Data da Homologação: 24/03/2015

e) Objeto da Licitação: Aquisição Combustível, sendo: 1.500 litros de óleo Diesel, nos termos do Edital nº 002/2015.

g) Fornecedor: AUTO POSTO EVEREST LTDA, CNPJ nº 05.086.854/0001-56;

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 3.3.90.30.00.00.00.00.0200– Material de Consumo

Comodoro/MT, 24 de março de 2015

José João Fernandes Presidente - da Mesa Diretor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO A ATA N° 34/2014

INF: O objeto do presente aditivo é: 1.1- acréscimo quantitativo de 25,00% ao contrato original, na quantidade do item 45 e 148, acréscimo quantitativo de 3,00% ao contrato original no item 150.

DATA: 20 de Março de 2015

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO A ATA N° 36/2014

INF: O objeto do presente aditivo é acréscimo quantitativo de 10,24% ao contrato original no item 01, 13% no item 02, 12,01% no item 03 e 11,5% no item 04.

DATA: 20 de Março de 2015

CONTRATADO: Viação Xavante Ltda

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO A ATA N° 50/2014

INF: O objeto do presente aditivo é: 1.1- acréscimo quantitativo de 25,00% ao contrato original, na quantidade dos itens 10, 12,13, 26, 32, 55, 59, 60, 70, 108, 117 e 121; acréscimo de 8,00% no item 84; 20,00% no item 107; 4,00% no item 117 e 1,00% no item 121.

DATA: 20 de Março de 2015

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO A ATA N° 28/2014

INF: O objeto do presente aditivo é acréscimo quantitativo de 24,00% ao contrato original, na quantidade do item 137, e acréscimo quantitativo de 20,00% no item 153.

DATA; 20 de Março de 2015

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME

JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO CC 03/2014

A **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS PALMEIRA BELO HORIZONTE E PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que resolve **ACATAR** o recurso interposto pela empresa MONTE SIÃO CONSTRUTORA LTDA – EPP, e declara a mesma **HABILITADA** na Concorrência Pública 003/2014, que tem o objeto a contratação de Empresa especializada para execução de obras de construção civil para Construção de Escolas convênio celebrado entre o INCRA e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Palmeira Belo Horizonte.

Confresa, 24 de Março de 2.015.

José Carneiro da Silva

Presidente C.P.L.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO A ATA N° 25/2014

INF: O objeto do presente aditivo é acréscimo quantitativo de 25,00% ao contrato original, na quantidade do item 06 e 45.

DATA: 20 de Março de 2015

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO Á ATA N° 26/2014

INF: O objeto do presente aditivo é acréscimo quantitativo de 25,00% ao contrato original no item 96.

DATA: 20 de Março de 2015

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de filtros de ar, de combustível e de lubrificante para reposição nos veículos e máquinas pesadas da frota da Prefeitura Municipal, conforme especificações e quantidades discriminadas no anexo I – Termo de Referência deste edital. *Abertura:* 09/04/2015 - Horário de Cuiabá – 08:00 horas - **Informações:** Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 - O Edital poderá ser obtido através do site: **www.conquistadoeste.mt.gov.br**. Conquista D'Oeste, 24 de Março de 2015.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO Nº 014/2015

Processo nº 021/2015

Modalidade e tipo da licitação: *PREGÃO PRESENCIAL – menor preço*

Senhor licitante no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO - Nº 014/2015, visando contratação de: **"AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RETIFICAR MOTORES DE MÁQUINAS PESADAS, ONIBUS E CAMINHÕES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRA ESTRUTURA E EDUCAÇÃO DE COTRIGUAÇU/MT", Fica Prorrogada a Abertura para: 08 de Abril de 2015**

Horário: 09:00 horas

Local: Prefeitura de Cotriguaçu, Avenida 20 de Dezembro nº 725, Centro, Cotriguaçu-MT CEP: 78330000.

Motivo: Houve alteração no anexo que compõe esse edital, foram retirados da presente licitação os seguintes itens:

9	UNI	COLA (PC 160)	R$ 34,68	R$ 312,12

15	1	UNI	OLEO LUBRIFICANTE (PC 160)	R$ 299,43	R$ 299,43
15	1	UNI	OLEO LUBRIFICANTE (PLACA JYY 5761)	R$ 299,43	R$ 299,43
18	1	UNI	OLEO LUBRIFICANTE (PLACA JYS 4957)	R$ 297,95	R$ 297,95
17	1	UNI	OLEO LUBRIFICANTE (CZC-8729)	R$ 299,43	R$ 299,43
17	1	UNI	OLEO LUBRIFICANTE (LAJ-9684)	R$ 299,43	R$ 299,43
17	1	UNI	OLEO LUBRIFICANTE (BXI-7372)	R$ 299,43	R$ 299,43

Continua em vigor todas as demais disposições contidas no edital.

Cotriguaçu/MT, 24 de Março de 2015

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

SEC. GOVERNO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de COTRIGUAÇU**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, RESOLVE:

I. Comunicar que *NÃO HOUVE* recursos sobre a divulgação do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

II. Deferir o pedido de isenção da candidata, por estar de acordo com as normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

Candidata	Cargo	Inscrição
Maria Olinda Woigt	AP-Auxiliar de Serviços Gerais/Urbana	000.166

III. Divulgar que não houve candidatos inscritos na condição de PNE (Portadores de Necessidades Especiais);

IV. Divulgar a relação dos candidatos que tiveram a inscrição DEFERIDA, por estar de acordo com as normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 (anexo).

V. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

VI. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.bre afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Cotriguaçu (MT), 24 de Março de 2015.

ROSÂNGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

Presidente da Comissão Examinadora

WALQUIRIA SOUZA DOMINGOS PEREIRA

Secretária

JESUÍNA MARIA DE AQUINO

Membro

NOELI MARIA LORANDI

Suplente

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
PREGÃO Nº 015/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO 022/2015

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçua à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de: *"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS TOCO, FREIO A AR EM NOVA UNIÃO: LINHAS 02 JACARE, LINHA 06 E MEIA QUADRA ATÉ ESCOLA MUNICIPAL APARECIDO NÉRI FONSECA E ANDRE MAGGI(MATUTINO ,VESPERTINO E NOTURNO) E LINHA 23 ATÉ A ESCOLA APARECIDO NERI E ANDRE MAGGI (MATUTINO)",* cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 07 (Sete) de Abril de 2015, às 9:00 (Nove horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via fax – (66)35551621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br,(Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 24 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de COTRIGUAÇU**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, RESOLVE:

I. Comunicar que *NÃO HOUVE* recursos sobre a divulgação do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2015;

II. Divulgar que não houve candidatos inscritos na condição de PNE (Portadores de Necessidades Especiais);

III. Divulgar a relação dos candidatos que tiveram a inscrição DEFERIDA, por estar de acordo com as normas do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2015 (anexo).

IV. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2015, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

V. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.bre afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Cotriguaçu (MT), 24 de Março de 2015.

ROSÂNGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

Presidente da Comissão Examinadora

WALQUIRIA SOUZA DOMINGOS PEREIRA

Secretária

JESUÍNA MARIA DE AQUINO

Membro

NOELI MARIA LORANDI

Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA**

JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa **ROSSATO & BERTHOLD LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 06.977.683/0001-18, com sede à Rua Daut, nº 606, Centro, Santa Maria/RS, CEP: 97.010-150, FONE: 55 3226-7235, E-MAIL: rberthold@terra.com.br, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sra. CLÁUDIA SUZEL BERTHOLD SCHUSTER, portadora da Carteira de Identidade n.º 7013489849 e CPF/MF n.º 582.419.570-68, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
134	48	UNID	Bomba de Vácuo - bomba com capacidade de sucção de 200 litros por minuto, motor com eixo em aço inox e flange, rotor e tampa em bronze, motor de 1 HP, vácuo de 500mm Hg ou superior com chave contactora para acionamento do motor, e não com placa eletrônica. Equipamento instalado.	SCHUSTER	ROSSATO & BERTHOLD LTDA	R$2. 478,75	R$118. 980,00

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposiçõs legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT
VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR
MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS
MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

CLÁUDIA SUZEL BERTHOLD SCHUSTER

CPF/MF n.º 582.419.570-68

ROSSATO & BERTHOLD LTDA

CNPJ/MF nº. 06.977.683/0001-18

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº. RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **D-X INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. 02.228.938/0001-99, com sede à Rua Coimbra, nº 1702, Bairro Vila Elisa, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14075-450, FONE: 16 2133-6200, E-MAIL: licitacao@dx.ind.br, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sra. CLÁUDIA SPERGE, portadora da Carteira de Identidade n.º 21.309.193 SSP/SP e CPF/MF n.º 175.530.298-31, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO/**REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
124	166	UNID	Caneta de alta rotação, sistema de spray triplo, corpo em latão, refrigeração homogênea, tanto na broca quanto nas faces das cavidades do dente ou spray simples, tamanho reduzido e autoclavável, rotação de 400 mil rpm e pressão de trabalho entre 2,1 e 2,3 bar ou 30 e 40 libras, sistema saca-brocas.	DX	D-X INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	R$161,43	R$ 26.797,38
125	128	UNID	Micro-motor, giro de 360 graus para contra ângulo com peça de inversão de rotação e acoplamento tipo intra com trava autoclavável.	DX	D-X INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	R$219,35	R$28.076,80
126	129	UNID	Contra-ângulo intra, com trava de brocas, acoplamento simplificado no micro motor e autoclavável.	DX	D-X INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	R$232,55	R$29.998,95

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposiçõs legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT
VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR
MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS
MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta

Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

CLÁUDIA SPERGE

CPF/MF n.º 175.530.298-31

D-X INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-EPP

CNPJ/MF nº. 02.228.938/0001-99

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº. RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **JOVIC COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 15.464.751/0001-36, com sede à Rua 1040, Qd. 82, Lote 05, Setor Pedro Ludovico, Goiânia/GO, CEP: 74823-250, FONE: 62 3921-0452/3954-0456, E-MAIL: jovicgoiania@gmail.com, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. VICTOR DANIEL AIRES DE SOUZA, portador da Carteira de Identidade n.º 4311998-DGPC/GO e CPF/MF n.º 023.131.651-83, doravante denominada FORNECEDORA , considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
112	50	UNID	Autoclave - Aparelho de esterilização horizontal de 21 Litros, analógica com no mínimo três prateleiras/ ou bandeja aluminio ou inox. Secagem com a porta entreaberta ou fechada. Garantia mínima de 12 meses após a instalação. 220 V. Deverá possuir em sua tinta de capa e base propriedades antimicrobianas - Pintura Nobak. Deverá possuir como Dispositivo de Segurança os seguintes itens: Válvula de segurança sobre pressão e anti-vácuo; Anel de vedação, Fusível. Equipamento instalado.	DIGITALE	JOVIC COMERCIAL E SERVIÇOS	R$2. 219,60	R$110. 980,00

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT
VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR

MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS
MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

VICTOR DANIEL AIRES DE SOUZA

CPF/MF n.º 023.131.651-83

JOVIC COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/MF nº. 15.464.751/0001-36

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº. RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. 08.789.884/0001-17, com sede à Av.Herwan Modenese Wanderley, nº 90, Jardim Camburi, Vitória/ES, CEP: 29090-640, FONE: 27 3317-4846, E-MAIL: globalhosp@globalhosp.com.br, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sr(ª). FERNANDA DE MOURA MUNIZ, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.318.231 SSP/ES, CPF/MF n.º 096.792.677-76, doravante denominada **FORNECEDORA**, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
14	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL Nº 3 – CANULA DE TRAQUEOSTOMIA, TOTALMENTE INOXIDÁVEL, DIÂMETRO INTERNO 04,COMPOSTO DE 3 PARTES: CANULA INTERNA DE INOX COM CONEXÃO GIRATORIA FE-NESTRADA PARA TRAVA, CANULA EXTERNA INOXIDAVEL COM TRAVA E ABA COM ABERTURAS LATERAIS PARA FIXACAO DA CÂNULA, OBRITURADOR EM INOX, NAO DEVE PROVOCAR INOXIDACAO, NUMERAÇÃO IMPRESSA NA CÂNULA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA	UND	336	FRADEL	R$41,66	R$13.997,76	GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP
15	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL Nº 4 – CANULA DE TRAQUEOSTOMIA, TOTALMENTE INOXIDÁVEL, DIÂMETRO INTERNO 04,COMPOSTO DE 3 PARTES: CANULA INTERNA DE INOX COM CONEXÃO GIRATORIA FE-NESTRADA PARA TRAVA, CANULA EXTERNA INOXIDAVEL COM TRAVA E ABA COM ABERTURAS LATERAIS PARA FIXACAO DA CÂNULA, OBRITURADOR EM INOX, NAO DEVE PROVOCAR INOXIDACAO, NUMERAÇÃO IMPRESSA NA CÂNULA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA	UND	336	FRADEL	R$44,63	R$14.995,68	GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP
16	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL Nº 5 – CANULA DE TRAQUEOSTOMIA, TOTALMENTE INOXIDÁVEL, DIÂMETRO INTERNO 04,COMPOSTO DE 3 PARTES: CANULA INTERNA DE INOX COM CONEXÃO GIRATORIA FE-NESTRADA PARA TRAVA, CÂNULA EXTERNA INOXIDÁVEL COM TRAVA E ABA COM ABERTURAS LATERAIS PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA, OBRITURADOR EM INOX, NAO DEVE PROVOCAR INOXIDACAO, NUMERAÇÃO IMPRESSA NA CÂNULA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA	UND	336	FRADEL	R$44,63	R$14.995,68	GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP
20	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DESCARTÁVEL SEM CUFF Nº. 3,0 – GAMA ESTERILIZADA DE TRAQUEOSTOMIA DE UTILIZAÇÃO ÚNICA FABRICADA APARTIR DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC) SILICONIZADO EMBALADA INDIIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UND	336	IAWA	R$29,95	R$10.063,20	GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP
21	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DESCARTÁVEL SEM CUFF Nº. 3,5 – GAMA ESTERILIZADA DE TRAQUEOSTOMIA DE UTILIZAÇÃO ÚNICA FABRICADA APARTIR DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC) SILICONIZADO EMBALADA INDIIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UND	336	IAWA	R$29,76	R$9.999,36	GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP
22	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DESCARTÁVEL SEM CUFF Nº. 4,5 – GAMA ESTERILIZADA DE TRAQUEOSTOMIA DE UTILIZAÇÃO ÚNICA FABRICADA APARTIR DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC) SILICONIZADO EMBALADA INDIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UND	336	IAWA	R$29,95	R$10.063,20	GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega”, no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

FERNANDA DE MOURA MUNIZ

CPF/MF n.º 096.792.677-76

GLOBAL HOSP. COMÉRCIO EQUIP. MÉDICOS LTDA-EPP

CNPJ/MF nº. 08.789.884/0001-17

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 37.844.479/0001-52, com sede à Av. Maranhão, nº 500, Bairro Jundiaí, Anápolis/GO, CEP: 75110-470, FONE; 62 3324-2120, E-MAIL; licitação@biolinefios.com.br, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sr(ª). PATRÍCIA DA SILVA TOMÉ, CPF/MF n.º 020.497.941-26, doravante denominada **FORNECEDORA**, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº.075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
54	FIO DE ALGODÃO Nº 2,0 - S/AGULHA: FIO CIRÚRGICO DE ALGODÃO, COR PRETA OU AZUL, ESPESSURA 2-0, COM 15X45CM DE COMPRIMENTO, SEM AGULHA, ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONFORME NBRS 13386 OU 13387	UND	1440	BIOLINE	R$1,00	R$1. 440,00	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
58	FIO DE ALGODÃO Nº 4,0 - S/AGULHA: FIO CIRÚRGICO DE ALGODÃO, COR PRETA OU AZUL, ESPESSURA 4-0, COM 15X45CM DE COMPRIMENTO, SEM AGULHA, ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONFORME NBRS 13386 OU 13387	UND	672	BIOLINE	R,94	R$631,68	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
64	FIO MONONYLON Nº 4,0 - C/AGULHA - 3/8 - CIR. TRIANG. CORT. 3,0: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 4-0, MEDINDOAPROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT	UND	9.984	BIOLINE	R$1,35	R$13. 478,40	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
70	LINHO Nº2-0 - C/AG. - 3/8 CIR. CIL. - 3,0: FIO CIRÚRGICO LINHO BRANCO, ESPESSURA 2-0, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO, PONTA CILÍNDRICA, MEDINDO 3,0CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONFORME NBRS 13386 OU 13387	UND	432	BIOLINE	R$2,03	R$876,96	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA

72	LINHO Nº 0 - C/AG. - 3/8 CIR. CIL. - 3,0: FIO CIRÚRGICO LINHO BRANCO, ESPESSURA 0, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA 3/8 CIRCULO, PONTA CILÍNDRICA, MEDINDO 3,0CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONFORME NBRS 13386 OU 13387	UND	432	BIOLINE	R$1,62	R$699,84	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
77	POLIGLACTINA Nº 0 - C/AG. - 1/2 - CIR CIL 3,7 CM: FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO TRANÇADO INCOLOR, COM COBERTURA DE POLIGLACTINA, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3,5 A 3,7 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: VICRYL)	UND	2.928	BIOLINE	R$4,87	R$14.259,36	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
79	POLIGLACTINA Nº 2 - C/AG. - 1/2 - CIR CIL 3,7 CM: FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO TRANÇADO COLORIDO, COM COBERTURA DE POLIGLACTINA, ESTÉRIL, ÁBSORVÍVEL, DIÂMETRO 2, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, TAMANHO VARIANDO DE 3,5 A 3,7 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. (REFERÊNCIA: VICRYL)	UND	2.928	BIOLINE	R$2,86	R$8.374,08	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
80	POLIGLACTINA Nº 3 - C/AG. - 1/2 - CIR CIL 3,7 CM: FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO TRANÇADO COLORIDO, COM COBERTURA DE POLIGLACTINA, ESTÉRIL, ÁBSORVÍVEL, DIÂMETRO 3, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, TAMANHO VARIANDO DE 3,5 A 3,7 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: VICRYL)	UND	2.928	BIOLINE	R$2,81	R$8.227,68	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega”, no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

PATRÍCIA DA SILVA TOMÉ

CPF/MF n.º 020.497.941-26

BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA

CNPJ/MF nº. 37.844.479/0001-52

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 07.788.510/0001-14, com sede à Rua Capitão Adelmio Norberto da Silva, nº 735 complemento 745, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-670, FONE: 16 2138-8080, E-MAIL: interdental@netsite.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. MÁRCIO TASSINARI, portador da Carteira de Identidade n.º 8.380.475 SSP/SP e CPF/MF n.º 077.083.786-72, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
49	162	UNID	Espátula de plástico para manipulação de ionômero de vidro deve possuir flexibilidade, embaladas individualmente. Necessária amostra do produto.	JON	IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$3,35	R$542,70
69	46	JOGO	Jogo de micro-cinzel para osso Oschenbien- instrumental para periodontia confeccionada em aço carbono tipo aisi 420, com corpo ranhurado para apoio digital, pontas perfeitamente delineadas para a função, apresentando polimento perfeito, excelente qualidade, deve apresentar gume afiado, sem rebarbas e bom desempenho na função da raspagem coronária, diagnóstico e cirurgias periodontais, a esterilização poderá ser através do calor seco ou calor úmido, cores amarela dourada e metálica inox com respectiva numeração. Fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$151,08	R$6.949,68
129	52	UNID	Mini Encubadora para teste biológico para testar o processo de esterilização a vapor no ciclo de 24 ou 48 horas, capacidade para incubar até 04 indicadores biológicos, bivolt, potência de 10 Watts e peso aproximado de 240g. O aparelho deve ser produzido dentro dos padrões da ISO 9001:2000. Necessária amostra do produto.	CRISTOFOLI	IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$168,00	R$8.736,00
145	95	CAIXA	Cera para Hemostasia Óssea - - cera esterilizada para osso - em cera de origem animal (abelha) e palmito isopropílico, em 2.5 gramas, ligeiramente amarelada, em envelope, esterilizada a cobalto 60, rotulagem respeitando o decreto lei 79094/77 art.31 l.8078/90 port.conj.n.1 de 23/1/96- Ministério da Saúde.	ETHICON	IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$143,67	R$13.648,65
163	1000	KIT	Kit de borracha para polimento de amálgama - composta de pontas de borracha abrasivas para polimento de restaurações de amálgama, contendo 6 pontas, sendo 3 em forma de taça e 3 em forma de pêra, com três granulações diferentes identificadas nas cores marron, verde e azul par serem usadas em baixa rotação.	KG SORENSEN	IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$16,00	R$16.000,00

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT
VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR
MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS

MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

MÁRCIO TASSINARI

CPF/MF n.º 077.083.786-72

IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ/MF nº. 07.788.510/0001-14

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº. RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **R. DE F. TORRES - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. 19.231.616/0001-00, com sede à Av. Amazonas, nº 320, Sala 03, Centro, Caraguatatuba/SP, CEP: 11.660-630, FONE: 12 3883-1589, E-MAIL: comercialodontosto@uol.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. LUIZ CARLOS DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade n.º 11.274.137 SSP/SP e CPF/MF n.º 886.146.468-87, doravante denominada FORNECEDORA , considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
2	162	JOGO	Abridor de Boca de borracha jogo (adulto – 40x30x20mm e infantil – 30x25x18mm) em silicone atóxico, indicado para fornecer uma acomodação oclusal aos pacientes durante a abertura bucal, sua forma trapezoidal proporciona uma acomodação adequada na anatomia bucal, e suas ranhuras laterais fazem o travamento da mandíbula impedindo o fechamento repentino. Composição:Silicone Industrial atóxico, autoclavável	PREVEN	R. DE F. TORRES	R$6,37	R$1. 031,94
3	61	PAR	Afastador Farabeuf Pequeno (par) - em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, não apresentar folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$6,39	R$389,79
4	91	PAR	Afastador de Minessota (par) - em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, não apresentar folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$10,76	R$979,16
7	294	UNID	Alavanca Apical Reta - cabo em aço inoxidável, peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1. Com lâminas longas, afiadas, finas,e projetadas para fácil inserção.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$11,22	R$3. 298,68
10	150	UNID	Alicate Perfurador Ainsworth p/ dique de borracha. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade necessária ao perfeito desempenho do abridor, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1., Apresentando uma ponta perfurante e uma mesa com orifícios de diversos diâmetros que serão selecionados de acordo com o tamanho do dente a isolar. É importante que os orifícios tenham a borda cortante bem afiada e uniforme, para evitar ruptura da borracha	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$39,49	R$5. 923,50
11	46	UNID	Alveolótomo Blumenfeld - Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade necessária ao perfeito desempenho do abridor, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$423,82	R$19. 495,72
14	400	UNID	Aplicador duplo de Hidróxido de Cálcio angulado - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,29	R$916,00
15	287	UNID	Bandeja p/ instrumentais inox média s/separação (22X12X1,5 cm) - peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à	FAMI	R. DE F. TORRES	R$18,07	R$ 5. 186,09

			corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1				
16	46	UNID	Bisturi de Kirkland 15/16 instrumental para periodontia confeccionada em aço carbono inoxidável tipo AISI 420, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão, com corpo ranhurado para apoio digital, pontas perfeitamente delineadas para a função, apresentando polimento perfeito, excelente qualidade, deve apresentar gume afiado, sem rebarbas e bom desempenho na função de cirurgias periodontais, a esterilização poderá ser através do calor seco ou calor úmido, cores amarela dourada e metálica inox com respectiva numeração. Fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$5,60	R$257,60
17	46	UNID	Bisturi de Orban - instrumental para periodontia confeccionada em aço carbono inoxidável tipo AISI 420, com corpo ranhurado para apoio digital, pontas perfeitamente delineadas para a função, apresentando polimento perfeito, excelente qualidade, deve apresentar gume afiado, sem rebarbas e bom desempenho na função de cirurgias periodontais, a esterilização poderá ser através do calor seco ou calor úmido, cores amarela dourada e metálica inox com respectiva numeração. Fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$4,76	R$218,96
18	252	UNID	Brunidor N.º04 duplo - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,48	R$624,96
19	252	UNID	Brunidor N.º 33 - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa somente em uma extremidade, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,51	R$884,52
21	660	UNID	Cabo para Espelho N.º 05 - são constituídos por cabo, intermediário e uma ponta para encaixe do espelho, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão. Com cabo maciço em perfil octogonal serrilhado conferindo precisão na utilização, permitindo ajuste preciso da posição da ponta ativa por giro do cabo face/face 45°/45° matéria prima em concordância da norma saej.405d - abnt.nbr.5601	MIRAGE	R. DE F. TORRES	R$1,51	R$996,60
22	275	UNID	Caixa p/ instrumentais inox média s/separação (22 X 8 X 3 cm) - peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1	FAMI	R. DE F. TORRES	R$ 37,89	R$10. 419,75
23	92	UNID	Caixa pequena de inox para grampo - peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1 (medindo aproximadamente 20x10x5)	FAMI	R. DE F. TORRES	R$24,77	R$2. 278,84
24	129	KIT	Calcador Paiva – Kit com 4 unidades (N.º 1, 2, 3 e 4) - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em uma das extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$9,88	R$1. 274,52
25	176	UNID	Calcador de Hollenback N.º 06 - constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,94	R$517,44
26	102	UNID	Cinzel bisselado - são constituídos por cabo e ponta ativa em uma das extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU-AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$7,83	R$798,66
28	40	UNID	Compasso de Willis Usado para atividades de próteses total e removível, fabricado em aço inoxidável; autoclavável; para uso profissional	JON	R. DE F. TORRES	R$19,82	R$792,80

29	449	UNID	Condensador para Amálgama tipo Ward n.º 01 - constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,32	R$1. 041,68
30	393	UNID	Condensador para Amálgama tipo Ward n.º 02 - constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,43	R$954,99
31	449	UNID	Condensador para Amálgama tipo Ward n.º 05 - constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,31	R$1. 037,19
32	176	UNID	Cuba aço inoxidável Cuba redonda; cúpula redonda, confeccionada em aço inoxidável polido e brilhante, AISI 420 ou AISI 440-A, com bordas arredondadas, acabamento sem arestas, espessura mínima 1mm, capacidade de 150 ml.	FAMI	R. DE F. TORRES	R$5,90	R$1. 038,40
33	198	UNID	Cureta com haste longa para Pulpotomia N.º 01 - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em uma extremidade, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,53	R$698,94
35	191	UNID	Cureta tipo Lucas nº85 - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades,fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,35	R$639,85
36	205	UNID	Cureta tipo Lucas nº86 - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades,fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,35	R$686,75
41	45	UNID	Escala de cor de resina para dentes como 08 (oito) cores indicada como padrão para determinação das cores naturais em relação aos dentes acrílicos. Cores 61, 62, 65, 66, 67, 69, 77 e 81	VIPI	R. DE F. TORRES	R$24,60	R$1. 107,00
42	299	UNID	Escavador duplo nº 05 são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,33	R$696,67
43	299	UNID	Escavador duplo nº 17 são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,33	R$696,67
44	299	UNID	Escavador duplo nº 18 são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,33	R$696,67
46	299	UNID	Escavador duplo nº 20 são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,24	R$669,76
47	329	UNID	Esculpidor Hollenback 3S são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,31	R$759,99
48	231	UNID	Esculpidor Hollenback 3SS - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$2,32	R$535,92

50	329	UNID	Espátula para manipulação de Cimento N.º 24 - instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,34	R$1. 098,86
51	250	UNID	Espátula de inserção nº 01 - instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,36	R$840,00
52	214	UNID	Espátula para manipulação de Cimento nº 36 - instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente à fratura e corrosão, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,35	R$716,90
53	118	UNID	Espátula Lecron - instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,27	R$385,86
54	257	UNID	Espátula nº 07 - instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$4,66	R$1. 197,62
55	132	UNID	Espelho de mão possui moldura de PVC de alta resistência e durabilidade com cabo desenhado para facilitar o manuseio. Espelho especialmente polido a fim de evitar distorções, formato oval ou redondo com diâmetro aproximado de 13 cm. Necessária amostra do produto.	ESPELHO	R. DE F. TORRES	R$29,99	R$3. 958,68
56	154	UNID	Fórceps infantil N.º 01 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracteriza-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricados com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$31,94	R$4. 918,76
57	154	UNID	Fórceps infantil N.º 02 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,74	R$4. 579,96
58	154	UNID	Fórceps infantil N.º 03- constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,74	R$4. 579,96

60	154	UNID	Fórceps adulto N.º 01 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,22	R$4. 499,88
61	148	UNID	Fórceps adulto N.º 151 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente à fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$32,41	R$4. 796,68
62	147	UNID	Fórceps adulto N.º 16 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,79	R$4. 379,13
63	150	UNID	Fórceps adulto N.º 17 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,80	R$4. 470,00
64	154	UNID	Fórceps adulto N.º 18 L - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a du-	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,74	R$4. 579,96

			reza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.				
65	154	UNID	Fórceps adulto N.º 18 R - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,74	R$4. 579,96
66	154	UNID	Fórceps adulto N.º 65 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,74	R$4. 579,96
67	155	UNID	Fórceps adulto N.º 69 - constituído de 2 partes: Passiva - representada pelo cabo do instrumento, constituído por duas hastes paralelas entre si, anatomicamente desenvolvidas e lavradas na superfície externa, para permitir boa empunhadura. Ativa - idealizada para uma adaptação efetiva na coroa anatômica do dente a se extrair. Sua parte externa é lisa e a interna, além de côncava, apresenta ângulos diedros e estrias, caracterizava-se por ter finas linhas longitudinais paralelas, esculpidas por dentro, permitindo maior força de aplicação durante os movimentos de rotação e torção. Essas partes se unem através de uma articulação que permite os movimentos de abertura e fechamento do fórceps. Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado com aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$29,67	R$4. 598,85
68	53	UNID	Fresa de tungstênio broca de tungstênio corte cruzado standard, formato tipo pera, para peça reta. Necessária amostra do produto.	KPM	R. DE F. TORRES	R$42,20	R$2. 236,60
70	118	UNID	Lima para osso Seldin 12- em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão. Não apresentar folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), fabricados com aços inoxidáveis que seguem a norma NBR ISO 7153-1.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$15,25	R$1. 799,50
77	92	UNID	Lamparina à álcool para procedimentos clínicos e laboratoriais Composição inox. Validade indeterminada. Embalagem individual, constando dados de identificação do produto, registro no Ministério da Saúde e procedência. Medidas aproximadas: diâmetro superior externo 2 cm e diâmetro inferior externo 7 cm, altura 4,5 cm. Procedência: Nacional. Garantia: 12 meses contra defeitos de fabricação.	ORTOCENTRAL	R. DE F. TORRES	R$18,69	R$1. 719,48
78	86	UNID	Pedra de Afiar de Arkansasna cor branca com medidas aproximadas de 10 cm de comprimento, 1 cm de altura e 2,5 de largura.	JON	R. DE F. TORRES	R$15,69	R$1. 349,34
79	39	UNID	Pinça Adson – com dente 12 cm, fabricada em aço inoxidável. As pinças devem ter pontas delicadas, com bom acabamento, evitando cantos vivos cortantes. A serrilha deve ter encaixe adequado. A pressão da mola na peça não pode ser muito dura e nem muito mole. As peças deverão estar de acordo com as normas da NBR-ISO 13402/13851/13852/13912 e 13914. O aço inoxidável deverá estar de acordo com a norma NBR-ISO 7153-1. Certifica-	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$5,89	R$229,71

			do ISO 9001. A peça deverá ter uma gravação com clara identificação da marca do fabricante e um código de identificação do lote de fabricação, para efeito de garantia através da data de fabricação.				
80	39	UNID	Pinça Adson – sem dente 12 cm, fabricada em aço inoxidável. As pinças devem ter pontas delicadas, com bom acabamento, evitando cantos vivos cortantes. A serrilha deve ter encaixe adequado. A pressão na peça não pode ser muito dura e nem muito mole. As peças deverão estar de acordo com as normas da NBR-ISO 13402/13851/13852/13912 e 13914. O aço inoxidável deverá estar de acordo com a norma NBR-ISO 7153-1. Certificado ISO 9001. A peça deverá ter uma gravação com clara identificação da marca do fabricante e um código de identificação do lote de fabricação, para efeito de garantia através da data de fabricação.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$5,89	R$229,71
81	39	UNID	Pinça Backaus – 13 cm, fabricada em aço inoxidável. As pinças devem ter pontas delicadas, com bom acabamento, evitando cantos vivos cortantes. A serrilha deve ter encaixe adequado. A pressão na peça não pode ser muito dura e nem muito mole. As peças deverão estar de acordo com as normas da NBR-ISO 13402/13851/13852/13912 e 13914. O aço inoxidável deverá estar de acordo com a norma NBR-ISO 7153-1. Certificado ISO 9001. A peça deverá ter uma gravação com clara identificação da marca do fabricante e um código de identificação do lote de fabricação, para efeito de garantia através da data de fabricação.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$14,07	R$548,73
82	39	UNID	Pinça Collin - 24 cm, fabricada em aço inoxidável. As pinças devem ter pontas delicadas, com bom acabamento, evitando cantos vivos cortantes. A serrilha deve ter encaixe adequado. A pressão na peça não pode ser muito dura e nem muito mole. As peças deverão estar de acordo com as normas da NBR-ISO 13402/13851/13852/13912 e 13914. O aço inoxidável deverá estar de acordo com a norma NBR-ISO 7153-1. Certificado ISO 9001. A peça deverá ter uma gravação com clara identificação da marca do fabricante e um código de identificação do lote de fabricação, para efeito de garantia através da data de fabricação.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$40,25	R$1. 569,75
83	116	UNID	Pinça Halstead mosquito - 12 cm - curva, Fabricada em aço inoxidável. As pinças devem ter pontas delicadas, com bom acabamento, evitando cantos vivos cortantes. Com serrilha hemostática esta serrilha deve ter encaixe adequado. A pressão na peça não pode ser muito dura e nem muito mole. As peças deverão estar de acordo com as normas da NBR-ISO 13402/13851/13852/13912 e 13914. O aço inoxidável deverá estar de acordo com a norma NBR-ISO 7153-1. Certificado ISO 9001. A peça deverá ter uma gravação com clara identificação da marca do fabricante e um código de identificação do lote de fabricação, para efeito de garantia através da data de fabricação.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$11,45	R$1. 328,20
84	116	UNID	Pinça Halstead mosquito - 12 cm - reta, Fabricada em aço inoxidável. As pinças devem ter pontas delicadas, com bom acabamento, evitando cantos vivos cortantes. Com serrilha hemostática esta serrilha deve ter encaixe adequado. A pressão na peça não pode ser muito dura e nem muito mole. As peças deverão estar de acordo com as normas da NBR-ISO 13402/13851/13852/13912 e 13914. O aço inoxidável deverá estar de acordo com a norma NBR-ISO 7153-1. Certificado ISO 9001. A peça deverá ter uma gravação com clara identificação da marca do fabricante e um código de identificação do lote de fabricação, para efeito de garantia através da data de fabricação.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$11,41	R$1. 323,56
87	191	UNID	Pinça Kelly Nº 14 Reta, ponta serrilhada internamente, Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão. Fabricado com aço inoxidável que seguem a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$12,19	R$2. 328,29
88	145	UNID	Pinça Kelly Nº 14 Curva, ponta serrilhada internamente, Peça em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão. Fabricado com aço inoxidável que seguem a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$12,55	R$1. 819,75
94	136	UNID	Porta Agulha de Mayo Hegar de 15 cm - ponta serrilhada internamente, Peça em aço inoxidável, resistente à fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.Fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$13,96	R$1. 898,56
96	177	UNID	Porta detritos fabricado em aço inox com dimensões aproximadas de 10 cm de altura e 08 cm de diâmetro.	FAMI	R. DE F. TORRES	R$27,96	R$4. 948,92

97	236	UNID	Porta matriz Tofflemire Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420 ou AISI 440 A, tamanho aproximado de 6 cm. Embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$16,94	R$3.997,84
98	63	KIT	Posicionador para radiografia infantil (jogo) produto com registro na ANVISA. Caixa com um Kit contendo posicionador para incisivos e caninos (sup e inf), molar superior direito e inferior esquerdo, molar superior esquerdo e inferior direito, posicionador para RX interproximal, pote para armazenamento, dispositivo para mordida e blocos de adaptação para isolamento. Autoclavável.	MAQUIRA	R. DE F. TORRES	R$43,49	R$2.739,87
99	63	KIT	Posicionador para radiografia adulta (jogo) produto com registro na ANVISA. Caixa com um Kit contendo posicionador para incisivos e caninos (sup e inf), molar superior direito e inferior esquerdo, molar superior esquerdo e inferior direito, posicionador para RX interproximal, pote para armazenamento, dispositivo para mordida e blocos de adaptação para isolamento. Autoclavável.	MAQUIRA	R. DE F. TORRES	R$42,69	R$2.689,47
100	461	UNID	Seringa carpule de inox dobrável e com refluxo - Seguro dispositivo refluxo - pino de pressão, em aço inoxidável, autoclavável, superfície lisa, resistente a fratura e corrosão Fabricado emaço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1. Instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$11,86	R$5.467,46
101	96	UNID	Seringa endodontia de inox para aplicação de pasta endodôntica (tipo hidróxido de cálcio) intra canal. De êmbolo rosqueável, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A com registro na ANVISA	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$39,98	R$3.838,08
102	330	UNID	Sindesmótomo nº 1- constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em ambas as extremidades, instrumental fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$3,33	R$1.098,90
107	150	KIT	Sugador Metálico de Endodontia – Kit Aspiração em aço inoxidável, autoclavável, superfície lisa, resistente a fratura e corrosão. Compostos por cânulas de aspiração em diversos tamanhos sem bisel e adaptador que une a cânula de aspiração ao sistema de sucção do consultório odontológico. É importante que as cânulas não contenham bisel e que sejam fornecidas em diferentes diâmetros: 40x6, 40x10 e 40x20.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$16,00	R$2.400,00
108	74	UNID	Tesoura Cirúrgica Metzenbaum 15 cm – curva ponta fina-fina, confeccionada em aço inoxidável, a base de aisi 420 a e de acordo com as normas din nº 1.4034 e/ou 1.4021, carbono mínimo 6 a 0,75%, manganês 1%, silício 1%, cromo 6 a 18%, molibdênio 0,75%, dureza (rc) 54 a 48, com ponta de 7", fina/fina, delicadas e retas, com tratamento térmico adequado de modo a garantir a dureza do aço, deverá estar bem regulada, a fim de que a peça corte muito bem e ao mesmo tempo não se desgaste excessivamente em função do rolamento de uma lâmina contra a outra, isenta de buracos ou defeitos superficiais que possam provocar manchas ou corrosão, deverão ser brilhantes e polidas, com gravação do nº de lote e marca na peça	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$14,18	R$1.049,32
109	74	UNID	Tesoura Cirúrgica Metzenbaum 17 cm – curva ponta fina-fina, confeccionada em aço inoxidável, a base de aisi 420 a e de acordo com as normas din nº 1.4034 e/ou 1.4021, carbono mínimo 6 a 0,75%, manganês 1%, silício 1%, cromo 6 a 18%, molibdênio 0,75%, dureza (rc) 54 a 48, com ponta de 7", fina/fina, delicadas e retas, com tratamento térmico adequado de modo a garantir a dureza do aço, deverá estar bem regulada, a fim de que a peça corte muito bem e ao mesmo tempo não se desgaste excessivamente em função do rolamento de uma lâmina contra a outra, isenta de buracos ou defeitos superficiais que possam provocar manchas ou corrosão, deverão ser brilhantes e polidas, com gravação do nº de lote e marca na peça	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$22,97	R$1.699,78
110	258	UNID	Tesoura Reta Tipo Iris 11,5 ff - em aço inox. Fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente à fratura e corrosão, com tratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$8,91	R$2.298,78
115	66	UNID	Aparelho batedor de cápsulas de alta eficiência, compacto, com painel de controle com membranas de fácil operação, display indicador de tempo de batimento, timer entre 0 a 30 segundos com divisão de 01 em 01 segundo, superfície lisa e fácil desinfecção.	YG 100	R. DE F. TORRES	R$437,87	R$28.899,42
116	106	UNID	Aparelho fotopolimerizador multi-tensão com programação entre 50 a 90 segundos com timer de 10 em 10 segundos, desligando automaticamente. Não possui lâmpada etem emissão de luz azul através de led´s com comprimento de onda entre 450 NM e 480 NM	KONLUX	R. DE F. TORRES	R$405,66	R$42.999,96
117	106	UNID	Aparelho ultra som para profilaxia e remoção do biofilme mineralizado e não mineralizado; corpo com dimensões reduzidas; painel contendo: led que indica se o aparelho está energizado, chave seletora de potência do ultrassom e chaves de regulagem do flu-	SCARLER JET	R. DE F. TORRES	R$1.216,98	R$128.999,88

			xo de água; peça de mão do ultrassom; transdutor cerâmico piezo elétrico, gerando vibrações ultrassônicas entre 24 a 28 KHZ; duas capas protetoras transdutoras, removíveis e esterilizáveis em autoclave até 135ºC; acompanhado de três tips para remoção do calculo e duas chaves para instalação dos tips, com prolongador de proteção, todos esterilizáveis em autoclave; sistema de remoção do biofilme; com um reservatório de bicarbonato de sódio, confeccionado em aço inoxidável, tampa transparente; peça de mão de jato de bicarbonato removível e esterilizável em autoclave até 135ºC; filtro de ar para drenagem da umidade do ar; pedal único de acionamento; tensão de entrada: 110/127/220v.				
121	66	UNID	Avental de chumbo com protetor para tireoide (adulto) Fabricada em borracha plumbífera com proteção equivalente a 0,25mm PB. Revestimento em tecido bagun lavável, para fácil limpeza e assepsia. Acabamento em viés e fechamento com cinto ou velkron para fácil regulagem.	ODONTOLOGIC	R. DE F. TORRES	R$157,57	R$10. 399,62
122	66	UNID	Avental de chumbo com protetor para tireoide (infantil) Fabricada em borracha plumbífera com proteção equivalente a 0,25mm PB. Revestimento em tecido bagun lavável, para fácil limpeza e assepsia. Acabamento em viés e fechamento com cinto ou velkron para fácil regulagem.	ODONTOLOGIC	R. DE F. TORRES	R$160,60	R$10. 599,60
128	66	UNID	Esfigmomanômetro anaeróide adulto, de 0 a 300mmhg, aferição precisa de fácil leitura; bolsa de ar, pêra, tubos e conectores em borracha que permite a retenção e o esvaziamento de ar. Braçadeiras revestidas de brim sol a sol com fecho de velcro. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Estojo para viagem. Necessária amostra do produto.	SOLIDOR	R. DE F. TORRES	R$58,33	R$3. 849,78
131	40	UNID	Peça reta sistema intra-acoplada com corpo giratório ao micro motor fácil manuseio, rotação 1:1, baixo nível de ruído, autoclavável.	RUCA	R. DE F. TORRES	R$157,50	R$6. 300,00
132	22	UNID	Vibrador para gesso. Utilizado para vazamento de gesso em prótese dentária. Possui carenagem injetada em polipropileno de alto impacto, com características atóxicas, boa rigidez, resistente à produtos químicos, ácidos, alcalinos e detergentes, carenagem que não oxida, base inferior em aço, com pintura eletrostática, mesa removível, bivolt, com chave de liga/desliga, luz piloto indicando o funcionamento, baixo nível de ruído, ventosas para fixação em superfície.	VH	R. DE F. TORRES	R$127,27	R$2. 799,94
133	35	UNID	RX odontológico Raios-X Coluna móvel de 70 KVP, produzido de acordo com as normas IEC - 601 e Certificado do INMETRO, com regulador de tensão para identificação e bloqueio das oscilações de energia funcionando como estabilizador, sistema de bloqueio que impede o disparo em caso de sobretensão, apresenta certificado de qualidade com teste de radiação de fuga e cabo de disparo eletrônico. Equipamento instalado	X DENT	R. DE F. TORRES	R$4. 000,00	R$140. 000,00
136	48	UNID	Filtro de ar para compressor com carvão ativado, 2 saídas e regulador de pressão com espigão 5/16. Equipamento instalado.	ARPLEX	R. DE F. TORRES	R$260,41	R$12. 499,68
139	195	UN	Arco de Ostby Acrílico – Arco para retenção do lençol de borracha confeccionado em plástico polido e livre de rebarbas de forma circular com 10 pontas, lavável e resistente à esterilização por calor úmido ou químico. Embalados individualmente, trazendo externamente os dados de identificação e procedência.	MAQUIRA	R. DE F. TORRES	R$6,41	R$1. 249,95
140	140	PCTE	Avental de Plástico - avental de proteção descartável, confeccionado em não tecido (TNT), 100% polipropileno, atóxico, antialérgico, de manga longa, gola padre, punho com botão de pressão, gramatura 50 ou 60gm², tamanho único, cor branca	BEST	R. DE F. TORRES	R$30,85	R$4. 319,00
141	40	PCTE	Avental (Jaleco) de propileno descartável de manga longa - Avental de segurança, confeccionado em PVC, forrados, no tamanho 1,20x0,70 com ilhoses e cordão de nylon para ajuste pescoço e cintura .	AVENTAL	R. DE F. TORRES	R$124,85	R$4. 994,00
143	284	UNID	Broca Diamantada Esférica Nº 1016 HL broca esférica diamantada confeccionada em aço inoxidável, utilizada para abertura da câmara pulpar de dentes posteriores, ponta com granulação uniforme, livre de rebarbas ou sinais de oxidação. Esterilizável através de calor úmido, seco ou por agentes químicos, sem oxidar. Embalada individualmente e acondicionada em caixas conforme constar do registro do produto trazendo externamente os dados de identificação, procedência, nº. de lote e nº. de registro no ministério da saúde. Com certificado em Boas Práticas de Fabricação (RDC-59) é fornecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). ISO 9001:2000, NBR ISO 13485:2003.	PDX	R. DE F. TORRES	R,94	R$266,96
144	216	PCTE	Campo Cirúrgico Fenestrado c/ 10 - Campo cirúrgico simples fenestrado, fabricado em não tecido, 100% polipropileno com 50g/m², medindo 50x50cm, estéril, embalado individualmente em papel grau cirúrgico, conforme decreto lei 79094/77	BEST	R. DE F. TORRES	R$11,99	R$2. 589,84
146	346	UNID	Colgaduras individuais - fabricado em aço inoxidável AISI 420 OUAISI 440 A , resistente a fratura e corrosão,comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o	TECNODENT	R. DE F. TORRES	R$1,73	R$598,58

			polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.				
155	195	UNID	Cureta Dupla Gracey G17/G18 - são constituídos por cabo, intermediário e ponta ativa em uma extremidade, fabricado em aço inoxidável AISI 420 OU AISI 440 A, resistente a fratura e corrosão, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade, assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), que melhora a resistência à corrosão.	PRATA	R. DE F. TORRES	R$5,12	R$998,40
157	660	UNID	Espelho Plano Inox Bucal n. 05. s/cabo, imagem frontal de precisão, confeccionado em aço inoxidável, superfície espelhada, passível de esterilização em meios físico-químicos, embalado individualmente. Marca comercial, procedência de fabricação, com registro no Ministério da Saúde.	MIRAGE	R. DE F. TORRES	R$1,54	R$1. 016,40
158	30	UNID	Fresa de tungstênio - Brocas / Fresas de carboneto de tungstênio para laboratório de corte cruzado fino para resinas acrílicas, formato tipo pêra, ser usado em contra ângulo na rotação de 15.000 a 30.000rpm.	KPM	R. DE F. TORRES	R$32,50	R$975,00
159	148	UNID	Grampos de Isolamento N.º 07 - em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$7,59	R$1. 123,32
160	162	UNID	Grampos de Isolamento N.º 200 - em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$7,59	R$1. 229,58
161	162	UNID	Grampos de Isolamento N.º 212 - em aço inoxidável, resistente a fratura e corrosão, sem folgas, buracos ou frestas, comtratamento térmico total que garante a dureza e a flexibilidade , assim como o polimento feito com padrão internacional (eletro polimento), fabricado em aço inoxidável sob a norma NBR ISO 7153-1.	GOLGRAN	R. DE F. TORRES	R$7,59	R$1. 229,58
162	88	UNID	Hemostático local- esponja hemostática de colágeno hidrofilizado (gelatina) liofilizado bovino, esterilizada e embalada em blister, sem contra indicações e sem riscos de intolerância – reabsorvível, indicado para solucionar problemas de hemorragias na odontologia.	HEMOSPON	R. DE F. TORRES	R$16,64	R$1. 464,32
164	80	KIT	Kit de pontas Montadas para acabamento e polimento de resina Acrílica - Composta de pontas de silicone com óxido de alumínio para acabamento e polimento de resina acrílica contendo 3 pontas em forma de pêra, com tamanho aproximado de 10mm de diâmetro e 23mm de comprimento com três granulas diferentes identificadas nas cores verdes, cinza e amarela para ser usado em contra ângulo em rotação máxima de 5.000 a 10.000 rpm	MICRODONT	R. DE F. TORRES	R$19,98	R$1. 598,40
165	360	CAIXA	Lamina de Bisturi esterilizada nº 12 - descartável utilizada para corte de pele, tecidos e retiradas de pontos em procedimentos cirúrgicos, confeccionados em aço carbono inoxidável, isenta de rebarbas e ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quandosua retirada sem acidentes, esterilizadas por exposição a raios gama e embalado individualmente em material aluminizado com selagem eficiente que garanta sua integridade e com abertura facilitada para promover a técnica antisséptica. deverá apresentar a marca e o tamanho gravado na lâmina e trazer extremamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. com dispositivo de segurança, conforme NR nº 32 caixa c/ 100 unidades.	SOLIDOR	R. DE F. TORRES	R$20,13	R$7. 246,80
166	350	CAIXA	Lâmina de BisturiEsterilizada nº 15c - Estéril, descartável , confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Deverá vir com marca e tamanho gravados na lâmina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização permita a abertura e a transferência com técnica assépica, trazendo extremamente os dados de identificação, procedência, numero de lote, data de fabricação, prazo de validade e numero de registro no ministério da Saúde. Com dispositivo de segurança, conforme NR nº 32. Caixa com 100 unidades.	SOLIDOR	R. DE F. TORRES	R$20,16	R$7. 056,00
167	214	CAIXA	Lâmina de bisturi esterilizada nº 15cc - Estéril, descartável, confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Deverá vir com marca e tamanho gravados na lâmina. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e	SOLIDOR	R. DE F. TORRES	R$20,16	R$4. 314,24

			número de registro no Ministério da Saúde. Com dispositivo de Segurança, conforme NR nº 32.Caixa com 100 unidades				
168	40	FRASCO	Limpador de Superfície e Equipamentos Odontológicos - Proporcionando limpeza total e instantânea sem enxágue. Deve conter inibidor de corrosão, o que aumentavida útil do equipamentos, e efeito umectante (controla o grau de umidade e maleabilidade dos tecidos evitando ressecamentos. alto poder tenso ativo: evita desgaste das superfícies. efeito anti-estátio: evita deposito de sujeira e facilita posteriores aplicações, o que gera maior economia. concentrado, biodegradável, atóxico e não inflamável. composição química: tenso ativos aniônicos e não iônicos, penetrantes, desengraxastes básicos, umectantes, alcalinizaste, cloreto de benzalcônio e veículo Q.S.P com tenso ativos biodegradáveis embalagem de 5 litros.	MULTIUSO	R. DE F. TORRES	R$99,75	R$3. 990,00
170	8000	CAIXA	Luvas de procedimento G -para procedimentos não cirúrgicos, fabricados em látex 100% natural, ambidestras, hipoalérgica, não estéril, formato anatômico, textura uniforme, superfície lisa sem falhas de punho longo e com bainha, talcadas com pó bioabsorvivel, resistente, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão AQL 1,5, totalmente impermeável a água. cor branca uso individual por procedimento, caixa com 100 unidades.	DESCARPACK	R. DE F. TORRES	R$16,24	R$129. 920,00
171	229	UNID	Óculos de Proteção Individual Transparente - ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV Possui uma película anti-embaçante. Curvado para dar visão sem distorção em todas as direções, alta transparência. Esterilizável a frio. Pode ser usado sobre óculos normais Feito em policarbonato de alto impacto. Tamanho único Necessário amostra do produto.	DANNY	R. DE F. TORRES	R$4,31	R$986,99
172	120	PÇ	Pedra (Ponta) Trimmer formato pêra nº 4 - Pedra montada para peça de mão em formato pêra, para uso em prótese no desgaste e acabamento de resina acrílica, nº 4 na cor branca.	SCHELBLE	R. DE F. TORRES	R$13,00	R$1. 560,00
174	2000	PCTE	Tira de aço para acabamento de amálgama 4 mm - Tira abrasiva de aço monoface com centro neutro - espessura 4mm peso: 0,01kg. Pacote com 12 unidades	PDX	R. DE F. TORRES	R$3,77	R$7. 540,00
175	1100	PCTE	Tira de aço para acabamento de amálgama 6 mm - Tira abrasiva de aço monoface com centro neutro - espessura 6mm peso: 0,01kg. Pacote com 12 unidades	PDX	R. DE F. TORRES	R$3,77	R$4. 147,00

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com des-

crição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT
VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR
MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS
MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

CPF/MF n.º 886.146.468-87

R. DE F. TORRES – EPP

CNPJ/MF nº. 19.231.616/0001-00

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 95.433. 397/0001-11, com sede à Rua Julio Bartolomeu Taborda Luiz, nº 270, Atuba, Curitiba/PR, CEP: 82.600-070, FONE: 41 2102-8344, E-MAIL:, macrosul@macrosul.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. JOÃO REINALDO TULIO, portador da Carteira de Identidade n.º 931. 685-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 170.579.149-20, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
120	52	UNID	Ambú infantil de silicone sem reservatório de oxigênio, inquebráveis, de grande durabilidade e facilmente desmontáveis para limpeza e esterilização. Fabricados em silicone, autoclaváveis e esterilizáveis, para primeiros socorros em situações de emergência, possuem válvula de segurança, máscara e conector.	MD	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPOTALARES MACROSUL LTDA	R$125,00	R$6. 500,00
127	66	UNID	Estetoscópio adulto Estetoscópio tipo Rappaport: Completo com dois tubos (duplo) e diafragma duplo(fechado e em forma de sino aberto:prolongador). Incluindo diafragmas no tamanho pequeno, médio e grande; prolongador pequeno e médio; 3 pares de oliva. Embalado em bolsa de PVC com zíper. Necessária amostra do produto.	MD	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPOTALARES MACROSUL LTDA	R$19,69	R$1. 299,54

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT

VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR
MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS
MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

JOÃO REINALDO TULIO

CPF/MF n.º 170.579.149-20

COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

CNPJ/MF nº. 95.433.397/0001-11

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº. RG Nº./CPF/MF Nº.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 065/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE **LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR** E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHES ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia – Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Leis,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Licença para trato de assuntos de interesse particular, sem remuneração, aservidora Sra. **PAULIANE DE LIMA SILVA**, matrícula funcional n° 1723, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 01 (um) ano, com início em 06/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia, 24 de março de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA- RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015

A Prefeitura Municipal de Curvelândia -MT, através de seu prefeito municipal, Sr. Eli Sanchez Romão, torna público a retificação do Extrato do Contrato nº 034/2015.

Onde se lê: O valor global a ser pago pela execução dos serviços é de R$ 1.800,00 (Um Mil e Oitocentos Reais.

Leia-se: O valor global a ser pago pela execução dos serviços é de R$ 2. 700,00 (Dois Mil e Setecentos Reais).

Mantidos inalterados os demais itens publicados.

Curvelândia-MT, 23 de Março de 2015.

Eli Sanchez Romão – Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL N° 064/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e;

Considerando o disposto na Lei Complementar 008/2001(Regime Jurídico Estatutário) no artigo 88 e Lei Complementar 024/2005 (Regime Próprio de Previdência Social) dos Servidores Públicos do Município, Curvelândia – MT artigo 15;

RESOLVE,

Art. 1º Conceder **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a Servidora **EFIGENIA INACIA GOMES LOPES** matrícula funcional nº. 265, efetiva no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer por 90 (noventa) dias, a mesma deverá permanecer afastada do trabalho até 05/06/2015.

Parágrafo Primeiro: conforme parágrafo único da Lei Complementar nº 08/2001, o servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

Parágrafo Segundo: A partir do 31º dia da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Regime de Previdência Municipal – CURVELÂNDIA-PREV – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Curvelândia-MT, conforme previsto no Artigo 15 da Lei Complementar 024/2005 de 23 de novembro de 2005.

Parágrafo Terceiro: O pagamento do Auxilio doença pelo Regime de Previdência Municipal – CURVELÂNDIA-PREV está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 24 de março de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 066/2015

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA FARMÁCIA MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar a servidora Sra. **MANOELA LEAO**, matrícula funcional n° 2441, efetiva no cargo de Farmacêutico, brasileira, filha de Maria das Graças Leão, natural de Corumbá - MS, nascido em 12/02/1981, portador da cédula de Identidade 1491623-1 SSP/MT, CPF 913.548.621-04, como **RESPONSÁVEL TECNICO PELA FARMÁCIA MUNICIPAL**, com efeitos retroativos a 03/03/2015.

Parágrafo Único: O servidor ora designado, pela responsabilidade técnica da Farmácia Municipal, receberá a título de gratificação a importância de R$ 700,00 (Setecentos Reais) mensal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 24 de março de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 121 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9485, de 13 de março de 2015,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear os senhores relacionados abaixo, para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS**, no Município de Cáceres, para o biênio 2015/2016, com efeitos desde 16 de março de 2015.

Representantes dos Usuários

Titular: **Ellen Cristiane Cavalcante da Silva**

Suplente: **Neuzo Antonio de Oliveira**

Titular: **Douglas Milton da Silva Oliveira**

Suplente: **Manoel Leopoldo**

Titular: Cézare Pastorello Marques de Paiva

Suplente: Benice Benedita de Oliveira

Titular: Manoel Roldão de Oliveira

Suplente: Roberto Florentino Silva

Titular: Leiko Suzy Hayashida Bosque

Suplente: Germano Bianchini

Titular: Renoir Dias Ferreira

Suplente: Eliel Domingues da Rocha

Titular: Daiane Dantas da Silva Oliveira

Suplente: Ivo Mareco Nascimento

Titular: Andrelise Vitorazzi Marques Laet

Suplente: Priscila Pretel de Freitas

Representantes do Governo/Prestadores de Serviços do SUS

Titular: Wilson Massahiro Kishi

Suplente: Anilce Ribeiro da Silva

Titular: Elaine Zoccoli

Suplente: Jaqueline Souto Faria Navarro

Titular: Fernanda Hasse Silva

Suplente: Dilena Dalete Alves Souza Lindote

Titular: Sarah Argenti Alvarenga

Suplente: Solange Toledo Barbosa

Representantes dos Trabalhadores da Saúde

Titular: Antonio Cristiani Gomes da Silva

Suplente: Joana da Conceição Figueiredo

Titular: Eliesio Campos A. de Deus

Suplente: Edvania Bastos Santiago

Titular: Evanilda Costa do Nascimento

Suplente: Sandra Regina de Carvalho Silva

Titular: Agberto Ralfo Guimarães

Suplente: Carla Simone Giroto de Almeida Pina Bareli

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 20.03.15

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 034/2015-PGM

Gerencia Municipal de Convênios e Contratos.

Extrato do Contrato Administrativo n.° 034/2015-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – ME

Objeto do Contrato: Contratação de empresa para a Construção da **Unidade Básica de Saúde (UBS) da Família no bairro Jardim Padre Paulo** com a área total de 330,51 m². O Contrato em questão tem sua **Vigência** estipulada em **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura.

Cáceres – MT, 24 de Março de 2015.

Wilson Massahiro Kishi

Secretaria Mun. de Saúde

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 024/2015

A Secretária Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 34182 de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Parecer Jurídico nº 02/2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pelo Decreto nº 537de 25 de novembro de 2014 nº 001/2015.

RESOLVE:

I – **CONVOCAR** os**Profissionais da Zona Urbana e Zona Rural** aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia **24/03/2015 (terça-feira)**, a partir das 13h00 para compor o quadro de vagas apresentados por esta Secretaria, conforme Anexo I;

II – Para as vagas dispostas no Anexo II deste Edital, convocamos todos os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 001/2015 tanto na zona rural quanto zona urbana, para que se manifestem quanto ao interesse e disponibilidade nas vagasapresentadas no referido anexo. A atribuição será realizada de acordo com a quantidade de vagas existentes e a ordem de classificação dos candidatos.

Cáceres-MT, 23 de marçode 2015.

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Presidente da Comissão Paritária

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

Anexo I

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO/LOTAÇÃO

PROFISSIONAIS ZONA URBANA e ZONA RURAL

DATA: 24/03/2015 ÀS 13H00

ESCOLA MUNICIPAL ISABEL CAMPOS

Cargo: Professor Licenciado em Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	1018	ANA PAULA DA SILVA RIBEIRO	9,75		

Cargo: Professor Licenciado em Letras

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	639	KATIA DE OLIVEIRA PINTO	7,21		

ESCOLA MUNICIPAL DOM MAXIMO BIENNES

Cargo: Professor Licenciado em Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	620	MEIRELAINE DE OLIVEIRA RIBEIRO	8,00		

ESCOLA MUNICIPAL VITORIA REGIA

Cargo: Professor Licenciado em Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
8	443	TATIANE ALMEIDA SANTOS	8,00		

NÚCLEO LIMÃO

Cargo: Professor Licenciado em Geografia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	1044	VERA LUCIA DA SILVA ORTEGA	11,58		

NÚCLEO SAPIQUÁ

Cargo: Professor Licenciado em Educação Física

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	920	ALEKSANDR FERRO	9,00		

NÚCLEO PAIOL

Cargo: Guarda 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação

1	071	WILSON CAMPOS DOS SANTOS	5,94		
2	1324	ANTONIO CARLOS DA SILVA	4,00		
3	670	ELIENE DA SILVA RODRIGUES	3,42		

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO - ZONA URBANA

Cargo: Professor Licenciado em Letras

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	643	ENILCE PEREIRA DE SOUZA GIL	12,00		
2	978	MARILZA GARCIA GOMES	12,00		
3	636	TATIANE DA SILVA	12,00		
4	1084	TATIANE DA SILVA	12,00		
5	891	MARIA JOSE MAGALHAES SEVERINO	11,40		
6	644	AMELIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA	11,00		
7	493	MARIA APARECIDA LIRA DA SILVA	10,20		
8	1049	MARY FERREIRA CORREA	10,12		
9	1165	POLLIANNA MARTINS ALVES	9,46		
10	905	REGIANE SALES RIBEIRO	9,25		

Cargo: Professor Licenciado em Matemática

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	972	LUIZ MAGNO DE MIRANDA BARBOSA	10,67		

Cargo: Nutricionista 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	369	ANA TEREZA CRUZ SANTANA	5,20		

Anexo II

QUADRO DE VAGAS ZONA RURAL

NÚCLEO CLARINÓPOLIS (SOTECO)

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Guarda 40 horas	01
Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas	01

NÚCLEO CLARINÓPOLIS (BARRANQUEIRA)

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Professor Pedagogia	01

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Guarda 40 horas	01

CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA ETAPA II

AVALIÇÃO PSICOLÓGICA

DATA: 17/03/2015 ÀS 08H00

ESCOLA MUNICIPAL PROVÍNCIA DE AREZZO

Cargo: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
6	1575	SUELLEN CRISTINE SILVA ORMOND	2,13		
7	641	ROSANE TEREZINHA NUNES DE OLIVEIRA	1,50		
8	1068	MARIA DIVINA GARCIA ORTIZ	1,50		
9	1563	KARINE PEREIRA DE PAULA	1,50		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 114 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9377, de 13 de março de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 088 de 27 de fevereiro de 2015, da senhora **FATIMA APARECIDA DUARTE** – Técnica em Enfermagem.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 16.03.15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 002/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 002/2015 TIPO: "Menor Preço", tendo como critério de julgamento por "Preço Global**"**. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil para execução de obra de construção de uma Escola Municipal com 06 (seis) salas, na Rua Vitória esquina com Rua Jasmim, Bairro Jardim Alvorecer, sede do Município de Denise/MT, em conformidade com o detalhado no termo de compromisso financeiro celebrado com o FNDE/MEC - PAR nº 32504/2014, em observância ao descrito no termo de referencia, em conformidade com o projeto básico. O MUNICÍPIO DE DENISE, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a *TOMADA DE PREÇO 002/2015* com abertura marcada para o dia **27/03/2015 às 09:00** horas, fica **PRORROGADA A ABERTURA** para o dia **10 DE ABRIL DE 2015 às 09:00 horas**, LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Denise/MT – Praça Brasília, nº 100 – Centro, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 200,00 (duzentos reais) – Denise/MT, 25

de Março de 2015. ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO - PRESIDENTE DA CPL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Denise-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria n.º 002/2015 de 05 de Janeiro de 2015, torna público que estará realizando processo licitatório na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015**, objetivando o **Registro de Preços** *para Aquisição de Gêneros Alimentícios, Legumes / Verduras / Frutas E Raízes, Pães, Materiais Para Limpeza, Materiais de Consumo e Utensílios Domésticos*; regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto n.º 7.892/2013, Decreto Municipal nº 008/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993. **Inicio da Sessão**:Dia **09/04/2015**. **Horário**: **09:00 horas**. Retirada do edital na Prefeitura Municipal de Denise-MT, Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT, informações pelo telefone (65) 3342-1615 ou (65) 3342-1397. **Local**: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Denise-MT – Situada à Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT. CEP: 78.380-000.

Denise/MT, 25 de Março de 2015.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 164/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE ADITIVO

1.1 **I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 164/2014** – ASS: 20/03/2015 – Referente a prorrogação do prazo de vigência e execução dos serviços por 12 (doze) meses . Contratado: **EMPRESA *RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES – ME***: Objeto: **LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

DIAMANTINO /MT em 20 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
PORTARIA N° 006/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2.015

O Secretário Municipal de Saúde de Diamantino, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Saúde de Diamantino conforme determinação legal do Decreto nº 039 de 03 de março de 2015 do Prefeito Municipal.

Art. 2° A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Art. 3° A conferência será realizada no Seminário Jesus o Bom Pastor situado no município de Diamantino.

Art. 4° A conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5° A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

I - Coordenação Geral: Jacildo de Siqueira Pinho (provisório);

II - Secretaria Geral: Eucenia de Sousa Pinheiro;

III - Relatoria Geral e Adjunta: Lucivânia Francisca de Oliveira;

IV - Comissão de Mobilização e Articulação: Lucas Adolfo da Rosa;

V – Comissão Temática: Dilma da Conceição Araújo;

VI - Comissão informação e comunicação: Elizete Lurdes Diniz;

VII - Comissão Administrativa - Orçamentária e Financeira: Tânia Maria Ferreira da Rocha; e,

VIII - Comissão Eleitoral: Adelita Barros de Aguiar.

Art. 6° As diversas subdivisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

Coordenação Geral:

I - Coordenar todas as atividades da Comissão Organizadora.

II - Convocar, participar das reuniões, das comissões e promover integralidade entre as equipes.

III- Viabilizar a apreciação e deliberação do Conselho e Secretaria Municipal de Saúde dos encaminhamentos propostos pela Comissão Organizadora.

IV- Supervisionar todo o processo de organização da Conferência.

Secretaria Geral:

I - Elaborar agenda de trabalho juntamente com as comissões, para organização das pautas das reuniões.

II - Organizar e manter arquivo e toda a documentação referente ao processo de organização, realização da VIII CMS de Diamantino/MT e os encaminhamentos pertinentes desses processos.

III - Controlar todas as correspondências, fluxo de entrada e saída de documentação, organizando o arquivo e registro pré, durante e após Conferência.

IV - Manter em dia a documentação sobre a Conferência: ofícios, convites, etc.

V - Organizar e monitorar pastas com os materiais da Conferência.

VI - Elaborar modelo de controle de presença e o administrar

VII – Elaborar e entregar certificados

VIII - Coordenar as ações referentes ao recebimento, análise e encaminhamento das moções.

IX - Realizar inscrição dos delegados eleitos para a 7ª Conferência Estadual de Saúde.

X - Agilizar passagens, hospedagem e permanência de delegados na 7ª Conferência Estadual de Saúde.

Relatoria Geral e adjunto:

I - Coordenar a equipe de relatores.

II - Supervisionar todas as atividades de relatoria.

III - Coordenar a elaboração e organização das moções, tanto antes quanto depois da Plenária Final.

IV - Elaborar o modelo de relatório para sistematização da Conferência Municipal.

V - Conduz a elaboração do Relatório Final e Anais da Conferência.

VI - Consolidar e sistematizar os relatórios e promover os encaminhamentos em tempo hábil.

Comissão de Articulação e Mobilização:

I - Criar estratégias de articulação e mobilização junto às entidades parceiras e aquelas com interface com a saúde.

II - Mobilizar e criar estratégias que estimule a participação dos usuários em relação aos demais segmentos, durante todo o processo de organização, realização e execução das propostas da Conferência.

III - Informar sobre o cronograma de realização da Conferência Municipal e incentivar a participação dos segmentos envolvidos.

Comissão Temática:

I - Elaborar planejamento das Normas Operacionais da Conferência, bem como agenda de trabalho.

II - Elaborar e selecionar textos de subsídio para debate.

III - Elaborar as normas para apresentação de trabalhos.

IV - Selecionar e divulgação de sub-temas.

V- Avaliar e controlar as solicitações para apresentação de trabalhos durante a Conferência.

VI - Estabelecer os critérios para expedição de certificados.

VII - Define a Metodologia a ser empregada nos trabalhos da Conferência.

VIII - Fornecer apoio a expositores para a Etapa Estadual.

IX - Elaborar Cartilha ou Folder, junto a Comissão de Comunicação e Informação, sobre as normas operacionais da Conferência, importância da mesma para a sociedade em geral.

Comissão de Informação e Comunicação:

I - Elaborar junto a Comissão Temática, Cartilha ou Folder das normas Técnicas e Operacionais da Conferência seguindo as diretrizes estipuladas pela Comissão Organizadora.

II- Assessorar a criação do Layout da Conferência.

III- Divulgar o evento através dos diversos meios de comunicação social (jornal, rádio);

IV- Encaminhar a distribuição de cartazes, folders, banners, convites.

V- Agilizar as autorizações para a fixação de faixas e out-doors.

VI-Assessorar o pessoal da imprensa sobre entrevistas com autoridades e conferencistas.

VII- Acompanhar os registros da relatoria em ata das reuniões na Conferência Municipais de Saúde.

VIII- Pós-evento: divulgar os resultados, as deliberações da Conferência Municipal de Saúde e relatórios à Secretária e Conselho Municipal de Saúde de Diamantino;

IX- Divulgar informações gerais da conferência no site oficial do CMS/SMS/COSEMS-MT e da própria VIII CMS

X- Assessorar a comissão organizadora sobre as matérias a serem abordadas e divulgadas pela mídia;

XI- Retificar matérias da Conferência divulgada com equívocos.

Comissão Administrativa Orçamentária e Financeira:

I- Viabilizar e acompanhar a instalação dos serviços de som/ iluminação, locomoção de equipamentos para audiovisuais.

II- Agilizar a locação dos serviços de filmagem, fotográfico, cerimonial, locação de foto copiadoras, fax, stands.

III- Realizar a locação de carros (se forem necessários).

IV- Planejar a adequação de espaços para atividades da Conferência, realizar a montagem de stands, salas para temas específicos (sala de inscrição, secretaria, relatoria, salão de plenária, etc.).

V- Organizar e monitorar os itens referidos a transporte durante a Conferência.

VI- Providenciar as Tomadas de Preços/ Orçamentos dos serviços e materiais (se for necessário).

VII- Realizar as inscrições prévias e durante o evento.

VIII- Confirmar a presença de conferencistas, delegados (as), convidados (as)

IX- Agilizar documentos para agradecimento por participação na Conferência (p/ palestrantes, equipe de apoio, entre outros).

X- Viabiliza pessoal necessário ao desenvolvimento dos trabalhos.

XI- Certificação na execução dos serviços e aquisição de materiais solicitados pela Comissão.

XII- Elaborar o orçamento para a realização da Conferência.

XIII- Controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos.

XIV- Elaborar e acompanhar o processo de prestação de contas da aplicação dos recursos.

Comissão Eleitoral:

a) - Elaborar a Norma Eleitoral e apresentá-la para o Pleno do Conselho Municipal de Saúde para apreciação.

b) - Conduzir o processo de eleição dos delegados para participação na 7ª Conferência Estadual de Saúde.

Art. 7° Os delegados serão indicados paritariamente pelas entidades e encaminhado a comissão organizadora até 10 dias antes da realização da conferência.

Art. 8° A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário para desenvolvimento das atividades das Comissões.

Art. 9° Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Diamantino, 18 de Março de 2.015

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde e VISA

Diamantino - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira do Municipal de Gaúcha do Norte, designada pelo Decreto nº. 512/2015 torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2015**, na sessão realizada no dia **24/03/2015**, teve como vencedora a empresa *BOLES & VENDER LTDA-ME*, itens 01 e 02**.**

Gaúcha do Norte -MT, 24 de Março de 2015.

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA

Pregoeira Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Nilson Francisco Aléssio**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaucha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 12R56322 SSP/SC e do CPF nº. 401.167.199-15, *RESOLVE* registrar os preços da empresa **BOLES & VENDER LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 08.909.729/0001-97 estabelecida na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, Av. Brasil nº 957, neste ato representada por **Jairo Bonapaz Boles**, portador da Carteira de Identidade nº. 8041526784 SSP/RS e do CPF nº 570.145.230-15**,** nas quantidades estimadas no **Item 2** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 011/2015** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas

constantes da Lei n. 10.520/02 e atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto da União n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

01 - DO OBJETO

1.1. - A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de refeições especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 011/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, prestador de serviços e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: BOLES & VENDER LTDA-ME

CNPJ: 08.909.729/0001-97

Endereço: Av. Brasil nº 957

CEP: 78.875-000 Cidade/Estado: Gaúcha do Norte-MT

2.2 - Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	930	Und.	Fornecimento de refeição tipo serf-service livre, com o seguinte cardápio mínimo: deverão ser servidas quentes, com composição de pratos variados e constará no mínimo: Pratos Frios: Salada verde (dois tipos), maionese ou salpicão, saladas cruas (cenoura, beterraba, acelga, pimentão, tomate) cozidos (beterraba, abóbora, ervilha, chuchu, batata, grão de bico e cenoura); Pratos Quentes: Arroz branco, arroz a grega, 1 (Um) tipo de carne branca (frango ou peixe) assada ou cozida, 1 (Um) tipo de carne vermelha (suíno ou bovino) assada ou cozida, 2 (Dois) tipos de massa (Lasanha de frango e parafuso ou espaguete ao molho branco ou vermelho ou rondele), 1 (Um) tipo de feijão ou feijoada, 1 (Um) tipo de farofa, panqueca (de carne, frango ou presunto e mussarela).	11,80	10. 974,00
02	780	Unid,	Fornecimento de refeição em marmitex nº 09, com o seguinte cardápio mínimo: Arroz branco, arroz a grega, 1 (Um) tipo de carne branca (frango ou peixe) assada ou cozida, 1 (Um) tipo de carne vermelha (suíno ou bovino) assada ou cozida, 1 (Um) tipo de feijão ou feijoada, 1 (Um) tipo de farofa, panqueca (de carne, frango ou presunto e mussarela).	9,00	7. 020,00

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

3.1. – O órgão gerenciador desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a Secretaria Municipal de Administração e órgãos participantes *as Secretarias Municipais de Saúde, Ação Social, Obras e Serviços Urbanos, Gabinete do Prefeito e Educação do Município de Gaúcha do Norte-MT*.

4. VALIDADE DA ATA

4.1 - O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

4.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

5.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

5.2.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao contrato.

5.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 011/2015, seus anexos e a proposta da contratada.

5.2.3 - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Gaúcha do Norte-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Gaúcha do Norte-MT, 24 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

EMPRESA:

BOLES & VENDER LTDA-ME.

Jairo Bonapaz Boles

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Nilson Francisco Aléssio**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaucha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 12R56322 SSP/SC e do CPF nº. 401.167.199-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MIRANDA PRONVESSI-ME,** inscrita no CNPJ/MF nº 13.510.901/0001-75, estabelecida na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, Av. Brasil S/nº, Centro, neste ato representada por **Miranda Pronvessi**, portadora da Carteira de Identidade nº. 13R3100402 SSP/SC e do CPF nº 915.864.101-72**,** nas quantidades estimadas no

Item 2

desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 009/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as

partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto da União n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

01 - DO OBJETO

1.1. - A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual produtos de panificadora e confeitaria especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 009/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, prestador de serviços e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: MIRANDA PRONVESSI-ME

CNPJ: 13.510.901/0001-75

Endereço: Av. Brasil S/nº, Centro

CEP: 78.875-000 Cidade/Estado: Gaúcha do Norte-MT

2.2 - Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	PRODUTOS	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	BOLACHA TIPO CASEIRA SABORES VARIADOS	KILO	250	*19,00*	4. 750,00
2	BOLOS RECHEADOS EM SABORES VARIADOS, SENDO: BOLO DE CHOCOLATE, BOLO DE CENOURA, BOLO DE FUBÁ, BOLO DE LARANJA, BOLO DE MANDIOCA, AMBOS COM COBERTURA E RECHEIO	KILO	595	*27,50*	16. 362,50
3	BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: BOLO DE CHOCOLATE, BOLO DE CENOURA, BOLO DE FUBÁ, BOLO DE LARANJA, BOLO DE MANDIOCA, AMBOS APENAS COM COBERTURA	UND	405	*29,00*	11. 745,00
4	CUECA VIRADA	UND	2200	*1,35*	2. 970,00
5	FORNECIMENTO DE SALGADOS ASSADOS SABORES VARIADOS	UND	2350	*3,30*	7. 755,00
6	PACOTE DE PÃO DE FORMA	UND	185	*6,75*	1. 248,75
7	PÃO CASEIRO TIPO "CUCA" RECHEADA COM SABORES DIVERSOS	UND	610	*8,25*	5. 032,50
8	PÃO FRANCÊS	KILO	11738	*10,25*	120. 314,50
9	SALGADOS DE TAMANHO GRANDE, SABORES VARIADOS, SENDO: COXINHA DE FRANGO, RISÓLIS DE FRANGO, PÃO DE QUEIJO, ESFIRRA, QUIBE, PASTEL DE CARNE, ENROLADINHO DE SALSICHA	UND	2680	*3,38*	9. 058,40
10	SALGADOS DE TAMANHO PEQUENO, SABORES VARIADOS, SENDO; COXINHA DE FRANGO, RISÓLIS DE FRANGO, PÃO DE QUEIJO, ESFIRRA, QUIBE, PASTEL DE CARNE, ENROLADINHO DE SALSICHA, TORRADA COM PATÊ, PÉROLA (BOLINHA DE QUEIJO)	UND	15200	*0,55*	8. 360,00
11	SANDUÍCHE NATURAL (PÃO, TOMATE, ALFACE, PRESUNTO E MUSSARELA)	UND	2830	*3,50*	9. 905,00
12	TORTA SALGADA (SABORES VARIADOS)	UND	1600	*2,65*	4. 240,00

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

3.1. – O órgão gerenciador desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a Secretaria Municipal de Administração e são órgãos participantes: Saúde / Ação social / Finanças / Obras e Serviços Urbanos e Educação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1 - O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

4.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

5.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

5.2.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao contrato.

5.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 009/2015, seus anexos e a proposta da contratada.

5.2.3 - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Gaúcha do Norte-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Gaúcha do Norte-MT, 24 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

EMPRESA:

MIRANDA PROVENSSI – ME

Miranda Provenssi

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira do Municipal de Gaúcha do Norte, designada pelo Decreto nº. 512/2015 torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015**, na sessão realizada no dia **12/03/2015**, teve como vencedora a empresa *MIRANDA PROVENSSI - ME*, itens 01 à 12**.**

Gaúcha do Norte -MT, 24 de Março de 2015.

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1242/15

LEI MUNICIPAL Nº 1242/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinados a seguinte rubrica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.302.0016.1041.449052 – Equipamentos e Material Permanente. R$ 45.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte – MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0235/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 01244/15

LEI MUNICIPAL Nº 01244/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), destinados a seguinte rubrica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.301.0016.2027.319113 – Obrigações Patronais - PREVIGUAR. R$ 460.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0237/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2015 DE 23/03/2015.

PORTARIA Nº 155/2015 *de 23/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, do servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	Laercio Vanderlei Pereira
CARGO:	Motorista Categoria "C"
Período de:	16/03/2013 a 16/03/2014
Período Aquisitivo:	08/04/2015 a 07/05/2015 (30 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/03/2015.

NP 231/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1245/15

LEI MUNICIPAL Nº 1245/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a seguinte rubrica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.303.0016.2029.339030 –Material de Consumo. R$100.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0238/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 154/2015 DE 23/03/2015.

PORTARIA Nº 154/2015 *de 23/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, da servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Daiana Francescatto da Silva
CARGO:	Nutricionista
Período de:	21/03/2014 a 21/03/2015
Período Aquisitivo:	23/03/2015 a 06/04/2015 (15 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/03/2015.

NP 230/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1246/15

LEI MUNICIPAL Nº 1246/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 2.530.000,00 (dois milhões e quinhentos e trinta mil reais), destinados as seguintes rubricas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.302.1123.2043.319011 – Vencimento e Vantagens R$ 2.100.000,00

Fixas Pessoa Civil.

05.01.10.302.1123.2043.319013 – Obrigações Patronais - INSS R$ 40.000,00

05.01.10.302.1123.2043.319113 – Obrigações Patronais - PREVIGUAR R$ 390.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação pa-

ra outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0239/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2015 DE 23/03/2015.

PORTARIA Nº 157/2015 *de 23/03/2015.*

"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO FINANCEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, RAVELLI SOUSA DOS SANTOS , portadora do RG 2060285-5 SSP/MT e do CPF n° 038.216.601-98, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de CHEFE DE DIVISÃO FINANCEIRA, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à partir 19 de março de 2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (Vinte e Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/03/2015.

NP 233/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1241/15

LEI MUNICIPAL Nº 1241/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 70. 000,00 (setenta mil reais), destinados a seguinte rubrica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.302.1123.2043.319013 – Obrigações Patronais – INSS R$ 20. 000,00

05.01.10.302.1123.2043.319113 – Obrigações Patronais – RPPS R$ 50. 000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0234/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1247/15

LEI MUNICIPAL Nº 1247/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a seguinte rubrica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.303.0016.2029.339030 – Material de Consumo R$ 250.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0240/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1248/15

LEI MUNICIPAL Nº 1248/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 1. 500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinados a seguinte rubrica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.302.0017.1194.449051 – Obras e Instalações R$ 1.500.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0241/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1251/15

LEI MUNICIPAL Nº 1251/15

DE 24 de março de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER MAQUINÁRIO, TRATOR COM GRADE NIVELADORA, CAMINHÃO CAÇAMBA VASCULANTE, PÁ CARREGADEIRA, MONTINEVELADORA, CAMINHÃO PIPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

***SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL* DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,**

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal usar seu maquinário, com intuito de auxiliar na recuperação de área onde será realizado o torneio, Circuito Estadual de Motociclismo.

PARÁGRAFO ÚNICO – As máquinas serão cedidas para a execução e cuja os prazos serão de aproximadamente 04 (quatro) dias para realização de limpeza e recuperação da pista em:

a)32 (trinta e duas) horas, no total das máquinas cedidas.

ARTIGO 2º - O controle das execuções dos serviços das máquinas, equipamentos e pessoal, deverá ser executado em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos.

ARTIGO 3º - As despesas de locomoção das máquinas até o local da obra, dos combustíveis, bem como dos funcionários, correrão à conta da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, estimando uso de cerca de 500 (quinhentos) litros de combustível (óleo diesel).

ARTIGO 4º - O Executivo Municipal expedirá decreto especificando as máquinas cedidas, estipulando um prazo determinado para a cessão.

ARTIGO 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber para sua melhor execução, podendo ainda, caso ocorra alguma eventualidade serem utilizadas no dia do evento.

ARTIGO 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0244/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1250/15

LEI MUNICIPAL Nº 1250/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 14. 000,00 (quatorze mil reais), destinados a seguinte rubrica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.301.0016.2027.319013 – Obrigações Patronais INSS– R$ 4. 000,00

05.01.10.301.0016.2027.319113 – Obrigações Patronais RPPS– R$ 10. 000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0243/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1243/15

LEI MUNICIPAL Nº 1243/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 8. 000,00 (oito mil reais), destinados a seguinte rubrica:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.122.0016.2025.319013 – Obrigações Patronais - INSS. R$ 8. 000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0236/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2015 DE 23/03/2015.

PORTARIA Nº 156/2015 *de 23/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, do servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	Robeson Caetano da Costa
CARGO:	Fiscal Tributário
Período de:	10/05/2013 a 10/05/2014
Período Aquisitivo:	08/04/2015 a 17/04/2015 (10 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/03/2015.

NP 232/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1249/15

LEI MUNICIPAL Nº 1249/15

DE 24 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município de Guarantã do Norte, a favor da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, no exercício Financeiro de 2015, Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 20. 000,00 (vinte mil reais), destinados a seguinte rubrica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01.10.302.1123.2043.319113 – Obrigações Patronais RPPS – R$ 20. 000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizadas à realização de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para atender exclusivamente ao conteúdo desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 24 (Vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional, publicada no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado

de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

NP 0242/2015

MARLU MACHADO DO COUTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL INTERINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ - MT, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público que no processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2015 – que trata da prestação de *SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS*, foi credenciado a seguinte empresa Laboratório de análises clinicas São Vicente, CNPJ: 36.903.292/0001-10, atendendo todas as exigências do edital e estando de acordo com o termo de refer

Indiavaí - MT, 26 de janeiro de 2015.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 002/ 2015.

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR MÚTUO TERMINO DE CONTRATO, o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 07.209.245/0001-72, com domicílio na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, Mato Grosso, fone (66) 3588-1566/1538, CEP 78578-000, representado por seu prefeito constitucional, , o Sr. PEDRO FERRONATTO, brasileiro, casado, produtor rural, RG n° 1058233 – SSP/MT, CPF nº. 345.727.169.00, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, s/n, Centro, Ipiranga do Norte, Mato Grosso, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Senhora KAMILA PELEGRINI, brasileira, solteira, maior, enfermeira, Portador do RG nº. 5794048 PC/PA e CPF nº. 915.625.202-10, aqui denominado CONTRATADA, resolvem rescindir, a partir desta data, mutuo consentimento o CONTRATO Nº. 002/2015 (contratação temporária por excepcional interesse público, firmado nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição e da Lei nº. 234/2009, para exercer a função de Enfermeira, passando esta rescisão a fazer parte integrante do contrato inicial supracitado com todas as verbas previstas na Lei Municipal nº. 008/2005 – Estatuto dos funcionários públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT, exceto os direitos que são exclusivos dos servidores efetivos.

A partir de 23 de março de 2015, ambas as partes ficam liberadas de quaisquer compromissos firmados entre si;

E por estarem às partes ajustadas e de comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito.

Ipiranga do Norte/MT, 23 de Março 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal - contratante

_____

KAMILA PELEGRINI

Contratada

T E S T E M U N H A S:

1ª) _____ 2ª) _____

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO FUNCIONAL DE NIVEL DA SENHORA SANDRA MARIA FERREIRA DA SILVA, AAE - COZINHEIRA, EFETIVO, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder a Senhora Sandra Maria Ferreira da Silva, AAE – Cozinheira, a **PROMOÇÃO FUNCIONAL DO NIVEL "3"**, para **NIVEL "4"**, de acordo com os termos do **Art. 63** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n° **077/2015/ASSEJUR**.

Art. 2º

- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de março de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 133/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DA CLASSE DA SENHORA KATIANA SIGNOR, MONITORA DO CMEI, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder a Senhora **Katiana Signor,** Monitora do CMEI, a **PROGRESSÃO DA CLASSE "A"**, para **CLASSE "B"**, de acordo com os termos do **Art. 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n°

074/2015/ASSEJUR

.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 008/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Ferronatto, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 022/2015 e o *Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal da Secretaria Municipal de saúde de Ipiranga do Norte-MT,*

RESOLVE :

Art. 1°. Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo no interesse Secretaria Municipal de Saúde o candidato aprovado dentro do número de vagas, conforme consta no Decreto de Homologação nº 022/2015.

Art.2º. Os candidatos ora convocados na forma deste Edital deveram comparecer ao Deptº. Pessoal, sito à Rua dos Girassóis, nº. 387 – Esq. Av. Fortaleza – Centro – CEP. 78578-000 Ipiranga do Norte – MT, no prazo de 10 (dez) dias para a regularização de documentos pessoais e mais 20 (vinte) dias para a posse a contar da publicação ou afixação deste Edital, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;

Parágrafo Único –

O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - O candidato convocado:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
11	JEFERSON LUIZ RIBEIRO [1]	MOTORISTA DE AMBULANCIA	8,5	2º	OC

Art.4º. Para contratação os candidatos deveram apresentar fotocópia autenticada em cartório da documentação, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade;

2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse ou certidão de quitação eleitoral;

8 – Título de Eleitor;

9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 – Comprovante de Escolaridade;

13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

14 – Declaração de não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

18 – Declaração de bens.

19 – Cópia comprovante de freqüência escolar dos filhos menores de 14 anos; (se houver)

20 – 1 foto 3x4 recente;

21 – Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

22 – Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço publico;

23 – Conta Corrente no Banco do Brasil ou Sicredi;

24 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de Março de 2015.

PEDRO FERRONATTO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL PSS Nº 003, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado conforme tabela do item 2, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, de acordo com a legislação pertinente e o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá ao Departamento de Recursos Humanos, através da Comissão Especial de Organização e Avaliação, nomeada através da Portaria nº 074/2015.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para a vaga constante na tabela do item 2.

1.3. O candidato aprovado e classificado poderá ser convocado apenas para ocupar cargo no órgão de sua lotação, obedecendo ao critério de necessidades específicas da municipalidade e o relevante interesse público.

1.4. A carga horária, escolaridade, salário e demais especificações são as estabelecidas na legislação municipal, em especial na Lei Complementar nº 026, de 25 de novembro de 2014 e a Lei 054/2005.

2. DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS

Ampla Concorrência	PNE*	Cadastro de Reserva	Denominação do Cargo	Requisitos Mínimos	Lotação	Carga Horária	Vencimento (R$)
1	--	1	Professor de Pedagogia – Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	30 H/S	R$ 2.877,34
1	--	------	Motorista veículo leve – categoria B	Ensino Fundamental Incompleto e CNH – Categoria B	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social	40 Horas/ Sobreaviso	R$ 1. 472,23

2.1. O contrato decorrente do presente processo seletivo terá prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei Municipal nº 234/2009, e ocorrerá no Regime Jurídico Especial mencionado pelo art. 8° da citada Lei, sendo garantidos aos contratados os direitos sociais previstos na Constituição Federal, excetuados os direitos exclusivos dos servidores estatutários.

3. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

3.1.1. ter sido aprovado e classificado no presente processo seletivo, na forma estabelecida neste edital e suas retificações;

3.1.2. ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n° 70.436, de 18 de abril de 1972;

3.1.3. gozar dos direitos políticos;

3.1.4. haver cumprido as obrigações eleitorais;

3.1.5. haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.6. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição do Processo Seletivo;

3.1.7. não registrar antecedentes criminais ou no caso destes ter cumprido integralmente a pena cominada, desde que o crime ao qual foi condenado não seja incompatível com o exercício da atividade pública;

3.1.8. atender à escolaridade e aos pré-requisitos associados ao cargo conforme tabela acima do item 2 entre outras constantes no edital;

3.1.9. não ter sido demitido ou exonerado de qualquer órgão publico por justa causa, ou em decorrência de inquérito administrativo;

3.1.10. apresentar outros documentos que forem exigidos pela Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, à época da posse.

3.2. No ato da contratação, todos os requisitos especificados no subitem 3.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função do subitem 3.1.10, deverão ser comprovados através da apresentação de fotocópia autenticada em cartório, sendo excluído do processo seletivo aquele que não os apresentar.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão efetuadas entre os dias 25 de março a 06 de abril de 2015, no horário das 07h00min às 13h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, MT.

4.2. Não haverá nenhuma forma de recolhimento de taxa de inscrição e o candidato, antes da inscrição, deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.3. Ao preencher o Requerimento de Inscrição o candidato deverá colocar os dados com atenção, vedada qualquer alteração posterior.

4.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

4.5. A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a aceitação formal das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Município de Ipiranga do Norte do direito de excluí-lo do Processo seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, emendados ou rasurados, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

4.7. Em hipótese alguma serão recebidos documentos fora do dia e local estipulado;

4.8. Serão aceitas inscrições apenas no local indicado no item 4.1 e o candidato deverá proceder da seguinte forma:

4.8.1. Dirigir-se ao local de inscrição (item 4.1), no horário indicado na cláusula 4.1.

4.8.2. Preencher o Requerimento de Inscrição e entregá-lo ao servidor credenciado, que entregará ao candidato o comprovante de inscrição.

4.8.3. Só serão aceitos Requerimentos de Inscrição completamente preenchidos, nos campos obrigatórios, com clareza, a tinta e sem rasuras.

4.9. O candidato poderá inscrever-se através de terceiros, mediante procuração específica para esse fim, com a firma do candidato reconhecida em Cartório.

4.9.1. No ato da inscrição, deverá ser anexada ao Requerimento de Inscrição a cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, CTPS, título de eleitor, comprovante de residência e PIS/PASEP, bem como se for o caso a Procuração.

4.10. O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo, após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 deste Edital.

4.11. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital;

4.12. O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei;

4.13. Da regularidade e aceitação das inscrições

4.13.1. Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste Edital do Processo Seletivo Simplificado.

4.13.2. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos, quando ofertado mais de um.

4.14. Encerradas as inscrições, será publicado no dia 07 de abril de 2015 Edital Complementar no site da Prefeitura (www.ipirangadonorte.mt.gov.br) e na imprensa oficial (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – www.amm.org.br), com a relação das inscrições deferidas e homologadas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

5.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservados um mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste Edital, de acordo com a Lei Federal nº. 7.853/89 e Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.1. Nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, considera-se pessoa portadora de necessidade especial todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

5.1.2. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado para ingresso temporário de excepcional interesse público nos cargos da Prefeitura Municipal, desde que atenda às suas exigências.

5.1.3. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

5.1.4. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

5.1.5. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

5.1.6. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a Prefeitura dispuser, na oportunidade.

5.1.7. Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

5.2. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.3. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para o portador de necessidade especial que não a comunicar no ato da inscrição.

5.4. Por ocasião da posse dos candidatos classificados a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

5.5. Os candidatos PNE gozarão dos benefícios da Lei Federal nº. 7.853/89 e do Decreto Federal nº 3.298/99, somente em relação ao cargo mencionado no item 2 deste edital, no qual foi efetuada reserva de vaga para tal finalidade.

5.5. Se não houverem candidatos aprovados e/ou classificados que sejam PNE, a(s) vaga(s) a eles destinada(s) será(ão) revertida(s) em favor dos candidatos em situação normal.

6. DAS PROVAS

6.1. Data e local das provas objetivas:

6.1.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 09 de abril de 2015 das 18h30min às 21h30min, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua Solimões, s/n, Bairro dos Rios, Ipiranga do Norte, MT.

6.2. Das características das provas:

6.2.1. As provas terão duração máxima de 03 (três) horas, contadas à partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

6.2.2. 6.2.2. As provas objetivas para o cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil serão compostas de 10 (dez) questões de múltipla escolha, com alternativas de 'a' a 'e', e 01(uma) questão discursiva (redação). Já as provas objetivas para o cargo de Motorista de Veículo Leve Categoria B serão compostas de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com alternativas de 'a' a 'e', as quais serão divididas da seguinte maneira:

a) 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa;

b) 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais;

c) 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos.

6.2.3. O Conteúdo Programático das provas objetivas será o constante do ANEXO I.

6.3. Da realização das provas:

6.3.1. O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;

6.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

6.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

6.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

6.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.

6.3.4. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 6.3.3.

6.3.5. Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores.

6.3.5.1. Não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato.

6.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

6.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

6.3.8. Nas provas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa.

6.3.9. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

6.3.10. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material, quando da sua elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova naquele cargo.

6.3.11. Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

6.3.12. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

6.3.13. O caderno de provas será disponibilizado ao candidato através do site www.ipirangadonorte.mt.gov.br.

6.3.14. Não será permitida a permanência de candidatos no âmbito do local de provas, caso o candidato depois de solicitado se recusar a sair, resultará na sua sumária reprovação, e todo procedimento registrado no relatório de sala.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Dos critérios de classificação:

7.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela soma da pontuação atribuída a cada questão, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

7.1.2. As questões para o cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil terão peso 0,8 (oito décimos) e a redação terá peso 2,0 (dois), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez). Já as questões do cargo de Motorista de Veículo Leve Categoria B terão peso 0,5 (cinco décimos), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez).

7.2. Da desclassificação:

7.2.1. Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

7.1.1.1. Obtiver um percentual menor que 50% (cinquenta por cento) na Prova.

7.1.1.2. Ausentar-se do local de aplicação da Prova.

7.1.1.3. Descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

7.1.1.4. Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos, ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato.

7.1.1.5. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

7.1.1.6. Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei.

7.1.1.7. Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição.

7.1.1.8. Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

7.3 – Dos critérios de desempate na classificação:

7.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

- Professor de Pedagogia Educação Infantil

a) Maior nota - Questões Objetivas - Questões de 01 a 10.

b) Maior nota – Questão Discursiva (Redação).

c) Candidato mais idoso.

- Motorista de Veículo Leve Categoria B

a) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos - Questões de 11 a 20.

b) Maior nota - Prova Objetiva de Língua Portuguesa - Questões de 01 a 05.

c) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais – Questões de 06 a 10.

d) Candidato mais idoso.

8 – DO RESULTADO FINAL

8.1 – O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado na Imprensa Oficial e no site do Município referido neste edital.

9 – DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO

9.1 - Os candidatos classificados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo.

9.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, ou mesmo por oficio dirigido ao candidato que deverão comparecer em data, horário e locais preestabelecidos para contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

9.3 – As convocações deverão ocorrer de forma intercalada entre os candidatos em situação normal e os candidatos portadores de necessidades especiais, sendo que o primeiro candidato a ser convocado, será o em situação normal, seguido por um candidato portador de necessidade especial;

9.4 – Para contratação o candidato deverá apresentar fotocópia autenticada em cartório da documentação, que comprove o que segue abaixo:

9.4.1 – Cédula de Identidade;

9.4.2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

9.4.3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

9.4.4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

9.4.7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse;

9.4.8 – Título de Eleitor;

9.4.9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

9.4.10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

9.4.11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

9.4.12 – Comprovante de Escolaridade;

9.4.13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

9.4.14 – Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

9.4.15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

9.4.16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

9.4.17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

9.4.18 – Declaração de bens.

10 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

10.1 – A nomeação dos candidatos aprovados será feita no Regime Especial, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

10.2 – As contribuições previdenciárias serão feitas para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de 09(nove) meses, à partir da sua homologação.

11.2 – A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato, de todas as normas constantes deste Edital.

11.3 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Especial de Coordenação Geral promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que surjam vagas no decorrer da validade.

11.4 – Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

11.5 – O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal.

11.6 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral de Ipiranga do Norte, poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Teste Seletivo, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação.

11.7 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais.

11.8 – A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública.

11.9 – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

11.10 – Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelo site www.ipirangadonorte.mt.gov.br.

11.10.1 – As publicações relativas à Relação de Inscrições Deferidas, Resultado de Recursos, Relação de Aprovados e Convocação destes serão feitas através da Imprensa Oficial do Município, no site www.ipirangadonorte.mt.gov.br e no mural da sede da Prefeitura.

11.11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Especial de Coordenação Geral, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Dos Recursos:

12.2.1. Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Indeferimento de inscrição: 01 (um) dia útil;

b) Divulgação do gabarito das questões objetivas: 02 (dois) dias úteis;

c) Divulgação do resultado do PSS: 02 (dois) dias úteis.

12.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível.

12.2.3. Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso.

12.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

12.2.5. O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da prefeitura municipal no protocolo central.

12.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será publicado na Imprensa Oficial do Município (www.amm.org.br), no site da Prefeitura e no átrio da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 24 de março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARA O CARGO PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Provas Objetivas e a Redação serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital e consistirão em:

a)Para os cargos de Professor de Pedagogia – Educação Infantil:

1.Avaliação Escolar;

2.Currículo Escolar;

3.Conteúdos de Aprendizagem;

4.Teorias Pedagógicas;

5.Educação inclusiva;

6.PCNS

7.Educação Continuada

8.Alfabetização e Letramento

9.Redação

PARA O CARGO DE MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE CATEGORIA B

I - LINGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto; Ortografia Oficial; Concordâncias; Substantivos e Adjetivos; Flexão: gênero (masculino e feminino); Flexão: número (singular e plural); Sinônimos e Antônimos.

II - CONHECIMENTOS GERAIS

1. Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos do Estado de Mato Grosso e do Município de Ipiranga do Norte. 2. Símbolos do Estado. 3. Atualidades.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimento sobre legislação de transito: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN. Conhecimento sobre fatores de risco associados a acidentes de transito; Conhecimento de Direção Defensiva; Conhecimento de Primeiros Socorros; Noções de respeito ao Meio Ambiente; Noções de Mecânica; Ética profissional.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Nomenclatura	Lotação	Atribuições
Professor de Pedagogia Educação Infantil	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	- Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; - Desenvolver a regência efetiva; - Controlar e avaliar o rendimento escolar; - Executar tarefa de recuperação de alunos; - Participar de reunião de trabalho; - Desenvolver pesquisa educacional; - Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; - Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; - Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; - Cumprir à hora-atividade, conforme PPP da unidade escolar.
Motorista Veículo Leve – Cat. B	Secretaria de Trabalho e Assistência Social	- Dirigir veículos automotores utilizados no transporte de pessoas; Executar pequenos reparos de emergência - Cumprir as ordens de serviço, comunicando o defeito observado, zelar pela conservação e limpeza do veiculo sob sua guarda, troca de óleo, verificar na chegada e saída os níveis de óleo, água, etc. - Executar outros serviços afins

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL PSS Nº 003, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado conforme tabela do item 2, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, de acordo com a legislação pertinente e o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá ao Departamento de Recursos Humanos, através da Comissão Especial de Organização e Avaliação, nomeada através da Portaria nº 074/2015.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para a vaga constante na tabela do item 2.

1.3. O candidato aprovado e classificado poderá ser convocado apenas para ocupar cargo no órgão de sua lotação, obedecendo ao critério de necessidades específicas da municipalidade e o relevante interesse público.

1.4. A carga horária, escolaridade, salário e demais especificações são as estabelecidas na legislação municipal, em especial na Lei Complementar nº 026, de 25 de novembro de 2014 e a Lei 054/2005.

2. DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS

Ampla Concorrência	PNE*	Cadastro de Reserva	Denominação do Cargo	Requisitos Mínimos	Lotação	Carga Horária	Vencimento (R$)
1	--	1	Professor de Pedagogia – Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	30 H/S	R$ 2.877,34
1	--	------	Motorista veículo leve – categoria B	Ensino Fundamental Incompleto e CNH – Categoria B	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social	40 Horas/ Sobreaviso	R$ 1. 472,23

2.1. O contrato decorrente do presente processo seletivo terá prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei Municipal nº 234/2009, e ocorrerá no Regime Jurídico Especial mencionado pelo art. 8° da citada Lei, sendo garantidos aos contratados os direitos sociais previstos na Constituição Federal, excetuados os direitos exclusivos dos servidores estatutários.

3. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

3.1.1. ter sido aprovado e classificado no presente processo seletivo, na forma estabelecida neste edital e suas retificações;

3.1.2. ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n° 70.436, de 18 de abril de 1972;

3.1.3. gozar dos direitos políticos;

3.1.4. haver cumprido as obrigações eleitorais;

3.1.5. haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.6. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição do Processo Seletivo;

3.1.7. não registrar antecedentes criminais ou no caso destes ter cumprido integralmente a pena cominada, desde que o crime ao qual foi condenado não seja incompatível com o exercício da atividade pública;

3.1.8. atender à escolaridade e aos pré-requisitos associados ao cargo conforme tabela acima do item 2 entre outras constantes no edital;

3.1.9. não ter sido demitido ou exonerado de qualquer órgão publico por justa causa, ou em decorrência de inquérito administrativo;

3.1.10. apresentar outros documentos que forem exigidos pela Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, à época da posse.

3.2. No ato da contratação, todos os requisitos especificados no subitem 3.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função do subitem 3.1.10, deverão ser comprovados através da apresentação de fotocópia autenticada em cartório, sendo excluído do processo seletivo aquele que não os apresentar.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão efetuadas entre os dias 25 de março a 06 de abril de 2015, no horário das 07h00min às 13h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, MT.

4.2. Não haverá nenhuma forma de recolhimento de taxa de inscrição e o candidato, antes da inscrição, deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.3. Ao preencher o Requerimento de Inscrição o candidato deverá colocar os dados com atenção, vedada qualquer alteração posterior.

4.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

4.5. A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a aceitação formal das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Município de Ipiranga do Norte do direito de excluí-lo do Processo seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, emendados ou rasurados, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

4.7. Em hipótese alguma serão recebidos documentos fora do dia e local estipulado;

4.8. Serão aceitas inscrições apenas no local indicado no item 4.1 e o candidato deverá proceder da seguinte forma:

4.8.1. Dirigir-se ao local de inscrição (item 4.1), no horário indicado na cláusula 4.1.

4.8.2. Preencher o Requerimento de Inscrição e entregá-lo ao servidor credenciado, que entregará ao candidato o comprovante de inscrição.

4.8.3. Só serão aceitos Requerimentos de Inscrição completamente preenchidos, nos campos obrigatórios, com clareza, a tinta e sem rasuras.

4.9. O candidato poderá inscrever-se através de terceiros, mediante procuração específica para esse fim, com a firma do candidato reconhecida em Cartório.

4.9.1. No ato da inscrição, deverá ser anexada ao Requerimento de Inscrição a cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, CTPS, título de eleitor, comprovante de residência e PIS/PASEP, bem como se for o caso a Procuração.

4.10. O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo, após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 deste Edital.

4.11. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital;

4.12. O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei;

4.13. Da regularidade e aceitação das inscrições

4.13.1. Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste Edital do Processo Seletivo Simplificado.

4.13.2. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos, quando ofertado mais de um.

4.14. Encerradas as inscrições, será publicado no dia 07 de abril de 2015 Edital Complementar no site da Prefeitura (www.ipirangadonorte.mt.gov.br) e na imprensa oficial (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – www.amm.org.br), com a relação das inscrições deferidas e homologadas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

5.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservados um mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste Edital, de acordo com a Lei Federal nº. 7.853/89 e Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.1. Nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, considera-se pessoa portadora de necessidade especial todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

5.1.2. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado para ingresso temporário de excepcional interesse público nos cargos da Prefeitura Municipal, desde que atenda às suas exigências.

5.1.3. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

5.1.4. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

5.1.5. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

5.1.6. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a Prefeitura dispuser, na oportunidade.

5.1.7. Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

5.2. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.3. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para o portador de necessidade especial que não a comunicar no ato da inscrição.

5.4. Por ocasião da posse dos candidatos classificados a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

5.5. Os candidatos PNE gozarão dos benefícios da Lei Federal nº. 7.853/89 e do Decreto Federal nº 3.298/99, somente em relação ao cargo mencionado no item 2 deste edital, no qual foi efetuada reserva de vaga para tal finalidade.

5.5. Se não houverem candidatos aprovados e/ou classificados que sejam PNE, a(s) vaga(s) a eles destinada(s) será(ão) revertida(s) em favor dos candidatos em situação normal.

6. DAS PROVAS

6.1. Data e local das provas objetivas:

6.1.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 09 de abril de 2015 das 18h30min às 21h30min, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua Solimões, s/n, Bairro dos Rios, Ipiranga do Norte, MT.

6.2. Das características das provas:

6.2.1. As provas terão duração máxima de 03 (três) horas, contadas à partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

6.2.2. 6.2.2. As provas objetivas para o cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil serão compostas de 10 (dez) questões de múltipla escolha, com alternativas de ‘a’ a ‘e’, e 01(uma) questão discursiva (redação). Já as provas objetivas para o cargo de Motorista de Veículo Leve Categoria B serão compostas de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com alternativas de ‘a’ a ‘e’, as quais serão divididas da seguinte maneira:

a) 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa;

b) 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais;

c) 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos.

6.2.3. O Conteúdo Programático das provas objetivas será o constante do ANEXO I.

6.3. Da realização das provas:

6.3.1. O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;

6.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

6.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

6.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

6.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.

6.3.4. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 6.3.3.

6.3.5. Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores.

6.3.5.1. Não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato.

6.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

6.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

6.3.8. Nas provas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa.

6.3.9. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

6.3.10. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material, quando da sua elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova naquele cargo.

6.3.11. Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

6.3.12. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

6.3.13. O caderno de provas será disponibilizado ao candidato através do site www.ipirangadonorte.mt.gov.br.

6.3.14. Não será permitida a permanência de candidatos no âmbito do local de provas, caso o candidato depois de solicitado se recusar a sair, resultará na sua sumária reprovação, e todo procedimento registrado no relatório de sala.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Dos critérios de classificação:

7.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela soma da pontuação atribuída a cada questão, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

7.1.2. As questões para o cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil terão peso 0,8 (oito décimos) e a redação terá peso 2,0 (dois), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez). Já as questões do cargo de Motorista de Veículo Leve Categoria B terão peso 0,5 (cinco décimos), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez).

7.2. Da desclassificação:

7.2.1. Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

7.1.1.1. Obtiver um percentual menor que 50% (cinquenta por cento) na Prova.

7.1.1.2. Ausentar-se do local de aplicação da Prova.

7.1.1.3. Descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

7.1.1.4. Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos, ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato.

7.1.1.5. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

7.1.1.6. Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei.

7.1.1.7. Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição.

7.1.1.8. Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

7.3 – Dos critérios de desempate na classificação:

7.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

- Professor de Pedagogia Educação Infantil

a) Maior nota - Questões Objetivas - Questões de 01 a 10.

b) Maior nota – Questão Discursiva (Redação).

c) Candidato mais idoso.

- Motorista de Veículo Leve Categoria B

a) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos - Questões de 11 a 20.

b) Maior nota - Prova Objetiva de Língua Portuguesa - Questões de 01 a 05.

c) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais – Questões de 06 a 10.

d) Candidato mais idoso.

8 – DO RESULTADO FINAL

8.1 – O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado na Imprensa Oficial e no site do Município referido neste edital.

9 – DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO

9.1 - Os candidatos classificados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo.

9.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, ou mesmo por oficio dirigido ao candidato que deverão comparecer em data, horário e locais preestabelecidos para contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

9.3 – As convocações deverão ocorrer de forma intercalada entre os candidatos em situação normal e os candidatos portadores de necessidades especiais, sendo que o primeiro candidato a ser convocado, será o em situação normal, seguido por um candidato portador de necessidade especial;

9.4 – Para contratação o candidato deverá apresentar fotocópia autenticada em cartório da documentação, que comprove o que segue abaixo:

9.4.1 – Cédula de Identidade;

9.4.2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

9.4.3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

9.4.4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

9.4.7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse;

9.4.8 – Título de Eleitor;

9.4.9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

9.4.10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

9.4.11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

9.4.12 – Comprovante de Escolaridade;

9.4.13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

9.4.14 – Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

9.4.15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

9.4.16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

9.4.17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

9.4.18 – Declaração de bens.

10 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

10.1 – A nomeação dos candidatos aprovados será feita no Regime Especial, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

10.2 – As contribuições previdenciárias serão feitas para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de 09(nove) meses, à partir da sua homologação.

11.2 – A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato, de todas as normas constantes deste Edital.

11.3 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Especial de Coordenação Geral promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que surjam vagas no decorrer da validade.

11.4 – Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

11.5 – O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal.

11.6 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral de Ipiranga do Norte, poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Teste Seletivo, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação.

11.7 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais.

11.8 – A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública.

11.9 – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

11.10 – Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelo site www.ipirangado-norte.mt.gov.br.

11.10.1 – As publicações relativas à Relação de Inscrições Deferidas, Resultado de Recursos, Relação de Aprovados e Convocação destes serão feitas através da Imprensa Oficial do Município, no site www.ipirangadonorte.mt.gov.br e no mural da sede da Prefeitura.

11.11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Especial de Coordenação Geral, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Dos Recursos:

12.2.1. Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Indeferimento de inscrição: 01 (um) dia útil;

b) Divulgação do gabarito das questões objetivas: 02 (dois) dias úteis;

c) Divulgação do resultado do PSS: 02 (dois) dias úteis.

12.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível.

12.2.3. Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso.

12.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

12.2.5. O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da prefeitura municipal no protocolo central.

12.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será publicado na Imprensa Oficial do Município (www.amm.org.br), no site da Prefeitura e no átrio da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 24 de março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARA O CARGO PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Provas Objetivas e a Redação serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital e consistirão em:

a) Para os cargos de Professor de Pedagogia – Educação Infantil: 1. Avaliação Escolar; 2. Currículo Escolar; 3. Conteúdos de Aprendizagem; 4. Teorias Pedagógicas; 5. Educação inclusiva; 6. PCNS 7. Educação Continuada 8. Alfabetização e Letramento 9. Redação

PARA O CARGO DE MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE CATEGORIA B

I - *LINGUA PORTUGUESA*

Interpretação de texto; Ortografia Oficial; Concordâncias; Substantivos e Adjetivos; Flexão: gênero (masculino e feminino); Flexão: número (singular e plural); Sinônimos e Antônimos.

II - CONHECIMENTOS GERAIS

1. Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos do Estado de Mato Grosso e do Município de Ipiranga do Norte. 2. Símbolos do Estado. 3. Atualidades.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimento sobre legislação de transito: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN. Conhecimento sobre fatores de risco associados a acidentes de transito; Conhecimento de Direção Defensiva; Conhecimento de Primeiros Socorros; Noções de respeito ao Meio Ambiente; Noções de Mecânica; Ética profissional.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Nomenclatura	Lotação	Atribuições

Professor de Pedagogia Educação Infantil	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	- Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; - Desenvolver a regência efetiva; - Controlar e avaliar o rendimento escolar; - Executar tarefa de recuperação de alunos; - Participar de reunião de trabalho; - Desenvolver pesquisa educacional; - Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; - Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; - Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; - Cumprir à hora-atividade, conforme PPP da unidade escolar.
Motorista Veículo Leve – Cat. B	Secretaria de Trabalho e Assistência Social	- Dirigir veículos automotores utilizados no transporte de pessoas; Executar pequenos reparos de emergência - Cumprir as ordens de serviço, comunicando o defeito observado, zelar pela conservação e limpeza do veiculo sob sua guarda, troca de óleo, verificar na chegada e saída os níveis de óleo, água, etc. - Executar outros serviços afins

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 134/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DA CLASSE DA SENHORA ALESSANDRA PRADA AGUIAR, MONITORA DO CMEI, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder a Senhora **Alessandra Prada Aguiar,** Monitora do CMEI, a **PROGRESSÃO DA CLASSE "A"**, para **CLASSE "B"**, de acordo com os termos do **Art. 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n°

075/2015/ASSEJUR

.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
EDITAL PSS Nº 003, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado conforme tabela do item 2, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, de acordo com a legislação pertinente e o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá ao Departamento de Recursos Humanos, através da Comissão Especial de Organização e Avaliação, nomeada através da Portaria nº 074/2015.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para a vaga constante na tabela do item 2.

1.3. O candidato aprovado e classificado poderá ser convocado apenas para ocupar cargo no órgão de sua lotação, obedecendo ao critério de necessidades específicas da municipalidade e o relevante interesse público.

1.4. A carga horária, escolaridade, salário e demais especificações são as estabelecidas na legislação municipal, em especial na Lei Complementar nº 026, de 25 de novembro de 2014 e a Lei 054/2005.

2. DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS

Ampla Concorrência	PNE*	Cadastro de Reserva	Denominação do Cargo	Requisitos Mínimos	Lotação	Carga Horária	Vencimento (R$)
1	--	1	Professor de Pedagogia – Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	30 H/S	R$ 2.877,34
1	--	------	Motorista veículo leve – categoria B	Ensino Fundamental Incompleto e CNH – Categoria B	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social	40 Horas/ Sobreaviso	R$ 1. 472,23

2.1. O contrato decorrente do presente processo seletivo terá prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei Municipal nº 234/2009, e ocorrerá no Regime Jurídico Especial mencionado pelo art. 8° da citada Lei, sendo garantidos aos contratados os direitos sociais previstos na Constituição Federal, excetuados os direitos exclusivos dos servidores estatutários.

3. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

3.1.1. ter sido aprovado e classificado no presente processo seletivo, na forma estabelecida neste edital e suas retificações;

3.1.2. ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n° 70.436, de 18 de abril de 1972;

3.1.3. gozar dos direitos políticos;

3.1.4. haver cumprido as obrigações eleitorais;

3.1.5. haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.6. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição do Processo Seletivo;

3.1.7. não registrar antecedentes criminais ou no caso destes ter cumprido integralmente a pena cominada, desde que o crime ao qual foi condenado não seja incompatível com o exercício da atividade pública;

3.1.8. atender à escolaridade e aos pré-requisitos associados ao cargo conforme tabela acima do item 2 entre outras constantes no edital;

3.1.9. não ter sido demitido ou exonerado de qualquer órgão publico por justa causa, ou em decorrência de inquérito administrativo;

3.1.10. apresentar outros documentos que forem exigidos pela Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, à época da posse.

3.2. No ato da contratação, todos os requisitos especificados no subitem 3.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função do subitem 3.1.10, deverão ser comprovados através da apresentação de fotocópia autenticada em cartório, sendo excluído do processo seletivo aquele que não os apresentar.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão efetuadas entre os dias 25 de março a 06 de abril de 2015, no horário das 07h00min às 13h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, MT.

4.2. Não haverá nenhuma forma de recolhimento de taxa de inscrição e o candidato, antes da inscrição, deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.3. Ao preencher o Requerimento de Inscrição o candidato deverá colocar os dados com atenção, vedada qualquer alteração posterior.

4.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

4.5. A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a aceitação formal das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Município de Ipiranga do Norte do direito de excluí-lo do Processo seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, emendados ou rasurados, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

4.7. Em hipótese alguma serão recebidos documentos fora do dia e local estipulado;

4.8. Serão aceitas inscrições apenas no local indicado no item 4.1 e o candidato deverá proceder da seguinte forma:

4.8.1. Dirigir-se ao local de inscrição (item 4.1), no horário indicado na cláusula 4.1.

4.8.2. Preencher o Requerimento de Inscrição e entregá-lo ao servidor credenciado, que entregará ao candidato o comprovante de inscrição.

4.8.3. Só serão aceitos Requerimentos de Inscrição completamente preenchidos, nos campos obrigatórios, com clareza, a tinta e sem rasuras.

4.9. O candidato poderá inscrever-se através de terceiros, mediante procuração específica para esse fim, com a firma do candidato reconhecida em Cartório.

4.9.1. No ato da inscrição, deverá ser anexada ao Requerimento de Inscrição a cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, CTPS, título de eleitor, comprovante de residência e PIS/PASEP, bem como se for o caso a Procuração.

4.10. O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo, após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 deste Edital.

4.11. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital;

4.12. O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei;

4.13. Da regularidade e aceitação das inscrições

4.13.1. Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste Edital do Processo Seletivo Simplificado.

4.13.2. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos, quando ofertado mais de um.

4.14. Encerradas as inscrições, será publicado no dia 07 de abril de 2015 Edital Complementar no site da Prefeitura (www.ipirangadonorte.mt.gov.br) e na imprensa oficial (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – www.amm.org.br), com a relação das inscrições deferidas e homologadas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

5.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservados um mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste Edital, de acordo com a Lei Federal nº. 7.853/89 e Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.1. Nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, considera-se pessoa portadora de necessidade especial todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

5.1.2. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado para ingresso temporário de excepcional interesse público nos cargos da Prefeitura Municipal, desde que atenda às suas exigências.

5.1.3. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

5.1.4. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

5.1.5. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

5.1.6. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a Prefeitura dispuser, na oportunidade.

5.1.7. Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

5.2. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.3. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para o portador de necessidade especial que não a comunicar no ato da inscrição.

5.4. Por ocasião da posse dos candidatos classificados a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

5.5. Os candidatos PNE gozarão dos benefícios da Lei Federal nº. 7.853/89 e do Decreto Federal nº 3.298/99, somente em relação ao cargo mencionado no item 2 deste edital, no qual foi efetuada reserva de vaga para tal finalidade.

5.5. Se não houverem candidatos aprovados e/ou classificados que sejam PNE, a(s) vaga(s) a eles destinada(s) será(ão) revertida(s) em favor dos candidatos em situação normal.

6. DAS PROVAS

6.1. Data e local das provas objetivas:

6.1.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 09 de abril de 2015 das 18h30min às 21h30min, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua Solimões, s/n, Bairro dos Rios, Ipiranga do Norte, MT.

6.2. Das características das provas:

6.2.1. As provas terão duração máxima de 03 (três) horas, contadas à partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

6.2.2. 6.2.2. As provas objetivas para o cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil serão compostas de 10 (dez) questões de múltipla escolha, com alternativas de ‘a’ a ‘e’, e 01(uma) questão discursiva (redação). Já as provas objetivas para o cargo de Motorista de Veículo Leve Categoria B serão compostas de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com alternativas de ‘a’ a ‘e’, as quais serão divididas da seguinte maneira:

a) 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa;

b) 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais;

c) 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos.

6.2.3. O Conteúdo Programático das provas objetivas será o constante do ANEXO I.

6.3. Da realização das provas:

6.3.1. O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;

6.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

6.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

6.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

6.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.

6.3.4. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 6.3.3.

6.3.5. Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores.

6.3.5.1. Não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato.

6.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

6.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

6.3.8. Nas provas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa.

6.3.9. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

6.3.10. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material, quando da sua elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova naquele cargo.

6.3.11. Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

6.3.12. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

6.3.13. O caderno de provas será disponibilizado ao candidato através do site www.ipirangadonorte.mt.gov.br.

6.3.14. Não será permitida a permanência de candidatos no âmbito do local de provas, caso o candidato depois de solicitado se recusar a sair, resultará na sua sumária reprovação, e todo procedimento registrado no relatório de sala.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Dos critérios de classificação:

7.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela soma da pontuação atribuída a cada questão, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

7.1.2. As questões para o cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil terão peso 0,8 (oito décimos) e a redação terá peso 2,0 (dois), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez). Já as questões do cargo de Motorista de Veículo Leve Categoria B terão peso 0,5 (cinco décimos), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez).

7.2. Da desclassificação:

7.2.1. Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

7.1.1.1. Obtiver um percentual menor que 50% (cinquenta por cento) na Prova.

7.1.1.2. Ausentar-se do local de aplicação da Prova.

7.1.1.3. Descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

7.1.1.4. Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos, ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato.

7.1.1.5. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

7.1.1.6. Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei.

7.1.1.7. Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição.

7.1.1.8. Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

7.3 – Dos critérios de desempate na classificação:

7.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

- Professor de Pedagogia Educação Infantil

a) Maior nota - Questões Objetivas - Questões de 01 a 10.

b) Maior nota – Questão Discursiva (Redação).

c) Candidato mais idoso.

- Motorista de Veículo Leve Categoria B

a) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos - Questões de 11 a 20.

b) Maior nota - Prova Objetiva de Língua Portuguesa - Questões de 01 a 05.

c) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais – Questões de 06 a 10.

d) Candidato mais idoso.

8 – DO RESULTADO FINAL

8.1 – O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado na Imprensa Oficial e no site do Município referido neste edital.

9 – DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO

9.1 - Os candidatos classificados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo.

9.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, ou mesmo por oficio dirigido ao candidato que deverão comparecer em data, horário e locais preestabelecidos para contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

9.3 – As convocações deverão ocorrer de forma intercalada entre os candidatos em situação normal e os candidatos portadores de necessidades especiais, sendo que o primeiro candidato a ser convocado, será o em situação normal, seguido por um candidato portador de necessidade especial;

9.4 – Para contratação o candidato deverá apresentar fotocópia autenticada em cartório da documentação, que comprove o que segue abaixo:

9.4.1 – Cédula de Identidade;

9.4.2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

9.4.3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

9.4.4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

9.4.7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse;

9.4.8 – Título de Eleitor;

9.4.9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

9.4.10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

9.4.11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

9.4.12 – Comprovante de Escolaridade;

9.4.13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

9.4.14 – Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

9.4.15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

9.4.16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

9.4.17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

9.4.18 – Declaração de bens.

10 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

10.1 – A nomeação dos candidatos aprovados será feita no Regime Especial, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

10.2 – As contribuições previdenciárias serão feitas para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de 09(nove) meses, à partir da sua homologação.

11.2 – A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato, de todas as normas constantes deste Edital.

11.3 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Especial de Coordenação Geral promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que surjam vagas no decorrer da validade.

11.4 – Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

11.5 – O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal.

11.6 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral de Ipiranga do Norte, poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Teste Seletivo, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação.

11.7 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais.

11.8 – A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública.

11.9 – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

11.10 – Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelo site www.ipirangadonorte.mt.gov.br.

11.10.1 – As publicações relativas à Relação de Inscrições Deferidas, Resultado de Recursos, Relação de Aprovados e Convocação destes serão feitas através da Imprensa Oficial do Município, no site www.ipirangadonorte.mt.gov.br e no mural da sede da Prefeitura.

11.11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Especial de Coordenação Geral, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Dos Recursos:

12.2.1. Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Indeferimento de inscrição: 01 (um) dia útil;

b) Divulgação do gabarito das questões objetivas: 02 (dois) dias úteis;

c) Divulgação do resultado do PSS: 02 (dois) dias úteis.

12.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível.

12.2.3. Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso.

12.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

12.2.5. O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da prefeitura municipal no protocolo central.

12.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será publicado na Imprensa Oficial do Município (www.amm.org.br), no site da Prefeitura e no átrio da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 24 de março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARA O CARGO PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Provas Objetivas e a Redação serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital e consistirão em:

a) Para os cargos de Professor de Pedagogia – Educação Infantil: 1. Avaliação Escolar; 2. Currículo Escolar; 3. Conteúdos de Aprendizagem; 4. Teorias Pedagógicas; 5. Educação inclusiva; 6. PCNS 7. Educação Continuada 8. Alfabetização e Letramento 9. Redação

PARA O CARGO DE MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE CATEGORIA B

I - *LINGUA PORTUGUESA*

Interpretação de texto; Ortografia Oficial; Concordâncias; Substantivos e Adjetivos; Flexão: gênero (masculino e feminino); Flexão: número (singular e plural); Sinônimos e Antônimos.

II - CONHECIMENTOS GERAIS

1. Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos do Estado de Mato Grosso e do Município de Ipiranga do Norte. 2. Símbolos do Estado. 3. Atualidades.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimento sobre legislação de transito: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN. Conhecimento sobre fatores de risco associados a acidentes de transito; Conhecimento de Direção Defensiva; Conhecimento de Primeiros Socorros; Noções de respeito ao Meio Ambiente; Noções de Mecânica; Ética profissional.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Nomenclatura	Lotação	Atribuições
Professor de Pedagogia Educação Infantil	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	- Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; - Desenvolver a regência efetiva; - Controlar e avaliar o rendimento escolar; - Executar tarefa de recuperação de alunos; - Participar de reunião de trabalho; - Desenvolver pesquisa educacional; - Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; - Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; - Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; - Cumprir à hora-atividade, conforme PPP da unidade escolar.
Motorista Veículo Leve – Cat. B	Secretaria de Trabalho e Assistência Social	- Dirigir veículos automotores utilizados no transporte de pessoas; Executar pequenos reparos de emergência - Cumprir as ordens de serviço, comunicando o defeito observado, zelar pela conservação e limpeza do veiculo sob sua guarda, troca de óleo, verificar na chegada e saída os níveis de óleo, água, etc. - Executar outros serviços afins

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 135/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DA CLASSE DA SENHORA ANGELA ALVES DA SILVA, MONITORA DO CMEI, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder a Senhora **Angela Alves da Silva,** Monitora do CMEI, a **PROGRESSÃO DA CLASSE "A"**, para **CLASSE "B"**, de acordo com os termos do **Art. 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n°

076/2015/ASSEJUR

.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 0139/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade em favor da Srª Cristiane Paula Papini".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - conceder o benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Srª **Cristiane Paula Papini,** efetiva no cargo de Professor Fisioterapeuta – 20h, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração integral a partir de 05/03/2015 e término em 02/07/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais para o dia 05 de março de 2015.

Art. 3º

- Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria.

Registre, Publique e Cumpra-se

Ipiranga do Norte/MT, 24 de março de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 132/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração do Senhor Moacir de Lima, do cargo em nomeação de encarregado de setor junto a Secretaria Municipal de Obras de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **Moacir de Lima**, do cargo em nomeação de **encarregado de setor**, junto a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 182/2014 de 09 de Setembro de 2014.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 194/2014.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 23 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DA CLASSE DA SENHORA SIMONE PRADA AGUIAR, MONITORA DO CMEI, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder a Senhora **Simone Prada Aguiar,** Monitora do CMEI, a **PROGRESSÃO DA CLASSE "A"**, para **CLASSE "B"**, de acordo com os termos do **Art. 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n°

078/2015/ASSEJUR

.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 053/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT

Contratada: **Ferreira Junior Engenharia LTDA**

Objeto:Prorrogar o prazo de vigência por 240 (duzentos e quarenta) dias para construção de 50 (cinquenta) Unidades Habitacionais de interesse social para o Núcleo Habitacional "Jardim Vitória II" no Município de Itaúba, proveniente do Programa de Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas da Caixa Econômica Federal e Secretaria de Estado das Cidades.

Data de assinatura: 17/03/2015

Vigência: 24 de fevereiro de 2015 à 19 de outubro de 2015

MARIA CONCEIÇÃO SANTOS

Fiscal de Contratos

Portaria 5B/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.° 12/2015

SÚMULA: HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1028/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI:

D E C R E T A

ART. 1º – Fica **HOMOLOGADO** o resultado do Processo Seletivo Simplificado de Provas, de acordo com a Lei Municipal nº. 1028/2014, em conformidade com os Editais de Processo Seletivo nº. 001/2015.

ART. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 24

dias do mês de

março do ano de dois mil e quinze . RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 24/03/2015 À 24/04/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA - MT

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato: nº 003/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

Contratada: M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB

Objeto: Contratação do serviço de hospedagem, suporte técnico, manutenção e locação de sistema administrador do websitte, **www.camaraitauba.mt.gov.br,** Portal da Transparência, Ouvidoria On Line Legislativa e, armazenagem, guarda e conservação das informações públicas, disponibilizadas na Internet, da Câmara Municipal de Vereadores de Itaúba - MT**.**

Data de assinatura

: 13/03/2015 Vigência: 13 de março de 2015 á 31 de dezembro de 2015

Valor: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

RAFAEL LHEWICHESKI

Fiscal de Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

“Dispõe sobre a criação de cargo e ampliação do número de vagas constantes nos anexos I e IV da LEI MUNICIPAL Nº 827 de 07/05/2014, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e publica a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o cargo de Educador Físico na Saúde que passa a fazer parte dos ANEXOS I e IV da Lei Municipal nº 827 DE 07/05/2015, de forma consolidada, no que couber, para os devidos e legais efeitos.

Art. 2º.

Ficam ampliados conforme o número de vagas para os cargos constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 827 de 07/05/2015, sendo a este introduzido na forma de consolidação, o que couber.

§ 1º. Para o preenchimento das vagas abertas de que trata o caput do presente artigo, poderão ser preenchidas com candidatos remanescentes classificados no Concurso Público – Edital de Reabertura nº 01/2013 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, correspondente à atividade a ser desempenhada e observada à ordem de classificação.

§ 2º. O candidato remanescente classificado poderá ser convocado conforme a ampliação do número de vagas abertas no cargo de que trata o caput do presente artigo e, caso não atenda à convocação, perderá o seu direito à classificação obtida no Concurso Público – Edital de Reabertura nº. 01/2013 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT.

§ 3º. O candidato remanescente classificado no Concurso Público – Edital de Reabertura nº. 01/2013 da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT que convocado venha a atender à Convocação, terá as mesmas prerrogativas de provimento efetivo, conforme disposto no referido Edital de Concurso.

Art. 3º. Caberão às respectivas unidades administrativas e órgãos do Poder Executivo/Prefeitura Municipal as providências exigidas para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, mantidas as demais disposições da Lei Municipal nº 827 de 07/05/2014.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, em Itiquira/MT, aos 24 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

Nº	Cargo	Escolaridade Mínima	Carga Horária	Grupo de Cargos	Tabela de Subsídios	Vagas		
						I	OB	T
67	Educador Físico na Saúde	Ensino Superior específico, graduado em Educação Física - licenciatura plena ou bacharelado, com registro no órgão da classe	40	V	11	01	01	02

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Nº	Cargo	Atribuições
67	Educador Físico na Saúde	DESCRIÇÃO SUMÁRIA: - Atividades de planejamento e de execução do Programa de Saúde na Família e na Academia da Saúde; - Realizar outras atividades de Promoção à Saúde a serem definidas pelo grupo de apoio à gestão do Programa em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde. DESCRIÇÃO DETALHADA: - Planejar e executar todas as atividades do Programa Saúde na Família e na Academia da Saúde, tais como: - Ministrar aulas práticas, realizar caminhadas monitoradas, grupos de corrida, ginástica localizada, aeróbica, alongamentos, datas comemorativas; - Cumprir o horário estabelecido pelo programa; - Fazer controle do cartão do participante; avaliação e reavaliação quando necessário, bem como repassar os dados da avaliação na ficha individual; agendar e monitorar as avaliações físicas; realizar procedimentos compatíveis; - Participar de capacitações de educação permanente; - Zelar pelo material de avaliação que está sob sua responsabilidade; - Coordenar o grupo de estagiários sob sua responsabilidade; - Realizar visitas domiciliares na comunidade; - Efetuar inscrições e encaminhar as pessoas à Unidade de Saúde da Família através do formulário de referência e contra-referência; - Promover e organizar práticas corporais tais como: ginástica, lutas, capoeira, dança, jogos esportivos e populares, yoga, tai chi chuan, dentre outros; - realizar outras atividades de Promoção à Saúde a serem definidas pelo grupo de apoio à gestão do Programa em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde; - Promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade; - Potencializar as manifestações culturais locais e o conhecimento popular na construção de alternativas individuais e coletivas que favoreçam a promoção à saúde; - Contribuir para a ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer; - Apoiar as equipes do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família, quando implantadas; - Articular as ações com a Atenção Primária; - Desenvolver demais atividades correlatas que lhe sejam solicitadas e devidamente autorizadas pelo chefe imediato, desde que compatíveis com suas habilidades e conhecimentos com a função de Educador Físico.

AMPLIA O NÚMERO DE VAGAS

Nº	Cargo	Escolaridade Mínima	Carga Horária	Grupo de Cargos	Tabela de Subsídios	Vagas		
						I	OB	T
56	Psicólogo	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe	40	V	11	03	01	04
32	Fisioterapeuta	Ensino Superior específico, com registro no órgão da classe	40	V	11	03	01	04

LEI MUNICIPAL Nº 886 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 886 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Pequenos Produtores Rurais Vitória da União Santa Ana – APRUSAN, e dá outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Pequenos Produtores Rurais Vitória da União Santa Ana – APRUSAN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.058.340/0001-07, situada na zona rural do Município de Itiquira/MT, no valor de R$ 30.750,00 (trinta mil setecentos e cinqüenta reais).

Art. 2º. O recurso financeiro ora concedido no artigo 1º será utilizado na instalação de 01 (uma) torre na referida associação objetivando a recepção do sinal de Link de Internet e demais equipamentos, nos moldes do Termo de Referência - ANEXO I, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. As entidades beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do convênio, para prestar contas do auxílio financeiro recebido.

Parágrafo Único. A prestação de contas referida no caput deste artigo será composta de extrato bancário da movimentação financeira e relação de pagamentos contendo: o nome do credor; CPF/CNPJ; número e data do documento fiscal (nota fiscal e recibo), número, data e valor do cheque, acompanhada de suas respectivas cópias.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT aos 24 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

BENEFICIÁRIO DO AUXÍLIO FINANCEIRO:

Associação de Pequenos Produtores Rurais Vitória da União Santa Ana – APRUSAN

- AUXÍLIO-FINANCEIRO DESTINADO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO E RESPECTIVA INSTALAÇÃO CONSISTENTE EM:

a) aquisição e instalação de 01 (uma) torre metálica de 30 metros;

b) projeto e instalação de SPDA (sistemas de proteção contra descargas atmosféricas) da torre;

c) energização e aterramento da torre;

d) aquisição de equipamentos e materiais para transmissão de internet wireless, via rádio, com freqüência de 5.8GHZ a serem instalados em 03 (três) torres, necessárias para a transmissão.

VALOR TOTAL DO AUXÍLIO FINANCEIRO = R$ 30.750,00 (trinta mil, setecentos e cinquenta reais)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhor Alberto Rezende Mendonça, torna público para conhecimento dos interessados que na Chamada Pública citada objetivando a **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS MÉDICOS,** obteve o seguinte resultado: a empresa **ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA - ME, CNPJ nº 08.762.309/0001-20** está credenciada para prestação de serviços referentes ao **ITEM 01 -** CONSULTA DE VASCULAR, ITEM 02 - EXAME DOPPLER VENOSO E ARTERIAL, ITEM 03 - EXAME DOPPLER DE CARÓTIDAS E VÉRTEBRAS, ITEM 04 - EXAME DOPPLER DE ARTÉRIAS RENAIS e ITEM 05 - EXAME DOPPLER DE AORTA E ILÍACAS e a empresa EDUARDO MACIEL NARVAES - ME, CNPJ nº 20.181.000/0001-42 está credenciada para prestação de serviços referentes ao ITEM 07 - COLETA DE BIÓPSIA DE PRÓSTATA SEM ANÁTAMO, ITEM 08 - COLETA DE BIÓPSIA DE PRÓSTATA COM ANÁTAMO e ITEM 09 - CONSULTA DE UROLOGIA.

Itiquira/MT, 29 de janeiro de 2015.

ALBERTO REZENDE MENDONÇA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua Pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h30min DO DIA 07 DE ABRIL DE 2015**, na Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, situada a na Praça Frei Liberato, nº 311, Centro – ITIQUIRA – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme item constante no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h30min DO DIA 07 DE ABRIL DE 2015.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, 311, CENTRO, no horário das 12h00 às 18h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Para fornecimento do edital e seus anexos na forma impressa será cobrada uma taxa no valor de R$ 20,00 (vinte reais), referentes aos custos de reprodução gráfica. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 24 de março de 2015.

Juliane Presotto

Pregoeira

DECRETO MUNICIPAL N° 25 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Aplica a Revisão Geral Anual de 6.23% concedida pela Lei Municipal nº 883/2015 e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios anexos, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto no o art. 37, inciso X da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a previsão da Lei Municipal nº 883 de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica aplicada a Revisão Geral Anual de 6.23% concedida pela Lei Municipal nº 883 de 23 de março de 2015, e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios contidas nos anexos I, II, III, IV e V do presente decreto.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 24 de março de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Reajuste de 6.23% aplicados na tabela da Lei Municipal nº 827/2014

TABELA 01 - ARTÍFICE DE COPA E COZINHA, AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COVEIRO, GARI, GUARDA MUNICIPAL, JARDINEIRO, LUBRIFICADOR						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	773,46	R$ 928,15	R$ 1.005,50	R$ 1.082,84	R$ 1.160,19
2	1,15	R$ 889,48	R$ 1.067,38	R$ 1.156,32	R$ 1.245,27	R$ 1.334,22
3	1,30	R$ 1.005,50	R$ 1.206,60	R$ 1.307,15	R$ 1.407,70	R$ 1.508,25

4	1,45	R$ 1.121,52	R$ 1.345,82	R$ 1.457,97	R$ 1.570,13	R$ 1.682,28
5	1,49	R$ 1.152,46	R$ 1.382,95	R$ 1.498,19	R$ 1.613,44	R$ 1.728,68
6	1,52	R$ 1.175,66	R$ 1.410,79	R$ 1.528,36	R$ 1.645,92	R$ 1.763,49
7	1,55	R$ 1.198,86	R$ 1.438,64	R$ 1.558,52	R$ 1.678,41	R$ 1.798,30
8	1,58	R$ 1.222,07	R$ 1.466,48	R$ 1.588,69	R$ 1.710,89	R$ 1.833,10
9	1,61	R$ 1.245,27	R$ 1.494,33	R$ 1.618,85	R$ 1.743,38	R$ 1.867,91
10	1,64	R$ 1.268,48	R$ 1.522,17	R$ 1.649,02	R$ 1.775,87	R$ 1.902,71
11	1,67	R$ 1.291,68	R$ 1.550,02	R$ 1.679,18	R$ 1.808,35	R$ 1.937,52
12	1,70	R$ 1.314,88	R$ 1.577,86	R$ 1.709,35	R$ 1.840,84	R$ 1.972,32

TABELA 02 - AGENTE DE SAÚDE, ALMOXARIFE, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AUXILIAR BIBLIOTECÁRIO, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, ELETRICISTA, MONITOR DE ESPORTES, RECEPCIONISTA

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	854,29	R$ 1.025,15	R$ 1.110,58	R$ 1.196,01	R$ 1.281,44
2	1,15	R$ 982,43	R$ 1.178,92	R$ 1.277,16	R$ 1.375,41	R$ 1.473,65
3	1,30	R$ 1.110,58	R$ 1.332,69	R$ 1.443,75	R$ 1.554,81	R$ 1.665,87
4	1,45	R$ 1.238,72	R$ 1.486,46	R$ 1.610,34	R$ 1.734,21	R$ 1.858,08
5	1,49	R$ 1.272,89	R$ 1.527,47	R$ 1.654,76	R$ 1.782,05	R$ 1.909,34
6	1,52	R$ 1.298,52	R$ 1.558,22	R$ 1.688,08	R$ 1.817,93	R$ 1.947,78
7	1,55	R$ 1.324,15	R$ 1.588,98	R$ 1.721,39	R$ 1.853,81	R$ 1.986,22
8	1,58	R$ 1.349,78	R$ 1.619,73	R$ 1.754,71	R$ 1.889,69	R$ 2.024,67
9	1,61	R$ 1.375,41	R$ 1.650,49	R$ 1.788,03	R$ 1.925,57	R$ 2.063,11
10	1,64	R$ 1.401,04	R$ 1.681,24	R$ 1.821,35	R$ 1.961,45	R$ 2.101,55
11	1,67	R$ 1.426,66	R$ 1.712,00	R$ 1.854,66	R$ 1.997,33	R$ 2.140,00
12	1,70	R$ 1.452,29	R$ 1.742,75	R$ 1.887,98	R$ 2.033,21	R$ 2.178,44

TABELA 03 - OPERADOR DE MÁQUINAS, PEDREIRO ELETRICISTA DE VEÍCULOS, PINTOR

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	965,39	R$ 1.158,47	R$ 1.255,01	R$ 1.351,55	R$ 1.448,09
2	1,15	R$ 1.110,20	R$ 1.332,24	R$ 1.443,26	R$ 1.554,28	R$ 1.665,30
3	1,30	R$ 1.255,01	R$ 1.506,01	R$ 1.631,51	R$ 1.757,01	R$ 1.882,51
4	1,45	R$ 1.399,82	R$ 1.679,78	R$ 1.819,76	R$ 1.959,74	R$ 2.099,72
5	1,49	R$ 1.438,43	R$ 1.726,12	R$ 1.869,96	R$ 2.013,80	R$ 2.157,65
6	1,52	R$ 1.467,39	R$ 1.760,87	R$ 1.907,61	R$ 2.054,35	R$ 2.201,09
7	1,55	R$ 1.496,35	R$ 1.795,63	R$ 1.945,26	R$ 2.094,90	R$ 2.244,53
8	1,58	R$ 1.525,32	R$ 1.830,38	R$ 1.982,91	R$ 2.135,44	R$ 2.287,97
9	1,61	R$ 1.554,28	R$ 1.865,13	R$ 2.020,56	R$ 2.175,99	R$ 2.331,42
10	1,64	R$ 1.583,24	R$ 1.899,89	R$ 2.058,21	R$ 2.216,54	R$ 2.374,86
11	1,67	R$ 1.612,20	R$ 1.934,64	R$ 2.095,86	R$ 2.257,08	R$ 2.418,30
12	1,70	R$ 1.641,16	R$ 1.969,40	R$ 2.133,51	R$ 2.297,63	R$ 2.461,74

TABELA 04 - MOTORISTA

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	991,46	R$ 1.189,75	R$ 1.288,90	R$ 1.388,04	R$ 1.487,19
2	1,15	R$ 1.140,18	R$ 1.368,21	R$ 1.482,23	R$ 1.596,25	R$ 1.710,27
3	1,30	R$ 1.288,90	R$ 1.546,68	R$ 1.675,57	R$ 1.804,46	R$ 1.933,35
4	1,45	R$ 1.437,62	R$ 1.725,14	R$ 1.868,90	R$ 2.012,66	R$ 2.156,43
5	1,49	R$ 1.477,28	R$ 1.772,73	R$ 1.920,46	R$ 2.068,19	R$ 2.215,91
6	1,52	R$ 1.507,02	R$ 1.808,42	R$ 1.959,12	R$ 2.109,83	R$ 2.260,53
7	1,55	R$ 1.536,76	R$ 1.844,12	R$ 1.997,79	R$ 2.151,47	R$ 2.305,14

8	1,58	R$ 1.566,51	R$ 1.879,81	R$ 2.036,46	R$ 2.193,11	R$ 2.349,76
9	1,61	R$ 1.596,25	R$ 1.915,50	R$ 2.075,13	R$ 2.234,75	R$ 2.394,38
10	1,64	R$ 1.625,99	R$ 1.951,19	R$ 2.113,79	R$ 2.276,39	R$ 2.438,99
11	1,67	R$ 1.655,74	R$ 1.986,89	R$ 2.152,46	R$ 2.318,03	R$ 2.483,61
12	1,70	R$ 1.685,48	R$ 2.022,58	R$ 2.191,13	R$ 2.359,67	R$ 2.528,22

TABELA 05 - AGENTE AMBIENTAL,COLETOR DE ENTULHO/ LIXO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	1.117,99	R$ 1.341,59	R$ 1.453,39	R$ 1.565,19	R$ 1.676,99
2	1,15	R$ 1.285,69	R$ 1.542,83	R$ 1.671,40	R$ 1.799,96	R$ 1.928,53
3	1,30	R$ 1.453,39	R$ 1.744,06	R$ 1.889,40	R$ 2.034,74	R$ 2.180,08
4	1,45	R$ 1.621,09	R$ 1.945,30	R$ 2.107,41	R$ 2.269,52	R$ 2.431,63
5	1,49	R$ 1.665,81	R$ 1.998,97	R$ 2.165,55	R$ 2.332,13	R$ 2.498,71
6	1,52	R$ 1.699,34	R$ 2.039,21	R$ 2.209,15	R$ 2.379,08	R$ 2.549,02
7	1,55	R$ 1.732,88	R$ 2.079,46	R$ 2.252,75	R$ 2.426,04	R$ 2.599,33
8	1,58	R$ 1.766,42	R$ 2.119,71	R$ 2.296,35	R$ 2.472,99	R$ 2.649,64
9	1,61	R$ 1.799,96	R$ 2.159,96	R$ 2.339,95	R$ 2.519,95	R$ 2.699,95
10	1,64	R$ 1.833,50	R$ 2.200,20	R$ 2.383,55	R$ 2.566,91	R$ 2.750,26
11	1,67	R$ 1.867,04	R$ 2.240,45	R$ 2.427,16	R$ 2.613,86	R$ 2.800,56
12	1,70	R$ 1.900,58	R$ 2.280,70	R$ 2.470,76	R$ 2.660,82	R$ 2.850,87

TABELA 06 - AGENTE ADMINISTRATIVO, FISCAL DE OBRAS E POSTURA, FISCAL DE TRIBUTOS, FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, TÉCNICO DE LABORATÓRIO, TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM INFORMÁTICA						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	1.207,94	R$ 1.449,53	R$ 1.570,32	R$ 1.691,12	R$ 1.811,91
2	1,15	R$ 1.389,13	R$ 1.666,96	R$ 1.805,87	R$ 1.944,78	R$ 2.083,70
3	1,30	R$ 1.570,32	R$ 1.884,39	R$ 2.041,42	R$ 2.198,45	R$ 2.355,48
4	1,45	R$ 1.751,51	R$ 2.101,82	R$ 2.276,97	R$ 2.452,12	R$ 2.627,27
5	1,49	R$ 1.799,83	R$ 2.159,80	R$ 2.339,78	R$ 2.519,76	R$ 2.699,75
6	1,52	R$ 1.836,07	R$ 2.203,28	R$ 2.386,89	R$ 2.570,50	R$ 2.754,10
7	1,55	R$ 1.872,31	R$ 2.246,77	R$ 2.434,00	R$ 2.621,23	R$ 2.808,46
8	1,58	R$ 1.908,55	R$ 2.290,25	R$ 2.481,11	R$ 2.671,96	R$ 2.862,82
9	1,61	R$ 1.944,78	R$ 2.333,74	R$ 2.528,22	R$ 2.722,70	R$ 2.917,18
10	1,64	R$ 1.981,02	R$ 2.377,23	R$ 2.575,33	R$ 2.773,43	R$ 2.971,53
11	1,67	R$ 2.017,26	R$ 2.420,71	R$ 2.622,44	R$ 2.824,16	R$ 3.025,89
12	1,70	R$ 2.053,50	R$ 2.464,20	R$ 2.669,55	R$ 2.874,90	R$ 3.080,25

TABELA 07 - INSEMINADOR DE ANIMAIS, MECÂNICO, OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS TÉCNICO EM RAIO X						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	1.415,40	R$ 1.698,48	R$ 1.840,02	R$ 1.981,56	R$ 2.123,10
2	1,15	R$ 1.627,71	R$ 1.953,25	R$ 2.116,02	R$ 2.278,79	R$ 2.441,57
3	1,30	R$ 1.840,02	R$ 2.208,02	R$ 2.392,03	R$ 2.576,03	R$ 2.760,03
4	1,45	R$ 2.052,33	R$ 2.462,80	R$ 2.668,03	R$ 2.873,26	R$ 3.078,50
5	1,49	R$ 2.108,95	R$ 2.530,74	R$ 2.741,63	R$ 2.952,52	R$ 3.163,42
6	1,52	R$ 2.151,41	R$ 2.581,69	R$ 2.796,83	R$ 3.011,97	R$ 3.227,11
7	1,55	R$ 2.193,87	R$ 2.632,64	R$ 2.852,03	R$ 3.071,42	R$ 3.290,81
8	1,58	R$ 2.236,33	R$ 2.683,60	R$ 2.907,23	R$ 3.130,86	R$ 3.354,50
9	1,61	R$ 2.278,79	R$ 2.734,55	R$ 2.962,43	R$ 3.190,31	R$ 3.418,19

10	1,64	R$ 2.321,26	R$ 2.785,51	R$ 3.017,63	R$ 3.249,76	R$ 3.481,88
11	1,67	R$ 2.363,72	R$ 2.836,46	R$ 3.072,83	R$ 3.309,21	R$ 3.545,58
12	1,70	R$ 2.406,18	R$ 2.887,42	R$ 3.128,03	R$ 3.368,65	R$ 3.609,27
TABELA 08 - OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	1.650,67	R$ 1.980,80	R$ 2.145,87	R$ 2.310,94	R$ 2.476,01
2	1,15	R$ 1.898,27	R$ 2.277,92	R$ 2.467,75	R$ 2.657,58	R$ 2.847,41
3	1,30	R$ 2.145,87	R$ 2.575,05	R$ 2.789,63	R$ 3.004,22	R$ 3.218,81
4	1,45	R$ 2.393,47	R$ 2.872,17	R$ 3.111,51	R$ 3.350,86	R$ 3.590,21
5	1,49	R$ 2.459,50	R$ 2.951,40	R$ 3.197,35	R$ 3.443,30	R$ 3.689,25
6	1,52	R$ 2.509,02	R$ 3.010,82	R$ 3.261,72	R$ 3.512,63	R$ 3.763,53
7	1,55	R$ 2.558,54	R$ 3.070,25	R$ 3.326,10	R$ 3.581,95	R$ 3.837,81
8	1,58	R$ 2.608,06	R$ 3.129,67	R$ 3.390,48	R$ 3.651,28	R$ 3.912,09
9	1,61	R$ 2.657,58	R$ 3.189,09	R$ 3.454,85	R$ 3.720,61	R$ 3.986,37
10	1,64	R$ 2.707,10	R$ 3.248,52	R$ 3.519,23	R$ 3.789,94	R$ 4.060,65
11	1,67	R$ 2.756,62	R$ 3.307,94	R$ 3.583,60	R$ 3.859,27	R$ 4.134,93
12	1,70	R$ 2.806,14	R$ 3.367,37	R$ 3.647,98	R$ 3.928,59	R$ 4.209,21
TABELA 09 - BIÓLOGO, FONOAUDIÓLOGO, MECÂNICO - NÍVEL I, NUTRICIONISTA, OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL, PREGOEIRO, QUÍMICO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	2.063,34	R$ 2.476,00	R$ 2.682,34	R$ 2.888,67	R$ 3.095,01
2	1,15	R$ 2.372,84	R$ 2.847,41	R$ 3.084,69	R$ 3.321,97	R$ 3.559,26
3	1,30	R$ 2.682,34	R$ 3.218,81	R$ 3.487,04	R$ 3.755,27	R$ 4.023,51
4	1,45	R$ 2.991,84	R$ 3.590,21	R$ 3.889,39	R$ 4.188,57	R$ 4.487,76
5	1,49	R$ 3.074,37	R$ 3.689,25	R$ 3.996,68	R$ 4.304,12	R$ 4.611,56
6	1,52	R$ 3.136,27	R$ 3.763,53	R$ 4.077,15	R$ 4.390,78	R$ 4.704,41
7	1,55	R$ 3.198,17	R$ 3.837,81	R$ 4.157,62	R$ 4.477,44	R$ 4.797,26
8	1,58	R$ 3.260,07	R$ 3.912,09	R$ 4.238,09	R$ 4.564,10	R$ 4.890,11
9	1,61	R$ 3.321,97	R$ 3.986,37	R$ 4.318,56	R$ 4.650,76	R$ 4.982,96
10	1,64	R$ 3.383,87	R$ 4.060,65	R$ 4.399,03	R$ 4.737,42	R$ 5.075,81
11	1,67	R$ 3.445,77	R$ 4.134,93	R$ 4.479,50	R$ 4.824,08	R$ 5.168,66
12	1,70	R$ 3.507,67	R$ 4.209,21	R$ 4.559,98	R$ 4.910,74	R$ 5.261,51
TABELA 10 - MECÂNICO - NÍVEL II, ELETRICISTA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, ENGENHEIRO AGRÔNOMO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	2.623,85	R$ 3.148,62	R$ 3.411,00	R$ 3. 673,39	R$ 3.935,77
2	1,15	R$ 3.017,43	R$ 3.620,91	R$ 3.922,65	R$ 4. 224,40	R$ 4.526,14
3	1,30	R$ 3.411,00	R$ 4.093,20	R$ 4.434,31	R$ 4. 775,41	R$ 5.116,51
4	1,45	R$ 3.804,58	R$ 4.565,50	R$ 4.945,96	R$ 5. 326,41	R$ 5.706,87
5	1,49	R$ 3.909,54	R$ 4.691,44	R$ 5.082,40	R$ 5. 473,35	R$ 5.864,30
6	1,52	R$ 3.988,25	R$ 4.785,90	R$ 5.184,73	R$ 5. 583,55	R$ 5.982,38
7	1,55	R$ 4.066,97	R$ 4.880,36	R$ 5.287,06	R$ 5. 693,75	R$ 6.100,45
8	1,58	R$ 4.145,68	R$ 4.974,82	R$ 5.389,39	R$ 5. 803,95	R$ 6.218,52

9	1,61	R$ 4.224,40	R$ 5.069,28	R$ 5.491,72	R$ 5. 914,16	R$ 6.336,60
10	1,64	R$ 4.303,11	R$ 5.163,74	R$ 5.594,05	R$ 6. 024,36	R$ 6.454,67
11	1,67	R$ 4.381,83	R$ 5.258,19	R$ 5.696,38	R$ 6. 134,56	R$ 6.572,74
12	1,70	R$ 4.460,54	R$ 5.352,65	R$ 5.798,71	R$ 6. 244,76	R$ 6.690,82
TABELA 11 - ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, FISIOTERAPEUTA, PSICÓLOGO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	3.047,41	R$ 3.656,89	R$ 3.961,63	R$ 4. 266,37	R$ 4.571,11
2	1,15	R$ 3.504,52	R$ 4.205,42	R$ 4.555,88	R$ 4. 906,33	R$ 5.256,78
3	1,30	R$ 3.961,63	R$ 4.753,96	R$ 5.150,12	R$ 5. 546,29	R$ 5.942,45
4	1,45	R$ 4.418,74	R$ 5.302,49	R$ 5.744,37	R$ 6. 186,24	R$ 6.628,12
5	1,49	R$ 4.540,64	R$ 5.448,77	R$ 5.902,83	R$ 6. 356,90	R$ 6.810,96
6	1,52	R$ 4.632,06	R$ 5.558,47	R$ 6.021,68	R$ 6. 484,89	R$ 6.948,09
7	1,55	R$ 4.723,48	R$ 5.668,18	R$ 6.140,53	R$ 6. 612,88	R$ 7.085,23
8	1,58	R$ 4.814,91	R$ 5.777,89	R$ 6.259,38	R$ 6. 740,87	R$ 7.222,36
9	1,61	R$ 4.906,33	R$ 5.887,59	R$ 6.378,23	R$ 6. 868,86	R$ 7.359,49
10	1,64	R$ 4.997,75	R$ 5.997,30	R$ 6.497,08	R$ 6. 996,85	R$ 7.496,63
11	1,67	R$ 5.089,17	R$ 6.107,01	R$ 6.615,93	R$ 7. 124,84	R$ 7.633,76
12	1,70	R$ 5.180,60	R$ 6.216,72	R$ 6.734,77	R$ 7. 252,83	R$ 7.770,89

TABELA 12 - ADMINISTRADOR, BIOMÉDICO, BIOQUÍMICO, CONTADOR, ENGENHEIRO CIVIL, FARMACÊUTICO, MÉDICO VETERINÁRIO, ODONTÓLOGO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	3.438,78	R$ 4.126,54	R$ 4.470,42	R$ 4.814,29	R$ 5.158,17
2	1,15	R$ 3.954,60	R$ 4.745,52	R$ 5.140,98	R$ 5.536,44	R$ 5.931,90
3	1,30	R$ 4.470,42	R$ 5.364,50	R$ 5.811,54	R$ 6.258,58	R$ 6.705,62
4	1,45	R$ 4.986,23	R$ 5.983,48	R$ 6.482,10	R$ 6.980,73	R$ 7.479,35
5	1,49	R$ 5.123,79	R$ 6.148,54	R$ 6.660,92	R$ 7.173,30	R$ 7.685,68
6	1,52	R$ 5.226,95	R$ 6.272,34	R$ 6.795,03	R$ 7.317,73	R$ 7.840,42
7	1,55	R$ 5.330,11	R$ 6.396,13	R$ 6.929,15	R$ 7.462,16	R$ 7.995,17
8	1,58	R$ 5.433,28	R$ 6.519,93	R$ 7.063,26	R$ 7.606,59	R$ 8.149,91
9	1,61	R$ 5.536,44	R$ 6.643,73	R$ 7.197,37	R$ 7.751,01	R$ 8.304,66
10	1,64	R$ 5.639,60	R$ 6.767,52	R$ 7.331,48	R$ 7.895,44	R$ 8.459,40
11	1,67	R$ 5.742,77	R$ 6.891,32	R$ 7.465,60	R$ 8.039,87	R$ 8.614,15
12	1,70	R$ 5.845,93	R$ 7.015,12	R$ 7.599,71	R$ 8.184,30	R$ 8.768,89
TABELA 13 - CONTROLADOR INTERNO, PROCURADOR JURÍDICO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	4.264,23	R$ 5.117,08	R$ 5.543,50	R$ 5.969,92	R$ 6.396,35
2	1,15	R$ 4.903,87	R$ 5.884,64	R$ 6.375,03	R$ 6.865,41	R$ 7.355,80

3	1,30	R$ 5.543,50	R$ 6.652,20	R$ 7.206,55	R$ 7.760,90	R$ 8.315,25
4	1,45	R$ 6.183,14	R$ 7.419,76	R$ 8.038,08	R$ 8.656,39	R$ 9.274,70
5	1,49	R$ 6.353,71	R$ 7.624,45	R$ 8.259,82	R$ 8.895,19	R$ 9.530,56
6	1,52	R$ 6.481,63	R$ 7.777,96	R$ 8.426,12	R$ 9.074,28	R$ 9.722,45
7	1,55	R$ 6.609,56	R$ 7.931,47	R$ 8.592,43	R$ 9.253,38	R$ 9.914,34
8	1,58	R$ 6.737,49	R$ 8.084,98	R$ 8.758,73	R$ 9.432,48	R$ 10.106,23
9	1,61	R$ 6.865,41	R$ 8.238,50	R$ 8.925,04	R$ 9.611,58	R$ 10.298,12
10	1,64	R$ 6.993,34	R$ 8.392,01	R$ 9.091,34	R$ 9.790,68	R$ 10.490,01
11	1,67	R$ 7.121,27	R$ 8.545,52	R$ 9.257,65	R$ 9.969,77	R$ 10.681,90
12	1,70	R$ 7.249,19	R$ 8.699,03	R$ 9.423,95	R$ 10.148,87	R$ 10.873,79

TABELA 14 - MÉDICO						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,2	1,30	1,40	1,50
		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	8.253,37	R$ 9.904,04	R$ 10.729,38	R$ 11.554,72	R$ 12.380,05
2	1,15	R$ 9.491,38	R$ 11.389,65	R$ 12.338,79	R$ 13.287,93	R$ 14.237,06
3	1,30	R$ 10.729,38	R$ 12.875,26	R$ 13.948,20	R$ 15.021,13	R$ 16.094,07
4	1,45	R$ 11.967,39	R$ 14.360,86	R$ 15.557,60	R$ 16.754,34	R$ 17.951,08
5	1,49	R$ 12.297,52	R$ 14.757,03	R$ 15.986,78	R$ 17.216,53	R$ 18.446,28
6	1,52	R$ 12.545,12	R$ 15.054,15	R$ 16.308,66	R$ 17.563,17	R$ 18.817,68
7	1,55	R$ 12.792,72	R$ 15.351,27	R$ 16.630,54	R$ 17.909,81	R$ 19.189,08
8	1,58	R$ 13.040,32	R$ 15.648,39	R$ 16.952,42	R$ 18.256,45	R$ 19.560,49
9	1,61	R$ 13.287,93	R$ 15.945,51	R$ 17.274,30	R$ 18.603,10	R$ 19.931,89
10	1,64	R$ 13.535,53	R$ 16.242,63	R$ 17.596,18	R$ 18.949,74	R$ 20.303,29
11	1,67	R$ 13.783,13	R$ 16.539,75	R$ 17.918,07	R$ 19.296,38	R$ 20.674,69
12	1,70	R$ 14.030,73	R$ 16.836,87	R$ 18.239,95	R$ 19.643,02	R$ 21.046,09

ANEXO II

Reajuste de 6.23% aplicados na tabela da Lei Municipal nº 684/2010

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS - PISO SALARIAL DE R$ 1.802,72						
Classe	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,26	1,8	2	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.802,72	R$ 2.271,43	R$ 3.244,90	R$ 3.605,44	R$ 4.146,26
2	1,05	R$ 1.892,86	R$ 2.385,00	R$ 3.407,14	R$ 3.785,71	R$ 4.353,57
3	1,10	R$ 1.982,99	R$ 2.498,57	R$ 3.569,39	R$ 3.965,98	R$ 4.560,88
4	1,15	R$ 2.073,13	R$ 2.612,14	R$ 3.731,63	R$ 4.146,26	R$ 4.768,19
5	1,20	R$ 2.163,26	R$ 2.725,71	R$ 3.893,88	R$ 4.326,53	R$ 4.975,51
6	1,25	R$ 2.253,40	R$ 2.839,28	R$ 4.056,12	R$ 4.506,80	R$ 5.182,82
7	1,30	R$ 2.343,54	R$ 2.952,86	R$ 4.218,36	R$ 4.687,07	R$ 5.390,13
8	1,35	R$ 2.433,67	R$ 3.066,43	R$ 4.380,61	R$ 4.867,34	R$ 5.597,45
9	1,40	R$ 2.523,81	R$ 3.180,00	R$ 4.542,85	R$ 5.047,62	R$ 5.804,76
10	1,45	R$ 2.613,94	R$ 3.293,57	R$ 4.705,10	R$ 5.227,89	R$ 6.012,07
11	1,50	R$ 2.704,08	R$ 3.407,14	R$ 4.867,34	R$ 5.408,16	R$ 6.219,38
12	1,55	R$ 2.794,22	R$ 3.520,71	R$ 5.029,59	R$ 5.588,43	R$ 6.426,70

TABELA DOS PROFESSORES CONTRATADOS- 20 HORAS SEMANAIS - PISO SALARIAL DE R$ 1.201,81			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,26
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R$ 1.201,81	R$ 1.514,28

ANEXO III

Reajuste de 6.23% aplicados na tabela da Lei Municipal nº 661/2009

CARGOS DE DIREÇÃO CHEFIA E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

REQUERIDOS PELA NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

DENOMINAÇÃO DO CARGO	VENCIMENTO
Consultor E Assessor Técnico I	R$ 9.696,83
Consultor E Assessor Técnico II	R$ 8.556,03
Consultor E Assessor Técnico III	R$ 6.844,82
Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos	R$ 3.026,12
Controlador Interno (Chefe da UMCI)	R$ 4.335,06
Coordenador	R$ 3.026,12
Gerente	R$ 2.063,27
Motorista do GP	R$ 1.375,51
Procurador Jurídico do Município	R$ 4.335,06
Secretária de GP	R$ 825,30
Secretário Chefe de Gabinete	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Administração	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Agricultura	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Assistência Social	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Cultura	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Educação	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Esportes e Lazer	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Finanças	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Indústria e Comércio	R$ 4.261,59
Secretario Municipal de Infraestrutura	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Meio Ambiente	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Saúde	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Trânsito	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão	R$ 4.261,59
Secretário Municipal de Turismo	R$ 4.261,59
Gestor da Regional de O. Branco do Sul	R$ 4.261,59
Presidente de CPL	R$ 3.026,12
Pregoeiro	R$ 3.026,12

FUNÇÕES GRATIFICADAS – PRIVATIVAS DOS OCUPANTES DE CARGOS DE CARREIRA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	VENCIMENTO
Encarregado da JSM	FG 01	R$ 275,09
Encarregado da UMCR	FG 01	R$ 275,09
Membro da CPL – Equipe de Apoio	FG 03	R$ 768,50
Secretária de Gabinete	FG 02	R$ 550,20
Motorista de Gabinete	FG 02	R$ 550,20
Secretário de Gabinete SMS	FG 02	R$ 550,20
Fiscal Sanitário SMS	FG 02	R$ 550,20
Secretário Executivo do Conselho	FG 02	R$ 550,20
Secretário de Gabinete SMAS	FG 02	R$ 550,20
Motorista de Gabinete SMAS	FG 02	R$ 550,20
Secretária de Gabinete GS	FG 02	R$ 550,20
Encarregado da Fiscalização de Meio Ambiente	FG 02	R$ 550,20
Encarregado da Fiscalização de Trânsito	FG 02	R$ 550,20

ANEXO IV

Reajuste de 6.23% aplicados nos subsídios da Lei Municipal nº 754/2012

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SUBSÍDIOS
Prefeito	R$ 12.336,17

Vice Prefeito	R$ 7.850,29

ANEXO V

Reajuste de 6.23% aplicados nos subsídios da Lei Municipal nº 836/2014

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SUBSÍDIOS
Conselheiro Tutelar	R$ 1.593,45

LEI MUNICIPAL Nº 883 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 883 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre a antecipação e concessão da revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais e dos subsídios de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, correspondentes ao Exercício de 2014, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a antecipar e conceder reajustes monetários, a título de revisão geral anual do Exercício 2014, no percentual de 6,23% (seis inteiros e vinte e três centésimos percentuais) incidentes sobre a folha de pagamento a partir do mês de março/2015.

Parágrafo Único.

A revisão geral anual de que trata o caput do presente artigo será concedida a todos Servidores Públicos Municipais e nos subsídios de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, combinado com o art. 95, inciso X da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal deverá observar o devido cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no que tange aos gastos com pessoal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA (2015), disciplinada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação com os efeitos dela constantes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira/MT, aos 24 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 884 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 884 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional especial e acrescenta ações ao Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído ao Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela Lei nº. 807/2013 de 05/12/2013, e alterações o qual abrange o período de 2015 a 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2015, aprovada pela Lei nº 830/2014 de 23/06/2014, e alterações da Lei Municipal n.º 852/2014, de 06/11/2014, e a Lei Orçamentária Anual nº 863/2014 de 17/12/2014, as ações, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Gerência de Desenvolvimento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa:0018 – Promoção e Extensão Rural

Projeto/Atividade: 1.285– Contribuição para Associações dos Agricultores Familiares

do Município de Itiquira

Valor: R$52.500,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), destinado a atender as dotações orçamentárias, não previstas no orçamento de 2015, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Gerência de Desenvolvimento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0018 – Promoção e Extensão Rural

Projeto/Atividade: 1.285 – Contribuição para Associações dos Agricultores Familiares

do Município de Itiquira

4.4.60.41.00 – Contribuições R$52.500,00

Art. 3º. Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial das dotações abaixo discriminadas:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Gerência de Desenvolvimento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0018 – Promoção e Extensão Rural

Projeto/Atividade: 2.095–Incentivoa Agricultura Familiardo Pequeno Produtor

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.999 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor:R$ 52.500,00

Art. 4º. O crédito adicional especial aberto no artigo segundo desta Lei poderá ser suplementado caso seja necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 24 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 882 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 882 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre denominação da Academia de Saúde Ampliada – localizada na travessa 1 - Centro e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Academia de Saúde Ampliada - Anita César Borges (Dona Anita)", a Academia Ampliada de Saúde, localizada nas mediações na Praça Serafim de Carvalho, sendo na Travessa 1 - Centro.

Art. 2º. Caberá aos órgãos e unidades administrativas competentes do Poder Executivo às providências pertinentes para a consumação da alteração objeto desta lei.

Art. 3º.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 878 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 878 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Itiquira-MT e autoriza a isenção nos juros, multa e correção dos débitos inscritos em dívida ativa do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, e dá outras providências."

HUMBERTO BORTOLINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Itiquira-MT - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos de natureza tributária do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU inscritos em dívida ativa, autorizando a conceder isenção de multas, juros e correção, nos termos desta Lei.

Art. 2º. As isenções de que tratam o artigo anterior, serão obedecidos os seguintes critérios:

I - Percentual de 100% (cem por cento) de desconto da multa e juros aos contribuintes que efetuarem o pagamento de seus débitos à vista e em parcela única, até a data de 25 de novembro de 2015; II - Percentual de 70% (setenta por cento) de desconto da multa e juros aos contribuintes que parcelarem e pagarem seus débitos em até seis (06) parcelas, com o pagamento da última parcela até o dia 25 de novembro de 2015.

§ 1º. O contribuinte que aderir ao Programa de Recuperação Fiscal de Itiquira/MT deverá solicitar junto a Gerência de Arrecadação e Fiscalização o devido parcelamento.

§ 2º. A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento e as demais, sucessivamente, a cada trinta dias.

§ 3º. O atraso no pagamento de duas (02) parcelas ocasionará a perda dos benefícios estabelecidos nesta Lei e o cancelamento do Parcelamento.

Art. 3º. A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal de Itiquira-MT resultará no parcelamento que será concedido mediante a emissão e assinatura do Termo de Confissão de Dívida firmado entre contribuinte e o Fisco Municipal.

Art. 4º. A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal de Itiquira-MT, sujeita o contribuinte a:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

II – Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência dos já interpostos;

III – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo Único. A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de quaisquer dos tributos municipais inscritos em dívida ativa.

Art. 5º. Após o término dos benefícios previsto nesta Lei, os débitos em dívida ativa serão restabelecidos a incidência da multa e juros, ficando o Poder Executivo autorizado a promover ou prosseguir a execução fiscal dos valores pendentes.

Art. 6º. Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 879 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 879 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre a alteração do art. 12, incisos I e II, § 1º da Lei Municipal nº 247 de 08/11/1991 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do Artigo 12 da Lei Complementar 247/91 de 08 de novembro de 1991, em seus incisos I, II e § 1º, conforme segue:

Art. 12...

I – 2,0% (dois por cento) tratando-se de terreno;

II – 0,4% (quatro décimos por cento) tratando-se de prédio.

§ 1° - Quando o terreno situar-se em local dotado de rede de água, energia elétrica, telefone e pavimentação, a alíquota estabelecida no inciso I será progressiva na proporção de 1% (um por cento) ao ano, até atingir 20% retroagindo ao inciso II, após a edificação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2.015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 880 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 880 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre a alteração do art. 10 da Lei Municipal nº 247 de 08/11/1991 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências"

HUMBERTO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do § 4º do Artigo 10 da Lei Complementar 247/91 de 08 de novembro de 1991 e insere os parágrafos no mesmo artigo conforme segue:

Art. 10...

§ 4º - Decreto do Poder Executivo Municipal estabelecerá as novas Plantas Genéricas de Valores - PGV, a cada dois anos ou sempre que for verificado alterações na dinâmica do mercado imobiliário no Município, mediante análise e estudos por comissão composta por um representante de cada um dos segmentos e setores abaixo:

a)01 (um) Engenheiro Civil, Arquiteto ou Urbanista pela Prefeitura Municipal; b)01 (um) Advogado do setor Jurídico da Prefeitura Municipal; c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças ou Fazenda Municipal, preferencialmente do setor de Tributos; d) 01 (um) representante da Câmara de Vereadores; e) 01 (um) representante de Associação de Moradores (Bairros); f) 01 (um) representante do segmento empresarial;

§ 5º - Para efeito do disposto no § 4º, o Poder Executivo regulamentará por Decreto a forma de composição e funcionamento da comissão que se denominará Comissão Municipal de Tributos.

§ 6º - Não havendo possibilidade de composição e funcionamento da Comissão de Tributos instituída pelo § 4º deste artigo, antes do término de cada exercício, o Poder Executivo deverá atualizar a PGV existente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado desde a última versão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2.015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 881 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 881 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre denominação do Posto de Saúde da Família (PSF) Central e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Posto de Saúde da Família - PSF - Antônio da Silveira Moraes", o atual posto de saúde central do Município, localizado na Rua Petronílio Marques da Silva.

Art. 2º. Caberão aos órgãos e unidades administrativas competentes do Poder Executivo às providências pertinentes para a consumação da alteração objeto desta lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 015/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º. 015/2015** foi vencedor à empresa, **ADALTON FERREIRA DE MIRANDA - MEI** ao valor global de R$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 24 de março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREV-JACI
PORTARIA Nº 0030/2015

PORTARIA Nº.030/2015

***"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria Compulsória* ao servidor Sr. Josias Lima dos Santos."**

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, § 1º, inciso II da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso II, da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal, último reajuste concedido na Tabela de Vencimentos através da Lei n.º 1.584 de 23 de abril de 2014, que dispõe sobre a reposição salarial dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Municipal de Jaciara/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de

Aposentadoria Compulsória

, ao Sr. Josias Lima dos Santos, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 638.428 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 361.837.331-72, servidor efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível "25", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do **PREV-JACI**, nº. **2015.01.01371P**, a partir de 23**.03.2015, data que o servidor completou 70 anos,** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data de 23 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 24 de março de 2015.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO Diretor Executivo do PREV-JACI Homologo: ADEMIR GASPAR DE LIMA Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 016/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 016/2015** foram vencedoras às empresas, *GALEÃO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA* ao valor global de R$ 176.679,60 (cento e setenta e seis mil e seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos), **PNEUS VIA NOBRE** ao valor global de R$ 210.662,00 (duzentos e dez mil e seiscentos e sessenta e dois reais), **HRP COMERCIO DE PNEUS EIRELLI – EPP** ao valor global de R$ 181.862,00 (cento e oitenta e um mil e oitocentos e sessenta e dois reais) e **FENIX COMERCIO DE PNEUS LTDA EPP** ao valor global de R$ 56.612,00 (cinqüenta e seis mil e seis-

centos e doze reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 24 de março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO Nº 003/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA/MT VALOR ACRESCIDO: R$164.568,00 (CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS) CONTRATADO: SEVERINO ALMIRANTE KRAUS EIRELI-ME

CONTRATANTE: VALDECIR KEMER – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 18 DE MARÇO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 02/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0118/2015

Referente ao Pregão N° **02/2015** AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA,CONFORME CONTRATO DE REPASSE N 804744/2014/ MINISTERIO DA AGRICULTURA,PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA/ PROCESSO Nº26281018899-11/2014; FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão n° 002/2015 tendo como vencedor as empresas:

Item	7830 Código	MAQUIPARTS COMERCIO IMP. E EXP. LTDA Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	002.008.105	PLANTADORA / ADUBADORA - 4 LINHAS	UN	1	29.500,00	29.500,00
2	002.008.104	PULVERIZADOR AGRICOLA DE BARRAS - FAIXA DE 12 MT - 19 BICOS	UN	1	13.400,00	13.400,00
3	002.003.007	TRATOR AGRICOLA DE PNEUS - 4X4 / 106CV	UN	1	134.500,00	134.500,00

Jauru – MT, 24 de março de 2015.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 006/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0442/2015

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 006/2015 será regido pela Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto n° 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos n° 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de dezembro de 2009 e 058 de 03 de novembro de 2009, Lei Complementar nº. 123/2006 e pela Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, e ainda, pelas condições e exigências estabelecidas neste edital.

Objeto: Aquisição de locação de materiais e serviços para promoção de eventos, compreendendo: Locação de Grades Inibidoras, Chapas de Fechamento, tablados, portais de entrada, telões, camarins, palcos, painéis de lede, tendas, banheiros químicos, sonorização, gerador, iluminação, filmagem, através do sistema de registro de preços, destinados aos eventos a serem realizados pelo Poder Executivo do Município de Jauru-MT.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 08/04/2015 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Gilmar Junior Ferreira

Telefone: (65) 3244-1855 ou 1849 (setor de Licitação)

www.jauru.mt.gov.br

E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE ADITIVO

ONDE LÊ-SE:

Extrato de Oitavo Termo Aditivo nº. 055/2015 ao Contrato n. 03/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Juara - MT.

Contratado: Giraldelli e Giraldelli Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Rio de Janeiro, nº 836-W, Centro, Juara – MT, inscrita com o CNPJ sob o nº 36.953.438/0001-31, neste ato representada pelo seu sócio/proprietário

Sr.

Antonio Carlos Giraldelli, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob o nº 236.785.699-00 e RG 868.621 SSP/MT.

Processo: Concorrência Pública n. 05 /2010.

Objeto: PRORROGAÇÃO contratual, com efeito retroativo à 01 de janeiro de 2015, por 12 (doze) meses, tendo seu vencimento previsto para 01 de Janeiro de 2016, sem alterações de valores, conforme justificativa técnica e solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme memorando nº 030/SMPOG/2015, por se tratar de Pavimentação ásfaltica em diversas ruas do Jardim Califórnia, Município de Juara-MT.

Assinatura em: 18/02/2015.

Vencimento em: 01/01/2016.

LEIA-SE:

Extrato de Oitavo Termo Aditivo nº. 055/2015 ao Contrato n. 474/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Juara - MT.

Contratado: Giraldelli e Giraldelli Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Rio de Janeiro, nº 836-W, Centro, Juara – MT, inscrita com o CNPJ sob o nº 36.953.438/0001-31, neste ato representada pelo seu sócio/proprietário Sr. Antonio Carlos Giraldelli, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob o nº 236.785.699-00 e RG 868.621 SSP/MT.

Processo: Concorrência Pública n. 05 /2010.

Objeto: PRORROGAÇÃO contratual, com efeito retroativo à 01 de janeiro de 2015, por 12 (doze) meses, tendo seu vencimento previsto para 01 de Janeiro de 2016, sem alterações de valores, conforme justificativa técnica

e solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme memorando nº 030/SMPOG/2015, por se tratar de Pavimentação ásfaltica em diversas ruas do Jardim Califórnia, Município de Juara-MT.

Assinatura em: 18/02/2015.

Vencimento em: 01/01/2016.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 014/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 014/2015, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 24/03/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS EM ATENDIMENTOA FROTA DO MUNICÍPIO DE JUARA/MT,** sagrou-se vencedora a empresa: **AUTO POSTO ARINOS - LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 05.798.923/0001-54, localizada à Avenida Rio Arinos, 968-W, CENTRO, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para todos os Itens (**COMBUSTIVEIS**), com o Valor Global de R$ 3.435.570,20 (três milhões quatrocentos trinta e cinco mil, quinhentos setenta reais e vinte centavos).

Juara-MT, 24 de Março de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

DECRETO 233/2015

DECRETO N° 233 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS PELO DESASTRE RELACIONADO A OBRAS CIVIS COBRADE - COLAPSO DE EDIFICAÇÕES 2.4.1.O. DAS PONTES CORREGO PITEIRA, CORGUINHO, CANINANA, MULATEIRA NA RODIVA MT 373.

VALDECIR LUIZ COLLE, Prefeito Municipal de Juscimeira, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8ªda Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDOque o conjunto de pontes interditadas total e parcialmente localizados na principal rodovia (MT 373)ao escoamento da agricultura e pecuária de pequenos e grandes produtores, assentamentos, agricultores familiares, tem causado grande prejuízo econômico ao Município

.

CONSIDERANDO que os Alunos da Zona terão suas atividades escolares interrompidas devido a impossibilidade de tráfego do Transporte Escolar;

CONSIDERANDO que o atendimento e acesso a Saúde dos moradores da zona rural estão prejudicados;

CONSIDERANDO que o acesso a Cachoeira do Prata um dos principais atrativos turísticos esta interrompido.

DECRETA:

Art. 1º. –Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude da interdiçãodas pontes na rodovia MT 373 que abaixo segue :

- Ponte Corrego Piteira;

- Ponte CorregoCorguino;

- Ponte Corrego Caninana;

- Ponte CorregoMulateira;

- Ponte Rio Areia.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura; objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre;

Art. 4º.De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 50 da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente;

Art. 5º.De acordo com o estabelecido no Art. 50 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o inicio de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º.Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei no 8.666 de sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º - Este Decerto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, EdifícioSede do PoderExecutivo, em Juscimeira-Mt, aos 11 de Março de 2014.

Prefeitura Municipal de Juscimeira

Valdecir Luiz Colle

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e David Paulino Filho

OBJETO: “Prestação de Serviços Em Consultoria na Elaboração De Processos Licitatórios”

VALOR: R$ 46.800,00 (Quarenta Seis Mil, Oitocentos Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Valdecir Luiz Colle e David Paulino Filho – CPF: 806.802.671-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIA Nº042/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Concede férias aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra “d” da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondente ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: DELVAN BARTOLOMEU DE SOUZA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo:01/06/2012 à 01/06/2013

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ELIANE APARECIDA MONTEIRO

Órgão/Unidade: SMPA

Período aquisitivo: 03/11/2013 à 03/11/2014

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JORGE VITTORAZZI

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo:19/07/2012 à 19/07/2013

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOÃO MARCOS DE ALMEIDA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo:07/11/2013 à 07/11/2014

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidora: LUISA MARTINS DA CRUZ

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo:01/03/2014 à 01/03/2015

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 20 (vinte)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Servidora: MARIA RODRIGUES DE SOUZA MOREIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo:30/11/2012 à 30/11/2013

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidor: NELCY LUIZ MARTINS

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 23/09/2013 à 23/09/2014

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ROSILENE ANASTÁCIO DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo:02/01/2014 à 02/01/2015

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidora: VERONICA MALDONADO VIEIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo:31/05/2012 à 31/05/2013

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidor: WALDEMIR FERREIRA BARBOSA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 02/01/2014 à 02/01/2015

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 30 (trinta)

Servidor: WENDERLEY TORO MACHADO

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 12/09/2012 à 12/09/2013

Período de gozo: 01/04/2015 à 30/04/2015

Dias: 20 (trinta)

1/3 ABONO PECUNIÁRIO

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO – POR LOTE”

A Prefeitura Municipal de Lambari D’Oeste / MT, em 23 de Março de 2015, através da Comissão Permanente de Licitação e de seu Pregoeiro torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08 de Abril de 2015 às 09:00 hs, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015, cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual contratação de **“Fornecimento de Material de Construção, Materiais para instalações Elétricas, Materiais Hidráulicos e Esgoto, Materiais de Pintura e Ferramentas em Geral. Para serem utilizados nas Secretarias deste Município”**, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no email: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br, e no horário de expediente desta Prefeitura .

Lambari D’Oeste/MT em 23 de Março de 2015.

Duilho Rabelo Boascivis – Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 047/2015

PORTARIA Nº 047/2015,

DE 17 DE MARÇO DE 2015.

"Exonera o Senhor Geovanildo dos Reis Lemos do cargo de Assessor Contábil, e dá providências".

A Senhora MARIA MANEA DA CRUZ, Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Senhor GEOVANILDO DOS REIS LEMOS**, CPF: 703. 252.351-04 do cargo de** Assessor Contábil, **vinculado no Gabinete do Prefeito, a partir desta data**.

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190/2013 de 01/10/2013.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 046/2015

PORTARIA Nº 046/2015, DE 17 MARÇO DE 2015.

Conceder, elevação de nível, a servidora que menciona e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 025/2006, 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Orgânica Municipal,

R E S O LVE:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, a servidora a seguir descrita:

CLAUDENICE DA SILVA CANDIDO ARTIFICE EM COPA/COZINHAVinculado/Lotado em 17/03/2003Elevação de Nível 04 para Nível 05EDVALDO DE OLIVEIRA MENDES PEDREIROVinculado/Lotado em 24/03/2003Elevação de Nível 04 para Nível 05FÁTIMA PEREIRA DE MATOS BARBOSA ARTIFICE EM COPA/COZINHAVinculado/Lotado em 26/03/2003Elevação de Nível 04 para Nível 05GILMAR DOS SANTOS PROFESSOR MAGISTÉRIOVinculado/Lotado em 01/03/1994Elevação de Nível 07 para Nível 08LUZIA XAVIER PINHEIRO ARTIFICE EM COPA/COZINHAVinculado/Lotado em 17/03/2003Elevação de Nível 04 para Nível 05MARTA ALAIS RAMOS RODRIGUES ARTIFICE EM COPA/COZINHAVinculado/Lotado em 17/03/2003Elevação de Nível 04 para Nível 05PAULO JEFERSON MARQUES PARANGABA PROFESSOR MAGISTÉRIOVinculado/Lotado em 01/03/1994Elevação de Nível 07 para Nível 08RUTE SOARES DE AZEVEDO ARTIFICE EM COPA/COZINHAVinculado/Lotado em 17/03/2003Elevação de Nível 04 para Nível 05WENDER TORO MACHADO PROFESSOR MAGISTÉRIOVinculado/Lotado em 01/03/1994Elevação de Nível 07 para Nível 08ART.2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume.Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de março do ano dois mil e quinze. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SEMARIA MANEA DA CRUZPrefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 045/2015

PORTARIA Nº 045/2015, DE 17 MARÇO DE 2015.

Conceder, elevação de nível, ao servidor que menciona e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 025/2006, 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Orgânica Municipal,

R E S O LVE:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, a servidora a seguir descrita:

RUBENS RODRIGUES DUTRA MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS-Vinculado/Lotado em 09/08/1999Elevação de Nível 04 para Nível 05ART.2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume. Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de março do ano dois mil e quinze. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SEMARIA MANEA DA CRUZPrefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIA Nº 044/2015, DE 17 MARÇO DE 2015.

Conceder, elevação de nível, ao servidor que menciona e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 025/2006, 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Orgânica Municipal,

R E S O LVE:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, a servidora a seguir descrita:

ERNESTO BARTOLOMEU DE SOUZA AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOSVinculado/Lotado em 09/08/1998Elevação de Nível 05 para Nível 06ART.2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume. Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de março do ano dois mil e quinze. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SEMARIA MANEA DA CRUZPrefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 043/2015

PORTARIA Nº 043/2015, DE17 MARÇO DE 2015.

Conceder, elevação de nível, ao servidor que menciona e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 025/2006, 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Orgânica Municipal,

R E S O LVE:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, a servidora a seguir descrita:

CLODOALDO TIAGO DE QUEIROZ ODONTÓLAGOVinculado/Lotado em 10/04/1995Elevação de Nível 06 para Nível 07ART.2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação nos locais de costume. Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de março do ano dois mil e quinze. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SEMARIA MANEA DA CRUZPrefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2015 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

Objeto: Pregão Eletrônico com Registro de preço para a para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento parcelado, futuro e eventual de bilhetes de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, reembolso, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde MT.

Realização: Por meio do site www.bll.org.br

Data de Inicio para o recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 25/03/2015 até as 17:00 horas do dia 09/04/2015 (horário de Brasília)

Data e horário de inicio da sessão: Dia 10/04/2015 as 09:00 horas (horário de Brasília)

Data e horário de inicio da disputa: Dia 10/04/2015 as 10:00 horas (horário de Brasília)

Edital Completo: Afixado no endereço Av. América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300,e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br e **site**

www.bll.org.br

.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Federal 5.450/05.

Lucas do Rio Verde MT, 24 de Março de 2015.

Jessica Regina Wohemberg

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 307, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Exonerar a pedido da servidora municipal concursada

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido da servidora concursada (a), **NEIZE GEAN ESPINDOLA SOARES** do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, considerando a partir desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Março de 2015

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Fernanda Dotto

Secretária Municipal de Saúde

Publique-se e Cumpre-se

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 308, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Exonerar a pedido da servidora municipal concursada

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido do servidor (a) concursada (a), **LILIANE GELLER FARIA DA SILVA** do cargo de Secretaria Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, considerando a partir desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Março de 2015

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Elaine Benetti Lovatel

Secretária Municipal de Educação

Publique-se e Cumpre-se

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 309, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Exonerar a pedido da servidora municipal concursada

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido do servidor (a) concursada (a) **EDICLEIDE REGINA RODRIGUES** do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, considerando a partir desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Março de 2015

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Elaine Benetti Lovatel

Secretária Municipal de Educação

Publique-se e Cumpre-se

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2015 REGISTRO DE PREÇO 034/2015

Objeto: Contratação de empresa para Execução de pavimentação intertravada em passeio público, com utilização de paver sobre coxim de areia com espessura entre 3 cm a 5 cm. Incluindo preparo, aterro, compactação e nivelamento do terreno, pelo período de 12 (doze) meses.

Dia: 09 de Abril de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30 horas até as 14:00 horas, do dia 09 de Abril de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 09 de Abril de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde-MT. CEP: 78455-000 - Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde-MT, 24 de Março de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015

Objeto do Pregão: Pregão Presencial para a contratação de empresa especializada em Topografia e Georreferenciamento para elaboração e fornecimento dos projetos e mapas para a execução da II Etapa do Espaço do Empreendedor no Município de Lucas do Rio Verde, no Município de Lucas do Rio Verde/MT.

Dia: 09 de Abril de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30hs até as 08:30hs, do dia 09 de Abril 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 09 de Abril de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT, CEP: 78455-000, Fone: 65. 3549.8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde/MT, 24 de Março de 2015.

Jéssica Regina Wohlemberg

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EDITAL COMPLEMENTAR 001/2015 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA - MT

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 AO EDITAL Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Marcelândia - MT, Sr. **Arnóbio Vieira de Andrade**, através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo Decreto 29 de Março de 2015, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º.

- Fica excluído do ANEXO - I do Edital do Concurso Público 001/2015 o cargo Cod. 014 Paisagista da Prefeitura Municipal de Marcelândia, conforme segue:

EXCLUA-SE O CARGO:

COD	Cargo (Categoria)	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Total de Vagas	Vagas Cadastro de Reserva	Carga Horária Semanal	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)
014	Paisagista	Ensino Médio Completo e certificado cursos que tenham relação direta com cargo + Prova Títulos	02	02	40h/s	R$1.454,32	R$ 50,00

Art. 2º. - O motivo da exclusão se deve por motivos administrativos uma vez que não existe na tabela CBO – Associação Brasileira de Ocupações o código existente para o referido cargo, impossibilitando o cadastramento no sistema do Tribunal de Contas - TCE/MT.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 001/2015. Este Edital Complementar 01 do Concurso Público 001/2015, entra em vigor na data de 24 de Março de 2015.

MARCELÂNDIA – MT, 24 de Março de 2015

Arnóbio Vieira de Andrade Sonia Martinis

Prefeito Municipal Presidente da Comissão Conc. Publico 001/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - CONTRATO N° 010/2015.

OBJETO: **Contratação no Regime de Empreitada por Preço Global, de empresa especializada para execução da reforma da praça do Distrito de Analândia do Norte, no Município de Marcelândia-MT, conforme memorial descritivo e especificações técnicas de serviços de engenharia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos do Município de Marcelândia – MT, que integra o edital da Tomada de Preços nº 001/2015.**

CONTRATADO: **RGE CONSTRUTORA LTDA – ME**

VALOR: R$ 56.494,67 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos)

DATA ASSINATURA: 18/03/2015

DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 18/03/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 17/04/2015

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO 035/2015

Data 23 de Março de 2015.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 875/2014, e em consonância com a lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar em favor da Câmara Municipal de Marcelândia no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Câmara Municipal

01.031.0001.2001 Manutenção do Legislativo

33.90.36.00.00 Outros Serv. Terc. P. Física R$ 7.000,00

TOTAL GERAL R$ 7.000,00

Art. 2º - Para atender ao Crédito aberto no Artigo anterior, serão usadas como recursos as anulações das seguintes dotações:

Câmara Municipal

01.031.0001.2001 Manutenção do Legislativo

31.90.04.00.00 Contratação P/ Tempo Determinado R$ 1.000,00

33.70.41.00.00 Contribuições R$ 4.000,00

33.90.91.00.00 Sentenças Judiciais R$ 1.000,00

33.90.92.00.00 Despesas de E. Anteriores R$ 1.000,00

TOTAL GERAL R$ 7.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 23 de Março de 2015.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA REFERENTE À TOMADA DE PREÇO N° 002/2015

OBJETO:

Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos de comunicação e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Marcelândia- MT. Difundir ideias informando e conscientizando o público em geral, destinado ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Marcelândia- MT.

Considerando o que determina o artigo 10, Parágrafos 1°, 2°,4° e 5°, da Lei 12.232/2010, torna público os nomes dos Senhores (as):

1) SOLANGE PRISCILA DE SOUZA - Publicitária – BEM MAIS COMUNICAÇÃO

2) NIDIA FERRAZ LOPES – Locutora – TRANSAMÉRICA 98,1 ,

3) ANTONIO LUIZ FARIAS – Locutor/Repórter – TRANSAMÉRICA 98,1

4) JEFERSON KUNRATH – Editor - TRANSAMÉRICA 98,1

5) DANILO STEINKE AGUIAR - Servidor – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

6) EDSON DOS SANTOS – Jornalista – ESTÚDIO MT

7) ELISANDRA DA SILVA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – Repórter – TV AMBIENTAL REDE RECORD

8) PAULINO TARCISIO BORGES – Locutor – RADIO CIDADE FM 87,9

9) ANTONIO VILELA – Locutor – RADIO CIDADE FM 87,9

previamente cadastrados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para comporem a subcomissão técnica de julgamento das propostas técnicas referente à TOMADA DE PREÇO N°002/2015, que fará realizar o sorteio em Sessão Pública no dia 06 de abril de 2015, às 14h:00m, na sala de Licitação à Rua Guaíra, n° 777, Centro, Prefeitura Municipal de Marcelândia, para escolha dos 03 membros que irão compor a Subcomissão Técnica responsável pelo julgamento das propostas técnicas das empresas que irão participar do certame para Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos de comunicação e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Marcelândia- MT. Difundir ideias informando e conscientizando o público em geral, destinado ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Marcelândia- MT.

Marcelândia, 24 de março de 2015

Reinaldo Castilhos Pawlak

Presidente da Comissão Permanente de Licitação -CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2020, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre a Nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO: A aprovação da Lei Municipal nº 483 de 09 de Junho de 2004, que instituiu os Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais;

CONSIDERANDO: As Leis Municipais nºs 508/2005 e 705/2009 em seu Artigo 5º e Artigo 1º que institui a Composição do Conselho

DECRETA

Art. 1º - Ficam revogadas as nomeações feitas nos incisos II, III, IV, V, VI,VIII,IX, X, XI do Decreto nº **1232** de **23 de outubro de 2009**.

Art. 2º - Ficam nomeados para composição do **Conselho Municipal de Direitos das Pessoas Portadoras Necessidades Especiais – CMDPNE**, de acordo com a Lei Municipal nº 483 de 09 de junho de 2004

I – Representante do Poder Executivo

Titular: Maria Ângela dos Reis

Suplente: Reinaldo Schneider

II – Representante do Poder Legislativo

Titular: Marinilde Bernardi Dall'Acqua

Suplente: Alcione de Moraes Zattar

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Leandro Moura de Lima

Suplente: Emanuelle de Meira Scatola

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Maria da Conceição da Silva Coronheiro

Suplente: Marlene Messias Cardoso de Souza

V – Representante da Secretaria Municipal de Promoção Social

Titular: Cides Semprebom Bezerra

Suplente: Zizian Zolforoso

VI – Representante da APAE

Titular: Antonia Fior Daguis Frediane

Suplente: Janete Aparecida Teruel

VII – Representante das Igrejas Evangélicas

Titular: Adão Lopes dos Santos

Suplente: Edvandro Luiz Menegon

VIII – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Adilson Luiz Lippi

Suplente: Agenor Antonio de Matos

IX – Representante da Pastoral da Criança

Titular: Janete dos Santos

Suplente: Luciana Rodrigues Gomes

X – Representante do Rotary Clube

Titular: Heraldo Rodrigo Ricieri

Suplente: José Valmir Barbieri

XI – Representante do Lions Clube

Titular: Dalva Aparecida Cardoso

Suplente: Douglas Aparecido Picotti Batista

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e três dias do mês de Março de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 014/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que REALIZOU no dia 18 de Março de 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUBOS AGRÍCOLAS, HERBICIDAS E INSETICIDAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES", aonde sagrou-se vencedora a Empresa FBA - AGROPECUARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.423.260/0001-20 com valor total de R$ 56.580,00. Maiores informações pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 24 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 12/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 13 DE ABRIL DE 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2628.0281488-19/2008 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CEF E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Maiores Informações através do Edital nº. 040/2015, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 25 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 017/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: "PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS LABORATORIAIS SOROLÓGICOS, HEMATOLÓGICOS, IMUNOLÓGICOS, MICROBIOLÓGICOS E HORMONAIS EM ATENDIMENTO SECRETARIA DE SAÚDE, *CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"* de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGAO PRESENCIAL Nº. 020/2015.**

CONTRATADA: **DENISE A. M. GOLLNER LOPES - ME**

Valor/Global: R$ 68.157,80

Assinatura: 24/03/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038.3390.39.000 — R$ 68.157,80

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 23 DE MARÇO DE 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2628.0281488-19/2008 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CEF E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ foi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 24 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 019/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUBOS AGRÍCOLAS, HERBICIDAS E INSETICIDAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES, *CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"* de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGAO PRESENCIAL Nº. 014/2015.**

CONTRATADA: **FBA – FERNANDO BACCHIN AGROPECUÁRIA LTDA – EPP**

Valor/Global: R$ 56.580,00

Assinatura: 25/03/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 06.060.0.1.20.606.0011.2011.3390.30.000 – R$ 11.316,00

Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061.3390.30.000 – R$ 45.264,00

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N º 2021 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA PESCARIA NO LAGO 02 – DENOMINADA PESCA LIBERADA, NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o previsto no Artigo 5º, da Lei 692, de 12 de agosto de 2009;

Art. 1°. Fica autorizado a pesca no Lago 02 do Município de Matupá no evento de lazer "PESCA LIBERADA", nos dias 28 e 29 de Março de 2015, das 05:00 as 22:00 horas.

Art. 2°.A pesca deverá ser realizada as margens do Lago 02 e sobre os trapiches, e sob a orientação e fiscalização da Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, podendo firmar parcerias com as entidades civis organizadas, mediante as seguintes condições:

I – Cada interessado deverá portar os equipamentos necessários para realização da pesca, tais como isca, vara, molinete, linha de mão, anzol, etc, vedada a utilização de espinhel, garatéia, rede, tarrafa, etc;

II – Crianças menores de 12 (doze) anos somente poderão pescar acompanhado dos pais ou responsáveis;

III – Fica vedada a participação de indivíduos visivelmente embriagados no evento;

IV – É proibida a devolução do peixe pescado;

V – Não terá ônus para o pescador, tendo como limite o número máximo de 05 (cinco) exemplares por indivíduo;

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e três dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 018/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E LIMPEZA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL, POSTOS DE SAÚDE FAMILIAR E PAÇO MUNICIPAL DE MATUPÁ, *CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"* de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGAO PRESENCIAL Nº. 019/2015.**

CONTRATADA: **PRODETER –MT PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA**

Valor/Global: R$ 153.504,80

Assinatura: 24/03/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031.3390.30.000 – R$ 74.058,10

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038.3390.30.000 – R$ 71.889,30

Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007.3390.30.000 – R$ 7.557,40

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2022 DE 24 DE MARÇO DE 2015

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, pelo Decreto nº 1992 de 28/01/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º.

Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Carteira de Trabalho;

8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13. 02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (sexo masculino);

16. Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração contendo endereço residencial;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Declaração de bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

ANEXO II

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ZONA RURAL

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
SIRLEI SIMONETTI	6091648029	15	5º

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 014/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que REALIZOU no dia 18 de Março de 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUBOS AGRÍCOLAS, HERBICIDAS E INSETICIDAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES"**, aonde sagrou-se vencedora a Empresa** FBA - AGROPECUARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.423.260/0001-20 com valor total de R$ 56.580,00**. Maiores informações pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.**

Matupá – MT, 24 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL Nº 09/2015

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015, conforme anexo único deste edital.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 19 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MERENDEIRA	
Nome	**Classificação**
LUCINEIDE DE SOUZA COSTA	7º LUGAR
IRACI ODETE DA SILVA E SILVA	8º LUGAR
LUCINÉIA DOS SANTOS COSTA	9º LUGAR
CLAUDINEIA CORREIA DE ALMEIDA	10º LUGAR
MONITORA DE CRECHE	
Nome	Classificação
CRISTIANE LUZIA DA SILVA	11º LUGAR
NATALIA RITIELI TEIXEIRA DA ROCHA	12º LUGAR
EDILAINE AMANCIO RAMOS	13º LUGAR
MARIA ROSA FERREIRA	14º LUGAR
MARLI DE JESUS	15º LUGAR
WELYDA FABIANA TAVARES DE CARVALHO	16º LUGAR
ELILDE DE CAMPOS SOUZA	17º LUGAR
PROFESSORA DA ÁREA DE PEDAGOGIA	
Nome	Classificação
MARIA DO SOCORRO TAVARES DE FREITAS	51º LUGAR
POLIANA DOS SANTOS OBARA	52º LUGAR
AUREA LÚCIA ISIDORO RUSSAFA	53º LUGAR
ELAINE APARECIDA BERNARDO	54º LUGAR
ADRIANA HELENA FERNANDES DE CARVALHO	55º LUGAR
JOYCI DIAS SIQUEIRA	56º LUGAR
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Nome	Classificação
GISLAINE BORGES DA COSTA FRANÇA	8º LUGAR
AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS	
Nome	Classificação
FABRICIA MARZOCHI PAULINO	15º LUGAR
AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS	
Nome	Classificação
JEFFERSON GUEDES PAIS	1º LUGAR
ILSINEI DASILVA CUSTÓDIO	2º LUGAR

ANDRIELI CRISTINA DOS SANTOS	3º LUGAR
BENEDITO FRANCISCO	4º LUGAR
ROBERTO DA ROCHA FERREIRA	5º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 19 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO 2.816/2015

DECRETO Nº 2.816 DE 24 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS COMITÊ PARA ANÁLISE DE PROJETOS DESTINADOS AO PROGRAMA PROPAP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

Considerando a necessidade de dinamizar e nortear os trabalhos e analises de projetos referentes ao Programa PROPAP no município,

R E S O L V E

Art. 1º

- Nomear os servidores que abaixo relaciona para sob a presidência do primeiro comporem o Comitê Municipal para análise e aprovação de projetos técnicos destinados ao Programa PROPAP conforme segue:

AMARILDO PEDRO DO NASCIMENTO - Secretario Municipal de Obras e Infraestrutura;

KLEITON ANTONIO BESSA - Engenheiro Civil Fiscal de Obras de Obras do Município;

MIGUEL FRANCISCO DE MELO – Desenhista - Coordenadoria de Planejamento;

PEDRO GIMENEZ -Coordenador de Informática, Proc. de Dados e responsável pelo Geo-Obras

JOSE CARLOS ALVES MARTINS – Fiscal de Obras e Posturas.

Art. 2º – A comissão compete examinar os projetos apresentados levando em consideração as particularidades das obras e os bairros a serem atendidos pelo PROPAP, quanto à quantidade, tipo de obras a serem executadas e seu custo com base na tabela SINAP- Desonerada, conforme Caixa Econômica.. Art. 3º - Promover os encaminhamentos de análise para aprovação no prazo Maximo de 72 (setenta e duas) horas de seu recebimento de forma a implementar as obras necessárias ao desenvolvimento do PROPAP, oficiando de imediato o requerente da necessidade de alterações. Art. 4º - Propor alterações e efetuar devolutivas para as eventuais alterações necessárias para aprovação do Projeto, sendo que a re-análise deve ocorrer no prazo Maximo de 24 (vinte e quatro horas) do novo protocolo.. Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 24 de março de 2015. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 123/2015

PORTARIA Nº 123 DE 23 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA COMISSÃO PARA APURAR REAL ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÈNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município,

Considerando que existem no setor de cadastro imóveis que à época do cadastramento no foram identificados seus proprietários, sendo então cadastrados como IGNORADOS ou IGN;

Considerando que existem situações em que o proprietário foi identificado porem sem fazer menção de seus documentos pessoais (CPF, RG);

Considerando que com a falta de identificação dos nomes dos proprietários ou a indicação do CPF ou RG, o município fica impossibilitado de mover ações de cobrança dos impostos;

Considerando que o setor de contabilidade encontra-se com dificuldade no encerramento do balanço devido a não identificação dos reais devedores dos casos elencados,

R E S O L V E

Art. 1º -

Nomear os servidores abaixo identificados para sob a presidência do primeiro comporem Comissão para Apuração do Real Estoque de Divida Ativa do Município, a saber:

MASTERSON FELIPE DA SILVA – Matricula nº 591;

JOÃO CARLOS DIAS – Matrícula nº 36;

ALENISIO DE SOUZA GOMES – Matrícula nº 38 e,

CARLOS EDUARDO TOLON – Matrícula nº 1743.

Art. 2º - Compete à Comissão ora Designada:

a) Efetuar o levantamento junto ao Cadastro Imobiliário visando a detecção dos casos de cadastros inconsistentes ou incompletos que inviabilizam ações de cobrança;

b) Efetuar o expurgo de oficio das Dividas Ativas dos Cadastros inconsistentes ou incompletos que inviabilizam ações de cobrança, e estejam prescritas;

c) Expurgar a Divida Ativa dos cadastros inconsistentes ou incompletos que inviabilizam ações de cobrança e que sejam inferiores à 2 (duas) UFMs, de acordo com a Lei Complementar nº 047/2005;

d) Apontar os casos de Cadastros Inconsistentes e ou Incompletos que possam ser objeto de atualização in loco (trabalho de campo) visando a atualização cadastral;

e) Indicar os casos dos imóveis cuja propriedade é sabida, mas que o contribuinte se recusa apresentar a identificação necessária para o cadastramento imobiliário, a fim de que possam ser tomadas as medidas jurídicas que os casos requererem.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D’Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 23 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 044/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JACIRA RODRIGUES DA SILVA CUENI, bra-

sileiro (a), portador (a) do RG n.° 272 957 SSP/MTe do CPF n.° 415.128. 471-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/ 2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JACIRA RODRIGUES DA SILVA CUENI

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 072/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) DEONICE MARIA DE ROMA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 400.034 SSP/MTe do CPF n.° 253.912.751-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/ 2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do

CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES DEONICE MARIA DE ROMA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 057/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LURDES MARIA ALMEIDA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 074486413 SSP/MTe do CPF n.° 839.956.921-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LURDES MARIA ALMEIDA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 018/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ROSINEI MARQUES DE FRANÇA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.712.105-1 SSP/MTe do CPF n.° 042.653.651-75, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ROSINEI MARQUES DE FRANÇA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 071/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) AUREA JANE RONDON MAYER, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0.325.778-9 SJ/MTe do CPF n.° 205.384.801-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES AUREA JANE RONDON MAYER

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 070/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE

e de outro lado o (a) Sr. (a) ROZINETE DE ALMEIDA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.640.532-3 SJSP/MTe do CPF n.° 809.156.471-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ROZINETE DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 097/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ISLENE VIEIRA REIS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.447.813-7 SSP/MTe do CPF n.° 969.594.281-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ISLENE VIEIRA REIS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 035/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA DOMINGAS DE CAMPOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1472161-9 SSP/MTe do CPF n.° 994.697.661-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA DOMINGAS DE CAMPOS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 005/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ELIES BORGES DE PAULA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.533.619-0 SSP/MTe do CPF n.° 943.055.871-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 30 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 18 (Dezoito) dias, contados dos dias 04/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.876,67 (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ELIES BORGES DE PAULA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 095/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LEONICE ALMEIDA DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.157.873-7 SSP/MTe do CPF n.° 037.191.351-95, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LEONICE ALMEIDA DOS SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 034/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) GLAUCIA BATISTA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1705716-7 SSP/MTe do CPF n.° 016.126.871-48, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALISADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES GLAUCIA BATISTA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 052/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.153.982-8 SJ/MTe do CPF n.° 654.439.501-34, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 021/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) NILMA CAMPOS LUCAS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0.676.015-5 SSP/MTe do CPF n.° 458.280.671-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES NILMA CAMPOS LUCAS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 075/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) UILTES SIQUEIRA CAMPOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 610.945 SSP/MTe do CPF n.° 406.463.191-91, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES UILTES SIQUEIRA CAMPOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 019/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LUIZIANE CRISTINA DE BRITO SILVA BARROS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.124.507-7 SJ/MTe do CPF n.° 811.617.941-15, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LUIZIANE CRISTINA DE BRITO SILVA BARROS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 037/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) DORYLEIA SANTANA DE AMORIM, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1735348-3 SSP/MTe do CPF n.° 017.925.101-52, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a rees-

truturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.342,44 (Hum Mil, Trezentos e Quarenta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 14 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES DORYLEIA SANTANA DE AMORIM

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 025/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA APARECIDA DE CAMPOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 999 415 SSP/MTe do CPF n.° 654.326.731-34, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 3.835,56 (Três Mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA APARECIDA DE CAMPOS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 24/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 8.132.629-4 SSP/SPe do CPF n.° 668.617.138-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 038/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ANAIDE COSTA PEDROZO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1874217-3 SSP/MTe do CPF n.° 019.080.551-03, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ANAIDE COSTA PEDROZO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 040/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JUCILENE LUZIA DOS ANJOS NUNES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1298824-3 SEJSP/MTe do CPF n.° 940.424.971-87, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MERENDEIRA, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JUCILENE LUZIA DOS ANJOS NUNES

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 094/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LARISSA CARVALHO COSTA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.466.503-7 SJSP/MTe do CPF n.° 022.116.641-64, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital

de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LARISSA CARVALHO COSTA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 047/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) DIEGO SOUZA CAMARGO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2249018-3 SSP/MTe do CPF n.° 048.669.101-27, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MONITOR ESCOLAR, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES DIEGO SOUZA CAMARGO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 089/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ANITA OSVALDINA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1515587-0 SSP/MTe do CPF n.° 000.417.361-92, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFALTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ANITA OSVALDINA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 051/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) VANDA CLEIA DA SILVA SERAFIM, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.494.906-7 SSP/MTe do CPF n.° 968.529.681-20, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MERENDEIRA, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES VANDA CLEIA DA SILVA SERAFIM

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 102/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, **de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado** o (a) Sr. (a) **JOACIL FRANCISCO DE SOUZA**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 10925791 SJ/MT e do CPF 835.068.451-87, a seguir chamado de Contratado na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1148/2009, que "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias", na função de **MOTORISTA DE VEICULO PESADO**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 17 (Dezesete) dias**, contados dos dias **19/02/2015** estendendo-se até **31/12/2015**.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ **1.550,76 (Hum Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais e Setenta e Seis Centavos)** mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art.n°124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**,** 19 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JOACIL FRANCISCO DE SOUZA

Testemunhas:_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 020/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) EDINEIA SILVA DA LUZ, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.501.568-8 SSP/MTe do CPF n.° 000.907.231-47, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES EDINEIA SILVA DA LUZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 083/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) TELMA CLEONICE DE ARRUDA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.230.040-3 SJ/MTe do CPF n.° 002.847.641-75, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES TELMA CLEONICE DE ARRUDA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 008/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LUIZA ESTEVAM DE CAMPOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.293.080-6 SSP/MTe do CPF n.° 878.182.721-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.876,67 (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LUIZA ESTEVAM DE CAMPOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 045/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) SANDRA REGINA RODRIGUES MEQUIWO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.008.162-6 SSP/MTe do CPF n.° 019.142.421-81, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 958,89 (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES SANDRA REGINA RODRIGUES MEQUIWO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 078/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ZULEICA AVELINO DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.260.312 SSP/PRe do CPF n.° 355.349.

829-34, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de feveriro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ZULEICA AVELINO DOS SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 101/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, **de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado** o (a) Sr. (a) **JULICE PINTO BOLZE KLEIN**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 6.031.258-3 SESP/PR e do CPF 877.814.689-53, a seguir chamado de Contratado na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1148/2009, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias”, na função de **PSICOLOGO**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de Ação Social desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 13 (Dezesete) dias**, contados dos dias **12/02/2015** estendendo-se até **31/12/2015**.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ **1.681,55 (Hum Mil, Seissentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)** mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art.n°124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20** horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**,** 12 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JULICE PINTO BOLZE KLEIN

Testemunhas:_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 074/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) TEREZA DALLA VECCHIA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 610.982 SSP/MTe do CPF n.° 442.145.371-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES TEREZA DALLA VECCHIA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 099/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, **de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado** o (a) Sr. (a) **JOSÉ ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 938 686 SSP/MT e do CPF 280.273.371-00, a seguir chamado de Contratado na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1148/2009, que "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias", na função de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 21 (Vinte e Um) dias**, contados dos dias **10/02/2015** estendendo-se até **31/12/2015**.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ **2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)** mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art.n°124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**,** 10 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JOSÉ ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA

Testemunhas:_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 073/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) KAREN DE ALMEIDA CAMPOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2009765e do CPF n.° 041.098.031-52, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNCICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES KAREN DE ALMEIDA CAMPOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 100/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, **de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado** o (a) Sr. (a) **ALEXANDRA TELMA BARBOSA**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 267600276 SSP/SP e do CPF 215.735.138-81, a seguir chamado de Contratado na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1148/2009, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias”, na função de **PSICOLOGO**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de Ação Social desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **10 (Dez) meses e 17 (Dezesete) dias**, contados dos dias **12/02/2015** estendendo-se até **31/12/2015**.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ **1.681,55 (Hum Mil, Sessentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)** mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art.n°124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **20** horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**,** 12 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ALEXANDRA TELMA BARBOSA

Testemunhas:_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 017/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA CRISTINA MARTINS DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.500.612-3 SSP/MTe do CPF n.° 912.463.421-20, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de

isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA CRISTINA MARTINS DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 041/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) CARMEM MARCIELLEN PEREIRA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.066.729-6 SSP/MTe do CPF n.° 831.710.701-97, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES CARMEM MARCIELLEN PEREIRA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 015/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LUZIA MENDES PEDROZO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1611792-1 SSP/MTe do CPF n.° 988.389.461-91, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LUZIA MENDES PEDROZO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 042/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/

0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) EVANETH PIRES DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 991 051 SSP/MTe do CPF n.° 667.833.131-15, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES EVANETH PIRES DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 082/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ROSANGELA MARIA DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0695198-8 SSP/MTe do CPF n.° 630.650.101-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ROSANGELA MARIA DE SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 050/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARINALVA ERCULANA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1663707-0 SSP/MTe do CPF n.° 021.052.051-51, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezessete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de

isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARINALVA ERCULANA DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 003/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, **de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado** o (a) Sr. (a) **ELIZANDRA ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2154782-3 SSP/MT e do CPF 034.776.021-02, a seguir chamado de Contratado na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1148/2009, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias”, na função de **Recepcionista**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de Saúde desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **11 (Onze) meses**, contados dos dias **01/02/2015** estendendo-se até **31/12/2015**.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ **847,01 (Oitocentos e Quarenta e Sete Reais e Um Centavos)** mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art.n°124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**,** 01 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ELIZANDRA ALVES DE OLIVEIRA

Testemunhas:_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 049/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MANOEL GERALDO LEITE, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 241870100 SSP/MTe do CPF n.° 570.781.905-30, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.550,76 (Hum Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais e Setenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MANOEL GERALDO LEITE

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 020/2015

“Dispõe sobre Luto Oficial na cidade de Nobres/MT, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições lhe conferida pe la Lei Orgânica Municipal, *DECRETA:*

Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL** na Cidade de Nobres no dia 24/03/2015 (terça-feira), em virtude do falecimento do Sr. SATURNINO ALVES FOLHA sendo ele pai dos funcionários Antônio Aparecido Folha e Dercílio Alves Folha.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 091/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) VIVIANE CISCON DA FONSECA SOUTO E SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.200.246-4 SSP/MTe do CPF n.° 036.697.021-64, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 30 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.438,33 (Hum Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES VIVIANE CISCON DA FONSECA SOUTO E SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 61/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) NOEMIA SOARES MOREIRA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 328 729 SSP/MTe do CPF n.° 326.220.401-30, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES NOEMIA SOARES MOREIRA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 033/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ELAINE CRISTINA RONDON QUEIROZ, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.004.899-5 SJSP/MTe do CPF n.° 654.141.601-04, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ELAINE CRISTINA RONDON QUEIROZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 013/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ANDRE DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 751 573 SSP/MTe do CPF n.° 654.139.381-87, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ANDRE DOS SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 065/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.183.223-1 SJ/MTe do CPF n.° 837.062.161-91, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 053/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.002.517-3 SSP/MTe do CPF n.° 025.502.471-16, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 096/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JUCINEIA RAMOS DA SILVA FISCHER, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.006.779-5 SESJ/MTe do CPF n.° 840.713.381-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JUCINEIA RAMOS DA SILVA FISCHER

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 067/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.716.591-1 SSP/MTe do CPF n.° 010.958.371-09, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 059/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) OZENI GOMES DE OLVEIRA BUENO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2123829-4 SEJSP/MTe do CPF n.° 610.241.802-63, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES OZENI GOMES DE OLVEIRA BUENO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 060/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2179048-5 SEJSP/MTe do CPF n.° 036.260.211-57, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 012/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) AMARELISE RODRIGUES DA SILVA., brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.100.059-0 SSP/MTe do CPF n.° 046.230.251-28, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 958,89 (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES AMARELISE RODRIGUES DA SILVA.

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 058/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LUCINEY PACHECO DOS SANTOS NUNES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 768 427 SSP/MTe do CPF n.° 523.186.051-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LUCINEY PACHECO DOS SANTOS NUNES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 062/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA APARECIDA BARBOSA RIBEIRO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0.397.406-5 SSP/MTe do CPF n.° 460.162.281-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA APARECIDA BARBOSA RIBEIRO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 090/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARLUCE LOUREIRO POSSANI, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 96744374 SSP/PRe do CPF n.° 035.380.451-78, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARLUCE LOUREIRO POSSANI

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 043/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ZENILDE DOS SANTOS MAQUIALO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.502.880-1 SSP/MTe do CPF n.° 938.284.541-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 958,89 (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ZENILDE DOS SANTOS MAQUIALO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 066/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARISTELA DE FATIMA LOUREIRRO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 3.228.801-4 SSP/PRe do CPF n.° 030.864.069-17, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARISTELA DE FATIMA LOUREIRRO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 069/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ELAINE DIAS DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 979.159 SSP/MTe do CPF n.° 654.123.111-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ELAINE DIAS DE SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 098/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JOSIANE DELFINO DE ARAUJO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.669.042-7 SSP/MTe do CPF n.° 009.714.881-42, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JOSIANE DELFINO DE ARAUJO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 068/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) BENEDITA LINEIDE DE ALBUQUERQUE, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 619 942 SSP/MTe do CPF n.° 631.848.501-53, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES BENEDITA LINEIDE DE ALBUQUERQUE

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 092/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ANAIL LUCIA CABRAL, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.230.143-4 SJ/MTe do CPF n.° 654.424.231-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ANAIL LUCIA CABRAL

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 055/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/

0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) TANIANE PAULINA MARQUES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.529.642-3 SSP/MTe do CPF n.° 010.956.361-11, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES TANIANE PAULINA MARQUES

Testemunhas:

_____

_____

LICITAÇÃO
ATA DE RP Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. *SEBASTIÃO* **GILMAR LUIZ DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 0429671-0 SSP/MT e CPF n.º 318.480.011-34, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **MARCIO ANDRE NODARI 98639366934**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.087.258/0001-56, estabelecida na ROD. BR 163-364, bairro Jardim Petrópolis, nesta cidade de Nobres-MT, Cep: 78.460-000sendo representada pela Sr. Marcio André Nodari, inscrito no CPF sob o nº 986.393.669-34 e portador de RG nº 0011334586 SSP/MT, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Esta Ata tem por objeto Registro de preços para eventual **Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços De Borracharia, Para Atender Diversas Secretarias Municipais,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por

ITEM

conforme segue:

Item	Código	Descrição (Zona Urbana)	Quantidade	Valor Unit. R$	Valor Total R$
01	31383	CONSERTO DE PNEU VEIC. LEVE	1.225,00	13,00	15. 925,00
02	39705	CONSERTO DE PNEU-CAMINHONETE	60,00	14,50	870,00
03	39706	CONSERTO DE PNEU-CAMINHÃO	1.000,00	33,00	33. 000,00
04 1. 500,00	39707	CONSERTO DE PNEU-MAQUINA PESADA (MOTONIVELADORA, PA CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA.)	1.500,00	73,00	109. 500,00
05	39704	CONSERTO DE PNEU-MOTO	612,00	10,00	6. 120,00
06	45991	CONSERTO DE RODA - VEIC. LEVE	34,00	27,00	918,00
07	46003	CONSERTO DE RODA - VEIC. PESADO TIPO CAMIONETE OU FURGAO	32,00	70,00	2. 240,00
09	46001	REMENDO DE PNEU VEIC. PESADO TIPO CAMIONETE OU FURGAO	32,00	14,50	464,00
10	45994	REMENDO EM PNEU MOTO – XLR	10,00	11,00	110,00
11	45989	REMENDO EM PNEU VEIC. LEVE	90,00	13,00	1. 170,00
12	45992	RODIZIO DE PNEUS - VEIC. LEVE	36,00	10,00	360,00
13	46004	RODIZIO PNEU - VEIC. PESADO TIPO CAMIONETE E FURGAO	32,00	16,00	512,00
14	47284	TROCA DE BICO CAMARA VEICULO LEVE	510,00	13,00	6. 630,00
15	47285	TROCA DE BICO CAMARA VEICULO PESADO	700,00	22,00	15. 400,00
16	45993	TROCA DE PNEU COM MONTAGEM E DESMONTAGEM - MOTOS XLR	10,00	11,00	110,00
17	45988	TROCA DE PNEU COM MONTAGEM E DESMONTAGEM - VEIC. LEVE	756,00	10,00	7. 560,00
18	46000	TROCA DE PNEU COM MONTAGEM E DESMONTAGEM VEIC. PESADO TIPO CAMIONETE OU FURGAO.	32,00	17,00	544,00
19	39719	TROCA DE PNEU-CAMINHAO	400,00	25,00	10. 000,00
20	39721	TROCA DE PNEU-MAQUINA PESADA (MOTONIVELADORA, PA CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA)	400,00	54,00	21. 600,00
21	39718	TROCA DE PNEU-VEICULO LEVE	315,00	11,00	3. 465,00
22	39708	VULCANIZACAO TIPO 01	100,00	13,50	1. 350,00
23	39709	VULCANIZACAO TIPO 02	100,00	15,00	1. 500,00
24	39710	VULCANIZACAO TIPO 03	150,00	18,00	2. 700,00
25	39711	VULCANIZACAO TIPO 04	150,00	24,00	3. 600,00
26	39712	VULCANIZACAO TIPO 05	150,00	33,00	4. 950,00
27	39713	VULCANIZACAO TIPO 06	200,00	40,00	8. 000,00
28	39714	VULCANIZACAO TIPO 07	200,00	47,00	9. 400,00
29	39715	VULCANIZACAO TIPO 08	250,00	56,00	14. 000,00
30	39716	VULCANIZACAO TIPO 09	250,00	67,00	16. 750,00
31	39717	VULCANIZACAO TIPO 10	250,00	80,00	20. 000,00

Esta ATA de RP tem o valor Global de R$ 318.748,00 (trezentos e dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de fornecimento dos produtos/serviços, serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de serviço decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Todo serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Admin.....064-03.001.04.122.0004.2007.3390390000000

Sec. Mun. de Turismo.....663-14.001.13.695.0002.2102.339039000000

Sec. Mun. de Fiscalização.....590-10.001.04.129.0007.2115.3390390000000

Sec. Mun. de Obras.....540-08.001.15.452.0013.2165.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....327-06.002.10.302.0018.2061.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....266-06.002.10.301.0017.2051.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....352-06.002.10.305.0020.2064.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....362-06.002.10.305.0021.2065.339039000000

Sec. Mun. de Educação 153-05.001.12.361.0006.2034.339039000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....491-07.006.08.244.0027.2098.339039000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....474-07.004.08.241.0035.2116.3390390000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....445-07.002.08.244.0036.2078.339039000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....383-07.001.08.122.0023.2067.339039000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....422-07.002.08.244.0034.2072.339039000000

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual

decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 009/2015, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015 a proposta da empresa MARCIO ANDRE NODARI 98639366934, CNPJ nº 12.087.258/0001-56 classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8. 666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 17 de Março de 2015.

_____

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

_____

MARCIO ANDRE NODARI 98639366934

CNPJ nº 12.087.258/0001-56,

Sr. Marcio André Nodari

CPF nº 986.393.669-34

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 056/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) QUEITE LAURA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.494.909-1 SSP/MTe do CPF n.° 998.592.541-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/ 2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES QUEITE LAURA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 014/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JOSINETE MENDES RAPIS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1769285-7 SSP/MTe do CPF n.° 009.875.821-78, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JOSINETE MENDES RAPIS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 028/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) DIRCE CORREA FALÇÃO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 14.580.053-2 SSP/SPe do CPF n.° 321.530.311-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES DIRCE CORREA FALÇÃO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 010/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) PAULA APARECIDA COSTA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.712.383-6 SSP/MTe do CPF n.° 030.624.131-58, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES PAULA APARECIDA COSTA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 063/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA CRISTINA GARCIA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 000.816.318 SSP/MSe do CPF n.° 652.640.451-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA CRISTINA GARCIA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 009/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) SEBASTIÃO DA GUIA SIQUEIRA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0892189-0 SEJSP/MTe do CPF n.° 630.963.581-68, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 3.835,56 (Três Mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES SEBASTIÃO DA GUIA SIQUEIRA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 054/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) KARLA DA SILVA BARBOSA FERREIRA GOMES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.403.957-5 SSP/MTe do CPF n.° 000.425.931-90, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES KARLA DA SILVA BARBOSA FERREIRA GOMES

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 056/2015

PORTARIA Nº. 056/2015

"Institui Comissão de Inquérito Administrativo para apurar irregularidades cometidas por servidor em acúmulo remunerado de cargos públicos, apontadas em Comissão de Processo Administrativo, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. *SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA*, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, **CONSIDERANDO** o teor da Portaria 158/2014, **CONSIDERANDO** o teor do artigo 37, XVI da Constituição Federal, **CONSIDERANDO** o teor dos artigos 138 e seguintes da Lei Municipal nº. 992/2006, **CONSIDERANDO** o teor dos artigos 175 e seguintes da Lei Municipal nº. 992/2006, **CONSIDERANDO** o que dispõe no artigo 169 da Lei Municipal nº. 992/2006 **RESOLVE:**

Art. 1º.

Fica determinada a abertura de Comissão de Inquérito Administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instituída pela Portaria municipal nº. 158/2014, no intuito de apurar as responsabilidades da servidora ANITA SATIE AIKO em acúmulo de cargos públicos.

Parágrafo Único. Os servidores abaixo relacionados comporão a Comissão instituída no caput:

Presidente: CAMILA PEREIRA MACIEL Membro: FABIANO JOSÉ DA SILVA Membro: EDSON FRIEDRICH

Art. 2º. O inquérito administrativo será contraditório, assegurada a ampla defesa, com utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 3º. A Comissão de Inquérito Administrativo deverá obedecer ao disposto na Lei 992/2006 respeitando os procedimentos e prazos, devendo apresentar a conclusão do inquérito no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º. As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão de Inquérito Administrativo não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de março de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva

Prefeito Municipal de Nobres

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 022/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 6.272.953-8 SSP/MTe do CPF n.° 897.436.449-20, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 064/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) GENICREI FRANCISCA DE FRAÇA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1613972-0 SSP/MTe do CPF n.° 012.498.741-90, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES GENICREI FRANCISCA DE FRAÇA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 048/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIANA RODRIGUES CAMPOS GOMES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 19047736896 SSP/MTe do CPF n.° 008.337.801-40, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIANA RODRIGUES CAMPOS GOMES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 079/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) OLINALVA MARIA DE JESUS ROMERO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0.684.709-9 SSP/MTe do CPF n.° 468.505.381-87, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES OLINALVA MARIA DE JESUS ROMERO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 084/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) OZANA DE CARVALHO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 748 645 SSP/MTe do CPF n.° 651.706.441-91, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 02/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES OZANA DE CARVALHO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 087/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA FERREIRA LUZ, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 955 555 SSP/MTe do CPF n.° 835.188.781-15, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) Dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA FERREIRA LUZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 046/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1116515-4 SJ/MTe do CPF n.° 003.338.431-26, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA

Testemunhas:

_____
_____

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **13/2015**, cujo Objeto é a ***Contratação de Serviço de Manutenção, Instalação, Configuração e Gerenciamento de Rede Local, em Computadores da Prefeitura e diversas secretarias municipais de Nobres-MT.*** Cuja abertura ocorreu no dia 17/03/2015, sagrou vencedora a empresa **BENJAMIN DA SILVA QUEIROZ 03604907195**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.447.426/0001-68, com o valor global de **R$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais).**

Nobres, 20 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal De Nobres

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 011/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO

GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) FABIANA CRISTINA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2002530-0 SSP/MTe do CPF n.° 029.315.641-76, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MERENDEIRA, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES FABIANA CRISTINA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO

"EDITAL DE CHAMAMENTO"

Para: MARIA DE FÁTIMA LOPES E SILVA

Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos a Sra. **MARIA DE FÁTIMA LOPES E SILVA,** a comparecer na Prefeitura Municipal de Nobres/MT, a fim de retornar ao trabalho ou justificar as faltas desde 02/02/2015 , dentro do prazo de 10 dias a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido automaticamente. (Lei Municipal nº. 992/2006, art. 203 - Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Nobres/MT).

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 24 de março de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva Prefeito Municipal de Nobres

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 085/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) CRISTIANE FERREIRA LUZ, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.494.926-1 SSP/MTe do CPF n.° 951.850.621-34, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/

11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015..

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES CRISTIANE FERREIRA LUZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 07/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) CELIA CRISTINA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0.899.726-8 SSP/MTe do CPF n.° 892.785.771-20, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MERENDEIRA, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES CELIA CRISTINA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 032/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ALENIR DA COSTA DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 816 786 SSP/MTe do CPF n.° 567.973.201-78, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ALENIR DA COSTA DOS SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 004/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) TANIA APARECIDA MENDES LIMA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 0743123-6 SJ/MTe do CPF n.° 593.221.101-63, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 30 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 23 (Vinte e Três) dias, contados dos dias 04/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.876,67 (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 04 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES TANIA APARECIDA MENDES LIMA

Testemunhas:

_____
_____

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **14/2015**, cujo Objeto é a ***Adesão a ATA de RP 71/2014, da cidade de Tangará da Serra-MT, para Aquisição de Material para Emulsão Asfáltica.*** Cuja abertura ocorreu no dia 04/03/2015, sagrou vencedora a empresa **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04. 420.916/0003-13, com o valor global de **R$ 960.708,00 (Novecentos e sessenta mil, setecentos e oito reais).**

Nobres, 20 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal De Nobres

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 031/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JOSELINA APARECIDA DE ALMEIDA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1319607-3 SSP/MTe do CPF n.° 000. 907.241-19, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JOSELINA APARECIDA DE ALMEIDA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 030/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) NOEL BARBOSA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 363 887 SSP/MTe do CPF n.° 404.111.681-34, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES NOEL BARBOSA DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 088/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.241.706 SSP/MTe do CPF n.° 048.630.061-79, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 027/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ARIANE DA SILVA CRUZ, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1651882-9 SJSP/MTe do CPF n.° 022.529.581-46, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MERENDEIRA, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ARIANE DA SILVA CRUZ

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 093/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) EDINEIA SANTOS DA COSTA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.029.083-4 SJ/MTe do CPF n.° 776.951.511-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES EDINEIA SANTOS DA COSTA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 023/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) BEIBIANE ROMERA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1663889-1 SJSP/MTe do CPF n.° 044.846.881-66, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES BEIBIANE ROMERA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 086/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/

0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) FRANSUISA FRANÇA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2209167-0 SSP/MTe do CPF n.° 037.447. 491-50, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES FRANSUISA FRANÇA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 080/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) SERGIANA GENESSI DO PRADO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.467.217-0 SSP/MTe do CPF n.° 972.041. 021-34, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES SERGIANA GENESSI DO PRADO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 029/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LUCINEIA MARIA DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1319607-3 SSP/MTe do CPF n.° 023.364.411-36, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.246,56 (Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de

isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LUCINEIA MARIA DE SOUZA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 081/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) OLINDA HELENE DAL PIZZOL, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 955 593 SSP/MTe do CPF n.° 654.184.411-91, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES OLINDA HELENE DAL PIZZOL

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 077/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) LAURA ADRIANA DE PINHO RINBEIRO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1230038-1 SEJSP/MTe do CPF n.° 886.606.301-06, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES LAURA ADRIANA DE PINHO RINBEIRO

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 039/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JUCINETE EMILIA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.092.744-1 SJ/MTe do CPF n.° 793.236.341-15,

a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JUCINETE EMILIA DA SILVA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 016/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARIA DO BOMDESPACHO DE FRANÇA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 2.090.197-6 SSP/MTe do CPF n.° 023.746.811-57, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA DO BOMDESPACHO DE FRANÇA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 006/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MONIQUE MARIA BARRETO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1975172-9 SSP/MTe do CPF n.° 026.505.621-70, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de MONITOR ESCOLAR, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MONIQUE MARIA BARRETO

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 076/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) EDERVIGES SIQUEIRA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 177 731 SSP/ROe do CPF n.° 161.719.262-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.917,78 (Hum Mil, Novecentos e Dezesete Reais e Setenta e Oito Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES EDERVIGES SIQUEIRA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 026/2015.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIAO GILMAR LUIZ DA SILVA, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ELENICE TEREZINHA BUENO BORDIGNON, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.004.592 SSP/MTe do CPF n.° 462.537.690-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2014/SEMEC pela Portaria n°. 04/2014/SEMEC de 18/11/2014, e pela Portaria de homologação n° 042/2015 de 23/02/2015, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10(Dez) meses e 13 (Treze) dias, contados dos dias 09/02/2015 estendendo-se até 18/12/2015.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 3.835,56 (Três Mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13° salário e salário família, férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I,II de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 09 de fevereiro de 2015.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ELENICE TEREZINHA BUENO BORDIGNON

Testemunhas:

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 412/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, e dá outras providencias.

O Senhor Neurilan Fraga, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, e decretos Municipais 006/2007 e 010/2007,

Considerando o disposto no art. 51 da Lei 8.666/93, que determina o critério de formação da comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nortelândia, para julgar as propostas e habilitação das empresas, bem como adjudicar a licitante vencedora:

I. Presidente: Ellen Cristina Desidério de Oliveira Almeida

II. 1º Membro:

Genialda de Souza Ribeiro

III. 2º Membro: Jacinira Domingues da Silva

IV. 1º Suplente: Eliene Silva Santos

V. 2º Suplente: Gian Carlo Hidalgo de Quadros

§ 1º Na ausência do presidente da Comissão, o primeiro membro assumirá a função de presidente, e será convocado um membro suplente, para recompor a Comissão;

§ 2º Nas ausências do 1º ou do 2º membro, serão convocados suplentes, na ordem da suplência.

Art. 2º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nortelândia:

I. Pregoeiro Oficial: Bruna Beato de Micheli

II. Equipe de Apoio: a. Geisiane de Campos Mello; b. Sônia Silva Oliveira.

Art. 3º São atribuições do Pregoeiro Oficial:

I. Aprovar e/ou retificar o edital de licitação, após o parecer especializado da Assessoria Jurídica, submetendo-o à nova análise jurídica toda vez que houver alteração substancial nos seus termos;

II. Promover a publicidade da licitação, nos termos da legislação;

III. Receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre esclarecimentos e impugnações, com o apoio da Assessoria Jurídica, quando necessário;

IV. Estabelecer e coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

V. Realizar a abertura, o exame e a classificação das propostas de preços;

VI. Promover análises e diligências referentes ao cumprimento do objeto licitado, sendo-lhe facultado solicitar ao Prefeito Municipal, o apoio especializado para auxiliar sua decisão;

VII. Conduzir os procedimentos de disputa de lances e de julgamento da proposta ou do lance de menor valor apresentado;

VIII. Analisar a documentação, para fins de habilitação ou inabilitação dos licitantes;

IX. Responder aos questionamentos relativos aos seus atos e ao procedimento licitatório e adotar as providências necessárias;

X. Adjudicar o objeto do certame ao vencedor, desde que não haja manifestação de interposição de recursos;

XI. Propor penalização do licitante, durante a sessão pública de licitação, caso ocorra descumprimento de legislação ou ato grave;

XII. Determinar a elaboração da ata da sessão de licitação e assinar em conjunto com a equipe de apoio, técnicos especializados convocados e participantes;

XIII. Fazer o juízo de admissibilidade dos recursos manifestados durante a sessão pública de licitação;

XIV. Encaminhar ao Prefeito Municipal, para subsidiar sua decisão final, as razões de recursos interpostos no prazo legal, as contrarrazões de recursos de qualquer interessado e o relatório da comissão de licitação;

XV. Coordenar a completa instrução do processo.

Art. 4º São atribuições da Equipe de Apoio:

I. Cumprir as determinações do pregoeiro;

II. Instruir o processo licitatório com os documentos e anexos necessários;

III. Operacionalizar o sistema da modalidade Pregão;

IV. Responsabilizar-se pelos materiais de expedientes utilizados para a realização do pregão;

V. Lavrar a ata da sessão e colher as assinaturas dos licitantes presentes;

VI. Responsabilizar-se, após a sessão pública, pela juntada dos documentos, confecção de documentos para instrução, se necessário e pela numeração e rubricas das páginas do processo;

VII. Levar ao conhecimento do pregoeiro qualquer ato ou informação que possa alterar os procedimentos do certame.

Art. 5º Todos os procedimentos licitatórios, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nortelândia, deverão ser autorizados prévia e expressamente pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º Fica autorizada a substituição do pregoeiro designado para o certame, por outro pregoeiro oficial, desde que devidamente justificado o impedimento e ou ausência.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial a Portaria 362/2015, de 05/01/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 24º dia do mês de Março de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 24.03.2015.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

Dr. EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2015

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, comunicar aos interessados, que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial - SRP com o seguinte objeto: Aquisição de Materiais de Consumo (Gêneros Alimentícios) destinados a Merenda Escolar das Escolas da Rede Municipal, Programa CRAS e demais Secretarias Municipais, conforme descrito no Anexo I do Edital. Tipo: menor preço por ITEM. Data de Abertura: 10 de abril de 2015. Horário: 09:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, no horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, ou por solicitação no e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 24 de março de 2015.

BRUNA BEATO MICHELI

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

Processo: 497/2015

Assunto: - "Contratação de serviços de Cursos oferecidos pelo SEBRAE

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a - "**Contratação de serviços de cursos oferecidos pelo**

SEBRAE como: compras governamentais para fornecimento a entidades governamental analise e planejamento financeiros e atendimento ao publico

– CNPJ: **03.534.450/0001-52,** no valor total contratado de

R

$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2089 – Manutenção das atividades de Adm e planejamento	33. 90.39.00. 00	049	R$7. 800,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em favor da Empresa SEBRAE – CNPJ: 03.534.450/0001-52, cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 24 de março de 2014.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

Processo: 455/2015

Assunto: - "Contratação de serviço de grupo musical para animação dos serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico nº. 363/2015 acostado aos autos, para a **"Contratação de serviço de grupo musical para animação dos serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos".** – **Empresa JOÃO VICTOR DE ARRUDA E SILVA**

–

CNPJ: 19.985.793/0001-73. No valor total contratado de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2028 – Man. Do IGD - SUAS	33.0.39.00.00.00	207	R$ 2. 000,00
2082 – Man. Prog. Serv. De IGDBF	33.0.39.00.00.00	213	R$ 2. 000,00
2022 -Man. Da Sec. Ação Social	33.0.39.00.00.00	177	R$ 2. 000,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), em favor da Empresa JOÃO VICTOR DE ARRUDA E SILVA – CNPJ: 19.985.793/0001-73, cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 24 de março de 2014.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONVENIO N°02/2015

CONVENIO N°02/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR- COLEGIO NAZARÉ E O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT.

Por este instrumento, nesta e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, pessoa jurídica de direito publico interno,** inscrita no CNPJ sob o n°03.507.514/0001-26, com sede na Av.Cel.Botelho, N°458, na cidade de Nossa Senhora do Livramento, doravante denominada PREFEITURA, representado por seu PREFEITO Senhor Carlos Roberto da Costa, RG: n.0075420-0 SSP/MT, CPF n. 072.295.691-68, e de outro lado o CENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR- COLEGIO NAZARÉ, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 03.687.100/0001-26, com sede na rodovia transpantaneira KM 03- CEP:78175.000,na cidade de Poconé/MT, neste ato representado pela Sr. **BENEDITA DA SILVA**,portadora do RG n°736343 SSP/MT e CPF:172.521.131-91,ajustam entre si o presente convenio,que será redigido pelas seguintes clausulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA FINALIDADE:

O presente convênio tem por finalidade a cooperação das entidades envolvidas, visando oamparo das crianças e adolescentes em situação de risco encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar de Nossa Senhora do Livramento/MT, lhes garantindo abrigo seguro, na defesa de seu bem estar e na garantia do seu direito a vida.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGENCIA:

O presente convênio terá vigência de 10.03.2015 até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período, mediante aditamento.

Parágrafo Único: o prazo acima estipulado poderá ser revogado por acordo das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

I-São obrigações do CENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR-COLÉGIO NAZARÉ.

1. Acolher todas as crianças e adolescentes encaminhados pelo município de Nossa Senhora do Livramento/MT para abrigo internamento e moradia, lhes dispensado cuidados especiais,garantindo-lhes a dignidade e seu direito a vida,abrigo seguro e tratamento humanitário,no período integral de 24(vinte e quatro) horas por dia, 07(sete) dias por semana, condizente com a Política Nacional de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco;

2.Garantir instalações para proteção das crianças e adolescentes em situação de risco, refeições e demais alimentações necessária a sua subsistência e tratamento condizente com o respeito e a dignidade humana;

3.Efetuar programas de educação, cultura,esporte e lazer para o preenchimento do tempo de aproveitamento na manutenção da saúde e do bom preenchimento do tempo de aproveitamento na manutenção da saúde e do bem estar das crianças e adolescentes em situação de risco;

4.Desenvolver demais atividades próprias e necessárias dentro da política de atendimento das crianças e adolescentes em situação de risco.

5. Prestar ao Concedente dos recursos recebidos por meio deste convênio.

II- São obrigações da Prefeitura:

1.Transferir para a Convenente os recursos da ordem de R$ 20.000,00 em 10 parcelas mensais de R$ 2.000,00 a começar em março/2015.2.Encaminhar todas as crianças e adolescentes em situação de risco do Município de

Nossa Senhora do Livramento/MT que tenham necessidades de cuidados

especiais, internamento e proteção;

3.Praticar demais atos para obtenção satisfatoriamente dos fins desejados neste convênio.

CLÁUSULA QUARTA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despensas decorrentes deste contrato por conta de dotação própria constante do Orçamento anual da PREFEITURA, a ser disponibilizado o valor mensal de R$: 2.000,00 (dois mil reais) até o limite de R$20.000,00 (vinte mil reais).

DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Proj./Ativ: 2022- Manutenção e Encargos da Sec. Ação Social

Reduzido: 177 Elemento: 08.122.0090.2022.33.90.39.00 (Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica).

CÁLUSULA QUINTA- DA RESCISÃO:

Fica facultado ao Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, o direito de rescindir unilateralmente o presente convênio caso não haja o respectivo cumprimento das obrigações pelo CENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR COLÉGIO NAZARÉ, ou se o mesmo e apresentar irregular, ou quando houver interesse publico, devidamente justificado.

Parágrafo Único- A denúncia de rescisão deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO COMPETENTE:

Para dirimir questões surgidas acerca do presente feito,fica eleito o foro a que está Subordinaria o Município de Nossa Senhora do Livramento, com renuncia expressa de qualquer outro.

CLAUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOSOS:

Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, pelos princípios gerais de Direitos e pelos Usos e Costumes.

Por estarem assim juntos e conveniados, após lerem, as partes assim o presente Instrumento, que foi regido em Três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento, 10 de Março de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTACENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR

PREFEITO MUNICIPALCOLÉGIO NAZARÉ – BENEDICTA DA SILVA

Testemunha:

Nome:Nome:

RG: RG:

DECRETO Nº 016/2015

DECRETO Nº 016/2015

"CONVOCA CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/ 2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT".

CARLOS ROBERTO DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado n.01/2015;

- considerando a necessidade urgente de preenchimento da vaga para manutenção e continuidade da prestação dos serviços;

- considerando o disposto no Edital nº 001/2015;

- considerando as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT;

DECRETA:

Art. 1º

Fica convocado o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado Publico nº 001-2015 para o cargo de Auxiliar de Mecânico, abaixo relacionado para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Coronel Botelho nº 458, Centro de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, fone: (65) 3351-1200 ou 3351-1250, no período de 25/03/2015 à 02/04/2015, no horário de 07:00hs às 13:00hs, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de Procuração Pública.

Nº	Candidato	CPF	RG	Insc.	Cargo	Lotação	Res.
01	Deivid Costa Souza	042. 545. 571-99	21534969 SSP/MT	17	Auxiliar de-Mecânico	Sec. de Obras	Aprov.

Art.2º. O candidato deverá se apresentar com os seguintes documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, nos termos do Item 7.3 e seguintes do Edital de chamamento do Concurso Público.

1 - Cédula de Identidade;

2 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

3 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

4- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

5- Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

6 - Título de Eleitor;

7 – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, apresentar atestado médico exarado pelo serviço de saúde oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física e mental;

8 – Comprovante de endereço;

9 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

10 - Comprovante de Escolaridade;

11 –Apresentar declaração de que não acumula cargo ou função pública, ou que acumula com compatibilidade de horários, em conformidade com o que dispõe o art. 37 da CF;

12 - Declaração de bens;

13 – Cartão do PIS/PASEP (se houver); ou Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho e verso;

14 – Conta bancaria (Brasil ou Bradesco)

15 – 01 foto 3x4

16 - Apresentar Carteira de Registro no devido Conselho de Classe respectivo à profissão, se for o caso;

17- Apresentar Certidão Negativa de Débitos Municipais, Certidões Cível e Criminal expedidas pela Justiça Estadual e Federal (as certidões cíveis e criminais podem ser retiradas pela internet);

Art. 3º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda que incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art.4º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será contratado e deverá iniciar suas atividades imediatamente após a assinatura do contrato.

Art.5º Se o candidato não assinar o contrato no prazo estipulado pela Administração ou se tendo assinado não iniciar suas atividades imediatamente, o Decreto de Nomeação será revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.PUBLIQUE- SE. CUMPRA-SE.

Nossa Senhora do Livramento/MT, em 24 de Março de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º130 /2015

Contratado: **Marcos Henrique Gamba da Conceição**

Objetivo da presente contratação: *professor B 20 hrs*

Secretaria: **Fundeb – 60% ensino fundamental**

Valor: **R$ 1.151.68** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 899/2015

LEI MUNICIPAL Nº 899/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO, - EXERCÍCIO DE 2015 -, NOS TERMOS DO QUE DISPÕE O INCISO IX, DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO,** Senhora Solange Sousa Kreidloro, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1°- Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei Municipal.

Art. 2º- Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I-O preenchimento de cargos oferecidos no processo seletivo simplificado nº. 002/2015, e não preenchidos por falta de aprovados, e/ou classificados, até a realização de concurso público; e,II-Assistência a outras situações motivadamente de urgência. Art. 3º- Consideram-se situações motivadamente de urgência a contratação de pessoal por tempo determinado pela Secretaria Municipal de Saúde. Art. 4°- As contratações de pessoal por tempo determinado terão o prazo máximo de 12 (doze) meses, devendo encerrar-se necessariamente até o final do exercício de 2015, (31/12/2015). Prazo este em que a Administração Pública realizará Concurso Público para preenchimento de cargos oferecidos no Concurso Público nº. 001/2009, e não preenchidos por falta de aprovados; para o preenchimento de cargos não oferecidos no citado Concurso Público; bem como, para o preenchimento de eventuais aberturas de novas vagas. Art. 5°- A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal será em importância igual ao subsídio inicial fixado para cargo idêntico ou assemelhado, na forma da Lei Municipal instituidora do Plano de Cargos, Carreiras, e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal. Art. 6°- Ao pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal, aplica-se:a)- a vedação de acúmulo de cargos públicos previstos no art. 37, XVI; e, XVII, da Constituição Federal; e,b)- o regime geral da Previdência Social. Art. 7°- Na hipótese de reajuste dos vencimentos dos Servidores Públicos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, este será extensivo ao pessoal contratado por meio desta Lei Municipal. Art. 8°- A contratação de pessoal por tempo determinado será sucedida de análise curricular.Art. 9º - A contratação de pessoal por tempo determinado observará o seguinte procedimento:I-Abertura de procedimento administrativo, devidamente autuado, protocolado e, numerado, contendo:

a)- autorização da Prefeita Municipal;

b)- justificativa da necessidade de contratação realizada pelo Secretário Municipal da pasta em que o contratado será lotado;

c)- indicação da dotação orçamentária específica que suportará as despesas de contratação;

d)- elaboração de parecer pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal;

e)- realização da análise curricular;

f)- celebração dos contratos;

g)- publicação de extratos dos contratos no diário oficial do município.

Art. 10°- Os contratados com base na presente Lei Municipal submetem-se ao exercício da função pública nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Públicos Concursados por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e, do Plano de Cargo e Carreiras de cada categoria profissional.

Art.11°- O pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal não poderá:

I-Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;II-Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão, ou função de confiança. Art.12°- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal serão apuradas mediante Sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Art.13°- É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma desta Lei Municipal, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e, civil da Autoridade Contratante, e, do Secretário Municipal que determinou o desvio do contratado.Art. 14º- O quantitativo global dos contratos firmados nos termos desta Lei Municipal, não poderá, durante o exercício de 2015, ultrapassar a 06% (seis por cento), dos cargos afetivos ocupados até 31 de dezembro de 2014. Art. 15º- O contrato firmado de acordo com esta Lei Municipal extinguir-se-á, sem direito a indenizações: I-Pelo término do prazo contratual; e,II-Por iniciativa do contratado;§ 1º.-A extinção do contrato, nos casos do inciso II, deverá ser comunicada, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;§ 2º.- A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública decorrente de conveniência administrativa, independe de comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e, não acarreta direito a indenização por parte do contratado;§ 3º.- Havendo a rescisão contratual seja ela por iniciativa do contratado, ou por conveniência do contratante, aquele fará jus as verbas rescisórias, (Saldo de salário existente na data da rescisão; 13° salário proporcional; Férias proporcionais, acrescida do terço de férias);§ 4º.- Havendo a rescisão contratual por justa causa, o Contratado fará jus apenas as seguintes verbas rescisórias: (saldo de salário, e, férias vencidas, acaso existentes). Em outras palavras, o Contratado não terá direito ao proporcional do décimo terceiro salário, e das férias. Art. 16°- Os contratos regidos por esta Lei Municipal extinguem-se ao término do prazo de sua vigência, não podendo ultrapassar 31/12/2015; Art. 17°- A contratação de pessoal na forma prevista nesta Lei Municipal somente poderá ser feita quando existir suficiente dotação orçamentária, que permita a cobertura das despesas, e nos limites do quantitativo de vagas constantes do anexo I, o qual é parte integrante e indissociável desta Lei Municipal. Art.18°- O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei Municipal será contado para todos os efeitos, exceto para carreira. Art. 19°- Compete ao Departamento de Recursos Humanos manter o devido controle dos prazos dos contratos temporários decorrentes desta Lei Municipal. Art. 20°- Suportará as despesas decorrente da presente Lei Municipal a Dotação Orçamentária 3.1.00.00.00.00.00 (pessoal e encargos sociais). Art. 21º. Esta Lei Muni-

cipal entrará em vigor na data de sua publicação, entretanto, com efeitos jurídicos e legais a partir de 01/03/2015.

Art. 22°- Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes - MT, 16 de Março de 2015. Solange Sousa Kreidloro-Prefeita Municipal ANEXO I

CARGO	LOCALIDADE
01 Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
01 Dentista	Secretaria de Saúde
01 Fisioterapeuta	Secretaria de Saúde
01 Motorista de Ambulância	Sec. Saúde Sede Nova Bandeirantes
01 Motorista de Ambulância	Sec. Saúde Japuranã
01 Operador de Motosserra	Secretaria de Obras
01 Operador de Retro Escavadeira	Secretaria de Obras
01 Operador de Trator Guincho	Secretaria de Obras
01 Operador de Patrola	Secretaria de Obras
03 Coletadores de Lixo	Secretaria de Obras
04 Gari – Varredores de Rua	Secretaria de Obras
03 Braçal	Secretaria de Obras
01 Operador de Retro Escavadeira	Secretaria de Agricultura
08 Motoristas de Ônibus	Secretaria de Educação
01 Lavador de Carros	Secretaria de Educação
02 Mecânicos	Secretaria de Educação
02 Auxiliares de Serviços Gerais	Secretaria de Esportes
01 Fiscal Tributário	Sec. Finanças - Sede Nova Bandeirantes
01 Fiscal Tributário	Sec. Finanças - Japuranã

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 901/2015

Lei Municipal nº. 901/2015

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL BALDE CHEIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora Solange Sousa Kreidloro, submete a esta **CÂMARA DE VEREADORES** para fins de apreciação e aprovação o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo do Município de Nova Bandeirantes autorizado a criar o Programa Municipal Balde Cheio, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura para promover ações de apoio e incentivo a atividade leiteira na região através da capacitação de técnicos e implantação de tecnologias de produção que tornem a atividade leiteira mais produtiva e rentável para o produtor rural.

Art.2º.

O Programa irá orientar os técnicos, no sentido de selecionar uma propriedade para que esta sirva como sala de aula e como exemplo para os outros produtores que se interessarem esta será denominada Unidade Demonstrativa.

Art.3º. O presente programa terá supervisão de um técnico credenciado pela EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE e de um técnico do SEBRAE-MT a cada 04 (quatro) meses onde será repassado os conceitos do programa assim subdivididos:

1º Ano - Correção de solo, formação e/ou recuperação de pastagem;

2º Ano - Manejo de pastagem e irrigação;

3° Ano - Manejo do rebanho;

4° Ano - Ordenha e qualidade do leite.

Art.4º. O Poder Executivo Municipal destinará recursos financeiros como contra partida na contratação de um técnico responsável para acompanhar as Unidades Demonstrativas e as propriedades assistidas e nas despesas gerais de deslocamento do técnico, além do repasse para o SEBRA/MT no valor anual de R$7.000,00 (Sete Mil Reais).

Art.5º. O programa terá duração de 04 (quatro) anos, sendo as visitas as propriedades realizadas a critério do técnico responsável.

Art.6º. As despesas decorrentes da execução do presente Programa ocorrerão mediantes dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art.7º. Ficam ratificados todos os atos praticados pelo Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Agricultura -, referente ao Programa Municipal Balde Cheio, até a efetiva implantação do mesmo.

Art. 8º. Este Projeto de Lei Municipal após transformado em Lei Municipal entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art.9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, aos 19 dias de março de 2015.

SOLANGE SOUSA KLEIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º080/2015

Contratado: **Therles Vandressa Largo**

Objetivo da presente contratação: *professor B10 h excedentes*

Secretaria: **Fundeb – 60% ensino fundamental**

Valor: **R$ 719.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º079/2015

Contratado: **Leandro da Silva Tomaz**

Objetivo da presente contratação: *téc. Ad. Educacional*

Secretaria: **Fundeb – 40% ensino fundamental**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º078 /2015

Contratado: **Ritiele Ribeiro da silva**

Objetivo da presente contratação: *téc. Ad. Educacional*

Secretaria: **Fundeb – 40% ensino infantil**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º077/2015

Contratado: **Patricia Maria da Cruz**

Objetivo da presente contratação: *téc. Ad. Educacional*

Secretaria: **Fundeb – 40% ensino infantil**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 900/2015

Lei Municipal nº. 900/2015

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT, PARANAÍTA/MT E CARLINDA/MT – VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar o Protocolo de Intenções alterado e consolidado do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, conforme o texto anexo, firmado entre os Municípios de Alta Floresta/MT, Apiacás/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Monte Verde/MT, Paranaíta/MT e Carlinda/MT.

Art.2º. Os entes Consorciados poderão ceder servidores públicos na forma e condições de cada Município.

Art.3º. O Estatuto do Consorcio disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art.4º

. O Poder Executivo Municipal destinará recursos financeiros necessários para cumprimento do contrato do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art.8º, da Lei Federal nº. 11.107/2005.

§ 1º. Fica autorizado a assinatura do contrato de rateio que será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferência ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados isolados ou em conjunto, bem como o Consorcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado em conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consorcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar em suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º. A retirada do ente Consorciado do Consorcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, na forma previamente disciplinada no protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retirar somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art.6º. A alteração ou extinção do Consorcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art.7º. Aplica-se ao Consórcio Público o dispositivo na Constituição Federal; na Lei Federal nº. 11.107, de abril de 2005; e no Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art.8º. Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art.9º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 757/2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, dado e passado em 18 de Março de 2015.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA

Apraz-nos encaminhar a Vossas Excelências para exame e indispensável aprovação o incluso Projeto de Lei nº. 857/2015, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que em súmula:"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT, PARANAÍTA/MT E CARLINDA/MT – VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Com a edição da Lei Federal nº. 11.107, de 07 de abril de 2.005, que em súmula dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, prevê entre outros quesitos, a obrigatoriedade de subscrição de protocolo de intenções entre os municípios consorciados cujo texto deve ser ratificado pelo Poder Legislativo Municipal.

Assim, para que o Município de Nova Bandeirantes/MT se adéqüe à legislação vigente, imperiosa se faz a apresentação do presente Projeto de Lei, em obediência ao princípio da legalidade, insculpido no caput do art. 37, da Carta Magna.

Ocorre que o Protocolo de Intenções submeteu-se a algumas alterações no próprio termo, uma vez que houve modificações salariais referentes ao corpo funcional do mesmo, subsistindo por conseqüência a necessidade das adequações no texto, bem como da posterior ratificação do mesmo por cada ente consorciado, sendo que tal foi aprovado na Assembléia Geral do Consórcio.

Desta sorte, se faz necessária a ratificação novamente do Protocolo de Intenções, em substituição ao anteriormente assinado, optando por tal solução legislativa ao invés da simples emenda ao termo, a fim de que o texto consolidado seja analisado de forma completa, e assim seja norte esclarecido na apreciação dessa Casa.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicita-se aos Nobres Edis, que a matéria ora encaminhada, seja analisada e estudada, e obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

Reitera-se as Vossas Excelências expressão de grande estima e apreço.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, dado e passado em 18 de março de 2015.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

TEXTO ANEXO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS

PREÂMBULO

Os Municípios do Estado de Mato Grosso, em especial, os Municípios de Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta têm procurado uma alternativa para promover a integração de ações, programas e projetos no sentido de buscar e acelerar o desenvolvimento da saúde pública em favor de suas populações, o que os levou a realizar uma série de estudos.

Os estudos concluíram que a melhor solução é a que implementa a cooperação federativa entre referidos Municípios de modo que, autorizada legalmente a gestão associada através de Constituição e Implantação de Consórcio Intermunicipal, possa prestar os serviços públicos com mais eficiência nos territórios dos seis Municípios.

Os entendimentos entre os seis Municípios concluíram que o mais adequado é que essa cooperação fosse operacionalizada por meio da constituição de consórcio intermunicipal.

À vista disso, estes entes federativos iniciaram processo de negociação, onde ficou definida a criação de uma entidade intermunicipal de direito público, com atribuição de planejar, regular e integrar as ações de gestão dos serviços públicos citados de interesse de cada Município, serviços este, hoje, prestados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, por intermédio de Leis já devidamente aprovadas e sancionadas pelos respectivos Poderes Executivos Municipais.

Por outro lado, tem-se a promulgação da Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, a qual criou um ambiente normativo favorável para a cooperação entre os entes federativos, permitindo que sejam utilizados com segurança os institutos previstos no artigo 241 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.

Em vista do exposto, O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, O MUNICÍPIO DE CARLINDA, O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE E O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

DELIBERAM

Os entendimentos entre os seis Municípios concluíram que o mais adequado é que essa cooperação fosse operacionalizada por meio da constituição de consórcio intermunicipal.

À vista disso, estes entes federativos iniciaram processo de negociação, onde ficou definida a criação de uma entidade intermunicipal de direito público, com atribuição de planejar, regular e integrar as ações de gestão dos serviços públicos citados de interesse de cada Município.

Adequar o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT, o qual reger-se-á pelo disposto na Lei nº. 11. 107, de 6 de abril de 2005, e respectivo regulamento por seus estatutos e pelos demais atos que adotar.

Para tanto, os representantes legais de cada um dos entes federativos acima mencionados subscrevem o presente

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I

DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Subscrevem o Protocolo de Intenções:

I – O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 15.023.906/0001-07, com sede na Avenida Ariosto da Riva, n.º 3.391, Canteiro Central, CEP: 78580-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

II – O MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.321.850/0001-54, com sede na Avenida Brasil, n.º 1059, Centro, CEP: 78595-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

III – O MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Centro, CEP: 78587-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

IV – O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, n.º 62, CEP: 78565-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal;

V – O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 37.465.556/0001-63, com sede na Avenida Antonio Joaquim de Azevedo, s/n.º, CEP: 78593-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal;

VI – OMUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 03.239.043/0001-12, com sede na Rua Alceu Rossi, s/n.º, Centro, CEP: 78590-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios converter-se-á em Contrato de Consórcio, ato de adequação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT.

§ 1º. Somente permanecerá consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º. A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 3º. O Município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o Consórcio, salvo por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio.

CAPÍTULO II

DA TRANSFORMAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA TERCEIRA. O CISRAT, constituído como associação pública, adquirirá a personalidade jurídica de direito público mediante ratificação por Lei dos Municípios que subscreverem o protocolo de intenções.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA QUARTA – O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS - CISRAT é pessoa jurídica de direito público, do tipo Órgão Público Autônomo Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio possui personalidade jurídica desde sua criação e se adequará mediante a vigência das leis de ratificação dos Municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA QUINTA. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. A sede do Consórcio é o Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

CLÁUSULA SÉTIMA. São objetivos do Consórcio:

I - Organizar o sistema Microrregional de Saúde;

II - Implantar e/ou desenvolver ações e serviços preventivos e assistenciais de abrangência microrregional;

III - Implantar e/ou desenvolver serviços assistenciais necessários;

IV - Garantir o sistema de referência e contra-referência, através da integração dos serviços assistenciais, numa rede hierárquica e descentralizada de atendimento;

V - Representar o Conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, na área de saúde perante quaisquer outras entidades, em especial as demais esferas do Governo.

VI - Assessorar o município consorciado na organização do seu sistema municipal de saúde.

VII - viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando dentro do possível a resolutividade instalada;

VIII- garantir o controle popular no setor saúde da região, pela população dos municípios consorciados;

IX - representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

X - racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde na região da abrangência do CISRAT;

XI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;

XII – realizar a compra de serviços de consultas médicas especializadas e de exames clínicos a pedido dos municípios consorciados, através de uma central de compras, utilizando-se, para tanto, de processo de licitação ou pregão presencial, com o propósito de reduzir o custo dos mesmos;

XII – adquirir e ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;

XIII – fazer cessão de bens mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;

XIV – compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

§ 1° - O CISRAT implementará os objetivos elencados nos incisos X e seguintes na medida da necessidade, por deliberação do Conselho Diretor.

§ 2° - Os municípios consorciados poderão aderir à implementação e execução de todos ou apenas parcelas dos objetivos aprovados pelo Conselho Diretor.

§ 3°. O CISRAT fará gestão associada de serviços públicos de saúde, adquirindo serviços de assistência médica, exames, cirurgias e demais procedimentos nas especialidades que a demanda necessitar, bem como compra de medicamentos podendo, para tanto, promover as contratações na forma legal.

§ 4°. Qualquer membro do CISRAT, quando adimplente com suas obrigações, poderá exigir o cumprimento das cláusulas do convênio/contrato.

§ 5°. Para o cumprimento de suas finalidades, o CISRAT poderá:

I - adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do governo;

III - prestar serviços de qualquer natureza, especialmente na contratação de serviços de consultas médicas especializadas, exames clínicos e na compra de medicamentos e material hospitalar, através de procedimentos legais e a pedido de seus consorciados, bem como assistência técnica, inclusive, recursos humanos e materiais;

IV – promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de interesse público ou necessidade pública ou interesse social realizada pelo Poder Público, devidamente justificadas;

V – emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos, pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados, ou, mediante autorização específica, pelos municípios consorciados.

VI – promover outros atos e ações devidamente aprovadas por assembléia geral.

CAPÍTULO III

DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA OITAVA. Ao CISRAT somente é permitido comparecer a contrato de programa para prestar serviços por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado:

I – sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações;

II – celebrar em nome próprio ou de ente consorciado, contrato de programa para que terceiros venham a prestar serviços ou projetos a ele associados.

§ 1º. **O disposto no caput desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.**

§ 2º. **São Cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo CISRAT as que estabeleçam:**

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação de serviços;

III – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

IV – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

V – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

VI – as penalidades e sua aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XI – o foro e o modo amigável de solução de controvérsias contratuais.

§ 3º. **No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais**

à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV – a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V – a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão administrativa transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis;

§ 4º. **Os bens vinculados aos serviços públicos serão de prioridade da administração direta do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que viger o contrato de programa.**

§ 5º. **Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.**

§ 6º. **A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento de indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.**

§ 7º. **O contrato de programa continuará vigente nos casos de:**

I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada, e

II – extinção do consórcio.

§ 8º. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA NONA. O Consórcio será organizado por Estatuto cujas disposições deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio decorrente da homologação, por Lei, do Protocolo de Intenções.

§ 1º. O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

§ 2º. **Os entes federativos consorciados autorizam o Consórcio a representá-los perante outras esferas de governo nos seguintes assuntos de interesse comum:**

I – nos casos de ações delegadas por convênios com instituições federais, na execução de projetos e programas vinculados aos serviços públicos contidos na Cláusula Sétima;

II – nos casos de execução total ou parcial de projetos com financiamento de instituições de crédito vinculados aos serviços supracitados;

III – nos demais casos previstos em Contrato de Consórcio e seu estatuto.

§ 3º. O Estatuto somente poderá ser alterado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal finalidade.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA DÉCIMA. O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós terá a seguinte estrutura básica:

I – Conselho Diretor

II – Conselho Fiscal

III – Conselho Intermunicipal de Saúde

IV – Secretaria Executiva

PARÁGRAFO ÚNICO – Os membros do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e do Conselho Intermunicipal de Saúde não farão jus a qualquer remuneração.

Seção I

Do Conselho Diretor

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA. O Conselho Diretor é constituído pelos Prefeitos dos Municípios Consorciados.

§ 1º. O Presidente do Conselho Diretor tem que ser um membro nato do Conselho, eleito pelos seus pares para um mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º. O Presidente do Conselho Diretor poderá ser reeleito para mais uma gestão após a prestação e aprovação das contas da gestão anterior.

§ 3º. Na mesma ocasião e nas mesmas condições do parágrafo anterior, serão escolhidos os 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente.

§ 4º. O Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho deverão ser referendados pela Assembléia Geral.

Seção II

Do Conselho Fiscal

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA. O Conselho Fiscal é o órgão de controle social e de fiscalização constituído por um representante de cada Conselho Municipal de Saúde a serem indicados pelas respectivas entidades.

§ 1º - O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito através de escrutínio secreto para o mandato de 01 (um) ano, após a apreciação de contas do mandato anterior, sendo permitida a reeleição por uma vez, em mandato consecutivo.

§ 2º - Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior, serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal poderão ser mantidos ou renovados anualmente pelos respectivos Conselhos Municipais de Saúde.

Seção III

Do Conselho Intermunicipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA. O Conselho Intermunicipal de Saúde do Consórcio é o órgão que tem por finalidade assegurar a execução das políticas e ações prestadas no Consórcio.

§ 1º - O Conselho Intermunicipal de Saúde é constituído pelos Secretários Municipais de Saúde dos municípios consorciados.

§ 2º - O Conselho Intermunicipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente mensalmente, extraordinariamente, mediante solicitação de, no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

Seção IV

Da Secretaria Executiva

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA. A Secretaria Executiva é o setor que tem como objetivo executar as atividades do consórcio, constituído pelos seguintes membros: Secretário Executivo, Chefe de Contabilidade, Assessor Jurídico, Chefe Administrativo e Assessor Administrativo, que devem possuir reconhecimento profissional, saber e idoneidade, nos campos de co-

nhecimentos afins com suas atividades, que serão nomeados pelo Presidente do Conselho Diretor.

§ 1º - Os membros da Secretaria Executiva serão remunerados pelo plano de salários e benefícios do CISRAT;

§ 2º - Os membros da Secretaria Executiva poderão ser exonerados a critério do Presidente do Conselho Diretor;

§ 3º - O Secretário Executivo participará da Assembléia Geral, sem direito a voto.

§ 4º - O Secretario Executivo contará com o apoio técnico administrativo de pessoal integrante do quadro de consórcio e/ou cedido pelos municípios consorciados, bem como de cessão de pessoal pertencente aos órgãos componentes do SUS, de acordo com a legislação vigente.

§5º - Os servidores do consórcio serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes ao vínculo empregatício

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA. **O Consórcio poderá receber servidores administrativos cedidos pelos Municípios consorciados e por outros órgãos públicos para atender novas demandas, conforme o desenvolvimento dos trabalhos, sem ônus para o Consórcio.**

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I

DO FUNCIONAMENTO E DO PROCESSO ELEITORAL

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA. A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados.

§ 1º. Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral com direito a voz.

§ 2º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º. O disposto no § 2º desta cláusula não se aplica caso tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá o direito de voz.

§ 4º. Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembléia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO. As formas de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias

serão definidas nos estatutos.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a ente consorciado.

CLAUSULA DÉCIMA - NONA. Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessário para que sejam válidas as deliberações da Assembléia Geral e, ainda, o número de votos necessários a apreciação de determinadas matérias.

§ 1º. **O Conselho Diretor – CD, será eleito em escrutínio aberto ou por aclamação, para o mandato de 2 (dois) anos, permitindo a reeleição para mais um período.**

§ 2º. **A eleição para os membros do Conselho Diretor será realizada no 5º (quinto) dia útil do mês de dezembro e a posse se dará no primeiro dia útil do mês seguinte.**

§ 3º. **No primeiro ano dos mandatos dos Prefeitos Municipais, a eleição será realizada na 1ª (primeira) quinzena do mês de janeiro, dando-se posse aos eleitos na mesma reunião.**

§ 4º. **As inscrições das chapas para o processo eleitoral ocorrerão até as 17 (dezessete) horas do 5º (quinto) dia útil que anteceder a eleição.**

§ 5º. **Havendo desistência de qualquer membro da chapa apresentada para registro, será o mesmo substituído por indicação da maioria dos membros remanescentes.**

§ 6º. **O Conselho Diretor – CD designará Grupo de Trabalho Eleitoral – GTE, que coordenará, obedecidas as normas estatutárias e as estabelecidas por este Regimento, os trabalhos do processo eleitoral, tendo as seguintes atribuições acessórias:**

a) Receber os requerimentos de registros das chapas;

b) Fazer análise da documentação apresentada e sobre elas emitir parecer;

c) Emitir parecer final sobre os requerimentos de registros de chapas apresentados;

d) Coordenar os trabalhos eleitorais;

e) Proclamar o resultado.

§ 7º. **O requerimento de inscrição das chapas, a ser protocolado na sede do CISRAT, deverá conter:**

a) Nome dos candidatos, por cargo;

b) Assinatura de todos os membros da chapa;

c) Identificação do município que o candidato representa.

§ 8º. **No período compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro e o dia da posse da diretoria do Conselho Diretor – CD, eleita para o 1º (primeiro) ano de mandato dos Prefeitos Municipais, a presidência do CISRAT será exercida interinamente pelo Secretário Executivo.**

§ 9º. **O Secretário Executivo, ao final do exercício da interinidade prevista no caput deste artigo, fará a devida prestação de contas do período, lavando ao conhecimento dos associados no 1º dia útil, após transcorrido o serviço da presidência.**

§ 10. **Não havendo chapas inscritas, a assembléia do Conselho Diretor – CD escolherá, em sessão específica, uma chapa de consenso.**

§ 11. **Havendo consenso entre os seus membros, as eleições e demais deliberações dos respectivos Conselhos poderão ser efetivadas por aclamação.**

Seção II

Da Composição dos Cargos

CLAUSULA VIGÉSIMA. O quadro de pessoal do CISRAT é composto pelos seguintes grupos de cargos:

I – Cargos de Provimento em Comissão;

II – Contratos temporários em caráter excepcional.

§ 1º. **O Grupo de Cargos de provimento em Comissão é constituído pela categoria de Direção, Administração e Assessoramento.**

Seção II

Dos Cargos

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA. O CISRAT observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal.

§ 1º. A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, será composta pelos seguintes cargos de Provimento em Comissão de livre nomeação/exoneração nos moldes do art. 37, II, in fine, da Constituição Federal:

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária	Remuneração
Secretário Executivo	01	40:00 h	R$5.250,000,00
Chefe de Contabilidade	01	20:00 h	R$4.000,000,00
Assessor Jurídico	01	20:00 h	R$2.850,000,00
Gerente Administrativo	01	40:00 h	R$3.000,000,00
Assessor Administrativo	01	40:00 h	R$1.700,000,00

§ 2º. Para fins de execução de seus serviços o CISRAT poderá contratar através de contratos.

§ 3º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o CISRAT poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos neste Protocolo de Intenções.

§ 4º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – assistência a situações de calamidade pública e de situação de emergência;

II – assistência a emergência em saúde pública;

III – combate a surtos endêmicos;

IV – admissão de pessoal para desenvolver os serviços públicos constantes na Cláusula Sétima deste Protocolo de Intenções.

§ 5º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, prescindindo de concurso público.

§ 6º. A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública e de situação emergencial prescindirá de processo seletivo.

§ 7º. As contratações serão feitas por tempo determinado, observados o prazo de 12 (doze) meses.

I – É admitida a prorrogação do contrato, desde que o prazo não exceda e 02 (dois) anos.

§ 8º. É proibida a contratação, nos termos deste Protocolo de intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

I- Excetua-se do disposto no **caput** deste parágrafo, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo ou emprego permanente em órgão ou entidade da administração pública municipal, federal ou estadual.

II- Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

§ 9º. A remuneração do pessoal contratado nos termos deste Protocolo de Intenções será fixada, em importância não superior ao valor do menor subsídio percebido dentre os Prefeitos dos Municípios consorciados.

§ 10º. O pessoal contratado nos termos deste Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

§ 11º. O contrato firmado de acordo com este Protocolo de Intenções extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

III - pela extinção ou conclusão do projeto, definidos pelo contratante.

§ 12º. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos deste Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

§ 13º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

TÍTULO IV

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I – contratos de rateio;

II – remuneração pela prestação de serviços;

III – remuneração por atividades de regulação e fiscalização da prestação de serviços delegados;

IV – subvenções recebidas de entes públicos não consorciados;

V – doações;

VI – recursos oriundos de convênios, contratos e programas firmados com entidades públicas ou privadas;

VIII – recursos oriundos de financiamentos e patrocínios;

IX – as rendas eventuais inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações financeiras e de capitais;

X – o imposto de renda retido na fonte nos pagamentos que efetuar, incluindo-se como renda os já efetuados no período anterior;

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o operador do serviço.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO ASSOCIADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA. Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços constantes nos incisos II a XIV, da Cláusula Sétima.

§ 1º. A gestão associada autorizada no caput refere-se ao planejamento, à execução, à manutenção e à fiscalização dos serviços supra citados.

§ 2º. A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos municípios que ratificarem o Protocolo de Intenções.

§ 3º. Exclui-se do caput o território do município a que a lei de ratificação tenha oposto reserva para o excluir da gestão associada de serviços públicos.

§ 4º. Para a consecução da gestão associada, os municípios consorciados transferem ao consórcio o exercício das competências de planejamento, execução, contratação, licitação, concessão, permissão, autorização, manutenção e fiscalização da prestação dos serviços públicos citados.

§ 5º. As competências cujo exercício se transferiu por meio do caput incluem, entre outras atividades:

I-O exercício do poder de polícia relativo aos serviços públicos, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais;

II- A elaboração, a avaliação e o monitoramento de planos e projetos e os respectivos orçamentos e especificações técnicas para a execução dos serviços;

III-*O acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços públicos.*

§ 6º. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 7º. Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 8º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

CAPÍTULO IV

DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA.Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

CAPÍTULO V

DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA – A fim de transferir recursos ao consórcio público, será formalizado, em cada exercício financeiro, contrato de rateio entre os entres consorciados.

§ 1ª: O prazo de vigência do contrato não será superior ao das dotações que o suportarem, ressalvadas as hipóteses dispostas no § 1º, Artigo 8º, da Lei nº 11.107/2005;

§ 2ª: Cada ente consorciado efetuara previsão de dotações suficientes na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do consórcio público.

CAPÍTULO VI

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA – A Celebração de contrato de rateio do consórcio público depende de ratificação deste protocolo de intenções, por meio de Lei, a ser providenciado pelos Municípios que o subscrevem.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº. 11.107 de 6 de abril de 2005, pelo Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. A interpretação do disposto neste Contrato deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA. Motivada por incapacidade técnica e material, poderá a Assembléia Geral sobrestar por até cinco anos a aplicação de normas previstas neste Protocolo acerca da prestação de serviços públicos e correspondentes direitos dos usuários, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros.

TÍTULO VII

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio que originar e dos Contratos de Programa por este último autorizado, fica eleito o foro de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, dado e passado em 18 de março de 2015.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º076 /2015

Contratado: **Leila Ali Dwiche**

Objetivo da presente contratação: *téc. Ad. Educacional*

Secretaria: **Fundeb – 40% ensino infantil**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º075 /2015

Contratado: **Priscila Guimarães Almeida Alves**

Objetivo da presente contratação: **téc. Ad. Educacional**

Secretaria: **Fundeb – 40% ensino fundamental**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º074 /2015

Contratado: **Jorge Batista Alves**

Objetivo da presente contratação: **professor B 20 hrs**

Secretaria: **De Desporto**

Valor: **R$ 1.273.98** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º073 /2015

Contratado: **Everson Wichorek**

Objetivo da presente contratação: *professor B 40 hrs*

Secretaria: **De Desporto**

Valor: **R$ 2.547.60** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º072 /2015

Contratado: **Antonio Ismair Ruth Schmidt Martins**

Objetivo da presente contratação: *professor B 45 hrs*

Secretaria: **De Desporto**

Valor: **R$ 2.866.05** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º129 /2015

Contratado:**Sirlei Rosa de Araujo da Silva**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. público*

Secretaria: **De administração**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º128 /2015

Contratado: **Valdirene Garcez**

Objetivo da presente contratação: *professor A 20 hrs*

Secretaria: **Fundeb – 60% ensino fundamental**

Valor: **R$ 959.80** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º127 /2015

Contratado: **Maria Aline Conceição dos Santos**

Objetivo da presente contratação: *professor B 20 hrs*

Secretaria: **Fundeb – 60% ensino fundamental**

Valor: **R$ 1.439.60** mensais

Vigência: 09/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º126/2015

Contratado: **Adrielly Gomes Bindandi**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria **Depto Fundeb – 40% ensino fundamental**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º125 /2015

Contratado: **Werher Szubris**

Objetivo da presente contratação: *professor B 20* **horas**

Secretaria: **Social**

Valor: **R$ 1.439.60** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 30/11/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º123 /2015

Contratado: **Lucimar da Silva Rondon**

Objetivo da presente contratação: *téc adm. educacional*

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 30/11/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO: N.º122 /2015

Contratado: **Cleivane Lemes da Silva Fabris**

Objetivo da presente contratação: *téc.Adm. Educacional*

Secretaria: **Depto Fundeb – 40% Ensino Fundamental**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º134 /2015

Contratado:**Vanderleia Aguiar verly**

Objetivo da presente contratação: **Ag. Serv. Público**

Secretaria: **De Desporto**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 16/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º133 /2015

Contratado:**Paulo Henrique Aguiar Blanc**

Objetivo da presente contratação: *professor B 20 hrs*

Secretaria: **De Desporto**

Valor: **R$ 1.439.70**mensais

Vigência: 16/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º132 /2015

Contratado: **Leonilda Alves Pires Severino**

Objetivo da presente contratação: *professor B 20 hrs*

Secretaria: **Depto Fundeb – 60% Ensino fundamental**

Valor: **R$ 1.439.70** mensais

Vigência: 16/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º131 /2015

Contratado: **Elisangela Pereira Gonçalves**

Objetivo da presente contratação: *professor B 12 hrs*

Secretaria: **Depto Fundeb – 60% Ensino fundamental**

Valor: **R$ 863.76** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º113 /2015

Contratado: **Diene Aparecida de Oliveira**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria: **Depto Fundeb – 40% Ensino Fundamental**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º112 /2015

Contratado: **Sueli Guilhermina cassiano**

Objetivo da presente contratação: *Agente Administrativo*

Secretaria: **De administração**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º111/2015

: **Eliane Vilas Boas Chaves**

Objetivo da presente contratação: *Agente*

Secretaria: **finanças**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º118 /2015

Contratado: **Vanderlei dos Santos Guilherme**

Objetivo da presente contratação: *Agente Manutenção*

Secretaria: **De Infraestrutura e Transporte**

Valor: **R$ 935.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º117 /2015

Contratado: **Graciela Aparecida Rodrigues da Costa**

Objetivo da presente contratação: *Tec. Adm. educacional* (**Monitora)**

Secretaria: **Depto Fundeb – 40% Ensino Infantil**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º116 /2015

Contratado: **Suelen Fumie Uieno**

Objetivo da presente contratação: *Agente Administrativo*

Secretaria: **Fundo municipal de Saneamento**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º115 /2015

Contratado: **Eliane Gomes da Silva Costa**

Objetivo da presente contratação: *Agente Administrativo*

Secretaria: **De Agricultura e meio Ambiente**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º114 /2015

Contratado: **Ellen Doani Teodoro**

Objetivo da presente contratação: *Agente Administrativo*

Secretaria: **Depto Fundeb – 40% Ensino Fundamental**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º110 /2015

Contratado: **Geuma Pereira Martins**

Objetivo da presente contratação: *Agente Administrativo*

Secretaria: **De Administração**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º109/2015

Contratado: **Ezequiel Luciano Tiburcio**

Objetivo da presente contratação: *Ag. de Conservação*

Secretaria: Fundo M. de saneamento

Valor: **R$ 880.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º108 /2015

Contratado: **Tânia Aparecida Reis Moura**

Objetivo da presente contratação: *Agente de fiscalização*

Secretaria: **De Administração**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º107/2015

Contratado:**Estela Garcia Alves**

Objetivo da presente contratação: *Agente Administrativo*

Secretaria: **Finanças**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º106 /2015

Contratado:**João Benedito de Oliveira**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria: **De Infraestrutura e Transporte**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º105 /2015

Contratado:**Lorival Moretti**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria: **De Infraestrutura e Transporte**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º104/2015

Contratado: **Jocemar Moda de Melo**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria: **De Infraestrutura e Transporte**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 103/2015

Contratado: Alfeu Alves de Sousa

Objetivo da presente contratação: **Ag. Serv. Público**

Secretaria:**De Infraestrutura e Transporte**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º102 /2015

Contratado:**Gilberto Valério de Sousa**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria:**De Infraestrutura e Transporte**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 101/2015

Contratado: **Valdair Francisco Jose de Sá**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria: **Administração**

Valor: **R$788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º100 /2015

Contratado: *Rosa Alves dos santos*

Objetivo da presente contratação: **Ag. Serv. Público**

Secretaria: **Serviço Social**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 099/2015

Contratado: **Laís Pessoa Rodrigues**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. Público*

Secretaria: **Serviço Social**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º098 /2015

Contratado: **Angélica Anacleto de Melo**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Administrativo*

Secretaria: **Serviço Social**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 30/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 097/2015

Contratado:**Daiane Patricia Rhoden**

Objetivo da presente contratação: *Ag. administrativo*

Secretaria: **Saúde**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º096 /2015

Contratado:**Andressa do Nascimento**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv.Público*

Secretaria: **Saúde**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º095 /2015

Contratado:**Ana Patricia de Assis Lima**

Objetivo da presente contratação: *ag. Administrativo*

Secretaria: **Saúde**

Valor: **R$ 925.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 094/2015

Contratado:**Marilda Marques**

Objetivo da presente contratação: *Ag. Serv. público*

Secretaria: **Saúde**

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 093/2015

Contratado:**Igor Chiquito**

Objetivo da presente contratação: *Téc.Radiologia*

Secretaria: **Saúde**

Valor: **R$ 1.650.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 092/2015

Contratado: **Lucinéia de Oliveira Corsetti**

Objetivo da presente contratação: **Téc. Enfermagem**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 1.150.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 091/2015

Contratado: **Jeime Dias**

Objetivo da presente contratação: **Téc. Enfermagem**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 1.150.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 090/2015

Contratado: **Ana Maria Frei Moraes**

Objetivo da presente contratação: **Téc. Enfermagem**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 1.150.0** mensais

Vigência: 01/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 089/2015

Contratado: **Salete Terezinha Wagner**

Objetivo da presente contratação: **Téc. Enfermagem**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 1.150.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 088/2015

Contratado: **Alexandra Smith da Silva**

Objetivo da presente contratação: **Ag.Serv.Público**

Secretaria: *Depto Fundeb – 40% Ensino Fundamental*

Valor: **R$ 788.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 18/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 087/2015

Contratado: **Andreia Moreno**

Objetivo da presente contratação:**Téc.em Enfermagem**

Secretaria:*Saúde*

Valor: **R$ 1.150.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 086/2015

Contratado: **Gabriela Toninatto Botura**

Objetivo da presente contratação: **Nutricionistra**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 2.250.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 085/2015

Contratado: **Delzenir de Sousa Araujo**

Objetivo da presente contratação: **Enfermeira**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 3.105.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 084/2015

Contratado: **Talita Filie Alves Moreira**

Objetivo da presente contratação: **Enfermeira**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 3.105.00** mensais

Vigência: 02/03/2014 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 083/2015

Contratado: **Rubia de Fátima Mendes**

Objetivo da presente contratação: **Psicóloga**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 3.105.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 082/2015

Contratado: **Eliza Marilene Pereira**

Objetivo da presente contratação:**Odontologa**

Secretaria: *Saúde*

Valor: **R$ 3.105.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
CONTRATO N.º 081/2015

Contratado: **Elaine Costa da Silva**

Objetivo da presente contratação: *Farmacêutica bioquimica*

Secretaria: **saúde**

Valor: **R$ 3.15.00** mensais

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 049/2015

Ementa: Dispõe sobre concessão férias adquirida e 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Concedido **Férias de 30** (trinta) dias e Conceder o **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, que não se enquadram nas férias coletivas os servidores Municipais, relacionados abaixo;

Osir Neiverth Carlos Alencar Da Silva Martins

Leia Teodoro Brumatti

Francisco Pereira Nochelli Cesar Fernandes Bezerra Cristiana Barbosa Da Silva

Artigo 2º- As férias mencionadas no caput do Art. compreendem o período de 01/04/2015 à 30/04/2015, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2015.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de março de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 050/2015

EMENTA: Dispõe de concessão de licença a gestante, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no Artigo 128 do Estatuto do Servidor Publico Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Fica CANCELADO LICENÇA MATERNIDADE, da servidora; a partir do dia 01/03/2015; aSr[a] **MICHELE CRISTINA ALBERTIM**, no cargo de agente Administrativo; lotado Na Secretaria de Administrativo, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de março de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 051/2015

EMENTA: Concede ao servidor publico licença prêmio da Lei Municipal nº 573/2008, e da Portaria Executiva nº 01/2014, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º- CONCEDER com esteio na Lei Municipal nº 573/2008, e na portaria executiva nº 01/2014, licença prêmio por assiduidade aos servidores publico municipais;

Michele Cristina Albertim, 01/03/2015 A 31/05/2015 (3 Meses); Celi Caetano De Andrade Oliveira, 01/03/2015 A 31/05/2015 (3 Meses); da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes.

Artigo 2º

- A licença prêmio de que trata o artigo 1º. Será gozada pelo servidor público Municipal no período acima descrito.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/03/2015.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de março de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 052/2015

Ementa: Dispõe de concessão de licença Saúde, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica cancelado o salário do servidor, a partir do de 01/03/2015, por tempo indeterminado, o Sr. **PAULO DE ALBUQUERQUE VOLPATO**, no cargo de enfermeiro, lotado na Secretaria de Saúde, por determinação da secretaria de saúde, ate que se resolva o processo administrativo do mesmo, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 01/03/2015.

Artigo 3º

- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 02 de março de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N° 053/2015

Ementa: Cancelamento Designação da servidora para responder pela Secretaria de Administração e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1°-Fica **CANCELADO** a partir 28/02/2015, a designação da Servidora Nomeada a Sra.

Kelyn Aparecida Boska,

para responder pela Secretaria Municipal De Administração, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°- Revogam se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 02 de março de 2015.

_____

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 899/2015

LEI MUNICIPAL Nº 899/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO, - EXERCÍCIO DE 2015 -, NOS TERMOS DO QUE DISPÕE O INCISO IX, DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO,** Senhora Solange Sousa Kreidloro, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1°- Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei Municipal.

Art. 2º- Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I-O preenchimento de cargos oferecidos no processo seletivo simplificado nº. 002/2015, e não preenchidos por falta de aprovados, e/ou classificados, até a realização de concurso público; e,II-Assistência a outras situações motivadamente de urgência. Art. 3º- Consideram-se situações motivadamente de urgência a contratação de pessoal por tempo determinado pela Secretaria Municipal de Saúde. Art. 4°- As contratações de pessoal por tempo determinado terão o prazo máximo de 12 (doze) meses, devendo encerrar-se necessariamente até o final do exercício de 2015, (31/12/2015). Prazo este em que a Administração Pública realizará Concurso Público para preenchimento de cargos oferecidos no Concurso Público nº. 001/2009, e não preenchidos por falta de aprovados; para o preenchimento de cargos não oferecidos no citado Concurso Público; bem como, para o preenchimento de eventuais aberturas de novas vagas. Art. 5°- A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal será em importância igual ao subsídio inicial fixado para cargo idêntico ou assemelhado, na forma da Lei Municipal instituidora do Plano de Cargos, Carreiras, e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal. Art. 6°- Ao pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal, aplica-se:a)- a vedação de acúmulo de cargos públicos previstos no art. 37, XVI; e, XVII, da Constituição Federal; e,b)- o regime geral da Previdência Social. Art. 7°- Na hipótese de reajuste dos vencimentos dos Servidores Públicos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, este será extensivo ao pessoal contratado por meio desta Lei Municipal. Art. 8°- A contratação de pessoal por tempo determinado será sucedida de análise curricular.Art. 9º - A contratação de pessoal por tempo determinado observará o seguinte procedimento:I-Abertura de procedimento administrativo, devidamente autuado, protocolado e, numerado, contendo:

a)- autorização da Prefeita Municipal;

b)- justificativa da necessidade de contratação realizada pelo Secretário Municipal da pasta em que o contratado será lotado;

c)- indicação da dotação orçamentária específica que suportará as despesas de contratação;

d)- elaboração de parecer pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal;

e)- realização da análise curricular;

f)- celebração dos contratos;

g)- publicação de extratos dos contratos no diário oficial do município.

Art. 10°- Os contratados com base na presente Lei Municipal submetem-se ao exercício da função pública nos limites e obrigações igualmente impostos aos Servidores Públicos Concursados por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e, do Plano de Cargo e Carreiras de cada categoria profissional.

Art.11°- O pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal não poderá:

I-Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;II-Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão, ou função de confiança. Art.12°- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei Municipal serão apuradas mediante Sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Art.13°- É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma desta Lei Municipal, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e, civil da Autoridade Contratante, e, do Secretário Municipal que determinou o desvio do contratado.Art. 14º- O quantitativo global dos contratos firmados nos termos desta Lei Municipal, não poderá, durante o exercício de 2015, ultrapassar a 06% (seis por cento), dos cargos afetivos ocupados até 31 de dezembro de 2014. Art. 15º- O contrato firmado de acordo com esta Lei Municipal extinguir-se-á, sem direito a indenizações: I-Pelo término do prazo contratual; e,II-Por iniciativa do contratado;§ 1º.-A extinção do contrato, nos casos do inciso II, deverá ser comunicada, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;§ 2º.- A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública decorrente de conveniência administrativa, independe de comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e, não acarreta direito a indenização por parte do contratado;§ 3º.- Havendo a rescisão contratual seja ela por iniciativa do contratado, ou por conveniência do contratante, aquele fará jus as verbas rescisórias, (Saldo de salário existente na data da rescisão; 13° salário proporcional; Férias proporcionais, acrescida do terço de férias);§ 4º.- Havendo a rescisão contratual por justa causa, o Contratado fará jus apenas as seguintes verbas rescisórias: (saldo de salário, e, férias vencidas, acaso existentes). Em outras palavras, o Contratado não terá direito ao proporcional do décimo terceiro salário, e das férias. Art. 16°- Os contratos regidos por esta Lei Municipal extinguem-se ao término do prazo de sua vigência, não podendo ultrapassar 31/12/2015; Art. 17°- A contratação de pessoal na forma prevista nesta Lei Municipal somente poderá ser feita quando existir suficiente dotação orçamentária, que permita a cobertura das despesas, e nos limites do quantitativo de vagas constantes do anexo I, o qual é parte integrante e indissociável desta Lei Municipal. Art.18°- O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei Municipal será contado para todos os efeitos, exceto para carreira. Art. 19°- Compete ao Departamento de Recursos Humanos manter o devido controle dos prazos dos con-

tratos temporários decorrentes desta Lei Municipal. Art. 20°- Suportará as despesas decorrente da presente Lei Municipal a Dotação Orçamentária 3.1.00.00.00.00.00 (pessoal e encargos sociais). Art. 21º. Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, entretanto, com efeitos jurídicos e legais a partir de 01/03/2015.

Art. 22°- Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes - MT, 16 de Março de 2015. Solange Sousa Kreidloro-Prefeita Municipal ANEXO I

CARGO	LOCALIDADE
01 Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
01 Dentista	Secretaria de Saúde
01 Fisioterapeuta	Secretaria de Saúde
01 Motorista de Ambulância	Sec. Saúde Sede Nova Bandeirantes
01 Motorista de Ambulância	Sec. Saúde Japuranã
01 Operador de Motosserra	Secretaria de Obras
01 Operador de Retro Escavadeira	Secretaria de Obras
01 Operador de Trator Guincho	Secretaria de Obras
01 Operador de Patrola	Secretaria de Obras
03 Coletadores de Lixo	Secretaria de Obras
04 Gari – Varredores de Rua	Secretaria de Obras
03 Braçal	Secretaria de Obras
01 Operador de Retro Escavadeira	Secretaria de Agricultura
08 Motoristas de Ônibus	Secretaria de Educação
01 Lavador de Carros	Secretaria de Educação
02 Mecânicos	Secretaria de Educação
02 Auxiliares de Serviços Gerais	Secretaria de Esportes
01 Fiscal Tributário	Sec. Finanças - Sede Nova Bandeirantes
01 Fiscal Tributário	Sec. Finanças - Japuranã

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 003/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°. 002/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 267, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão de Licitação, constituída pela portaria n° 005/2015 GABJAMA, torna público que se encontra aberto a partir do dia 24 de março de 2015, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94, e alterações posteriores cujo objeto é Contratação de Empresa especializada em Construção Civil para empreitada global da Construção do CRAS – (Centro de Referência de Assistência Social) com uma área a ser construída de 165,30 m², em Nova Brasilândia/MT, situada a Rua Fica Faca, Quadra 01, Lote: 11, S/N, neste Município, em conformidade com o Contrato de Repasse nº. 793583/2013 FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FNAS/CAIXA, Processo nº. 2628.1010360-02/2013, projetos arquitetônicos e complementares, planilhas, memoriais, cronogramas e demais especificações constantes no edital e anexos, que faz parte integrante deste Edital. **DATA DA ABERTURA: Dia 15 de abril de 2015 as 08:00 Horas (horário de Mato Grosso). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.** Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos que estarão no Setor de Compras, na sede da Prefeitura, mediante pagamento de taxa de 03 (três) UPF (Unidade Padrão Fiscal) Municipal, que deverá ser recolhida por meio de Guia de Arrecadação Municipal, no Setor de Arrecadação, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n°. 267, Centro, Nova Brasilândia – MT, de Segunda a Sexta feira das 07:00 á 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277. **Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, ou não, mas que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.**

Nova Brasilândia – MT, 24 de março de 2015.

_____

JEAN CARLOS PEREIRA DE SOUZA

Presidente (CPL)

Portaria: nº. 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 06 de Abril de 2015, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de realização de procedimentos ultrassonográficos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Canaã do Norte/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. Brasil Nº 27, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 24 de Março de 2015

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 006-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Av.Tiradentes, 211N-Centro- Nova Marilandia – MT.*Fone: 65-3352-1122*

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO Nº 006/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS

Dia: 07/04/2015.-Entrega dos Envelopes: Até as **09:00 hs, dia 07/04/2015-Edital Completo:** Afixado no endereço acima e na Internet, site www.novamarilandia.mt.gov.br-

Abertura do envelope Nº 01:

Às 09: 30 hs, dia 07 de abril de 2015, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida p/ Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente p/ Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

NOVA MARILANDIA- MT, 24 de março de 2015.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2015 PREGÃO: N° 004/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **EMPRESA** *AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191*, inscrito no **CNPJ 15.559.426/0001-57**, representada por Sr. AMARILDO JOSÉ FEITOSA, portador do CPF. 834.866.901-91, **EMPRESA ERENITA GOMES DE MORAES - ME,** inscrito no **CNPJ 15.643.579/0001-88**, representada por Srª. **ERENITA GOMES DE MORAES**, portadora do CPF. 010.379.471-93, EMPRESA **MERCEARIA TRIUNFO LTDA**

- ME,

inscrito no CNPJ 00.677.008/0001-97, representada por Srª. KELLI FERNANDA BARBOSA DA SILVA, portadora do CPF. 968.375.511-91 e EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA, inscrito no CNPJ 05.528.204/0001-13, representada por Sr. JACOB PISAIA JUNIOR, portadora do CPF. 935.449.791-87, a dar inicio a entrega dos produtos Objeto acima licitado, obedecendo aos Padrões, técnicas e as exigências previstas no Edital do Pregão Presencial 004/2015. REGISTRO DE PREÇOS, nas quantidades estimadas na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, GÁS DE COZINHA, PÃES ENTRE OUTROS PRODUTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR, conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento

não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade de 12 (dose) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Secretaria Municipal de Administração

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos;

- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

- Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social.

3.4. É admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos do Decreto nº 3.931/01.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191, inscrito no CNPJ 15.559.426/0001-57.

Item	Quant.	Descrição	MARCA	Und.	Vlr. Unit.	Vlr total
133	1100	RECARGA DE GÁS	LIQUIGÁS	UND	R$ 64,50	R$ 70.950,00
TOTAL						R$ 70.950,00

EMPRESA ERENITA GOMES DE MORAES - ME, inscrito no CNPJ 15.643.579/0001-88.

Item	Quant.	Descrição	Marca	Und.	Vlr. Unit.	Vlr total
5	3000	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 KG	MIKA	PCTE	R$ 2,75	R$ 8. 250,00
13	250	AMENDOIM PACOTE 500G	CHOPIMPA	PCTE	R$ 3,85	R$ 962,50
14	250	AMIDO DE MILHO 200 GR	FLEISCHMANN	UNID	R$ 1,99	R$ 497,50
15	300	ANELINA CORANTE PARA BOLO	MIX	Unid	R$ 2,40	R$ 720,00
18	200	AVEIA EM FLOCOS 200kg	NUTRI	LATA	R$ 2,99	R$ 598,00
19	500	AZEITE DE OLIVA 200ml	DOM FIOREL-LO	LATA	R$ 3,99	R$ 1. 995,00
28	2000	BOLACHA DE MEL 400kg	GIRASSOL	PCTE	R$ 3,60	R$ 7. 200,00
29	3500	BOLACHA DOCE 400 GR	ELBIS	PCTE	R$ 3,50	R$ 12. 250,00
30	3500	BOLACHA SALGADA 400 GR	ELBIS	PCTE	R$ 3,10	R$ 10. 850,00
32	2500	CAFÉ TORRADO MOÍDO 500 GR	DO CARMO	KG	R$ 6,50	R$ 16. 250,00
37	1000	CANJICA BRANCA 500 GR	PINDUCA	PCTE	R$ 2,00	R$ 2. 000,00
45	1750	CHOCOLATE EM PÓ 400kg	CHOPIMPA	KG	R$ 2,40	R$ 4. 200,00
54	1000	CREME DE LEITE 200 GR	PIRACANJUBA	UNID	R$ 1,70	R$ 1. 700,00
56	100	DOCE DE LEITE 400kg	INCOTRIL	PCT.	R$ 5,00	R$ 500,00
57	300	EMUSTABE PARA BOLO 20kg	SELECTA	Unid	R$ 5,50	R$ 1. 650,00
74	4000	GELATINA EM PÓ 35 GR SABORES VARIADOS	DR. OETKER	CAIXA	R$ 0,75	R$ 3. 000,00
84	150	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 ME-SES 400 GR NAN PRO 1	NAN	LATA	R$ 33,50	R$ 5. 025,00
85	150	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES APARTIR DE 6 MESES 400 GR NAN PRO 2	NAN	lata	R$ 29,00	R$ 4. 350,00
87	350	LENTILHA	PINDUCA	PACTE	R$ 4,25	R$ 1. 487,50
97	350	MARIA MOLE 40 GR	DR. OETKER	UND	R$ 1,75	R$ 612,50
102	1100	MILHO PIPOCA 500 GR	KUMBUCA	PCTE	R$ 1,50	R$ 1. 650,00
106	3500	ÓLEO DE SOJA 01 LT	LISA	UNID	R$ 2,85	R$ 9. 975,00
122	100	PILHA GRANDE ALCALINA C/2 UNIDADES	RAYOVAC	UNID	R$ 10,85	R$ 1. 085,00
123	150	PILHA PALITO ALCALINA PACOTE COM 02	RAYOVAC	PCTE	R$ 3,75	R$ 562,50
127	200	POLVILHO AZEDO DE 500 GR	PINDUCA	PCTE	R$ 3,35	R$ 670,00
132	700	QUEIJO RALADO 50g	VIGOR	PCTE	R$ 2,50	R$ 1. 750,00
137	250	SAGU 500KG	PINDUCA	PCTE	R$ 3,75	R$ 937,50
141	1000	SARDINHA 250g	GOMES	LATA	R$ 3,35	R$ 3. 350,00
150	400	SACOLÃO	S/ MARCA	UNID	R$ 78,85	R$ 31. 540,00

TOTAL	R$ 135.618,00

EMPRESA MERCEARIA TRIUNFO LTDA - ME, inscrito no CNPJ 00.677.008/0001-97.

Item	Quant.	Descrição	MARCA	Und.	Vlr. Unit.	Vlr total
1	3000	ABACAXI	EV	UND	R$ 5,25	R$ 15.750,00
4	400	AÇAFRÃO 30GR	MIKA	PCTE	R$ 0,90	R$ 360,00
6	3000	AÇÚCAR 2KG	DOCE DIA	PCTE	R$ 3,00	R$ 9.000,00
7	200	AÇÚCAR MASCAVO	MIKA	KG	R$ 6,29	R$ 1.258,00
9	580	ALHO	ADORI	KG	R$ 11,90	R$ 6.902,00
11	100	AMEIXA	EV	KG	R$ 10,70	R$ 1.070,00
17	3400	ARROZ TIPO 01, 5 KnG	KUMBUCA	PCTE	R$ 8,90	R$ 30.260,00
20	2200	BANANA MAÇA	EV	KG	R$ 5,25	R$ 11.550,00
21	1800	BANANA DA TERRA	EV	KG	R$ 4,50	R$ 8.100,00
22	250	BANANA NANICA	EV	KG	R$ 2,20	R$ 550,00
23	2000	BATATA DOCE	EV	KG	R$ 3,25	R$ 6.500,00
24	3500	BATATA INGLESA	EV	KG	R$ 2,90	R$ 10.150,00
25	1800	BEBIDA LACTEA IOGURTE	GOOD	LT	R$ 3,80	R$ 6.840,00
26	700	BERINJELA	EV	KG	R$ 4,55	R$ 3.185,00
27	1300	BETERRABA	EV	KG	R$ 2,50	R$ 3.250,00
31	800	BROCOLIS	EV	KG	R$ 13,59	R$ 10.872,00
34	100	CANELA EM PAU 30g	MIKA	PCT.	R$ 0,99	R$ 99,00
35	400	CANELA EM PÓ 30g	MIKA	UNID	R$ 0,99	R$ 396,00
38	4000	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOÍDA	TRIUNFO	KG	R$ 8,50	R$ 34.000,00
39	4000	CARNE BOVINA DE SEGUNDA PICADA	TRIUNFO	KG	R$ 8,00	R$ 32.000,00
41	1600	CEBOLA	EV	KG	R$ 2,45	R$ 3.920,00
43	1600	CENOURA	EV	KG	R$ 3,45	R$ 5.520,00
46	850	CHUCHU	EV	KG	R$ 2,90	R$ 2.465,00
48	350	COENTRO	MIKA	PCTE	R$ 0,99	R$ 346,50
50	1700	COSTELA	TRIUNFO	KG	R$ 8,65	R$ 14.705,00
52	700	COUVE-FLOR	EV	KG	R$ 5,99	R$ 4.193,00
53	100	CRAVO DA ÍNDIA 30g	MIKA	PCT.	R$ 0,99	R$ 99,00
63	500	FARINHA DE SOJA 200kg	NATURAL LIFE	PCTE	R$ 4,90	R$ 2.450,00
65	3500	FEIJÃO 1 KG GRÃO DOURADO	GRAO DOURADO	PCTE	R$ 3,70	R$ 12.950,00
70	1800	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 100GR	ROYAL	UNID	R$ 1,90	R$ 3.420,00
71	200	FÓSFORO PACOTE COM 10 CAIXINHAS	PARANA	UNID	R$ 2,09	R$ 418,00
72	6000	FRANGO CONGELADO	ANHAMBI	KG	R$ 4,80	R$ 28.800,00
76	400	INHAME	EV	KG	R$ 3,59	R$ 1.436,00
78	2300	LARANJA	EV	KG	R$ 1,55	R$ 3.565,00
79	500	LEITE CONDENSADO 395g	PIRACANJUBA	UND	R$ 2,50	R$ 1.250,00
80	350	LEITE DE SOJA 1 LITRO	BATAVO	CAIXA	R$ 5,14	R$ 1.799,00
88	300	LIMÃO	EV	KG	R$ 3,70	R$ 1.110,00
94	1100	MANDIOCA DESCASCADA	AGRICOLA	KG	R$ 2,50	R$ 2.750,00
107	300	ORÉGANO 100GR	MIKA	UNID	R$ 4,05	R$ 1.215,00
108	950	OVOS	EV	DUZIA	R$ 3,65	R$ 3.467,50
112	1000	PÃO DOCE	TRIUNFO	KG	R$ 9,40	R$ 9.400,00
117	500	PEITO DE FRANGO	ANHAMBI	KG	R$ 7,50	R$ 3.750,00
118	500	PEPINO	EV	KG	R$ 2,10	R$ 1.050,00
119	150	PÊSSEGO	EV	KG	R$ 8,09	R$ 1.213,50
121	100	PILHA ALCALINA AA PACOTE COM 02	PANASONIC	PCTE	R$ 3,80	R$ 380,00
124	700	PIMENTÃO	EV	KG	R$ 3,30	R$ 2.310,00
125	1500	PIRULITO	CLUAMAR	kg	R$ 10,20	R$ 15.300,00
129	650	PRESUNTO	SADIA	KG	R$ 19,15	R$ 12.447,50
130	150	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA 300kg	MIKA	PCTE	R$ 4,19	R$ 628,50

135	1500	REPOLHO	EV	KG	R$ 2,25	R$ 3.375,00
138	700	SAL REFINADO 1 KG	VITASAL	PCTE	R$ 0,99	R$ 693,00
142	4000	SUCO EM PÓ SABORES VARIADOS 500GR	QUALIMAX	PCTE	R$ 3,80	R$ 15.200,00
148	500	VAGEM	EV	KG	R$ 7,19	R$ 3.595,00
149	800	VINAGRE 750ML	PALHINHA	UNID	R$ 1,20	R$ 960,00
TOTAL						R$ 358.273,50

EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA, inscrito no CNPJ 05.528.204/0001-13.

Item	Qunt.	DESCRIÇAO	MARCA	Unid.	Vlr. Unit.	Vlr total
2	600	ABOBORA CABOTIÁ	JACOB	KG	R$ 2,00	R$ 1. 200,00
3	400	ABOBORA MENINA	JACOB	KG	R$ 3,00	R$ 1. 200,00
8	800	ALFACE	JACOB	PCTE	R$ 2,80	R$ 2. 240,00
10	350	ALMEIRÃO	JACOB	PCTE	R$ 2,90	R$ 1. 015,00
12	120	AMEIXA EM CALDAS 400G	OLE	LATA	R$ 8,10	R$ 972,00
16	1500	ARROZ INTEGRAL	MIKA	KG	R$ 5,35	R$ 8. 025,00
33	1000	CALDO DE GALINHA CAIXA 114GR COM 12 TABLETES	KNNOR	CAIXA	R$ 2,60	R$ 2. 600,00
36	100	CANJICA 500GR	ZAELI	PCTE	R$ 1,55	R$ 155,00
40	150	CASTANHA DO PARÁ	JACOB	KG	R$ 12,90	R$ 1. 935,00
42	350	CEBOLINHA FOLHA	JACOB	PCTE	R$ 2,90	R$ 1. 015,00
44	1700	CHÁ MATE 250GR	LEAO	CAIXA	R$ 5,70	R$ 9. 690,00
47	750	COCO RALADO 100g	MAIS COCO	UNID	R$ 2,90	R$ 2. 175,00
49	300	COLORAU 500GR	ZAELI	PCTE	R$ 3,15	R$ 945,00
51	350	COUVE	JACOB	PCTE	R$ 2,99	R$ 1. 046,50
55	250	DOCE DE FRUTAS (GELÉIA, PASTA, CREMOSO) FRUTAS DESCASCADAS) 400kg	INCOTRIL	KG	R$ 4,50	R$ 1. 125,00
58	550	ERVILHA 200 GR	PREDILECTA	UNID	R$ 1,45	R$ 797,50
59	1000	EXTRATO DE TOMATE 840GR	OLE	UNID	R$ 6,00	R$ 6. 000,00
60	400	EXTRATO DE TOMATE DE 130G	QUERO	UNID	R$ 1,00	R$ 400,00
61	700	FARINHA DE MANDIOCA 1KG	MASSON	PCTE	R$ 4,99	R$ 3. 493,00
62	500	FARINHA DE MILHO 500kg	ZAELI	PCTE	R$ 2,00	R$ 1. 000,00
64	3000	FARINHA DE TRIGO 1 KG	PILAO	PCTE	R$ 2,30	R$ 6. 900,00
67	1500	FEIJÃO PRETO	KUMBUCA	KG	R$ 3,40	R$ 5. 100,00
68	1500	FERMENTO BIOLÓGICO 500GR	SAF	PCTE	R$ 10,90	R$ 16. 350,00
69	600	FERMENTO EM PÓ INSTANTÂNEO ENVELOPE 10GR	SAF	UNID	R$ 0,68	R$ 408,00
73	900	FUBÁ 1KG	MASSON	PCTE	R$ 1,95	R$ 1. 755,00
75	100	GENGIBRE	JACOB	KG	R$ 17,00	R$ 1. 700,00
77	100	ISQUEIRO	BIC	UNID	R$ 3,10	R$ 310,00

81	900	LEITE EM PÓ COM VITAMINAS C+D+A 400GR	NINHO	LATA	R$ 11,70	R$ 10.530,00
82	100	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES 400 GR	NESTOGENIO 2	LATA	R$ 27,60	R$ 2.760,00
83	150	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES 400 GR	NESTOGENIO1	LATA	R$ 28,20	R$ 4.230,00
86	9000	LEITE INTEGRAL 1 LITRO	LACBOM	CAIXA	R$ 2,50	R$ 22.500,00
89	3000	MAÇÃ NACIONAL	JACOB	KG	R$ 4,10	R$ 12.300,00
90	3000	MACARRÃO ESPAGUETE 500GR	BORTOLINI	PCT	R$ 2,30	R$ 6.900,00
91	2500	MACARRÃO PARAFUSO, PADRE NOSSO, AVE MARIA, CONCHINHA	DONA BENTA	PCT	R$ 2,00	R$ 5.000,00
92	2500	MACARRÃO PICADO 500GR	DONA BENTA	PCTE	R$ 2,00	R$ 5.000,00
93	1200	MAMÃO	JACOB	KG	R$ 6,00	R$ 7.200,00
95	700	MARGARINA COM SAL 500 GR	SOYA	PT	R$ 2,00	R$ 1.400,00
96	200	MARGARINA SEM SAL 500 GR	DELICIA	PT	R$ 4,49	R$ 898,00
98	1500	MASSA PARA LASANHA 500g	GALO	PACTE	R$ 4,80	R$ 7.200,00
99	1600	MELANCIA	JACOB	KG	R$ 1,25	R$ 2.000,00
100	500	MELÃO	JACOB	KG	R$ 4,70	R$ 2.350,00
101	150	MILHARINA 500 GR	QUAKER	UNID	R$ 2,90	R$ 435,00
103	2000	MILHO VERDE 200GR	PREDILECTA	UNID	R$ 1,10	R$ 2.200,00
104	1500	MISTURA BOLO PRONTO 500kg	ZAELI	PCTE	R$ 2,70	R$ 4.050,00
105	150	MISTURA DE CEREAIS PARA MINGAL DE ARROZ 400GR	MUCILON	LATA	R$ 10,51	R$ 1.576,50
109	100	PALITO DE DENTE CAIXA COM 200 UNIDADE	THEOTO	UNID	R$ 0,75	R$ 75,00
110	150	PÃO CASEIRO 600 GR	JACOB	KG	R$ 5,65	R$ 847,50
111	100	PÃO DE FORMA 500G	JACOB	KG	R$ 8,70	R$ 870,00
113	2000	PÃO FRANCES 50 GRAMAS	JACOB	KG	R$ 6,95	R$ 13.900,00
114	2500	PÃO P/ CACHORRO QUENTE PCT COM 5 UNIDADES	JACOB	PCT.	R$ 6,10	R$ 15.250,00
115	400	PAPEL TOALHA	STYLUS	ROLO	R$ 2,50	R$ 1.000,00
116	60	PAZINHA PARA LIXO COM CABO	STA MARIA	UNID	R$ 11,00	R$ 660,00
120	100	PÊSSEGO EM CALDAS 400G	GB	LATA	R$ 5,80	R$ 580,00
126	1000	POLPA DE FRUTAS (VARIADAS) 100G	YASAI	PCT	R$ 1,40	R$ 1.400,00
128	300	POLVILHO DOCE 500 GR	MASSON	UNID	R$ 2,65	R$ 795,00
131	650	QUEIJO MUSSARELA	CASTERLEITE	KG	R$ 16,90	R$ 10.985,00
134	20	REGISTRO DE BOTIJÃO PARA GÁS COM MANGUEIRA DE NO MÍNIMO 1,5 METROS	YANES	UNID	R$ 23,00	R$ 460,00
136	350	RÚCULA	JACOB	PCTE	R$ 2,99	R$ 1.046,50
139	350	SALSA	JACOB	PCTE	R$ 2,99	R$ 1.046,50
140	300	SALSICHA	PERDIGAO	KG	R$ 6,25	R$ 1.875,00

143	800	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA 1KG	ADORI	UNID	R$ 5,55	R$ 4. 440,00
144	2500	TOMATE	JACOB	KG	R$ 4,20	R$ 10. 500,00
145	400	TOUCA PLÁSTICA (DESCARTÁVEL) PCT COM 100 UND	MAX	UNID	R$ 19,50	R$ 7. 800,00
146	500	TRIGO PARA QUIBE 500kg	MIKA	PCTE	R$ 2,95	R$ 1. 475,00
147	200	UVA CAIXA KG	JACOB	KG	R$ 11,00	R$ 2. 200,00
Total R$ 255.287,00						

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Maringá - MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de

fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às

exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.10. O atraso na entrega caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que

venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a

reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto na portaria 212/2010.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados co terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Secretarias Participantes:

Destinação	Dotação Orçamentária
Sec. De Administração	03.001.04.122.0030.2007.339030.000000-47
Sec. De Educação	05.001.12.122.0050.2013.339030.000000-91
Sec. Educação – Merenda Escolar PNAE	05.005.12.306.0050.2022.339030.000000-145
Sec. Educação – Merenda Escolar Infantil	05.005.12.306.0050.2023.339030.000000-146
Sec. Educação – Merenda Escolar PNAC	05.005.12.306.0050.2024.339030.000000-147
Sec. Educação – Ensino Infantil	05.008.12.365.0050.2027.339030.000000-161
Sec. De Obras	06.001.04.122.0060.2037.339030.000000-199
Sec. De Saúde	07.001.10.122.0070.2041.339030.000000-228
Sec. De Saude – Fundo Municipal	07.002.10.301.0071.2042.339030.000000-240
Sec. De Saude – Pronto atendimento	07.002.10.302.0072.2049.339030.00000-264
Sec. De Agricultura	08.001.20.122.0080.2053.339030.000000-297
Sec. De Ação e Promoção Social	09.001.08.122.0090.2056.339030.000000-322
Sec. De Ação e Promoção Social – mat. De Distribuição Gratuita	09.001.08.122.0090.2056.339032.000000-323
Sec. De Ação e Promoção Social – Clube dos Vovos	09.002.08.241.0091.2063.339030.000000-332
Sec. De Ação e Promoção Social – PBV II	09.002.08.244.0091.2058.339030.000000-352
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD	09.002.08.244.0091.2059.339030.000000-355
Sec. De Ação e Promoção Social – Beneficios Eventuais	09.002.08.244.0091.2060.339030.000000-359
Sec. De Ação e Promoção Social – Beneficios Eventuais – mat. Dist. gratuita	09.002.08.244.0091.2060.339032.000000-360
Sec. De Ação e Promoção Social – Fundo Municipal	09.002.08.244.0091.2061.339030.000000-366
Sec. De Ação e Promoção Social – Fundo Municipal – Mat. Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2061.339032.000000-367
Sec. De Ação e Promoção Social – Cras	09.002.08.244.0091.2062.339030.000000-373
Sec. De Ação e Promoção Social – Fumis	09.002.08.244.0091.2064.339030.000000-376
Sec. De Ação e Promoção Social – Fumis – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2064.339032.000000-377
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD SUAS	09.002.08.244.0091.2065.339030.000000-380
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD SUAS – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2065.339032.000000-381
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD PBF	09.002.08.244.0091.2066.339030.000000-384
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD PBF – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2066.339032.000000-385
Sec. De Ação e Promoção Social – PAIF	09.002.08.244.0091.2067.339030.000000-388
Sec. De Ação e Promoção Social – PAIF – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2067.339032.000000-389
Sec. Distrital	11.011.04.122.0110.2074.339030.000000-411

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 004/2015 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 24 de Março de 2015.

_____ _____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191

JOÃO BRAGA NETO AMARILDO JOSÉ FEITOSA

Contratante Contratado

_____ _____

ERENITA GOMES DE MORAES – ME JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA

ERENITA GOMES DE MORAES JACOB PISAIA JUNIOR

Contratado Contratado

_____

MERCEARIA TRIUNFO LTDA - ME

KELLI FERNANDA BARBOSA DA SILVA

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____ _____

MANOEL DA COSTA CAMPOS WELDER SOUZA CUNHA

Secretario Geral de Administração CPF: 631.381.071.68

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 004/2015. REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, GÁS DE COZINHA, PÃES ENTRE OUTROS PRODUTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, obedecendo todas as formalidades legais inscritas na Lei 8.666/93.

O Pregoeiro e Comissão de Apoio, cumprindo com as determinações legais, classificou as melhores propostas apresentadas e com os critérios estabelecidos no Pregão Presencial 004/2015, decorrido o prazo recursal sem quaisquer manifestação das partes interessadas. Assim sendo, de acordo com os critérios do edital e diante dos resultados apresentados pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, ADJUDICO o julgamento do presente certame, para que produza todos os efeitos legais, dando como proponentes (s) vencedor(es) a(s) Empresa(s):

VENCEDOR: AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191, inscrito no CNPJ 15.559.426/0001-57. com proposta no Valor de R$ 70.950,00 (setenta mil novecentos e cinquenta reais) para os itens: 133.

VENCEDOR: ERENITA GOMES DE MORAES - ME, inscrito no CNPJ 15.643.579/0001-88. **com proposta no Valor de** R$ 135.618,00 (cento e trinta e cinco mil e seiscentos e dezoito reais) para os itens: 5,13,14,15,18,19,28,29,30,32,37,45,54,56,57,74,84,85,87,97,102,106,122,123,127,132,137,141 e 150.

VENCEDOR: MERCEARIA TRIUNFO LTDA - ME, inscrito no CNPJ 00.677.008/0001-97. **com proposta no Valor de** R$ 358.273,50 (trezentos e cinquenta e oito mil e duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos) para o item: 1,4,6,7,9,11,17,20,21,22,23,24,25,26,27,31,34,35,38,39,41,43,46,48,50,52,53,63,65,7071,72,76,79,80,88,94,107,108,112,117,118,119,121,124,125,129,130,135,138,142,148 e 149.

VENCEDOR: JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA, inscrito no CNPJ 05.528.204/0001-13. **com proposta no Valor de** R$ 255.287,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e oitenta e sete reais) para os itens: 2,3,8,10,12,16,33,36,40,42,44,47,49,51,55,58,59,60,61,62,64,67,68,69,73,75,77,81,82,83,86,89,90,91,92,93,95,96,98,99,100,101,103,104,105,109,110,111,113,114,115,116,120,126,128,131,134,136,139,140,143,144,145,146 e 147.

A proposta apresentada foi as mais vantajosa para a Administração Municipal, Razão pelo qual HOMOLOGO como vencedora do objeto da presente licitação.

Nova Maringá - MT, 24 de Março de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 004/2015. REGISTRO DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 013/2015 de 26 de Janeiro de 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 004/2015, MENOR PREÇO por item, cujo Objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, GÁS DE COZINHA, PÃES ENTRE OUTROS PRODUTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR (A):

VENCEDOR: **AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191**, inscrito no *CNPJ 15.559.426/0001-57.* com proposta no Valor de R$ 70.950,00 (setenta mil novecentos e cinquenta reais) para os itens: 133.

VENCEDOR: **ERENITA GOMES DE MORAES - ME,** inscrito no **CNPJ 15.643.579/0001-88**. com proposta no Valor de R$ 135.618,00 (cento e trinta e cinco mil e seiscentos e dezoito reais) para os itens:

05,13,14,15,18,19,28,29,30,32,37,45,54,56,57,74,84,85,87,97,102,106,122,123,127,132,137,141 e 150.

VENCEDOR: **MERCEARIA TRIUNFO LTDA - ME,** inscrito no **CNPJ 00.677.008/0001-97.** com proposta no Valor de R$ 358.273,50 (trezentos e cinquenta e oito mil e duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos) para o item:

01,04,06,07,09,11,17,20,21,22,23,24,25,26,27,31,34,35,38,39,41,43,46,48,50,52,53,63,65,7071,72,76,79,80,88,94,107,108,112,117,118,119,121,124,125,129,130,135,138,142,148 e 149.

VENCEDOR: JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA, inscrito no CNPJ 05.528.204/0001-13. com proposta no Valor de R$ 255.287,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e oitenta e sete reais) para os itens: 02,03,08,10,12,16,33,36,40,42,44,47,49,51,55,58,59,60,61,62,64,67,68,69,73,75,77,81,82,83,86,89,90,91,92,93,95,96,98,99,100,101,103,104,105,109,110,111,113,114,115,116,120,126,128,131,134,136,139,140,143,144,145,146 e 147.

Nova Maringá - MT, 24 de Março de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2015 PREGÃO: N° 004/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **EMPRESA** *AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191*, inscrito no **CNPJ 15.559.426/0001-57**, representada por Sr. AMARILDO JOSÉ FEITOSA, portador do CPF. 834.866.901-91, **EMPRESA ERENITA GOMES DE MORAES - ME,** inscrito no **CNPJ 15.643.579/0001-88**, representada por Srª. **ERENITA GOMES DE MORAES**, portadora do CPF. 010.379.471-93, EMPRESA **MERCEARIA TRIUNFO LTDA**

- ME,

inscrito no CNPJ 00.677.008/0001-97, representada por Srª. KELLI FERNANDA BARBOSA DA SILVA, portadora do CPF. 968.375.511-91 e EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA, inscrito no CNPJ 05.528.204/0001-13, representada por Sr. JACOB PISAIA JUNIOR, portadora do CPF. 935.449.791-87, a dar inicio a entrega dos produtos Objeto acima licitado, obedecendo aos Padrões, técnicas e as exigências previstas no Edital do Pregão Presencial 004/2015. REGISTRO DE PREÇOS, nas quantidades estimadas na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, GÁS DE COZINHA, PÃES ENTRE OUTROS PRODUTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR, conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento

não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade de 12 (dose) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Secretaria Municipal de Administração

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos;

- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

- Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social.

3.4. É admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos do Decreto nº 3.931/01.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191, inscrito no CNPJ 15.559.426/0001-57.

Item	Quant.	Descrição	MARCA	Und.	Vlr. Unit.	Vlr total
133	1100	RECARGA DE GÁS	LIQUIGÁS	UND	R$ 64,50	R$ 70.950,00
TOTAL						R$ 70.950,00

EMPRESA ERENITA GOMES DE MORAES - ME, inscrito no CNPJ 15.643.579/0001-88.

Item	Quant.	Descrição	Marca	Und.	Vlr. Unit.	Vlr total
5	3000	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 KG	MIKA	PCTE	R$ 2,75	R$ 8. 250,00
13	250	AMENDOIM PACOTE 500G	CHOPIMPA	PCTE	R$ 3,85	R$ 962,50
14	250	AMIDO DE MILHO 200 GR	FLEISCHMANN	UNID	R$ 1,99	R$ 497,50
15	300	ANELINA CORANTE PARA BOLO	MIX	Unid	R$ 2,40	R$ 720,00
18	200	AVEIA EM FLOCOS 200kg	NUTRI	LATA	R$ 2,99	R$ 598,00
19	500	AZEITE DE OLIVA 200ml	DOM FIOREL-LO	LATA	R$ 3,99	R$ 1. 995,00
28	2000	BOLACHA DE MEL 400kg	GIRASSOL	PCTE	R$ 3,60	R$ 7. 200,00
29	3500	BOLACHA DOCE 400 GR	ELBIS	PCTE	R$ 3,50	R$ 12. 250,00
30	3500	BOLACHA SALGADA 400 GR	ELBIS	PCTE	R$ 3,10	R$ 10. 850,00
32	2500	CAFÉ TORRADO MOÍDO 500 GR	DO CARMO	KG	R$ 6,50	R$ 16. 250,00
37	1000	CANJICA BRANCA 500 GR	PINDUCA	PCTE	R$ 2,00	R$ 2. 000,00
45	1750	CHOCOLATE EM PÓ 400kg	CHOPIMPA	KG	R$ 2,40	R$ 4. 200,00
54	1000	CREME DE LEITE 200 GR	PIRACANJUBA	UNID	R$ 1,70	R$ 1. 700,00
56	100	DOCE DE LEITE 400kg	INCOTRIL	PCT.	R$ 5,00	R$ 500,00
57	300	EMUSTABE PARA BOLO 20kg	SELECTA	Unid	R$ 5,50	R$ 1. 650,00
74	4000	GELATINA EM PÓ 35 GR SABORES VARIADOS	DR. OETKER	CAIXA	R$ 0,75	R$ 3. 000,00
84	150	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 ME-SES 400 GR NAN PRO 1	NAN	LATA	R$ 33,50	R$ 5. 025,00

85	150	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES APARTIR DE 6 MESES 400 GR NAN PRO 2	NAN	lata	R$ 29,00	R$ 4. 350,00
87	350	LENTILHA	PINDUCA	PACTE	R$ 4,25	R$ 1. 487,50
97	350	MARIA MOLE 40 GR	DR. OETKER	UND	R$ 1,75	R$ 612,50
102	1100	MILHO PIPOCA 500 GR	KUMBUCA	PCTE	R$ 1,50	R$ 1. 650,00
106	3500	ÓLEO DE SOJA 01 LT	LISA	UNID	R$ 2,85	R$ 9. 975,00
122	100	PILHA GRANDE ALCALINA C/2 UNIDADES	RAYOVAC	UNID	R$ 10,85	R$ 1. 085,00
123	150	PILHA PALITO ALCALINA PACOTE COM 02	RAYOVAC	PCTE	R$ 3,75	R$ 562,50
127	200	POLVILHO AZEDO DE 500 GR	PINDUCA	PCTE	R$ 3,35	R$ 670,00
132	700	QUEIJO RALADO 50g	VIGOR	PCTE	R$ 2,50	R$ 1. 750,00
137	250	SAGU 500KG	PINDUCA	PCTE	R$ 3,75	R$ 937,50
141	1000	SARDINHA 250g	GOMES	LATA	R$ 3,35	R$ 3. 350,00
150	400	SACOLÃO	S/ MARCA	UNID	R$ 78,85	R$ 31. 540,00
TOTAL						R$ 135. 618,00

EMPRESA MERCEARIA TRIUNFO LTDA - ME, inscrito no CNPJ 00.677.008/0001-97.

Item	Quant.	Descrição	MARCA	Und.	Vlr. Unit.	Vlr total
1	3000	ABACAXI	EV	UND	R$ 5,25	R$ 15.750,00
4	400	AÇAFRÃO 30GR	MIKA	PCTE	R$ 0,90	R$ 360,00
6	3000	AÇÚCAR 2KG	DOCE DIA	PCTE	R$ 3,00	R$ 9.000,00
7	200	AÇÚCAR MASCAVO	MIKA	KG	R$ 6,29	R$ 1.258,00
9	580	ALHO	ADORI	KG	R$ 11,90	R$ 6.902,00
11	100	AMEIXA	EV	KG	R$ 10,70	R$ 1.070,00
17	3400	ARROZ TIPO 01, 5 KnG	KUMBUCA	PCTE	R$ 8,90	R$ 30.260,00
20	2200	BANANA MAÇA	EV	KG	R$ 5,25	R$ 11.550,00
21	1800	BANANA DA TERRA	EV	KG	R$ 4,50	R$ 8.100,00
22	250	BANANA NANICA	EV	KG	R$ 2,20	R$ 550,00
23	2000	BATATA DOCE	EV	KG	R$ 3,25	R$ 6.500,00
24	3500	BATATA INGLESA	EV	KG	R$ 2,90	R$ 10.150,00
25	1800	BEBIDA LACTEA IOGURTE	GOOD	LT	R$ 3,80	R$ 6.840,00
26	700	BERINJELA	EV	KG	R$ 4,55	R$ 3.185,00
27	1300	BETERRABA	EV	KG	R$ 2,50	R$ 3.250,00
31	800	BROCOLIS	EV	KG	R$ 13,59	R$ 10.872,00
34	100	CANELA EM PAU 30g	MIKA	PCT.	R$ 0,99	R$ 99,00
35	400	CANELA EM PÓ 30g	MIKA	UNID	R$ 0,99	R$ 396,00
38	4000	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOÍDA	TRIUNFO	KG	R$ 8,50	R$ 34.000,00
39	4000	CARNE BOVINA DE SEGUNDA PICADA	TRIUNFO	KG	R$ 8,00	R$ 32.000,00
41	1600	CEBOLA	EV	KG	R$ 2,45	R$ 3.920,00
43	1600	CENOURA	EV	KG	R$ 3,45	R$ 5.520,00
46	850	CHUCHU	EV	KG	R$ 2,90	R$ 2.465,00
48	350	COENTRO	MIKA	PCTE	R$ 0,99	R$ 346,50
50	1700	COSTELA	TRIUNFO	KG	R$ 8,65	R$ 14.705,00
52	700	COUVE-FLOR	EV	KG	R$ 5,99	R$ 4.193,00
53	100	CRAVO DA ÍNDIA 30g	MIKA	PCT.	R$ 0,99	R$ 99,00
63	500	FARINHA DE SOJA 200kg	NATURAL LIFE	PCTE	R$ 4,90	R$ 2.450,00
65	3500	FEIJÃO 1 KG GRÃO DOURADO	GRAO DOURADO	PCTE	R$ 3,70	R$ 12.950,00

70	1800	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 100GR	ROYAL	UNID	R$ 1,90	R$ 3.420,00
71	200	FÓSFORO PACOTE COM 10 CAIXINHAS	PARANA	UNID	R$ 2,09	R$ 418,00
72	6000	FRANGO CONGELADO	ANHAMBI	KG	R$ 4,80	R$ 28.800,00
76	400	INHAME	EV	KG	R$ 3,59	R$ 1.436,00
78	2300	LARANJA	EV	KG	R$ 1,55	R$ 3.565,00
79	500	LEITE CONDENSADO 395g	PIRACANJUBA	UND	R$ 2,50	R$ 1.250,00
80	350	LEITE DE SOJA 1 LITRO	BATAVO	CAIXA	R$ 5,14	R$ 1.799,00
88	300	LIMÃO	EV	KG	R$ 3,70	R$ 1.110,00
94	1100	MANDIOCA DESCASCADA	AGRICOLA	KG	R$ 2,50	R$ 2.750,00
107	300	ORÉGANO 100GR	MIKA	UNID	R$ 4,05	R$ 1.215,00
108	950	OVOS	EV	DUZIA	R$ 3,65	R$ 3.467,50
112	1000	PÃO DOCE	TRIUNFO	KG	R$ 9,40	R$ 9.400,00
117	500	PEITO DE FRANGO	ANHAMBI	KG	R$ 7,50	R$ 3.750,00
118	500	PEPINO	EV	KG	R$ 2,10	R$ 1.050,00
119	150	PÊSSEGO	EV	KG	R$ 8,09	R$ 1.213,50
121	100	PILHA ALCALINA AA PACOTE COM 02	PANASONIC	PCTE	R$ 3,80	R$ 380,00
124	700	PIMENTÃO	EV	KG	R$ 3,30	R$ 2.310,00
125	1500	PIRULITO	CLUAMAR	kg	R$ 10,20	R$ 15.300,00
129	650	PRESUNTO	SADIA	KG	R$ 19,15	R$ 12.447,50
130	150	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA 300kg	MIKA	PCTE	R$ 4,19	R$ 628,50
135	1500	REPOLHO	EV	KG	R$ 2,25	R$ 3.375,00
138	700	SAL REFINADO 1 KG	VITASAL	PCTE	R$ 0,99	R$ 693,00
142	4000	SUCO EM PÓ SABORES VARIADOS 500GR	QUALIMAX	PCTE	R$ 3,80	R$ 15.200,00
148	500	VAGEM	EV	KG	R$ 7,19	R$ 3.595,00
149	800	VINAGRE 750ML	PALHINHA	UNID	R$ 1,20	R$ 960,00
TOTAL						R$ 358.273,50

EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA, inscrito no CNPJ 05.528.204/0001-13.

Item	Qunt.	DESCRIÇAO	MARCA	Unid.	Vlr. Unit.	Vlr total
2	600	ABOBORA CABOTIÁ	JACOB	KG	R$ 2,00	R$ 1. 200,00
3	400	ABOBORA MENINA	JACOB	KG	R$ 3,00	R$ 1. 200,00
8	800	ALFACE	JACOB	PCTE	R$ 2,80	R$ 2. 240,00
10	350	ALMEIRÃO	JACOB	PCTE	R$ 2,90	R$ 1. 015,00
12	120	AMEIXA EM CALDAS 400G	OLE	LATA	R$ 8,10	R$ 972,00
16	1500	ARROZ INTEGRAL	MIKA	KG	R$ 5,35	R$ 8. 025,00
33	1000	CALDO DE GALINHA CAIXA 114GR COM 12 TABLETES	KNNOR	CAIXA	R$ 2,60	R$ 2. 600,00
36	100	CANJICA 500GR	ZAELI	PCTE	R$ 1,55	R$ 155,00
40	150	CASTANHA DO PARÁ	JACOB	KG	R$ 12,90	R$ 1. 935,00
42	350	CEBOLINHA FOLHA	JACOB	PCTE	R$ 2,90	R$ 1. 015,00
44	1700	CHÁ MATE 250GR	LEAO	CAIXA	R$ 5,70	R$ 9. 690,00
47	750	COCO RALADO 100g	MAIS COCO	UNID	R$ 2,90	R$ 2. 175,00
49	300	COLORAU 500GR	ZAELI	PCTE	R$ 3,15	R$ 945,00
51	350	COUVE	JACOB	PCTE	R$ 2,99	R$ 1. 046,50
55	250	DOCE DE FRUTAS (GELÉIA, PASTA, CREMOSO) FRUTAS DESCASCADAS) 400kg	INCOTRIL	KG	R$ 4,50	R$ 1. 125,00

58	550	ERVILHA 200 GR	PREDILECTA	UNID	R$ 1,45	R$ 797,50
59	1000	EXTRATO DE TOMATE 840GR	OLE	UNID	R$ 6,00	R$ 6.000,00
60	400	EXTRATO DE TOMATE DE 130G	QUERO	UNID	R$ 1,00	R$ 400,00
61	700	FARINHA DE MANDIOCA 1KG	MASSON	PCTE	R$ 4,99	R$ 3.493,00
62	500	FARINHA DE MILHO 500kg	ZAELI	PCTE	R$ 2,00	R$ 1.000,00
64	3000	FARINHA DE TRIGO 1 KG	PILAO	PCTE	R$ 2,30	R$ 6.900,00
67	1500	FEIJÃO PRETO	KUMBUCA	KG	R$ 3,40	R$ 5.100,00
68	1500	FERMENTO BIOLÓGICO 500GR	SAF	PCTE	R$ 10,90	R$ 16.350,00
69	600	FERMENTO EM PÓ INSTANTÂNEO ENVELOPE 10GR	SAF	UNID	R$ 0,68	R$ 408,00
73	900	FUBÁ 1KG	MASSON	PCTE	R$ 1,95	R$ 1.755,00
75	100	GENGIBRE	JACOB	KG	R$ 17,00	R$ 1.700,00
77	100	ISQUEIRO	BIC	UNID	R$ 3,10	R$ 310,00
81	900	LEITE EM PÓ COM VITAMINAS C+D+A 400GR	NINHO	LATA	R$ 11,70	R$ 10.530,00
82	100	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES 400 GR	NESTOGENIO 2	LATA	R$ 27,60	R$ 2.760,00
83	150	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES 400 GR	NESTOGENIO1	LATA	R$ 28,20	R$ 4.230,00
86	9000	LEITE INTEGRAL 1 LITRO	LACBOM	CAIXA	R$ 2,50	R$ 22.500,00
89	3000	MAÇÃ NACIONAL	JACOB	KG	R$ 4,10	R$ 12.300,00
90	3000	MACARRÃO ESPAGUETE 500GR	BORTOLINI	PCT	R$ 2,30	R$ 6.900,00
91	2500	MACARRÃO PARAFUSO, PADRE NOSSO, AVE MARIA, CONCHINHA	DONA BENTA	PCT	R$ 2,00	R$ 5.000,00
92	2500	MACARRÃO PICADO 500GR	DONA BENTA	PCTE	R$ 2,00	R$ 5.000,00
93	1200	MAMÃO	JACOB	KG	R$ 6,00	R$ 7.200,00
95	700	MARGARINA COM SAL 500 GR	SOYA	PT	R$ 2,00	R$ 1.400,00
96	200	MARGARINA SEM SAL 500 GR	DELICIA	PT	R$ 4,49	R$ 898,00
98	1500	MASSA PARA LASANHA 500g	GALO	PACTE	R$ 4,80	R$ 7.200,00
99	1600	MELANCIA	JACOB	KG	R$ 1,25	R$ 2.000,00
100	500	MELÃO	JACOB	KG	R$ 4,70	R$ 2.350,00
101	150	MILHARINA 500 GR	QUAKER	UNID	R$ 2,90	R$ 435,00
103	2000	MILHO VERDE 200GR	PREDILECTA	UNID	R$ 1,10	R$ 2.200,00
104	1500	MISTURA BOLO PRONTO 500kg	ZAELI	PCTE	R$ 2,70	R$ 4.050,00
105	150	MISTURA DE CEREAIS PARA MINGAL DE ARROZ 400GR	MUCILON	LATA	R$ 10,51	R$ 1.576,50
109	100	PALITO DE DENTE CAIXA COM 200 UNIDADE	THEOTO	UNID	R$ 0,75	R$ 75,00
110	150	PÃO CASEIRO 600 GR	JACOB	KG	R$ 5,65	R$ 847,50
111	100	PÃO DE FORMA 500G	JACOB	KG	R$ 8,70	R$ 870,00

113	2000	PÃO FRANCES 50 GRAMAS	JACOB	KG	R$ 6,95	R$ 13. 900,00
114	2500	PÃO P/ CACHORRO QUENTE PCT COM 5 UNIDADES	JACOB	PCT.	R$ 6,10	R$ 15. 250,00
115	400	PAPEL TOALHA	STYLUS	ROLO	R$ 2,50	R$ 1. 000,00
116	60	PAZINHA PARA LIXO COM CABO	STA MARIA	UNID	R$ 11,00	R$ 660,00
120	100	PÊSSEGO EM CALDAS 400G	GB	LATA	R$ 5,80	R$ 580,00
126	1000	POLPA DE FRUTAS (VARIADAS) 100G	YASAI	PCT	R$ 1,40	R$ 1. 400,00
128	300	POLVILHO DOCE 500 GR	MASSON	UNID	R$ 2,65	R$ 795,00
131	650	QUEIJO MUSSARELA	CASTERLEITE	KG	R$ 16,90	R$ 10. 985,00
134	20	REGISTRO DE BOTIJÃO PARA GÁS COM MANGUEIRA DE NO MÍNIMO 1,5 METROS	YANES	UNID	R$ 23,00	R$ 460,00
136	350	RÚCULA	JACOB	PCTE	R$ 2,99	R$ 1. 046,50
139	350	SALSA	JACOB	PCTE	R$ 2,99	R$ 1. 046,50
140	300	SALSICHA	PERDIGAO	KG	R$ 6,25	R$ 1. 875,00
143	800	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA 1KG	ADORI	UNID	R$ 5,55	R$ 4. 440,00
144	2500	TOMATE	JACOB	KG	R$ 4,20	R$ 10. 500,00
145	400	TOUCA PLÁSTICA (DESCARTÁVEL) PCT COM 100 UND	MAX	UNID	R$ 19,50	R$ 7. 800,00
146	500	TRIGO PARA QUIBE 500kg	MIKA	PCTE	R$ 2,95	R$ 1. 475,00
147	200	UVA CAIXA KG	JACOB	KG	R$ 11,00	R$ 2. 200,00
Total R$ 255.287,00						

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Maringá - MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de

fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às

exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.10. O atraso na entrega caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que

venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a

reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto na portaria 212/2010.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados co terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Secretarias Participantes:

Destinação	Dotação Orçamentária
Sec. De Administração	03.001.04.122.0030.2007.339030.000000-47
Sec. De Educação	05.001.12.122.0050.2013.339030.000000-91
Sec. Educação – Merenda Escolar PNAE	05.005.12.306.0050.2022.339030.000000-145
Sec. Educação – Merenda Escolar Infantil	05.005.12.306.0050.2023.339030.000000-146
Sec. Educação – Merenda Escolar PNAC	05.005.12.306.0050.2024.339030.000000-147
Sec. Educação – Ensino Infantil	05.008.12.365.0050.2027.339030.000000-161
Sec. De Obras	06.001.04.122.0060.2037.339030.000000-199
Sec. De Saúde	07.001.10.122.0070.2041.339030.000000-228
Sec. De Saude – Fundo Municipal	07.002.10.301.0071.2042.339030.000000-240
Sec. De Saude – Pronto atendimento	07.002.10.302.0072.2049.339030.00000-264

Sec. De Agricultura	08.001.20.122.0080.2053.339030.000000-297
Sec. De Ação e Promoção Social	09.001.08.122.0090.2056.339030.000000-322
Sec. De Ação e Promoção Social – mat. De Distribuição Gratuita	09.001.08.122.0090.2056.339032.000000-323
Sec. De Ação e Promoção Social – Clube dos Vovos	09.002.08.241.0091.2063.339030.000000-332
Sec. De Ação e Promoção Social – PBV II	09.002.08.244.0091.2058.339030.000000-352
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD	09.002.08.244.0091.2059.339030.000000-355
Sec. De Ação e Promoção Social – Beneficios Eventuais	09.002.08.244.0091.2060.339030.000000-359
Sec. De Ação e Promoção Social – Beneficios Eventuais – mat. Dist. gratuita	09.002.08.244.0091.2060.339032.000000-360
Sec. De Ação e Promoção Social – Fundo Municipal	09.002.08.244.0091.2061.339030.000000-366
Sec. De Ação e Promoção Social – Fundo Municipal – Mat. Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2061.339032.000000-367
Sec. De Ação e Promoção Social – Cras	09.002.08.244.0091.2062.339030.000000-373
Sec. De Ação e Promoção Social – Fumis	09.002.08.244.0091.2064.339030.000000-376
Sec. De Ação e Promoção Social – Fumis – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2064.339032.000000-377
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD SUAS	09.002.08.244.0091.2065.339030.000000-380
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD SUAS – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2065.339032.000000-381
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD PBF	09.002.08.244.0091.2066.339030.000000-384
Sec. De Ação e Promoção Social – IGD PBF – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2066.339032.000000-385
Sec. De Ação e Promoção Social – PAIF	09.002.08.244.0091.2067.339030.000000-388
Sec. De Ação e Promoção Social – PAIF – Mat. De Dist. Gratuita	09.002.08.244.0091.2067.339032.000000-389
Sec. Distrital	11.011.04.122.0110.2074.339030.000000-411

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 004/2015 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 24 de Março de 2015.

_____ _____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ AMARILDO JOSÉ FEITOSA 83486690191

JOÃO BRAGA NETO AMARILDO JOSÉ FEITOSA

Contratante Contratado

_____ _____

ERENITA GOMES DE MORAES – ME JACOB PISAIA JUNIOR E CIA LTDA

ERENITA GOMES DE MORAES JACOB PISAIA JUNIOR

Contratado Contratado

_____

MERCEARIA TRIUNFO LTDA - ME

KELLI FERNANDA BARBOSA DA SILVA

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____ _____

MANOEL DA COSTA CAMPOS WELDER SOUZA CUNHA

Secretario Geral de Administração CPF: 631.381.071.68

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 731/2015

Data: 23 de março de 2015

SÚMULA: Altera o anexos VI da Lei 705/2014, o PCCS da Administração e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica Alterado o Anexos VI da Lei 705/2014, que passará a contar com a seguinte redação:

ANEXO – VI

Quadro do Grupo Funcional dos

CARGOS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - SEO

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Horas Semanais	Vagas
SEO	16	2.461,00	Mecânico	40	02
SEO	16	2.461,00	Operador de PC Escavadeira Hidráulica	40	02
SEO	16	2.461,00	Operador de Motoniveladora	40	03
SEO	11	1.708,00	Operador de Pá Carregadeira	40	03
SEO	11	1.708,00	Operador de Retro-escavadeira	40	01
SEO	11	1.708,00	Eletricista Instalador	40	01
SEO	08	1.303,20	Motorista	40	10
SEO	06	1.087,00	Operador de Moto Serra	40	01
SEO	06	1.087,00	Operador de Trator de Pneu	40	03
SEO	02	796,40	Lubrificador/Lavador/ Borracheiro	40	01
SEO	02	796,40	Auxiliar de Mecânico	40	02
SUBTOTAL – SEO					29

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 23 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 01-2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº. 01/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONVOCAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 11/2015 de 26/01/2015 comunica que estará realizando Procedimento Licitatório conforme descrição abaixo:

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PUPUNHA (BACTRIS GASIPAES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO.

ABERTURA:

As propostas serão recebidas e abertas no dia 06/04/2015 as 09:00 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, onde os interessados poderão obter o Edital Completo e maiores informações no horário de expediente ou pelo Telefone: (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, em 24 de março de 2015.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Presidente da CPL

Publique-se

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 732/2015

Data: 23 de março de 2015

SÚMULA: Autoriza o parcelamento de dívidas previdenciárias do PREVVER e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar resíduos de dívidas existentes junto ao PREVVER, relativamente a valores não recolhidos na importância de R$ 38.563,07 (trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e sete centavos), compreendendo o período de janeiro/2009 a dezembro/2012.

Art. 2º - O montante citado no artigo primeiro desta Lei, poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) parcelas mensais que será empenhado na seguinte dotação orçamentária:

469071.00.00 principal da dívida contratual resgatado

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 23 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 735/2015

SÚMULA: Altera o anexo IV da Lei 705/2014, o PCCS da Administração e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica Alterado o Anexos IV da Lei 705/2014, que passará a contar com a seguinte redação:

ANEXO – IV

Quadro do Grupo Funcional dos cargos de

SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO – SNM

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Horas Semanais	Vagas
SNM	08	1.303,20	Técnico Agrícola	40	01
SNM	08	1.303,20	Técnico de Informática	40	01

SNM	08	1.303,20	Técnico em Controle Administrativo e Financeiro	40	02
SNM	05	1.008,00	Assistente de Controle Administrativo	40	20
SNM	08	1.303,20	Fiscal de Tributos	40	03
SNM	01	724,00	Atendente da casa do Artesão	40	01
SNM	01	724,00	Instrutor de Fanfarra	20	01
SNM	01	724,00	Instrutor de Fanfarra Mirim	20	01
SNM	08	1.303,20	Fiscal de Obras e Posturas	40	03
SNM	06	1.087,00	Cuidador	40	02
SNM	08	1.303,20	Fiscal Ambiental	40	1
SUBTOTAL – SNM					36

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 23 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 734/2015

SÚMULA: Altera o anexo I da Lei 687/2014, que trata do Teste Seletivo Público para a contratação de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica alterado o anexo I, da Lei 687/2014, que passará a contar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

CARGO	VAGAS	ÁREA	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	04 vagas, sendo 01 para cadastro de reserva	PSFI - João hunka Neto	40 horas	1.014,00
Agente Comunitário de Saúde	01 vaga para cadastro de reserva	PSFII - Domingos Gonçalves de Souza	40 horas	1.014,00
Agente Comunitário de Saúde	01 vaga para cadastro de reserva	PSFIII - Miguel Garattini/São José do Apuy	40 horas	1.014,00

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 23 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º073/2015

De 23 de Março de 2015

SÚMULA: ALTERA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS SEM UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE PARA FUTURA HASTA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO que existem diversos veículos imprestáveis para utilização de propriedade do município de Nova Monte Verde;

CONSIDERANDO que existem diversos veículos que por conta de seu estado de degradação geram mensalmente muito prejuízo aos cofres do município;

CONSIDERANDO a necessidade de renovação da frota do município para atender às necessidades da Administração Pública;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica criada Comissão Especial para avaliação dos veículos sem utilização por parte do município de Nova Monte Verde.

ARTIGO 2º - A Comissão de Avaliação será constituída pelos seguintes membros:

Romilton Anacleto Noetzold;

Luiz Carlos Rojas;

Florisvaldo José Ferreira;

Ademir José de Oliveira;

João Paulo de Oliveira Ferreira.

ARTIGO 4º - Compete à Comissão avaliar os bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município que serão colocados à disposição mediante a realização de hasta pública, devendo proceder para tanto com a descrição destes, buscando através dos meios disponíveis a apuração do seu real valor para divulgação em Edital a ser confeccionado pelo Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 5º - A Comissão é instituída em caráter especial e temporário, com prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos.

Parágrafo único: Como conclusão de seus trabalhos, a comissão emitirá relatório circunstanciado da situação de cada bem a ser disponibilizado para hasta pública com os valores reais atribuídos a estes.

ARITGO 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 292/2013.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 23 de Março de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 733/2015.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A CASA DE APOIO AO AGRICULTOR – C. A. A., OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO AOS MUNÌCIPES DE NOVA MONTE VERDE QUE NECESSITEM DE APOIO E ABRIGO TEMPORÁRIO EM ALTA FLORESTA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Casa de Apoio ao Agricultor, objetivando a concessão de alojamento e de alimentação aos Munícipes de Nova Monte Verde que necessitem de apoio e abrigo temporário em Alta Floresta/MT.

Parágrafo único - Os serviços mencionados no “caput” deste artigo compreendem almoço, jantar e pernoite com café da manhã.

Art. 2º - O Termo de Convênio a ser formalizado deverá discriminar obrigatoriamente todas as obrigações a que estarão sujeitas as partes envolvidas.

Art. 3º - O valor mensal a ser repassado à Casa de Apoio ao Agricultor será de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária que possuem previsão na Lei Orçamentária em vigor:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0033-BLOCO II – ATENÇÃO MAC – SAÚDE COM QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2030 – MANUTENÇÃO DO BLOCO MAC

Art. 5º - O prazo de vigência do referido Convênio será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo, na existência de interesse público ser prorrogado através de Termo Aditivo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 23 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
LEI N.º 730/2015

Data: 23 de março de 2015

SÚMULA: Altera anexo IX da Lei 627/2013, o PCCS da Educação e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica Alterado o Anexo IX da Lei 627/2013, que passará a contar com a seguinte redação:

ANEXO IX

RELAÇÃO DE CARGOS E VAGAS	
CARGO	VAGAS
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	65
PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	02
PROFESSOR DE LINGUA INGLESA	01
PROFESSOR DE HISTORIA	01
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01
PROFESSOR DE CIENCIAS	01
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	07
PROFESSOR DE MATEMATICA	01
PROFESSOR DE ARTES	01
PROFESSOR DE ESPANHOL	01
NUTRICIONISTA	01
TECNICO ADMINISTRATIVO	06
AUXILIAR DE SALA	30
AUXILIAR DE BANHO/CORREDOR	10
ZELADORA	20
MERENDEIRA	12
VIGIA	10
MOTORISTA ESCOLAR	17
Total	187

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 23 de março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º072/2015

De 19 de Março de 2015

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA, SRA SÔNIA ALICE SILVEIRA, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e ainda considerando o art. 150 e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento da servidora pública datado de 11 de Março de 2015,

RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder a servidora pública efetiva, SÔNIA ALICE SILVEIRA, cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos sem remuneração.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 19 de Março de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º068/2015

De 03 de Março de 2015

SÚMULA: FICA DESIGNADO O SR. JOAQUIM AZEVEDO, PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE VISTORIADOR DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica designado o Sr. Joaquim Azevedo, para desempenhar a função de Vistoriador da Agência Municipal de Trânsito, do município de Nova Monte Verde, estado do Mato Grosso

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 03 de Março de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

SAAE - DEP. DE CONTABILIDADE E LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE LEILÃO Nº 001/2015

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

PRORROGAÇÃO DO LEILÃO Nº001/2015. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum através da Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que a Licitação Modalidade *LEILÃO Nº001/2015*, com data marcada de abertura para o dia **25/03/2015**

as 14:00 horas, cujo o objeto **Leilão é a alienação de bens do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum, consistente de veículos e bicicletas.** Por conveniência a Administração decidiu **Prorrogar** a data de abertura desta licitação para o dia **29/05/2015 as 14:00hs** na sede do SAAE. Nova Mutum – MT, 24 de Março de 2015. Antônio Garcia Duarte Neto Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 016/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 016/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR ADELSON AUGUSTO DA SILVA, PORTADOR DO CPF: 020.883.414-12.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 42.600,00 (QUARENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS)

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 018/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 018/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR LUIZ CLAUDIO DE SOUZA, PORTADOR DO CPF: 888.880.961-91.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 9.385,00 (NOVE MIL TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 020/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 020/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR GERALDO GONÇALVES DA SILVA, PORTADORA DO CPF: 312.053.641-53.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 024/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 024/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR **EDGAR REINOLDO R. EHLE**, PORTADOR DO CPF: 713.617.741-34.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 19.997,39 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 023/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 023/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR IDESIO VIEIRA DA SILVA, PORTADOR DO CPF: 181.704.551-20.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 19.998,64 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 017/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 017/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR EDINEUZA RODRIGUES DA SILVA, PORTADORA DO CPF: 571.990.431-04.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: 19.997,24 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 022/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 022/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR ARVITOR GOMES DE MEDEIROS, PORTADORA DO CPF: 664.872.180-49.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 16.510,00 (DEZESSEIS MIL QUINHENTOS E DEZ REAIS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 019/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 019/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR ANTONIO GREGORIO DA SILVA, PORTADORA DO CPF: 156.793.571.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 18.911,00 (DEZOITO MIL NOVECENTOS E ONZE REAIS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 021/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 021/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR MARIA DA CONCEIÇAO GONÇALVES, PORTADORA DO CPF: 446.513.171-20

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 19.998,64 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 025/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015 PARTES INTERESSADAS:

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 025/2015 – CHAMADA PUBLICA 001/2015

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E O PRODUTOR **LAERCIO ALVES DA ROCHA**, PORTADOR DO CPF: 303.618.691-34.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS VERDURAS E LEGUMES) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2055 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL- 3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2061 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 4 A 6 ANOS – PRÉ-ESCOLA.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2062 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - EDUC. INF. 0 A 3 ANOS – CRECHE.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

2094 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.-3390300000 0115000051- MATERIAL DE CONSUMO.

VIGENCIA: 19/03/2015 A 19/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 19.978,00 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO REAIS).

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 012/2015

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e *ANTONIO MARTINELI***.**

OBJETO: É objeto deste instrumento de rescisão amigável do CONTRATO 012/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA SANTA HELENA/MT (LINHA RIO DO FOGO), celebrado em de 24 de fevereiro de 2015 e publicado na imprensa oficial de Nova Santa Helena em 25 de fevereiro de 23015 onde teria vigência até 30 de abril de 2015.

DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.

CONTRATADO: ANTONIO MARTINELI PINHEIRO**- Contratado**

PORTARIA 045/2015

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. **PAULO FERREIRA DA CRUZ**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.131.784-1 SSP/MT e do CPF nº. 918.974.911-15, para exercer o cargo de

PEDREIRO,

aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2014, homologado em 29 de agosto de 2.014, a qual será lotada na Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 09 de março de 2015.

DORIVAL LORCA

- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 09/03/2015 à 09/04/2015.

RESULTADO PROCESSO SELETIVO 002/2015

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELTIVO SIMPLIFICADO 002/2015

Excelentíssimo Sr. Dorival Lorca, Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, para cargos de provimento temporário.

TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, REPROVADOS E DESCLASSIFICADOS

Da relação contida no Anexo I dos candidatos aprovados, reprovados e desclassificados no Processo Seletivo Simplificado 002/2015 de prova realizado no dia 15 de março de 2015.

ANEXO I

CARGO:ZELADORA

Ord	**Nome**	**Port.**	**Mat.**	Hist.	Geog	C. Esp.	N. F.	R.F.
01	Francileia Veroneze Cebrian	4,0	3,0	2,0	6,0	6,0	21	Aprovada
02	Panmela Suelen Hlippel Vieira Silva	3,0	4,0	4,0	4,0	6,0	21	Aprovada
03	Cléia Pereira da Mota	3,0	3,0	3,0	5,0	6,0	20	Aprovada
04	Cristina Aparecida Pecorari	5,0	2,0	3,0	4,0	6,0	20	Aprovada
05	Claudineia Hilario Praxedes	4,0	3,0	4,0	4,0	5,0	20	Aprovada
06	Ana de Paula	2,0	2,0	3,0	6,0	6,0	19	Aprovada
07	Maiusa Aparecida Soares Maria	3,0	3,0	2,0	5,0	5,0	18	Aprovada
08	Ingridi Aparecida Mariano	3,0	3,0	2,0	5,0	5,0	18	Aprovada
09	Zenaide Fonseca da Cruz Domingues	4,0	1,0	4,0	5,0	4,0	18	Aprovada
10	Eva Aparecida Santos Vieira	2,0	4,0	2,0	4,0	5,0	17	Aprovada
11	Valdireni Adrenina Landin	3,0	2,0	1,0	6,0	5,0	17	Aprovada
12	Janete Borile de Oliveira	3,0	3,0	2,0	3,0	5,0	16	Aprovada
13	Sonia Aparecida Verone	3,0	2,0	1,0	6,0	4,0	16	Aprovada
14	Alessandra Aparecida Cologe	3,0	2,0	3,0	4,0	4,0	16	Aprovada
15	Lizete Schons	3,0	3,0	1,0	6,0	3,0	16	Aprovada
16	Agripina Maria Caetano da Silva	2,0	2,0	2,0	5,0	3,0	14	Desclassificada
17	Rosineide Pereira da Silva	3,0	2,0	1,0	3,0	4,0	13	Desclassificada
18	Norma Hlippel	2,0	1,0	2,0	4,0	3,0	12	Desclassificada
19	Antonia Barbosa da Silva	1,0	4,0	0,0	1,0	0,0	06	Desclassificada
20	Alice Pereira Cassemiro	--	--	--	--	--	--	Ausente

CARGO:MERENDEIRA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	C. Esp.	N. F.	R.F.
01	Celia Mara de Andrade	4,0	4,0	3,0	5,0	4,0	20	Aprovada
02	Neide Aparecida Maran	5,0	1,0	2,0	5,0	5,0	18	Aprovada
03	Rosani da Silva Oliveira	3,0	2,0	3,0	6,0	4,0	18	Aprovada
04	Raquel Mota de Araujo	3,0	2,0	2,0	4,0	4,0	15	Aprovada
05	Maria Castolina da Silva	4,0	4,0	1,0	3,0	2,0	14	Desclassificada
06	Santina da Silva Cologe	2,0	2,0	0,0	2,0	1,0	07	Desclassificada

CARGO:VIGIA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	C. Esp.	N. F.	R.F.
01	Jocimar Aparecido de Camargo	4,0	3,0	5,0	6,0	2,0	20	Aprovado
02	Raimundo Pereira de Oliveira	4,0	3,0	2,0	5,0	4,0	18	Aprovado
03	Adriano Bortolin	3,0	2,0	4,0	6,0	2,0	17	Aprovado
04	Adão Miguel Martins	3,0	1,0	4,0	2,0	5,0	15	Aprovado
05	Lourival Francisco Neto	2,0	1,0	2,0	6,0	1,0	12	Desclassificado
06	João Hemerson da Silva Nascimento	--	--	--	--	--	--	Ausente
07	Mauricio Floriano Pereira	--	--	--	--	--	--	Ausente
08	Valcir Santos de Araújo	--	--	--	--	--	--	Ausente
09	Valdir Bento dos Santos	--	--	--	--	--	--	Ausente

CARGO:MOTORISTA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	C. Esp.	N. F.	R.F.
01	Claudinei Alves dos Santos	4,0	6,0	4,0	5,0	5,0	24	Aprovado
02	Michel Ribeiro Soares	6,0	4,0	4,0	4,0	5,0	23	Aprovado
03	Uarlem Pires de Oliveira	6,0	4,0	3,0	5,0	4,0	22	Aprovado
04	Heuler Aroldo Costa Balestra	4,0	4,0	4,0	5,0	3,0	20	Aprovado
05	Vilson Cardoso da Silva	4,0	3,0	2,0	6,0	1,0	16	Aprovado
06	Clovis Rufino da Silva	3,0	3,0	1,0	5,0	2,0	14	Desclassificado
07	Edinilso Lemes da Silva	4,0	2,0	1,0	6,0	0,0	13	Desclassificado
08	Ari Avelino da Rocha	3,0	1,0	1,0	4,0	0,0	09	Desclassificado

09	Adriano José F. de Souza Santos	--	--	--	--	--	--	Ausente
10	Alex Mota de Araujo	--	--	--	--	--	--	Ausente
11	Alexandre Soares de Oliveira	--	--	--	--	--	--	Ausente
12	Antonio Martineli Pinheiro	--	--	--	--	--	--	Ausente
13	Rafael Jonathas da Silva Ribeiro	--	--	--	--	--	--	Ausente
14	Rogerio Dias da Silva	--	--	--	--	--	--	Ausente

Nova Santa Helena/MT, 23 de março de 2015

Ronize Aparecida Chiodi Forlin

Presidente da Comissão Processo Seletivo 002/2015

Dorival Lorca

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.650, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA N.º 6.650, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Zuleica Silva Matos Ferreira Martins, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal

Zuleica Silva Matos Ferreira Martins

– Matrícula Funcional n.º 3941, que exercia em estágio probatório a função de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Vias Públicas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 6.442/2014.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 24 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONVENIO Nº 03/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nova Xavantina - MT, inscrito no CNPJ sob n.º 20. 768.363/0001-89, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio para repasse de recursos financeiros ao *Conselho Comunitário de Segurança Pública* de Nova Xavantina - MT, para finalidade especifica de cobrir despesas de apoio às instituições e/ou órgãos de segurança pública com sede no Município, no período de 16 de março de 2015 a 16 de abril de 2015, no valor de R$ 13.500,00.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONVENIO Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a ASSOCIAÇÃO DO CENTRO MISSIONÁRIO CORAÇÃO DE JESUS, inscrita no CNPJ sob n.º 08. 785.773/0001-32, resolvem celebrar o presente Termo de Convenio para repasse de recursos financeiros pelo município de Nova Xavantina, MT para custear despesas da *ASSOCIAÇÃO DO CENTRO MISSIONÁRIO CORAÇÃO DE JESUS* de Nova Xavantina, MT, no valor de R$ 32.400,00, no período de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2.015

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 009/2.015, o qual teve por Objeto: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME DESCRITO NO EDITAL. Empresa habilitada e vencedora: SUPERMERCADO CELEIRO LTDA, inscrito no CNPJ nº. 11.400.174/0001-68 – com valor de R$ 44.778,00 (quarenta e quatro mil setecentos e setenta e oito reais).

Nova Xavantina – MT, 24 de março de 2.015

DANILO PEREIRA DE ARAUJO

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.647, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.647, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **de Comissão para atuar na fiscalização de todos os contratos referentes a Merenda Escolar, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **resolve**:

Art. 1º Nomear a Comissão abaixo discriminada, para atuar na fiscalização de todos os contratos firmados pelo Município, referente a aquisição de merenda escolar, **em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:**

- **Ana Paula da Silva –** Matrícula Funcional n.º 3706;

- Maria do Carmo Freitag –

Matrícula Funcional n.º 1382;

- Maria Mendonça de Oliveira – Matrícula Funcional n.º 1390;

- Nilva Inês Scapini – Matrícula Funcional n.º 3422;

- Olga Maria Aires de Almeida - Matrícula Funcional n.º 139.

Art. 2º Delegar à Comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, atribuições e competências constantes dos editais de licitação, dos contratos e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação, com o fito de atuar na fiscalização de todos os contratos que tratam da aquisição de merenda escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.648, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.648, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Multiprofissional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **resolve**:

Art. 1º

Nomear Comissão Multiprofissional, para proceder avaliações periódicas de crianças portadoras de deficiência e outras atribuições afins, conforme abaixo discriminada**:**

- Ellen Cristina Rosa da Cruz – Matrícula Funcional n.º 3694;

- Ivani Auxiliadora Vieira Carvalho – Matrícula Funcional n.º 3684;

- Luciana Antunes Fernandes de Souza – Matrícula Funcional n.º 3612;

- Lucinete da Costa – Matrícula Funcional n.º 525;

- Danielle Fonseca Silva – Matrícula Funcional n.º 3845;

- Marli Okida Teixeira de Oliveira – Matrícula Funcional n.º 1172;

- Sabrina Garcia Toledo – Matrícula Funcional n.º 3528.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.649, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA N.º 6.649, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Meline Garcia dos Santos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal

Meline Garcia dos Santos

– Matrícula Funcional n.º 3681, que exercia a função de Apoio Administrativo Educacional, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 5.393/2012.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

LEI MUNICIPAL Nº 1093 DE 24 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA : Autoriza o pode Executivo Municipal , a abrir um crédito especial na Lei nº. 1.083, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2015.

Faço saber que a Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, aprovou e EU sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir um crédito especial junto a Lei Municipal n.º 1.083 de 11 de dezembro de 2014, no valor de R$ 38.200,00, (trinta e oito mil, e duzentos reais), suplementada se necessário, na dotação abaixo discriminada :

11.004 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

17 SANEAMENTO BÁSICO

17.512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO

17.512.0116 PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA

17.512.0116.1094 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ABAST. AGUA TRATADA

44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 38.200,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito especial aberto no artigo anterior será utilizado efetuado o remanejamento de saldo de dotação em igual valor do orçamento financeiro do exercício de 2015, sendo o repasse dos recursos financeiros de convenio firmado com a FUNASA CONFORME CONVÊNIO TC/PAC N.º 182/2012, de acordo com artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

11.002 DEPTO DE TRANSPORTE E MANUT. DE ESTRADAS

26 TRANSPORTE

26.782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

26.782.0116 PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA

26.782.0116.1100 CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E VIAS PUBLICAS

44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 38.200,00

Artigo 3º - Fica autorizado a inclusão desta despesa nos instrumento de planejamento exigido pela Lei Complementar 101/2000, na Lei Municipal n.º 1067 de 22 de julho de 2014 – que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, Lei Municipal n..º 1.017 de 20 de novembro de 2013, que trata do Plano Plurianual, período de 2014 a 2017 e da Lei n.º 1.083 de 11 de dezembro de 2014, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 2015.

Artigo 4º

– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º – Revogam-se as disposições sem contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Em 24 de março de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 067/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º – Elevar conforme *HISTÓRICO ESCOLAR* passando para o Nível II, Classe A do Anexo II – **Técnico Administrativo Educacional 30 horas**, conforme o disposto no Parágrafo Único do Art. 30 e Alínea B do Art. 35 da Lei Municipal nº 532/01, o servidor **CLAUDEIR APARECIDO ROCHA**, brasileiro, portador do RG. 1594661-4 SSP/MT e CPF. 005655131-25 efetivo no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 24 de março de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 1094/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: *Autoriza o Poder Executivo Municipal á cobrar Tarifa Mínima Comercial Categoria II de Água, da ASPUNORT – Associação dos Servidores Públicos de Novo Horizonte do Norte, e dá outras providências.*

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal á cobrar Tarifa Mínima Comercial Categoria II de Água, da ASPUNORT, Associação dos Servidores Públicos de Novo Horizonte do Norte/MT, localizada na Rodovia MT 338, Zona Rural, no município de Novo Horizonte do Norte/MT, inscrita no CNPJ n° 36.925.600/0001-08.

Art. 2º - O direito ao beneficio da Tarifa Mínima Comercial Categoria II, cessará automaticamente quando:

I – Houver 03 (três) meses de atraso no pagamento das faturas;

II – Ficar comprovado que o usuário/beneficiário utilizou-se de fraude de qualquer natureza.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 24 de março de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito do Município

LEI MUNICIPAL N° 1095/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA*:* Autoriza o Poder Executivo Municipal á cobrar Tarifa Mínima Industrial Categoria III de Água, da Cooperativa Mista Agropecuária Novo Horizonte - COOPERNONTE, e dá outras providências.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal á cobrar Tarifa Mínima Industrial Categoria III de Água, da Cooperativa Mista Agropecuária Novo Horizonte - COOPERNONTE, localizada na Rodovia MT 338, Km 2, Zona Rural, no município de Novo Horizonte do Norte/MT, inscrita no CNPJ n° 08.272.691/0001-94.

Art. 2º - O direito ao beneficio da Tarifa Mínima Comercial Categoria II, cessará automaticamente quando:

I – Houver 03 (três) meses de atraso no pagamento das faturas;

II – Ficar comprovado que o usuário/beneficiário utilizou-se de fraude de qualquer natureza.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 24 de março de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 02/2015

PORTARIA Nº 002/15, DE 06 DE JANEIRO DE 2015

“Dispõe sobre Nomeação de membros da Comissão de

Patrimônio da Câmara Municipal, e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Comissão de Patrimônio da Câmara Municipal de Novo Mundo – MT, que atuará no exercício de 2015 ficando assim composta:

Presidente: KAMILA MICKELON DALAZEN

Secretário: ROSANA MARIA BIAZOTTO

Membro: MAIRA CARDOSO DE ALMEIDA

Parágrafo Único – A Presente Comissão terá como objetivo efetuar o levantamento de todos os bens Móveis e Imóveis da Câmara Municipal, efetuar a baixa quando considerar o bem inservível, e elaborar relatórios ao Chefe do Poder legislativo retratando as atuais localizações por cada órgão e unidade Administrativa, bem como, o estado de conservação que se encontrar os mesmos e fazer Inventário quando solicitado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições.

Gabinete da Presidente, aos seis dias do mês de janeiro do Ano de Dois Mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

_____

SEMILDO ROGERIO HOBOLD

Presidente Biênio 2015/2016

Registrado na Sec. Geral

E publicado em lugar de

costume.

_____

Maira Cardoso de Almeida

Ag. Adm. I

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 01/2015

PORTARIA Nº 001/2015 DE 06 DE JANEIRO DE 2015

“Dispõe sobre Nomeação de membros da Comissão

Permanente de Licitação, e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Novo Mundo – MT, que atuará até o final do exercício de 2015, ficando assim composta:

Presidente: MAIRA CARDOSO DE ALMEIDA

Secretário: KAMILA MICKELON DALAZEN

Membro: ROSANA MARIA BIAZOTTO

Membro Suplente: JARLEANE DA SILVA LIMA

Parágrafo Único – A Presente Comissão terá como objetivo a deliberação, julgamento e escolha da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal, nas Licitações em todas as suas modalidades, em conformidade com a Lei 8.666/93.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente, aos Seis Dias do Mês de Janeiro do Ano de Dois Mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

_____

SEMILDO ROGERIO HOBOLD *Presidente*

Registrado na Sec. Geral

E publicado em lugar de

costume.

_____

Maira Cardoso de Almeida

AG. Administrativo I

ADMINISTRAÇÃO
GABARITO DO TESTE SELETIVO PARA CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR DE NOVO MUNDO-MT

Favor preencher totalmente o espaço que considerar certa a resposta, sem rasuras. Se houver mais de uma preenchida na mesma a questão será anulada.

N°	A	B	C	D
01	X			
02			X	
03				X
04			X	
05	X			
06			X	
07				X
08				X
09		X		
10		X		
11				X
12				X
13			X	
14				X
15				X
16				X
17	X			
18				X
19				X
20			X	
21				X
22				X
23	X			
24				X
25				X
26			X	
27		X		
28	X			
29		X		
30		X		
31			X	
32			X	
33		X		
34	X			
35			X	
36	X			
37				X
38	X			
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUCAO 031/2015

RESOLUÇÃO Nº 031/15 DE 16/03/2015.

SÚMULA: REVOGA A RESOLUÇÃO 06/2002, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais.

Faz Saber, que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

ART. 1º - A Diária a que farão jus os Vereadores e/ou Servidores, quando em viagem a serviço de interesse do Legislativo deste Município, dentro do estado ou fora dele, corresponderá aos seguintes Valores:

I – Vereadores – R$ 300,00

II – Servidores – R$ 200,00

§1°. A diária, conforme o deslocamento, será:

I – integral, quando o deslocamento for para Municípios com distâncias superiores a 200 (duzentos) quilômetros.

II – ½ (meia), quando o deslocamento for para Municípios com distâncias de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

III – multiplicada por 2 (dois), quando o deslocamento for para fora do Estado.

§2°. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§3°. Considerando-se como pernoite, para fins desta Resolução, a estada em hotel ou similares (pousadas, apart hotel, dentre outros) ou período necessário do deslocamento para o Município, realizado no turno da noite.

§ 4º . É fixado o valor das diárias dos servidores para indenizar despesas de viagem e alimentação, quando em deslocamento para fora da sede funcional, à serviço ou para participar de curso de especialização, a qual somente se dará com a devida autorização do Presidente do Poder Legislativo.

ART. 2º - O Vereador ou Servidor que, a serviço afastar-se da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território matogrossense e de outras unidades da Federação, farão jus a passagens e diárias para cobrir as despesas de pousadas e alimentação, e indenização quando utilizar meio próprio de locomoção.

ART. 3º - A presente indenização não se incorpora e nem compõe os subsídios dos Vereadores e Servidores.

Parágrafo Único – Para fazer jus à indenização a que se refere o caput deste artigo, o Vereador ou Servidor terá que apresentar documentos comprobatórios das despesas.

ART. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, em 16 de março de 2015.

_____

SEMILDO ROGERIO HOBOLD

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 04/2015

PORTARIA Nº. 004/2015, de 27 de FEVEREIRO de 2015.

"NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM

CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **SEMILDO ROGERIO HOBOLD**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Resolve:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Sr. ADENILSON ALVES MATOS, inscrito no CPF nº 628.106.261-20 e portador da Cédula de identidade RG nº 4763984 e OAB n.º 8977-A -MT, para o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, de provimento em comissão, símbolo D.A.S - I, lotado no Gabinete do Presidente, criado através da Lei Complementar nº 030/2013.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 005/2014.

Gabinete da Presidência, vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2015.

Registra- se e Cumpra –se

_____

SEMILDO ROGERIO HOBOLD

Presidente Biênio 2015/2016

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 03/2015

PORTARIA Nº. 003/2015, de 06 de JANEIRO de 2015.

*"Institui Comissão de Avaliação de Desempenho Especial do Estágio Probatório dos Servidores da Câmara Municipal de Novo Mundo*e dá outras providencias.**"**

O Senhor **SEMILDO ROGERIO HOBOLD**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Resolve:

ARTIGO

1º - Instituir a Comissão de Avaliação Especial do Estágio Probatório, na forma estabelecida na Resolução nº 028/2012, a qual terá a seguinte composição:

I – MAIRA CARDOSO DE ALMEIDA – AG. ADMINISTRATIVO I

II - CLAUDINEI FEREIRA DOMINGUES - VEREADOR

III – DAVI FRANCISCO WINCK - VEREADOR

ARTIGO 2º - Nos processos de Avaliação de Desempenho de cada servidor em estágio probatório deverá constar cópia da portaria de nomeação da Comissão de Avaliação.

ARTIGO 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, aos seis dias do mês de janeiro de 2015.

Registra- se e Cumpra –se

_____

SEMILDO ROGERIO HOBOLD Presidente Biênio 2015/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CT Nº 31/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 31/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 16/2015.

CONVITE: Nº 1/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.

Contratante:*Município de* Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

Contratada:**EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP.**

Valor: R$ 82.005,72 (oitenta e dois mil e cinco reais e setenta e dois centavos).

Período de vigência: 24/03/2015 à 24/05/2015.

Prazo de Entrega: 60 dias, Contados da data de sua assinatura.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 24 de Março de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ARP Nº 07/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 PARA EVENTUAL FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA) PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 15/2015 - Pregão Presencial nº 9/2015.

Processo Nº 15/2015 - Pregão Presencial nº 9/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, doravante denominada **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. LEONARDO FARIAS ZAMPA, RESOLVE registrar os preços da empresa A. G. SILVA - MERCADO - ME, situada na Av. Oscar Zaidem de Menezes nº 756, Centro, cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ sob o nº 37.447.349/0001-86 e Inscrição estadual nº 13.138.708-1 – neste ato representada por seu representante legal o Sr. ARIOVALDO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº 0.656.813-0/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 441.775.931-68, residente na cidade de Novo

São Joaquim, Estado de Mato Grosso, e da empresa VILMAR A DE OLIVEIRA COMERCIO - ME, situada na Rua Castelo Branco nº 104, Bairro Boa Esperança, cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ sob o nº 15.872.501/0001-35 e Inscrição estadual nº 13.458. 400-7 – neste ato representada por seu representante legal o Sr. VILMAR ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, empresário, portador do RG nº 1.280.585-8/ SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 920.131.391-87, residente na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, nas quantidades estimadas na Seção 1.1 desta Ata de Registro de Preços.

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA) PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

NOME: A. G. SILVA - MERCADO - ME						
CNPJ: 37.447.349/0001-86				INSCRIÇÃO: 13.138.708-1		
ENDEREÇO: Av. Oscar Zaidem de Menezes, nº 756						
CEP: 78625-000		CIDADE/UF: Novo São Joaquim/MT				
TELEFONES: (66) 3479-1112				E-MAIL:		
REPRESENTANTE LEGAL: ARIOVALDO GONÇALVES DA SILVA						
RG: 0.656.813-0/SSP-MT				CPF: 441.775.931-68		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	Pr. Unit.	Pr. Total
03	200	KG	ABOBORA CABOTIA: de tamanho regular, sem estragos, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de Sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,00**	**400,00**
04	20	PCT	AÇAFRAO EM PÓ 100GR: sabor e cheiro característico, embalagem plástica de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**MIKA**	**2,50**	**50,00**
06	500	PCT	AÇUCAR CRISTAL PCT 2KG: cristal, cor clara, embalagem plástica de 2, 0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**CRISTAL**	**2,95**	**1. 475,00**
07	70	KG	ALHO AGRANEL (CABEÇA): cabeças de tamanho regular, sadias, sem mofo, ranço ou ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**13,20**	**924,00**
08	400	PCT	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 PCT 5KG: grupo beneficiado, classe longo fino, tipo I, isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme e característica do arroz tipo I, embalado em saco plástico de 5,0 Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.	**URANO**	**9,76**	**3. 904,00**
09	100	PCT	BALA MACIA PCT 700GR: Bala macia com pacote de diversos sabores e 700GR.	**FLORESTAL**	**4,00**	**400,00**
10	100	KG	BANANA MAÇÃ: Sem estragos, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**3,98**	**398,00**
11	400	KG	BATATA INGLESA KG: de primeira qualidade, superfície lisa, película fina, sem nódulos, bem formada, tamanho regular, sem estragos, primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**3,89**	**1. 556,00**
12	200	KG	BATATA DOCE KG; de primeira qualidade, compacta e firme, sem lesões, rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,49**	**498,00**
13	200	KG	BETERRABA KG: tamanho regular, sem estragos, de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,48**	**496,00**
18	50	PCT	CANELA EM CASCA 800GR: sabor e cheiro característico, embalagem plástica transparente de 800g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**CAVANIL**	**18,89**	**944,50**
20	600	KG	CARNE BOVINA - COSTELA: Costela Bovina cortado em pedações embalada em saco plástico transparente atóxico, apresentando cor e cheiro característico, provenientes de animais sadios, sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponeuroses).A carne bovina deve ser entregue moída ou em cubos, conforme solicitação, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico. Deve ser entregue resfriada ou congelada, de acordo com a legislação vigente. Deverá ser entregue em embalagens conforme solicitação.	**3IRMÃOS**	**5,19**	**3. 114,00**
22	200	KG	CEBOLA KG: tamanho regular, sem estragos, de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,29**	**458,00**
23	200	KG	CENOURA KG: tamanho regular, sem estragos, de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,49**	**498,00**
24	100	PCT	CHA MATE: Chá de erva mate, tostado, natural caixa com 200g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, peso liquido e prazo de validade.	**MATE LEÃO**	**3,29**	**329,00**
25	200	CX	CHUCHU KG: de primeira, tamanho regular, firme, sem estragos, apresentando grau de evolução que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,99**	**598,00**
27	150	KG	COUVE FLOR: de primeira, tamanho e coloração uniforme, fisiologicamente desenvolvida, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, com ausência de sujidades parasitas e larvas.	**LIMA**	**5,99**	**898,50**
30	100	KG	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA PCT 1KG: Farinha de mandioca: torrada, tipo 1, embalagem transparente de 1,0 kg contendo as especificações do produto, marca do produto, data de fabricação e prazo de validade.	**SERTANEJA**	**4,00**	**400,00**

31	200	KG	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1KG: carioquinha, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, claro, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem plástica de 1,0Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.	**BROTO OURO**	**3,80**	**760,00**
33	20	UND	FERMENTO EM PO C/100 GRAMAS: químico, embalagem de 100g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**ROYAL**	**1,99**	**39,80**
36	100	KG	JILO: de primeira qualidade, in natura apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades parasitas e larvas.	**LIMA**	**4,87**	**487,00**
37	200	KG	LARANJA: frutos de tamanho regular, sem estragos, de primeira, apresentando grau de maturação completo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**1,57**	**314,00**
39	100	KG	MAÇA NACIONAL: tamanho regular, sem estragos, de primeira, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**5,07**	**507,00**
42	250	KG	MARGARINA COM SAL 1KG: com sal, 60% de lipídios, embalagem com 1000g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 04 meses), peso líquido.		**6,49**	**1. 622,50**
46	150	KG	MILHO VERDE EM ESPIGA: de primeira, com tamanho regular, sem estragos. Devidamente descascados e embalados em bandeja e saco plástico transparente.	**LIMA**	**3,87**	**580,50**
49	500	UND	ÓLEO DE SOJA COMESTIVEL REFINADO 900 ML: de soja, tipo i, classe refinado, embalagem plástica de 900 ml cada, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**LIZA**	**3,04**	**1. 520,00**
51	60	KG	PIMENTÃO VERDE: de primeira, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**5,00**	**300,00**
52	160	PCT	PIRULITO DIVERSOS SABORES PCT 800GR: pirulito de frutas pacote com diversos sabores contendo 50 unidades.	**FLORESTAL**	**5,47**	**875,20**
54	50	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA: Tipo mussarela fatiado, embalado em saco transparente, contendo registro em órgão de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal.	**CAMPLEITE**	**14,97**	**748,50**
55	100	KG	QUIABO: de primeira qualidade, in natura apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades parasitas e larvas.	**LIMA**	**4,97**	**497,00**
56	200	UND	REFRIGERANTE COLA 02 LTS: (coca-cola): Refrigerante PET sabor cola de baixa caloria, não alcoólico, tendo como ingredientes básicos água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola e cafeína. Embalagem de 2,0 litros, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**COCA-COLA**	**5,00**	**1. 000,00**
57	200	UND	REFRIGERANTE LARANJA 02 LTS: (Fanta-Sukita): Refrigerante PET sabor laranja de baixa caloria, não alcoólico, tendo como ingredientes básicos Água gaseificada, ciclamato, sacarina, 10% de sucos naturais e aditivos. Embalagem de 2,0 litros, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**FANTA**	**4,00**	**800,00**
59	250	KG	REPOLHO KG: verde, fresco, de primeira, tamanho e coloração uniforme, fisiologicamente desenvolvida, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, com ausência de sujidades parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,37**	**592,50**
64	200	KG	TOMATE KG: de vez, fresco, de primeira, tamanho e coloração uniforme, fisiologicamente desenvolvida, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, com ausência de sujidades parasitas e larvas.	**LIMA**	**4,67**	**934,00**
65	100	KG	VAGEM KG: de primeira, tamanho e colorações uniformes, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	**LIMA**	**7,97**	**797,00**
67	1.500	UND	AGUA SANITÁRIA 02 LT: Embalagem de 02 litros com lacre ─ Composição Hipoclorito de sódio e agua, com teor de cloro ativo de 2,0 a 2,5%. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses e numero de registro na ANVISA/MS.	**X-BÃO**	**3,04**	**4. 560,00**
69	30	UND	BALDE DE PLASTICO 15 LTS: Balde plástico com bordas arredondadas e alça centralizada, capacidade mínima de 15 litros com suporte para as mãos, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**ANTARES**	**6,47**	**194,10**
71	50	PAR	BOTA EMBORRACHADA PARA LIMPEZA (BRANCA): bota emborrachada, cor branca com solado antiderrapante, cano curto 250mm numeração de 35 à 44, deve conter a identificação do produto e marca do fabricante.	**7 LÉGUAS**	**37,97**	**1. 898,50**
73	1.500	UND	DESINFETANTE DE 2 LTS: Desinfetante bactericida e Germicida de uso geral ─ Odores diversificados (Floral, Lavanda, Eucalipto, etc..) Galão de 02 litros com lacre ─ Composição: Tensoativo catiônico, Sequestrante, Preservante, Acidulante, Óleos essenciais, Corantes e Agua desmineralizada, Principio ativo: Cloreto de Alquil dimetil benzi amônio e Cloreto de Dialquil Dimetil Amônio. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**POLYTRIZ**	**3,37**	**5. 055,00**
75	1.000	UND	DETERGENTES DIVERSOS 500 ML: Detergente lava loucas neutro, coco, limão, etc ─ embalagem de 500 ml com lacre ─ Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfato de Sódio, Alcalonamida de Acido Graxo de coco, Cocoamidopropobetaina, Lauril Éter Sulfato de sódio, Trietanolamina, Hidróxido de Sódio, Sulfato de Sódio, Tripolifosfato de sódio, Edta Ttetrassodico, Metilparabeno, Corante, Formaldeído e Agua Desmineralizada. Componente ativo: Linear alquil benzeno sulfonato de sódio No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**OESTE**	**1,27**	**1. 270,00**

76	20	UND	ESCOVA DE LAVAR ROUPA: Escova plástica com cerdas de nylon, para lavagem de roupas, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**LAVAMIL**	**2,37**	**47,40**
79	100	UND	FLANELA PARA LIMPEZA 30X60 CM: Flanela para limpeza, enflanelada de ambos os lados dimensões aproximadas 30x50cm, uso geral, 100% algodão, na cor branca/amarela, bordas over locadas, acondicionada em embalagem plástica com identificação do produto e do fabricante.	**FLAMIL**	**1,67**	**167,00**
81	40	UND	DESINTUPIDOR EM PÓ DE PIAS E RALOS FR 300GR (DIABO VERDE)	**DIABO VERDE**	**8,97**	**358,80**
82	800	UND	MULTI USO 500ML: Limpador instantâneo multiuso ─ embalagem de 500 ml com lacre ─ Composição: Tensoativo Aniônicos Biodegradáveis, Tensoativos Nao-Ionicos, Éter Butílico do Propilenoglicol, Aditivos, Coadjuvantes, Conservantes, Solvente, Corante. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mini o de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**VEJA**	**3,14**	**2. 512,00**
83	200	UND	PANO DE ALGODÃO PARA CHÃO: Pano para chão, 100% algodão alvejado, branco, dimensões aproximadas de 80 cm x 55 cm, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante.	**COPALIM**	**3,87**	**774,00**
84	100	UND	PANO EM MICROFIBRA P/ CHÃO 40X60CM	**ALGOBOM**	**3,97**	**397,00**
89	100	UND	RODO DE MADEIRA 60CM COM CABO: Rodo corpo de madeira colorido com duas laminas em borracha reforçada, medindo 60 cm, cabo de madeira, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**RODO FORTE**	**6,97**	**697,00**
90	100	UND	RODO ESPECIAL EM ALUMÍNIO: anodizado com aba e aste de reforço, borracha dupla especial com 7mm de espessura dobrada. Medidas do rodo: 40 cm Medidas: cabo: 1,50 mts em Alumínio Anodizado.	**MARANHÃO**	**21,97**	**2. 197,00**
95	200	UND	SABONETE LIQUIDO FR 500ML: Sabonete liquido para as Mãos ─ embalagem de 500 ml com lacre ─ viscosidade superior a 600 CPS - Composição: Lauril Éter Sulfato de sódio, Emoliente, Agente Controlador de PH, Espessante, Perolizante, Conservante, Essência, Corante e Vaiculo. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**PETALA**	**6,04**	**1. 208,00**
96	1.600	PCT	SACO DE LIXO 100 LITROS PCT 05 UND: Saco plástico para lixo, com capacidade para 100 litros, na cor/azul preta, medindo aproximadamente 75 x 1,05 cm com espessura de 10 micras. A embalagem com 05 unidades deve conter dados de identificação do produto e marca do fabricante. Resistente para lixo pesado.	**BRASILEIRINHO**	**1,47**	**2. 352,00**
97	1.500	PCT	SACO DE LIXO 15 LITROS PCT 20 UND: Saco plástico para lixo super-resistente e sem cheiro, com capacidade para 15 litros, na cor preta/azul/verde, com espessura mínima de quatro micras. A embalagem deve conter dados de identificação do produto e marca do fabricante. Embalagem (Pacote) com 20 unidades cada.	**BRASILEIRINHO**	**1,47**	**2. 205,00**
98	1.000	PCT	SACO DE LIXO 30 LITROS PCT 10 UND: Saco plástico para lixo super-resistente e sem cheiro, com capacidade para 30 litros, na cor preta/azul/verde, com espessura mínima de quatro micras. A embalagem deve conter dados de identificação do produto e marca do fabricante. Embalagem (Pacote) com 10 unidades cada.	**BRASILEIRINHO**	**1,47**	**1. 470,00**
100	40	UND	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA COM CABO: Vassoura de palha reforçada mínimo de 50 cm, com cabo de madeira.	**SERTANEJA**	**8,97**	**358,80**
Total Geral ..... R$						57. 437,00

NOME: VILMAR A. DE OLIVEIRA COMERCIO - ME

CNPJ: 15.872.501/0001-35	INSCRIÇÃO: 13.458.400-7
ENDEREÇO: Rua Castelo Branco, nº 104 – Bairro boa Esperança	
CEP: 78625-000	CIDADE/UF: Novo São Joaquim/MT
TELEFONES: (66) 3479-1551	E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL: VILMAR ALVES DE OLIVEIRA	
RG: 1.280.585-8/SSP-MT	CPF: 920.131.391-87

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	Pr. Unit.	Pr. Total
01	100	UND	ABACAXI PÉROLA TAMANHO MÉDIO: Frutos de tamanho regular, sem estragos, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**4,20**	**420,00**
02	200	KG	ABOBORA VERDE: de tamanho regular, sem estragos, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria, com ausência de Sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**2,59**	**518,00**
05	100	UND	ACHOCOLATADO EM PÓ 800GR: Alimento achocolatado em pó instantâneo enriquecido de seis vitaminas, embalagem 300 GR contendo a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**CHOCOMIL**	**8,90**	**890,00**
14	100	PCT	BOLACHA AGUA E SAL PCT 800GR: Biscoito de água e sal, em sua composição apresenta entre outros ingredientes farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, embalagem de 800g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	**AMANDA**	**5,30**	**530,00**
15	120	PCT	BOLACHA ROSQUINHA DE COCO PCT 800GR: tipo rosquinha de coco, preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem de 800g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido validade. Serão rejeitados	**PAVESINO**	**5,40**	**648,00**

			biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.			
16	50	PCT	BOMBOM CHOCOLATE PCT 1KG: bombons de chocolate com 20 gr, embalagem com 50 unidades.	**LACTA**	**25,00**	**1. 250,00**
17	800	PCT	CAFÉ MOIDO PCT/250GR: torrado e moído, embalagem à vácuo de 250g, de primeira qualidade, com selo de pureza da associação brasileira da indústria do café - abic. O produto deverá ter registro em órgão competente e a embalagem deverá conter a especificação do produto, peso líquido, data de fabricação e prazo de validade.	**PONTO CERTO**	**3,62**	**2. 896,00**
19	600	KG	CARNE BOVINA PRIMEIRA BIFE FATIADO E BATIDO/PEDAÇOS: patinho - cortada em bife, embalada em saco plástico transparente atóxico, apresentando cor e cheiro característico, provenientes de animais sadios, sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponeuroses).). A carne bovina deve ser entregue em bifes e/ou conforme solicitação, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico. Deve ser entregue resfriada ou congelada, de acordo com a legislação vigente. Deverá ser entregue em embalagens conforme solicitação.	**3 IRMÃOS**	**13,90**	**8. 340,00**
21	1.000	KG	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOIDA: músculo ou acém, proveniente de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponeuroses).A carne bovina deve ser entregue moída ou em cubos, conforme solicitação, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico. Deve ser entregue resfriada ou congelada, de acordo com a legislação vigente. Deverá ser entregue em embalagens conforme solicitação.	**3 IRMÃOS**	**8,00**	**8. 000,00**
26	20	PCT	CÔCO RALADO 100G: coco relada extraído da fruta natural com embalagem contendo informações nutricionais, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**DUCOCO**	**2,90**	**58,00**
28	50	LTR	ERVILHA EM CONSERVA LT 200G: Ervilhas reidratadas em conserva, embalagem (lata) com no mínimo 200g de peso drenado, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	**QUERO**	**1,40**	**70,00**
29	60	UND	EXTRATO DE TOMATE 340 GR: produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, latas de 340g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**XAVANTE**	**2,60**	**156,00**
32	60	KG	FARINHA DE TRIGO KG: especial, enriquecida com ferro e ácido fólico. Produto obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isento de terra, sem umidade, (tolerado máximo 15% de umidade), embalagem de 1,0 Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios.	**CAMPESINA**	**2,80**	**168,00**
34	60	PCT	FERMENTO PARA PÃO PCT 10GR: biológico, granulado, seco, instantâneo, embalado a vácuo, unidades de 125 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**SAF-ISNTANT**	**0,85**	**51,00**
35	500	KG	FRANGO CONGELADO COMUM: Congelado, embalado em sacos plásticos transparentes atóxicos, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbos oficiais de registros no Ministério da Agricultura / SIF/DIPOA, provenientes de animais sadios de primeira qualidade, sem tempero, com aspecto, cor, odor e sabor característicos, sem manchas e parasitas, sendo entregue de acordo com a legislação vigente.	**SEARA**	**5,05**	**2. 525,00**
38	20	UND	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS: composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em embalagem contendo 395g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01ano) e peso liquido.	**NENE**	**2,90**	**58,00**
40	300	PCT	MACARRAO ESPAGUETE 500GR: tipo espaguete, massa de sêmola com ovos. Embalagem plástica de 500 grs contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**BORTOLIMA**	**1,90**	**570,00**
41	50	UND	MAIONESE 500GR: Maionese Teor Lipídio Reduzido, 0% gordura trans., contendo naturalmente Ômega 3, embalagem de 01 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	**SOYA**	**3,80**	**190,00**
43	100	KG	MELANCIA KG: de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**1,55**	**155,00**
44	80	KG	MELÃO AMARELO: Sem estragos, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	**LIMA**	**5,80**	**464,00**
45	50	UND	MILHO PARA PIPOCA 500GR: Milho de pipoca, duro, amarelo, tipo 1, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso embalagem plástica de 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	**MIKA**	**1,60**	**80,00**
47	50	LTR	MILHO VERDE EM CONSERVA 200GR: Milho Verde Em Conserva, embalagem com no mínimo 01 KG de peso drenado, contendo de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	**GOIAS VERDE**	**1,36**	**68,00**
48	50	KG	MORTADELA DEFUMADA TIPO BOLOGNA: mortadela tipo bolonhesa, embalado em saco transparente, contendo registro em órgão de inspeção municipal, estadual ou federal.	**COPAL**	**15,70**	**785,00**
50	80	KG	PEPINO VERDE: verde, fresco, de primeira, tamanho e coloração uniforme, fisiologicamente desenvolvida, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, com ausência de sujidades parasitas e larvas.	**LIMA**	**3,05**	**244,00**

53	50	UND	PRESUNTO KG: presunto cozido fatiado, embalado em saco transparente, contendo registro em órgão de inspeção municipal, estadual ou federal.	**SEARA**	**14,90**	**745,00**
58	200	UND	REFRIGERANTE GUARANA 02 LTS: (Jaó, Antarctica, Simba): Refrigerante PET Sabor Guaraná, tendo como ingredientes básicos agua gaseificada, açúcar, aroma sintético artificial, semente de guaraná 0,02%. Embalagem de 2,0 litros, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**JAÓ**	**3,00**	**600,00**
60	60	KG	SAL REFINADO IODADO 1KG: com granulação uniforme e com cristais brancos. A quantidade de iodo deve seguir a legislação específica, embalagem de polietileno de 1,0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**VITASAL**	**0,98**	**58,80**
61	30	KG	SALSICHA PARA CACHORRO QUENTE: Salsicha, para hot dog, embalagem de 1,0 kg, embalado em PVC transparente ou saco plástico transparente com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA.	**SEARA**	**6,50**	**195,00**
62	200	PCT	SUCOS EM PÓ 35 GR SABORES VARIADOS: preparado em pó para diluição em água preparando 01 litro de bebida que já vem adoçada. Embalagem contendo informações nutricionais de ingestão das vitaminas A, C e de Ferro, embalagem 35 GR contendo a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**FRUTIS**	**0,80**	**160,00**
63	100	PCT	TEMPERO SAZONAL PCT 100G: pronto, completo, sabores diversos, embalagem plástica de 100g, contendo informações ne sua composição, informações nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01 ano) e peso liquido.	**SAZON**	**2,80**	**280,00**
66	50	UND	VINAGRE DE VINHO TINTO/ BRANCO 750 ML: Vinagre fermentado de acido acético, escuro (vinho tinto), embalagem com 750ml, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	**CASTELO**	**1,60**	**80,00**
68	400	UND	AMACIANTE PARA ROUPA 2 LT: Amaciante de roupa ─ Pronto uso ─ Frasco de 02 litros com lacre ─ Composição: Sais Quaternários de amônio, Coadjuvante, Conservante, Extrato de algodão e agua desmineralizada. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**SUMMER**	**4,50**	**1. 800,00**
70	20	UND	BALDE PLASTICO 30 LITROS: Balde plástico com bordas arredondadas e alça centralizada, capacidade mínima de 30 litros com suporte para as mãos, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**IMPORTPLAST**	**10,00**	**200,00**
72	20	LT	CÊRA LIQUIDA VERMELHA 800 ML: Cera liquida vermelha ─ Pronto Uso ─ embalagem de 800 ml com lacre ─ Composição: Cera de carnaúba, parafina, plastificante, emulsionante, corante e perfume. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e p azo de validade mínimo de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**POLYLAR**	**2,60**	**52,00**
74	300	UND	DESODORIZADOR DE AR: Desodorizador de ambiente em spray, essências diversas, formato cilíndrico, embalagem com, no mínimo, 400ml, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 01 ano.	**GOLDEN**	**7,00**	**2. 100,00**
77	50	FRD	ESPONJA DE AÇO FARDO C/20 PACOTES EM 8 ESPONJAS: Esponja de aço no 01 (palha de aço), para lavagem de loucas e superfícies. Fardo com 20 pacotes de 01 unidade cada, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**ASSOLAN**	**16,00**	**800,00**
78	100	UND	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA 110X75X23MM: Esponja de Limpeza, Dupla Face, espuma em poliuretano e fibra sintética abrasiva, dimensões aproximadas de 110mm X 75mm X 23 mm, embalagem plástica individual contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**WISH**	**0,55**	**55,00**
80	80	UND	LIMPA ALUMINIO 500 ML: Limpador metais ─ embalagem de 500 ml com lacre ─ Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de sódio, alcanolamida de Acido Graxo de Coco, Cocoamidopropobetaina, Lauril Éter Sulfato de sódio, Tripolifosfato de sódio, adta tetrassodico, Metilparabeno, Corante, Formaldeído e Agua Desmineralizada. No rotulo do produto obrigatoriamente deve conter a identificação do produto, marca o fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 18 meses e registro na ANVISA/MS.	**POLITRIX**	**1,90**	**152,00**
85	100	UND	PANO DE PRATO: 41cm x 64cm em algodão	**LIMPEX**	**3,00**	**300,00**
86	600	UND	PAPEL HIGIÊNICO PCT 4X1 30 MTS: Papel higiênico sem perfume (neutro), folhas simples, texturizadas e picotadas na cor branca, com rolos de 30 metros. pacote com 04 rolos cada. Fibras 100% celulósicas.	**LISSA**	**1,70**	**1. 020,00**
87	2.000	PCT	PAPEL TOALHA PCT 2X1: Papel Toalha Descartável não reciclado na cor branca, embalagem plástica contendo 02 Rolos, contendo 55 folhas cada medindo 20cm x 22cm a folha. A embalagem deve conter dados de identificação do produto e marca do fabricante.	**STYLO**	**2,60**	**5. 200,00**
88	50	CX	ODORIZANTE SANITÁRIO 24G: CAIXA C/12 UNIDADES (PEDRA SANITÁRIA)	**POLYLAR**	**9,60**	**480,00**
91	120	UND	SABÃO EM BARRA 5X1 PCT 1 KG: Sabão em barra glicerinado neutro, pacote com 05 unidades de 200g cada. Na embalagem devera constar a data da fabricação, a data de validade, o numero do lote e o registro na ANVISA/MS.	**KRA-KRA**	**3,80**	**456,00**
92	1.000	KG	SABAO EM PO - 1KG: Sabão em pó, testado dermatologicamente, multiação, devendo conter embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade (de no mínimo 01 ano), caixa contendo 1.0 Kg.	**TIXAN**	**5,00**	**5. 000,00**
93	50	UND	SABONETE EM BARRA 90GR INFANTIL	**BABY**	**1,90**	**95,00**
94	50	UND	SABONETE 90 GRAMAS: Sabonete 90g, fragrâncias diversas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	**FRANCIS**	**0,90**	**45,00**
99	1.000	PCT	SACO DE LIXO 50 LITROS PCT 10 UND: Saco plástico para lixo super-resistente e sem cheiro, com capacidade para 50 litros, na cor preta/azul/verde, com espessura mínima de quatro micras. A embalagem deve conter dados de identificação do produto e marca do fabricante. Embalagem (Pacote) com 10 unidades cada.	**CARBON**	**1,50**	**1. 500,00**

101	30	UND	VASSOURA DE PELO COM CABO: Vassoura cerdas de pelo, com cabo de madeira, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**SÃO PEDRO**	**7,00**	**210,00**
102	20	UND	VASSOURA DE CERDAS DURAS 40CM C/ CABO	**SÃO PEDRO**	**7,00**	**140,00**
103	30	UND	VASSOURA DE NYLON: Vassoura cerdas de nylon, com cabo de madeira, contendo identificação do produto, marca do fabricante.	**SÃO PEDRO**	**6,00**	**180,00**
Total Geral ..... R$						51. 037,80

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. A integra desta Ata encontra-se a disposição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim.

Novo São Joaquim - MT, 24 de Março de 2015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 020/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2015**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Constitui objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição Medicamentos Injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga. Data de abertura: **01/04/2015**, quarta-feira às 09:00h horário de Brasília. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados através do site *www.bll.org.br* – www.paranatinga.mt.gov.br ou no e-mail: **edital.ptga@hotmail.com.** Informações pelo telefone 66-3573-1329 – horário de atendimento das 13:00 ás 17:00 hrs.

Paranatinga-MT, 24 de Março de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1184/2015

LEI Nº 1184/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS

ADICIONAL ESPECIAL POR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.

Fonte.: 0.1.30.000000 - FETHAB

Órgão.:09-Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Unidade.: 004-Departamento de Transito e Transporte Urbano.

Função.:26- Transporte.

Sub Função.:782–Transporte Rodoviário.

Programa.:0017 –Desenvolvimento Rodoviário.

Projeto/Atividade.: 2114 –Manutenção do Fundo de Transportes e Habitação FETHAB .

Elemento de Despesa.:

3390.30.00.00...Material de Consumo.....R$ 1.844. 672,11

3390.36.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.....R$ 50. 000,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 750. 000,00

4490.30.00.00...Material de Consumo.....R$1.300. 000,00

4490.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$100. 000,00

4490.51.00.00...Obras e Instalações.....R$ 400. 000,00

Total.....R$4.444. 672,11

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

TOTAL DO EXCESSO.....R$4.444.672,11

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 24 de março de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 032/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: **O presente contrato dispensa realização de processo licitatório. Em face de o valor contratado não atingir o mínimo estabelecido no art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.**	Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**
Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Paranatinga -MT, visando a elaboração de Diretrizes Orçamentarias – LDO para o exercício de 2016.	

Vigência: 19/03/2015 ATÉ O DIA 16/06/2015
Contratado: *Elizabeth de Arruda Pinto*
Valor do Contrato: **R$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).**

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Sivaldo Pereira dos Santos**, Matrícula nº 4213, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, Fiscal do Contrato nº

032/2015

que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Edson Paulo dos Santos, Matrícula nº 031, lotado na Secretaria Municipal de Finanças

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 24 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Sivaldo Pereira dos Santos e Edson Paulo dos Santos, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Sivaldo Pereira dos Santos

Fiscal de Contrato

Edson Paulo dos Santos

suplente

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1183/2015

LEI Nº 1183/2015

"INCLUI NA LEI Nº 1113/2014 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.015, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º- - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir na Lei de nº 1113/2014 e em seus respectivos anexos - LDO - 2015, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.

Fonte.: 0.1.30.000000 - FETHAB

Órgão.:09-Secretaria de Obras e Infra-Estrutura.

Unidade.: 004-Departamento de Transito e Transporte Urbano.

Função.:26- Transporte.

Sub Função.:782–Transporte Rodoviário.

Programa.:0017 –Desenvolvimento Rodoviário.

Projeto/Atividade.: 2114 –Manutenção do Fundo de Transportes e Habitação FETHAB .

Elemento de Despesa.:

3390.30.00.00...Material de Consumo.....R$ 1.844.672,11

3390.36.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.....R$ 50.000,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 750.000,00

4490.30.00.00...Material de Consumo.....R$1.300.000,00

4490.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$100.000,00

4490.51.00.00...Obras e Instalações.....R$ 400.000,00

Total.....R$4.444.672,11

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 4.444.672,11

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 24 de março de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1182/2015

LEI Nº 1182/2015

”Inclui nos Anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei nº 1011/2013, o programa que menciona e dá outras providencias.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir nos anexos do Plano Plurianual - PPA 2014-2017, Lei de nº 1011/2013, a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa comProjeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.

Fonte.: 0.1.30.000000 - FETHAB

Órgão.:09-Secretaria de Obras e Infra-Estrutura.

Unidade.: 004-Departamento de Transito e Transporte Urbano.

Função.:26- Transporte.

Sub Função.:782–Transporte Rodoviário.

Programa.:0017 –Desenvolvimento Rodoviário.

Projeto/Atividade.: 2114 –Manutenção do Fundo de Transportes e Habitação FETHAB .

Elemento de Despesa.:

3390.30.00.00...Material de Consumo.....R$ 1.844.672,11

3390.36.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.....R$ 50.000,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 750.000,00

4490.30.00.00...Material de Consumo.....R$1.300.000,00

4490.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$100.000,00

4490.51.00.00...Obras e Instalações.....R$ 400.000,00

Total.....R$4.444.672,11

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 4.444.672,11

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 24 de março de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO/DESERTA/REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 016/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Licitação, pela modalidade, **Pregão Presencial 016/2015**, cujo objeto Contratação de empresa Especializada em Serviço Mecânico para manutenção em veículos leves, médios e pesados, atendendo as secretarias Municipais de Educação e Cultura, Saúde e Obras e Infraestrutura. Não compareceram interessados para a Presente Licitação, sendo declarada deserta. A mesma será Republicada no dia 01/04/2015 quarta-feira às 14hrs.

Paranatinga-MT, 24 de Março de 2014.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 1181/2015

LEI DE Nº 1181/2015.

REVOGAR AS ALTERAÇÕES IMPOSTAS PELO ARTIGO 1º DA LEI DE Nº 341/2007, EM RELAÇÃO AOS PARÁGRAFOS: §§ 9º, 11 e 12 DO ARTIGO 145 E TAMBÉM O ARTIGO 151 TODOS DA LEI COMPLEMENTAR DE Nº 098 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **VILSON PIRES**, faço saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e promulgou, e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a revogar as alterações impostas pelo artigo 1º da Lei de nº 341 de 04 de Dezembro de 2007 em relação aos parágrafos: §9º, §11 e §12 do artigo 145 e também o artigo 151 todos da Lei Complementar de nº 098 de 30 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga/MT, 24 de Março de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015

Contrato nº. 032/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; ContratadaaSrª. *Elizabeth de Arruda Pinto*. Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Paranatinga -MT, visando a elaboração de Diretrizes Orçamentarias – LDO para o exercício de 2016. Valor: **R$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).** Período: 19/03/2015 a 16/06/2015.

Paranatinga, 19 de Março de 2015.

Departamento de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015 - RP

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015 - RP

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 013/2015, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em agenciamento de publicidades para serviços de veiculação, publicação de atos oficiais e campanhas do interesse do Município de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 10/04/2015 - Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 24 de Março de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

CONTABILIDADE
SECRETARIA DE FINANÇAS

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2014

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			4.714.425,41
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		4.714.425,41	
DISPONIVEL EM BANCOS	4.714.425,41		
CREDITOS EM CIRCULACAO			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			4.714.425,41

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			1.628.843,80
CREDITOS EM CIRCULACAO		1.628.843,80	
CREDITOS TRIBUTARIOS	1.628.843,80		
INVESTIMENTOS			
PERMANENTE			22.227.783,80
BENS MOVEIS E IMOVEIS		22.248.590,51	
BENS MOVEIS	14.655.959,43		
BENS IMOVEIS	7.592.631,08		
(-) AMORTIZACOES, DEPRECIACOES E EXAUSTOES		-20.806,71	
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	-20.806,71		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			23.856.627,60
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			28.571.053,01

SALDO PATRIMONIAL

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			16.306.347,84
RESPONSABILIDADES POR TITULOS VALORES E BENS		2.777.527,44	
RECEBIDOS	2.698.793,27		
CONCEDIDOS	78.734,17		
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		4.524.430,71	
DE RECEITAS	4.326.430,71		
DE DESPESAS	198.000,00		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		9.004.389,69	

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DEPOSITOS			130.390,61
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		130.390,61	
DEPOSITOS E CAUCOES	130.390,61		
DEBITO DE TESOURARIA			
OBRIGACOES EM CIRCULACAO			1.892.602,34
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.892.602,34	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.790.870,08		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	101.732,26		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			2.022.992,95

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			120.554,41
OBRIGACOES PARCELADAS		120.554,41	
PARCELAMENTO DE INSS	120.554,41		
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
DIVIDA FUNDADA			
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			120.554,41
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			2.143.547,36

SALDO PATRIMONIAL

ATIVO REAL LIQUIDO			26.427.505,65

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			16.306.347,84
TITULOS, VALORES E BENS SOB RESPONSABILIDADE		2.777.527,44	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		4.524.430,71	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		9.004.389,69	

Emissão: 11/03/2015 14:09:40 — Agili Softwares Para Area Publica — Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)

em R$ - P. Contas TCE

ATIVO				PASSIVO			
DE DESPESAS	9.004.389,69						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			16.306.347,84	**TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO**			16.306.347,84
TOTAL DO ATIVO			44.877.400,85	**TOTAL DO PASSIVO**			44.877.400,85

Antonio Domingo Rufatto
Prefeito Municipal

Claudio Dubiani Rezende
Secretario de Financas

Itagiba Dela Jiustina
Contador CRC-MT 006.689/O-0

Emissão: 11/03/2015 14:09:40

Agili Softwares Para Area Publica

Página 2

Homologado

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2014

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT

CONTRATADA: AMAZONIA POÇOS ARTESIANOS LTDA - ME

DO ADITIVO: Adita – se as Cláusulas Quarta e Quinta do Contrato Primitivo, prorrogando a vigência de execução da obra e do contrato em 60 (Sessenta) dias contados a partir do dia 26/03/2015 à 24/05/2015.

PARANAÍTA/MT, 23/03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO N.º 018- 2015 - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

DECRETO Nº 018/2015

DE 24 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a Alteração dos Membros do Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICIPIO

DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

***CONSIDERANDO* a Lei Municipal nº 221/2.001, de 19 de março de 2. 001 e Lei nº463/2006 de 24/08/2006;**

CONSIDERANDO o recebimento do ofício de n.º 031/2015 da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Membros do Conselho de Alimentação Escolar deste Município cujo mandato será 04 (quatro) anos, em conformidade com a Lei Municipal nº. 221/2.001 e 463/2006, conforme abaixo descrito:

I – Representante do Poder Executivo

Titular: Marcilene da Costa Conceição

Suplente: Rejane de Oliveira Horta dos Santos

II – Representante dos Docentes e Trabalhadores na área da Educação

Titular: Lucia Aparecida Ciola Marques

Titular: Solange Mira dos Santos

Suplente: Maria Socorro Pereira Leite

Suplente: Cleide de Jesus Nascimento

III – Representantes de Pais de Alunos

Titular: Cirlene Ferreira Cabral

Titular: Juliana Rufino

Suplente: Márcia Castilho

Suplente: Dayana Ferreira de Jesus

IV – Representantes da Sociedade Civil Organizada

Titular: Nelson de Souza

Titular: Ivan Zacarias Batista Oliveira

Suplente: Eva Cristina da Silva Vera

Suplente: Jair Manfrin

V – Presidente do Conselho

Juliana Rufino

VI – Vice Presidente do Conselho

Lucia Aparecida Ciola Marques

VII – Secretário do Conselho

Ivan Zacarias Batista Oliveira

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

TOMADA PREÇO 002.2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.AVISO DE LICITAÇÕES- TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015. PROC. Nº 013/2015

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **TP Nº 002/2015,** Tipo Menor Preço. **Objeto:*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUIR A* AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, "DELCIDES MARTINS FERREIRA", PADRÃO 01 (EQUIPE DE SAÚDE DA FAMILIA), DO MUN. DE PLANALTO DA SERRA-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DE SAÚDE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 339 DE 04 DE MARÇO DE 2013/ MS.** Com realização prevista para o dia **09/04/2015 ás 14:30 hs (horário de Brasilia)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101**. JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA-PRES.DA CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.782 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CF/88, PROFISSIONAIS PARA ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

APREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em caráter temporário de excepcional interesse público, 28 (vinte e oito) Médicos; 16 (dezesseis) Enfermeiros; 16 (dezesseis) Recepcionistas; 07 (sete) Odontólogo; 08 (oito) Auxiliar de Consultório Dentário; 18 (dezoito) Técnicos de Enfermagem; 15 (quinze) Serviços Gerais; 02 (dois) Fisioterapeuta; 09 (cinco) Motoristas/Condutores; 01 (um) Biólogo; 04 (quatro) Assistente Social; 02 (dois) Psicólogo; 01 (um) Fonoaudiólogo; 01 (um) Técnico de Vigilância Sanitária; 01 (um) Farmacêutico; 04 (dois) Auxiliar de Laboratório; 02 (um) Técnico de Laboratório; 02 (dois) Biomédico; 03 (três) Farmacêutico/Bioquímico; 30 (trinta) Zeladores de Próprios; 02 (dois) Atendente de farmácia; 02 (dois) digitadores de sistema programa da saúde; 04 (quatro) Técnicos de Raio X/Tecnólogo; 01 (um) coordenador departamento de Raio X; 01 (um) coordenador da Vigilância Epidemiologia; 02 (dois) coordenadores da Vigilância Endemias; 01 (um) coordenador da Vigilância Sanitária; 01 (um) Coordenador da Atenção Básica; 01 (um) Coordenador do Departamento de Pessoal; 01 (um) Coordenador do NASF; 01 (um) Coordenador do CEM, a partir de 02 de janeiro de 2015, pelo período de 01 (um) ano.

§ 1º Os contratados com base nesta Lei atuarão junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º-Os profissionais contratados com base nesta Lei perceberão o salário base do cargo previstos no plano de cargos e carreiras do Município de Poconé e verbas indenizatórias – Lei n.º 1.688/2012 e 1.513/2009.

§ 3º - As vagas especificadas no caput do artigo 1º serão distribuídas nas Unidades de Saúde da Família, CAPS, Centro de Especialidade Médica, Centro de reabilitação, NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Laboratório Municipal e na Vigilância Ambiental.

Art. 2º O nível de instrução exigida para contratação deverá atender ao que dispõe a Lei de Planos e Cargos e Salários do Município de Poconé – Lei n.º 1.688/2012.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 4º Os servidores contratados abrangidos por esta Lei serão regidos pelo Regime Único Estatutário.

Art. 5º Em caso de desligamento dos contratados por intermédio desta Lei é facultada a contratação de novo servidor em substituição ao mesmo, respeitando o mesmo período de vigência definido neste Diploma Legal.

Art. 6º A contratação dos Profissionais acima relacionados será procedido de processo seletivo simplificado em caráter de urgência por este Poder Público.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2015.

Poconé 24 de março de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

LEI Nº 526/2015

LEI Nº 526/2015 de 24 de março de 2015

Dispõe sobre autorização para venda de próprios municipais e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso Sr. HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a promover a venda dos veículos automotores, e maquinários do município descrito no Parágrafo 1º desta Lei.

Parágrafo 1º - Os veículos e maquinários disposto no caput deste artigo são compostos pelos seguintes:

– Caminhão Caçamba F 14.000 ano 1993, placa OEM 1130 Cha. 2FA230000V54855667

– Topic modelo 725 ano 1998, placa JYY5856, cha.KN2-FAD2A1WC0082344

– Camioneta D-10, ano 1993, placa JEH0373, cha. BC244NNB19404

– Caminhão modelo d-60 ano 1979; placa HA0812, cha.BC65NP335726

– Ambulância Splint Mercedes odotomovel ano 1999 placa JZE9626, cha. 8AC690330YA538059.

– Caminhão Mercedes Benz 608, ano 1986, placa JYV7221, cha. 30832512705357.

– Van Ducato ano 1997 modelo 1997, placa JVY3482, cha. 2FA230000V5855667.

- Caminhão Mercedes Benz 1113 ano 1984 placa NNN1111, cha. 34404912660093.

– Moto Niveladora Scania hub 140-S Série 140s1649

Parágrafo 2º – A venda dos bens, referidos no parágrafo anterior deste, dar-se-á através de venda pública, na modalidade, leilão, que poderá ser composto por um ou mais lotes considerando-se vencedores as melhores oferta financeira,

Parágrafo 3º - O Valor mínimo estabelecido para venda, será elaborado por uma Comissão, composta por um representante do Legislativo Municipal e dois indicado pelo Prefeito, os quais exercerão suas funções através de portarias designativa, e os respectivos valores mínimos serão disponibilizado no Edital de Leilão.

Art. 2º- Os recursos financeiros advindos das vendas, dos bens referido, serão destinados para aquisição de um (01) Trator de Esteira modelo D-4 ou similar, para utilização na confecção de cascalho em atendimento a demanda do município e para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, no plantio de lavouras e campineiras, um (01) veículo para atendimento ao gabinete do Prefeito.

Art. 3º - A regularização documental dos veículos referidos, serão de inteira e exclusiva responsabilidade dos adquirentes.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 24 de março de 2015

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº007

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS PARA ATENDIMENTO NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA E HOSPITAL MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**,REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS HOSPITALARES de Ponte Branca. Os envelopes contendo, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste edital e seus Anexos deverão ser entregues a Pregoeiro até às 08:00 horas (Horário Oficial de Ponte Branca – MT), do dia 09 de Abril de 2015, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Branca, na Avenida Cel. Belmiro Nogueira da Silva, nº 300, Centro, Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311 ou via e-mail: licitacaopb@hotmail.com

Ponte Branca - MT, 25 de Março de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 10/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2012

PROCESSO LICITATORIO: Nº 057/2011

TOMADA DE PREÇO: Nº 012/2011

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT

CONTRATADO: BC DO BRASIL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME

OBJETO: Este Termo Aditivo tem a finalidade de promover alterações quantitativas e qualitativas no objeto do contrato 10/2012, conforme planilha abaixo:

SERVIÇOS	**UNID.**	**Quant.**	**V. Unit. R$**	**Val. Total R$**
MURO DE ARRIMO, PONTOS DE DRENAGENS E TERRAPLANAGENS COMPLEMENTAR DO PLATO				
SERVIÇOS ACRESCIDOS				
2.2 - Escavação manual de valas em qualquer terreno exceto rocha até =1,5m	M3	38,69	R$ 18,70	R$ 723,41
2.3 - Regularização e compactação do fundo de valas	M3	93,00	R$ 1,89	R$ 175,77
2.4 - Reaterro apiloado de vala com material da obra	M3	38,69	R$ 9,82	R$ 379,88
3.1.2 - Concreto armado - para Muro de Arrimo inclusive arranque dos pilares - (fck=25MPa), incluindo preparo, lançamento, adensamento e cura. Inclusive formas para reutilização 2x, conforme projeto.	M3	36,95	R$ 1.490,14	R$ 55.060,67
SERVIÇOS EXTRA CONTRATUAL				
Fornecimento e colocação de drenos e suspiro de descompressão (buzinotes) etc em tubo pvc marro 32/25mm	M3	38,00	R$ 8,95	R$ 340,10
Total de Serviços a ser Aditado >>>>				R$ 56.679,83
VALOR DO CONTRATO				R$ 619.235,66
VALOR DO CONTRATO + ADITIVO				R$ 675.915,49

DATA DA ASSINATURA: 24/03/2015

VIGENCIA: 24/03/2015 a 06/08/2015

VALOR ADITIVO: R$ 56.679,83

VALOR TOTAL CONTRATO: R$ 675.915,49

AVISO DE LICITAÇÃO Nº008

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

REGISTRO DE PREÇOS – FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPO-

NIBILIZAÇÃO DE INTERNET E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM IMPRESSORAS E COMPUTADORES

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, REGISTRO DE PREÇOS – FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM IMPRESSORAS E COMPUTADORES DESTA PREFEITURA de Ponte Branca. Os envelopes contendo, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste edital e seus Anexos deverão ser entregues a Pregoeiro até às 10:00 horas (Horário Oficial de Ponte Branca – MT), do dia 09 de ABRIL de 2015, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Branca, na Avenida Cel. Belmiro Nogueira da Silva, nº 300, Centro, Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311 ou via e-mail: licitacaopb@hotmail.com

Ponte Branca - MT, 25 de Março de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

LEI Nº 527/2015

LEI Nº 527/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES FIXADOS NA LEI 8.666/93, COM BASE NO INDEXADOR IGP-M, OS QUAIS PASSAM A VIGORAR NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES,Prefeito Municipal de Ponte Branca - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Considerando a competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2ºe no art. 30, II ambos da CF/88;

Considerando que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios, regulamentarem as normas gerais e editarem normas específicas;

Considerando o disposto no artigo nº 120 da Lei 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

Considerando a Resolução de Consulta nº 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo nº 23 da Lei nº 8.666/1993 é norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios atualizem valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal;

Considerando que a última atualização dos valores constantes no artigo nº 23 da Lei nº 8.666/1993 se deu em 27 de maio de 1998, com o advento da Lei nº 9.648/1998;

Art. 1º - As modalidades de licitação constantes no art. 22 da Lei 8.666/1993 serão determinadas em função dos seguintes limites:

I- para obras e serviços de engenharia:

Carta convite - até R$ 362.115,00 (trezentos e sessenta e dois mil e cento e quinze reais).

Tomada de Preços - até R$ 3.621.150,00 (três milhões seiscentos e vinte e um mil e cento e cinqüenta reais).

Concorrência - acima de R$ 3.621.150,00 (três milhões seiscentos e vinte e um mil e cento e cinqüenta reais).

II- para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

Carta Convite - até R$ 193.128,00 (cento e noventa e três mil cento e vinte e oito reais);

Tomada de preços-até R$ 1.569.165,00 (um milhão quinhentos e sessenta e nove mil e cento e sessenta e cinco reais);

Concorrência-acima de R$ 1.569.165,0000 (um milhão quinhentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e cinco reais);

Art. 2º- É dispensável à licitação:

Para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 36.211,50 (trinta e seis mil duzentos e onze reais);

Para outros serviços e compras de valor até R$ 19.312,80 (dezenove mil trezentos e doze reais e oitenta centavos).

Art. 3º - Os valores constantes desta lei serão atualizados, por Lei do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Art. 4º - É parte integrante desta lei o Anexo I contendo o demonstrativo da atualização dos valores.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário a presente Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de março de 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

ANEXO I

PERÍODO	IGP-M ACUMULADO NO PERÍODO (%)	TOTAL IGP-M ACUMULADO DE 06/1998 A 12/2014 (%)
06/1998 a 12/1998	0,18	141,41
01/1999 a 12/1999	20,10	
01/2000 a 12/2000	9,95	
01/2001 a 12/2001	10,37	
01/2002 a 12/2002	25,39	
01/2003 a 12/2003	8,69	
01/2004 a 12/2004	12,42	
01/2005 a 12/2005	1,20	
01/2006 a 12/2006	3,85	
01/2007 a 12/2007	7,75	
01/2008 a 12/2008	9,80	
01/2009 a 12/2009	-1,71	
01/2010 a 12/2010	11,32	
01/2011 a 12/2011	5,10	
01/2012 a 12/2012	7,81	

01/2013 a 12/2013	5,52	
01/2014 a 12/2014	3,67	

MODALIDADE	VALOR R$ DESDE 1998	VALOR ATUALIZADO R$ (+141,41%)
Dispensa por valor inferior - Art. 24, I da Lei nº. 8.666/93	15.000,00	36.211,50
Dispensa por valor inferior - Art. 24, II da Lei nº. 8.666/93	8.000,00	19.312,80
Convite - para obras e serviços de engenharia	150.000,00	362.115,00
Convite - para compras e serviços em gerais	80.000,00	193.128,00
Tomada de Preços - para obras e serviços de engenharia	Até 1.500.000,00	Até 3.621.150,00
Tomada de Preços - para compras e serviços em geral	Até 650.000,00	Até 1.569.165,00
Concorrência - para obras e serviços de engenharia	Acima de 1.500.000,00	Acima 3.621.150,00
Concorrência - para compras e serviços em geral.	Acima de 650.000,00	Acima 1.569.165,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO DISPENSA N.030/2015

(PROCESSO N.º061/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para locação de imóvel urbano residencial, localizado na Rua Sotero Lucas de Morais, n.160, residencial Vera no Municipio, para atender necessidades da Senhora **MARTA MARIA FERREIRA**, em situação de vulnerabilidade o beneficio solicitado esta amparado pela LOAS/8742 de 07 de dezembro de 1993, art. 22, com valor mensal de R$430,00 (quatrocentos e trinta reais), visto a **Senhora LUCIANA ALVES DA PAZ SILVA**, inscrito no CPF n.862.409. 781-9, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 24 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

AVISO DISPENSA N.027/2015

(PROCESSO N.º058/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDER AS EQUIPES DO PROJETO CIDADÃO CAMPEÃO DA SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER, com valor total de R$3.100,60 (tres mil, cem reais e sessenta centavos), visto a empresa FIGUEIREDO LIMA & CIA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ n.09.022.519/0001-45, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 24 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

CANCELAMENTO PREGÃO 017/2015

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.036/2015-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do seu Pregoeiro Oficial **JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO**, torna publico, para conhecimento de interessados, o Cancelamento do Pregão n.017/2014, conforme Parecer Juridico n.063/2015...Em virtudes de serem constatadas falhas nas descrições tecnicas dos itens, opino pelo cancelamento do procedimento em epigrafe, tendo em vista que a publicação de errata “para evitar compras fora das qualidades e prescrições tecnicas exigidas pelo FNDE”, esbarra na inconsistencia do processo para encaminhamento do APLIC ao TCE. Pontes e Lacerda/MT, 24 de março de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

AVISO DISPENSA N.028/2015

(PROCESSO N.º059/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para AQUISIÇÃO DE COLETOR UNIVERSAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, com valor total de R$249,50 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), visto a empresa DENTAL CENTRO OESTE LTDA, inscrito no CNPJ n.36.900.926/0001-80, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 24 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

AVISO DISPENSA N.029/2015

(PROCESSO N.º060/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOM VOLANTE DE CARRO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO, com valor total de R$200,00 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), visto a empresa DENTAL CENTRO OESTE LTDA, inscrito no CNPJ n.36.900.926/0001-80, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 24 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PREGÃO 07/2015- CAMINHÃO DE LIXO

PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2015

O Município de Porto Esperidião/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, A SUSPENSÃO da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 07/2015** , cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO.**

FICA SUSPENSA ATÉ:

Dia: 27/03/2015

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 23 DE MARÇO DE 2015- ELIEL PEREIRA ALVES-PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 005/2015

BENEFICIÁRIO: V. A. G. DE MATOS E CIA LTDA – ME

OBJETO: contratação de empresa de construção civil para Execução de OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO NA ESCOLA ISABEL DOS SANTOS FARIA, NESTE MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA/MT, MODELO FNDE/MEC, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO – PAC Nº 207452/2013.

VALOR R$: R$ 508.870,60

VIGÊNCIA: 23/03/2015 À 17/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.1008 - 4.4.90.51.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO ADENDO MODIFICADOR DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2015

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT.Através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 10, de 09 de Janeiro de 2015, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que houve alteração no anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 04/2015. Ficando da Seguinte Forma:

Onde se Lê:

Descrição das atividades a serem desenvolvidas no tratamento:

Monitoramento e controle da qualidade da água, de acordo com a Portaria nº 2914/2011. do Ministério da Saúde, consistirá na realização das seguintes atividades:

- Fornecer os insumos (cloro líquido) em quantidade suficiente para a desinfecção e tratamento da água;

- Efetuar a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água conforme legislação (Portaria nº 21, de 19 de janeiro de 1988);

- Fornecer materiais utilizados na limpeza e desinfecção dos reservatórios;

- Prestar assistência técnica 24 horas na manutenção dos equipamentos e insumos.

- Treinar e capacitar tecnicamente um responsável para realização de leitura de cloro residual diário.

- Fornecer um kit clorimétrico e reagente para leitura de cloro residual.

- Fornecer planilha mensal para controle de cloro residual.

- Recolher mensalmente as amostras de água e encaminhar para o laboratório de análises.

- Fornecer embalagens e materiais para recolhimento de amostras para análises.

- Fornecer análise microbiológica (Portaria nº 2914/2011).

- Fornecer análise físico-química (ph, cor e turbidez).

- Prestar assistência e responsabilidade técnica profissional na área de química.

Leia se:

Descrição das atividades a serem desenvolvidas no tratamento:

Monitoramento e controle da qualidade da água, de acordo com as determinações Portaria nº 2914/2011. Do Ministério da Saúde, incluindo as seguintes atividades:

- Orientação, Acompanhamento e Monitoramento da limpeza e desinfecção dos reservatórios de água conforme legislação (Portaria nº 21, de 19 de janeiro de 1988);

- Orientar nos materiais utilizados na limpeza e desinfecção dos reservatórios;

- Treinar e capacitar tecnicamente um responsável para realização de leitura de cloro residual diário.

- Fornecer planilha mensal para controle de cloro residual.

- Recolher mensalmente as amostras de água e encaminhar para análises.

- Fornecer análise microbiológica (Portaria nº 2914/2011).

- Fornecer análise físico-química (ph, cor e turbidez).

- Prestar assistência e responsabilidade técnica profissional na área de química.

Nova data de Abertura do processo de dará no dia *07/04/2014 as 09h*. Fica Inalteradas as demais cláusulas**.**

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

LEI Nº 554/2015

De: de 23 de Março de 2015.

***"Dispõe sobre a revogação das Leis Municipais nº.* 448/2013, 449/2013, 450/2013, 451/2013, 452/2013, 453/2013, 454/2013 e 455/2013, todas datadas em 19 de Novembro de 2013 e dá outras providências".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam revogadas as leis de nº. 448/2013, 449/2013, 450/2013, 451/2013, 452/2013, 453/2013, 454/2013 e 455/2013, todas datadas em 19 de Novembro de 2013, que autorizam o poder Executivo Municipal a promover a Doação de lotes localizados nesta cidade, na zona de expansão industrial, composta pela unificação das áreas remanescentes dos lotes n. 13 e 14 do 1º perímetro da linha Arinos da Gleba Arinos, cuja matricula da área total está inscrita sob nº 11.363 no Cartório do 1º Ofício Registral e Notarial desta Comarca, pertencente ao patrimônio público municipal, com condições e cláusulas de reversão.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, Mato Grosso, em 23 de Março de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº 555/2015

De: 23 de Março de 2015.

"Altera o Artigo 2º da Lei Nº 493/2014 que trata da adesão ao Programa Mais Médico e abre credito adicional especial e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, Senhor Moacir Pinheiro Piovesan, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º -

Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar o Artigo 2º da Lei Municipal nº. 493/2014, que trata do Programa Mais Médico, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º - Fica estabelecido o auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia o valor máximo de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais por profissional, devendo atender ao padrão médio de mercado para locação de imóvel praticado no Município."

Art. 2°. Fica Aberto Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: - Secretaria Municipal de Saúde.....05

UNIDADE ORÇ: - Fundo Municipal de Saúde 004

FUNÇÃO: - Saúde 10

SUBFUNÇÃO: - Atenção Básica.....301

PROGRAMA: - PAB – Atenção Básica 019

PROJETO/Ativ:- Programa Mais Médicos 2701

ELEM. DE DESPESA

3390.48.00.00.00 - Auxilio Financeiros a Pessoas Físicas.....R$ 30.000,00

Art. 3º - Os recursos disponíveis para ocorrer às despesas serão provenientes de anulações, conforme segue:

ANULA

ORGÃO: - Secretaria Municipal de Saúde.....05

UNIDADE ORÇ: - Fundo Municipal de Saúde 004

FUNÇÃO: - Saúde.....10

SUBFUNÇÃO: - Atenção Básica 301

PROGRAMA: - PAB – Atenção Básica.....0019

PROJETO/Ativ:- Desenvolvimento das Ações do PSF.....2091

ELEM. DE DESPESA

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídico.....R$ 30.000,00

Art. 4º. Ficam incluído as ações e programas mencionados nesta Lei, passando compor as respectivas tabelas da Lei Municipal n.º 468/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual 2014/2017 e nas tabelas da Lei Municipal 510/2014 que dispõe sobre a LDO 2015.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o crédito adicional especial previsto neste artigo até o limite necessário ao cumprimento das Obrigações relativas ao Programa mais Médicos, mediante Decreto.

Art. 5º - Os demais Artigos da Lei Municipal nº 493/2014 que trata do Programa Mais Médico, ficam inalterados.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 23 de Março de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº 556/2015

De: 23 de Março de 2015.

"Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o número de vagas do cargo de Assistente Social constante no anexo I da Lei nº 384/2012 de 03 de Abril de 2012 do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do sistema único de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Porto dos Gaúchos – MT, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o número de vagas do cargo de Assistente Social constante no anexo I da Lei nº 384/2012 de 03 de Abril de 2012 do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Porto dos Gaúchos – MT.

§1º - O número de vagas do cargo de Assistente Social passará de 01 (uma) para 02 (duas) vagas.

§2º - A alteração das vagas do cargo de assistente Social será temporária e tão logo a servidora Elaine Machado de Araújo, titular do cargo, retornar de sua licença Saúde, encaminharemos projeto de lei para extinguir a vaga ora criada.

Art. 2º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 23 de Março de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ANEXO – PCCS GESTÃO SOCIAL

QUANTIDADE DAS VAGAS

Grupo Ocupacional	Cargo	Vagas	Carga horária semanal
Apoio de Serviços do Sistema Único de Assistência Social	Serviços Gerais	002	**40**
	Vigia	002	**40**
	Zeladora	001	**40**
Assistente do Sistema Único de Assistência Social	Agente Administrativo	003	**40**
Apoio Operacional e Manutenção	Motorista	001	**40**
Técnico de Nível Superior do Sistema Único de Assistência Social	Assistente Social	002	**30**
	Psicólogo	001	**40**

Total de Cargos	012

MOACIR PINHERIO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ANEXO - PCCS GESTÃO SOCIAL
TABELA DE CARGOS, DAS VAGAS E REMUNERAÇÃO.

Cargo	Vagas	Carga horária semanal	R$	Remuneração
Serviços Gerais	002	**40**	R$	799,39
Vigia	002	**40**	R$	799,39
Zelador	001	**40**	**R$**	**799,39**
Agente Administrativo	003	**40**	R$	1.024,76
Motorista	001	**40**	R$	**1.114,56**
Assistente Social	002	**30**	R$	**4.014,56**
Psicólogo	001	**40**	R$	**4.014,56**

Total de Cargos	012

MOACIR PINHERIO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

EDITAL DE **PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2015**

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço **para contratação de empresa para prestar serviços mensal para caminhão basculantes, escavadeira hidráulica, pá carregadeira, patrol, caminhão meloso e serviço de diária para Carreta prancha**

conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência),

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 10/4/2015, A PARTIR DAS 14:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, onde a licitante interessada deverá entregar o recibo de retirada do edital pessoalmente ou encaminha–lo para o e-mail licitacao@poxoreu.mt.gov.br, para fins de cadastro no Sistema de Pregão desta Prefeitura, peça fundamental para participação do certame, onde será fornecido gratuitamente o programa zipado denominado MEDIADOR, para lançamento de valores na planilha onde o mesmo deverá ser salvo em um pen drive no formato TXT.

Poxoréu-MT, 24 de março 2015.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO – PORTARIA Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
RESPOSTA A PEDIDO DE RECURSO

A Comissão de Licitação do Município de Querência, nomeada pela Portaria Municipal n. 001/2015 de 02 de janeiro de 2015, vem responder recurso interposto pela empresa JL Peças e Serviços – LTDA e da Ata n 15/2015, referente a **desclassificação da empresa por não ter apresentado a documentação do item 9 do edital referente as letras (F e G)** alegando que a mesma já havia apresentado no credenciamento.

A empresa JL Peças e Serviços LTDA inscrita sob o CNPJ:07.506.323/0001-09 no dia 18 de março de 2015 protocolou junto ao Setor de Licitações o recurso, tempestivamente referente à desclassificação da empresa junto ao Processo Licitatório n. 019/2015.

Referente às alegações da empresa, constante na Ata n. 015/2015 no que tange sua desclassificação do processo que ocorrera no dia 17 de março de 2015 a qual tomou por surpresa sua desclassificação alegando que em outras Prefeituras não era necessária a apresentação do mesmo documento no envelope da documentação.

Conforme previsto no edital de Licitação do Processo 019/2015 no item 4 vejamos:

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 dias antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. Sendo que as petições deverão ser protocolizadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura.

Considerando que a JL Peças e Serviços LTDA inscrita sob o CNPJ:07.506.323/0001-09, estava a par de todas as condições para a devida participação no certame e não utilizou-se do direito, como possível participante do certame, de questionar a cobrança de tais documentações e portanto acatou todas as exigências constantes nos auto deste processo licitatório, nada mais havendo a reclamar neste sentido.

Da mesma forma que as oito empresas estiveram presentes conforme segue:

TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.

CARTRAC COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME

TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI

DIMAQ-COMPORTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA

DELLFER BOMBAS INJETORAS LTDA-ME

JL PEÇAS E SERVIÇOS LDTA

HG COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME

que estavam participando da fase de lances anterior a desclassificação da empresa JL Peças e Serviços LTDA inscrita sob o CNPJ:07.506.323/0001-09, apresentaram toda a documentação, fica um tanto questionável e não razoável tornar no meio do certame facultativo a apresentação de documentos ou a inclusão dos mesmos no envelope 02. Vejamos a Lei 8.666/93.

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguinte procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

§ 1o A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 2o Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente ..."**

Ademais, no que diz respeito ao recurso interposto pela empresa JL Peças e Serviços LTDA inscrita sob o CNPJ:07.506.323/0001-09**, que se fez presente na sessão do dia 17 de março de 2015, "que o pregoeiro agiu com excessivo rigor formal na sua decisão que teoricamente contribuiu para a restrição da competitividade no processo de licitação", que talvez de um valor previsto para o processo de R$ 2.001.410,85 (dois milhões e um mil e quatrocentos e dez e oitenta e cinco centavos), fechando ao final da sessão em R$ 1.289.018,82 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil e dezoito reais e oitenta e dois centavos) resultando em aproximadamente 58% (cinquenta e oito) de economia acredita-se que a restrição a economia ou competitividade são inverídicas.**

Dessa forma, a Comissão de Licitação deste Município nega a razão da empresa INTERPOSTO NO RECURSO assim formalizado,

mantendo a decisão

tomada pelo Pregoeiro e sua Equipe de apoio.

Sem mais para o momento.

Daniel Stefanello Rosani K. Trapp

Presidente da Comissão de Licitação Secretária da CPL

Adriana Matias Rodrigues Kássia Sousa de Almeida

Membro da CPL Membro da CPL

Vantuil Donizete da Silva

Membro da CPL

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 024/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 024/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 024/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 016/2015

OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa, segundo os critérios estabelecidos neste Edital, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sistemas integrados de gestão pública, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento, do sistema de água do DAE do Município de Querência-MT.

Vencedora:

INOVATUS SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ: 11.247.425/0001-16**.** Foi a vencedora do item 01 com um valor R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Querência - MT, 23 de março de 2015.

Debora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeiro (a) Oficial

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 253/2015

"Dispõe sobre a substituição de membro do COMITÊ DE INVESTIMENTO do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Querência/MT – FEMPAS e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a Servidora Valdimara Brito, designada como membro do Comitê de Investimentos pela Portaria nº. 569/2012, encontra–se de Licença para tratar de interesses particulares; e

Considerando a necessidade da substituição da Servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Substituído a Servidora acima citada a partir de 02 fevereiro de 2015, pela Servidora Adriana Matias Rodrigues como membro do COMITÊ DE INVESTIMENTO, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Querência-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência-MT, 02 de Fevereiro 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.388/2015

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Teste Seletivo Público n° 001/ 2.014,

DECRETA.

Artigo 1° - Fica(m) convocado(a,s) o(a,s) candidato(a,s) abaixo relacionado(a,s), a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apresentarem os documentos exigidos no Edital do Teste Seletivo Público nº. 001/2014.

Parágrafo Único – O não comparecimento do(a,s) candidato(a,s) no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Artigo 2° - o(a,s) candidato(a,s) classificado(a,s) são os seguintes:

001.Agente Comunitário de Saúde – EACSCentro de Saúde

EDIVANIA LEANDRA A. MOREIRA – Micro Área 01
LAURA FAUSTINA FERREIRA - Micro Área 04

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 23 de Março de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.387/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO TESTE SELETIVO PÚBLICO.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais tendo em vista o resultado

final do Teste Seletivo Público n°. 001/2014 desta Prefeitura, nos termos do Edital do Teste Seletivo n° 001/2014,

Considerando a realização do Teste Seletivo Público n° 001/2014, para contratação de Agentes, nos termos do Edital n° 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado Teste Seletivo Público, através do Decreto n° 1.326/2014;

Considerando o Decreto de Convocação de Candidatos n° 1.379/2015;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

DECRETA.

Artigo 1° - Fica contratado por prazo indeterminado nos termos da Lei Federal 11.350/2006, o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a) para exercer o respectivo cargo.

Parágrafo Único – O(A) candidato(a) classificado(a) é o(a) seguinte:

001.Agente Comunitário de Saúde – EACSCentro de Saúde

GRACILENEP. RODRIGUES - Micro Área 05

Artigo 2° - A validade das contratações por prazo indeterminado fica condicionada ao cumprimento do disposto na Lei Federal 11.350/2006.

Artigo 3° - Será considerado desistente o candidato que não comparecer para contratação no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Artigo. 4°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 11 de Março de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, **representada pelo Prefeito Municipal Sr.** TARCISIO FERRARI**, DECLARA Inexigível de licitação da empresa ARMCO STACO S.A, situada na Estrada João Paulo, 740, Honório Gurgel, Rio de Janeiro, CEP: 21512-000, inscrita no CNPJ nº 72.343.882/0001-07 e na Inscrição Estadual nº 84.867. 462, para fins de aquisição** de Tubos Galvanizados Tipo MP 100 com espessura de 2,00mm, **nos termos do processo de Inexigibilidade 04/ 2015 e torna público que firmará CONTRATO com a mesma para fornecimento de Tubos Galvanizados MP 100 com espessura de 2,00mm com diâmetro de 1,50 metros e diâmetro de 2,00 metros,** para atender a demanda da Secretaria Municipal Econômico e Ambiental.

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de março de 2015.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 61/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"REVOGA A PORTARIA DE Nº 351/2014 DATADA DE 29/09/2014 E DÁ OUTRAS"

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Revogar a Portaria de Nº 351/2014 datada de 29/09/2014 e nomear a Senhora LUCIA VALÉRIO DO NASCIMENTO, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 24 de Março de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA- SE

TARCISIO TERRARI

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2015/PMRC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 09/2015/PMRC PREGÃO: Nº 09/2015/PMRC – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 09/2015/PMRC

PREGÃO: Nº 09/2015/PMRC – *REGISTRO DE PREÇOS*

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, situada na Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, sito na Avenida Mato Grosso, nº. 221, Centro, CNPJ: 01.367.788/0001-31 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Excelentíssimo senhor TARCISIO FERRARI, RESOLVE registrar o preço da empresa: MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA inscrita no CNPJ: 05.082.661/0003-99, localizada na Av. Tenente Coronel Duarte, 985, Centro Sul - CEP: 78020-450 - Cuiabá-MT, representada pelo SR. Frederico Gonçalves Portador do RG: 4727609 SSP/GO e o CPF: 006.395.381-18, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preços tem por objeto a contratação de Empresa com Registro de Preços para Futuras e Fracionadas aquisições de combustíveis na Praça de Cuiabá – MT, para atender as Secretarias Municipais e o Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

2. DA VIGÊNCIA

2.1.

O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, através do Setor de Compras da Prefeitura Municipal no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos Serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QDE	V. UNIT	V TOTAL

01	GASOLINA COMUM	LITROS	15.000	R$ 3,39	R$ 50.850,00
02	ETANOL COMUM	LITROS	5.000	R$ 2,19	R$ 10.950,00
03	OLEO DIESEL COMUM	LITROS	5.000	R$ 3,09	R$ 15.450,00
04	OLEO DIESEL S10	LITROS	10.000	R$ 3,19	R$ 31.900,00
				TOTAL DOS ITENS	R$ 109.150,00

Valor Total: R$ 109.150,00 (centro e nove mil cento e cinquenta reais)

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os produtos serão fornecidos na praça de Cuiabá – MT, conforme as necessidades da Administração de Reserva do Cabaçal.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Como condição para assinatura do Contrato, a Empresa, deverá manter as mesmas condições da Habilitação.

6.2. Praticar todos os preços dispostos na proposta de preços final e o desconto estabelecido neste Registro.

6.3. Fornecer os produtos desta Ata de registro de preços somente com autorização expressa do contratante.

6.4. Durante a vigência do contrato de fornecimento de combustível o contratante deverá supervisionar a execução dos produtos por intermédio de equipe autorizada para inspeção veicular.

6.6. A referida equipe de supervisão e inspeção será composta por servidores do Órgão designados como responsáveis para tal.

6.7. Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS e FGTS.

6.10. A equipe de fiscalização deverá manter contato direto com a contratada estabelecendo visitas periódicas verificando assim a execução do fornecimentos dos produtos e se os procedimentos e equipamentos empregados são adequados para garantir a qualidade dos serviços.

6.11. Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela contratada a respeito dos abastecimentos feitos por esta Administração

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes das contratações, objetos desta Ata de Registro de Preços, correrão à conta das Secretarias, conforme abaixo especificado.

UNIDADE GESTORA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
02.001	2003	3.3.90.30	25
04.001	2016	3.3.90.30	96
07.002	2055	3.3.90.30	359

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, pelos produtos fornecidos, será efetuado através do deposito em qualquer agencia da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e outros papéis do Banco do Brasil S/A, para crédito da CONTRATADA em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma, até o 10° (décimo) dia útil subseqüente ao da entrega das Notas Fiscais e das solicitações autorizadas pelo Órgão competente.

8.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental consoante ao Decreto Estadual n° 8.199/2006.

8.3. Será feita a retenção do ISS para os serviços, conforme legislação pertinente.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, ou atraso no pagamento dos salários e recolhimento dos encargos dos empregados à disposição do CONTRATANTE.

8.5. A critério do CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PMRC não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta Ata, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

10.1.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

10.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO

poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

10.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

10.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

10.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal por prazo de até 02 (dois) anos, e,

10.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.4. A Empresa, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa,ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até dois anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

10.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa.

10.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

11. DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente CONTRATO, o CONTRATANTE poderá garantida defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência:

a) Após duas advertências serão aplicadas as disposições do subitem abaixo;

11.1.2. Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, no caso de demora, quanto às suas obrigações contratuais, recolhida pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial ou retiradas no Órgão/Entidade pagador, sendo que a multa será aplicada cumulativamente por cada fato que importe em descumprimento contratual;

11.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 09/2015/PMRC e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Reserva do Cabaçal/MT, 23 de março de 2015.

PREFEITURA MUN. DE RESERVA DO CABAÇAL

TRACISIO FERRARI

Prefeito Municipal

MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA

FREDERICO GONÇALVES

Representante Legal

Delair Teixeira de Alcântara

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 15351

TESTEMUNHAS:

1 – NOME: 2 – NOME:

CPF: CPF:

RG: RG:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

VALIDADE: 12 (Doze) meses

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567. 672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 29/2015 de 6 de fevereiro de 2015, que conduziram o Pregão Presencial nº 03/2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/ 93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para o serviços de **COFFEE BREACK e BUFFET** em geral para atender todas as Secretarias do município de Reserva do Cabaçal-MT, conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 03/2015, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. Foram identificadas as empresa ANA DANIELA DA PAZ, inscrita no CNPJ nº 11.991.953/0001-85 tendo como seu representante o Sra. ANA DANIELA DA PAZ cadastrado no RG nº 976.951 SSP/MT e no CPF: 626.780.601-44.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS COM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COFFEE BREACK, BUFFET, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL.

1.1

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir os materiais de consumo referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 02 SERVIÇOS DE COFFEE BREACK						
	LOTE 02					
ITEM	COMIDAS	QUANT	QUANT	V.PESSOA	V.UNITARIO	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BUFFET PARA 100 PESSOAS CONFORME CARDAPIO DO SOCIAL	UNID	20	R$ 12.36	R$1. 236,25	R$ 24. 725,00
3	SERVIÇO DE BUFFET PARA 100 PESSOAS CONFORME CARDAPIO DA CULTURA E LAZER	UNID	11	R$ 10,25	R$1. 025,00	R$ 11. 275,00
4	SERVIÇO DE BUFFET PARA 500 PESSOAS CONFORME CARDAPIO DA EDUCAÇÃO TIPO I		6	R$ 10.00	R$5. 500,00	R$ 30. 000,00
5	SERVIÇO DE BUFFET PARA 500 PESSOAS CONFORME CARDAPIO DA EDUCAÇÃO TIPO II	UNID	06	R$ 11.00	R$ 5. 500,00	R$ 33. 000,00
6	SERVIÇO DE BUFFET PARA 500 PESSOAS CONFORMR CARDAPIO DA ADM.	UNID	05	R$ 11.92	R$ 5. 960,00	R$ 29. 800,00
7	SERVIÇO DE BUFFET PARA100 PESSOAS CONFORMR CARDAPIO DA SAUDE	UNID	11	R$ 14.00	R$1. 400,00	R$ 15. 400,00
						R$ 144. 200,00

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 144.200,00 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)

LOTE 03-SERVIÇOS DE BUFFET						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. PESSOA	V.UNITARIO	V. TOTAL
1	Serviços de Buffet para 500 pessoas conforme cardápio da adm.	UND	05	R$ 15,08	R$7. 540,30	R$ 37. 701,50
02	Serviços de Buffet para 500 pessoas conforme cardápio da EDUCAÇAO (TIPO 1)	UND	10	R$ 16.80	R$ 8.400. 00	R$ 84. 000,00
3	Serviços de Buffet para 500 pessoas conforme cardápio da EDUCAÇÃO (TIPO2)	UNI	10	R$ 19.20	R$9. 600,00	R$ 96. 000,00
4	Serviços de Buffet para 100 pessoas conforme cardápio da secretaria municipal de assistência social.	UNI	15	R$ 17.60	R$ 1. 760,00	R$ 26. 400,00
5	Serviços de Buffet para 100 pessoas conforme cardápio da secretaria municipal de saúde.	UNI	03	R$ 22,15	R$ 2. 215,00	R$ 6. 645,00
6	Serviços de Buffet para 100 pessoas conforme cardápio de cultura e lazer.	UNI	03	R$ 19.30	R$ 1. 930,00	R$ 5. 790,00
	TOTAIS					R$ 256,536,50

O valor total desta Ata de Registro de Preços é de: R$ 400.736,50 (Quatrocentos Mil Quinhentos e trinta e Seis Reais e Cinquenta Centavos).

OBSERVAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS PARTICIPANTES DOS ITENS ACIMA ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO DE LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 – REGISTRO DE PREÇO.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade do fornecimento do serviço ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste serviço, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos serviços, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.001 – GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADE

(075) 03-001-2.013-3390.30

(078) 03-001-2.013-3390.39

04-SECRETARIA MUNISIPAL DE FINANÇAS

04.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(095) 04-001-2.016-3390.30

(099) 04-001-2.016-3390.39

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(115) 05-001-2.022.3390.30

(118) 05-001-2.022.3390.39

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL)

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(224) 06-002-2.029-3390.30

(227) 06-002-2.029-3390-39

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO INFANTIL)

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(288) 06-002-2.043-3390.30

(290) 06-002-2.043-3390.39

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(359) 07-002-2.055-3390.30

(363) 07-002-2.055-3390.39

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE (PAB. FIXO)

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(377) 07-002-2.059-3390.30

(378) 07-002-2.059-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FORLAC. DE VÍNCULO)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(437) 08-002-2.070-3390.30

(439) 08-002-2.070-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(451) 08-002-2.074-3390.30

(454) 08-002-2.074-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (IGD- SUAS)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(457) 08-002-2.094-3390.30

(458) 08-002-2.094-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (PAIF)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(460) 08-002-2.100-3390.30

(463) 08-002-2.100-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (IGD- M)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(465) 08-002-2.101-3390.30

(466) 08-002-2.101-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FUPIS)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(468) 08-002-2.104-3390.30

(470) 08-002-2.104-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

10.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(496) 10-001-2.080-3390.30

(498)10-001-2.080-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER

10.002- DIVISÃO DE CULTURA

(506) 10-002-2.084-3390.30

(509) 10-002-2.084-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER (DIVISÃO DE ESPORTES)

10.003- DIVISÃO DE ESPORTES

(525) 10-003-2.087-3390.30

(529) 10-003-2.087-3390.39

11- SECRETARIA MUNICIPAL ECONOMICO E AMBIENTAL

11.001- DEPARTAMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

(560) 11-001-2.083-3390.30

(563) 11-001-2.083-3390.39

11 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGMENTOS: ECON. AMBIENTAL

11.002 – DIVISÃO AMBIENTAL

(570)11-002-2.116-3390.30

(572)11-002-2.116-3390.39

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar o fornecimento conforme estipulado na solicitação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso no fornecimento dos serviços somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

9.4 Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preços, a mesma terá que justificar o pedido mediante a apresentação de planilhas detalhadas de custo, acompanhadas dos documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto e/ou matérias-primas da época do Registro de Preços e da aquisição por ocasião do fornecimento, para a devida correção, e etc.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a oposição primeiramente dos representantes legais e segundamente da pregoeira e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE CONTRARADA

TARCISO TERRARI ANA DANIELA DA PAZ

Prefeito Municipal CNPJ nº 11.991.953/0001-85

ASSESSOR JURICO

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA

OAB/MT - 15351

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

PRESIDENTE

EQUIPE APOIO

REGIANE LUCAS DOS REIS ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA

MEMBRO MEMBRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

VALIDADE: 12 (Doze) meses

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr TARCISO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 29/2015 de 06 de fevereiro de 2015, que conduziram o Pregão Presencial nº 03/2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para o serviços **DE FORNECIMENTO DE SALGADOS, BOLOS E TORTAS** em geral para atender todas as Secretarias do município de Reserva do Cabaçal-MT, conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 03/2015, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. Foram identificadas as empresa **WILSON REGINALDO DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº 17.373.040/0001-81 tendo como seu representante o Sr.WILSON REGINALDO DA SILVA cadastrado no RG nº 06927980 SSP/MT e no CPF: 570.312.151-53.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS COM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SALGADOS, BOLOS E TORTAS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL.

1.1

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material de consumo do referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

SALGADOS, BOLOS E PÃES					
	LOTE 01				
	SALGADOS, BOLOS E PÃES	UNIDAD	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SALGADO DE PRESUNTO E QUEIJO ASSADO	UNID	14.950	1,35	20.182,00
2	SALGADO DE FRANGO ASSADO	UNID	15.750	1,35	21.262,50
3	SALGADO DE CARNE ASSADO	UNID	15.600	1,35	21.060,00
4	PÃO DE QUEIJO	UNID	21.700	0,53	11.501,00
5	PÃO DE SAL	UNID	46.300	0,38	17.594,00
6	BOLO DE CENOURA	KILO	181	18,36	3.323,16
7	BOLO DE CHOCOLATE	KILO	195	21,00	4.095,00
8	BOLO DE FUBÁ	KILO	175	17,23	2.979,08
9	BOLO DE FUBÁ COM GERGELIM	KILO	240	18,33	4.399,20
10	TORTA DE LEGUMES	FORMA	285	33,33	9.499,05
11	BOLO DE LIMÃO	KILO	182	21,00	3.822,00
12	ESFIRRA DE CARNE ASSADO	UNID	11.600	1,73	20.068,00
13	SALGADO DE FRANGO FRITO	UNID	9.100	1,28	11.648,00
14	SALGADO DE CARNE FRITO	UNID	14.150	1,28	18.112,00
16	MIXTO QUENTE (PRESUNTO E QUEIJO)	UNID	4.780	2,33	11.137,40
17	BOLO DE BETERRABA	KILO	150	19,00	2.850,00
18	TORTA DE PRESUNTO E QUEIJO	FORMA	187	28,00	5.236,00
19	TORTA DE FRANGO	FORMA	167	28.33	4.731,11

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais)

OBSERVAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS PARTICIPANTES DOS ITENS ACIMA ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO DE LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 – REGISTRO DE PREÇO.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade do fornecimento do serviço ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste serviço, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos serviços, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.001 – GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADE

(075) 03-001-2.013-3390.30

(078) 03-001-2.013-3390.39

04-SECRETARIA MUNISIPAL DE FINANÇAS

04.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(095) 04-001-2.016-3390.30

(099) 04-001-2.016-3390.39

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(115) 05-001-2.022.3390.30

(118) 05-001-2.022.3390.39

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL)

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(224) 06-002-2.029-3390.30

(227) 06-002-2.029-3390-39

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO INFANTIL)

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(288) 06-002-2.043-3390.30

(290) 06-002-2.043-3390.39

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(359) 07-002-2.055-3390.30

(363) 07-002-2.055-3390.39

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE (PAB. FIXO)

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(377) 07-002-2.059-3390.30

(378) 07-002-2.059-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FORLAC. DE VÍNCULO)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(437) 08-002-2.070-3390.30

(439) 08-002-2.070-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(451) 08-002-2.074-3390.30

(454) 08-002-2.074-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (IGD- SUAS)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(457) 08-002-2.094-3390.30

(458) 08-002-2.094-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (PAIF)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(460) 08-002-2.100-3390.30

(463) 08-002-2.100-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (IGD- M)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(465) 08-002-2.101-3390.30

(466) 08-002-2.101-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FUPIS)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(468) 08-002-2.104-3390.30

(470) 08-002-2.104-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

10.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(496) 10-001-2.080-3390.30

(498)10-001-2.080-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER

10.002- DIVISÃO DE CULTURA

(506) 10-002-2.084-3390.30

(509) 10-002-2.084-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER (DIVISÃO DE ESPORTES)

10.003- DIVISÃO DE ESPORTES

(525) 10-003-2.087-3390.30

(529) 10-003-2.087-3390.39

11- SECRETARIA MUNICIPAL ECONOMICO E AMBIENTAL

11.001- DEPARTAMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

(560) 11-001-2.083-3390.30

(563) 11-001-2.083-3390.39

11 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGMENTOS: ECON. AMBIENTAL

11.002 – DIVISÃO AMBIENTAL

(570)11-002-2.116-3390.30

(572)11-002-2.116-3390.39

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar o fornecimento conforme estipulado na solicitação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso no fornecimento dos serviços somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

9.4 Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preços, a mesma terá que justificar o pedido mediante a apresentação de planilhas detalhadas de custo, acompanhadas dos documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto e/ou matérias-primas da época do Registro de Preços e da aquisição por ocasião do fornecimento, para a devida correção, e etc.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a oposição primeiramente dos representantes legais e segundamente da pregoeira e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 12 de fevereiro de 2015.

TARCISIO FERRARI WILSON REGINALDO DA SILVA

Prefeito Municipal CNPJ: 17.373.040/0001-81

ASSESSOR JURICO

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA

OAB/MT - 15351

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

PRESIDENTE

EQUIPE APOIO

REGIANE LUCAS DOS REIS ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

VALIDADE: 12 (Doze) meses

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº S 348.149SP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441734071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 29/2015 de 6 de fevereiro de 2015, que conduziram o Pregão Presencial nº 03/2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para o fornecimento de Marmitex para atender todas as Secretarias do município de Reserva do Cabaçal-MT, conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 03/2015, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. Foram identificadas as empresa FABIO JUNIO NEGRES, inscrita no CNPJ nº 12.336. 504/0001-57 tendo como seu representante o Sr. Alex Leopoldino Negris cadastrado no RG nº 1683158-6 SSP/MT e no CPF: 011.368.431-24.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS COM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE MARMITEX PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL.

1.1

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 04 MARMITEX					
	LOTE 03				
ITEM	COMIDAS	QUANT	QUANT	V. PESSOA	V. TOTAL
1	Fornecimento de Marmitex	UNID	2.550	R$ 9,80	R$ 25. 000,00
					R$ 25. 000,00

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

OBSERVAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS PARTICIPANTES DOS ITENS ACIMA ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO DE LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 – REGISTRO DE PREÇO.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade do fornecimento do serviço ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste serviço, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos serviços, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.001 – GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADE

(075) 03-001-2.013-3390.30

(078) 03-001-2.013-3390.39

04-SECRETARIA MUNISIPAL DE FINANÇAS

04.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(095) 04-001-2.016-3390.30

(099) 04-001-2.016-3390.39

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(115) 05-001-2.022.3390.30

(118) 05-001-2.022.3390.39

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL)

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(224) 06-002-2.029-3390.30

(227) 06-002-2.029-3390-39

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO INFANTIL)

06.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(288) 06-002-2.043-3390.30

(290) 06-002-2.043-3390.39

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(359) 07-002-2.055-3390.30

(363) 07-002-2.055-3390.39

07 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE (PAB. FIXO)

07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(377) 07-002-2.059-3390.30

(378) 07-002-2.059-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FORLAC. DE VÍNCULO)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(437) 08-002-2.070-3390.30

(439) 08-002-2.070-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(451) 08-002-2.074-3390.30

(454) 08-002-2.074-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (IGD- SUAS)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(457) 08-002-2.094-3390.30

(458) 08-002-2.094-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (PAIF)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(460) 08-002-2.100-3390.30

(463) 08-002-2.100-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (IGD- M)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(465) 08-002-2.101-3390.30

(466) 08-002-2.101-3390.39

08 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FUPIS)

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(468) 08-002-2.104-3390.30

(470) 08-002-2.104-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

10.001- GABINETE DO SECRETÁRIO

(496) 10-001-2.080-3390.30

(498)10-001-2.080-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER

10.002- DIVISÃO DE CULTURA

(506) 10-002-2.084-3390.30

(509) 10-002-2.084-3390.39

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER (DIVISÃO DE ESPORTES)

10.003- DIVISÃO DE ESPORTES

(525) 10-003-2.087-3390.30

(529) 10-003-2.087-3390.39

11- SECRETARIA MUNICIPAL ECONOMICO E AMBIENTAL

11.001- DEPARTAMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

(560) 11-001-2.083-3390.30

(563) 11-001-2.083-3390.39

11 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGMENTOS: ECON. AMBIENTAL

11.002 – DIVISÃO AMBIENTAL

(570)11-002-2.116-3390.30

(572)11-002-2.116-3390.39

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar o fornecimento conforme estipulado na solicitação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso no fornecimento dos serviços somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

9.4 Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preços, a mesma terá que justificar o pedido mediante a apresentação de planilhas detalhadas de custo, acompanhadas dos documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto e/ou matérias-primas da época do Registro de Preços e da aquisição por ocasião do fornecimento, para a devida correção, e etc.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 03/2015 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a oposição primeiramente dos representantes legais e segundamente da pregoeira e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 12 de feveriro de 2015.

TARCISO TERRARI ANA DANIELA DA PAZ

Prefeito Municipal CNPJ nº 11.991.953/0001-85

ASSESSOR JURICO

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA

OAB/MT - 15351

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

PRESIDENTE

EQUIPE APOIO

REGIANE LUCAS DOS REIS ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA

MEMBRO MEMBRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 09/2015, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado nas propostas, a comissão de Licitação ADJUDICOU e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a empresa, MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.082.661/0003-99.

A empresa vencedora fica obrigada a fornecer os serviços do objeto conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 23 de março de 2015.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 19 de março de 2015, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial com Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E FRACIONADAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTIVEIS NA PRAÇA CUIABÁ – MT, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E O GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL.**

Tendo com vencedora a empresa: *MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.082.661/0003-99.*

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de Março de 2015.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE PRORROGAÇÃO PP 006/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.° 006/2015

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, torna público o processo licitatório n.º 007/2015 modalidade Pregão Presencial n.º 006/2015, objetivandoo tendo como objeto o presente tem por objetivo o registro de preço para futura e eventual gêneros alimentícios a serem adquiridos pelas unidades escolares de Ribeirão Cascalheira–MT, noano letivo de 2015. A presente foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal, dia 11 de Março de 2015, Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Nº 584, sexta-feira, 13 de Março de 2015, Página 35, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 12 de Março de 2015 em meio eletrônico (site http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/), marcando nova data para a realização do certame para o dia **07 de Abril de 2015 às 07h30** minutos(horário local), devido não haver interessados em apresentar propostas para o presente certame licitatório**.** Dessa maneira, a Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, informa a quem possa interessar a **PRORROGAÇÃO** da licitação, **sendo republicada no Mural da Prefeitura,** Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônicos dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira deu por encerrada a reunião, fazendo lavrar a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinada pelos demais membros da Equipe de Apoio. Ribeirão Cascalheira – MT, 24 de Março de 2015.

Ribeirão Cascalheira, 24 de Março de 2015.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM, tendo como objeto o Registro de Preços de serviços com confecção e Instalação de Tottens, instalações de postes e fixação de placas, confecção de painéis em lonas de Out – Door, confecção de painéis

em lona e adesivo para sinalização de frotas conforme descrição no Anexo I do Edital. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Antônio João, 156, no dia 07/04/2015 as 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3415 1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 23 de março de 2015.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 019/GABINETE DA PREFEITA/2015

Proc. nº : 598/2007-GABINETE DO PREFEITO.

Ref. : **Concessão para exploração de serviços de transporte individual de passageiros – "TAXI"**

Concessionário: FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS

Contrato : Nº 28/2007-PGM/GAB

Assunto : Denúncia de falta de exploração dos serviços; abandono; processo de revogação da concessão; devido processo legal; direito de defesa.

I – DOS FATOS:

Trata-se de procedimento administrativo de natureza disciplinar com esteio no Código Disciplinar aplicável aos prestadores dos serviços de transporte de passageiros individuais no Município (Decr. Nº 113/GAB/PMR, de 24/08/2006 e Lei Ordinária nº 80, de 4/05/2005) e destinado a verificação de inobservância de obrigações legais pelo concessionário, notadamente o cometimento da infração de paralisação dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na alínea "d", do Anexo VI do Dec. Nº 113/2006/GAB/PMR atribuída ao concessionário Sr. Francisco Antonio dos Santos nos termos da denúncia acostada de fls. 23.

O procedimento se iniciou em razão de denúncia formulada pelo gestor municipal de fiscalização na data de 09/08/2013, dando conta da suposta infração relativa ao abandono dos serviços pelo concessionário desde o ano de 2008, conforme documento de fl. 23.

Ouvido o órgão jurídico, parecer de fls. 56/61, foi instaurado por ato prefeitural o processo disciplinar, em conformidade com o ato administrativo nº 026/GAB/PMR/2014 de folhas 65/66 (publ. No J.O.M-AMM, Ano IX, nº 1953, de 15/04/2014, p. 170/171 – fl. 67/68).

Estabelecendo o contraditório e a ampla a defesa, pessoalmente o concessionário foi citado, via Correios com aviso de recebimento, conforme AR de fl. 71, juntado aos autos no dia 05/05/2014, sendo que, apresentou sua defesa por intermédio de advogado constituído (procuração de fls. 76), conforme petição acostada de fls. 72/75, datada de 06/10/2014 e docs., de fls.76/79.

Parecer do órgão jurídico analisando os fundamentos da defesa apresentada pela concessionária acostado de fls. 80/83.

II – DO DECISUM:

A vista da garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, nota-se, nestes autos, outrora destinados ao registro do contrato administrativo da concessão, que o mesmo foi aproveitado, na sequência – Fls.23/83, para o deslinde do processo administrativo disciplinar visando a "revogação" da outorga, ou seja do "Termo de Concessão para exploração de Serviços Públicos de Transporte Individual de Passageiros – TAXI", conforme doc. de fls.08.

Perfeitamente cabível o expediente tomado, visto que cumpriu o princípio norteador da instrumentalidade do processo administrativo, da celeridade e da eficiência administrativa, sem abrir mão no outro viés, do assegurамento do contraditório e ampla defesa pelo requerido.

A denúncia (fls. 23) dando conta da paralisação irregular dos serviços por parte do concessionário, exarada pela Ex.Sª. Secretária Geral de Arrecadação e Tributos, nomeada pelo Decreto n° 765/GAB/PMR/2013, pode e deve ser entendida como "proveniente do gestor municipal responsável pela fiscalização dos serviços" na forma do Art. 44 do Decreto nº 113/GAB/PMR, de 24 de agosto de 2006 (Regulamento dos Serviços de "Taxi").

O concessionário, ora requerido, foi validamente citado, via AR, conforme determina o art.52, inciso I do Decreto n° 113/06, na data de 05/05/2014 e juntado na mesma data aos autos, conforme fls.71.

À exegese dos arts.52, 53, inciso "II" e 47 do Decreto n° 113/GAB/PMR, o prazo para o concessionário oferecer sua resposta de defesa seria de 20 (vinte) dias, pelo que se encerraria, portanto, no dia 26/05/2014.

O requerido, através de advogado regularmente constituído, interpôs petição de defesa, datada do dia 06/10/2014, com juntada de docs., às fls. 72/79, tendo a mesma sido juntada aos autos na data de 31/10/2014, conforme certificação de fls.79-verso.

De toda sorte, mesmo considerando a data de elaboração, verifica-se a extemporaneidade da apresentação da defesa, visto que elaborada em 06/10/2014 e juntada aos autos em 31/10/2014, portanto aproximadamente 04 (quatro) meses após o vencimento do prazo.

Privilegiando a elucidação e a verdade dos fatos, mesmo assim, a defesa foi recebida pelo Procurador-Geral (certidão no verso da fl. 79),tendo na sequencia, se manifestado por intermédio do parecer jurídico de fls.80/83.

No mérito, tecidas sua considerações, opinou ao final, pela revogação da concessão de serviço público referente a exploração de transporte individual de passageiros-TAXI, ou seja, pela revogação do termo configurado no doc. de fl.08.

Analisando mais detidamente os autos, embora não apontado pela d. Procuradoria Geral do Município á época da Adjudicação/Homologação da Concorrência Pública n° 002/2006 e formalização do Contrato Administrativo n° 28/2007e tampouco agora, nos pareceres de fls. 56/61 e 80/83, ouso adentrar na interpretação dos arts.2°, inciso II e art.4°, inciso II,§ 1° da Lei n° 80/2005.

Verifica-se pois, especificamente nos artigos supramencionados, que o legislador condicionou e conceitou a permissão para o serviço de transporte individual de passageiros á "pessoa física, motorista profissional autônomo, portador de CNH categoria profissional, considerado para efeitos desta lei o motorista assim considerado na forma e nas condições estabelecidas na legislação federal".

Pois bem, a legislação federal a que se alude o §1° da Lei n° 80/2005, pela lógica, deve ser considerada a Lei n° 9.503/097 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, além das Resoluções do CONTRAN/DENATRAN.

Logo, para o exercício da atividade de motorista profissional, a CNH do codutor, no campo "Observações" deve consignar,obrigatoriamente, a sigla "EAR - Exerce Atividade Remunerada".

O motorista profissional que conduza veículo sem comunicar o fato ao órgão estadual/ local do DETRAN comete as infrações do art.61 e 241 do CTB.

Analisando o campo "Observações" nas cópias da CNH do requerido, juntada à época às fls.14 e agora às fls.77, pode-se observar, que desde outrora o requerido não estava conceituado e enquadrado como "motorista profissional" o que impedira por si só, a outorga concedida. Concedida como foi, fora realizada em desacordo com a legislação, maculando-a desde o início, revestindo-a do caráter da ilegalidade.

Pesa ainda, em desfavor do requerido, o fato da paralisação irregular dos serviços remontar aos idos do ano de 2008, portanto, há quase 07 (sete) anos.

O simples pagamento de taxas administrativas, conforme alegado pelo requerido em sua defesa não pode ter o condão de justificar a paralisação, posto que é notório e público que o requerido não prestou os serviços a que detinha a concessão, prejudicando toda população, beneficiária direta dos serviços públicos que se comprometeu a executar.

Portanto, considerando o prescrito no art. 117 da LOM que diz: "O Município retomará os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com a lei, ato ou contrato.

Considerando que a conduta do requerido/concessionário se amolda às hipóteses punitivas, capitaneadas no art.24, inciso V da Lei n° 80/2005 – cassação de concessão ou permissão; no art.31, inciso VI do Decreto Regulamentador n° 113/2006 – revogação da permissão c/c a alínea "d" do seu Anexo VI e na infringência á cláusula 6.1.3 e 6.1.4 do Contrato n° 28/2007.

Considerando tudo mais que consta nos auto, com fulcro ainda no art.33 do Decreto n° 113/2006 e sem prejuízo dos demais poderes a mim investidos na forma da Lei Orgânica do Município de Rondolândia, DETERMINO:

a) A rescisão unilateral do contrato, com fulcro na cláusula 6.3 do Contrato Administrativo n° 28/2007, com supedâneo nos arts.77, 78 e 79, inciso I da Lei n° 8.666/93;

b) A cassação e via de consequência, a revogação do " Termo de Concessão para Exploração de Serviços Públicos de Transporte Individual de Passageiros-Taxi", CM n° 0001 de 14 de Setembro de 2007;

c) A aplicação da penalidade ao requerido/concessionário, prevista no inciso III do art.87 da Lei n° 8.666/93;

d) A citação do requerido/concessionário a ser promovida pela SEGAT, para na forma do CTM e demais normas e regulamentos vigentes, recolher o valor consignado na DAM n° 2478, devidamente atualizado, sob pena de inscrição futura em dívida ativa.

È a decisão.

Faça-se as publicações exigidas em lei.

Rondolândia/MT, 10 de Fevereiro de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 018/GABINETE DA PREFEITA/2015

Proc. nº : 599/2007-GABINETE DO PREFEITO.

Ref. : **Concessão para exploração de serviços de transporte individual de passageiros – "TAXI"**

Concessionário : ROSILENE ALVES RAMOS

Contrato : Nº 29/2007-PGM/GAB

Assunto : Denúncia de falta de exploração dos serviços; abandono; processo de revogação da concessão; devido processo legal; direito de defesa.

I – DOS FATOS:

Trata-se de procedimento administrativo de natureza disciplinar com esteio no Código Disciplinar aplicável aos prestadores dos serviços de transporte de passageiros individuais no Município (Decr. Nº 113/GAB/PMR, de 24/08/2005 e Lei Ordinária nº 80, de 4/05/2005) e destinado a verificação de inobservância de obrigações legais pelo concessionário, notadamente o cometimento da infração de paralisação dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na alínea "d", do Anexo VI do Dec. Nº 113/2006/GAB/PMR atribuída ao concessionário Sr. Rosilene Alves Ramos nos termos da denúncia acostada de fls. 23.

O procedimento se iniciou em razão de denúncia formulada pelo gestor municipal de fiscalização na data de 09/08/2013, dando conta da suposta infração relativa ao abandono dos serviços pela concessionária desde o ano de 2008, conforme documento de fl. 23.

Ouvido o órgão jurídico, parecer de fls. 56/61, foi instaurado por ato prefeitural o processo disciplinar, em conformidade com o ato administrativo nº 025/GAB/PMR/2014 de folhas 65/66 (publ. No J.O.M-AMM, Ano IX, nº 1953, de 15/04/2014, p. 170 – fl. 67).

Estabelecendo o contraditório e a ampla a defesa, pessoalmente o concessionário foi citado, via Correios com aviso de recebimento, conforme AR de fl. 70, juntado aos autos no dia 05/05/2014 sendo que, apresentou sua defesa por intermédio de advogado constituído (procuração de fls. 75), conforme petição acostada de fls. 71/74, datada de 06/10/2010 e docs. De fls.76/77.

Parecer do órgão jurídico analisando os fundamentos da defesa apresentada pela concessionária acostado de fls. 78/81.

II – DO DECISUM:

A vista da garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, nota-se, nestes autos, outrora destinados ao registro do contrato administrativo da concessão, que o mesmo foi aproveitado, na sequência – Fls. 23/81, para o deslinde do processo administrativo disciplinar visando a "revogação" da outorga, ou seja do "Termo de Concessão para exploração de Serviços Públicos de Transporte Individual de Passageiros – TAXI", conforme doc. de fls.08.

Perfeitamente cabível o expediente tomado, visto que cumprio o princípio norteador da instrumentalidade do processo administrativo, da celeridade e da eficiência administrativa, sem abrir mão no outro viés, do asseguramento do contraditório e ampla defesa pela requerida.

A denúncia (fls. 23) dando conta da paralisação irregular dos serviços por parte do concessionário, exarada pela Ex.Sª.Secretária Geral de Arrecadação e Tributos, nomeada pelo Decreto n° 765/GAB/PMR/2013, pode e deve ser entendida como "proveniente do gestor municipal responsável pela fiscalização dos serviços" na forma do Art. 44 do Decreto nº 113/GAB/PMR, de 24 de agosto de 2006 (Regulamento dos Serviços de "Taxi").

O concessionário, ora requerido, foi validamente citado, via AR, conforme determina o art.52, inciso I do Decreto n° 113/06, na data de 05/05/2014, juntado na mesma data aos autos, conforme fl.70.

À exegese dos arts. 52, 53, inciso "II" e 47 do Decreto n° 113/GAB/PMR, o prazo para o concessionário oferecer sua resposta de defesa seria de 20 (vinte) dias, pelo que se encerraria, portanto, no dia 26/05/2014.

O requerido, através de advogado regularmente constituído, interpôs petição de defesa, datada do dia 06/10/2014, com juntada de docs., às fls. 71/77, tendo a mesma sido juntada aos autos na data de 31/10/2014, conforme certificação de fls.77-verso.

De toda sorte, mesmo considerando a data de elaboração, verifica-se a extemporaneidade da apresentação da defesa, visto que elaborada em 06/10/2014 e juntada aos autos em 31/10/2014, portanto aproximadamente 04 (quatro) meses após o vencimento do prazo.

Privilegiando a elucidação e a verdade dos fatos, mesmo assim, a defesa foi recebida pelo Procurador-Geral (certidão no verso da fl. 77), tendo na sequencia, se manifestado por intermédio do parecer jurídico de fls.80/83.

No mérito, tecidas sua considerações, opinou ao final, pela revogação da concessão de serviço público referente a exploração de transporte individual de passageiros-TAXI, ou seja, pela revogação do termo configurado no doc. de fl.08.

Analisando mais detidamente os autos, embora não apontado pela d.Procuradoria Geral do Município á época da Adjudicação/Homologação da

Concorrência Pública n° 002/2006 e formalização do Contrato Administrativo n° 28/2007e tampouco agora, nos pareceres de fls. 56/61 e 80/83, ouso adentrar na interpretação dos arts.2°, inciso II e art.4°, inciso II,§ 1° da Lei n° 80/2005.

Verifica-se pois, especificamente nos artigos supramencionados, que o legislador condicionou e conceitou a permissão para o serviço de transporte individual de passageiros á "pessoa física, motorista profissional autônomo, portador de CNH categoria profissional, considerado para efeitos desta lei o motorista assim considerado na forma e nas condições estabelecidas na legislação federal".

Pois bem, a legislação federal a que se alude o §1° da Lei n° 80/2005, pela lógica, deve ser considerada a Lei n° 9.503/097 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, além das Resoluções do CONTRAN/DENATRAN.

Logo, para o exercício da atividade de motorista profissional, a CNH do condutor, no campo "Observações" deve consignar, obrigatoriamente, a sigla "EAR - Exerce Atividade Remunerada".

O motorista profissional que conduza veículo sem comunicar o fato ao órgão estadual/ local do DETRAN comete, ainda, as infrações do art.61 e 241 do CTB.

Neste quesito, prejudicada a análise da legalidade da concessão, visto que não se encontram nos autos, cópia da CNH da requerida/concessionária para fins de averiguação do cumprimento do expediente acima.

Pesa ainda, em desfavor da requerida, o fato da paralisação irregular dos serviços remontar aos idos do ano de 2008, portanto, há quase 07 (sete) anos.

O simples pagamento de taxas administrativas, conforme alegado pela requerida em sua defesa não pode ter o condão de justificar a paralisação, posto que é notório e público que a requerida não prestou os serviços a que detinha a concessão, prejudicando toda população, beneficiária direta dos serviços públicos que se comprometeu a executar.

Portanto, considerando o prescrito no art. 117 da LOM que diz: "O Município retomará os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com a lei, ato ou contrato.

Considerando que a conduta da requerida/concessionária se amolda às hipóteses punitivas, capitaneadas no art.24, inciso V da Lei n° 80/2005 – cassação de concessão ou permissão; no art.31, inciso VI do Decreto Regulamentador n° 113/2006 – revogação da permissão c/c a alínea "d" do seu Anexo VI e na infringência á cláusula 6.1.3 e 6.1.4 do Contrato n° 29/2007.

Considerando tudo mais que consta nos auto, com fulcro ainda no art.33 do Decreto n° 113/2006 e sem prejuízo dos demais poderes a mim investidos na forma da Lei Orgânica do Município de Rondolândia, DETERMINO:

a) A rescisão unilateral do contrato, com fulcro na cláusula 6.3 do Contrato Administrativo n° 29/2007, com supedâneo nos arts.77, 78 e 79, inciso I da Lei n° 8.666/93;

b) A cassação e via de consequência, a revogação do "Termo de Concessão para Exploração de Serviços Públicos de Transporte Individual de Passageiros-Taxi", CM n° 0003 de 14 de Setembro de 2007;

c) A aplicação da penalidade ao requerido/concessionário, prevista no inciso III do art.87 da Lei n° 8.666/93;

d) A citação do requerido/concessionário a ser promovida pela SEGAT, para na forma do CTM e demais normas e regulamentos vigentes, recolher o valor consignado na DAM n° 2477, devidamente atualizado, sob pena de inscrição futura em dívida ativa.

É a decisão.

Faça-se as publicações exigidas em lei.

Rondolândia/MT, 10 de Fevereiro de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.067/GAB/PMR/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015

PODER EXECUTIVO

"Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Município de Rondolândia-MT, o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e revoga as disposições em contrário."

BETT SABAH SILVA MARINHO, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando a necessidade de regulamentar, em âmbito municipal, o Sistema de Registro de Preços, previsto no art.15 da Lei n° 8.666;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º . As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º . Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP : conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços – ARP: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III – Órgão(s) Gerenciador(es) : órgão(s) ou entidade(s) da administração pública municipal, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV – Órgão(s) Participante(s): secretaria(s) municipal(is), órgão(s) ou entidade(s) da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra(m) a ata de registro de preços; e

V – Detentora: empresa declarada vencedora, com a melhor proposta ofertada, a qual será detentora do registro dos preços consignados na ARP, com direito de preferência à assinatura da mesma.

VI – Detentora Reserva: empresa que aceita a condição de integrar e registrar seus preços na ARP sob o mesmo quantitativo e valores da Detentora, para formação de cadastro reserva, podendo ser convocada caso ocorra a rescisão da ARP originalmente da Detentora.

Art. 3º . O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO(S) ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES)

Art. 4º. Caberá ao(s) órgão(s) gerenciador(es), a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

§ 1°. Caberá ao Departamento de Licitação o gerenciamento quanto ao aspecto operacional, assim compreendido:

I - consolidar as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos memorandos, termos de referência ou projetos básicos encaminhados pelo(s) participante(s), ou pela contratante, para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

IV - realizar o procedimento licitatório;

V - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

§ 2°. Caberá à Procuradoria Geral do Município, o gerenciamento quanto ao aspecto jurídico, assim compreendido:

I – auxiliar o fiscal da ata ou fiscal do contrato;

II – receber o relatório do fiscal da ata ou do fiscal do contrato, quando estes versarem sobre irregularidades ou descumprimento do pactuado e promover, de ofício, os atos preparatórios para aplicação das penalidades decorrentes, garantindo a ampla defesa e o contraditório;

III – promover, garantida a ampla defesa e o contraditório, os atos punitivos administrativo/disciplinares, decorrentes de infrações cometidas no procedimento licitatório;

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador, via memorando, de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I – assinar e tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO V

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2o Na licitação para registro de preços será necessário indicar a dotação orçamentária.

Art. 7º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 11;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, a cada 03(três) meses.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por local, de modo que aos preços sejam acrescidos os custos variáveis do deslocamento.

§ 3º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do Município de Rondolândia ou pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 9°. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, figurando-se como detentores reserva.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata, o registro do(s) licitante(s) que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, para formação de "cadastro reserva".

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 19 e 20.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva e;

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 4º. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 12 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts 19 e 20.

Art. 11. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VII

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos incisos I e II do art. 10, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão contratante ou participantes interessados, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art.21. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º . Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o(s) órgão(s) gerenciador(es) da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º . Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º . As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º . O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços que não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º . Compete ao órgão não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Art.22º. É permitida, aos órgãos e entidades da administração direta municipal, a adesão ata de registro de preços de órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou federal.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23. As atas de registro de preços vigentes, decorrentes de certames realizados sob a vigência do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001 e Decreto Municipal, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 24 de Março de 2015. Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 017/GABINETE DA PREFEITA/2015

Proc. nº : 597/2007-GABINETE DO PREFEITO.

Ref. : **Concessão para exploração de serviços de transporte individual de passageiros – "TAXI"**

Concessionário: JOSÉ FELIPE FERREIRA

Contrato : Nº 27/2007-PGM/GAB

Assunto : Denúncia de falta de exploração dos serviços; abandono; processo de revogação da concessão; devido processo legal; direito de defesa.

I – DOS FATOS:

Trata-se de procedimento administrativo de natureza disciplinar com esteio no Código Disciplinar aplicável aos prestadores dos serviços de transporte de passageiros individuais no Município (Decr. Nº 113/GAB/PMR, de 24/08/2006 e Lei Ordinária nº 80, de 4/05/2005) e destinado a verificação de inobservância de obrigações legais pelo concessionário, notadamente o cometimento da infração de paralisação dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na alínea "d", do Anexo VI do Dec. Nº 113/2006/GAB/PMR atribuída ao concessionário Sr. José Felipe Ferreira.

O procedimento se iniciou em razão de denúncia formulada pelo gestor municipal de fiscalização na data de 09/08/2013, dando conta da suposta infração relativa ao abandono dos serviços pelo concessionário desde o ano de 2008, conforme documento de fl. 19.

Ouvido o órgão jurídico, parecer de fls. 53/58, foi instaurado por ato prefeitural o processo disciplinar, em conformidade com o ato administrativo nº 024/GAB/PMR/2014 de fls. 64, publicado no J.O.M-AMM, Ano IX, nº 1953, de 15/04/2014, p. 170.

Estabelecendo o contraditório e a ampla a defesa, primeiramente, o concessionário foi citado, via postal – CORREIOS - com aviso de recebimento, conforme AR de fls. 65/66.

Restando frustrada a citação postal - via AR, através do Despacho de Expediente – Gabinete da Prefeita, de fls.67, fora determinada a citação pessoal do concessionário, com a consequente expedição do Mandado de Citação n° 001/GAB/PMR/2015, a qual também restou infrutífera, conforme de depreende da Certidão de fls. 69/70 , de lavra do servidor designado para o ato,Sr. Diones Tamarossi.

Prosseguindo-se, fora realizada a citação – Via Edital, publicado no Jornal Oficial do Município, no órgão da agência do Detran local e no Quadro de aviso e publicações da Prefeitura Municipal de Rondolândia, conforme se depreende ás fls.71/76.

II – DO DECISUM:

A vista da garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, nota-se, nestes autos, outrora destinados ao registro do contrato administrativo da concessão, que o mesmo foi aproveitado, na sequência – Fls.19/76, para o deslinde do processo administrativo disciplinar visando a "revogação" da outorga, ou seja do "Termo de Concessão para exploração de Serviços Públicos de Transporte Individual de Passageiros – TAXI – CM n° 004", conforme doc. de fls.08.

Perfeitamente cabível o expediente tomado, visto que cumpriu o princípio norteador da instrumentalidade do processo administrativo, da celeridade e da eficiência administrativa, sem abrir mão no outro viés, do assegurамento do contraditório e ampla defesa pelo requerido.

A denúncia (fls. 19) dando conta da paralisação irregular dos serviços por parte do concessionário, exarada pela Ex.Sª. Secretária Geral de Arrecadação e Tributos, nomeada pelo Decreto n° 765/GAB/PMR/2013, pode e deve ser entendida como "proveniente do gestor municipal responsável pela fiscalização dos serviços" na forma do Art. 44 do Decreto nº 113/GAB/PMR, de 24 de agosto de 2006 (Regulamento dos Serviços de "Taxi").

Analisando mais detidamente os autos, embora não apontado pela d. Procuradoria Geral do Município à época da Adjudicação/Homologação da Concorrência Pública n° 002/2006 e formalização do Contrato Administrativo n° 28/2007e tampouco agora, nos pareceres de fls. 56/61 e 80/83, ouso adentrar na interpretação dos arts.2°, inciso II e art.4°, inciso II,§ 1° da Lei n° 80/2005.

Verifica-se pois, especificamente nos artigos supramencionados, que o legislador condicionou e conceituou a permissão para o serviço de transporte individual de passageiros á "pessoa física, motorista profissional autônomo, portador de CNH categoria profissional, considerado para efeitos desta lei o motorista assim considerado na forma e nas condições estabelecidas na legislação federal".

Pois bem, a legislação federal a que se alude o §1° da Lei n° 80/2005, pela lógica, deve ser considerada a Lei n° 9.503/097 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, além das Resoluções do CONTRAN/DENATRAN.

Logo, para o exercício da atividade de motorista profissional, a CNH do condutor, no campo "Observações" deve consignar, obrigatoriamente, a sigla "EAR - Exerce Atividade Remunerada".

O motorista profissional que conduza veículo sem comunicar o fato ao órgão estadual/ local do DETRAN comete as infrações do art.61 e 241 do CTB.

Analisando o campo "Observações" nas cópias da CNH do requerido, juntada à época às fls.14 e agora às fls.77, pode-se observar, que desde outrora o requerido não estava conceituado e enquadrado como "motorista profissional" o que impedira por si só, a outorga concedida. Concedida como foi, fora realizada em desacordo com a legislação, maculando-a desde o início, revestindo-a do caráter da ilegalidade.

Pesa ainda, em desfavor do requerido, o fato da paralisação irregular dos serviços remontar aos idos do ano de 2008, portanto, há quase 07 (sete) anos.

Ao concessionário, ora requerido, foram dada todas as oportunidades de defesa,posto que foram realizadas e esgotadas todos os meios legais e possíveis para vim a citá-lo para que se manifestasse contra a denuncia ora formulada, sendo todas as tentativas frustradas/infrutíferas.

Em face da inação do concessionário/requerido ante todas as tentativas de citação realizadas e prosseguindo nos autos com azo no princípio da legalidade e da eficiência processual/administrativa, forçoso é o reconhecimento dos efeitos da revelia em seu desfavor.

Logo, tomo como verdadeiros os fatos articulados na denuncia acostada aos autos – paralisação injustificada por mais de 30 (trinta) dias – e nesse sentido reconheço seus efeitos.

Considerando também o prescrito no art. 117 da LOM que diz: "O Município retomará os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com a lei, ato ou contrato.

Considerando que a conduta do requerido/concessionário se amolda às hipóteses punitivas, capitaneadas no art.24, inciso V da Lei n° 80/2005 – cassação de concessão ou permissão; no art.31, inciso VI do Decreto Regulamentador n° 113/2006 – revogação da permissão c/c a alínea "d" do seu Anexo VI e na infringência á cláusula 6.1.3 e 6.1.4 do Contrato n° 27/2007.

Considerando tudo mais que consta nos auto, com fulcro ainda no art.33 do Decreto n° 113/2006 e sem prejuízo dos demais poderes a mim investidos na forma da Lei Orgânica do Município de Rondolândia, DETERMINO:

a) A rescisão unilateral do contrato n° 27/2007, com fulcro na sua cláusula 6.3, e com supedâneo nos arts.77, 78 e 79, inciso I da Lei n° 8.666/93;

b) A cassação e via de consequência, a revogação do " Termo de Concessão para Exploração de Serviços Públicos de Transporte Individual de Passageiros-Taxi", CM n° 0004 de 14 de Setembro de 2007;

c) A aplicação da penalidade ao requerido/concessionário, prevista no inciso III do art.87 da Lei n° 8.666/93;

d) A citação do requerido/concessionário a ser promovida pela SEGAT, para na forma do CTM e demais normas e regulamentos vigentes, recolher o valor consignado na DAM n° 2479, devidamente atualizado, sob pena de inscrição futura em dívida ativa.

É a decisão.

Faça-se as publicações exigidas em lei.

Rondolândia/MT, 10 de Fevereiro de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PORTARIA 041 - 2015

PORTARIA 041/2015

De 24 de Março de 2.015

"Dispõe sobre nova redação da Portaria 034/2015, e da outras providencias".

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, o Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica concedida a licença premio por assiduidade as servidoras abaixo relacionadas nos termos do artigo 46 e seguintes da Lei Municipal 1.243/2011, da forma que abaixo segue:

Nome	Função	Período	Saída	Retorno
Darci Nogueira Neponuceno	Professora	2009/2013	01.02.2015	30.04.2015
Dulceneia Lourdes P. de Camargo	Professora	2005/2009	02.03.2015	02.06.2015
Erdinete F. da Silva	Professora	2009/2013	02.02.2015	02.05.2015
Gisele Humberta Coringa	Merendeira	2007/2012	16.02.2015	16.05.2015
Nilceia G. Nunes	Merendeira	2007/2012	01.03.2015	01.06.2015
Joselina Maria de Santana	Merendeira	2007/2012	02.03.2015	02.05.2015
Vera Regina da Cruz	Merendeira	2003/2008 e 2009/2013	02.02.2015	02.07.2015
Vilma Noêmia de Almeida	Merendeira	2003/2008 e 2009/2013	02.02.2015	02.07.2015

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 3º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 24 de março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PORTARIA 040 - 2015

PORTARIA 040/2015

DE 24 DE MARÇO DE 2.015

"Dispõe sobre a nomeação de Coordenador(a) em Escolas Municipais, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado(a) para a função de Coordenador(a) da Escola Municipal de Ensino Fundamental da Raizama, a seguinte pessoa:

a)Maria Paulina de Freitas;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 24 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 03/2015

CONTRATO Nº 03/2015 – CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OSTE/MT E A EMPRESA JUSSEMAR REBULI PINTO-ME.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA INFORMATIZADA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO.

VALOR –R$ 57.900,00 (CINQUENTA E SETE MIL E NOVECENTOS REAIS)

;

VIGÊNCIA – 12 (DOZE) MESES;

DATA – 19 DE MARÇO DE 2015;

ASSINAM – BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, E A EMPRESA JUSSEMAR REBULI PINTO-ME.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 019/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Lote", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E SELV SERVICE), SALGADOS E BOLOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT**, PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:30 horas, do dia 08/04/2015 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 24 de Março de 2015.

Andreia Viviane Souza de Almeida,

Pregoeira Oficial

PORTARIA 042 - 2015

PORTARIA 042/2015

De 24 de Março de 2.015

“Dispõe elevação nível/classe de profissionais da área da educação, lotados na Secretaria Municipal de Educação, e da outras providencias”.

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica determinado, nos termos da Lei Municipal 1.243 de 28 de Junho de 2.011, que prevê o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Rosário Oeste – MT, a elevação de nível/classe dos profissionais abaixo relacionados, que passarão a se enquadrar nos seguintes termos:

NOME	CLASSE	NIVEL
Dulcineia Lourdes P. Camargo	C	X
Egislaine Batista de Almeida	C	VI
Guiomar da Cruz Messias	C	VI
Idejane de França	C	VI
Josiane Boabaid de Brito	C	IV
Maria Paulina de Freitas	C	VI
Rosidelma Ferreira da Costa	C	X
Tânia Conrado da Costa	C	X
VAldineia Ferreira da Silva	B	VI
Vardina Maria de Arruda	C	VII
Valdirene Cardoso de Moraes	C	X
Zélia Lucia Lima	C	VI
Rosemeyre Dias F. Souza	C	VI

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 24 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO TP 003/2015

AVISO REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: *TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015*

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: **“Construção da QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, na Escola Municipal Simão Bororó no município de Salto do Céu – MT”, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro e Minuta de Contrato em anexo.**

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00-min,** do dia **10/04/2015**.

LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 24 de Março de 2015.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

PORTARIA Nº 051/2015

PORTARIA Nº 051/2015

DATA: 23 de Março de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 083/2014 e designa novo **FISCAL** do Contrato Nº 009/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º- Fica designando ao Sr. **EMERSON ROGERIO DA SILVA**, como FISCAL e ao Sr. *ELEANDRO JOSÉ KLEIN* como suplente do contrato Nº 009/2014, firmado com a empresa **W. S. KATSUYAMA – ME,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÕES DE CONSULTAS, CAMPANHAS DE PREVENÇÃO, VISITAS DOMICILIARES E PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DE EQUIPE, LOTADO O (ESF) ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, para atendimento a Secretaria de Saúde, no município de Santa Carmem.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Nº 083/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 23 de Março de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COMBUSTÍVEL NA PRAÇA DE CUIABA PARA ATENDIMENTO DE VEÍCULO PRESTADOR DE SERVIÇO A ESTE MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

PREÂMBULO

No dia 24 de Março de 2015, às 10:30 horas (horário Brasília), reuniram-se na sala de licitação, na sede da prefeitura Municipal de Santa Carmem a Pregoeira e Equipe de apoio, composta por MARCELI SALETE TAFAREL, PAULA REJANE WEBER E MAICON ODAIR DA SILVA,designada pela portaria 008/2015 do dia 12 de janeiro de 2015. Aberta a sessão e decorrido o tempo mínimo de 30 minutos, nenhum interessado em participar do certame apresentou-se.

Constatada a ausência de interessados, a Pregoeira comunicou o encerramento do credenciamento e declarou a licitação DESERTA.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela Presidente e equipe de apoio.

Santa Carmem/MT, 24 de março de 2015.

ASSINAM:

PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

_____

Marceli S. Tafarel

Pregoeira

_____

Paula Rejane Weber

Equipe de apoio

_____

Maicon Odair da Silva

Equipe de apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 065/2015

PORTARIA N.º 065/2015.

DATA: 24 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: Retifica o Art. 2º da Portaria nº 039 de 10 de março de 2. 015, que dispõe sobre a averbação de tempo de serviço da servidora SUELI MARTINELLI TABORDA, e dá outras providências.

O SR. HUGO GARCIA SOBRINHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, e

Considerando o artigo 72 a 75 da Lei Complementar nº. 040 de 2012 de 06 de Março, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras dos Vencimentos dos Profissionais da Educação.

R E S O L V E:

ART. 1° - Averbar o tempo de serviço, conforme Processo Administrativo de averbação do Tempo de Contribuição nº 001/2014 em favor da servidora Srª. SUELI MARTINELLI TABORDA, efetiva no cargo de professora, portadora do RG n.º 497407 SSP/MT e do CPF n.º 482.249.871-91.

ART. 2º - Retifica o período averbado de 5.456 dias, correspondendo a 14 anos, 10 meses e 21 dias, para 5.336 dias, correspondendo a 14 anos, 07 meses e 22 dias, devido o período concomitante com o concurso público de 04/07/2002 a 30/09/2002.

ART. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE MARÇO DE 2015.

HUGO GARCIA SOBRINHO

Certifico que esta Portaria foi registrada e publicada por afixação no mural da UG e no Diário da AMM.
BRUNO LAPENNA GARCIA
Secretário Municipal Administração
Decreto nº 030/2010

Prefeito Municipal

FINANCEIRO
ANEXO 6

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
01	LEGISLATIVA	7,73	875,41		883,14
01 031	ACAO LEGISLATIVA	7,73	875,41		883,14
01 031 0001	APOIO NAS ACOES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	7,73	875,41		883,14
01 031 0001 1001	REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS/SELETIVOS				
01 031 0001 1002	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	7,73			7,73
01 031 0001 1003	REF E AMPLIACAO DA CAMARA MUNICIPAL				
01 031 0001 2001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS		853,93		853,93
01 031 0001 2002	PARTICIPACAO EM CONGRESSOS, SIMPOSIOS E SEMINARIOS		21,47		21,47
01 031 0001 2003	HOMENAGENS E CERIMONIAS LEGISLATIVAS				
01 031 0001 2004	CONTRATACAO DE ALUGUEIS E SEGURAS				
01 031 0001 2005	DIVULG DO ATOS OFICIAIS ADM DO LEGISLATIVO				
	TOTAL	7,73	875,41		883,14

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 02 GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
02	JUDICIARIA		140,09		140,09
02 061	ACAO JUDICIARIA		140,09		140,09
02 061 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		140,09		140,09
02 061 0004 2008	MANUT DAS ATIV DA ASSES JURIDICA		140,09		140,09
04	ADMINISTRACAO	9,12	502,82		511,95
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	0,55	375,12		375,67
04 122 0003	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,55			0,55
04 122 0003 1004	CONSTRUIR NOVO COMPLEXO ABRIGAR O PACO MUNICIPAL				
04 122 0003 1005	EQUIPAR E ESTRUTURAR O PACO MUNICIPAL	0,55			0,55
04 122 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		375,12		375,12
04 122 0004 2007	MANUT DAS ATIV DO GAB DO PREFEITO		375,12		375,12
04 124	CONTROLE INTERNO		69,27		69,27
04 124 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		69,27		69,27
04 124 0004 2009	MANUT DAS ATIV DA CONTROLADORIA INTERNA		69,27		69,27
04 131	COMUNICACAO SOCIAL	8,57	58,42		67,00
04 131 0003	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	8,57			8,57
04 131 0003 1006	FORT ACOES FISCALIZATORIAS, OUVIDORIA				
04 131 0003 2006	PUBLICACAO E DIVULG DOS ATOS OFIC DO EXECUTIVO	8,57			8,57
04 131 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		58,42		58,42
04 131 0004 2010	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA		58,42		58,42
	TOTAL	9,12	642,91		652,04

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 03 SECRETARIA DE GESTAO E PLANEJAMENTO - SAGESP

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	47,99	1.072,70		1.120,70
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	47,30	1.072,70		1.120,01
04 122 0005	GESTAO E MANUT DA SEC MUNIC DE GESTAO E PLANEJAMEN	47,30	1.072,70		1.120,01
04 122 0005 1007	AQUISICAO DE EQUIP MOVEIS E UTENSILIOS	24,91			24,91
04 122 0005 1008	REGULARIZACAO/REGISTRO DE AREAS PUBLICAS				
04 122 0005 1009	AQUISICAO DE VEICULOS E MOTOS				
04 122 0005 1010	AQUIS E DESAPROP DE IMOVEL	21,26			21,26
04 122 0005 1011	CRIACAO E ESTRUTURACAO DO PROCON MUNICIPAL	1,12			1,12
04 122 0005 1013	REF ADM PCCV, CONC PUBLICO, TESTE SELETIVO				
04 122 0005 2011	MANUTENCAO E ENC DA SEC GESTAO E PLANEJAMENTO		1.051,17		1.051,17
04 122 0005 2012	MANUTENCAO DO CONVENIO COM CARTORIO ELEITORAL				
04 122 0005 2013	MANUT DA JUNTA DE SERVICO MILITAR - JSM		4,89		4,89
04 122 0005 2014	MANUTENCAO COM DEPTO DE TRANSITO - DETRAN		11,44		11,44
04 122 0005 2015	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROCON		5,19		5,19
04 128	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,68			0,68
04 128 0005	GESTAO E MANUT DA SEC MUNIC DE GESTAO E PLANEJAMEN	0,68			0,68
04 128 0005 1012	REALIZAR CAPACITACAO DE SERVIDORES	0,68			0,68
	TOTAL	47,99	1.072,70		1.120,70

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 04 SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBUTACAO - SEFIN

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
04	ADMINISTRACAO	27,61	630,06		657,67
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	9,61	630,06		639,67
04 122 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL	2,28			2,28
04 122 0006 1016	AQUISICAO DE VEICULOS E MOTOCICLETAS	2,28			2,28
04 122 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU	7,33	630,06		637,39
04 122 0007 1018	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7,33			7,33
04 122 0007 2016	MANUT DAS ATIV DA SEC FINANCAS E DEPTOS		630,06		630,06
04 123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA				
04 123 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU				
04 123 0007 2018	MANUT DE ATIV COM OUTRAS ESFERAS DE GOV E ENT				
04 125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO				
04 125 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL				
04 125 0006 1017	ACOES PARA AUMENTO ARRECADACAO				
04 126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	18,00			18,00
04 126 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL	18,00			18,00
04 126 0006 1014	AQUISICAO OU LOCACAO DE PROGRAMAS DE INFORMATICA	18,00			18,00
04 129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS				
04 129 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL				
04 129 0006 1015	CRIAR PROGRAMAS DE INCENTIVO A ARRECADACAO MUNIC				
28	ENCARGOS ESPECIAIS			178,76	178,76
28 843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA				
28 843 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU				
28 843 0007 2017	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A DIVIDA ATIVA				
28 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			178,76	178,76
28 846 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU			178,76	178,76
28 846 0007 3001	MANUTENCAO DE ENCARGOS ESPECIAIS PASEP			178,76	178,76
99	RESERVA DE CONTINGENCIA				
99 999	RESERVA DE CONTINGENCIA				
99 999 9999	RESERVA DE CONTIGENCIA				
99 999 9999 9999	RESERVA DE CONTIGENCIA				
	TOTAL	27,61	630,06	178,76	836,43

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 05 SEC. DE OBRAS, TRANSP. SERV. URB. E RUR - SEMOT

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO				
04 122	ADMINISTRACAO GERAL				
04 122 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO				
04 122 0010 1029	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MAT PERMANENTE				
15	URBANISMO	17,91	2.572,82		2.590,73
15 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
15 451 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
15 451 0009 1020	DRENAGEM, PAV ASF URBANA E PASSEIOS PUBLICOS				
15 451 0009 1022	CONSTRUCAO DO TRANSBORDO DE LIXO				
15 451 0009 1121	REFORMA DO CENTRO DE EVENTOS				
15 451 0009 1122	CONSTRUCAO DE RESERVATORIO DE AGUA				
15 451 0009 1123	PERFURACAO DE POCOS TUBULAR PROFUNDO				
15 451 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO				
15 451 0010 1031	CONSTRUCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS				
15 452	SERVICOS URBANOS	17,91	2.572,82		2.590,73
15 452 0008	GESTAO E MANUT DA SEC MUNICIPAL DE OBRAS E TRANS	17,38	2.469,12		2.486,50
15 452 0008 1019	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17,38			17,38
15 452 0008 2019	MANUT DAS ATIV DA SEC DE OBRAS E SERV URB		2.469,12		2.469,12
15 452 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	0,52	6,80		7,32
15 452 0009 1021	RECAP DE MALHA ASFALTICA REDEF. E VIAS	0,52			0,52
15 452 0009 1023	AQUISICAO DE VEICULOS PARA SECRETARIA				
15 452 0009 2021	MANUTENCAO DO SERVICO DE COLETA DE LIXO		6,80		6,80
15 452 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO		96,90		96,90
15 452 0010 2023	MANUT. DE PRACAS, PARQUES JARD. E LIMPEZA URBANA		96,90		96,90
16	HABITACAO				
16 482	HABITACAO URBANA				
16 482 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
16 482 0009 1025	PROM. A REGULARIZACAO DE BAIRROS				
17	SANEAMENTO		138,61		138,61
17 512	SANEAMENTO BASICO URBANO		138,61		138,61
17 512 0008	GESTAO E MANUT DA SEC MUNICIPAL DE OBRAS E TRANS		138,61		138,61
17 512 0008 2020	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO		138,61		138,61
17 512 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
17 512 0009 1027	CONSTRUCAO DE REDE DE ESGOTO/SANEAMENTO BASICO				
20	AGRICULTURA				
20 606	EXTENSAO RURAL				
20 606 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
20 606 0009 1028	ABERT DE AREA CULTIVO EM ASSENTAMENTO				
25	ENERGIA	158,65			158,65
25 751	CONSERVACAO DE ENERGIA	158,65			158,65
25 751 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO	158,65			158,65
25 751 0010 1030	AMPLIACAO E MANUT DA REDE DE ILUM PUBLICA	158,65			158,65
25 752	ENERGIA ELETRICA				
25 752 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO				
25 752 0010 1032	EXPANSAO/CONST DA REDE DE ENER. ELETRICA				
26	TRANSPORTE	50,70	13,31		64,01
26 452	SERVICOS URBANOS				
26 452 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
26 452 0009 1024	AQUISICAO DE CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS				
26 782	TRANSPORTE RODOVIARIO	50,70	13,31		64,01
26 782 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	50,70	13,31		64,01
26 782 0009 1026	CONSTRUCAO DE PONTES, GALERIAS E BUEIROS	50,70			50,70
26 782 0009 2022	MANUT. E CONSERV. DE ESTRADAS VIC. BUEIROS E PON		13,31		13,31
	TOTAL	227,26	2.724,74		2.952,00

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 06 SECRETARIA DE SAUDE - SMS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
10	SAUDE	263,56	4.436,76		4.700,33
10 122	ADMINISTRACAO GERAL		222,98		222,98
10 122 0011	GESTAO DA SAUDE COM QUALIDADE		222,98		222,98
10 122 0011 1034	AMPLIACAO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAUDE				
10 122 0011 1035	REFORMA NA SEDE DA SECRETARIA DE SAUDE				
10 122 0011 2024	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE		222,98		222,98
10 122 0011 2025	MANUT DO CONSELHO MUN DE SAUDE				
10 301	ATENCAO BASICA	166,17	1.621,46		1.787,64
10 301 0011	GESTAO DA SAUDE COM QUALIDADE	6,89	139,92		146,81
10 301 0011 1200	EQUIPAMENTO PARA ATIVIDADES DE GESTAO EM SAUDE	6,89			6,89
10 301 0011 2108	MANUTENCAO DA ATIVIDADES DE GESTAO EM SAUDE		139,92		139,92
10 301 0012	GERIR COM QUALIDADE A ATENCAO BASICA	159,28	1.481,54		1.640,83
10 301 0012 1036	AMPLIACAO E CONSTRUCAO DE UNIDADES BASICAS	119,53			119,53
10 301 0012 1037	AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE PARA SAUDE BUCAL				
10 301 0012 1038	REFORMA DE UNIDADE BASICA DE SAUDE				
10 301 0012 1039	AMPLIACAO DA ACADEMIA DE SAUDE				
10 301 0012 1040	AQUISICAO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PSF	39,75			39,75
10 301 0012 1201	EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADE ATENCAO BASICA				
10 301 0012 2026	MANUTENCAO DE PSFS		799,26		799,26
10 301 0012 2027	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL		135,68		135,68
10 301 0012 2028	MANUTENCAO DA ACADEMIA DE SAUDE		0,88		0,88
10 301 0012 2109	MANUTENCAO DAS ATIVID. EM SAUDE-ATENCAO BASICA		545,71		545,71
10 302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8,99	2.397,19		2.406,18
10 302 0011	GESTAO DA SAUDE COM QUALIDADE	8,38	45,02		53,41
10 302 0011 1033	AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE	8,38			8,38
10 302 0011 2074	MANUT DA CENTRAL DE REGULACAO		45,02		45,02
10 302 0013	AMPLIACAO E QUALIDADE NA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,60	2.352,16		2.352,77
10 302 0013 1041	AQUISICAO DE EQUIPTO E MAT PERMANENTE UNID REABI				
10 302 0013 1042	AQUIS DE EQUIP E MAT PERM PARA LABORATORIO				
10 302 0013 1043	AQUIS EQUIP E MAT PERMAN PARA O CENTRO MUN SAUDE	0,60			0,60
10 302 0013 1044	AQUISICAO DE AMBULANCIA				
10 302 0013 1045	CONSTRUCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL				
10 302 0013 1046	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE REABILITACAO				
10 302 0013 1202	EQUIP. PARA ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD				
10 302 0013 2029	MANUTENCAO DO PROGRAMA PSICOSOCIAL				
10 302 0013 2030	MANUTENCAO DA UNIDADE DE REABILITACAO		121,49		121,49
10 302 0013 2031	MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL		78,32		78,32
10 302 0013 2032	MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		131,22		131,22
10 302 0013 2033	MANUTENCAO DO CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE		776,75		776,75
10 302 0013 2034	MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXID		437,14		437,14
10 302 0013 2110	MANUT. DAS ATIVID. EM SAUDE-MEDIA E ALTA COMPLEXID		807,23		807,23
10 303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		138,29		138,29
10 303 0014	AMPLIACAO E QUALIDADE DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA		138,29		138,29
10 303 0014 1047	AQUISICAO DE EQUIP E MAT PER PARA FARMACIA				
10 303 0014 1048	CONSTRUCAO DA FARMACIA MUNICIPAL				
10 303 0014 1203	EQUIP. P ATIVIDADES EM SAUDE-ASSIST. FARMACEUTICA				
10 303 0014 2035	MANUTENCAO DA FARMACIA MUNICIPAL		91,27		91,27
10 303 0014 2111	MANUT. DAS ATIVID. EM SAUDE-ASSIST.FARMACEUTICA		47,01		47,01
10 304	VIGILANCIA SANITARIA	88,40	25,99		114,39
10 304 0015	AMPLIACAO DA QUALIDADE DA VIGILANCIA SANITARIA		25,99		25,99
10 304 0015 1049	AQUISICAO DE EQUIP E MAT PERM P VIG SANITARIA				
10 304 0015 1204	EQUIPAMENTOS P ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA				
10 304 0015 2036	MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA		13,74		13,74
10 304 0015 2112	MANUT. DAS ATIVIDADES EM SAUDE-VIGILANCIA SANITARI		12,24		12,24
10 304 0016	AMPLIACAO E QUALIDADE NA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	88,40			88,40
10 304 0016 1051	AQUISICAO DE VEICULO P VIGILANCIA EM SAUDE	88,40			88,40
10 305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		30,82		30,82
10 305 0016	AMPLIACAO E QUALIDADE NA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		30,82		30,82
10 305 0016 1052	AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE P VIGILANCIA AMBIE				
10 305 0016 1205	EQUIP. P ATIVID. EM SAUDE-VIG. EPIDEMIOLOGICA				
10 305 0016 2037	MANUTENCAO DA VIGILANCIA AMBIENTAL		30,44		30,44
10 305 0016 2038	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		0,38		0,38
10 305 0016 2113	MANUT. DAS ATIVIDADES EM SAUDE-VIGIL.EPIDEMIOLOGIC				
	TOTAL	263,56	4.436,76		4.700,33

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 07 SEC. DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO - SMEC

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
12	EDUCACAO	1.486,00	4.003,35		5.489,36
12 122	ADMINISTRACAO GERAL		912,37		912,37
12 122 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL		912,37		912,37
12 122 0018 2050	MANUT DAS ATIV DA SEC E DEPARTAMENTOS		664,51		664,51
12 122 0018 2100	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO		247,86		247,86
12 306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	156,58			156,58
12 306 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	156,58			156,58
12 306 0017 1054	AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR/PNAE	156,58			156,58
12 361	ENSINO FUNDAMENTAL	736,18	2.153,28		2.889,47
12 361 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	669,19	2.153,28		2.822,48
12 361 0017 1053	CONSTRUCAO E REFORMA DE ESCOLAS				
12 361 0017 1055	AQUIS DE UNIF PARA DISTRIB AOS ALUNOS	29,59			29,59
12 361 0017 1056	AQUISICAO DE MATERIAIS DIDATICOS	141,45			141,45
12 361 0017 1057	AQUISICAO DE EQUIP ENS FUNDAMENTAL	33,74			33,74
12 361 0017 1120	CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR - PACOVAL	51,91			51,91
12 361 0017 1132	AQUIS. DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO - ENS.FUN				
12 361 0017 1133	AQUIS. DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO-PRO.INF	7,56			7,56
12 361 0017 1206	AQUISICAO DE ONIBUS P/ TRANSPORTE ESCOLAR	259,25			259,25
12 361 0017 1209	CONSTRUCAO E REFORMA DE ESCOLAS NO MUNICIPIO	145,66			145,66
12 361 0017 2039	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		374,14		374,14
12 361 0017 2040	MANUT E ENCARGOS CONV SALARIO EDUCACAO		0,91		0,91
12 361 0017 2042	MANUT E DES DO FUNDEB - 40% ENSINO FUNDAMENTAL		379,28		379,28
12 361 0017 2046	MANUT E DESENVOL DO FUNDEB - 60% ENS FUNDAMENTAL		447,23		447,23
12 361 0017 2101	MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		637,00		637,00
12 361 0017 2103	MANTER 40% ENSINO FUNDAMENTAL COM FUNDEB		140,23		140,23
12 361 0017 2104	MANTER 60% ENSINO FUNDAMENTAL COM FUNDEB		174,48		174,48
12 361 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL	66,99			66,99
12 361 0018 1062	AQUISICAO DE EQUIP E MAT PERMANENTE	66,27			66,27
12 361 0018 1063	CAPACIT E APERFEIC DE PROFISS DA EDUCACAO	0,72			0,72
12 365	EDUCACAO INFANTIL	592,19	911,54		1.503,74
12 365 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	592,19	911,54		1.503,74
12 365 0017 1058	CONCLUSAO DO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL	559,69			559,69
12 365 0017 1059	AMPL E MOBILIA DE INST DO ENSINO PRE-ESCOLAR	32,50			32,50
12 365 0017 2041	MANUT DAS ATIV DO ENSINO PRE ESCOLAR		83,45		83,45
12 365 0017 2043	MANUT E DES DO FUNDEB - 40% ENSINO INFANTIL		156,32		156,32
12 365 0017 2047	MANUT E DESEN DO FUNDEB - 60% ENSINO INFANTIL		349,48		349,48
12 365 0017 2102	MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL		27,28		27,28
12 365 0017 2105	MANTER 40% ENSINO INFANTIL COM FUNDEB		54,18		54,18
12 365 0017 2106	MANTER 60% ENSINO INFANTIL COM FUNDEB		240,81		240,81
12 366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS				
12 366 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO				
12 366 0017 1060	ATIV DE ERRADIC DO ANALF AO ENSINO DE JOVENS E ADU				
12 366 0017 2044	MANUT E DESENV DO FUNDEB - 40% JOVENS E ADULTOS				
12 366 0017 2048	MANUT E DESEN DO FUNDEB - 60% JOVENS E ADULTOS				
12 367	EDUCACAO ESPECIAL		26,13		26,13
12 367 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO		26,13		26,13
12 367 0017 2045	MANUT E DESENV DO FUNDEB - 40% EDUCACAO ESPECI		0,12		0,12
12 367 0017 2049	MANUT E DESENV DO FUNDEB - 60% EDUCACAO ESPEC		22,64		22,64
12 367 0017 2107	MANTER 60% EDUCACAO ESPECIAL COM FUNDEB		3,36		3,36
12 367 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL				
12 367 0018 1064	PROGRAMA EDUCACAO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDA				
12 392	DIFUSAO CULTURAL	1,04			1,04
12 392 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	1,04			1,04
12 392 0017 1061	DESENV DO PROGRAMA MAIS LEITURA - DIFU DA LEITU	1,04			1,04
12 841	REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA				
12 841 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL				
12 841 0018 3002	PAGAMENTO DO PRINCIPAL E ENCARG DA DIVIDA PUBLI				
13	CULTURA	23,47	36,19		59,66
13 392	DIFUSAO CULTURAL	23,47	36,19		59,66
13 392 0020	VALORIZACAO E PROMOCAO DA CULTURA	23,47	36,19		59,66
13 392 0020 1065	REALIZACAO DAS ACOES ARTISTICO CULTURAIS	22,17			22,17
13 392 0020 1066	MODERNIZACAO E IMPLEMENTACAO DA BIBLIOTECA PUBL				
13 392 0020 1067	AMPLIACAO DEPTO ACERVO DA BIBLIOT MUNICIPAL				
13 392 0020 1068	REALIZACAO DO PROGRAMA DESPERTANDO TALENTOS	1,30			1,30
13 392 0020 2051	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEP DE CULTURA		34,41		34,41
13 392 0020 2052	MANUTENCAO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL				
13 392 0020 2053	MANUTENCAO DA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL		1,77		1,77
	TOTAL	1.509,47	4.039,54		5.549,02

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 08 SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEDMA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	110,70	813,78		924,48
08 122	ADMINISTRACAO GERAL	8,51	614,48		623,00
08 122 0021	GESTAO E MANUT DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	8,51	614,48		623,00
08 122 0021 1069	AQUIS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8,51			8,51
08 122 0021 2054	MANUTENCAO DA SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL		347,80		347,80
08 122 0021 2055	PROG DE VALOR PERMAN DOS SERV DA ASSIT SOCIAL		1,32		1,32
08 122 0021 2058	MANUT DE ATV DOS CONS GESTORES DE ASSIS SOCIAL				
08 122 0021 2114	MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL		265,36		265,36
08 241	ASSISTENCIA AO IDOSO		2,68		2,68
08 241 0024	PROTECAO SOCIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE		2,68		2,68
08 241 0024 2065	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA		2,68		2,68
08 242	ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA		2,09		2,09
08 242 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA		2,09		2,09
08 242 0023 2062	MANUT DO PROG DE ATENCAO A PESSOA COM DEFICIEN		2,09		2,09
08 243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	58,60	113,69		172,29
08 243 0021	GESTAO E MANUT DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	58,60	113,69		172,29
08 243 0021 1070	CONSTRUCAO DO ESP FISICO CONS TUTELAR	58,60			58,60
08 243 0021 2057	MANUTENCAO DAS ATIV DO CONSELHO TUTELAR		113,69		113,69
08 243 0027	CRIANCA E ADOLESCENTE				
08 243 0027 2067	MANUTENCAO DO FMDCA				
08 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	43,58	80,82		124,40
08 244 0021	GESTAO E MANUT DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL		33,57		33,57
08 244 0021 2056	MAN FUN ASSIS SOC E SEUS PROGRAMAS		33,57		33,57
08 244 0022	FUNDO MUNICIPAL PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAI		26,25		26,25
08 244 0022 2059	MANUTENCAO DO FUMPIS E FEAS		26,25		26,25
08 244 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA		20,89		20,89
08 244 0023 1071	PROG DE EMPREEND E DESENV SOCIO ECON				
08 244 0023 1073	CONSTR DE CASA TRANSITORIA DE PASSAGEM				
08 244 0023 2060	MANUT DE PROG DE QUALIF A USUARIOS		20,89		20,89
08 244 0023 2061	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ACAO DIGITAL				
08 244 0024	PROTECAO SOCIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				
08 244 0024 1074	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
08 244 0024 2064	MANUTENCAO DO PROG DE ATEND A EQUIPE VOLANTE				
08 244 0025	CADASTRO UNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS		0,10		0,10
08 244 0025 2066	MANUTENCAO DO CADASTRO UNICO / BOLSA FAMILIA		0,10		0,10
08 244 0026	BENEFICIOS EVENTUAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL	43,58			43,58
08 244 0026 1075	PROGRAMA DE ATENCAO A EMERG E BENEF EVENTUAIS	43,58			43,58
08 244 0026 1076	AQUISICAO DE VEICULO PARA BOLSA FAMILIA				
08 244 0027	CRIANCA E ADOLESCENTE				
08 244 0027 1077	CAPC DE CONSELHEIROS DE ASSOC BAIRROS				
08 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
08 451 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA				
08 451 0023 1072	CONSTRUCAO DO CENTRO DE MULTIPLO USO				
16	HABITACAO		40,25		40,25
16 481	HABITACAO RURAL		40,25		40,25
16 481 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA		40,25		40,25
16 481 0023 2063	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE HABITACAO POPULAR		40,25		40,25
	TOTAL	110,70	854,03		964,73

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 09 SEC. DE DESENV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE - SEDMA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO				
04 695	TURISMO				
04 695 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04 695 0028 2068	TURISMO RURAL MANUT SALTO MAGESSI				
11	TRABALHO				
11 334	FOMENTO AO TRABALHO				
11 334 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
11 334 0028 1083	CURSOS DE CAPACITACAO E TECNOLOGIA AGRIC/AMBIENT				
13	CULTURA	135,59			135,59
13 392	DIFUSAO CULTURAL	135,59			135,59
13 392 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	135,59			135,59
13 392 0028 1081	REALIZACAO DE FESTIVAL DE PESCA	135,59			135,59
15	URBANISMO	9,40			9,40
15 452	SERVICOS URBANOS	9,40			9,40
15 452 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	9,40			9,40
15 452 0029 1093	IMPLANT DO PROJ DE ARBORIZACAO E JARDINAGEM	9,40			9,40
18	GESTAO AMBIENTAL	131,28			131,28
18 541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	8,70			8,70
18 541 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	8,70			8,70
18 541 0029 1090	REALIZACAO DO PROJ DE COMP AMBIENTAL NO FEST PES				
18 541 0029 1095	PROJETO DE RECUPERAC DE AREAS DEGRADADAS	8,70			8,70
18 542	CONTROLE AMBIENTAL	122,58			122,58
18 542 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	3,40			3,40
18 542 0029 1089	IMPLANTACAO DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM LIXO	3,40			3,40
18 542 0030	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE DESENV ECONOMICO E	119,18			119,18
18 542 0030 1096	REALIZACAO DE PROJETOS E LICENCAS AMBIENTAIS	119,18			119,18
20	AGRICULTURA	20,61	267,82		288,43
20 122	ADMINISTRACAO GERAL	4,09	267,82		271,91
20 122 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
20 122 0028 1085	CONSTRUCAO DO CEMITERIO MUNICIPAL				
20 122 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 122 0029 1094	AQUISICAO DE VEICULO				
20 122 0030	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE DESENV ECONOMICO E	4,09	267,82		271,91
20 122 0030 1097	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4,09			4,09
20 122 0030 2069	MANUT DAS ATIV DA SEC DESENV ECON E MEIO AMBIENTE		267,82		267,82
20 334	FOMENTO AO TRABALHO	1,55			1,55
20 334 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1,55			1,55
20 334 0028 1080	ABERT AREA PARA CULTIVO NO ASSENT PONTE DE BARRO	1,55			1,55
20 392	DIFUSAO CULTURAL	10,96			10,96
20 392 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	10,96			10,96
20 392 0028 1087	REALIZACAO DE FESTIVIDADES E EVENTOS	10,96			10,96
20 542	CONTROLE AMBIENTAL				
20 542 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 542 0029 1079	PARCERIA COM INSTIT DE ENSINO ASSIST TECNICA				
20 572	DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	4,00			4,00
20 572 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	4,00			4,00
20 572 0029 1091	AQUISICAO DE IMAGEM DE SATELITE	4,00			4,00
20 601	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL				
20 601 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 601 0029 1088	INCENTIVO A IMPLANTACAO DA AGRICULTURA ORGANICA				
20 606	EXTENSAO RURAL				
20 606 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
20 606 0028 1084	APOIO AOS PROJ DE AGRIC LOCAL E CULTIVO DE FITOT				
20 661	PROMOCAO INDUSTRIAL				
20 661 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
20 661 0028 1082	ELABORACAO DO PLANO DIRETOR				
20 691	PROMOCAO COMERCIAL				
20 691 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 691 0029 1092	IMPLANTACAO DO VIVEIRO/HORTA MUNICIPAL				
22	INDUSTRIA				
22 662	PRODUCAO INDUSTRIAL				
22 662 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
22 662 0028 1078	IMPLANT DE FABRIC DE FARINHA DE MANDIOCA NO ASSE				
26	TRANSPORTE				
26 781	TRANSPORTE AREO				
26 781 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
26 781 0028 1086	IMPLANTACAO DO AEROPORTO				
	TOTAL	296,88	267,82		564,70

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 9

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 10 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA MUN - SANTA RITA DO

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
09	PREVIDENCIA SOCIAL	2,95	356,36		359,31
09 272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	2,95	356,36		359,31
09 272 0033	GESTAO DA POLITICA DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA	2,95	51,46		54,41
09 272 0033 1098	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE				
09 272 0033 1099	REALIZAR A CAPACITACAO DE SER.CONS. E COM. ADMINST	2,95			2,95
09 272 0033 2071	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO SANTA RITA PREV		51,46		51,46
09 272 0034	GESTAO DE CONCESSãO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIáRIOS		304,89		304,89
09 272 0034 2070	GARANTIR AOS SERVIDORES ACESSO A SEGURIDADE		304,89		304,89
99	RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS				
99 997	RESERVA LEGAL DO RPPS				
99 997 0079	RESERVA DE CONTINGÊNCIA -RPPS				
99 997 0079 9999	RESERVA ORçAMENTáRIA DO RPPS				
	TOTAL	2,95	356,36		359,31

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 10

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
27	DESPORTO E LAZER	5,13	237,80		242,94
27 812	DESPORTO COMUNITARIO	0,95	237,80		238,76
27 812 0031	GESTAO E MANUTENCAO DA SEC DE ESPORTE E LAZER	0,95	232,59		233,54
27 812 0031 1100	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,95			0,95
27 812 0031 2072	MANUT E ENCARGOS DA SECRET DE ESPORTES		232,59		232,59
27 812 0032	ESPORTES E LAZER		5,21		5,21
27 812 0032 2073	MANUT PRACA DE ESPORTE E DO GINASIO POLISPORTIVO		5,21		5,21
27 813	LAZER	4,18			4,18
27 813 0032	ESPORTES E LAZER	4,18			4,18
27 813 0032 1101	CONST REFORMA DE INSFRAEST ESPORT E ESP DE LAZER				
27 813 0032 1102	AQUISICAO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS PERMANENTE				
27 813 0032 1103	REAL DE EVENTOS ESPORT E INCENT ESPORTE AMADOR	3,10			3,10
27 813 0032 1104	REALIZACAO DE CAMPEONATO INTERMUNICIPAL DE SALAO	1,08			1,08
	TOTAL	5,13	237,80		242,94
	TOTAL				18.825,34

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (receitas e despesas intra-orçamentárias e interferências financeiras).

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 11

Homologado

FINANCEIRO
ANEXO 6

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
01	LEGISLATIVA	7,73	875,41		883,14
01 031	ACAO LEGISLATIVA	7,73	875,41		883,14
01 031 0001	APOIO NAS ACOES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	7,73	875,41		883,14
01 031 0001 1001	REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS/SELETIVOS				
01 031 0001 1002	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	7,73			7,73
01 031 0001 1003	REF E AMPLIACAO DA CAMARA MUNICIPAL				
01 031 0001 2001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS		853,93		853,93
01 031 0001 2002	PARTICIPACAO EM CONGRESSOS, SIMPOSIOS E SEMINARIOS		21,47		21,47
01 031 0001 2003	HOMENAGENS E CERIMONIAS LEGISLATIVAS				
01 031 0001 2004	CONTRATACAO DE ALUGUEIS E SEGURAS				
01 031 0001 2005	DIVULG DO ATOS OFICIAIS ADM DO LEGISLATIVO				
	TOTAL	7,73	875,41		883,14

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 02 GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
02	JUDICIARIA		140,09		140,09
02 061	ACAO JUDICIARIA		140,09		140,09
02 061 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		140,09		140,09
02 061 0004 2008	MANUT DAS ATIV DA ASSES JURIDICA		140,09		140,09
04	ADMINISTRACAO	9,12	502,82		511,95
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	0,55	375,12		375,67
04 122 0003	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,55			0,55
04 122 0003 1004	CONSTRUIR NOVO COMPLEXO ABRIGAR O PACO MUNICIPAL				
04 122 0003 1005	EQUIPAR E ESTRUTURAR O PACO MUNICIPAL	0,55			0,55
04 122 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		375,12		375,12
04 122 0004 2007	MANUT DAS ATIV DO GAB DO PREFEITO		375,12		375,12
04 124	CONTROLE INTERNO		69,27		69,27
04 124 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		69,27		69,27
04 124 0004 2009	MANUT DAS ATIV DA CONTROLADORIA INTERNA		69,27		69,27
04 131	COMUNICACAO SOCIAL	8,57	58,42		67,00
04 131 0003	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	8,57			8,57
04 131 0003 1006	FORT ACOES FISCALIZATORIAS, OUVIDORIA				
04 131 0003 2006	PUBLICACAO E DIVULG DOS ATOS OFIC DO EXECUTIVO	8,57			8,57
04 131 0004	GESTAO E MANUT DO GABINETE DO PREFEITO		58,42		58,42
04 131 0004 2010	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA		58,42		58,42
	TOTAL	9,12	642,91		652,04

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 03 SECRETARIA DE GESTAO E PLANEJAMENTO - SAGESP

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	47,99	1.072,70		1.120,70
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	47,30	1.072,70		1.120,01
04 122 0005	GESTAO E MANUT DA SEC MUNIC DE GESTAO E PLANEJAMEN	47,30	1.072,70		1.120,01
04 122 0005 1007	AQUISICAO DE EQUIP MOVEIS E UTENSILIOS	24,91			24,91
04 122 0005 1008	REGULARIZACAO/REGISTRO DE AREAS PUBLICAS				
04 122 0005 1009	AQUISICAO DE VEICULOS E MOTOS				
04 122 0005 1010	AQUIS E DESAPROP DE IMOVEL	21,26			21,26
04 122 0005 1011	CRIACAO E ESTRUTURACAO DO PROCON MUNICIPAL	1,12			1,12
04 122 0005 1013	REF ADM PCCV, CONC PUBLICO, TESTE SELETIVO				
04 122 0005 2011	MANUTENCAO E ENC DA SEC GESTAO E PLANEJAMENTO		1.051,17		1.051,17
04 122 0005 2012	MANUTENCAO DO CONVENIO COM CARTORIO ELEITORAL				
04 122 0005 2013	MANUT DA JUNTA DE SERVICO MILITAR - JSM		4,89		4,89
04 122 0005 2014	MANUTENCAO COM DEPTO DE TRANSITO - DETRAN		11,44		11,44
04 122 0005 2015	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PROCON		5,19		5,19
04 128	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,68			0,68
04 128 0005	GESTAO E MANUT DA SEC MUNIC DE GESTAO E PLANEJAMEN	0,68			0,68
04 128 0005 1012	REALIZAR CAPACITACAO DE SERVIDORES	0,68			0,68
	TOTAL	47,99	1.072,70		1.120,70

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 04 SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBUTACAO - SEFIN

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	27,61	630,06		657,67
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	9,61	630,06		639,67
04 122 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL	2,28			2,28
04 122 0006 1016	AQUISICAO DE VEICULOS E MOTOCICLETAS	2,28			2,28
04 122 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU	7,33	630,06		637,39
04 122 0007 1018	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7,33			7,33
04 122 0007 2016	MANUT DAS ATIV DA SEC FINANCAS E DEPTOS		630,06		630,06
04 123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA				
04 123 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU				
04 123 0007 2018	MANUT DE ATIV COM OUTRAS ESFERAS DE GOV E ENT				
04 125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO				
04 125 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL				
04 125 0006 1017	ACOES PARA AUMENTO ARRECADACAO				
04 126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	18,00			18,00
04 126 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL	18,00			18,00
04 126 0006 1014	AQUISICAO OU LOCACAO DE PROGRAMAS DE INFORMATICA	18,00			18,00
04 129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS				
04 129 0006	MODERNIZACAO TRIBUTARIA E EQUILIBRIO FISCAL				
04 129 0006 1015	CRIAR PROGRAMAS DE INCENTIVO A ARRECADACAO MUNIC				
28	ENCARGOS ESPECIAIS			178,76	178,76
28 843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA				
28 843 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU				
28 843 0007 2017	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A DIVIDA ATIVA				
28 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			178,76	178,76
28 846 0007	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE FINANCAS E TRIBU			178,76	178,76
28 846 0007 3001	MANUTENCAO DE ENCARGOS ESPECIAIS PASEP			178,76	178,76
99	RESERVA DE CONTINGENCIA				
99 999	RESERVA DE CONTINGENCIA				
99 999 9999	RESERVA DE CONTIGENCIA				
99 999 9999 9999	RESERVA DE CONTIGENCIA				
	TOTAL	27,61	630,06	178,76	836,43

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 05 SEC. DE OBRAS, TRANSP. SERV. URB. E RUR - SEMOT

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO				
04 122	ADMINISTRACAO GERAL				
04 122 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO				
04 122 0010 1029	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MAT PERMANENTE				
15	URBANISMO	17,91	2.572,82		2.590,73
15 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
15 451 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
15 451 0009 1020	DRENAGEM, PAV ASF URBANA E PASSEIOS PUBLICOS				
15 451 0009 1022	CONSTRUCAO DO TRANSBORDO DE LIXO				
15 451 0009 1121	REFORMA DO CENTRO DE EVENTOS				
15 451 0009 1122	CONSTRUCAO DE RESERVATORIO DE AGUA				
15 451 0009 1123	PERFURACAO DE POCOS TUBULAR PROFUNDO				
15 451 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO				
15 451 0010 1031	CONSTRUCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS				
15 452	SERVICOS URBANOS	17,91	2.572,82		2.590,73
15 452 0008	GESTAO E MANUT DA SEC MUNICIPAL DE OBRAS E TRANS	17,38	2.469,12		2.486,50
15 452 0008 1019	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17,38			17,38
15 452 0008 2019	MANUT DAS ATIV DA SEC DE OBRAS E SERV URB		2.469,12		2.469,12
15 452 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	0,52	6,80		7,32
15 452 0009 1021	RECAP DE MALHA ASFALTICA REDEF. E VIAS	0,52			0,52
15 452 0009 1023	AQUISICAO DE VEICULOS PARA SECRETARIA				
15 452 0009 2021	MANUTENCAO DO SERVICO DE COLETA DE LIXO		6,80		6,80
15 452 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO		96,90		96,90
15 452 0010 2023	MANUT. DE PRACAS, PARQUES JARD. E LIMPEZA URBANA		96,90		96,90
16	HABITACAO				
16 482	HABITACAO URBANA				
16 482 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
16 482 0009 1025	PROM. A REGULARIZACAO DE BAIRROS				
17	SANEAMENTO		138,61		138,61
17 512	SANEAMENTO BASICO URBANO		138,61		138,61
17 512 0008	GESTAO E MANUT DA SEC MUNICIPAL DE OBRAS E TRANS		138,61		138,61
17 512 0008 2020	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO		138,61		138,61
17 512 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
17 512 0009 1027	CONSTRUCAO DE REDE DE ESGOTO/SANEAMENTO BASICO				
20	AGRICULTURA				
20 606	EXTENSAO RURAL				
20 606 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
20 606 0009 1028	ABERT DE AREA CULTIVO EM ASSENTAMENTO				
25	ENERGIA	158,65			158,65
25 751	CONSERVACAO DE ENERGIA	158,65			158,65
25 751 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO	158,65			158,65
25 751 0010 1030	AMPLIACAO E MANUT DA REDE DE ILUM PUBLICA	158,65			158,65
25 752	ENERGIA ELETRICA				
25 752 0010	PAISAGISMO E URBANIZACAO COM PLANEJAMENTO				
25 752 0010 1032	EXPANSAO/CONST DA REDE DE ENER. ELETRICA				
26	TRANSPORTE	50,70	13,31		64,01
26 452	SERVICOS URBANOS				
26 452 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL				
26 452 0009 1024	AQUISICAO DE CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS				
26 782	TRANSPORTE RODOVIARIO	50,70	13,31		64,01
26 782 0009	DESENV DA INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	50,70	13,31		64,01
26 782 0009 1026	CONSTRUCAO DE PONTES, GALERIAS E BUEIROS	50,70			50,70
26 782 0009 2022	MANUT. E CONSERV. DE ESTRADAS VIC. BUEIROS E PON		13,31		13,31
	TOTAL	227,26	2.724,74		2.952,00

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 06 SECRETARIA DE SAUDE - SMS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
10	SAUDE	263,56	4.436,76		4.700,33
10 122	ADMINISTRACAO GERAL		222,98		222,98
10 122 0011	GESTAO DA SAUDE COM QUALIDADE		222,98		222,98
10 122 0011 1034	AMPLIACAO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAUDE				
10 122 0011 1035	REFORMA NA SEDE DA SECRETARIA DE SAUDE				
10 122 0011 2024	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE		222,98		222,98
10 122 0011 2025	MANUT DO CONSELHO MUN DE SAUDE				
10 301	ATENCAO BASICA	166,17	1.621,46		1.787,64
10 301 0011	GESTAO DA SAUDE COM QUALIDADE	6,89	139,92		146,81
10 301 0011 1200	EQUIPAMENTO PARA ATIVIDADES DE GESTAO EM SAUDE	6,89			6,89
10 301 0011 2108	MANUTENCAO DA ATIVIDADES DE GESTAO EM SAUDE		139,92		139,92
10 301 0012	GERIR COM QUALIDADE A ATENCAO BASICA	159,28	1.481,54		1.640,83
10 301 0012 1036	AMPLIACAO E CONSTRUCAO DE UNIDADES BASICAS	119,53			119,53
10 301 0012 1037	AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE PARA SAUDE BUCAL				
10 301 0012 1038	REFORMA DE UNIDADE BASICA DE SAUDE				
10 301 0012 1039	AMPLIACAO DA ACADEMIA DE SAUDE				
10 301 0012 1040	AQUISICAO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PSF	39,75			39,75
10 301 0012 1201	EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADE ATENCAO BASICA				
10 301 0012 2026	MANUTENCAO DE PSFS		799,26		799,26
10 301 0012 2027	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL		135,68		135,68
10 301 0012 2028	MANUTENCAO DA ACADEMIA DE SAUDE		0,88		0,88
10 301 0012 2109	MANUTENCAO DAS ATIVID. EM SAUDE-ATENCAO BASICA		545,71		545,71
10 302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8,99	2.397,19		2.406,18
10 302 0011	GESTAO DA SAUDE COM QUALIDADE	8,38	45,02		53,41
10 302 0011 1033	AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE	8,38			8,38
10 302 0011 2074	MANUT DA CENTRAL DE REGULACAO		45,02		45,02
10 302 0013	AMPLIACAO E QUALIDADE NA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,60	2.352,16		2.352,77
10 302 0013 1041	AQUISICAO DE EQUIPTO E MAT PERMANENTE UNID REABI				
10 302 0013 1042	AQUIS DE EQUIP E MAT PERM PARA LABORATORIO				
10 302 0013 1043	AQUIS EQUIP E MAT PERMAN PARA O CENTRO MUN SAUDE	0,60			0,60
10 302 0013 1044	AQUISICAO DE AMBULANCIA				
10 302 0013 1045	CONSTRUCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL				
10 302 0013 1046	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE REABILITACAO				
10 302 0013 1202	EQUIP. PARA ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDAD				
10 302 0013 2029	MANUTENCAO DO PROGRAMA PSICOSOCIAL				
10 302 0013 2030	MANUTENCAO DA UNIDADE DE REABILITACAO		121,49		121,49
10 302 0013 2031	MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL		78,32		78,32
10 302 0013 2032	MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		131,22		131,22
10 302 0013 2033	MANUTENCAO DO CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE		776,75		776,75
10 302 0013 2034	MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXID		437,14		437,14
10 302 0013 2110	MANUT. DAS ATIVID. EM SAUDE-MEDIA E ALTA COMPLEXID		807,23		807,23
10 303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		138,29		138,29
10 303 0014	AMPLIACAO E QUALIDADE DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA		138,29		138,29
10 303 0014 1047	AQUISICAO DE EQUIP E MAT PER PARA FARMACIA				
10 303 0014 1048	CONSTRUCAO DA FARMACIA MUNICIPAL				
10 303 0014 1203	EQUIP. P ATIVIDADES EM SAUDE-ASSIST. FARMACEUTICA				
10 303 0014 2035	MANUTENCAO DA FARMACIA MUNICIPAL		91,27		91,27
10 303 0014 2111	MANUT. DAS ATIVID. EM SAUDE-ASSIST.FARMACEUTICA		47,01		47,01
10 304	VIGILANCIA SANITARIA	88,40	25,99		114,39
10 304 0015	AMPLIACAO DA QUALIDADE DA VIGILANCIA SANITARIA		25,99		25,99
10 304 0015 1049	AQUISICAO DE EQUIP E MAT PERM P VIG SANITARIA				
10 304 0015 1204	EQUIPAMENTOS P ATIVIDADES DA VIGILANCIA SANITARIA				
10 304 0015 2036	MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA		13,74		13,74
10 304 0015 2112	MANUT. DAS ATIVIDADES EM SAUDE-VIGILANCIA SANITARI		12,24		12,24
10 304 0016	AMPLIACAO E QUALIDADE NA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	88,40			88,40
10 304 0016 1051	AQUISICAO DE VEICULO P VIGILANCIA EM SAUDE	88,40			88,40
10 305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		30,82		30,82
10 305 0016	AMPLIACAO E QUALIDADE NA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		30,82		30,82
10 305 0016 1052	AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE P VIGILANCIA AMBIE				
10 305 0016 1205	EQUIP. P ATIVID. EM SAUDE-VIG. EPIDEMIOLOGICA				
10 305 0016 2037	MANUTENCAO DA VIGILANCIA AMBIENTAL		30,44		30,44
10 305 0016 2038	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		0,38		0,38
10 305 0016 2113	MANUT. DAS ATIVIDADES EM SAUDE-VIGIL.EPIDEMIOLOGIC				
	TOTAL	263,56	4.436,76		4.700,33

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 07 SEC. DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO - SMEC

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
12	EDUCACAO	1.486,00	4.003,35		5.489,36
12 122	ADMINISTRACAO GERAL		912,37		912,37
12 122 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL		912,37		912,37
12 122 0018 2050	MANUT DAS ATIV DA SEC E DEPARTAMENTOS		664,51		664,51
12 122 0018 2100	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO		247,86		247,86
12 306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	156,58			156,58
12 306 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	156,58			156,58
12 306 0017 1054	AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR/PNAE	156,58			156,58
12 361	ENSINO FUNDAMENTAL	736,18	2.153,28		2.889,47
12 361 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	669,19	2.153,28		2.822,48
12 361 0017 1053	CONSTRUCAO E REFORMA DE ESCOLAS				
12 361 0017 1055	AQUIS DE UNIF PARA DISTRIB AOS ALUNOS	29,59			29,59
12 361 0017 1056	AQUISICAO DE MATERIAIS DIDATICOS	141,45			141,45
12 361 0017 1057	AQUISICAO DE EQUIP ENS FUNDAMENTAL	33,74			33,74
12 361 0017 1120	CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR - PACOVAL	51,91			51,91
12 361 0017 1132	AQUIS. DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO - ENS.FUN				
12 361 0017 1133	AQUIS. DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO-PRO.INF	7,56			7,56
12 361 0017 1206	AQUISICAO DE ONIBUS P/ TRANSPORTE ESCOLAR	259,25			259,25
12 361 0017 1209	CONSTRUCAO E REFORMA DE ESCOLAS NO MUNICIPIO	145,66			145,66
12 361 0017 2039	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		374,14		374,14
12 361 0017 2040	MANUT E ENCARGOS CONV SALARIO EDUCACAO		0,91		0,91
12 361 0017 2042	MANUT E DES DO FUNDEB - 40% ENSINO FUNDAMENTAL		379,28		379,28
12 361 0017 2046	MANUT E DESENVOL DO FUNDEB - 60% ENS FUNDAMENTAL		447,23		447,23
12 361 0017 2101	MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		637,00		637,00
12 361 0017 2103	MANTER 40% ENSINO FUNDAMENTAL COM FUNDEB		140,23		140,23
12 361 0017 2104	MANTER 60% ENSINO FUNDAMENTAL COM FUNDEB		174,48		174,48
12 361 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL	66,99			66,99
12 361 0018 1062	AQUISICAO DE EQUIP E MAT PERMANENTE	66,27			66,27
12 361 0018 1063	CAPACIT E APERFEIC DE PROFISS DA EDUCACAO	0,72			0,72
12 365	EDUCACAO INFANTIL	592,19	911,54		1.503,74
12 365 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	592,19	911,54		1.503,74
12 365 0017 1058	CONCLUSAO DO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL	559,69			559,69
12 365 0017 1059	AMPL E MOBILIA DE INST DO ENSINO PRE-ESCOLAR	32,50			32,50
12 365 0017 2041	MANUT DAS ATIV DO ENSINO PRE ESCOLAR		83,45		83,45
12 365 0017 2043	MANUT E DES DO FUNDEB - 40% ENSINO INFANTIL		156,32		156,32
12 365 0017 2047	MANUT E DESEN DO FUNDEB - 60% ENSINO INFANTIL		349,48		349,48
12 365 0017 2102	MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL		27,28		27,28
12 365 0017 2105	MANTER 40% ENSINO INFANTIL COM FUNDEB		54,18		54,18
12 365 0017 2106	MANTER 60% ENSINO INFANTIL COM FUNDEB		240,81		240,81
12 366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS				
12 366 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO				
12 366 0017 1060	ATIV DE ERRADIC DO ANALF AO ENSINO DE JOVENS E ADU				
12 366 0017 2044	MANUT E DESENV DO FUNDEB - 40% JOVENS E ADULTOS				
12 366 0017 2048	MANUT E DESEN DO FUNDEB - 60% JOVENS E ADULTOS				
12 367	EDUCACAO ESPECIAL		26,13		26,13
12 367 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO		26,13		26,13
12 367 0017 2045	MANUT E DESENV DO FUNDEB - 40% EDUCACAO ESPECI		0,12		0,12
12 367 0017 2049	MANUT E DESENV DO FUNDEB - 60% EDUCACAO ESPEC		22,64		22,64
12 367 0017 2107	MANTER 60% EDUCACAO ESPECIAL COM FUNDEB		3,36		3,36
12 367 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL				
12 367 0018 1064	PROGRAMA EDUCACAO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDA				
12 392	DIFUSAO CULTURAL	1,04			1,04
12 392 0017	REVITALIZACAO A EDUCACAO	1,04			1,04
12 392 0017 1061	DESENV DO PROGRAMA MAIS LEITURA - DIFU DA LEITU	1,04			1,04
12 841	REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA				
12 841 0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CUL				
12 841 0018 3002	PAGAMENTO DO PRINCIPAL E ENCARG DA DIVIDA PUBLI				
13	CULTURA	23,47	36,19		59,66
13 392	DIFUSAO CULTURAL	23,47	36,19		59,66
13 392 0020	VALORIZACAO E PROMOCAO DA CULTURA	23,47	36,19		59,66
13 392 0020 1065	REALIZACAO DAS ACOES ARTISTICO CULTURAIS	22,17			22,17
13 392 0020 1066	MODERNIZACAO E IMPLEMENTACAO DA BIBLIOTECA PUBL				
13 392 0020 1067	AMPLIACAO DEPTO ACERVO DA BIBLIOT MUNICIPAL				
13 392 0020 1068	REALIZACAO DO PROGRAMA DESPERTANDO TALENTOS	1,30			1,30
13 392 0020 2051	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEP DE CULTURA		34,41		34,41
13 392 0020 2052	MANUTENCAO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL				
13 392 0020 2053	MANUTENCAO DA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL		1,77		1,77
	TOTAL	1.509,47	4.039,54		5.549,02

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 08 SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEDMA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
08	ASSISTENCIA SOCIAL	110,70	813,78		924,48
08 122	ADMINISTRACAO GERAL	8,51	614,48		623,00
08 122 0021	GESTAO E MANUT DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	8,51	614,48		623,00
08 122 0021 1069	AQUIS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8,51			8,51
08 122 0021 2054	MANUTENCAO DA SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL		347,80		347,80
08 122 0021 2055	PROG DE VALOR PERMAN DOS SERV DA ASSIT SOCIAL		1,32		1,32
08 122 0021 2058	MANUT DE ATV DOS CONS GESTORES DE ASSIS SOCIAL				
08 122 0021 2114	MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL		265,36		265,36
08 241	ASSISTENCIA AO IDOSO		2,68		2,68
08 241 0024	PROTECAO SOCIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE		2,68		2,68
08 241 0024 2065	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA		2,68		2,68
08 242	ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA		2,09		2,09
08 242 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA		2,09		2,09
08 242 0023 2062	MANUT DO PROG DE ATENCAO A PESSOA COM DEFICIEN		2,09		2,09
08 243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	58,60	113,69		172,29
08 243 0021	GESTAO E MANUT DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	58,60	113,69		172,29
08 243 0021 1070	CONSTRUCAO DO ESP FISICO CONS TUTELAR	58,60			58,60
08 243 0021 2057	MANUTENCAO DAS ATIV DO CONSELHO TUTELAR		113,69		113,69
08 243 0027	CRIANCA E ADOLESCENTE				
08 243 0027 2067	MANUTENCAO DO FMDCA				
08 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	43,58	80,82		124,40
08 244 0021	GESTAO E MANUT DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL		33,57		33,57
08 244 0021 2056	MAN FUN ASSIS SOC E SEUS PROGRAMAS		33,57		33,57
08 244 0022	FUNDO MUNICIPAL PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAI		26,25		26,25
08 244 0022 2059	MANUTENCAO DO FUMPIS E FEAS		26,25		26,25
08 244 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA		20,89		20,89
08 244 0023 1071	PROG DE EMPREEND E DESENV SOCIO ECON				
08 244 0023 1073	CONSTR DE CASA TRANSITORIA DE PASSAGEM				
08 244 0023 2060	MANUT DE PROG DE QUALIF A USUARIOS		20,89		20,89
08 244 0023 2061	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ACAO DIGITAL				
08 244 0024	PROTECAO SOCIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				
08 244 0024 1074	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
08 244 0024 2064	MANUTENCAO DO PROG DE ATEND A EQUIPE VOLANTE				
08 244 0025	CADASTRO UNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS		0,10		0,10
08 244 0025 2066	MANUTENCAO DO CADASTRO UNICO / BOLSA FAMILIA		0,10		0,10
08 244 0026	BENEFICIOS EVENTUAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL	43,58			43,58
08 244 0026 1075	PROGRAMA DE ATENCAO A EMERG E BENEF EVENTUAIS	43,58			43,58
08 244 0026 1076	AQUISICAO DE VEICULO PARA BOLSA FAMILIA				
08 244 0027	CRIANCA E ADOLESCENTE				
08 244 0027 1077	CAPC DE CONSELHEIROS DE ASSOC BAIRROS				
08 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
08 451 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA				
08 451 0023 1072	CONSTRUCAO DO CENTRO DE MULTIPLO USO				
16	HABITACAO		40,25		40,25
16 481	HABITACAO RURAL		40,25		40,25
16 481 0023	PROTECAO SOCIAL BASICA		40,25		40,25
16 481 0023 2063	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE HABITACAO POPULAR		40,25		40,25
	TOTAL	110,70	854,03		964,73

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 09 SEC. DE DESENV. ECONOMICO E MEIO AMBIENTE - SEDMA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO				
04 695	TURISMO				
04 695 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04 695 0028 2068	TURISMO RURAL MANUT SALTO MAGESSI				
11	TRABALHO				
11 334	FOMENTO AO TRABALHO				
11 334 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
11 334 0028 1083	CURSOS DE CAPACITACAO E TECNOLOGIA AGRIC/AMBIENT				
13	CULTURA	135,59			135,59
13 392	DIFUSAO CULTURAL	135,59			135,59
13 392 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	135,59			135,59
13 392 0028 1081	REALIZACAO DE FESTIVAL DE PESCA	135,59			135,59
15	URBANISMO	9,40			9,40
15 452	SERVICOS URBANOS	9,40			9,40
15 452 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	9,40			9,40
15 452 0029 1093	IMPLANT DO PROJ DE ARBORIZACAO E JARDINAGEM	9,40			9,40
18	GESTAO AMBIENTAL	131,28			131,28
18 541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	8,70			8,70
18 541 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	8,70			8,70
18 541 0029 1090	REALIZACAO DO PROJ DE COMP AMBIENTAL NO FEST PES				
18 541 0029 1095	PROJETO DE RECUPERAC DE AREAS DEGRADADAS	8,70			8,70
18 542	CONTROLE AMBIENTAL	122,58			122,58
18 542 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	3,40			3,40
18 542 0029 1089	IMPLANTACAO DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM LIXO	3,40			3,40
18 542 0030	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE DESENV ECONOMICO E	119,18			119,18
18 542 0030 1096	REALIZACAO DE PROJETOS E LICENCAS AMBIENTAIS	119,18			119,18
20	AGRICULTURA	20,61	267,82		288,43
20 122	ADMINISTRACAO GERAL	4,09	267,82		271,91
20 122 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
20 122 0028 1085	CONSTRUCAO DO CEMITERIO MUNICIPAL				
20 122 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 122 0029 1094	AQUISICAO DE VEICULO				
20 122 0030	GESTAO E MANUT DA SECRETARIA DE DESENV ECONOMICO E	4,09	267,82		271,91
20 122 0030 1097	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4,09			4,09
20 122 0030 2069	MANUT DAS ATIV DA SEC DESENV ECON E MEIO AMBIENTE		267,82		267,82
20 334	FOMENTO AO TRABALHO	1,55			1,55
20 334 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1,55			1,55
20 334 0028 1080	ABERT AREA PARA CULTIVO NO ASSENT PONTE DE BARRO	1,55			1,55
20 392	DIFUSAO CULTURAL	10,96			10,96
20 392 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	10,96			10,96
20 392 0028 1087	REALIZACAO DE FESTIVIDADES E EVENTOS	10,96			10,96
20 542	CONTROLE AMBIENTAL				
20 542 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 542 0029 1079	PARCERIA COM INSTIT DE ENSINO ASSIST TECNICA				
20 572	DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	4,00			4,00
20 572 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL	4,00			4,00
20 572 0029 1091	AQUISICAO DE IMAGEM DE SATELITE	4,00			4,00
20 601	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL				
20 601 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 601 0029 1088	INCENTIVO A IMPLANTACAO DA AGRICULTURA ORGANICA				
20 606	EXTENSAO RURAL				
20 606 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
20 606 0028 1084	APOIO AOS PROJ DE AGRIC LOCAL E CULTIVO DE FITOT				
20 661	PROMOCAO INDUSTRIAL				
20 661 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
20 661 0028 1082	ELABORACAO DO PLANO DIRETOR				
20 691	PROMOCAO COMERCIAL				
20 691 0029	MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL				
20 691 0029 1092	IMPLANTACAO DO VIVEIRO/HORTA MUNICIPAL				
22	INDUSTRIA				
22 662	PRODUCAO INDUSTRIAL				
22 662 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
22 662 0028 1078	IMPLANT DE FABRIC DE FARINHA DE MANDIOCA NO ASSE				
26	TRANSPORTE				
26 781	TRANSPORTE AREO				
26 781 0028	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
26 781 0028 1086	IMPLANTACAO DO AEROPORTO				
	TOTAL	296,88	267,82		564,70

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 9

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 10 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA MUN - SANTA RITA DO

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
09	PREVIDENCIA SOCIAL	2,95	356,36		359,31
09 272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	2,95	356,36		359,31
09 272 0033	GESTAO DA POLITICA DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA	2,95	51,46		54,41
09 272 0033 1098	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE				
09 272 0033 1099	REALIZAR A CAPACITACAO DE SER.CONS. E COM. ADMINST	2,95			2,95
09 272 0033 2071	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO SANTA RITA PREV		51,46		51,46
09 272 0034	GESTAO DE CONCESSãO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIáRIOS		304,89		304,89
09 272 0034 2070	GARANTIR AOS SERVIDORES ACESSO A SEGURIDADE		304,89		304,89
99	RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS				
99 997	RESERVA LEGAL DO RPPS				
99 997 0079	RESERVA DE CONTINGÊNCIA -RPPS				
99 997 0079 9999	RESERVA ORçAMENTáRIA DO RPPS				
	TOTAL	2,95	356,36		359,31

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 10

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04.205.596/0001-17

ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2014

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) CONSOLIDADO em R$ Milhares

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
POR ÓRGÃO

ÓRGÃO : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*PROJETOS*	*ATIVIDADES*	*ESPECIAIS*	*TOTAL*
27	DESPORTO E LAZER	5,13	237,80		242,94
27 812	DESPORTO COMUNITARIO	0,95	237,80		238,76
27 812 0031	GESTAO E MANUTENCAO DA SEC DE ESPORTE E LAZER	0,95	232,59		233,54
27 812 0031 1100	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,95			0,95
27 812 0031 2072	MANUT E ENCARGOS DA SECRET DE ESPORTES		232,59		232,59
27 812 0032	ESPORTES E LAZER		5,21		5,21
27 812 0032 2073	MANUT PRACA DE ESPORTE E DO GINASIO POLISPORTIVO		5,21		5,21
27 813	LAZER	4,18			4,18
27 813 0032	ESPORTES E LAZER	4,18			4,18
27 813 0032 1101	CONST REFORMA DE INSFRAEST ESPORT E ESP DE LAZER				
27 813 0032 1102	AQUISICAO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS PERMANENTE				
27 813 0032 1103	REAL DE EVENTOS ESPORT E INCENT ESPORTE AMADOR	3,10			3,10
27 813 0032 1104	REALIZACAO DE CAMPEONATO INTERMUNICIPAL DE SALAO	1,08			1,08
	TOTAL	5,13	237,80		242,94
	TOTAL				18.825,34

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (receitas e despesas intra-orçamentárias e interferências financeiras).

Emissão: 23/3/2015 09:15:28 Página 11

Homologado

CONTRATOS E CONVENIO
DISTRATO AO CONTRATO N.º 038/2014

DISTRATO AO CONTRATO N.º 038/2014

Por este instrumento jurídico, O *MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO*, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 04. 205.596/0001-17, com sede na Avenida Flavio Luiz, nº 2.202, neste ato

representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Hugo Garcia Sobrinho, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 4.411. 191-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 748.627.828-68, residente e domiciliado no Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, à Rua Magester, quadra D, lote 11, doravante denominada de **Contratante**, e de outro lado como Contratada a empresa **M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB- ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 14.728.004/0001-03, com sede na Rua das Azaléias, Nº 257, Jardim Botânico, Sinop,CEP: 78. 556-074 - Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo proprietário o Senhor **Marcos Paulo de Oliveira Silva**,CPF Nº 511.018.632-86, tendo em vista os termos do contrato original N.º 038/2014, têm entre si como justo e contratado o que segue:

1. As partes firmaram entre si, em 23 de Maio de 2014, o Contrato 038/ 2014, vigente até 22/05/2015, sendo o objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços de criação, desenvolvimento, manutenção e suporte técnico ao Site da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT**

2. Por não haver mais interesse por parte dos contratantes em manter referido contrato de prestação de serviço, resolveram de comum acordo, rescindi-lo nesta data.

3. Uma vez adimplido o contrato, dão-se por encerradas as obrigações entre as partes, não cabendo mais qualquer tipo de questionamento judicial e extrajudicial, no que se refere ao contrato de prestação de serviços em sua totalidade, bem como ao presente instrumento.

4. Fica eleito o foro da Comarca em Nova Mutum/MT para dirimir eventual litígio oriundo da presente rescisão.

Assim, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Santa Rita do Trivelato/MT, 24 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB- ME

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Arilson A da silva Fonseca

CPF: 570.573.891-91

_____

Nome: Arlito Francisco da Silva

CPF: 023.113.731-10

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 066/2015

DE 24 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (a pedido) DA Sra. GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PEDAGÓGICA 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar (a pedido) a Sra.

GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO

, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1290385-0 SSP/MT, e CPF nº 841.215.641-20, do Cargo em Comissão de ASSESSORIA PEDAGÓGICA 40 horas.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 24 de Março de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 064/2015

PORTARIA Nº 064/2015

DE 23 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA CREUNICE DA SILVA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" a servidora **CREUNICE DA SILVA COSTA** portadora do CPF: 009.539.001-03, com sua vigência de 23/03/ 2015 a 21/06/2015.

Art. 2º

- A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

OBJETO: Locação de um imóvel residencial destinado a funcionamento da Unidade de programa de Saúde da Família Urbana para o exercício de 2015, neste município de Santa Terezinha – MT.

FAVORECIDO: ELVECIANO BARROS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICA: Nº 02/2015

VALOR GLOBAL: R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

Ratifico a Dispensa de licitação em concordância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de locação de imóvel, nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/93 e nas alterações posteriores.

anta Terezinha, 24 de março de 2015.

CRISTIANO GOMES E CUNHA-Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVOCA O CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCA O CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Senhor **VALDIR RIBEIRO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Artigo 1° - Convocar a Candidata classificada no Concurso Público Municipal nº 001/2014, Sra. **Felismina Silva de Souza**, Técnico em Enfermagem – Unidade de Saúde de Olho D'Água, Secretaria Municipal de Saúde, a comparecer na Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 05 de Março de 2015.

VALDIR RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N 010/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO *PROCESSO Nº 011/2015/CPL/PP*

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, para aquisição de 03 (três) motocicletas, 150 Cilindradas na Cor Prata, vermelha ou preta, zero Km, ano modelo 2015, 149,2 CC, motor OHC, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar, sistema de partida elétrica, sistema de injeção eletrônica PGM-FI, sistema de freio dianteiro a disco c/240 mm, sistema de freios traz. A tambor c/130mm e combustível flex, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e especificações no Termo de Referência no Anexo I deste Edital. Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08:00 horas do dia 09 de Abril de 2015**, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 24 de Março de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 002/2015

De 12 de Janeiro de 2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO 003/2015

PREGÃO Nº 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por serviço o **Pregão Presencial modelo Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Horas de Manutenção Mecânica Preventiva e Corretiva em veículos das Secretarias desta Prefeitura, conforme Planilha de Quantitativos dos Serviços constantes no Anexo I.** Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 003/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quan-

tidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: A L J TRIACCA & CIA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 00.239.711/0001-13, sediada na Rua do Comercio nº 1145 Bairro Parque Castelândia Primavera do Leste-MT, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário Leocir João Triacca, nacionalidade Brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1099760, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 567.429.081-49.

Fornecedor: ALECIO TAFAREL – COMERCIO ME, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 05.114.245/0001-63, sediada na Av. Florianópolis s/n Centro Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo seu proprietário S.r. Alécio Tafarel, brasileiro, casado, portador da carteira de Identidade nº. 486.760, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 352.173.591-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SERVIÇO

1.0. Este instrumento tem por objetivo o Pregão Presencial modelo Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Horas de Manutenção Mecânica Preventiva e Corretiva em veículos das Secretarias desta Prefeitura, conforme Planilha de Quantitativos dos Serviços constantes no Anexo I. Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) serviços(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Licitação: 000003/15 PREGÃO PRESENCIAL Sessão: 1

1094 - ALECIO TAFAREL COMERCIO - ME

Item Código Descrição do Produto/Serviço Unidade Quantidade Valor Unitário Valor Total

1 001.022.004 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 1.600 84,00 134.400,00

3 001.022.002 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 500 74,00 37.000,00

Valor Total Geral: 171.400,00

1203 - L.J. TRIACCA E CIA LTDA

Item Código Descrição do Produto/Serviço Unidade Quantidade Valor Unitário Valor Total

2 001.022.005 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 2.400 83,00 199.200,00

4 001.022.003 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 1.400 73,00 102.200,00

Valor Total Geral: 301.400,00

Valor Total da Licitação: 472.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os serviços/produtos contratados deverão ser realizados na sede da empresa vencedora ou em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do serviço é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar

contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os mesmos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do serviço contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de profissional qualificado/capacitado ou de ferramenta/instrumento de

trabalho cujo fornecimento de serviços incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, serviço desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas

administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do serviço desta licitação ocorrerá à conta da Dotação Orçamentária:

Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.2002.2005.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde

05.01.10.301.5006.2032.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

06.01.12.361.5007.2035.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Educação – (Transporte Escolar)

06.01.12.361.5007.5043.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoas Jurídica

Secretaria Municipal de Assistência Social

07.01.08.244.2009.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

09.01.15.452.5011.2062.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 003/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 24 de Março de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal

WEVERTON ANCELMO P DE SOUSA

Pregoeiro

ALÉCIO TAFAREL COMERCIO - ME

CNPJ: 05.114.245/0001-63

L. J. TRIACCA & Cia LTDA - EPP

CNPJ: 00.239.711/0001-13

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

DECRETO Nº 032/2015

DECRETO Nº 032/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAPEZAL - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal - MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado final do Processo Seletivo nº 002/2015, publicado no dia 23/03/2015, contendo a relação dos aprovados, dos reprovados e desclassificados, conforme Edital nº 02/2015, anexo a este decreto.

Parágrafo Único - O Processo Seletivo nº 002/2015 deverá ser publicado no Mural da Prefeitura, no Jornal Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura de Sapezal (www.sapezal.mt.gov.br).

Art. 2º - O Processo Seletivo nº 002/2015 terá validade até o dia 02 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal-MT, aos 24 dias do mês de março do ano de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PP/SRP Nº. 007/2015

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PP/SRP Nº. 007/2015

PROCESSO Nº 008/2015

A Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015, sob o regime de Execução Indireta, do tipo *MENOR PREÇO* a critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA,HIGIENICO,UTENSILIOS PARA COPA E COZINHA E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME TERMO DE REFERECIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO. Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as 8h: 50min do dia 07 DE Abril de 2015 (terça - feira), na Rua 3 s/nº. No Paço Municipal. A sessão terá início às 9h00min, (horário de Brasília), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do **site: www.serranovadouradamt.com.br** ou e-mail: **sndourada@hotmail.com**das 14h00min as 17h30min, na Rua 3 s/nº(Paço Municipal), Centro, Serra Nova Dourada - MT. Maiores contato: tel. (66)3473.1010 ou 1012. Falar no Depto de Licitação ramal 207.

Serra Nova Dourada – MT, 24 de março de 2015.

Visto: EDSON YUKIO OGATHA

Prefeito Municipal

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 SRP 024/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 017/2015 SRP 024/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: **Aquisição de Botões de Rosas e Arranjos de Flores Naturais para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 08/04/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. Sinop/MT, 24 de março de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

GABINETE
PORTARIA Nº. 174/2015

DATA: 23 de março de 2015

SÚMULA: Defere averbação por tempo de Contribuição.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º.Deferir a averbação do tempo de contribuição, do servidorCarlos Eduardo Furtado Blanco, no período de 01/03/1983 a 30/08/1986; 01/09/2001 a 18/11/2003; 01/05/1971 a 15/06/1971; 01/08/1971 a 15/03/1972; 01/11/1972 a 31/03/1973; 01/01/1975 a 20/12/1975 ; 01/09/1978 a 01/08/1979prestadojunto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSSsob protocolo 10001080.1.00017/09-9totalizando 3199 (dias) correspondendo a 08 (oito) anos, 9 (nove) meses e 9 (nove) Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 SRP 026/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 019/2015 SRP 026/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: **Aquisições de vasilhames de Gás GLP 13 KG e seus acessórios para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 08/04/2015 às 15h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. Sinop/MT, 24 de março de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 SRP 025/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 018/2015 SRP 025/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: **Aquisições de camisetas para atender as Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação**. ABERTURA da SESSÃO: 08/04/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. Sinop/MT, 24 de março de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, com sua sede localizada na Avenida das Figueiras n° 1835, na cidade de Sinop – MT, através da Comissão de Licitação, faz saber que a Sessão Pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas referente à Licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo TÉCNICA E PREÇO N° 001/2015, tendo como objeto a "contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara MUNICIPAL"será realizada dia 31/03/2015, às 14:00 horas na sede da Câmara Municipal de Sinop – MT.

Sinop – MT, 25 de Março de 2015.

Marcieli R. Gomes

Presidente da Comissão de Licitação

GABINETE
LEI Nº. 2108/2015

DATA: 24 de março de 2015

SÚMULA: Autoriza o Município de Sinop desafetar o imóvel que especifica e doar à Associação Protetora dos Animais do Município de Sinop – APAMS, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Município de Sinop autorizado a desafetar o imóvel urbano denominado de Área Institucional nº 02, com dimensão de 5.287,17 m² (cinco mil, duzentos e oitenta e sete metros e dezessete centímetros quadrados), situado no Loteamento Jardim Safira, constante do perímetro urbano da cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, dentro dos seguintes limites e confrontações: **Norte**: confrontando-se com a Rua José Inácio Enzweiller, na distância de 90,96 metros; **Leste**: confrontando-se com a Área Verde 4, na distância de 55,16 metros; **Sul**: confrontando-se com a Chácara 42 na distância de 91,82 metros; **Oeste:** confrontando-se com a Rua 09, na distância de 52,66 metros e um arco de 12,84 metros com Raio de 10,50 metros, objeto da Matrícula 37.995, do RI de Sinop, conforme Memorial Descritivo em apenso, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo a doar o imóvel descrito no artigo anterior à Associação Protetora dos Animais – APAMS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob nº 07.918.317/0001-50, com sede à Rua dos Imbés, nº 37, centro, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 083/2008, de 03 de novembro de 2008, para a construção de sua sede própria.

Art. 3º. O imóvel doado reverterá ao domínio do Município por anulação pura e simples do documento de doação, caso a Associação Protetora dos Animais – APAMS:

I - não inicie efetivamente a construção de sua sede própria no prazo de 02 (dois) anos; e

II - na hipótese de que o imóvel doado não seja utilizado para os fins especificados nesta Lei.

Art. 4º. Revogado a doação, o imóvel será revertido ao Município sem que assista à APAMS o direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias nele realizado.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1546/2011, de 27 de novembro de 2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DO MATO GROSSO.

EM, 24 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 048/2015

Concede promoção horizontal por titulação e conclusão de cursos aos servidores que menciona.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe os artigos 21 a 28 da Resolução nº 006/2011(PCCS) e suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder promoção horizontal por titulação e conclusão de cursos, conforme Resolução nº 006/2011 e suas alterações posteriores, aos servidores que menciona:

Servidor	*Cargo*	**Promoção Horizontal**
Priscilla Vieira Leitzke	Contadora	Classe “B” para Classe “C”
Salmo Rodrigues da Costa	Auxiliar Legislativo	Classe “A” para Classe “B”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO – MT

Em, 19 de março de 2015

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial** nº 016/2015. TIPO: Menor preço por item. OBJETO: Aquisição de veículos destinados as Secretarias Municipais. ABERT**URA da SESSÃO: 06/04**/2015 às 15h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. ÍNTEGRA DO EDITAL: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. Sinop/MT, 24 de março de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE ENCERRAMENTO

Modalidade: **CONVITE**

Processo nº: **001/2015**

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e quinze, na sala de licitação, da Câmara Municipal de Sinop, localizada a Avenida das Figueiras nº 1835, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, sendo Presidente a Sra. Marcieli R. Gomes, Secretário o Sr. Luiz Antonio Calegari e membro a Sra. Laura M. P. Sandim de Oliveira nomeados através da Portaria nº 017/2015, resolveu encerrar o processo licitatório CONVITE, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Nº 001/2015, tendo como objeto a Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Material Gráfico, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Sinop, que embora tendo três empresas Habilitadas, não houve três Propostas de preços validas para cada item, não havendo interposição de recurso contra a decisão da comissão. Sendo assim a licitação foi FRACASSADA, sendo encerrada.

Marcieli R. Gomes Presidente
Luiz Antonio Calegari Secretário
Laura M. P. Sandim de Oliveira Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 049/2015

Nomeia a Sra. Silvana Hosti para exercer o cargo em comissão de Chefe do Setor de Compras, referência CC-02.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. Silvana Hosti para exercer o cargo em comissão de Chefe do Setor de Compras, referência CC-02, com efeitos retroativos a 09/03/2015.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 19 de março de 2015

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 SRP 027/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 020/2015 SRP 027/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM / MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO. **OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção dos veículos da Frota Municipal, em caráter preventivo e corretivo, com fornecimento de peças e acessórios originais e sem uso, para atender as necessidades da Administração Municipal**. ABERTURA da SESSÃO: 07/04/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. Sinop/MT, 24 de março de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 291, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia presidente da Comissão Municipal de Licitação, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Sra. Marizete Marchioro Barbieri como Presidente da Comissão Municipal de Licitação no período de 24.03.2015 a 27.03.2015.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 24 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2015

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi vencedora do certame a empresa: **PETRY & MONTEIRO LTDA ME**, CNPJ N. 12.107.535/0001-45**,** nos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, no Valor Total de R$ 69.010,60.

CRISTIAN CEZAR GIRARDI

PREGOEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 290, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia fiscal de contrato e obra, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o servidor Rafael Perin Gilioli, Arquiteto e Urbanista, CAU/MT A57714-6, como fiscal de contrato e de obra do Contrato nº 013/2015 que trata da Reforma e Ampliação da Escola Municipal Aureliano Pereira da Silva.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 798/2014;

Art. 3º

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 23 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 289, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Substitui fiscal de contrato, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Substituir a servidora Marcia de Lurdes Cesco Valendolf, pela servidora Maristela Zanata nos dias 06 e 07 de abril, para fazer parte da Reunião de Abertura dos Envelopes das empresas participantes da licitação do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS), referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCVM), nos seguintes contratos:

Tomada de Preço nº 004/2015: PTTS no Residencial Santa Cecilia;

Tomada de Preço nº 005/2015: PTTS no Residencial São Francisco;

Tomada de Preço nº 006/2015

: PTTS no Residencial Santa Maria I;

Tomada de Preço nº 007/2015: PTTS no Residencial Santa Maria II;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 23 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 288, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia fiscal de contrato, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Engenheira Civil Gabriela Polachini, CREA-MT nº 1211208044 como fiscal do Contrato da Tomada de Preços nº 013/2015 com a finalidade de:

Contratação de pessoa jurídica para a execução de terraplanagem nos terrenos das Praças do Jardim Primavera e Amazônia, conforme detalhamento que se encontra no Projeto Básico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 23 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 287, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia fiscais de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear fiscais do Contrato do Pregão Presencial nº 034/2015, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de diárias de hospedagem em hotel e refeição Self Service (Refeição Comercial, Almoço e Jantar) para atender aos participantes de eventos promovidos pelo município, conforme as necessidades das Secretarias Municipais os seguintes servidores:

a)Secretaria Municipal de Administração: Perla Cristina Davoglio;

b)Secretaria Municipal de Assistência Social: Paula Renata Lima Campos;

c)Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Rosemar Maria Correa;

d)Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Fábio Cesar Beltrame;

e)Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo: Jorge Luiz de Oliveira Campos;

f)Gabinete do Prefeito: Elidiane Zucheto Machado;

g)Secretaria Municipal de Cidade: Vivianez Marafon;

h)Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Claudiney da Silva Oliveira;

i)Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento: Fátima Regina Wansen de Lima;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 23 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 286, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros para compor a Comissão do Projeto Reconhecendo Esforços, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomearmembros para compor a Comissão do Projeto Reconhecendo Esforços, que será composta pelos seguintes membros:

Adriana Ester Reichert Palu

Clarice Vieira Dantas

Hermes Galeazzi

Lenide Aves Pereira

Rosemary Onilde Taffarel

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso em 23 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 043/2015

Data: 19 de março de 2015.

Designa o servidor Reginaldo de Souza como Fiscal Técnico do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2014 da Câmara Municipal de Sorriso e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a necessidade de atender o dispositivo do Artigo 67 da Lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Reginaldo de Souza**,nomeado pela Portaria nº 111, de 07 de agosto de 2013, no Cargo de Secretário Executivo, para exercer a função de Fiscal Técnico do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2014, que tem como objeto a execução dos serviços de digitalização, indexação e armazenamento em banco de dados para a Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de março de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES EXTRATO DE CONTRATO

I Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2014

Contratante : CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO.

Contratada:SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA – SERPREL CONSULTORIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.403.765/0001-96

Data Assinatura: 19/03/2015 Vigência:19/03/2015 a 19/04/2015

Objeto:É a prorrogação do *prazo* do contrato principal pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência, de acordo com o presente instrumento, até 19/04/2015. (Classificação Orçamentária): 01.001.01.031.0200.2001.3390.35.0000 - 01.001.01.031.0001.2.001 - 3390.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT
EXTRATO DE CONTRATO

CARTA CONVITE N° 002-2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº: 001/2015

PARTES: *CONTRATANTE* - **PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT**, CONTRATADA - **BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil, abrangendo os seguintes serviços:** - Assessoria contábil e administrativa de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal complementar nº 101/2000) e demais normas em vigor, junto à equipe técnica e Diretoria Executiva da Previdência Social dos Servidores Públicos de Sorriso - MT; - Acompanhamento e Assessoria da Implementação da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público; - Consultoria no Setor de Patrimônio, Recursos Humanos, Planejamento e Compras; - Acompanhamento dos Fechamentos Contábeis, Mensais e Contas Anuais de Gestão; - Conferência da Movimentação Mensal dos processos Físicos e Informes a serem encaminhados por meio eletrônico via sistema Aplic Cidadão e demais sistemas, conforme Proposta da Carta Convite nº 002/2015. VALOR GLOBAL: 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas mensais de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 12/03/2015 a 31/12/2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato nº 006/2015; Contratante: Câmara Municipal de Sorriso. **Contratada: EDITORA DE LIZ LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF n.º 07.773.026/0001-11. *Data da Assinatura:* 24/03/2015. **Vigência:** 24/03/2015 à 31/12/2015. **Objeto:** Prestação de Serviços de Confecção e Impressão de Materiais Gráficos **Valor:** R$ 390,00 (trezentos e noventa reais) – referente ao iten nº 7. Conforme consta no Edital de licitação Tomada de Preços nº 003/2015. **Dotação Orçamentária:** 01.001.01.031.0200.2001.33.90.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

Contrato nº 007/2015; Contratante: Câmara Municipal de Sorriso. **Contratada: OUTIMPRESS INDÚSTRIA GRÁFICA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.858.637/0001-74. Data da Assinatura:24/03/2015. Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015. Objeto: Prestação de Serviços de Confecção e Impressão de Materiais Gráficos Valor: R$ 19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais) – referente aos itens nº 1, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21. Conforme consta no Edital de licitação Tomada de Preços nº 003/2015. D**otação Orçamentária**: 01.001.01.031.0200.2001.33.90.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

Contrato nº 008/2015; Contratante: Câmara Municipal de Sorriso. **Contratada: 4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº13.278.238/0001-25. Data da Assinatura: 24/03/2015. **Vigência:** 24/03/2015 à 31/12/2015. **Objeto:** Prestação de Serviços de Confec-

ção e Impressão de Materiais Gráficos **Valor:** R$ 2.571,40 (dois mil quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos) – referente aos itens nº 2, 3 e 10. Conforme consta no Edital de licitação Tomada de Preços nº 003/2015. **Dotação Orçamentária:** 01.001.01.031.0200.2001.33.90.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 044/2015

Data: 23 de março de 2015.

Designa o servidor Reginaldo de Souza como Fiscal Técnico dos Contratos nºs 06/2015, 07/2015 e 08/2015 da Câmara Municipal de Sorriso e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a necessidade de atender o dispositivo do Artigo 67 da Lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Reginaldo de Souza**,nomeado pela Portaria nº 111, de 07 de agosto de 2013, no Cargo de Secretário Executivo, para exercer a função de Fiscal Técnico dos Contratos nºs 06/2015, 07/2015 e 08/2015, que tem como objeto a confecção e impressão de materiais gráficos para a Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 23 de março de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SETOR CONVÊNIOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 067/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n° 2.408/2014

OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a **CLÁUSULA QUARTA** do Termo de Convênio 067/2014, que passa a ter a seguinte redação.

VIGÊNCIA: 31/03/2015

DATA DE ASSINATURA: 20/02/2015

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO N.º 011/2015

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Presidente Comissão de Licitação, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi vencedora do certame a empresa: **GAUZE & PAULINI LTDA ME.,** CNPJ N.º 11.184.735/0001-39, no Valor Total de R$ 258.186,47.

MARISETE M. BARBIERI

Presidente Provisória da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

V TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 089/2013 – TOMADA DE PREÇO Nº 010/2013

Contratado (a): JOAO DA LUZ PROENCA FILHO - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – Fica aditado o Contrato de nº 089/2013, Tomada de Preço nº 010/2013 no que concerne a Cláusula Quinta, prorrogando por 120 (cento e vinte) dias sendo até o dia 13 de julho de 2015, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2015

CARTA CONVITE Nº 005/2015

Contratado (a): CHRISTIAN DIAS VIRIATO.

OBJETO - O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de um engenheiro agrônomo civil para desenvolver projetos e levantamentos ligados ao setor primário bem como agricultura, pecuária e pesca no município de São José do Povo. Pelo contratado à contratante.

VALOR TOTAL– O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), sendo pago através de depósito em conta bancária de titularidade do contratante, em 10 (dez) parcelas iguais de R$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante solicitação do Secretário da pasta.

VIGÊNCIA – O Presente contrato terá vigência no período de 23 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entres os partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2015

CARTA CONVITE Nº 006/2015

Contratado (a): REGINALDO ADRIANO XAVIER.

OBJETO - O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de um engenheiro civil para fiscalizar obras do munícipio (como autorizar, habite-se, aprovar projetos entre outros que for de sua competência). Pelo contratado à contratante.

VALOR TOTAL– O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo pago através de depósito em conta bancária de titularidade do contratante, em 10 (dez) parcelas iguais de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante solicitação do Secretário da pasta.

VIGÊNCIA

– O Presente contrato terá vigência no período de 23 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entres os partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
EXTRATO DE CONTRATO 2/2015

INST. MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

Contrato de Prestação de Serviços nº 2/2015.

Contratada: AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA.

CNPJ: 26.804.377/0004-30

Objeto: LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, GERENCIAL, ORÇAMENTO DE ACORDO COM A LEI 4.320/64, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A PORTARIA MPAS 916/2003, PATRIMONIO, TESOURARIA, COMPRAS, LICITAÇÃO e CONTRATOS, RECURSOS HUMANOS e FOLHA DE PAGAMENTO, GERENCIAMENTO DE BENEFÍCIOS, CONTROLE INTERNO, PROTOCOLO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

Valor: R$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 5/03/2015.

Data de vigência: 4/03/2016.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **Natanael Casavechia**, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, no processo para Contratação da empresa **AMARAL & SANTOS AMARAL LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.214.086/0001-02, para a prestação de serviço no transporte de pacientes usuários do sistema Único de Saúde (SUS), do Município de São José do Rio Claro a Cuiabá, estima-se para essa contratação o valor de R$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais) e serão pagos com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no **caput** do art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

São Jose do Rio Claro – MT, 18 de março de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso,

Sr.ª RAQUEL CAMPOS COELHO

, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, II da Constituição Federal e o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004, convoca:

Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado Municipal n° 001/2014, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 26 de Março de 2015 no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, para assumir suas funções, apresentando a seguinte documentação constante no Edital n° 001/2014 do Processo Seletivo Simplificado.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no concurso público de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a)Ter-se classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b)Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c)Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d)Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

e)Estar em pleno de seus direitos civis e políticos;

f)Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g)Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h)Ter aptidão física e mental para exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i)Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da posse;

j)Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente para os cargos que assim exigem;

k)Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais;

1ª FASE:

l)Apresentar cópias com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral, Certidão de Nascimento ou Casamento, Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, comprovante da última votação, reservista e carteira profissional e respectiva inscrição no órgão competente, diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo devidamente autenticado em cartório.

m)Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

n)Comprovante de endereço;

o)Certidão negativa de débito municipal;

p)Declaração de antecedentes criminais, (www.jfmt.jus.br) (www.tjmt.jus.br);

q)Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88,

2ª FASE

r)Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇÃO
107	EDSON TUCAMOTO	Orientador Social	2º

OBS: o não comparecimento do (a) no prazo de 02 (dois) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 24 de Março de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Distrato que entre si celebram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.317/0001-03, situada à Avenida Mauro Pires Gomes, n.º 41, Centro, neste ato representada pela sua digníssima Prefeito, Srª. **RAQUEL CAMPOS COELHO**, brasileira, casada, portadora do RG nº MG- 7139111 SSP/MG e do CPF nº 658.743.746-04 e por outro lado, o Srª. **LARISSA FERREIRA MENDONÇA**, Portador(a) da Cédula de Identidade **Nº528146-7 SSP/GO** inscrito(a) no CPF sob o nº **019.689.001-28,** residente e domiciliado(a) **RUA VINTE DE DEZEMBRO**,

Nº10, CENTRO

, Município de São José do Xingu – MT,

As partes ajustam entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - As partes DISTRATAM na presente data, o CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO nº 005/2014, firmado entre as partes no dia 05/08/2014.

. CLÁUSULA 2ª - Nenhuma das partes terá direito de reclamar qualquer indenização ou pagamento em atraso.

CLÁUSULA 3ª - Com este DISTRATO, o Contrato anteriormente firmado perderá a validade.

Estando as partes justas e acertadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

São José do Xingu- MT, 23 de Março de 2015.

_____

RAQUEL CAMPOS COELHO

Prefeita Municipal

_____

Contratado

DECRETO Nº 057/2015

DECRETO Nº 057/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES**, do cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Licitação, junto a Secretaria Municipal de Administração, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 23 de março de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº. 052/2015

PORTARIA Nº. 052/2015

DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA SAÚDE CONCEDIDA PELO INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL) PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação vigente, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, públicos municipais, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a LICENÇA SAÚDE para a Servidora, ELIENE TAVARES DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Social, exercendo o cargo de Conselheira Tutelar Municipal, neste município de São Jose do Xingu – MT, conforme a comunicação de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social sobre o benefício nº 16811941732, no período de 02 de março a 13 de abril de 2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 02/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 24 de março de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 050/2015

PORTARIA Nº. 050/2015

DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com artigo 88 do Estatuto dos Servidores Municipais e Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Maternidade a Servidora, *JACKSIANA DE SOUZA SILVA,* lotada na Secretaria municipal de Saúde, exercendo o cargo de Técnica em sistema do Processo Regulatório**,** neste município de São José do Xingu – MT, no período de 09 de março de 2015 a 05 de setembro de 2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 09/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 20 de março de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita municipal

Registre-se, publique-se

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO Nº 056/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **WELTON LUICIANO TEIXEIRA**, no cargo em Comissão de PREGOEIRO da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 18 de Março de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº. 051/2015

PORTARIA Nº. 051/2015

DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO DO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT,E DA SUA EQUIPE DE APOIO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 045/2007.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. ª RAQUEL CAMPOS COELHO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições da Lei Federal n° 10.520, de 17 de Julho de 2002, e do Decreto Municipal n° 045, de 02 de Maio de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à substituição de membro da equipe de apoio do pregoeiro à servidora Aline Michelly Leoncini Vieira pelo servidor publico municipal, Aloizio Rodriguesda Silva**,** conforme a Portaria 006/2014,para exercer a função como membro da equipe de Pregoeiro do município de São José do Xingu - MT, nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002 e do Decreto n° 045/2007.

Art. 2º O servidor Marcos Rogério Pereira Nunes que exerce a função de pregoeiro do município de São Jose do Xingu-MT, nos te nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002 e do Decreto n° 045/2007

Art. 3º - Compete ao Pregoeiro, entre outros, as seguintes atividades:

I – Coordenar os trabalhos da equipe de apoio e conduzir todos os procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão;

II – Credenciar os interessados mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para a formulação de propostas e dos demais atos inerentes ao certame;

II – receber a declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes de propostas de preços e dos envelopes de documentos de habilitação;

IV – Promover a abertura dos envelopes de propostas de preços, analisar e desclassificar as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazo e condições fixados no edital;

V – Selecionar e ordenar as propostas de preços não desclassificados, observando o disposto nos inícios VIII e IX do Art. 4° da Lei Federal n° 10. 5020/02;

VI – Classificar as ofertas depois de conjugados, as propostas e os lances, e decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII – Promover a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII – Analisar os documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX – Adjudicar o objetivo ao licitante vencedor se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso XVII, do art. 12 do Decreto n° 045/07;

X – Elaborar a ata da sessão pública, que contará sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) Do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) Das propostas apresentadas, dos desclassificados e dos selecionados para a etapa de lances;

c) Dos lances da classificação das ofertas;

d) Da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) Da negociação de preço;

f) Da análise dos documentos de habilitação;

g) Da manifestação da intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XI – Encaminhar o processo devidamente instruído após a sua adjudicação à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII – Propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente, quando necessário.

Art. 4° - Fica instituída e nomeada a Equipe de Apoio do Pregoeiro, para examinar e conferir as informações da situação contábil, financeira, patrimonial, e estrutural dos licitantes, visando garantir a validade dos documentos recebidos nos certames licitatórios.

Parágrafo Único – A Equipe de Apoio do Pregoeiro de que trata o caput será composta pelos servidores, Aloízio Rodrigues da Silva, Fernanda Alves Bezerra e Aline Michelly Leoncini Vieira.

Art. 5° As atribuições da Equipe de Apoio do Pregoeiro são as seguintes:

I – Auxiliar o Pregoeiro nas analises de encaminhamento dos processos dos internos e externos do Pregão;

II – Auxiliar o Pregoeiro nas fases de abertura, julgamento e encerramento das sessões públicas do pregão;

III – Auxiliar nos serviços inerentes aos recursos interpostos;

IV – Exercer outras atividades sob a orientação do Pregoeiro.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 23 DE MARÇO DE 2015.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DECRETO Nº 058/2015

DECRETO Nº 058/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 23 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor **MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES,** no cargo em Comissão de PREGOEIRO da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Paragrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R $ 2.968,24 (Dois Mil Novecentos e sessenta e oito reais e vinte quatro centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 23 de março de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 256/2015

Contrato de Pessoal n°.256/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 256/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Lucilene Aparecida Da Silva Leite

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas insuficiência de ch para convocação de concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Lucilene Aparecida Da Silva Leite

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 266/2015

Contrato de Pessoal n°. 266/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 266/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Kevim Claudio Da Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Instrutor de Oficina Teclado, Violão e Coral

Carga Horária: 40 horas em atendimento de alunos das oficinas culturais

Dotação: 02.022.0.0.13392.0033.2204 Manutenção Do Departamento De Cultura 3.1.90.04.00.00 0100000000 (Manutenção - Departamento De Cultura - Contratos)

Data da Assinatura: 11/02/2015.

Vigência:

11/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Kevim Claudio Da Silva

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 008/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos Especializados na área de Cardiologia e Otorrinolaringologia.
CONTRATADA: EVIDÊNCIA CLÍNICA MÉDICA S/S LTDA, CNPJ 06 171 234 0001 88
VIGÊNCIA: 13 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 264/2015

Contrato de Pessoal n°. 264/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 264/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Fatima Pereira Da Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com as Leis Municipais nº. **3149/2009, 3320/2010 e 3340/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências

Cargo: Assistente de gestão – farmácia popular

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação

: 03.03100.10.303.0017.2319 Manutenção da Farmácia Popular, 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência: 10/02/2015 a 09/02/2016.

Secretaria: Saúde.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Luciléia Oliveira Rodrigues; Fatima Pereira Da Silva.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

CONTRATO: 007/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em Cardiologia e Buco-Maxilo
CONTRATADA: RENATA TEIXEIRA LADEIRA & CIA TLDA - ME, CNPJ 19.655.120/0001-55.
VIGÊNCIA: 13 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 263/2015

Contrato de Pessoal n°. 263/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 263/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Iracilda Ventura Gonçalves Ferreira

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Ajud. De Serv. Gerais Semec

Carga Horária: 40 horas vaga livre até posse de concurso público

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2208 Manutenção Depto E Centros De Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Iracilda Ventura Gonçalves Ferreira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 262/2012

Contrato de Pessoal n°. 262/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 262/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Laudeci Das Dores Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Ajud. De Serv. Gerais Semec

Carga Horária: 40 horas em substituição a Lenir Terezinha

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2208 Manutenção Depto E Centros De Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Laudeci Das Dores Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 267/2015

Contrato de Pessoal n°. 267/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 267/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Rogério Bertoldo Trindade Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Instrutor de Oficina de Teatro

Carga Horária: 40 horas em atendimento de alunos das oficinas culturais

Dotação: 02.022.0.0.13392.0033.2204 Manutenção Do Departamento De Cultura 3.1.90.04.00.00 0100000000 (Manutenção - Departamento De Cultura - Contratos).

Data da Assinatura: 11/02/2015.

Vigência:

11/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Rogério Bertoldo Trindade Silva

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 006/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médico-hospitalares especializados em Otorrinolaringologia e Ortopedia.
CONTRATADA: SMHO SERVIÇOS HOSPITALARES, CNPJ 07.093. 364/0001-02.
VIGÊNCIA: 08 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 005/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em Fonoaudiologia.
CONTRATADA: CLINICA INTEGRADA DE FONOAUDIOLOGIA DE TANGARA DA SERRA LTDA, CNPJ 03 840 274 0001 87.
VIGÊNCIA: 08 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 009/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos na Especialidade de Exames e Diagnósticos por Imagem.
CONTRATADA: DATA MED LTDA, CNPJ 91 574 012 0001 85.
VIGÊNCIA: 14 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 010/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em serviços Médico-Hospitalares.
CONTRATADA: R. G. DE LIMA MEDEIROS & CIA LTDA, CNPJ 00 873 794 0001 06.
VIGÊNCIA: 15 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 268/2015

Contrato de Pessoal n°. 268/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 268/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Gecira Da Penha De Borges

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Instrutor de Oficina de Teatro

Carga Horária: Prof. Anos Iniciais 1º Ao 5º Ano - Zona Urbana

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência:

12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Gecira Da Penha De Borges

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 011/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médico Especializado na área de Endocrinologia
CONTRATADA: ARGOLO & GUIMARÃES SOCIEDADE MÉDICA, CNPJ 20 632 198 0001 33
VIGÊNCIA: 20 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 004/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos Especializados na área de Diagnóstico por Imagem
CONTRATADA: DIS – DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE SORRISO LTDA – ME, CNPJ 14.677.583/0001-02
VIGÊNCIA: 07 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 003/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos Especializados na área de Dermatologia
CONTRATADA: TIUSSI CLÍNICA DERMATOLÓGICA LTDA - ME, CNPJ sob número 14.919.776/0001-14
VIGÊNCIA: 07 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 012/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos Especializados na área de Ginecologia
CONTRATADA: CASTANHA & SOUTO SOCIEDADE MÉDICA, CNPJ 13.687.687/0001-27
VIGÊNCIA: 20 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 013/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médico-Hospitalares
CONTRATADA: HOSPITAL MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CNPJ 03 507 522 0001 72
VIGÊNCIA: 17 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 014/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços Médico-Hospitalares Especializados em Otorrinolaringologia.
CONTRATADA: E. Z. C. GOMES CLÍNICA MÉDICA, CNPJ 05 652 898 0001 04.
VIGÊNCIA: 26 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 015/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços Médico-Hospitalares Especializados em Cardiologia.
CONTRATADA: GONÇALVES & TENROLLER SOCIEDADE MÉDICA, CNPJ 15 540 274 0001 50.
VIGÊNCIA: 23 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 016/CISMNORTE/2015

OBJETO: Prestação de serviços médico especializados em Buco-Maxilo-Facial.
CONTRATADA: SQUILLACE FISIOTERAPIA E ODONTOLOGIA S/S LTDA, CNPJ 07 052 802 0001 94.
VIGÊNCIA: 23 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 269/2015

Contrato de Pessoal n°. 269/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 269/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Rosangela Betanin Santos Da Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Anos Iniciais 1º Ao 5º Ano - Zona Urbana

Carga Horária: 18 horas insuficiência de ch para convocação do concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 11/02/2015.

Vigência:

12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Rosangela Betanin Santos Da Silva

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 017/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços Médico-Hospitalares Especializados em Cirurgia Plástica Reparadora e Endocrinologia.
CONTRATADA: H & A CIRURGIA PLASTICA E ENDOCRINOLOGIA MÉDICA, CNPJ 10 896 641 0001 20.
VIGÊNCIA: 26 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 018/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos Especializados na área de Ortopedia
CONTRATADA: VIVER & VIVER SOCIEDADE MEDICA-EPP, CNPJ 08 620 598 0001 23
VIGÊNCIA: 26 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 019/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em Neurologia.
CONTRATADA: SERVIÇO DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA CUIABÁ LTDA, CNPJ 01 410 312 0001 36.
VIGÊNCIA: 26 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 020/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em Anestesiologia e Dermatologia.
CONTRATADA: SALVATORI & HOMSI LTDA ME., CNPJ sob n.º 09 157 075/0001-55.
VIGÊNCIA: 29 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 021/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em Cardiologia.
CONTRATADA: TORRES CARDIOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 03 229 900 0001 01.
VIGÊNCIA: 06 de Fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 022/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços de Apoio e Hospedagem de pacientes
CONTRATADA: L C SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA – VITTA
VIGÊNCIA: 09 de fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 023/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços Médico-Hospitalares Especializados em Oftalmologia.
CONTRATADA: SANCHES OLIVEIRA & SANCHES OLIVEIRA LTDA, CNPJ 12.834.261/0001-96.
VIGÊNCIA: 16 de Fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 024/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte em Ambulância tipo D, UTI móvel adulto, neonatal e pediátrica destinado à transferência de pacientes em estado critico entre hospitais.
CONTRATADA: PRONTO CLINICA SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 025/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos Especializados na área de Oftalmologia
CONTRATADA: CAMPO NOVO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA – EPP
VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 026/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médico-hospitalares na Especialidade de Oftalmologia
CONTRATADA: CEO CENTRO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA LTDA
VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 027/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos na Especialidade de Pediatria
CONTRATADA: L D MARIANO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS-ME
VIGÊNCIA: 27 de fevereiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRADO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 270/2015

Contrato de Pessoal n°. 270/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 270/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Monica Silva De Freitas

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas insuficiência de ch para convocação de concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência:

12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Monica Silva De Freitas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 271/2015

Contrato de Pessoal n°. 271/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 271/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Margareth Lopes Ricardo

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas insuficiência de ch para convocação de concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental – Contratos)

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência:

12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Margareth Lopes Ricardo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 272/2015

Contrato de Pessoal n°. 272/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 272/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Rosiana Da Silva Oliveira

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Ed. Infantil/Eja 1º Segm./Anos Iniciais - Zona Rural

Carga Horária: 18 horas insuficiência de ch para convocação de concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência:

12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Rosiana Da Silva Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 273/2015

Contrato de Pessoal n°. 273/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 273/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Angela Licelia Freitas Santos

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Aux. Desenv. Infantil - Zona Rural

Carga Horária: 40 horas vaga livre até posse de concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos)

Data da Assinatura:

12/02/2015.

Vigência: 12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Angela Licelia Freitas Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 274/2015

Contrato de Pessoal n°. 274/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 274/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Marineide Jose Da Silva Sorati

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Ajud. De Serv. Gerais Semec.

Carga Horária: 40 horas em substituição Domingas Vieira

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2208 Manutenção Depto E Centros De Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência: 12/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Marineide Jose Da Silva Sorati.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE
EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 2015
CONTRATO: 002/CISMNORTE/2015
OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados em Endoscopia Digestiva Alta e Anestesiologia.
CONTRATADA: GASTROCLÍNICA E ANESTESIOLOGIA S/S LTDA, CNPJ 06 158 748 0001 01.
VIGÊNCIA: 05 de Janeiro de 2015 até 31 de Dezembro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 275/2015

Contrato de Pessoal n°. 275/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 275/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Vanira Rosa Dos Santos

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender ao Programa Saúde da Família - PSF, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006 de 27 de Dezembro de 2006 e 3340/2010.

Cargo: Recepcionista

Carga Horária: 40 Horas/Semanais

Dotação: 03.0310010.302.0015.2309 – Manutenção Do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.000102000000 - Contratação Por Tempo Determinado

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência: 12/02/2015 a 11/02/2016

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Luciléia Oliveira Rodrigues; Vanira Rosa Dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 276/2015

Contrato de Pessoal n°. 276/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 276/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Marcia Simoes Barbosa

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender ao Programa Saúde da Família - PSF, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com as Leis Municipais 2653/2006 de 27 de Dezembro de 2006 e 3340/2010.

Cargo: Ajudante de Serviços Gerais - PSF

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção Do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.00.0102 000000 Contratação Por Tempo Determinado

Data da Assinatura: 12/02/2015.

Vigência: 12/02/2015 a 11/02/2016

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Luciléia Oliveira Rodrigues; Marcia Simoes Barbosa

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 277/2015

Contrato de Pessoal n°. 277/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 277/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Lauridete Marcia Da Cruz

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Auxiliar De Desenv. Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 40 horas vaga livre até posse de concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos)

Data da Assinatura: 13/02/2015.

Vigência: 13/02/2015 a 11/02/2016

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Lauridete Marcia Da Cruz

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 279/2015

Contrato de Pessoal n°. 279/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 279/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Sandra Maria Lira

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura:

13/02/2015.

Vigência: 13/02/2015 a 11/02/2016

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Sandra Maria Lira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 278/2015

Contrato de Pessoal n°. 278/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 278/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Quézia Soares Raimundo

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Auxiliar De Desenv. Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 40 horas vaga livre até posse de concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos)

Data da Assinatura:

13/02/2015.

Vigência: 13/02/2015 a 11/02/2016

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Quézia Soares Raimundo

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº00010000179/2014/ADM/2015

TERMO ADITIVO Nº00010000179/2014/ADM/2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CONSTRUTORA TANGARÁ LTDA – EPP** / TERMO ADITIVO AO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA DO CONTRATO Nº179/ADM/2014 (OBJETO:CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO TERMINAL RODOVIARIO "MARCOLINO PEDRO TAVARES") / R$0,00 / DATA DA ASSINATURA: 26/02/2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 184/GP/2015 de 10.02.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **08 DE ABRIL DE 2015, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Lote. Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA*, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, conforme especificações constantes dos Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 26 de Março de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 24 de Março de 2015. Maria Alves de Souza- Chefe do Departamento de Licitações em substituição.

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO LIQUIDADO - FEVEREIRO/2015

ESTADO DO MATO GROSSO **PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA** **SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**	Data: 28/02/2015 Página: 1 de 1
Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado Período: Fevereiro/2015	

INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÕES	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÕES**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	3.009.551,55	0,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA(VI)	968.287,72	0,00
VINCULADA	3.009.551,55	0,00	VINCULADA	968.287,72	0,00
PREVIDÊNCIASOCIAL	3.009.551,55	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	968.287,72	0,00
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS(III)	144.685,86	0,00	PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(VIII)	153.036,41	0,00
PIS/PASEP A RECOLHER	14.236,33	0,00	PIS/PASEP A RECOLHER	21.072,63	0,00
CONSIGNAÇÕES	130.449,53	0,00	CONSIGNAÇÕES	131.963,78	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(VI)	28.886.821,46	28.886.821,46	SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IX)	30.919.734,74	28.886.821,46
BANCO CONTA MOVIMENTO	13.827,40	13.827,40	BANCO CONTA MOVIMENTO	149.079,61	13.827,40
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	28.872.994,06	28.872.994,06		30.770.655,13	28.872.994,06
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	**32.041.058,87**	**28.886.821,46**	**TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)**	**32.041.058,87**	**28.886.821,46**

TANGARÁ DA SERRA, 28 de fevereiro de 2015

DAIANA PEREIRA DA ROCHA DE MIRANDA
Contadora CRC-MT 016389/O-7

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA
DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 261/2015

Contrato de Pessoal n°. 261/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 261/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Laudeci Das Dores Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Ajud. De Serv. Gerais Semec

Carga Horária: 40 horas em substituição a lenir terezinha (licença prêmio

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2208 Manutenção Depto E Centros De Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Laudeci Das Dores Silva.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 260/2015

Contrato de Pessoal n°. 260/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 260/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Angela Regina Penso

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Sala Multifunc./Ed. Especial

Carga Horária: 40 horas aulas livres até a convocação de concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Angela Regina Penso

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 259/2015

Contrato de Pessoal n°. 259/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 259/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Cacilene Almeida Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Sala Multifunc./Ed. Especial

Carga Horária: 40 horas aulas livres até a convocação de concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos)

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Cacilene Almeida Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 258/2015

Contrato de Pessoal n°. 258/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 258/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Vanderleia Ribeiro Mendes

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Ed. Infantil/Eja 1º Segm./Anos Iniciais - Zona Rural

Carga Horária: 20 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos)

Data da Assinatura:

10/02/2015.

Vigência: 10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Vanderleia Ribeiro Mendes

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO LIQUIDADO - FEVEREIRO/2015

ESTADO DO MATO GROSSO **PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA** *SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL*				Data: 28/02/2015 Página: 1 de 1	
Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado Período: Fevereiro/2015					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÕES	**Exercício Atual**	**Exercício** Anterior	ESPECIFICAÇÕES	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	3.009.551,55	0,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA(VI)	968.287,72	0,00
VINCULADA	3.009.551,55	0,00	VINCULADA	968.287,72	0,00
PREVIDÊNCIASOCIAL	3.009.551,55	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	968.287,72	0,00
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS(III)	144.685,86	0,00	PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(VIII)	153.036,41	0,00
PIS/PASEP A RECOLHER	14.236,33	0,00	PIS/PASEP A RECOLHER	21.072,63	0,00
CONSIGNAÇÕES	130.449,53	0,00	CONSIGNAÇÕES	131.963,78	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(VI)	28.886.821,46	28.886.821,46	SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IX)	30.919.734,74	28.886.821,46
BANCO CONTA MOVIMENTO	13.827,40	13.827,40	BANCO CONTA MOVIMENTO	149.079,61	13.827,40
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	28.872.994,06	28.872.994,06		30.770.655,13	28.872.994,06
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	32.041.058,87	28.886.821,46	TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	32.041.058,87	28.886.821,46

TANGARÁ DA SERRA, 28 de fevereiro de 2015

DAIANA PEREIRA DA ROCHA DE MIRANDA HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Contadora CRC-MT 016389/O-7 DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 257/2015

Contrato de Pessoal n°. 257/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 257/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Maria Ines Do Nascimento.

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana.

Carga Horária: 20 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Maria Ines Do Nascimento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 265/2015

Contrato de Pessoal n°. 265/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 265/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Mariana Rodrigues Pereira

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Instrutor de Oficina Teclado, Violão e Coral

Carga Horária: 40 horas em atendimento de alunos das oficinas culturais

Dotação: 02.022.0.0.13392.0033.2204 Manutenção Do Departamento De Cultura 3.1.90.04.00.00 0100000000 (02.022.0.0.13392.0033.2204 Manutenção Do Departamento De Cultura 3.1.90.04.00.00 0100000000 (Manutenção - Departamento De Cultura - Contratos)

Data da Assinatura: 11/02/2015.

Vigência:

11/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina Do Nascimento Garcia; Mariana Rodrigues Pereira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 255/2015

Contrato de Pessoal n°.255/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 255/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Valdirene Bandeira Da Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Valdirene Bandeira Da Silva.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 254/2015

Contrato de Pessoal n°.254/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 254/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Maria José Ribeiro

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 30 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Maria José Ribeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 253/2015

Contrato de Pessoal n°.253/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 253/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Telma Rizelia Neves Correa Ostetti

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na

Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos)

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Telma Rizelia Neves Correa Ostetti.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 252/2015

Contrato de Pessoal n°.252/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 252/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Conceição Cangussu Ribeiro Silva

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Educação Infantil - Zona Urbana

Carga Horária: 20 horas aulas livres até convocação do concurso público

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 Manutenção Da Educação Infantil 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental - Educação Infantil - Contratos)

Data da Assinatura: 10/02/2015.

Vigência:

10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Conceição Cangussu Ribeiro Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº 251/2015

Contrato de Pessoal n°.251/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 251/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Contratado: Edilza Rosa Cunha

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: Prof. Matemática - Zona Urbana E Rural

Carga Horária: 10 horas aulas remanescentes

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção Do Ensino Fundamental 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação Por Tempo Determinado (Fundeb - Ensino Fundamental – Contratos)

Data da Assinatura:

10/02/2015.

Vigência: 10/02/2015 a 18/12/2015.

Secretaria: Educação.

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Iolanda Cristina do Nascimento Garcia; Edilza Rosa Cunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 030/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 030/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor *Fábio Martins Junqueira,* no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 004/2014, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 24/03/2015 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

792 -VIGIA SEMEC					
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
17	**3639**	**MARIZA ARAÚJO SOARES**	**45,00**	**45,00**	**CLASSIFICADO**

1011-INSTRUTOR DE ARTESANATO						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
2	**2370**	**IRACEMA SOARES DA SILVA**	**0,75**	**40,00**	**40,75**	**CLASSIFICADO**

656 -PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
4	**277**	**ADRIANA PALHANA MOREIRA**	**11,00**	**28,00**	**39,00**	**CLASSIFICADO**

660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
84	**3574**	**LUZINETE ALVES RODRIGUES DUARTE**	**2,27**	**44,00**	**46,27**	**CLASSIFICADO**

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 25/03/2015 e 26/03/2015 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) **Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria "D"**, para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 23 de Março de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO LIQUIDADO - FEVEREIRO/2015

ESTADO DO MATO GROSSO **PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA** *SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL*	Data: 28/02/2015 Página: 1 de 1
Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado Período: Fevereiro/2015	

INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÕES	**Exercício Atual**	**Exercício** Anterior	ESPECIFICAÇÕES	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	3.009.551,55	0,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA(VI)	968.287,72	0,00
VINCULADA	3.009.551,55	0,00	VINCULADA	968.287,72	0,00
PREVIDÊNCIASOCIAL	3.009.551,55	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	968.287,72	0,00
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS(III)	144.685,86	0,00	PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(VIII)	153.036,41	0,00
PIS/PASEP A RECOLHER	14.236,33	0,00	PIS/PASEP A RECOLHER	21.072,63	0,00
CONSIGNAÇÕES	130.449,53	0,00	CONSIGNAÇÕES	131.963,78	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(VI)	28.886.821,46	28.886.821,46	SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IX)	30.919.734,74	28.886.821,46
BANCO CONTA MOVIMENTO	13.827,40	13.827,40	BANCO CONTA MOVIMENTO	149.079,61	13.827,40
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	28.872.994,06	28.872.994,06		30.770.655,13	28.872.994,06
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	32.041.058,87	28.886.821,46	TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	32.041.058,87	28.886.821,46

TANGARÁ DA SERRA, 28 de fevereiro de 2015

DAIANA PEREIRA DA ROCHA DE MIRANDA HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Contadora CRC-MT 016389/O-7 DIRETOR EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 13/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2015, tendo como objeto: A contratação de serviços terceirizados de mecânicos para manutenção e reparo em máquinas pesadas, com realização prevista para o dia 02 de abril de 2015, às 08h00min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 24 de março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 11/2015

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 11/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 11/2015, tendo como objeto: Visa a presente licitação a escolha mais vantajosa para Aquisição de 01 (um) Motor Parcial MWM Sprint 4CC US (FORD), Bomba de Alta Preção, Bico Injetor e Turbina conforme especificação do objeto no Anexo I, com realização prevista para o dia 30 de março de 2015, às 08h00min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 23 de março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 086/2015

Concede gratificação FG à servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no art. 137 da Lei Municipal Nº 552, de 28 de novembro de 2015 (Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde do Município);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, à servidora ALESSANDRA GOMES PAIÃO – Técnica de Enfermagem, portadora do RG nº 2450599-4 SSP/MT e do CPF nº 500.212.731-20, uma gratificação FG (Função Gratificada), na forma do Ane-

xo IX da Lei nº 552/2014, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento-base de seu cargo de provimento efetivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 23 de março de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ATO Nº 06/2015

Designa servidora substituta de “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a servidora municipal **MAKELLI BEDIN TONIAL**, portador do CPF Nº 032.828.971-03, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como Fiscal de Contrato substituta do servidor Cacildo Paul, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato abaixo discriminado:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADA	VIGÊNCIA
015/2015	Prestação de Serviços de Transporte Escolar na zona rural do Município de União do Sul, de Alunos do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA dos Pré-Assentamentos Olga Benário e Renascer até a Rodovia MT-423, num percurso de aproximadamente 140 km por dia, com veículo de capacidade mínima para 12 lugares, equipado com os itens de segurança obrigatórios por lei e com inscrições “Escolar”.	Município de União do Sul	AREOSVALDO SILVA FERNANDES - E.I. (86109804800)	25/02/2015 à 31/12/2015

Art. 2º - A servidora substituta ora designada, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º - A servidora substituta ora designada não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 25 de fevereiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 24 de março de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087/2015

Nomeia servidor para exercer cargo de Direção e Assessoramento Intermediário – DAI e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 13, II, da Lei Complementar nº 015, de 16.11.2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município), combinado com o artigo 124, da Lei Municipal nº 552, de 28 de novembro de 2014;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Sr. CÉSAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI, portador do RG nº 15618293 SSP/MT e CPF nº 000.082.911-01, para exercer, a partir desta data e em caráter de confiança, as atribuições do cargo DAI (Direção e Assessoramento Intermediário) de Chefe do Departamento de Administração da Saúde Pública, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, percebendo para tanto o vencimento estabelecido no Anexo II da Lei nº 552, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 090/2014, de 15 de julho de 2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 23 de março de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014, originado do Processo Licitatório sob nº 028/2014 - Pregão Presencial nº 016/2014 – Registro de Preços – Objeto: FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS, para uso em diversas linhas de transporte descritas no edital da licitação. Vigência: **25/06/2014 a 24/06/2015**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público que, no decorrer do 3º Trimestre de vigência da Ata supramencionada, houve alteração de valores dos preços registrados na referida Ata, conforme o Apostilamento Nº 2 à Ata de Registro de Preços Nº 010/2014, em anexo a este extrato. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 25 de março de 2015.

ERINEU DIESEL

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

VANDERLEI TELLES

Pregoeiro.

ANEXO ÚNICO

APOSTILAMENTO Nº 2 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94, centro - União do Sul - MT.

CONTRATADA: ORION TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.898.324/0001-87, estabelecida à Av. Jules Rimet, s/nº, Guichê 22/23 – Terminal Rodoviário, bairro Alvorada, Cidade de Cuiabá - MT.

Data: 03/03/2015.

READEQUAÇÃO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS, DE CONFORMIDADE COM O QUADRO TARIFÁRIO OFICIAL DA AGER/MT (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO, PARA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SOB Nº 010/2014, NA FORMA DA TABELA ABAIXO:

RELAÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS						
Nº Ordem	Quantidade	Unidade	Descrição das Linhas	Preço Unitário Anterior (Apostilamento em 17/10/2014)	**Preço Unitário Readequado** (Apostilamento Nº 2)	Valor Total Readequado
01	420	un.	União do Sul/Cláudia	18,90	20,85	8.757,00
02	420	un.	Claudia/União do Sul	18,90	20,85	8.757,00
03	370	un.	Claudia/Sinop	23,75	26,25	9.712,50
04	370	un.	Sinop/Claudia	25,25	27,75	10.267,50
05	1.170	un.	União do Sul/Sinop	40,85	45,30	53.001,00
06	1.170	un.	Sinop/União do Sul	42,35	46,80	54.756,00
07	460	un.	Sinop/Sorriso	21,65	23,70	10.902,00
08	460	un.	Sorriso/Sinop	20,90	22,95	10.557,00
09	30	un.	Sinop/Lucas do Rio Verde	35,50	39,10	1.173,00
10	30	un.	Lucas do Rio Verde/Sinop	35,00	38,60	1.158,00
11	1.020	un.	Sinop/Cuiabá	112,60	125,30	127.806,00
12	1.020	un.	Cuiabá/Sinop	112,60	125,30	127.806,00
13	420	un.	Sorriso/Cuiabá	94,55	105,15	44.163,00
14	420	un.	Cuiabá/Sorriso	95,30	105,90	44.478,00

VALOR TOTAL: O Valor Total da Ata de Registro de Preços Nº 010/2014 passa de R$ 462.479,00

para R$ 513.294,00 (quinhentos e treze mil, duzentos e noventa e quatro reais).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS, DE CONFORMIDADE COM A DESCRIÇÃO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA.

União do Sul – MT, 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ORION TURISMO LTDA.

OLÍCIO SALVADOR FERREIRA

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Erineu Diesel

CPF: 276.705.031-49

Enio Alves da Silva

CPF: 622.783.200-68

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 013/2015

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2015, de 02/01/2015, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de PREGÃO

PRESENCIAL Nº 009/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 013/2015, emitido em 11/03/2015, aberto e julgado em 24/03/2015, cujo objeto refere-se a Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Impressos, Carimbos e Outros Materiais de Gráfica, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com o Anexo I - Termo de Referência do Edital da mencionada licitação, sagrou-se vencedora do certame e registrou seus preços a proponente L. DELAZERI GRÁFICA - ME - CNPJ Nº 17.161.884/0001-69, estabelecida na Cidade Cláudia - MT, com todos os itens do objeto do pregão, no Valor Total de R$ 175.664,25(cento e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), sob o critério de menor preço por item.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul, MT, 24 de março de 2015.

VANDERLEI TELLES

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre convocação de candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2015 - Edital Nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas e Títulos, cujo início deu-se com a edição e publicação do Edital de Concurso Público Nº 001/2014 de 28/11/2014, com as provas realizadas em 18 de janeiro de 2015 e homologação do Concurso Público em 05 de fevereiro de 2015;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2014;

I. Pelo presente Edital, ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO: ZELADORA - Educação:

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
CRISLAINE LARSSON BARCELLOS DE FARI	0090	5ª Aprovada
EDINA PEREIRA DO CARMO	0225	6ª Aprovada
ELENICE APARECIDA SILVA DE LIMA	0002	7ª Aprovada
GILCIANE DE SOUZA FERREIRA	0278	8ª Aprovada

II.Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação/afixação deste Edital, para serem nomeados e tomarem posse nos respectivos cargos.

III.Os candidatos deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, devendo apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade;

2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos;

5 - Cadastro de Pessoa Física (CPF);

6 - Cartão do PIS/PASEP;

7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

8 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

9 - Declaração de que responde ou não a inquérito policial ou a processo administrativo disciplinar;

10 – Atestado Médico Admissional com avaliação positiva sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), expedido por médico credenciado pela Medicina do Trabalho;

11 - 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

12 - Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

13 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

14 - Comprovante de Escolaridade e certificados (se necessário);

15 – Declaração contendo endereço residencial;

16 – Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

17 – Carteira de Trabalho;

18 – Cartão do CPF do cônjuge;

19 - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal).

IV. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 24 de março de 2015.

ERINEU DIESEL

Secretário Municipal de Administração

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ATO Nº 05/2015

Designa servidor substituto de “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor municipal **ERINEU DIESEL**, portador do CPF Nº 276.705.031-49, lotado na Secretaria Municipal de Administração, como Fiscal de Contrato substituto do servidor Antonio Sérgio Fioríllio, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato abaixo discriminado:

Nº CONTRATO	OBJETO	(CONTRATANTE) LOCATÁRIO	(CONTRATADA) LOCADORA	VIGÊNCIA
005/2015	Locação de 01(uma) Sala de serviço, situada no prédio da LOCADORA, localizado na Rua São João da Urtiga, nº 85, Bairro São Luiz, nesta Cidade de União do Sul/MT, destinada para sede e funcionamento do Posto Eleitoral de União do Sul e dos serviços de expedição de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Carteiras de Identidade Civil (CI-RG).	Município de União do Sul	CLEIDE DE SOUZA LOURENÇO DE LIMA	02/01/2015 à 31/12/2015

Art. 2º - O servidor substituto ora designado, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º - O servidor substituto ora designado não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 02 de janeiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 24 de março de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Compra e Venda de Madeiras e Outros Materiais de Demolição - Nº 01/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 547, de 06 de outubro de 2014.

Promitente Vendedor: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Promissório Comprador: ADEMIR VIEIRA DE PINHO – CPF/MF: 189.434.979-20.

Objeto: - 01 (uma) Casa de madeira usada, medindo 200,00 m2, sede da antiga Creche Municipal Santo Anjo, localizada na esquina da Rua Paim Filho com a Rua Jaborá, no bairro São Luiz em União do Sul - MT. A casa a ser demolida e removida compreende a madeira da estrutura, a cobertura e as aberturas, o piso aproveitável, bem como os equipamentos fixos de banheiros e cozinha passíveis de remoção e reutilização.

Valor Total: R$ 3.000,00 (três mil reais).

Código da Receita: 2.2.1.0.01.00.00.00.

Data de assinatura: 24/03/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ADEMIR VIEIRA DE PINHO

Promissório Comprador

ATO Nº 04/2015

Designa servidor substituto de “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos abaixo descritos, firmados pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor municipal **ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO**, portador do CPF: Nº 069.212.678-30, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, como Fiscal de Contrato substituto do servidorErineu Diesel, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução dos objetos dos contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADO(A)	VIGÊNCIA
008/2015	Prestação de serviços deimplantação, treinamento e manutenção do Portal da Transparência On-line e manutenção do site da Prefeitura Municipal de União do Sul/MT, noendereço eletrônico: www.uniaodosul.mt.gov.br.	Município de União do Sul	M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB.	02/01/2014 à 31/12/2015
012/2015	Prestação de Serviços de manutenção, reparação e assistência técnica de computadores e periféricos de uso das Secretarias Municipais de Governo, Administração, Fazenda e Planejamento, Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social Trabalho e Cidadania, Esporte e Lazer, e o Gabinete do Prefeito, durante o exercício de 2015.	Município de União do Sul	FERNANDO DA COSTA – EI (01911138162)	11/02/2015 à 31/12/2015

Art. 2º - O servidor substituto ora designado, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º - O servidor substituto ora designado não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 02 de janeiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 24 de março de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 – SRP Nº 008/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 008/2015 – SRP 008/2015

A Pregoeiro, CERTIFICA que o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 008/2015 – SRP Nº 008/2015, cujo objeto tratava-se de **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL**, foi arquivado sem julgamento, por se tratar de Licitação **REVOGADA**, consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. Decidiu-se pela Revogação do certame, em obediência aos princípios brasilares da administração pública.

É o que tinha a certificar.

Vera – MT, 23 de Março de 2015.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 014/2015**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação (self-service e marmitex) para eventos e campanhas realizadas pelas secretarias do município e para servidores em deslocamento para o interior do município a trabalho**,** resolvem *HOMOLOGAR* o objeto da licitação, as empresas: **GUARACIABA VALERIA GOMES**, com proposta no valor global de **R$ 80.320,00** (oitenta mil e trezentos e vinte reais) e **JOSIEL DOS REIS LIMA 03080519124**, com proposta no valor global de **R$ 80.320,00** (oitenta mil e trezentos e vinte reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de março de 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 015/2015**, que tendo por objeto a aquisição de materiais esportivos, resolve *ADJUDICAR* o objeto da licitação, as empresas: **GERACÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - EPP**, com proposta no valor global de **R$ 44.457,70** (quarenta e quatro mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e setenta centavos), **MCM COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS - ME**, com proposta no valor global de **R$ 73.491,00** (setenta e três mil quatrocentos e noventa e um reais) e **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME**, com proposta no valor global de **R$ 36.195,60** (trinta e sei mil cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de março de 2015.

ANÉSIO

BRAGA ORTENCIO MUNHOZ

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 015/2015**, que tem por objeto a aquisição de materiais esportivos**,** resolvem *HOMOLOGAR* o objeto da licitação, as empresas**: GERACÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - EPP**, com proposta no valor global de **R$ 44.457,70** (quarenta e quatro mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e setenta centavos), **MCM COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS - ME**, com proposta no valor global de **R$ 73.491,00** (setenta e três mil quatrocentos e noventa e um reais) e **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME**, com proposta no valor global de

R$ 36.195,60

(trinta e sei mil cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de março de 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 016/2015**, que tendo por objeto a aquisição de herbicidas, resolve *ADJUDICAR* o objeto da licitação, as empresas: **CAMPOMIX - AGROPECUARIA LTDA**, com proposta no valor global de **R$ 2.350,00** (dois mil trezentos e cinqüenta reais) e **R V C REPRESENTAÇÕES - LTDA**, com proposta no valor global de **R$ 22.290,00** (vinte e dois mil duzentos e noventa reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de março de 2015.

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO MUNHOZ

Pregoeiro

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao *Pregão Presencial nº 017/2015*, que tendo por objeto a aquisição de Sêmen Bovino para distribuição aos produtores de leite do Município visando o melhoramento genético do rebanho, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, as empresas: **ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA**, com proposta no valor global de **R$ 898,50** (oitocentos e noventa e oito reais e cinqüenta centavos) e **PECPLAN ABS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, com proposta no valor global de **R$ 6.050,00** (seis mil e cinqüenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de março de 2015.

ANÉSIO

BRAGA ORTENCIO

MUNHOZ

Pregoeiro

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 014/2015**, que tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação (self-service e marmitex) para eventos e campanhas realizadas pelas secretarias do município e para servidores em deslocamento para o interior do município a trabalho, resolve *ADJUDICAR* o objeto da licitação, a empresa: **GUARACIABA VALERIA GOMES**, com proposta no valor global de **R$ 80.320,00** (oitenta mil e trezentos e vinte reais) e **JOSIEL DOS REIS LIMA 03080519124**, com proposta no valor global de **R$ 80.320,00** (oitenta mil e trezentos e vinte reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 23 de março de 2015.

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO

MUNHOZ

Pregoeiro

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 012/2015**, que tendo por objeto a prestação de serviços técnicos e especializados para realização do inventário patrimonial da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT resolve *ADJUDICAR* o objeto da licitação, a empresa: **JOÃO ANTONIO TOSTI – ME**, com proposta no valor global de **R$ 145.500,00** (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 23 de março de 2015.

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO MUNHOZ

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 012/2015**, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos e especializados para realização do inventário patrimonial da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT**,** resolvem *HOMOLOGAR* o objeto da licitação, a empresa: **JOÃO ANTONIO TOSTI – ME**, com proposta no valor global de **R$ 145.500,00** (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de março de 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ERRATA

Na publicação da PORTARIA Nº 165/2014, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Edição nº 1993, do dia 13 DE JUNHO DE 2014,na página 101, ONDE SE LÊ: para exercer o cargo de Coordenadora LEIA-SE: para exercer o cargo de Diretora.

Vila Rica, 24 de março de 2015.

PORTARIA N. º 79/2015. DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** previsto nos Planos de Carreira dos Servidores Municipais, concede aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida:

Profissionais da Educação Básica

Titulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
622	JOSUE FERREIRA SANTOS	A 08	14 %

Profissionais do Quadro Geral

Capitulo V seção II *Art. 31 da lei n.º 749/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NÍVEL	ATS %
69	JOAO AILTON DE ARAUJO	B 27	14 %
2429	CONSUELO ROCA SILES	A 03	04 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/01/2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 084/2015. DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **REVOGA** a Portaria 068/2015 em todos os seus termos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a de 10 de março de 2015.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 083/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- Revogar a Portaria 069/2015 em todos os seus termos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 10 de março de 2015.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA / MT

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2015

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 578517

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.OBJETO: Registro de Preço para futuras e eventuais prestações de serviços mecânicos, elétricos e borracharia para veículos leves, semi pesados, pesados e máquinas pesadas que serão executados para manutenção e conservação da frota das secretarias municipais.

REALIZAÇÃO: 14/04/2015.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, www.bb.com.br ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 24 de Março de 2015.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 114/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 730/2012 que concedeu à servidora **GONÇALINA AUXILIADORA LEITE RONDOM,** Matrícula **18277 (2ª Cadeira)** exercendo o cargo de **Professor I a IV**,lotado na Secretaria Municipal de Educação, **01 (um) mês,** de Licença Prêmio.

Onde se lê:

referente ao quinquênio 20.02.2000/2005 – Leia-se referente ao quinquênio 20.02.2005/2010.

Período de gozo 02.06.2012 à 02.07.2012.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande - MT, 18 de Março de 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 122/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**JACIRA VIEIRA DE MORAES**
MATRICULA	20892
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	108019/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	30.04.2007/2012
PERÍODO DE GOZO	21.01.2015 à 21.04.2015

SERVIDOR	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
MATRICULA	1330
CARGO	Motorista
PROCESSO N°	92190/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.07.2000/2005
PERÍODO DE GOZO	21.10.2015 à 21.01.2016

SERVIDOR	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
MATRICULA	1330
CARGO	Motorista
PROCESSO N°	92190/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.07.2005/2010
PERÍODO DE GOZO	22.01.2016 à 22.04.2016

SERVIDOR	JUSSARA MACHADO PEREIRA
MATRICULA	25761
CARGO	Odontóloga
PROCESSO N°	57025/2011
LICENÇA PRÊMIO	01 (um) mês
QUINQUÊNIO	01.10.2001/2006
PERÍODO DE GOZO	02.01.2015 à 31.01.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 124/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**EDIZES LUIZA REVELES PEREIRA**
MATRICULA	2083
CARGO	Pedagogo

PROCESSO N°	12617/2009
LICENÇA PRÊMIO	02 (dois) meses
QUINQUÊNIO	07.03.2004/2009
PERÍODO DE GOZO	27.08.2012 à 27.10.2012

SERVIDOR	LOZENIL LÚCIA FERREIRA VERA
MATRICULA	4035
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	38953/2011
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.11.2005/2010
PERÍODO DE GOZO	22.01.2015 à 22.04.2015

SERVIDOR	MARIA DE FÁTIMA DIAS SOUZA
MATRICULA	32338
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	34759/2011
LICENÇA PRÊMIO	01 (um) mês
QUINQUÊNIO	03.01.2005/2010
PERÍODO DE GOZO	01.02.2015 à 02.03.2015

SERVIDOR	MIRIANE SILVA MARANGON
MATRICULA	35870
CARGO	Nutricionista
PROCESSO N°	275402/2014
LICENÇA PRÊMIO	01 (um) mês
QUINQUÊNIO	09.08.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	03.02.2015 à 04.03.2015

SERVIDOR	MARGARIDA MARIA SANTOS BARROS
MATRICULA	341478
CARGO	Técnico de Saúde Bucal
PROCESSO N°	225284/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.01.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	01.10.2014 à 01.01.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 132/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**VERA LÚCIA VALADARES DE OLIVEIRA**
MATRICULA	46610
CARGO	Instrutor de Projetos Comunitários
PROCESSO N°	268230/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.07.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	05.02.2015 à 06.05.2015

SERVIDOR	VILMA MARIA DE FÁTIMA
MATRICULA	46884
CARGO	Agente de Serviços Gerais
PROCESSO N°	2680/1999
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	06.09.1994/1999
PERÍODO DE GOZO	05.01.2015 à 05.04.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 23 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 121/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**CRISTINA APARECIDA DOLIS**
MATRICULA	9393
CARGO	Farmacêutico – Bioquímico
PROCESSO N°	275409/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.11.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	07.01.2015 à 07.04.2015

SERVIDOR	ELGA CRISTINE AMARANTE
MATRICULA	13085
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	11346/2007
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	30.04.2002/2007
PERÍODO DE GOZO	13.10.2014 à 13.01.2015

SERVIDOR	EPAMINONDAS MOREIRA DE ARAÚJO
MATRICULA	14776
CARGO	Auxiliar de Laboratório
PROCESSO N°	260984/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.07.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	23.11.2014 à 23.02.2015

SERVIDOR	LEOMAR FÁTIMA DA SILVA OLIVEIRA
MATRICULA	27263
CARGO	Professor I a IV

PROCESSO N°	37552/2011
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.02.1996/2001
PERÍODO DE GOZO	26.01.2015 à 26.04.2015

SERVIDOR	LEOMAR FÁTIMA DA SILVA OLIVEIRA
MATRICULA	27263
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	37552/2011
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.02.2001/2006
PERÍODO DE GOZO	27.04.2015 à 27.07.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 120/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALAINE TORRES ALVES MUNDIM**
MATRICULA	1376
CARGO	Enfermeiro
PROCESSO N°	5345/2006
LICENÇA PRÊMIO	01 (um) mês
QUINQUÊNIO	01.09.2000/2005
PERÍODO DE GOZO	02.02.2015 à 03.03.2015

SERVIDOR	ALLAN KARDEC ALVES DE ALMEIDA
MATRICULA	2208
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	116676/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	30.04.2007/2012
PERÍODO DE GOZO	01.01.2015 à 31.03.2015

SERVIDOR	BENEDITA ROSA VELASCO DA SILVA
MATRICULA	5626
CARGO	Agente de Serviços Gerais
PROCESSO N°	10870/2008
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	22.09.2003/2008
PERÍODO DE GOZO	03.02.2015 à 03.05.2015

SERVIDOR	BENEDITA GONÇALINA DE CARVALHO PADILHA
MATRICULA	5556
CARGO	Auxilia de Serviços Gerais
PROCESSO N°	250671/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	02.01.2008/2013
PERÍODO DE GOZO	21.01.2015 à 21.04.2015

SERVIDOR	BEATRIZ LANGER
MATRICULA	5367
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	238041/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.01.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	09.02.2015 à 09.05.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 133 /2015.

Constituiu Comissão para avaliação do interesse do município em imóveis ofertados em dação de pagamento.

WALACE SANTOS GUIMARÃES,Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão para avaliar o interesse do município na aceitação de imóveis ofertados em dação de pagamento, composta pelos Titulares da Secretaria Municipal de Receita, Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal Serviços Públicos e Transporte, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Procuradoria Patrimonial.

Parágrafo único. Os Secretários poderão designar servidores da pasta para representá-lo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, “Paço Municipal Couto Magalhães”, Várzea Grande, 23 de março de 2015.

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 131/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ROSANI SOARES DA COSTA**

MATRICULA	41150
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	261805/2014
LICENÇA PRÊMIO	02 (dois) meses
QUINQUÊNIO	09.06.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	03.02.2015 à 04.04.2015

SERVIDOR	SANDRA APARECIDA DE FIGUEIREDO
MATRICULA	42308
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	94536/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.03.2001/2006
PERÍODO DE GOZO	09.02.2015 à 09.05.2015

SERVIDOR	SANDRA APARECIDA DE FIGUEIREDO
MATRICULA	42308
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	94536/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.03.2006/2011
PERÍODO DE GOZO	11.05.2015 à 11.08.2015

SERVIDOR	SANDRA MARIA TORQUATO DE AQUINO
MATRICULA	42439
CARGO	Médico – Pediatra
PROCESSO N°	272794/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	19.09.2009/2014
PERÍODO DE GOZO	03.02.2015 à 04.05.2015

SERVIDOR	VALDETE EROTILDES DA SILVA DIAS
MATRICULA	45610
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	220795/2014
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.08.2007/2012
PERÍODO DE GOZO	09.02.2015 à 09.05.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 23 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 125/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**BENTA DE OLIVEIRA PEREIRA**

MATRICULA	6100
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	5130/2004
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.12.1998/2003
PERÍODO DE GOZO	01.10.2014 à 02.01.2015

SERVIDOR	MARINETE ELVIRA DA SILVA SANTOS
MATRICULA	34360
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	5557/2004
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	01.12.1999/2004
PERÍODO DE GOZO	15.09.2014 à 15.12.2014

SERVIDOR	MARIA DO NASCIMENTO REIS
MATRICULA	32556
CARGO	Professo I a IV
PROCESSO N°	1312/2007
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.02.2000/2005
PERÍODO DE GOZO	15.02.2015 à 15.05.2015

SERVIDOR	NICEIA XAVIER DE CAMPOS VELOSO
MATRICULA	36848
CARGO	Supervisor Escolar
PROCESSO N°	949/2008
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	22.03.2000/2005
PERÍODO DE GOZO	09.02.2015 à 09.05.2015

SERVIDOR	ROSENI DOS SANTOS
MATRICULA	41391
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	108020/2012
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	30.04.2007/2012
PERÍODO DE GOZO	09.02.2015 à 09.05.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 20 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 115/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ELIZABETE MARCONCINI DE MORAES COSTA**
MATRICULA	13657
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	4914/2005
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	15.02.1997/2002
PERÍODO DE GOZO	09.02.2015 à 09.05.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Março 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

EXTRATO 1º TERMO DE ADITAMENTO ATA REGISTRO DE PREÇO N.10/2014 – PREGÃO PRESENCIAL N.14/2014

Partes Interessadas: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa: Emam Emulsões e Transportes Ltda. Fundamentação Legal: Encontra-se fundamentada legal no Artigo 65, II, D da Lei n.8666/93 e Clausula 11.1 da Ata, bem como nos documentos constantes no Processo Gespro n.281562/20145. Objeto: Aditar a Ata de Registro de Preço n. 10/2014 a sua Cláusula Quarta – Dos Preços, Especificações e Quantitativos, e Cláusula Décima Sexta, que tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada em fornecimento asfáltica para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, neste Município. Valor de Impacto Orçamentário: R$ 2.496.949,12 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e nove reais e doze centavos). Dotação Orçamentária: Projeto Atividades – 2242. Elemento de Despesa – 3.3.90.30.00.00. Fonte - 999.

Data de Assinatura: 13/03/2015.

Signatários:

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE

Secretário Municipal de Administração – PMVG/MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA

Contratada

LUIZ VICTOR PARENTE SENA

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.13/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Congregação Cristo Para Todos de Várzea Grande. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regido pela Lei n.8666/93, alterada pela Lei n.8883/94, Artigo 24, inciso X, ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n.8245/91 alterada pela Lei n. 12112/09, pelo Ato de Dispensa n.02/2015 oriundo do Processo Gespro n.281469/15. OBJETO: Locação de imóvel, localizado na Rua São Paulo, 910, Bairro Nova Várzea Grande-MT,destinado ao funcionamento de salas anexas da EMEB Jayme Veríssimo de Campos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: R$ 90.588,12 (Noventa mil, quinhentos e oitenta e oito reais e doze centavos). UO: Secretaria Municipal de Educação. DO: 08.03.12.365.0104. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 2.088. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – O.S. T-PJ. Fonte: 0106. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 20.03.2015.

SIGNATÁRIOS: WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretário Municipal de Educação – PMVG/MT

GONGREGAÇÃO EVANGÉLICA LUTERENA CRISTO PARA TODOS DE VÁRZEA GRANDE

Locadora

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

PORTARIA N° 117/2015

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Interromper a Licença Prêmio concedida à servidora **ELIZABETE MARCONCINI DE MORAES COSTA**, Matrícula **13657**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de **Professor I a IV**, referente ao **quinquênio 09.02.1997/2002**, **03 (três) meses, de Licença Prêmio** a vigorar em

09.02.2015 a 09.05.2015

, interrupção a partir de 04.03.2015.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Março de 2015.

Antonio Roberto Possas de Carvalho

Subsecretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ: 15.023.898 / 0001-90,** torna público que Requereu junto ao *CODEMA* – Consórcio de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia, a **LP e LI** – Licença Prévia e de Instalação, para implantação do PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA **AV. UNIVERSITÁRIA** localizado em Área Urbana no município de Água Boa – MT.

PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2759/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 008/2015.

OBJETO: Contratação de Serviços de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público no

Município de Água Boa-MT.

REALIZAÇÃO: 10/04/2014.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 24 de março de 2015.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Mar 24 22:31:33 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)